



Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região  
Relatório da Correição Ordinária na Seção Judiciária de Pernambuco



(Portaria nº 330/2017 - TRF5-CR, de 11 de outubro de 2017, do Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 5ª Região)

Período da Correição Ordinária:

- 06 a 10 de novembro de 2017 (processos físicos)
- 14, 16 e 17 de novembro de 2017 (processos físicos)
- 20 a 23 de novembro de 2017 (processos físicos)
- 04 a 15 de dezembro de 2017 (processos virtuais)

Recife/PE

2018

## SUMÁRIO

<b>1. ABERTURA DOS TRABALHOS.....</b>	<b>35</b>
<b>2. METODOLOGIA ADOTADA NA CORREIÇÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>3. OBJETIVOS GERAIS DA CORREIÇÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>4. IDENTIFICAÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO .....</b>	<b>37</b>
<b>5. SECRETARIA ADMINISTRATIVA – SECAD.....</b>	<b>41</b>
<b>5.1 Corpo de servidores e estagiários .....</b>	<b>41</b>
<b>5.2. Organização e divisão do trabalho .....</b>	<b>50</b>
<b>5.3. Espaço físico, serviços e manutenção.....</b>	<b>62</b>
<b>5.4. Boas Práticas .....</b>	<b>63</b>
<b>6. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS VARAS FEDERAIS E DAS TURMAS RECURSAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>6.1. 1ª VARA FEDERAL – RECIFE/ PE .....</b>	<b>64</b>
<b>6.1.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente .....</b>	<b>64</b>
<b>6.1.2. Corpo funcional – juiz federal e servidores .....</b>	<b>64</b>
<b>6.1.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>64</b>
<b>6.1.2.2. Servidores .....</b>	<b>66</b>
<b>6.1.2.3. Estagiários .....</b>	<b>68</b>
<b>6.1.3. Organização da 1ª vara federal.....</b>	<b>68</b>
<b>6.1.3.1. Secretaria .....</b>	<b>68</b>
<b>6.1.3.2. Organização do gabinete do juiz federal titular.....</b>	<b>68</b>
<b>6.1.4. Participação do magistrado em reuniões com a equipe da 1ª vara federal.....</b>	<b>68</b>
<b>6.1.5. Planejamento das atividades da 1ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>68</b>
<b>6.1.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 1ª vara federal.....</b>	<b>69</b>
<b>6.1.7. Organização e controle dos processos .....</b>	<b>69</b>
<b>6.1.8. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e</b>	

de instrução e inspeções judiciais .....	69
<b>6.1.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>70</b>
<b>6.1.10. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>73</b>
<b>6.1.10.1 Principais constatações da análise individual de Processos .....</b>	<b>74</b>
<b>6.1.10.1.1 Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>74</b>
<b>6.1.11. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>94</b>
<b>6.1.12. Considerações finais.....</b>	<b>94</b>
<b>6.2.2. 2ª VARA FEDERAL – RECIFE/ PE .....</b>	<b>95</b>
<b>6.2.1 Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente .</b>	<b>95</b>
<b>6.2.2. Corpo funcional – juiz federal e servidores .....</b>	<b>95</b>
<b>6.2.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>95</b>
<b>6.2.2.2. Juíza federal substituta.....</b>	<b>95</b>
<b>6.2.2.3. Servidores .....</b>	<b>96</b>
<b>6.2.2.4. Estagiários .....</b>	<b>97</b>
<b>6.2.3. Organização da 2ª vara federal.....</b>	<b>98</b>
<b>6.2.3.1. Secretaria .....</b>	<b>98</b>
<b>6.2.3.2. Organização dos gabinetes do juízes federais.....</b>	<b>98</b>
<b>6.2.4. Participação dos magistrados em reuniões com a equipe da 2ª vara federal ...</b>	<b>98</b>
<b>6.2.5. Planejamento das atividades da 2ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>98</b>
<b>6.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 2ª vara federal e nos gabinetes dos magistrados .....</b>	<b>99</b>
<b>6.2.7. Organização e controle dos processos .....</b>	<b>99</b>
<b>6.2.8. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>99</b>
<b>6.2.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>100</b>
<b>6.2.10. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>101</b>
<b>6.2.10.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>101</b>
<b>6.2.10.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>101</b>

<b>6.2.11. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>117</b>
<b>6.2.12. Considerações finais.....</b>	<b>118</b>
<b>6.3. 3ª VARA FEDERAL – FECIFE/ PE.....</b>	<b>118</b>
<b>6.3.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....</b>	<b>118</b>
<b>6.3.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores .....</b>	<b>118</b>
<b>6.3.2.1. Juiz federal titular .....</b>	<b>119</b>
<b>6.3.2.2. Servidores .....</b>	<b>119</b>
<b>6.3.2.3. Estagiários .....</b>	<b>121</b>
<b>6.3.3. Organização da 3ª vara federal.....</b>	<b>121</b>
<b>6.3.3.1. Secretaria .....</b>	<b>121</b>
<b>6.3.3.2. Gabinete do juiz federal .....</b>	<b>123</b>
<b>6.3.4. Participação do magistrado titular em reuniões com a equipe da 3ª vara federal .....</b>	<b>123</b>
<b>6.3.5. Planejamento das atividades da 3ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>123</b>
<b>6.3.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 3ª vara federal e no gabinete do magistrado .....</b>	<b>124</b>
<b>6.3.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....</b>	<b>124</b>
<b>6.3.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>125</b>
<b>6.3.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>126</b>
<b>6.3.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>126</b>
<b>6.3.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos.....</b>	<b>126</b>
<b>6.3.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>133</b>
<b>6.3.11. Considerações finais.....</b>	<b>133</b>
<b>6.4. 4ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....</b>	<b>134</b>
<b>6.4.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....</b>	<b>134</b>
<b>6.4.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores.....</b>	<b>134</b>
<b>6.4.2.1. Juíza federal titular .....</b>	<b>134</b>

6.4.2.2. Servidores .....	134
6.4.2.3. Estagiários .....	136
6.4.3. Organização da 4ª vara federal.....	136
6.4.3.1. Secretaria.....	137
6.4.3.2. Gabinetes dos magistrados.....	138
6.4.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 4ª Vara Federal ...	138
6.4.5. Planejamento das atividades da 4ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados.....	138
6.4.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da magistrada .....	139
6.4.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	139
6.4.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	140
6.4.9. Processos selecionados para correição .....	141
6.4.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	141
6.4.9.1.1 Processos físicos e eletrônicos.....	141
6.4.10. Correição anterior e autoinspeção.....	145
6.4.11. Considerações finais .....	145
6.5. 5ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....	146
6.5.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente....	146
6.5.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores.....	146
6.5.2.1 Juíza federal titular.....	146
6.5.2.2. Servidores.....	146
6.5.2.3. Estagiários .....	148
6.5.3. Organização da 5ª vara federal.....	148
6.5.3.1. Secretaria.....	148
6.5.3.2. Organização do gabinete .....	149
6.5.4. Participação direta da juíza federal em reuniões com a equipe da 5ª vara federal .....	149
6.5.5. Planejamento das atividades da 5ª vara federal e avaliação periódica de	

resultados .....	149
<b>6.5.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 5ª vara federal e no gabinete da juíza federal .....</b>	<b>150</b>
<b>6.5.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>150</b>
<b>6.5.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>150</b>
<b>6.5.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>152</b>
<b>6.5.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>152</b>
<b>6.5.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos.....</b>	<b>152</b>
<b>6.5.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>157</b>
<b>6.5.11. Considerações finais .....</b>	<b>157</b>
<b>6.6. 6ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....</b>	<b>158</b>
<b>6.6.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....</b>	<b>158</b>
<b>6.6.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....</b>	<b>158</b>
<b>6.6.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>158</b>
<b>6.6.2.2. Servidores .....</b>	<b>158</b>
<b>6.6.2.3. Estagiários.....</b>	<b>160</b>
<b>6.6.3. Organização da 6ª vara federal.....</b>	<b>160</b>
<b>6.6.3.1. Secretaria.....</b>	<b>160</b>
<b>6.6.3.2. Gabinete do juiz federal .....</b>	<b>161</b>
<b>6.6.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 6ª vara federal .....</b>	<b>161</b>
<b>6.6.5. Planejamento das atividades da 6ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>161</b>
<b>6.6.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 6ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....</b>	<b>162</b>
<b>6.6.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>162</b>
<b>6.6.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>163</b>
<b>6.6.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>166</b>

<b>6.6.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>166</b>
<b>6.6.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos.....</b>	<b>166</b>
<b>6.6.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>176</b>
<b>6.6.11. Considerações finais.....</b>	<b>176</b>
<b>6.7. 7ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....</b>	<b>176</b>
<b>6.7.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....</b>	<b>176</b>
<b>6.7.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores.....</b>	<b>177</b>
<b>6.7.2.1. Juíza federal titular .....</b>	<b>177</b>
<b>6.7.2.2. Servidores .....</b>	<b>177</b>
<b>6.7.2.3. Estagiários.....</b>	<b>178</b>
<b>6.7.3. Organização da 7ª vara federal.....</b>	<b>179</b>
<b>6.7.3.1. Secretaria.....</b>	<b>179</b>
<b>6.7.3.2. Gabinete da juíza federal.....</b>	<b>179</b>
<b>6.7.4. Participação da juíza federal titular em reuniões com a equipe da 7ª vara federal .....</b>	<b>180</b>
<b>6.7.5. Planejamento das atividades da 7ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>180</b>
<b>6.7.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 7ª vara federal e no gabinete da magistrada .....</b>	<b>180</b>
<b>6.7.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>181</b>
<b>6.7.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....</b>	<b>182</b>
<b>6.7.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>183</b>
<b>6.7.9.1. Principais constatações da análise individual de processos.....</b>	<b>183</b>
<b>6.7.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>183</b>
<b>6.7.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>197</b>
<b>6.7.11. Considerações finais.....</b>	<b>198</b>
<b>6.8. 8ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PETROLINA/PE.....</b>	<b>198</b>
<b>6.8.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....</b>	<b>198</b>

<b>6.8.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores.....</b>	<b>198</b>
<b>6.8.2.1. Juíza federal titular.....</b>	<b>199</b>
<b>6.8.2.2. Servidores .....</b>	<b>199</b>
<b>6.8.2.3. Estagiários.....</b>	<b>200</b>
<b>6.8.3. Organização da 8ª vara federal.....</b>	<b>200</b>
<b>6.8.3.1. Secretaria .....</b>	<b>200</b>
<b>6.8.3.2. Gabinete da juíza federal titular.....</b>	<b>203</b>
<b>6.8.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 8ª vara federal .....</b>	<b>203</b>
<b>6.8.5. Planejamento das atividades da 8ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>203</b>
<b>6.8.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete.....</b>	<b>204</b>
<b>6.8.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>204</b>
<b>6.8.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....</b>	<b>205</b>
<b>6.8.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>207</b>
<b>6.8.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>207</b>
<b>6.8.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos.....</b>	<b>207</b>
<b>6.8.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>215</b>
<b>6.8.11. Considerações finais.....</b>	<b>216</b>
<b>6.9. 9ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....</b>	<b>216</b>
<b>6.9.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....</b>	<b>216</b>
<b>6.9.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....</b>	<b>216</b>
<b>6.9.2.1. Juiz federal.....</b>	<b>216</b>
<b>6.9.2.2. Servidores .....</b>	<b>216</b>
<b>6.9.2.3. Estagiários.....</b>	<b>219</b>
<b>6.9.3. Organização da 9ª vara federal.....</b>	<b>219</b>
<b>6.9.3.1. Secretaria .....</b>	<b>219</b>
<b>6.9.3.2. Gabinetes dos magistrados .....</b>	<b>219</b>

<b>6.9.4. Participação da juiz federal em reuniões com a equipe da 9ª vara federal .....</b>	<b>220</b>
<b>6.9.5. Planejamento das atividades da 9ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>220</b>
<b>6.9.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 9ª vara federal e no gabinete do magistrado .....</b>	<b>220</b>
<b>6.9.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>220</b>
<b>6.9.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>221</b>
<b>6.9.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>222</b>
<b>6.9.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>222</b>
<b>6.9.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos.....</b>	<b>222</b>
<b>6.9.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>236</b>
<b>6.9.11. Considerações finais.....</b>	<b>236</b>
<b>6.10. 10ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....</b>	<b>237</b>
<b>6.10.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>237</b>
<b>6.10.2. Corpo funcional -juiz federal e servidores.....</b>	<b>237</b>
<b>6.10.2.1. Juiz federal.....</b>	<b>237</b>
<b>6.10.2.2. Servidores.....</b>	<b>237</b>
<b>6.10.2.3. Estagiários.....</b>	<b>239</b>
<b>6.10.3. Organização da 10ª vara federal.....</b>	<b>239</b>
<b>6.10.3.1. Secretaria .....</b>	<b>239</b>
<b>6.10.3.2. Gabinetes dos magistrados .....</b>	<b>240</b>
<b>6.10.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 10ª vara federal ...</b>	<b>240</b>
<b>6.10.5. Planejamento das atividades da 10ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>240</b>
<b>6.10.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 10ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....</b>	<b>241</b>
<b>6.10.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>241</b>
<b>6.10.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....</b>	<b>242</b>

<b>6.10.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>244</b>
<b>6.10.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>244</b>
<b>6.10.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>244</b>
<b>6.10.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>260</b>
<b>6.10.11. Considerações finais.....</b>	<b>261</b>
<b>6.11. 11ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....</b>	<b>261</b>
<b>6.11.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>261</b>
<b>6.11.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores.....</b>	<b>261</b>
<b>6.11.2.1. Juíza federal.....</b>	<b>261</b>
<b>6.11.2.2. Servidores .....</b>	<b>262</b>
<b>6.11.2.3. Estagiários.....</b>	<b>264</b>
<b>6.11.3. Organização da 11ª vara federal.....</b>	<b>264</b>
<b>6.11.3.1. Secretaria .....</b>	<b>264</b>
<b>6.11.3.2. Gabinete da juíza federal titular .....</b>	<b>265</b>
<b>6.11.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 11ª vara federal ....</b>	<b>265</b>
<b>6.11.5. Planejamento das atividades da 11ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>265</b>
<b>6.11.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 11ª vara federal e no gabinete da juíza federal .....</b>	<b>266</b>
<b>6.11.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>266</b>
<b>6.11.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>266</b>
<b>6.11.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>268</b>
<b>6.11.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>268</b>
<b>6.11.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>268</b>
<b>6.11.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>283</b>
<b>6.11.11. Considerações finais.....</b>	<b>283</b>
<b>6.12. 12ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....</b>	<b>284</b>
<b>6.12.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>284</b>

<b>6.12.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores .....</b>	<b>284</b>
<b>6.12.2.1. Juíza federal .....</b>	<b>285</b>
<b>6.12.2.2. Juiz federal designado para substituição .....</b>	<b>285</b>
<b>6.12.2.3. Servidores .....</b>	<b>285</b>
<b>6.12.2.4. Estagiários.....</b>	<b>287</b>
<b>6.12.3. Organização da 12ª vara federal.....</b>	<b>287</b>
<b>6.12.3.1. Secretaria .....</b>	<b>287</b>
<b>6.12.3.2. Gabinete do juiz federal no exercício da titularidade da vara.....</b>	<b>288</b>
<b>6.12.4. Participação do Juiz Federal em reuniões com a equipe da 12ª Vara Federal .....</b>	<b>288</b>
<b>6.12.5. Planejamento das atividades da 12ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>288</b>
<b>6.12.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da juíza federal .....</b>	<b>289</b>
<b>6.12.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>289</b>
<b>6.12.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>289</b>
<b>6.12.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>291</b>
<b>6.12.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>291</b>
<b>6.12.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>291</b>
<b>6.12.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>308</b>
<b>6.12.11. Considerações finais.....</b>	<b>308</b>
<b>6.13. 13ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....</b>	<b>308</b>
<b>6.13.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>308</b>
<b>6.13.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores .....</b>	<b>309</b>
<b>6.13.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>309</b>
<b>6.13.2.2. Servidores .....</b>	<b>309</b>
<b>6.13.2.3. Estagiários.....</b>	<b>310</b>
<b>6.13.3. Organização da 13ª vara federal.....</b>	<b>311</b>

6.13.3.1. Secretaria .....	311
6.13.3.2. Gabinetes dos juízes federais .....	311
6.13.4. Participação direta do juiz federal em reuniões com a equipe da 13ª vara federal .....	312
6.13.5. Planejamento das atividades da 13ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	312
6.13.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal .....	312
6.13.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	312
6.13.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	313
6.13.9. Processos selecionados para correição .....	314
6.13.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	314
6.13.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....	314
6.13.10. Correição anterior e autoinspeção.....	317
6.13.11. Considerações finais.....	317
6.14. 14ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - RECIFE/PE.....	317
6.14.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	317
6.14.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores.....	317
6.14.2.1. Juiz federal titular.....	318
6.14.2.2. Juiz federal substituto.....	318
6.14.2.3. Juiz federal auxiliar .....	319
6.14.2.4. Servidores .....	319
6.14.2.5. Estagiários.....	320
6.14.3. Organização da 14ª vara federal.....	320
6.14.3.1. Secretaria .....	320
6.14.3.2. Gabinetes dos magistrados federais .....	321
6.14.4. Participação dos magistrados em reuniões com a equipe da 14ª vara federal .....	321
6.14.5. Planejamento das atividades da 14ª vara federal e avaliação periódica de	

resultados.....	321
<b>6.14.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 14ª vara federal e nos gabinetes dos magistrados .....</b>	<b>322</b>
<b>6.14.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>322</b>
<b>6.14.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>323</b>
<b>6.14.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>324</b>
<b>6.14.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>324</b>
<b>6.14.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>333</b>
<b>6.14.11. Considerações finais.....</b>	<b>334</b>
<b>6.15. 15ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - RECIFE/PE.....</b>	<b>334</b>
<b>6.15.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>334</b>
<b>6.15.2. Corpo funcional - juízas federais e servidores.....</b>	<b>335</b>
<b>6.15.2.1. Juíza federal titular.....</b>	<b>335</b>
<b>6.15.2.2. Juíza federal substituta.....</b>	<b>335</b>
<b>6.15.2.3. Servidores .....</b>	<b>335</b>
<b>6.15.2.4. Estagiários.....</b>	<b>337</b>
<b>6.15.3. Organização da 15ª vara federal.....</b>	<b>337</b>
<b>6.15.3.1. Secretaria .....</b>	<b>337</b>
<b>6.15.3.2. Gabinetes das juízas federais .....</b>	<b>338</b>
<b>6.15.4. Participação das magistradas em reuniões com a equipe da 15ª vara federal .....</b>	<b>338</b>
<b>6.15.5 Planejamento das atividades da 15ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>338</b>
<b>6.15.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 15ª vara federal e nos gabinetes das magistradas .....</b>	<b>338</b>
<b>6.15.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>339</b>
<b>6.15.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>339</b>
<b>6.15.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>341</b>

<b>6.15.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>341</b>
<b>6.15.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>349</b>
<b>6.15.11. Considerações finais.....</b>	<b>349</b>
<b>6.16. 16ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARUARU/PE .....</b>	<b>350</b>
<b>6.16.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>350</b>
<b>6.16.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....</b>	<b>350</b>
<b>6.16.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>350</b>
<b>6.16.2.2. Servidores .....</b>	<b>351</b>
<b>6.16.2.3. Estagiários.....</b>	<b>352</b>
<b>6.16.3. Organização da 16ª vara federal.....</b>	<b>352</b>
<b>6.16.3.1. Secretaria .....</b>	<b>352</b>
<b>6.16.3.2. Gabinete do juiz federal .....</b>	<b>353</b>
<b>6.16.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 16ª vara federal ...</b>	<b>353</b>
<b>6.16.5. Planejamento das atividades da 16ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>353</b>
<b>6.16.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na Secretaria da 16ª vara federal e no gabinete do magistrado .....</b>	<b>354</b>
<b>6.16.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>354</b>
<b>6.16.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>355</b>
<b>6.16.9. Processos selecionados para correição.....</b>	<b>356</b>
<b>6.16.9.1 Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>356</b>
<b>6.16.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>356</b>
<b>6.16.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>360</b>
<b>6.16.11. Considerações finais.....</b>	<b>360</b>
<b>6.17. 17ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PETROLINA/PE.....</b>	<b>360</b>
<b>6.17.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>360</b>
<b>6.17.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....</b>	<b>361</b>
<b>6.17.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>361</b>

6.17.2.2. Servidores .....	361
6.17.2.3. Estagiários.....	364
6.17.3. Organização da 17ª vara federal.....	364
6.17.3.1. Secretaria .....	364
6.17.3.2. Gabinete do juiz federal.....	365
6.17.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 17ª vara federal ...	366
6.17.5. Planejamento das atividades da 17ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	366
6.17.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na Secretaria da 17ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....	366
6.17.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	367
6.17.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	368
6.17.9. Processos selecionados para correição .....	370
6.17.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	370
6.17.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....	370
6.17.10. Correição anterior e autoinspeção.....	378
6.17.11. Considerações finais.....	378
<b>6.18. 18ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERRA TALHADA/PE .....</b>	<b>379</b>
6.18.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	379
6.18.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....	379
6.18.2.1. Juiz federal substituto.....	379
6.18.2.2. Servidores .....	380
6.18.2.3. Estagiários.....	381
6.18.3. Organização da 18ª vara federal.....	381
6.18.3.1. Secretaria .....	382
6.18.3.2. Gabinete do juiz federal .....	383
6.18.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 18ª vara federal ...	383
6.18.5. Planejamento das atividades da 18ª vara federal e avaliação periódica de	

resultados.....	383
<b>6.18.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 18ª vara federal e no gabinete dos juiz federal.....</b>	<b>383</b>
<b>6.18.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>384</b>
<b>6.18.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>385</b>
<b>6.18.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>386</b>
<b>6.18.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>386</b>
<b>6.18.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>386</b>
<b>6.18.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>392</b>
<b>6.18.11. Considerações finais.....</b>	<b>393</b>
<b>6.19. 19ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - RECIFE/PE.....</b>	<b>393</b>
<b>6.19.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>393</b>
<b>6.19.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores.....</b>	<b>394</b>
<b>6.19.2.1. Juíza federal titular.....</b>	<b>394</b>
<b>6.19.2.2. Juiz federal substituto.....</b>	<b>394</b>
<b>6.19.2.3. Servidores .....</b>	<b>394</b>
<b>6.19.2.4. Estagiários.....</b>	<b>396</b>
<b>6.19.3. Organização da 19ª vara federal.....</b>	<b>396</b>
<b>6.19.3.1. Secretaria .....</b>	<b>396</b>
<b>6.19.3.2. Gabinetes dos juízes federais .....</b>	<b>396</b>
<b>6.19.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 19ª vara federal .....</b>	<b>397</b>
<b>6.19.5. Planejamento das atividades da 19ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>397</b>
<b>6.19.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 19ª vara federal e no gabinete da juíza federal .....</b>	<b>397</b>
<b>6.19.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>397</b>
<b>6.19.8 Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....</b>	<b>398</b>

<b>6.19.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>399</b>
<b>6.19.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>399</b>
<b>6.19.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>409</b>
<b>6.19.11. Considerações finais.....</b>	<b>410</b>
<b>6.20. 20ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SALGUEIRO/PE .....</b>	<b>410</b>
<b>6.20.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>410</b>
<b>6.20.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....</b>	<b>410</b>
<b>6.20.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>411</b>
<b>6.20.2.2. Servidores .....</b>	<b>411</b>
<b>6.20.2.3. Estagiários.....</b>	<b>412</b>
<b>6.20.3. Organização da 20ª vara federal.....</b>	<b>413</b>
<b>6.30.3.1. Secretaria .....</b>	<b>413</b>
<b>6.20.3.2. Gabinete do juiz federal .....</b>	<b>414</b>
<b>6.20.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 20ª vara federal .....</b>	<b>414</b>
<b>6.20.5. Planejamento das atividades da 20ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>414</b>
<b>6.20.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 20ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....</b>	<b>414</b>
<b>6.20.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>415</b>
<b>6.20.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>415</b>
<b>6.20.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>418</b>
<b>6.20.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>418</b>
<b>6.20.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>418</b>
<b>6.20.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>425</b>
<b>6.20.11. Considerações finais.....</b>	<b>425</b>
<b>6.21. 21ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....</b>	<b>425</b>
<b>6.21.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>425</b>
<b>6.21.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....</b>	<b>426</b>

6.21.2.1. Juiz federal titular.....	426
6.21.2.2. Servidores .....	426
6.21.2.3. Estagiários.....	428
6.21.3. Organização da 21ª vara federal.....	428
6.21.3.1. Secretaria .....	429
6.21.3.2. Gabinete do juiz federal .....	429
6.21.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 21ª vara federal ...	429
6.21.5. Planejamento das atividades da 21ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	429
6.21.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 21ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....	431
6.21.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	431
6.21.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	431
6.21.9. Processos selecionados para correição .....	433
6.21.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	433
6.21.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....	433
6.21.10. Correição anterior e autoinspeção.....	439
6.21.11. Considerações finais.....	439
6.22. 22ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....	439
6.22.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	439
6.22.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores .....	440
6.22.2.1. Juiz federal titular.....	440
6.22.2.2. Servidores .....	440
6.22.2.3. Estagiários.....	442
6.22.3. Organização da 22ª vara federal.....	442
6.22.3.1. Secretaria.....	442
6.22.3.2. Gabinete do juiz federal .....	445
6.22.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 22ª vara federal .....	445

<b>6.22.5. Planejamento das atividades da 22ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>445</b>
<b>6.22.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 22ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....</b>	<b>446</b>
<b>6.22.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>446</b>
<b>6.22.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>447</b>
<b>6.22.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>449</b>
<b>6.22.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>449</b>
<b>6.22.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>449</b>
<b>6.22.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>473</b>
<b>6.22.11. Considerações finais.....</b>	<b>474</b>
<b>6.23. 23ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GARANHUNS/PE.....</b>	<b>475</b>
<b>6.23.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>475</b>
<b>6.23.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores .....</b>	<b>477</b>
<b>6.23.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>477</b>
<b>6.23.2.2. Juiz federal designado para substituição .....</b>	<b>477</b>
<b>6.23.2.3. Servidores .....</b>	<b>477</b>
<b>6.23.2.4. Estagiários.....</b>	<b>479</b>
<b>6.23.3. Organização da 23ª vara federal.....</b>	<b>479</b>
<b>6.23.3.1. Secretaria .....</b>	<b>479</b>
<b>6.23.3.2. Gabinetes dos juízes federais.....</b>	<b>480</b>
<b>6.23.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 23ª vara federal .....</b>	<b>480</b>
<b>6.23.5. Planejamento das atividades da 23ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>480</b>
<b>6.23.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 23ª vara federal e nos gabinetes dos juízes federais.....</b>	<b>480</b>
<b>6.23.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>480</b>
<b>6.23.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>481</b>

6.23.9. Processos selecionados para correição .....	482
6.23.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	482
6.23.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....	482
6.23.10. Correição anterior e autoinspeção.....	489
6.23.11. Considerações finais.....	489
6.24. 24ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARUARU/PE .....	489
6.24.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	489
6.24.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....	489
6.24.2.1. Juiz federal titular.....	490
6.24.2.2. Servidores .....	490
6.24.2.3. Estagiários.....	491
6.24.3. Organização da 24ª vara federal.....	491
6.24.3.1. Secretaria .....	491
6.24.3.2. Gabinete do juiz federal .....	492
6.24.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 24ª vara federal ...	492
6.24.5. Planejamento das atividades da 24ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	492
6.24.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 24ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....	493
6.24.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	493
6.24.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	494
6.24.9. Processos selecionados para correição .....	495
6.24.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	495
6.24.9.1.1 Processos físicos e eletrônicos .....	495
6.24.10. Correição anterior e autoinspeção.....	499
6.24.11. Considerações finais.....	499
6.25. 25ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA/PE .....	499
6.25.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	499

<b>6.25.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores.....</b>	<b>506</b>
<b>6.25.2.1. Juíza federal titular.....</b>	<b>506</b>
<b>6.25.2.2. Servidores .....</b>	<b>506</b>
<b>6.25.2.3 Estagiários.....</b>	<b>508</b>
<b>6.25.3. Organização da 25ª vara federal.....</b>	<b>508</b>
<b>6.25.3.1. Secretaria.....</b>	<b>508</b>
<b>6.25.3.2. Gabinete da juíza federal .....</b>	<b>510</b>
<b>6.25.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 25ª vara federal .</b>	<b>510</b>
<b>6.25.5. Planejamento das atividades da 25ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>510</b>
<b>6.25.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 25ª vara federal e no gabinete da juíza federal .....</b>	<b>511</b>
<b>6.25.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>511</b>
<b>6.25.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>512</b>
<b>6.25.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>513</b>
<b>6.25.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>513</b>
<b>6.25.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>513</b>
<b>6.25.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>522</b>
<b>6.25.11. Considerações finais.....</b>	<b>522</b>
<b>6.26. 26ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PALMARES/PE.....</b>	<b>523</b>
<b>6.26.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>523</b>
<b>6.26.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....</b>	<b>523</b>
<b>6.26.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>523</b>
<b>6.26.2.2. Servidores .....</b>	<b>524</b>
<b>6.26.2.3. Estagiários.....</b>	<b>525</b>
<b>6.26.3. Organização da 26ª vara federal.....</b>	<b>525</b>
<b>6.26.3.1. Secretaria .....</b>	<b>526</b>
<b>6.26.3.2. Gabinete do juiz federal .....</b>	<b>526</b>

<b>6.26.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 26ª vara federal ...</b>	<b>526</b>
<b>6.26.5. Planejamento das atividades da 26ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>526</b>
<b>6.26.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 26ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....</b>	<b>527</b>
<b>6.26.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>527</b>
<b>6.26.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>528</b>
<b>6.26.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>529</b>
<b>6.26.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>529</b>
<b>6.26.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>529</b>
<b>6.26.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>551</b>
<b>6.26.11. Considerações finais.....</b>	<b>551</b>
<b>6.27. 27ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE OURICURI/PE.....</b>	<b>552</b>
<b>6.27.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>552</b>
<b>6.27.2. Corpo funcional -juiz federal e servidores.....</b>	<b>552</b>
<b>6.27.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>552</b>
<b>6.27.2.2. Servidores .....</b>	<b>552</b>
<b>6.27.2.3. Estagiários.....</b>	<b>554</b>
<b>6.27.3. Organização da 27ª vara federal.....</b>	<b>554</b>
<b>6.27.3.1. Secretaria .....</b>	<b>554</b>
<b>6.27.3.2. Gabinete do juiz federal .....</b>	<b>554</b>
<b>6.27.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 27ª vara federal ...</b>	<b>555</b>
<b>6.27.5. Planejamento das atividades da 27ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>555</b>
<b>6.27.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 27ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....</b>	<b>555</b>
<b>6.27.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>555</b>
<b>6.27.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>556</b>

<b>6.27.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>558</b>
<b>6.27.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>558</b>
<b>6.27.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>558</b>
<b>6.27.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>574</b>
<b>6.27.11. Considerações finais.....</b>	<b>574</b>
<b>6.28. 28ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARCOVERDE/PE.....</b>	<b>575</b>
<b>6.28.1 Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ...</b>	<b>575</b>
<b>6.28.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....</b>	<b>575</b>
<b>6.28.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>576</b>
<b>6.28.2.2. Servidores .....</b>	<b>576</b>
<b>6.28.2.3. Estagiários.....</b>	<b>578</b>
<b>6.28.3. Organização da 28ª vara federal.....</b>	<b>578</b>
<b>6.28.3.1. Secretaria .....</b>	<b>578</b>
<b>6.28.3.2. Gabinete do juiz federal .....</b>	<b>580</b>
<b>6.28.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 28ª vara federal ...</b>	<b>580</b>
<b>6.28.5. Planejamento das atividades da 28ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>580</b>
<b>6.28.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 28ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....</b>	<b>581</b>
<b>6.28.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>581</b>
<b>6.28.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....</b>	<b>582</b>
<b>6.28.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>585</b>
<b>6.28.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>585</b>
<b>6.28.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>585</b>
<b>6.28.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>593</b>
<b>6.28.11. Considerações finais.....</b>	<b>593</b>
<b>6.29. 29ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE .....</b>	<b>594</b>

6.29.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	594
6.29.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....	594
6.29.2.1 Juiz federal titular.....	594
6.29.2.2. Servidores .....	594
6.29.2.3. Estagiários.....	596
6.29.3. Organização da 29ª vara federal.....	597
6.29.3.1. Secretaria .....	597
6.29.3.2. Gabinete do juiz federal .....	598
6.29.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 29ª vara federal ...	599
6.29.5. Planejamento das atividades da 29ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	599
6.29.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 29ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....	599
6.29.7 Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	599
6.29.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	600
6.29.9 Processos selecionados para correição .....	601
6.29.9.1 Principais constatações da análise individual de processos .....	602
6.29.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....	602
6.29.10. Correição anterior e autoinspeção .....	614
6.29.11. Considerações finais .....	614
<b>6.30. 30ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE .....</b>	<b>614</b>
3.30.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	614
6.30.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores .....	615
6.30.2.1. Juíza federal titular.....	615
6.30.2.2. Servidores .....	615
6.30.2.3. Estagiários.....	616
6.30.3. Organização da 30ª vara federal.....	617

6.30.3.1. Secretaria .....	617
6.30.3.2. Gabinete da juíza federal .....	618
6.30.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 30ª vara federal .	618
6.30.5. Planejamento das atividades da 30ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	619
6.30.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 30ª vara federal e nos gabinetes dos juízes federais.....	620
6.30.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	620
6.30.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	621
6.30.9. Processos selecionados para correição .....	622
6.30.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	622
6.30.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....	622
6.30.10. Correição anterior e autoinspeção.....	637
6.30.11. Considerações finais.....	637
6.31. 31ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARUARU/PE .....	637
6.31.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente .....	637
6.31.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....	638
6.31.2.1. Juiz federal titular.....	638
6.31.2.2. Juiz federal substituta.....	638
6.31.2.3. Servidores .....	638
6.31.2.4. Estagiários.....	640
6.31.3. Organização da 31ª vara federal.....	640
6.31.3.1. Secretaria .....	640
6.31.3.2. Gabinete dos juízes federais .....	641
6.31.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 31ª vara federal ...	641
6.31.5. Planejamento das atividades da 31ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	641
6.31.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria	

<b>Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 31ª vara federal e nos gabinetes do juiz federal .....</b>	<b>641</b>
<b>6.31.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>641</b>
<b>6.31.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>642</b>
<b>6.31.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>643</b>
<b>6.31.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>643</b>
<b>6.31.9.1.1. Processos eletrônicos.....</b>	<b>643</b>
<b>6.31.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>651</b>
<b>6.31.11. Considerações finais.....</b>	<b>651</b>
<b>6.32. 32ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GARANHUNS/PE.....</b>	<b>652</b>
<b>6.32.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>652</b>
<b>6.32.2. Corpo funcional -juízes federais e servidores.....</b>	<b>652</b>
<b>6.32.2.1. Juíza federal titular.....</b>	<b>652</b>
<b>6.32.2.2. Juiz federal substituto.....</b>	<b>653</b>
<b>6.32.2.3. Servidores.....</b>	<b>653</b>
<b>6.32.2.4. Estagiários.....</b>	<b>654</b>
<b>6.32.3. Organização da 32ª vara federal.....</b>	<b>654</b>
<b>6.32.3.1. Secretaria.....</b>	<b>654</b>
<b>6.32.3.2. Gabinete dos juízes federais .....</b>	<b>656</b>
<b>6.32.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 32ª vara federal .</b>	<b>657</b>
<b>6.32.5. Planejamento das atividades da 32ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>657</b>
<b>6.32.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 32ª vara federal e no gabinete da juíza federal .....</b>	<b>657</b>
<b>6.32.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>658</b>
<b>6.32.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>658</b>
<b>6.32.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>659</b>
<b>6.32.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>659</b>

6.32.9.1.1. Processos eletrônicos.....	659
6.32.10. Correição anterior e autoinspeção.....	667
6.32.11. Considerações finais.....	668
<b>6.33. 33ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....</b>	<b>668</b>
6.33.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	668
6.33.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores.....	668
6.33.2.1. Juíza federal titular.....	669
6.33.2.2. Servidores .....	669
6.33.2.3. Estagiários .....	671
6.33.3. Organização da 33ª vara federal.....	671
6.33.3.1. Secretaria .....	671
6.33.3.2. Gabinete da juíza federal .....	671
6.33.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 33ª vara federal .	672
6.33.5. Planejamento das atividades da 33ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	672
6.33.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 33ª vara federal e no gabinete da juíza federal .....	672
6.33.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	673
6.33.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	673
6.33.9. Processos selecionados para correição .....	675
6.33.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	675
6.33.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....	675
6.33.10. Correição anterior e autoinspeção.....	701
6.33.11. Considerações finais.....	702
<b>6.34. 34ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE .....</b>	<b>703</b>
6.34.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	703
6.34.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores.....	703

6.34.2.1. Juíza federal titular.....	703
6.34.2.2. Servidores .....	703
6.34.2.3. Estagiários.....	705
6.34.3. Organização da 34ª vara federal.....	705
6.34.3.1. Secretaria .....	705
6.34.3.2. Gabinete da juíza federal .....	707
6.34.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 34ª vara federal .....	707
6.34.5. Planejamento das atividades da 34ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	707
6.34.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 34ª vara federal e no gabinete da juíza federal .....	708
6.34.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	708
6.34.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	709
6.34.9. Processos selecionados para correição .....	710
6.34.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	710
6.34.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....	710
6.34.10. Correição anterior e autoinspeção.....	719
6.34.11. Considerações finais.....	720
<b>6.35. 35ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE .....</b>	<b>720</b>
6.35.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	720
6.35.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....	720
6.35.2.1 Juiz federal titular.....	721
6.35.2.2. Servidores .....	721
6.35.2.3. Estagiários.....	723
6.35.3. Organização da 35ª vara federal.....	723
6.35.3.1. Secretaria .....	723
6.35.3.2. Gabinete do juiz federal.....	724

6.35.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 35ª vara federal ...	725
6.35.5. Planejamento das atividades da 35ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	725
6.35.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 35ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....	726
6.35.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	727
6.35.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	728
6.35.9. Processos selecionados para correição .....	730
6.35.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	730
6.35.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....	730
6.35.10. Correição anterior e autoinspeção.....	738
6.35.11. Considerações finais.....	739
6.36. 36ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE .....	739
6.36.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	739
6.36.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores.....	739
6.36.2.1. Juíza federal titular.....	739
6.36.2.2. Servidores .....	740
6.36.2.3. Estagiários.....	741
6.36.3. Organização da 36ª vara federal.....	741
6.36.3.1. Secretaria.....	741
6.36.3.2. Gabinete da juíza federal .....	742
6.36.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 36ª vara federal .	742
6.36.5. Planejamento das atividades da 36ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	742
6.36.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 36ª vara federal e no gabinete da juíza federal .....	743
6.36.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	743
6.36.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	744

<b>6.36.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>745</b>
<b>6.36.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>745</b>
<b>6.36.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>745</b>
<b>6.36.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>750</b>
<b>6.36.11. Considerações finais.....</b>	<b>750</b>
<b>6.37. 37ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARUARU/PE .....</b>	<b>750</b>
<b>6.37.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..</b>	<b>750</b>
<b>6.37.2. Corpo funcional - juiz federais e servidores .....</b>	<b>751</b>
<b>6.37.2.1. Juiz federal titular.....</b>	<b>751</b>
<b>6.37.2.2. Servidores .....</b>	<b>751</b>
<b>6.37.2.3. Estagiários.....</b>	<b>754</b>
<b>6.37.3. Organização da 37ª vara federal.....</b>	<b>754</b>
<b>6.37.3.1. Secretaria .....</b>	<b>754</b>
<b>6.37.3.2. Gabinete do juiz federal .....</b>	<b>759</b>
<b>6.37.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 37ª vara federal ...</b>	<b>759</b>
<b>6.37.5. Planejamento das atividades da 37ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....</b>	<b>760</b>
<b>6.37.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 37ª vara federal e no gabinete do juiz federal .....</b>	<b>762</b>
<b>6.37.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....</b>	<b>762</b>
<b>6.37.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....</b>	<b>763</b>
<b>6.37.9. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>765</b>
<b>6.37.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>765</b>
<b>6.37.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....</b>	<b>765</b>
<b>6.37.10. Correição anterior e autoinspeção.....</b>	<b>772</b>
<b>6.37.11. Considerações finais.....</b>	<b>772</b>
<b>6.38.38ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERRA TALHADA/ PE .....</b>	<b>772</b>

6.38.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente ..	772
6.38.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....	773
6.38.2.1. Juiz federal titular.....	773
6.38.2.2. Servidores .....	773
6.38.2.3. Estagiários.....	775
6.38.3. Organização da 38ª vara federal.....	775
6.38.3.1. Secretaria .....	775
6.38.3.2. Gabinete do juiz federal .....	776
6.38.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 38ª vara federal ...	777
6.38.5. Planejamento das atividades da 38ª vara federal e avaliação periódica de resultados.....	777
6.38.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 38ª vara federal e nos gabinete dos juiz federal .....	777
6.38.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	777
6.38.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ .....	779
6.38.9. Processos selecionados para correição .....	780
6.38.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	780
6.38.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos .....	780
6.38.10. Correição anterior e autoinspeção.....	790
6.38.11. Considerações finais.....	791
6.39. TURMAS RECURSAIS -SJPE.....	791
6.39.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horários de expediente.....	791
6.39.1.1. PRIMEIRA TURMA RECUSAL – SJPE .....	793
6.39.1.1.1. Corpo Funcional - juízes federais e servidores.....	793
6.39.1.1.1.1. Juiz federal presidente – titular da 3ª relatoria .....	793
6.39.1.1.1.2. Juiz federal titular da 1ª relatoria .....	793
6.39.1.1.1.3. Juiz federal titular da 2ª relatoria .....	794
6.39.1.1.1.4. Servidores - funções de confiança, cargos em comissão e formação	

acadêmica .....	794
<b>6.39.1.1.2. Organização da turma recursal.....</b>	<b>796</b>
<b>6.39.1.1.2.1. Organização da secretaria da turma recursal.....</b>	<b>796</b>
<b>6.39.1.1.3. Participação direta do juiz federal presidente em reuniões com a equipe da turma recursal.....</b>	<b>796</b>
<b>6.39.1.1.4. Planejamento das atividades da turma recursal, avaliação periódica de resultados e fixação de metas.....</b>	<b>796</b>
<b>6.39.1.1.5. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da turma recursal .....</b>	<b>797</b>
<b>6.39.1.1.6. Número de processos e relação servidor/processo - 1ª relatoria.....</b>	<b>797</b>
<b>6.39.1.1.7. Número de processos e relação servidor/processo - 2ª relatoria.....</b>	<b>797</b>
<b>6.39.1.1.8. Número de processos e relação servidor/processo - 3ª relatoria.....</b>	<b>797</b>
<b>6.39.1.1.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 1ª relatoria.....</b>	<b>798</b>
<b>6.39.1.1.10. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 2ª relatoria.....</b>	<b>799</b>
<b>6.39.1.1.11. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 3ª relatoria.....</b>	<b>800</b>
<b>6.39.1.1.12. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>801</b>
<b>6.39.1.1.12.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>801</b>
<b>6.39.1.1.13. Correição anterior e autoinspeção .....</b>	<b>807</b>
<b>6.39.1.1.14. Considerações finais .....</b>	<b>807</b>
<b>6.39.1.2. SEGUNDA TURMA RECUSAL – SJPE .....</b>	<b>807</b>
<b>6.39.1.2.1. Corpo Funcional - juízes federais e servidores.....</b>	<b>807</b>
<b>6.39.1.2.1.1. Juíza federal presidente – titular da 3ª relatoria .....</b>	<b>808</b>
<b>6.39.1.2.1.2. Juiz federal titular da 1ª relatoria .....</b>	<b>808</b>
<b>6.39.1.2.1.3. Juiz federal titular da 2ª relatoria .....</b>	<b>809</b>
<b>6.39.1.2.1.4. Servidores - funções de confiança, cargos em comissão e formação acadêmica .....</b>	<b>809</b>
<b>6.39.1.2.2. Organização da turma recursal.....</b>	<b>810</b>
<b>6.39.1.2.2.1. Organização da secretaria da turma recursal.....</b>	<b>810</b>
<b>6.39.1.2.3. Participação direta da juíza federal presidente em reuniões com a equipe da turma recursal.....</b>	<b>811</b>

<b>6.39.1.2.4. Planejamento das atividades da turma recursal, avaliação periódica de resultados e fixação de metas.....</b>	<b>811</b>
<b>6.39.1.2.5. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes .....</b>	<b>811</b>
<b>6.39.1.2.6. Número de processos e relação servidor/processo - 1ª relatoria.....</b>	<b>811</b>
<b>6.39.1.2.7. Número de processos e relação servidor/processo - 2ª relatoria.....</b>	<b>812</b>
<b>6.39.1.2.8. Número de processos e relação servidor/processo - 3ª relatoria.....</b>	<b>812</b>
<b>6.39.1.2.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 1ª relatoria.....</b>	<b>812</b>
<b>6.39.1.2.10. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 2ª relatoria.....</b>	<b>813</b>
<b>6.39.1.2.11. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 3ª relatoria.....</b>	<b>814</b>
<b>6.39.1.2.12. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>815</b>
<b>6.39.1.2.12.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>816</b>
<b>6.39.1.2.13. Correição anterior e autoinspeção .....</b>	<b>821</b>
<b>6.39.1.2.14. Considerações finais .....</b>	<b>822</b>
<b>6.39.1.3. TERCEIRA TURMA RECUSAL – SJPE.....</b>	<b>822</b>
<b>6.39.1.3.1. Corpo Funcional - juízes federais e servidores.....</b>	<b>822</b>
<b>6.39.1.3.1.1. Juiz federal presidente – titular da 2ª relatoria .....</b>	<b>822</b>
<b>6.39.1.3.1.2. Juíza federal titular da 1ª relatoria .....</b>	<b>823</b>
<b>6.39.1.3.1.3. Juiz federal titular da 3ª relatoria .....</b>	<b>823</b>
<b>6.39.1.3.1.4. Servidores - funções de confiança, cargos em comissão e formação acadêmica .....</b>	<b>824</b>
<b>6.39.1.3.2. Organização da turma recursal.....</b>	<b>825</b>
<b>6.39.1.3.2.1. Organização da secretaria da turma recursal.....</b>	<b>825</b>
<b>6.39.1.3.3. Participação direta do juiz federal presidente em reuniões com a equipe da turma recursal.....</b>	<b>826</b>
<b>6.39.1.3.4. Planejamento das atividades da turma recursal, avaliação periódica de resultados e fixação de metas.....</b>	<b>826</b>
<b>6.39.1.3.5. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da turma recursal .....</b>	<b>826</b>
<b>6.39.1.3.6. Número de processos e relação servidor/processo - 1ª relatoria.....</b>	<b>826</b>

<b>6.39.1.3.7. Número de processos e relação servidor/processo - 2ª relatoria.....</b>	<b>826</b>
<b>6.39.1.3.8. Número de processos e relação servidor/processo - 3ª relatoria.....</b>	<b>827</b>
<b>6.39.1.3.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 1ª relatoria.....</b>	<b>827</b>
<b>6.39.1.3.10. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 2ª relatoria.....</b>	<b>828</b>
<b>6.39.1.3.11. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 3ª relatoria.....</b>	<b>829</b>
<b>6.39.1.3.12. Processos selecionados para correição .....</b>	<b>830</b>
<b>6.39.1.3.12.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>830</b>
<b>6.39.1.3.13. Correição anterior e autoinspeção .....</b>	<b>836</b>
<b>6.39.1.3.14. Considerações finais .....</b>	<b>836</b>
<b>7. INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL NO TRF-5ª REGIÃO .....</b>	<b>836</b>
<b>8. CONCLUSÃO .....</b>	<b>837</b>

## **1. ABERTURA DOS TRABALHOS**

A correição ordinária na Seção Judiciária de Pernambuco, instituída pela Portaria nº 330/2017-TRF5-CR, de 11 de outubro de 2017, cumpre o que determinam os arts. 27 e 28 do Regimento Interno da Corregedoria-Regional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5, atualizado pela Emenda Regimental 05, de 29 de março de 2006, e atende ao disposto no art. 4º, I, da Resolução nº 49, de 02 de março de 2009, do Conselho da Justiça Federal (redação dada pela Res. 71, de 2009) e na Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, também do CJF.

Os trabalhos de correição se iniciaram com a publicação da portaria acima referida, que fixou a realização dos trabalhos correicionais para os períodos de 06 a 10 de novembro de 2017, 14, 16 e 17 de novembro de 2017 e 20 a 23 de novembro de 2017 (processos físicos); e de 04 a 15 de dezembro de 2017, para os processos virtuais em trâmite nos sistemas Creta e PJe.

O diretor do foro, os juízes federais titulares e substitutos das varas federais e da turma recursal da Seção Judiciária de Pernambuco, bem como os diretores de secretaria judiciária, de turma recursal e da secretaria administrativa, foram devidamente cientificados da correição ordinária, por meio de comunicações encaminhadas por esta Corregedoria-Regional.

Para dar conhecimento do início dos trabalhos da correição, foram também cientificados, por meio de ofício, o Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, o Procurador-chefe da Procuradoria da República, o Advogado-chefe da Advocacia-Geral da União e o Defensor Público-chefe da Defensoria Pública da União, todos com atuação no Estado de Pernambuco.

A equipe da correição, coordenada pelo corregedor-regional, foi integrada pelos servidores, no trabalho de assessoria, Anastácia Barros de Figueiredo, Andrea Cristina de Sousa, Antônio César Melo dos Santos, Carolina Lucena de Medeiros, Cynara Vilela Guerra, Fabiana Figueira Sanches Flores, José Rodrigo Rodrigues Vieira dos Santos, Lena Auto Faeirstein Marinho, Mirella Inojosa da Costa Lima Leite, Nadja Barros Santiago e Tereza Cristiana Rabelo Pessoa de Mello, além dos servidores Gilvan Sales dos Santos e Joel Rodrigues Ferreira Filho, que prestaram serviço como agentes de segurança/motoristas, indicados por meio da Portaria nº 339/2017-TRF5-CR, de 24 de outubro de 2017.

## **2. METODOLOGIA ADOTADA NA CORREIÇÃO**

Consoante estabelece o art. 3º da Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, do CJF, a correição é atividade administrativa e, quando a realiza, o corregedor é órgão administrativo do respectivo Tribunal, não estando investido em atribuições jurisdicionais.

Os trabalhos de correição realizados na Seção Judiciária de Pernambuco tiveram como base quatro pilares, quais sejam: a) gestão processual (rotinas, divisão de trabalho, organização das tarefas etc); b) desempenho quantitativo (cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, volume de processos distribuídos e julgados, realização de conciliações etc) e qualitativo (presteza no atendimento de partes, advogados, Ministério Público e Defensoria Pública, qualificação dos servidores etc); c) cumprimento da legislação e resoluções do CNJ, CJF, TRF5; e d) verificação das instalações físicas e de equipamentos disponíveis nas unidades correicionadas.

A correição tem o foco voltado para a gestão do processo e da unidade jurisdicional e para os respectivos meios necessários ao bom andamento processual, com celeridade e eficiência.

Essa forma de atuar atende a uma moderna visão do que seja o trabalho de uma corregedoria, centrando sua atuação no desenvolvimento de uma eficiente prestação jurisdicional,

mediante o incremento da gestão do processo e na identificação de boas práticas que mereçam ser disseminadas e recomendadas para as outras unidades jurisdicionais, bem como na constatação de problemas, visando a mais rápida solução, para que a unidade correicionada possa prestar um serviço de melhor qualidade ao jurisdicionado.

Para a escolha da metodologia aplicada, também foi considerada a participação da unidade correicionada nos trabalhos da correição, mediante o preenchimento prévio de formulários de gestão, os quais foram devidamente analisados *in loco* pelo órgão correicional, possibilitando o autoconhecimento da unidade que forneceu os dados e uma maior integração entre a corregedoria-regional e a seção judiciária, como forma de gerar frutos de unidade institucional.

Para avaliação dos trabalhos nas varas federais, além do formulário de gestão, as equipes de trabalho, sob a coordenação do corregedor-regional, avaliaram os processos previamente selecionados para a correição, anotando no sistema específico (Sistema de Inspeção da Corregedoria - SIC) informações e observações acerca do andamento de cada um dos processos, as quais integram o presente relatório no tópico relativo à unidade jurisdicional respectiva.

Para a formação da amostra do acervo total de processos das varas federais, foram selecionados feitos conclusos, ações civis públicas, ações civis públicas de improbidade administrativa, ações de desapropriação por interesse social, mandados de segurança coletivo, ações populares, ações penais com réus presos e execuções fiscais de grandes devedores.

A correição concentrou-se, no período de 06 a 10 de novembro de 2017 e nos dias 14, 16 e 17 de novembro/2017, nas unidades da capital (Recife/PE) e da região metropolitana (Jaboatão dos Guararapes/PE, Cabo de Santo Agostinho/PE e Goiana/PE), além de Palmares/PE, tendo, no intervalo de 20 a 23 de novembro de 2017, sido correicionadas varas federais situadas nos municípios de Petrolina, Ouricuri, Salgueiro, Serra Talhada, Arcoverde, Garanhuns e Caruaru.

O corregedor-regional visitou, individualmente, as varas federais correicionadas, passando pelos vários setores na respectiva unidade, conversando com os magistrados e diretores de secretaria, oportunidade em que mantiveram diálogo a respeito dos aspectos que permeiam a gestão do serviço e a atividade jurisdicional em si, observando, particularmente, o que foi informado nos formulários de gestão, bem como realizou visita a setores da secretaria administrativa.

Quando da correição presencial, também foi realizada a visita à(s) vara(s) do juizado especial federal (JEF), tendo sido exigido dessa(s) unidade(s) jurisdicional(is), do mesmo modo, o preenchimento prévio do formulário de gestão.

No período de 04 a 15 de dezembro de 2017, a correição foi integrada com o exame dos processos virtuais, por meio dos sistemas Creta e PJe, realizado remotamente na sede do TRF5.

A correição virtual adotou a seguinte dinâmica: a) cadastramento da correição no sistema; b) seleção dos processos; c) análise das ocorrências; e d) expedição de relatórios com as observações anotadas.

Um terceiro momento da atividade correicional é a reunião de todos os dados coletados para elaboração e apresentação ao TRF5 do presente relatório, que deve servir de importante fonte de subsídios para definição do planejamento administrativo voltado ao primeiro grau de jurisdição.

A análise dos dados coletados pela corregedoria-regional é fundamental para se identificar se a demanda pelos serviços judiciários está ou não aumentando, bem como permitirá avaliar se o número de processos em tramitação ou em estoque está evoluindo ou involuindo, o que é de substancial importância para a definição da estratégia a ser adotada para o judiciário em geral e para

a unidade jurisdicional em específico.

### **3. OBJETIVOS GERAIS DA CORREIÇÃO**

Os objetivos da correição guardam consonância com as orientações traçadas na Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, do CJF.

Nesse sentido, a correição objetiva a busca da eficiência e aprimoramento dos juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários que lhes são afetos, bem assim a troca de experiências. E, ainda, a correição deve procurar o esclarecimento de situações de fato, a prevenção de irregularidades, o aprimoramento da prestação jurisdicional, a celeridade nos serviços cartorários e, se for o caso, o encaminhamento para apuração de irregularidades ou faltas disciplinares. É também papel da atividade correicional promover maior integração entre a corregedoria-regional e a seção judiciária, como forma de gerar frutos de unidade institucional.

Por fim, a correição tem por objetivo precípuo contribuir com a melhoria dos serviços prestados pela Justiça Federal aos seus jurisdicionados.

### **4. IDENTIFICAÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO**

A Seção Judiciária de Pernambuco é uma das seis seções que compõem a jurisdição do TRF5, tendo como diretor do foro o juiz federal Frederico José Pinto de Azevedo e tem a sua sede localizada na Av. Recife, nº 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE. Além de toda a parte administrativa, na sede da seção judiciária, estão instaladas as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 19ª, 21ª, 22ª, 33ª e 36ª varas federais, além das turmas recursais dos JEFs.



Sede da SJPE

Na Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE, as 29ª e 30ª varas federais localizam-se na Av. Ayrton Senna da Silva, 3835, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE.



Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes/PE

Na Subseção Judiciária de Goiana/PE, está instalada a 25ª vara federal. O edifício da referida subseção judiciária situa-se na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE.



Subseção Judiciária de Goiana/PE

Na Subseção Judiciária de Cabo de Santo Agostinho/PE, encontram-se as 34<sup>a</sup> e 35<sup>a</sup> varas federais, cuja sede localiza-se na Rua Projetada C, n<sup>o</sup> 103, Loteamento Pinzón da Cidade Garapu/PE.



Subseção Judiciária de Cabo de Santo Agostinho/PE

Na Subseção Judiciária de Palmares/PE, a 26<sup>a</sup> vara federal situa-se na Rua Quilombo dos Palmares, 555, Centro, Palmares/PE.



Subseção Judiciária de Palmares/PE

Na Subseção Judiciária de Caruaru/PE, as 16<sup>a</sup>, 24<sup>a</sup>, 31<sup>a</sup> e 37<sup>a</sup> varas federais situam-se na Rua Professor Lourival Vilanova, 196, Bairro Universitário, Caruaru/PE.



Subseção Judiciária de Caruaru/PE

Na Subseção Judiciária de Garanhuns/PE, as 23<sup>a</sup> e 32<sup>a</sup> varas federais localizam-se na Rua Vital Brasil, 44, Heliópolis, Garanhuns/PE.



Subseção Judiciária de Garanhuns/PE

Na Subseção Judiciária de Arcoverde/PE, a 28ª vara federal localiza-se na Rodovia BR 232, s/n, Km 258, Arcoverde/PE.



Subseção Judiciária de Arcoverde/PE

Na Subseção Judiciária de Serra Talhada/PE, as 18ª e 38ª varas federais localizam-se na Rua Vereador Silvino Cordeiro, s/n, Várzea, Serra Talhada/PE.



Subseção Judiciária de Serra Talhada/PE

Na Subseção Judiciária de Salgueiro/PE, a 20ª vara federal situa-se na Rua João Veras de Siqueira, s/n, Nossa Senhora Aparecida, Salgueiro/PE.



Subseção Judiciária de Salgueiro/PE

Na Subseção Judiciária de Ouricuri/PE, a 27ª vara federal localiza-se na Rua José Tomás de Aquino, s/n, Centro, Ouricuri/PE.



Subseção Judiciária de Ouricuri/PE

Na Subseção Judiciária de Petrolina/PE, as 8ª e 17ª varas federais localizam-se na Praça Santos Dumont, nº 101, Centro, Petrolina/PE.



Subseção Judiciária de Petrolina/PE

Os magistrados federais da SJPE são: Frederico José Pinto de Azevedo (diretor do foro e juiz federal titular da 3ª vara federal), Roberto Wanderley Nogueira (juiz federal titular da 1ª vara federal), Augusto Cesar de Carvalho Leal (juiz federal substituto da 1ª vara federal - designado para responder pela 12ª vara/PE, com prejuízo da jurisdição originária), Francisco Alves dos Santos Júnior (juiz federal titular da 2ª vara federal), Danielli Farias Rabêlo Leitão Rodrigues (juíza federal substituta da 2ª vara federal), Amanda Torres de Lucena Diniz Araújo (juíza federal titular da 4ª vara federal), Nilcéa Maria Barbosa Maggi (juíza federal titular da 5ª vara federal), Hélio Sílvio Ourem Campos (juiz federal titular da 6ª vara federal), Ara Cárita Muniz da Silva Mascarenhas (juíza federal titular da 7ª vara federal), Thalynni Maria de Lavor Passos (juíza federal titular da 8ª vara federal), Ubiratan de Couto Maurício (juiz federal titular da 9ª vara federal), Edvaldo Batista da Silva Júnior (juiz federal titular da 10ª vara federal), Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti (juíza federal titular da 11ª vara federal), Joana Carolina Lins Pereira (juíza federal titular da 12ª vara federal - convocada para exercer funções de auxílio na Presidência do TRF-5ª Região), Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho (vice-diretor do foro e juiz federal titular da 13ª vara federal), Leonardo Augusto Nunes Coutinho (juiz federal titular da 14ª vara federal), Isaac Batista de Carvalho Neto (juiz federal substituto da 14ª vara federal), Rafael Tavares da Silva (juiz federal substituto da 6ª vara/AL - designado para prestar auxílio na 14ª vara/PE, com prejuízo da jurisdição originária), Ivana Mafra Marinho (juíza federal titular da 15ª vara federal), Liz Corrêa de Azevedo (juíza federal substituta da 15ª vara federal), José Moreira da Silva Neto (juiz federal titular da 16ª vara federal), Arthur Napoleão Teixeira Filho (juiz federal titular da 17ª vara federal), Bernardo Monteiro Ferraz (juiz federal titular da 18ª vara federal), Marília Ivo Neves (juíza federal titular da 19ª vara federal), Guilherme Soares Diniz (juiz federal substituto da 19ª vara federal), Luiz Bispo da Silva Neto (juiz federal titular da 20ª vara federal - convocado para exercer funções de auxílio na Vice-presidência do TRF-5ª Região), Francisco Antônio de Barros e Silva Neto (juiz federal titular da 21ª vara federal), Tarcísio Barros Borges (juiz federal titular da 22ª vara federal), Mateus de Freitas Cavalcanti Costa (juiz federal titular da 23ª vara federal - afastado para atuar como instrutor no STJ), Tiago Antunes de Aguiar (juiz federal titular da 24ª vara federal), Flávia Tavares Dantas (juíza federal titular da 25ª vara federal), Lianne Pereira da Motta Pires Oliveira (juíza federal substituta da 25ª vara

federal - designada para prestar auxílio na 15ª vara/PE, com prejuízo da jurisdição originária), Tarcísio Corrêa Monte (juiz federal titular da 26ª vara federal), Carlos Vinicius Calheiros Nobre (juiz federal titular da 27ª vara federal), Allan Endry Veras Ferreira (juiz federal titular da 28ª vara federal), Georgius Luis Argentini Principe Credidio (juiz federal titular da 29ª vara federal), Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz (juíza federal titular da 30ª vara federal), Marcos Antonio Maciel Saraiva (juiz federal titular da 31ª vara federal), Katherine Bezerra Carvalho de Melo (juíza federal substituta da 31ª vara federal), Madja de Sousa Moura Florêncio (juíza federal titular da 32ª vara federal), Joaldo Karolmenig de Lima Cavalcanti (juiz federal substituto da 32ª vara/PE - designado para responder pela 23ª vara/PE, com prejuízo da jurisdição originária), Roberta Walmsley Soares Carneiro Porto de Barros (juíza federal titular da 33ª vara federal), Ethel Francisco Ribeiro (juíza federal titular da 34ª vara federal), Rodrigo Vasconcelos Coêlho de Araújo (juiz federal titular da 35ª vara federal), Carolina Souza Malta (juíza federal titular da 36ª vara federal), Rafael Chalegre do Rêgo Barros (juiz federal da 16ª vara/CE - designado para responder pela 36ª vara/PE, com prejuízo da jurisdição originária), Temistocles Araujo Azevêdo (juiz federal titular da 37ª vara Federal), Felipe Mota Pimentel de Oliveira (juiz federal titular da 38ª vara federal), Emanuel José Matias Guerra (juiz federal substituto da 38ª vara federal/PE), José Baptista de Almeida Filho Neto (juiz federal da 1ª relatoria da 1ª turma recursal), Flávio Roberto Ferreira de Lima (juiz federal da 2ª relatoria da 1ª turma recursal), Paulo Roberto Parca de Pinho (juiz federal da 3ª relatoria da 1ª turma recursal), Jorge André de Carvalho Mendonça (juiz federal da 1ª relatoria da 2ª turma recursal), Frederico Augusto Leopoldino Koehler (juiz federal da 2ª relatoria da 2ª turma recursal), Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça (juíza federal da 3ª relatoria da 2ª turma recursal), Polyana Falcão Brito (juíza federal da 1ª relatoria da 3ª turma recursal), Joaquim Lustosa Filho (juiz federal da 2ª relatoria da 3ª turma recursal) e Cláudio Kitner (juiz federal da 3ª relatoria da 3ª turma recursal).

## **5. SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SECAD**

Os dados da área administrativa são resultado da coleta realizada por meio do formulário de gestão, encaminhado por esta corregedoria-regional e respondido pela Seção Judiciária de Pernambuco, por sua diretora administrativa, e complementado pela visita realizada quando da correição presencial.

O diretor do foro da Seção Judiciária de Pernambuco é o juiz federal Frederico José Pinto de Azevedo, que desempenhará a função no período de 04/04/2017 a 31/03/2019 (Atos nº 83/2017 e 198/2017 - Presidência do TRF5).

A diretora da secretaria administrativa (SECAD) é a servidora Anna Izabel Furtado de Miranda Lunardelli, que exerce a função há 14 anos (Ato nº 204/2003).

### **5.1. Corpo de servidores e estagiários**

O quadro da SECAD dispõe de 98 cargos efetivos. Destaque-se que a SECAD cedeu 35 servidores ocupantes de cargos efetivos para outros órgãos/entidades/tribunais, sendo: 31 ao TRF5, 01 para a Prefeitura de Recife/PE, 01 à Seção Judiciária da Bahia (SJBA), 01 à Seção Judiciária de Alagoas (SJAL) e 01 para a Seção Judiciária da Paraíba (SJPB). Registre-se ainda que houve a remoção, sem contrapartida, de 27 servidores para o TRF5. Houve também 01 servidor removido para a Seção Judiciária do Ceará (SJCE), por motivo de doença em pessoa da família.

Há um cargo efetivo de analista judiciário vago, em decorrência de aposentadoria ocorrida em 17/08/2017.

Segue abaixo a tabela dos servidores da SECAD (quadro da SJPE):

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação	TOTAL
Filipe de Deus Ishigami	Técnico Judiciário	FC05	Superior	Humanas	1
André Luiz B. Alves	Técnico Judiciário	FC04	Superior	Exatas	2
Lucinete M. dos Prazeres	Analista Judiciário	FC05	Pós-Graduado	Jurídica	3
Rosa Cícero Correia	Técnico Judiciário	FC05	Pós-Graduado	Jurídica	4
Wilson Albuquerque Pereira Junior	Técnico Judiciário	FC04	Superior	Jurídica	5
Juliana Lemos Nunes	Técnico Judiciário	FC05	Pós-Graduado	Exatas	6
Anna Izabel Furtado de M. Lunardelli	Técnico Judiciário	CJ03	Pós-Graduado	Humanas	7
Florian Peixoto Junior	Técnico Judiciário	FC04	Superior	Jurídica	8
Simone Elizabete de S. Ferreira	Técnico Judiciário	FC04	Superior	Saúde	9
Alexandre de Souza Albuquerque	Analista Judiciário	-	Pós-Graduado	Jurídica	10
Ma. de Lourdes Castelo Branco de Oliveira	Analista Judiciário/ Biblioteconomia	FC 05	Pós-Graduado	íblioteconomia	11
Josemar do Carmo Melo	Técnico Judiciário	FC06	Pós-Graduado	Comunicação	12
Marise Rios Diniz	Técnico Judiciário	FC04	-	-	13
Francisco de Assis Fitipaldi Barros	Técnico Judiciário	FC05	Pós-Graduado	Exatas	14
Carlos Alberto Gomes da Silva	Técnico Judiciário	FC05	Pós-Graduado	Humanas	15
José Carlos de F. Lima Filho	Técnico Judiciário	-	-	-	16
Hélio Pereira da Silva	Técnico Judiciário	-	Pós-Graduado	Jurídica	17
Jorge Luiz de Araújo Fernandes	Técnico Judiciário	FC04	Pós-Graduado	Humanas	18
Josivaldo Almeida de Carvalho	Técnico Seg. e Transporte	GAS	-	-	19
Gustavo Domingos de Almeida	Técnico Judiciário	FC04	Pós-Graduado	Exatas	20
Fernando Antônio	Técnico Seg. e	GAS	Pós-Graduado	Humanas	21

Guimarães	Transporte				
Antônio Ferreira Machado Neto	Técnico Seg. e Transporte	GAS	-	-	22
Cláudio Manoel de Andrade Filho	Técnico Seg. e Transporte	GAS	-	-	23
Durval Teixeira Rocha Neto	Técnico Seg. e Transporte	GAS	-	-	24
Edinaldo Marinho de M. Filho	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Pós-Graduado	Jurídica	25
Helton Luiz Farah Silva	Técnico Seg. e Transporte	GAS	-	-	26
Leandro Pontes da Silva	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Pós-Graduado	Humanas	27
Paulo José de Farias	Técnico Seg. e Transporte	GAS	-	-	28
Mario Adolfo F. de Souza Ferreira	Técnico Seg. e Transporte	GAS	-	-	29
Newton Eduardo V. P. de Mello	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Pós-Graduado	saúde	30
Rinaldo Manoel dos Santos	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Superior	Jurídica	31
Rivaldo Alves Pereira	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Pós-Graduado	Jurídica	32
Rosivaldo Aniceto da Silva	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Pós-Graduado	Jurídica	33
Sérgio Soares de Miranda	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Pós-Graduado	Jurídica	34
Marcos Antônio Lira Madureira	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Pós-Graduado	Jurídica	35
Thiago Barreto Coelho e Silva	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Superior	Humanas	36
Ivaldo Severino da Silva	Técnico Judiciário	FC06	Pós-Graduado	Jurídica	37
Lucas Medeiros de Oliveira	Técnico Seg. e Transporte	FC04	Pós-Graduado	Jurídica	38
Luzineide Ma. M. do R. Barros	Técnico Judiciário	FC05	Pós-Graduado	Humanas	39
Elinaldo Gonçalves da Silva	Técnico Judiciário	-	Superior	Humanas	40
Elizabeth Cunha S. de Oliveira	Técnico Judiciário	FC03	Pós-Graduado	Humanas	41

Cláudio Rogério de Lima Reis	Técnico Judiciário	FC03	Superior	Humanas	42
Juraci Alfredo dos Santos	Técnico Seg. e Transporte	FC04	Pós-Graduado	Jurídica	43
Adilson Josué da Silva	Técnico Seg. e Transporte	FC04	Pós-Graduado	Humanas	44
Jeferson Queiroz Lira	Técnico Seg. e Transporte	FC03	Pós-Graduado	Humanas	45
José Ivan Barbosa de Melo Ferraz	Técnico Seg. e Transporte	FC05	Pós-Graduado	Exatas	46
João Batista O. da Cunha	Técnico Judiciário	FC03	Pós-Graduado	Humanas	47
Marcos Antônio Cabral da Silva	Técnico Judiciário	FC04	Superior	Jurídica	48
Rui Carlos de Mendonça	Técnico Judiciário	FC05	Pós-Graduado	Humanas	49
Helen Melo Tavares Verçosa	Técnico Judiciário	FC05	Pós-Graduado	Humanas	50
Neulaide Maria Cabral Tozzi	Técnico Judiciário	FC03	Superior	Humanas	51
Jeremias José de Oliveira	Técnico Seg. e Transporte	FC04	Superior	Humanas	52
Luiz Carlos Palmeira	Técnico Seg. e Transporte	GAS	-	-	53
Andrea Paula de Moura	Técnico Judiciário	FC04	Superior	Humanas	54
Nancy Barbosa de Oliveira	Técnico Judiciário	FC05	Superior	Humanas	55
Carlos Roberto Barbosa de Lima	Técnico Judiciário	FC04	-	-	56
Ma. da Conceição Castro A. de Melo	Técnico Judiciário	FC02	Pós-Graduado	Humanas	57
Josilene da Silva Batista	Técnico Judiciário	FC04	-	-	58
Ancila Carine Gomes Henrique	Analista Administrativo	FC03	Pós-Graduado	Humanas	59
Ana Elisabete Ferreira Veras	Técnico Judiciário	FC04	Superior	Exatas	60
Maria do Carmo de Andrade Lima	Técnico Judiciário	FC05	Superior	Humanas	61
Diego Rafael Cadena da Mata	Técnico Judiciário	FC05	Superior	Jurídica	62
Evandro Carlos Siqueira	Técnico Judiciário	FC03	Pós-Graduado	Exatas	63

de Andrade					
Ana Lucia de Lucena Silva	Técnico Judiciário	FC04	-	-	64
Anastácia Cristina Ferreira	Técnico Judiciário	FC04	Pós-Graduado	Humanas	65
Luciana Farias Dias	Técnico Judiciário	FC03	Pós-Graduado	Jurídica	66
Ayza Roberta Pacheco Ferreira	Técnico Judiciário	FC05	Pós-Graduado	Humanas	67
Geórgia Marinês da Paixão e Silva	Técnico Judiciário	FC06	Pós-Graduado	Jurídica	68
Carlos Antônio de Araújo	Técnico Seg. e Transporte	FC05	-	-	69
Ednilson José da Silva	Técnico Judiciário	FC04	Pós-Graduado	Humanas	70
Homero Márcio Saraiva Landim	Técnico Judiciário	-	Pós-Graduado	Jurídica	71
Oseias Rodrigues Barbalho	Técnico Judiciário	FC03	Pós-Graduado	Humanas	72
Daniel Carvalho de Menezes	Técnico Judiciário	FC04	Pós-Graduado	Jurídica	73
Sérgio Soares de Almeida	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Superior	Humanas	74
Tarcísio de Barros	Técnico Judiciário	-	-	-	75
Rui Robson Silva de Andrade	Técnico Judiciário	FC03	Superior	Exatas	76
João Maria Sinício da Silva	Técnico Judiciário	FC03	Superior	Jurídica	77
Fernando Oliveira da Cunha	Técnico Judiciário	FC03	Pós-Graduado	Exatas	78
Marcelo Henrique M. da Silva	Técnico Judiciário	FC04	Pós-Graduado	Humanas	79
Ana Paula Cavalcanti Monteiro Ferreira	Técnico Judiciário	-	Pós-Graduado	Jurídica	80
José Airton Ferreira dos Santos	Técnico Judiciário	FC03	Pós-Graduado	Jurídica	81
Alessandra Aparecida Neves da Silva	Técnico Judiciário	-	Pós-Graduado	Jurídica	82
Eliene Maria da Silva	Técnico Judiciário	FC03	Pós-Graduado	Humanas	83
Maria das Graças Valcacer de Lima	Analista Administrativo	FC03	Pós-Graduado	Humanas	84
Eraldo Batista de Araújo	Técnico Judiciário	-	-	-	85

José Waldeck dos Santos	Técnico Judiciário	-	-	-	86
-Gabriel Augusto de Aquino Albuquerque	Técnico Judiciário	FC05	Pós-Graduado	Jurídica	87
Moacir Moraes de Almeida	Técnico Judiciário	FC03	Superior	Jurídica	88
Juarez Lopes Batista	Técnico Judiciário	FC03	-	-	89
Izabel Cristina M. dos Passos	Técnico Judiciário	-	Superior	Humanas	90
João Carlos Zirpoli Leite	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Mestre	Exatas	91
Ubaldo Bezerra Arimateia	Analista Administrativo	FC05	Pós-Graduado	Jurídica	92
Aurizete Gomes de Moura	Analista Administrativo	FC03	Pós-Graduado	Economia	93
Roberto Coutinho Holmes Lins	Analista Judiciário	FC03	Superior	Jurídica	94
Gleibson da Silva Lima	Técnico Seg. e Transporte	FC03	-	-	95
Paulo Melício Carneiro Leão de Farias	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Pós-Graduado	Humanas	96
Luiz de França Araújo Neto	Técnico Seg. e Transporte	GAS	Superior	Exatas	97
André Leonardo Leão de Lima	Técnico Judiciário	FC:06	Superior	Exatas	98

Convém salientar que a maioria dos servidores da SECAD da SJPE, ocupantes do cargo de analista judiciário, conta com pós-graduação, e grande parte dos técnicos judiciários detém formação em curso superior de ensino e/ou pós-graduação, o que demonstra uma preocupação com a qualificação, já que um dos requisitos para a investidura no primeiro cargo é o nível superior de ensino e, no último cargo, o nível médio de ensino.

A SECAD conta com 31 servidores requisitados e 05 removidos, conforme as tabelas seguintes:

REQUISITADOS	FC OU CJ	ÓRGÃO DE ORIGEM
Luana Silveira Tucci	FC04	Prefeitura Municipal de Goiânia/GO da Informação (ATI)
Abnilson Vilar de Santana	FC04	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Maria Engrácia Paes Freire Falcão	FC04	Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco
Gizelda Rita de Barros Souza	FC06	SJAL
Deize das Neves Correia	FC05	Prefeitura do Recife/PE
José Moreira Lima Neto	FC05	Prefeitura Vitória de Santo Antão/PE
Antonio Romero Cavalcanti Gomes	FC04	Prefeitura de Lucena/PB
Lígia da Conceição Novo dos Santos	FC03	SJBA
José Robério Siqueira da Silva	FC03	CHESF
Marcelo Alves de Macedo	FC05	Prefeitura do Recife/PE
Wellingson Vieira Alves da Costa	FC03	Prefeitura do Recife/PE
Jorge Luiz de Moraes	FC05	Caixa Econômica Federal
Ana Lúcia Siqueira de Medeiros	FC04	Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco
Maria Carolina Costa Pontes	FC04	DETRAN/PE
Yuri Galindo Franca de	FC05	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Carlos Patrick da Silva	FC04	Prefeitura de Surubim/PE
Rildo Rodrigues Martins	FC04	Prefeitura de Paulista/PE
Suzan Natally Vitorino Silva	FC05	Prefeitura do Recife/PE
Nathiene Alencar de Sá	FC05	UFRPE
Edmilson José Nascimento Fragoso	FC02	Secretaria de Saúde de PE
Renata Aguiar Barreto A.	FC03	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)
Clodoaldo Moreira dos S. Filho	FC03	Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco

Guilherme Pires Torres	FC05	Prefeitura do Recife/PE
Cácio Bezerra de Alencar	FC03	Prefeitura de Igarassu/PE
Murilo Lima Tavares	FC03	Prefeitura de Serra Talhada/PE
Rosângela Andrade Aguiar	FC03	Instituto Federal de Pernambuco
Juliana Feitosa de Sá	FC03	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
Telmo Araújo da Rocha Barros	FC05	Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI)
Rafael Ribeiro do Nascimento	FC03	Prefeitura do Recife/PE
Daniela Ferraz	FC04	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA)
Priscilla Paulla Cavalcanti da Silva	FC03	Prefeitura de Vitória de Santo Antão/PE

REMOVIDOS	FC OU CJ	ÓRGÃO DE ORIGEM
Jeremias Nogueira P. da Silva Filho	FC04	Seção Judiciária de São Paulo
Antônio Carlos da Costa	-	Seção Judiciária de Minas Gerais (SJMG)
Carlos Cristiano B. Pereira	FC04	
Gustavo André da Fonseca Pereira	-	SJSP
Mônica Maria Rodrigues Veloso	FC03	Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ)

A SECAD está com 13 funções gratificadas vagas, conforme o quadro abaixo:

<b>Funções Vagas</b>	
FC04	Supervisor-Assistente do Setor de Análise de Licitações, Contratos e Convênios
FC03	Setor Técnico de Análise de Pessoal
FC03	Secretário do Gabinete do Diretor do Núcleo Administrativo
FC05	Supervisor da Seção de Saúde
FC04	Supervisor-Assistente da Seção de Arquivo e Depósito Judicial
FC05	Supervisor do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania

FC03	Assistente-Técnico III do Centro de Solução de Conflitos
FC05	Supervisor da Seção de Sistemas
FC04	Supervisor-Assistente do Setor de Sistemas Operacionais
FC04	Supervisor-Assistente do Setor Técnico de Banco de Dados
FC04	Supervisor-Assistente do Setor de Atendimento ao Usuário
FC04	Supervisor-Assistente do Setor de Manutenção de Equipamentos
FC04	Supervisor-Assistente do Setor de Segurança da Informação

Na SECAD, não há servidores em auxílio (cedidos pelas varas). Assim, a SECAD conta com 134 servidores em exercício (considerando os ocupantes de cargo efetivo, requisitados, sem vínculo e em auxílio, descontando os afastados por qualquer motivo - exceto férias).

Na SECAD, os *feedbacks*, após a avaliação de desempenho dos servidores, são dados a critério de cada avaliador ou superior imediato.

Há a previsão de 25 estagiários para a SECAD, assim distribuídos: administração - 05, ciências contábeis - 07, direito - 07, biblioteconomia - 01, informática - 04 e jornalismo - 01. Atualmente, o número efetivo de estagiários obedece ao constante da tabela seguinte:

<b>QUANTIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>SETOR</b>
01	Administração	Setor de Benefícios
01	Administração	Setor de Legislação de Pessoal
01	Administração	Setor de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal
01	Administração	Núcleo Judiciário
01	Direito	Assessoria Jurídica do Foro
02	Direito	Distribuição dos Juizados
01	Ciências Contábeis	Contadoria do Juizado
05	Ciências Contábeis	Contadoria do Foro
01	Jornalismo	Assessoria de Comunicação
01	Informática (Análise e Desenvolvimento de Sistemas)	Núcleo de Tecnologia da Informação - Área: Sistemas
01	Informática (Engenharia da Computação)	Núcleo de Tecnologia da Informação (Infraestrutura de Redes)
01	Informática – (Ciência da Computação)	Núcleo de Tecnologia da Informação (Infraestrutura de Redes)
Total = 17		

Como se pode observar, os estagiários estão lotados em setores da administração compatíveis com seus cursos.

## 5.2. Organização e divisão do trabalho

O horário de funcionamento das atividades na secretaria administrativa da Seção Judiciária de Pernambuco é das 9h às 18h.

A SECAD possui um organograma que aponta suas seções e setores.

A parte administrativa da Seção Judiciária de Pernambuco é dividida nos setores/seções indicados(as) na tabela seguinte, na qual também consta o número de servidores neles(as) lotados:

SETORES	NÚMERO DE SERVIDORES
<b>GABINETE DO JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO</b>	1
Seção de Assessoria Jurídica	2
Seção de Controle Interno	1
Setor de Análise de Licitações, Contratos e Convênios	-
Setor de Contabilidade	1
Setor Técnico de Análise de Pessoal	-
Seção de Planejamento e Integração Regional	1
Seção de Comunicação	2
<b>SECRETARIA ADMINISTRATIVA</b>	
Gabinete do Diretor de Secretaria	3
Seção de Biblioteca	3
<b>NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
Gabinete do Diretor de Núcleo	2
Seção de Administração Predial e Engenharia	1
Setor de Apoio às Subseções Judiciárias	1
Setor de Acompanhamento e Avaliação de Projetos e Obras	1
Setor de Manutenção Elétrica, Hidráulica e Telefonia	1
Setor de Serviços Gerais	1
Seção de Malotes	6
Seção de Segurança e Transportes	17

Setor de Segurança	1
Seção de Apoio Administrativo dos Juizados Especiais Federais	1
<b>NÚCLEO FINANCEIRO E PATRIMONIAL</b>	
Gabinete do Diretor do Núcleo Financeiro e Patrimonial	2
Seção de Orçamento e Finanças	5
Setor de Execução Financeira	1
Setor de Recolhimento de Tributos	1
Seção de Licitações e Contratos	2
Setor de Contratos	1
Seção de Patrimônio	2
Seção de Compras	4
Setor de Almojarifado	3
<b>NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS</b>	
Gabinete do Diretor de Núcleo	3
Seção de Legislação de Pessoal	3
Setor de Direitos e Deveres	1
Setor de Inativos e Pensionistas	1
Setor de Controle e Movimentação de Pessoal	1
Seção de Cadastro, Provimento e Vacância	3
Seção de Folha de Pagamento	3
Setor de Processamento	1
Setor de Análise e Conferência	1
Setor de Benefícios	2
Seção de Saúde	-
Seção de Treinamento e Desenvolvimento	2
Setor Técnico de Apoio à ESMAFE	1
Seção de Estágio	2
<b>NÚCLEO JUDICIÁRIO</b>	
Gabinete do Diretor de Núcleo	2
Seção de Distribuição	5
Setor de Baixas de Processos	1

Setor de Protocolo e Certidões	1
Seção de Contadoria	8
Setor de Cálculos	1
Setor de Análises e Conferências	1
Seção de Arquivo e Depósito Judicial	5
Seção de Atendimento e Distribuição dos Juizados	5
Seção de Contadoria dos Juizados Especiais	8
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	-
<b>NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	
Gabinete do Diretor de Núcleo	1
Seção de Sistemas	-
Setor Análise e Desenvolvimento	1
Setor de Testes e Qualidade e Integração de Sistemas	-
Seção de Infraestrutura	1
Setor de Segurança da Informação	-
Setor de Sistemas Operacionais e Redes	-
Setor de Bancos de Dados	-
Seção de Suporte e Manutenção	1
Setor de Atendimento ao Usuário	-
Setor de Manutenção de Equipamentos	-
Seção de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos de TI	1
<b>TOTAL</b>	<b>133</b>

## - NÚCLEO ADMINISTRATIVO

São atribuições gerais do núcleo de administração:

1. Assessorar a direção do foro na avaliação da conveniência e oportunidade das contratações suscitadas pelas varas e subseções;
2. Propor e supervisionar planos de ação, planejamentos estratégicos, programas de trabalho e metas de acompanhamentos, sob a coordenação da SECAD;
3. Impulsionar e supervisionar a tramitação de documentos e processos administrativos entre diversas unidades internas do núcleo, bem como examinar os processos após informações das

supervisões pertinentes e encaminhá-los à SECAD;

4. Prover e coordenar os serviços de apoio às varas da seção judiciária e subseções, quanto às necessidades administrativas;
5. Coordenar os serviços relativos a reformas e construção nos vários edifícios da instituição;
6. Manter-se informado e decidir sobre assuntos relativos às atividades de expedição/recebimento dos malotes e das correspondências de correios;
7. Emitir atestados de capacidade técnica para as empresas prestadoras de serviço;
8. Acompanhar o andamento dos serviços de segurança, vigilância e transporte, bem como decidir sobre os assuntos relativos à área;
9. Manter-se informado e decidir sobre assuntos relativos ao uso da frota de veículos oficiais e de representação, sua utilização, manutenção e procedimentos legais;
10. Acompanhar o andamento e decidir sobre os assuntos relativos aos serviços essenciais de limpeza, conservação, obras, serviços de engenharia, copeiragem, manutenção, operação e tráfego de elevadores;
11. Encaminhar à SECAD informações relativas a má utilização, infração e acidentes com veículos;
12. Acompanhar a frequência dos servidores ligados ao seu núcleo; e
13. Desempenhar outras atribuições típicas da unidade, delegadas por autoridade superior.

## **- NÚCLEO JUDICIÁRIO**

São atribuições gerais do núcleo judiciário:

1. Coordenar e fiscalizar as atividades desenvolvidas nas unidades vinculadas ao núcleo;
2. Pesquisar a disponibilização e procedimento de sistemas conveniados requeridos pelos usuários internos, administrar e executar atividades relativas aos sistemas conveniados implementados;
3. Coordenar e trabalhar como interlocutor nas necessidades dos usuários quanto à certificação digital e utilização das tabelas processuais;
4. Analisar os procedimentos e critérios da certidão de distribuição, a fim de definir o funcionamento do aplicativo via web utilizado pelas seções judiciárias da 5ª região.
5. Assessorar a direção do foro em matérias relacionadas diretamente ao núcleo judiciário (minutar portaria, edital, consultas à corregedoria-regional, convênios, ofícios, dentre outros);
6. Presidir a comissão permanente de avaliação de documentos;
7. Supervisionar e realizar atividades do centro judiciário de solução de conflitos da SJPE;

8. Administrar o sistema assistência judiciária gratuita da SJPE;
9. Coordenar as atividades e sistemas relacionados ao cadastramento de peritos, advogados e demais profissionais vinculados ou não à assistência judiciária;
10. Administrar o sistema PJe da SJPE;
11. Orientar os usuários do sistema PJe nas rotinas básicas;
12. Intermediar os trabalhos/informações entre as varas e o TRF5;
13. Apoio funcional aos diretores de secretaria das varas;
14. Esclarecimentos, dúvidas e informações (por e-mail, telefone e whatsapp) solicitados/encaminhados pelos jurisdicionados, Tribunal Regional Federal da 5ª Região e seções Judiciárias, envolvendo assuntos diversos;
15. Prestar atendimento às partes, procuradores e pessoas em geral;
16. Cadastrar entidades, procuradorias e seus procuradores gestores no sistema PJe da SJPE;
17. Cadastrar os usuários (advogados, procuradorias, assistentes técnicos etc.) no sistema processual eletrônico dos juizados especiais federais, no âmbito da SJPE;
18. Apoio e certificação de comparecimento de usuários no cadastramento à distância em sistema de processo eletrônico da Justiça Federal de outra região, a fim de atender ao Provimento nº 15/2014 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal;
19. Ampla gestão na definição das escalas de oficiais de justiça plantonistas pelo critério de antiguidade na escala anual e por sorteio durante o recesso forense.
20. Divulgação quinzenal das escalas de oficiais de justiça para os diretores plantonistas de toda a SJPE.

## **- CONTADORIA**

O horário de funcionamento da contadoria do foro é das 9h às 18h.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a contadoria do foro contava com 174 processos, sendo 56 físicos e 118 processos virtuais. O tempo médio de permanência dos processos na contadoria do foro é de 35 dias. O mês mais remoto relativo à chegada de processos no setor é setembro/2017.

A relação do número de processos na contadoria do foro com o número de servidores em atividade no setor é de 17.

Os servidores da contadoria do foro detêm formação em ciências contábeis, direito, matemática e estatística, relações públicas e teologia. Os referidos servidores participaram de cursos de aperfeiçoamento compatíveis com os serviços desenvolvidos pelo setor nos últimos 2 anos, tais como:

- Utilização do PJe;
- Imposto de Renda: PF (Pessoa Física), RRA (Rendimento Recebido Acumuladamente) e IR s/Previdência Privada;
- Conhecimentos no novo CPC;
- Trâmite Processual (Processo Civil);
- Matemática Financeira;
- Previdência;
- Outlook;
- Excell.

## - SEGURANÇA E TRANSPORTES

Nos últimos 2 anos, os agentes de segurança realizaram curso de reciclagem para manutenção da Gratificação por Atividade de Segurança (GAS).

Há a prestação de serviços de segurança privada pela empresa CORPVS.

A SJPE conta com os veículos indicados na tabela abaixo, que contém ainda informações sobre quilometragem e custo de manutenção:

ITEM	CLASSIF. (GRUPO)	PLACA	IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO (MARCA/MODELO)	PLACA	ANO FAB/MOD	Km	Gastos nos últimos 02 anos
1	SJPE - ARCOVERDE	C	SPACEFOX 1.6	KKA-7696	08/09	54.157	1.434,80
2	SJPE - RECIFE	C	VW - PARATI 1.6	KHT-1342	06/06	41.932	2.525,00
3	SJPE - S. TALHADA	C	VW / PARATI 1.6 TF	KIV-1331	06/07	75.080	2.532,00
4	SJPE - RECIFE	B	VW - POLO HATCH 1.6	KLU-7188	08/09	84.426	8.261,21
5	SJPE - RECIFE	B	VW - POLO HATCH 1.6	KKP-4551	07/08	101.378	6.400,70

6	SJPE - RECIFE	B	VW - POLO HATCH 1.6	KJP-5382	08/08	111.688	5.579,64
7	SJPE - RECIFE	B	VW - POLO SEDAN 1.6	KLA-3420	07/08	139.511	5.341,50
8	SJPE - RECIFE	B	VW - POLO HATCH 1.6	KIV-1351	06/07	106.234	6.351,50
9	SJPE - RECIFE	B	VW - POLO HATCH 1.6	KIV-1391	06/07	86.364	7.727,18
10	SJPE - RECIFE	C	VW - SPACEFOX 1.6	PFZ-5436	12/12	42.270	1.138,50
11	SJPE - GARANHUNS	C	VW - SPACEFOX 1.6	PFZ-5386	12/12	40.973	722,95
12	SJPE - RECIFE	B	VW - POLO SEDAN 2.0	PGK-8650	12/13	27.146	363,00
13	SJPE - RECIFE	E	FIAT-DOBLO ESSENCE 1.8	PFX-8150	12/13	61.530	7.020,57
14	SJPE - RECIFE	E	I/VW-PICK-UP AMAROK CD	OYW-1097	14/14	32.953	4.086,38
15	SJPE - PETROLINA	E	I/VW-PICK-UP AMAROK CD	PGK-1718	13/13	29.932	3.936,97
16	SJPE - SALGUEIRO	E	I/VW-PICK-UP AMAROK CD	PGQ-2994	13/14	41.004	6.525,34
17	SJPE - RECIFE	B	H. CIVIC SEDAN LXS 1.8	KIW-5576	08/08	96.661	1.400,11
18	SJPE - CABO	C	FIAT/PALIO WK TRENK 1.6	PGQ-1778	13/14	7.901	699,76
19	SJPE - RECIFE	E	FIAT-DOBLO CARGO	KLQ-4531	04/04	81.171	2.717,72
20	SJPE - RECIFE	C	VW - SPACEFOX 1.6	KKP-4601	07/08	89.403	385,00
21	SJPE - RECIFE	E	GM - D20	KFP-5017	95/95	102.000	5.220,70
22	SJPE - PETROLINA	C	VW - SAVEIRO 1.8	KKJ-8701	01/02	65.886	1.405,00
23	SJPE - OURICURI	C	FIAT/PALIO WK TRENK 1.6	PGS-3587	14/14	21.706	1.773,53
24	SJPE - RECIFE	F	FORD - C815E	KIZ-6021	06/06	210.696	15.053,15
25	SJPE - PALMARES	C	VW - PARATI 1.6	PEQ-1756	10/11	31.553	2.019,50

26	SJPE - JABOATÃO	C	VW - PARATI 1.6	PEQ-1876	10/11	31.059	2.855,14
27	SJPE - CARUARU	C	VW - PARATI 1.6	PEQ-1826	10/11	85.464	2.831,30
28	SJPE - RECIFE	I	HONDA/NXR150 BROS ES	PGS-4760	13/13	12.320	807,32
29	SJPE - RECIFE	I	HONDA/NXR150 BROS ES	PGS-4920	13/13	12.581	1.460,82
30	SJPE - RECIFE	C	RENAULT - SANDERO EXPR 1.6	PDC-7382	15/15	1684	326,67
31	SJPE - CARUARU	B	H. CIVIC SEDAN LXS 1.8	KIW-5676	08/08	87.151	1.511,15
32	SJPE - PETROLINA	B	H. CIVIC SEDAN LXS 1.8	KIW-5516	08/08	62.259	1.460,82
33	SJPE - RECIFE	B	I/CITROEN C4 PALLAS 2.0	PFV-3444	12/13	30.539	
34	SJPE - RECIFE	E	CHEVROLET-S-10	KJP-7279	97/97	106.367	0

O controle da utilização dos veículos é feito conforme determina a Resolução nº 72/2009-CJF e a Instrução Normativa nº 04-01/2010-CJF. O cadastro de veículos é gerenciado tanto por planilhas internas, quanto por sistemas informatizados (cadastro no sistema FitCard/Ecofrotas). O uso da frota é controlado por meio de formulário. O controle de gastos com combustível é realizado online, por meio de empresas contratadas para gerenciar os serviços de oficina (Ecofrotas) e de abastecimento (FitCard). O controle de cota-limite é realizado pelo sistema FitCard, limitados os gastos por veículo em R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) mensais. Ao chegar no referido limite, o veículo só poderá continuar sendo abastecido se houver autorização da direção da SECAD. São feitas amostragens mensais para verificar o quanto se gasta de combustível por veículo. Vale destacar que, no controle de gastos com combustíveis, é possível observar a data do abastecimento, horário, agente que executou, local, tipo de combustível, saldo residual, dentre outras informações. Ressalte-se, ainda, que o valor do saldo é renovado todo início de mês.

## **- BIBLIOTECA**

A biblioteca da SJPE conta com 01 bibliotecária. As aquisições de obras para o acervo são feitas anualmente. A seleção dos exemplares para aquisição é feita a partir dos relatórios dos livros mais consultados na biblioteca, da necessidade de atualização de algumas áreas do direito e a partir de algumas pesquisas solicitadas à biblioteca. Na intranet também existe um formulário de sugestão de livros para os juízes, servidores e estagiários. Em 2017, foi atualizado o acervo da biblioteca de maneira satisfatória, a fim de adequá-lo ao novo CPC. O público da biblioteca é composto, principalmente, de juízes, servidores, estagiários, advogados e estudantes de direito. Os

serviços oferecidos pela biblioteca são:

- Normalização bibliográfica, orientação e revisão - feitas pela bibliotecária, no uso das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), de referências bibliográficas (NBR 6023, 2002) e citações (NBR 10520, 2002) para auxiliar os trabalhos técnicos científicos;
- Disseminação da informação - divulgação contínua e regular dos documentos recebidos pela biblioteca, por meio de exposição das novas aquisições;
- Atendimento por telefone - responde a perguntas e esclarece as dúvidas dos usuários;
- Espaço de pesquisa - com disponibilização de computadores, mediante agendamento;
- Consulta local - consiste na utilização de publicações do acervo dentro das dependências da biblioteca. Destina-se a qualquer pessoa da comunidade, seja ela da Justiça Federal ou não;
- Disponibilização de jornal local - fornece jornal local para leitura diária;
- Círculo de leitura, em parceria com o comitê de qualidade de vida do fórum - foi realizada uma campanha visando à ampliação/diversificação do acervo da biblioteca, por meio de doações de livros que compõem a literatura nacional e estrangeira, tais como romances, contos, crônicas, poesias etc, de forma a incentivar o hábito da leitura como lazer entre magistrados e servidores. A ideia é provocar uma grande ciranda do conhecimento na qual “ter livros” é substituído por “ler livros”;
- Atualiza e mantém as páginas de *internet* e *intranet*, no que tange à biblioteca e ao Espaço Memória;
- Seleciona, insere e disponibiliza os atos normativos da SJPE no sistema da biblioteca (*pergamum*) e na *intranet*;
- Insere e disponibiliza os artigos da revista jurídica da SJPE em sua página eletrônica, utilizando o sistema eletrônico de editoração de revistas (SEER), desenvolvido pelo IBCT. O processo editorial no SEER permite uma melhoria na avaliação da qualidade do periódico e uma maior rapidez no fluxo das informações. (<https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/index>);
- Pesquisa e disponibiliza a produção intelectual, atualizada de 6 em 6 meses, dos juízes atuais e que atuaram na SJPE e a dos servidores. (<http://www.jfpe.jus.br/index.php/institucional/biblioteca/267-producao-cientifica.html>);
- Pesquisa e disponibiliza levantamento de legislação sobre como a lei é conhecida -apelido das leis. (<http://www.jfpe.jus.br/index.php/institucional/biblioteca/126-legislacao-apelido-das-leis.html>);
- Pesquisa e disponibiliza levantamento de periódicos e livros jurídicos disponíveis on-line, dando acesso a sua íntegra. (<http://www.jfpe.jus.br/index.php/catalogo-on-line-da-biblioteca/1181-periodicos-on-line-inicio.html>), (<http://www.jfpe.jus.br/index.php/catalogo-on-line-da-biblioteca/1201-livros-on-line.html>);
- Pesquisa, seleciona, insere e disponibiliza os trabalhos pertinentes à memória da Justiça Federal em Pernambuco.

<http://www.jfpe.jus.br/index.php/institucional/espaco-memoria.html>);

- Criação e publicação eletrônica do banco de imagens vinculado à memória institucional da JFPE (<https://www.flickr.com/photos/114731597@N08/sets/>);
- Empréstimo domiciliar - exclusivo aos magistrados, servidores ativos e estagiários vinculados à SJPE. Atualmente, o sistema de empréstimo das obras é realizado pelo *pergamum*.

Saliente-se ainda o recebimento, por doação do juiz federal Francisco Antônio de Barros e Silva Neto (titular da 21ª vara federal), de vários livros que serão acrescentados à coleção "Juiz Francisco Barros", que já conta com 2.690 títulos. A coleção foi referenciada conforme as normas da ABNT e disponibilizada por meio eletrônico na intranet e na página da biblioteca na internet.

### - ESTACIONAMENTO E RECEPÇÃO

Não há procedimento para controle de acesso de veículos ao estacionamento. Porém, foram instaladas câmaras de CFTV na guarita, permitindo a identificação de veículos na entrada e saída do prédio.

Na recepção, o jurisdicionado é submetido à passagem pelas portas detectoras de metais. Ademais, foram instaladas câmaras de CFTV em todo o edifício-sede, bem como controle biométrico de acesso ao anexo II e elevadores de magistrados.

A sede da SJPE conta com 786 vagas de estacionamento, sendo 286 vagas para servidores e 500 vagas para público externo, indicadas por meio de placas no acesso dos veículos. Há 15 vagas de estacionamento reservadas aos portadores de necessidades especiais (09 para servidores e 06 para o público externo); 13 vagas para idosos (08 para servidores e 05 para público). As vagas para órgãos públicos são distribuídas da seguinte forma: 04 para o Ministério Público Federal (MPF); 04 para a Advocacia-Geral da União (AGU); 03 para a Defensoria Pública da União (DPU); 01 para a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e 02 para a Polícia Federal (PF).

### - ARQUIVO

A seção judiciária desenvolve atividades de descarte de processos antigos. Foram descartados 20.270 feitos nos últimos 24 meses.

### - SETOR DE LICITAÇÃO

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia licitações em curso, conforme tabela abaixo:

Processo Licitatório	Modal.	Número	Objeto	Estado
17/2017	Pregão Eletrônico	15/2017	Registro de preços de cadeiras	Andamento/Regular
34/2017	Pregão Eletrônico	26/2017	Registro de preços de microcomputador	Andamento/Regular

35/2017	<b>Pregão Eletrônico</b>	28/2017	Registro de preços de material de limpeza	Andamento/Regular
40/2017	<b>Pregão Eletrônico</b>	32/2017	Registro de preços de água mineral	Finalizado/Houve Recurso
42/2017	<b>Pregão Eletrônico</b>	34/2017	Registro de preços de bandeiras	Andamento/Regular
43/2017	<b>Pregão Eletrônico</b>	35/2017	Registro de material de expediente	Andamento/Regular
44/2017	<b>Pregão Eletrônico</b>	36/2017	Registro de preços de material de marcenaria	Andamento/Regular
45/2017	<b>Pregão Eletrônico</b>	37/2017	Registro de preços de material elétrico	Andamento/Regular
46/2017	<b>Pregão Eletrônico</b>	38/2017	Registro de preços de alvenaria e pintura	Andamento/Regular
48/2017	<b>Pregão Eletrônico</b>	40/2017	Registro de preços de produção de vídeos	Finalizado/Houve Recurso
49/2017	<b>Pregão Eletrônico</b>	41/2017	Contratação de manutenção de veículos	Impugnação ao edital

Os servidores que atuam no setor de licitação realizaram curso de aperfeiçoamento na respectiva área, nos termos do seguinte quadro:

<b>Curso realizado</b>	<b>Instituição</b>	<b>Período</b>
Gestão de contratos	Justiça Federal	Outubro/2017

## **- CENTRAL DE MANDADOS**

Há 3 centrais de mandados na SJPE: nas subseções de Petrolina/PE e Caruaru/PE, bem como nos juizados especiais de Recife/PE (JEFs). Cada oficial de justiça fica designado por uma zona geográfica específica e, em Caruaru/PE e Petrolina/PE, além dessa área específica, há uma zona "O, Especial" que é comum a todos os oficiais, para proporcionar uma distribuição equitativa. Nos dias 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano, há rodízio com mudança de área de atuação em Petrolina/PE e, a cada 04 meses, em Caruaru/PE. Saliente-se ainda que 01 oficial de justiça é designado para o plantão semanal (diligência em regime de urgência), para o qual é regido por uma escala de revezamento. Os expedientes são distribuídos 2 vezes por semana em Petrolina/PE e 1 vez por semana em Caruaru/PE e nos JEFs em Recife (primeiro dia útil da semana) aos oficiais de justiça de forma equitativa, levando-se em consideração o grau de dificuldade e o local onde será cumprida a diligência (Caruaru/PE e Petrolina/PE). Nos JEFs, verifica-se a área de atuação de cada oficial de justiça e, quando ocorre férias de um deles, os mandados referentes a essa área são

distribuídos aos demais oficiais de justiça. O controle de prazo é efetuado por meio da emissão de relatório pelos sistemas TEBAS e PJe. Excetuando-se os casos de urgência, os mandados deverão ser cumpridos no prazo de 20 dias, em se tratando de citação, intimação, ou diligência diversa; 30 dias, em se tratando de mandado de penhora de bens; nos mandados que envolvam penhora de bens e atos subsequentes, o prazo de cumprimento é de 45 dias (Petrolina/PE). Nos JEFs em Recife e em Caruaru/PE, o prazo para cumprimento das diligências é de 30 dias. A cobrança ao oficial de justiça que excede o prazo ocorre via e-mail e nos moldes do art. 3º, item 21, do Provimento nº 2/2000 - TRF5.

## **- TREINAMENTO**

Nos últimos 2 anos, foram ministrados, dentre outros, os seguintes cursos/eventos de capacitação: O novo Código de Processo Civil aplicado à 21ª vara; O novo Código de Processo Civil aplicado às turmas recursais; Combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, PJE inspeção; PJE básico; Treinamento e avaliação para porte de armas de fogo institucional; Reciclagem para manutenção da GAS; Educação financeira; Perícias médicas, PJE varas penais; Qualificação em processo disciplinar; Excel básico 2007; Curso de cálculos judiciais - aspectos formais e matemáticos; Comunicação eficaz; O líder coach, Gestão de contratos; Modelagem e mapeamento de processos.

A seleção dos cursos ministrados é feita a partir de um levantamento das necessidades de treinamento. Em seguida, é elaborado um curso para atender à demanda. Registre-se que são realizadas avaliações acerca do desempenho do professor/instrutor nos cursos ministrados. Há 02 servidores do quadro da SJPE ministrando cursos.

## **- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

O setor de tecnologia da informação é composto pelos colaboradores abaixo indicados, com a respectiva formação acadêmica:

- André Leonardo - graduado em engenharia eletrônica;
- Telmo Araújo da Rocha Barros - pós-graduado em TI e gestão de pessoas;
- Ana Medeiros - bacharela em administração de empresas;
- José Moreira Neto - bacharel em administração de empresas; e
- Yuri Galindo - graduação em engenharia mecânica.

Em relação aos equipamentos do setor de tecnologia da informação, a SECAD informa que estes atendem às demandas atuais, podendo, contudo, ser identificadas diversas vulnerabilidades do ambiente de TI da SJPE, tais como:

1. Ausência de redundância ativa do ambiente de servidores de dados;
2. Ausência de redundância do *core* da rede;
3. CPD sem refrigeração redundante ativa;
4. Apenas 01 grupo gerador, este compartilhado com todo o prédio-sede da SJPE;

5. Necessidade de aquisição de licenças complementares para as soluções de segurança e sustentação do ambiente computacional;

6. *Nobreak* - havendo necessidade de manutenção - é necessário o desligamento do ambiente operacional de TI. Mesmo existindo 02 *nobreaks*, apenas 01 não sustenta o ambiente de TI; e

7. Necessidade de *datacenter* com NOC e toda infraestrutura de segurança e redundância.

## **- CONTROLE DE FREQUÊNCIA**

O controle da frequência dos servidores é realizado mensalmente por meio do sistema de ponto eletrônico biométrico. Até o 5º dia útil, as varas federais encaminham ao Núcleo de Gestão de Pessoas ofícios comunicando as ocorrências relativas à frequência no mês anterior referente aos servidores lotados em cada unidade.

## **- SERVIÇO MÉDICO, ODONTOLÓGICO E PSICOLÓGICO**

Não há cargos de médico, de dentista e de psicólogo na estrutura da SJPE. Todavia, um médico-perito, pertencente ao quadro de pessoal da DPU, atende à SJPE uma vez por semana com a finalidade de homologar, apenas, os atestados médicos simples.

Um cargo de analista judiciário, área judiciária, foi transformado em analista judiciário - especialidade medicina, com previsão de nomeação no início de 2018.

### **5.3. Espaço físico, serviços e manutenção**

A sede da SJPE, que abriga a SECAD, apresenta boas condições de funcionamento e adequação aos serviços judiciários. O edifício-sede da SJPE atende aos portadores de necessidade especiais. Existem 02 rampas que permitem acesso ao prédio principal e 01 rampa de acesso ao restaurante. Há elevadores no prédio principal, no Anexo I e no Anexo II. Há banheiros adaptados em todos os pavimentos do prédio-sede e do Anexo II. Registre-se ainda que há 15 vagas de estacionamento reservadas aos portadores de necessidades especiais (09 para servidores e 06 para o público externo) e 13 vagas para idosos (08 para servidores e 05 para o público externo).

Há também restaurante nas dependências da sede da SJPE, sendo realizada pesquisa de satisfação com os usuários. A última pesquisa avaliou o fornecimento de almoço, lanches, itens relativos à organização, ao serviço e à limpeza. De modo geral, o resultado foi satisfatório, tendo sido encaminhado ao representante legal do restaurante, para as providências necessárias quanto às observações elencadas pelos usuários.

A sala destinada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional do Estado de Pernambuco, tem atendido aos fins a que se destina.

Na sede da SJPE, há agência da Caixa Econômica Federal (Caixa), dispendo de caixa exclusivo para o atendimento de magistrados e servidores ativos e aposentados. Existe, ainda, caixa eletrônico do Banco do Brasil. A sede da SJPE possui auditório (salão nobre) e seus equipamentos e móveis estão em bom estado.

Por sua vez, convém destacar que a manutenção preventiva e corretiva dos elevadores é feita regularmente (contrato nº 32/2014), sendo observados os prazos estabelecidos na avença firmada com a empresa Atlas Schindler.

Registre-se ainda que a manutenção preventiva nos condicionadores de ar do edifício-sede da SJPE é realizada mensalmente. Porém, na prática, é realizada diariamente, independentemente dos chamados para manutenções corretivas, uma vez que existe equipe residente (empresa responsável: Meta Medeiros).

Com relação à higiene e limpeza do prédio, observa-se que o número de terceirizados destinados à limpeza das instalações não é suficiente para manter uma boa higiene dos espaços internos e externos. Em virtude do corte orçamentário das verbas de custeio de 30%, o quadro de terceirizados foi reduzido, diminuindo um pouco o padrão de qualidade da limpeza.

A última dedetização do prédio foi realizada em 29/09/2016. Na ocasião, foram combatidos formigas, marimbondos, traças, baratas e ratos.

Os banheiros destinados ao público em geral e aos magistrados e servidores, no edifício-sede, encontram-se em boas condições de uso. Apesar da redução no quadro de terceirizados, os banheiros são mantidos em padrões razoáveis de conservação e limpeza. O setor de serviços gerais é responsável pela fiscalização da execução dos serviços, emitindo relatórios mensais por meio de avaliações realizadas diretamente nos diversos setores da SJPE.

De modo geral, considerando a idade da edificação (cerca de 20 anos), o prédio-sede apresenta boas condições. Algumas melhorias se fazem necessárias, dentre elas, a modernização do sistema de climatização, que aguarda dotação orçamentária, do sistema de cabeamento estruturado e do sistema elétrico. Há contrato de manutenção predial com empresa de engenharia que permite continuidade das principais atividades de manutenção. Quanto aos serviços judiciários, ajusta-se o layout das varas federais sempre que uma necessidade é apresentada.

#### **5.4. Boas Práticas**

A seção de biblioteca criou o Espaço Memória, com uma exposição permanente, que mostra em sua entrada um painel horizontal expondo uma régua do tempo, na qual se conta a história da Justiça, desde o Brasil Colônia até a Constituição de 1988. Apresenta fotos dos prédios desde sua criação, sua interiorização, bem como a criação dos juizados especiais federais. Vitrines expõem processos antigos de importância histórica, além de um móbil interativo, onde os visitantes interagem e ludicamente entendem as diversas instâncias da Justiça. Há também uma mostra de reportagens de jornais apresentando os reflexos da atuação da Justiça Federal e painéis de todas as subseções judiciárias.

Concomitantemente com a criação do Espaço Memória físico, foi desenvolvido o Espaço de Memória Virtual, para torná-lo fonte sempre atualizada das informações sobre a história da JFPE.

O Espaço Virtual de Memória Institucional consiste em um domínio inserido no portal da Justiça Federal em Pernambuco, coordenado pela bibliotecária supervisora da seção de biblioteca, Maria de Lourdes Castelo Branco de Oliveira. O referido espaço virtual mostra a trajetória coletiva construída ao longo da existência da SJPE. É referência de valores e experiências, buscando garantir a identidade institucional. Sua importância reside na apresentação dos processos passados que expressam a evolução da instituição e fundamentam a formação da sua cultura, seus valores e seu capital intelectual, com reflexo no presente e no futuro. Em 2015, foi feita a inserção da página Espaço Memória no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Priname), que tem por missão, além de organizar e disponibilizar a informação, preservar a memória da Justiça. O Conselho Nacional de Justiça, por meio deste Programa, incentiva e apoia ações que buscam preservar e divulgar a memória judiciária em todos os seus

ramos de atuação e em cada região do País. Ressalta-se também que o Espaço Virtual de Memória Institucional já gerou um produto: o livro "Por causa do tempo: memória da Justiça Federal em Pernambuco", editado em 2015.

## **6. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS VARAS FEDERAIS E DAS TURMAS RECURSAIS**

As informações seguintes referem-se à análise específica das unidades, com a apresentação dos dados referentes às varas federais e às turmas recursais da SJPE.

### **6.1. 1ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

#### **6.1.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 1ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 5.010/1966 e implantada pelo Decreto-Lei nº 253/1967. Dentro de sua jurisdição, a unidade possui competência comum para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, exceto aquelas submetidas, em caráter privativo, às 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 22ª varas federais da SJPE. É responsável ainda pelo processamento e julgamento das ações de naturalização.

A vara se localiza no prédio-sede da SJPE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de funcionamento é das 9h às 18h.

#### **6.1.2. Corpo funcional -juiz federal e servidores**

A 1ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 juiz federal; b) 11 servidores efetivos (quadro da SJPE), sendo 03 analistas judiciários - área judiciária, 03 analistas judiciários – área de execução de mandados, 04 técnicos judiciários - área administrativa e 01 técnico administrativo – especialidade segurança e transporte; e c) 07 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público).

O juiz federal substituto Augusto Cesar de Carvalho Leal foi designado, “com prejuízo de sua jurisdição , exceto no que diz respeito aos impedimentos e suspeições” do juiz federal titular Roberto Wanderley Nogueira, para responder pela 12ª vara federal da SJPE, no período compreendido entre 15/05/2017 a 30/03/2019, conforme Ato nº 186, de 27 de março de 2017, da Corregedoria-Regional do TRF – 5ª Região.

##### **6.1.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Roberto Wanderley Nogueira, exerce a magistratura desde outubro/1982 (juiz de direito – Pernambuco) e a magistratura federal desde 26/02/1988. O referido magistrado atua na 1ª vara federal desde 22/07/1988.

Nos últimos 24 meses, o magistrado afastou-se de suas funções pelos motivos e períodos abaixo indicados:

<u>FÉRIAS</u>		
DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	EXPEDIENTE

Férias	16/06/2016 a 18/06/2016	PORT. 414/2015-CR E 191/2016-CR
Férias	04/07/2016 a 30/07/2016	PORT. 191/2016-CR
Férias	16/11/2016 a 15/12/2016	PORT. 414/2015-CR
Férias	17/07/2017 a 15/08/2017	PA 2452/2016
<u>LICENÇAS</u>		
DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	EXPEDIENTE
Licença (tratamento de saúde)	01/10/2015 a 03/10/2015	PA 2483/2015
Licença (tratamento de saúde)	19/06/2016 a 03/07/2016	PA 1533/2016
Licença (tratamento de saúde)	30/01/2017 a 01/02/2017	PA 0000370-56.2017.4.05.7000
<u>OUTRAS</u> (especificar motivos)		
DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO	EXPEDIENTE
Afastamento sem prejuízo de jurisdição	13/10/2015 a 13/10/2015	ECG N° 09629.0866/2015-06
Afastamento p/ tratar de assunto particular	10/11/2015 a 11/11/2015	ECG N° 0917.0954/2015-06
Afastamento p/ ministrar aula	30/11/2015 a 04/12/2015	ECG N° 09785.1022/2015-06
Afastamento p/ tratar de assunto particular	16/02/2016 a 17/02/2016	ECGN° 09944.0092/2016-06
Afastamento p/ participar de Encontro/Palestra	14/04/2016 a 15/04/2016	ECG N° 10044.0192/2016-06
Afastamento p/participar de Encontro/Palestra	18/04/2016 a 18/04/2016	ECG N° 10044.0192/2016-06
Afastamento sem prejuízo de jurisdição	18/05/2016 a 18/05/2016	ECG N° 10182.0330/2016-06
Afastamento sem prejuízo de jurisdição	06/06/2016 a 06/06/2016	ECG N° 10218.0366/2016.06
Afastamento sem prejuízo de jurisdição	19/09/2016 a 19/09/2016	ECG N° 10478.0626/2016.06

Afastamento sem prejuízo de jurisdição	24/01/2017 a 26/01/2017	PA 0000240-66.2017.4.05.7000
Afastamento p/participar de Encontro/Palestra	26/06/2017 a 28/06/2017	PA 0005712-48.2017.4.05.7000

O magistrado titular reside na região metropolitana onde se localiza a vara.

### 6.1.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 1ª vara federal, tem-se a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Airton Vasconcelos de Alencar	Analista Judiciário	Executante de Mandados	Superior completo	Direito
Ângelo Giovani de Medeiros Galvão	Analista Judiciário	Supervisor-Assistente (FC-04) do Setor de Publicações da 1ª Vara	Superior completo	Direito
Carlos Alberto Mendes da Silva	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente (FC-04) do Setor de Ações Sumaríssimas e Feitos Não-Contenciosos da 1ª Vara	Superior completo	Direito
Carlos Alberto Pinto Pessoa	Analista Judiciário	Executante de Mandados	Superior completo	Administração
Gesália Soares de Andrade	Analista Judiciário	Executante de Mandados	Superior completo	Direito (especialização Direito Público)
Marcelo Roberto Schmitz	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente 02 (FC-04) do Gabinete do Juiz Titular da 1ª Vara	Superior completo	Jornalismo
Maria Bezerra Nicolau Neta	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente (FC-04) do Setor de Ações de Rito Especial e Mandado de Segurança da 1ª Vara	Superior completo	Pedagogia
Mário Adolfo Fagundes de Souza Ferreira	Técnico Judiciário (especialidade segurança e transporte)	Sem função comissionada (recebe GAS)	Ensino médio completo	--

Múcio de Oliveira Buanafina	Analista Judiciário	Supervisor Assistente 01 (FC-04) do Gabinete do Juiz Titular da 1ª Vara	Superior completo	Direito
Paula Tatiana Vasconcelos Santos	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente (FC-04) do Setor de Ações de Rito Ordinário da 1ª Vara	Direito (Superior incompleto) Letras (Superior completo)	Letras
Paulo Belisário Carvalho Neto	Analista Judiciário	Diretor (CJ-03) de Secretaria da 1ª Vara	Superior completo	Direito

No tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 1ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que quase todos técnicos judiciários detêm nível superior de ensino.

Não há cargos efetivos vagos. Não há servidores cedidos pela unidade. Em relação aos servidores requisitados, tem-se a seguinte tabela:

Nome	Órgão de origem	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Delano Conserva de Souza	Secretaria de Administração de Pernambuco	Secretário (FC-03) do Diretor de Secretaria da 1ª Vara	Ensino médio completo	Curso técnico de contabilidade
Desirée Wanderley Rocha	Tribunal de Justiça de Pernambuco	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Substituto da 1ª Vara	Superior completo	Direito (especialização ESMAPE)
Fernando Jordão de Vasconcelos Filho	Ministério Público do Estado de Pernambuco	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Titular da 1ª Vara	Superior completo	Direito (especialização Direito Público)
Márcio Jorge Barbosa de França	TRF - 5ª REGIÃO	Supervisor (FC-05) da Seção de Procedimentos Cíveis da 1ª Vara (Substituto eventual do Diretor de Secretaria)	Superior completo	Direito
Neide Carolina Mendes de Almeida	Banco do Brasil S/A	Supervisor Assistente 02 (FC-04) do Gabinete do Juiz Substituto da 1ª Vara	Superior completo	Direito
Risocleide Pereira Bezerra Rodrigues	Secretaria de Educação de Pernambuco	Supervisor Assistente 01 (FC-04) do Gabinete do Juiz Substituto da	Superior Completo	Direito e Letras

		1ª Vara		
Thania Maria Moura Fernandes	TRF - 5ª REGIÃO	Supervisor (FC-05) da Seção de Apoio Administrativo da 1ª Vara	Superior completo	Engenharia Florestal

Há 02 funções de confiança vagas. Inexistem servidores em auxílio, cedidos por outras varas ou setores. Também não há servidores afastados por motivo que não férias.

### **6.1.2.3. Estagiários**

Há a previsão de 03 vagas de estagiários para a 1ª vara federal. Todas estas vagas estão ocupadas.

### **6.1.3. Organização da 1ª vara federal**

A secretaria da 1ª Vara Federal é composta de 13 servidores. O gabinete do magistrado conta com 04 servidores.

#### **6.1.3.1. Secretaria**

A organização e divisão dos trabalhos na secretaria são realizadas da seguinte forma:

- 04 servidores são responsáveis pela conclusão para despacho nos processos físicos e judiciais eletrônicos;
- 02 servidoras responsáveis pelo cumprimento dos processos físicos e judiciais eletrônicos;
- 01 servidor com atribuições de supervisão cível e diretor de secretaria substituto;
- 01 servidor responsável pelo setor de publicação;
- 01 servidor responsável pelo atendimento ao público no horário das 13h às 18h;
- 01 servidor responsável pela expedição de RPVs e precatórios.

#### **6.1.3.2. Organização do gabinete do juiz federal titular**

No gabinete, os processos físicos conclusos para decisão e sentença são divididos em compartimentos específicos. Os processos judiciais eletrônicos conclusos para decisão e sentença ficam inseridos em subcaixas específicas da caixa minutar.

#### **6.1.4. Participação do magistrado em reuniões com a equipe da 1ª vara federal**

O magistrado, quando entende necessário, convoca e participa de reuniões, principalmente com os servidores do gabinete.

#### **6.1.5. Planejamento das atividades da 1ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento primordial inclui a adoção constante de mecanismos que resultem na diminuição do acervo de processos ativos. Há fixação de metas periódicas de produtividade. A avaliação é realizada observando-se os relatórios estatísticos fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe.

### **6.1.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal da 1ª vara federal**

O procedimento de atendimento na secretaria consiste na adoção de escala mensal e diária, na qual um servidor é designado para comandar os mecanismos do balcão no horário das 9h às 13h. Entre 13h e 18h, outro servidor assume o atendimento, realizando-o nesse horário de segunda-feira a sexta-feira.

Havendo necessidade, um dos oficiais de gabinete é convocado para atender membros de órgãos e/ou partes que desejem esclarecimentos.

Não há consultas de satisfação diretamente relacionadas ao atendimento.

### **6.1.7. Organização e controle dos processos**

Na secretaria da vara, é adotado o compartilhamento dos feitos em estantes abertas, divididos em processos de conhecimento e execução, com especificação das fases atuais (cumprir, certificar/trasladar, para conclusão, prazo, publicação, expedição de RPVs/precatórios, aguardando pagamento de RPVs/precatórios, remessa ao arquivo geral e sobrestados).

O controle do acervo de processos tem por base os relatórios estatísticos fornecidos pelos sistemas informatizados do Tebas e PJe.

Com relação aos processos conclusos para julgamento, como já se disse, os feitos físicos são compartimentados em estantes para posterior subdivisão entre os servidores que atuam nos gabinetes. Os processos eletrônicos são inseridos em subcaixas na tarefa "minutar", subdivididos entre os servidores que atuam nos gabinetes.

Há mecanismos específicos de identificação dos processos com prioridades. Há observância, preferencialmente, da ordem cronológica de conclusão para proferir sentença, como estabelecido no art. 12 do CPC.

### **6.1.8. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 31 de outubro de 2017, a 1ª vara federal contava com 4.279 processos, sendo 2.003 físicos e 2.276 eletrônicos.

Considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores (18), a média de processos por servidor é de 237,72.

Em outubro/2017, o número de processos conclusos para sentença era de 123.

Não havia processos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Na 1ª vara federal, havia 232 processos sobrestados/suspensos, pelos seguintes motivos:

- Aguardando julgamento de agravo de instrumento;
- Aguardando julgamento de embargos à execução.

Nenhum processo foi extraviado nos últimos 24 meses, mas 02 foram restaurados.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 90 audiências e 02 inspeções ordinárias.

Foram realizadas 67 conciliações nos últimos 24 meses.

Foram canceladas 09 audiências e 31 foram adiadas.

As audiências adiadas foram remarçadas.

### 6.1.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.).**

Período de 01/01/2017 a 31/10/2017:

- Processos distribuídos: 616;

- Processos julgados: 399.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

### PROCESSOS FÍSICOS

**TOTAL DISTRIBUÍDO ATÉ 31/DEZ/2012 = 90(100%)**

**META 100% = 90 PROCESSOS**

JULGADOS ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
13	14,44%

PENDENTES DE JULGAMENTO ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
77	85,56%

Nº PROCESSOS FALTANDO SER JULGADOS PARA ALCANÇAR A META ATÉ 31/DEZ/2017	PERCENTUAL A SER CUMPRIDO ATÉ 31/DEZ/2017
77	85,56%

**TOTAL DISTRIBUÍDO ATÉ 31/DEZ/2013 =35 (100%)**

**META 85% = 29,75 PROCESSOS**

JULGADOS ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
9	25,71%

PENDENTES DE JULGAMENTO ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
26	74,29%

Nº PROCESSOS FALTANDO SER JULGADOS PARA ALCANÇAR A META ATÉ 31/DEZ/2017	PERCENTUAL A SER CUMPRIDO ATÉ 31/DEZ/2017
20,75	69,75%

### **PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS**

**TOTAL DISTRIBUÍDO ATÉ 31/DEZ/2012 = 15 (100%)  
META 100% = 15 PROCESSOS**

JULGADOS ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
6	40%

PENDENTES DE JULGAMENTO ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
9	60%
Nº PROCESSOS FALTANDO SER JULGADOS PARA ALCANÇAR A META ATÉ 31/DEZ/2017	PERCENTUAL A SER CUMPRIDO ATÉ 31/DEZ/2017
9	60%

**TOTAL DISTRIBUÍDO ATÉ 31/DEZ/2013 = 43 (100%)  
META 85% =36,55 PROCESSOS**

JULGADOS ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
9	20,93%

PENDENTES DE JULGAMENTO ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
34	79,07%
Nº PROCESSOS FALTANDO SER JULGADOS PARA ALCANÇAR A META ATÉ 31/DEZ/2017	PERCENTUAL A SER CUMPRIDO ATÉ 31/DEZ/2017
27,55	75,38%

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade informou que as audiências de conciliação estão concentradas no CEJUSC, de modo que o real cumprimento da Meta 3 seria dimensionado quando encerrado o ano de 2017.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa**

distribuídas até 31/12/2014).

### **1.PROCESSOS FÍSICOS**

**TOTAL DISTRIBUÍDO ATÉ 31/DEZ/2014 = 7 (100%)  
META 70% =4,9 PROCESSOS**

JULGADOS ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
0	0%

PENDENTES DE JULGAMENTO ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
7	100%

Nº PROCESSOS FALTANDO SER JULGADOS PARA ALCANÇAR A META ATÉ 31/DEZ/2017	PERCENTUAL A SER CUMPRIDO ATÉ 31/DEZ/2017
4,9	70%

### **2.PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS**

**TOTAL DISTRIBUÍDO ATÉ 31/DEZ/2014 = 2 (100%)  
META 70% =0,6 PROCESSOS**

JULGADOS ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
1	50%

PENDENTES DE JULGAMENTO ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
1	50%

Nº PROCESSOS FALTANDO SER JULGADOS PARA ALCANÇAR A META ATÉ 31/DEZ/2017	PERCENTUAL A SER CUMPRIDO ATÉ 31/DEZ/2017
0,6	70%

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Total de casos novos: (até 31/OUT/2017) = 95.

Total de baixados (até 31/OUT/2017) = 27.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

## **PROCESSOS FÍSICOS**

**TOTAL DISTRIBUÍDO ATÉ 31/DEZ/2013 = 7(100%)  
META 85% =5,95 PROCESSOS**

JULGADOS ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
0	0%

PENDENTES DE JULGAMENTO ATÉ 30/OUT/2017	PERCENTUAL
7	100%

Nº PROCESSOS FALTANDO SER JULGADOS PARA ALCANÇAR A META ATÉ 31/DEZ/2017	PERCENTUAL A SER CUMPRIDO ATÉ 31/DEZ/2017
5,95	85%

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

O Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implice Inelegibilidade (CNCIAI) vem sendo devidamente atualizado pela vara.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### **6.1.10. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 119 processos físicos (quando da correição tinham 2.003 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 120 processos (quando da correição tinham 2.276 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

### 6.1.10.1. Principais constatações da análise individual de Processos

#### 6.1.10.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE RECEBIMENTO DO PROCESSO NA VARA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Civil Pública	0012470382008405830 0	Recebido do TRF 5ª Região.
Embargos à Execução	0003552262000405830 0	Devolvido pela AGU.
Embargos à Execução	0003552262000405830 0	Baixado do STJ.
<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Sentença	0014567941900495830 0	De 23.03.2017 a 10.10.2017.
Embargo de Terceiro	0003237072014405830 0	De junho de 2017 (mais de 1 ano).
Civil Pública	0012470382008405830 0	Para despacho (de 31.05.2016 a 09.11.2016).
Ordinária	0000614672014405830 0	Para decisão (de 02.06.2016 a 07.10.2016).
Execução de Sentença	0010052742001405830 0	De 23.03.2017 a 10.10.2017).
Improbidade Administrativa	0017007142007405830 0	
Execução de Título Extrajudicial	0020048132012405830 0	
Embargos à Execução	0006285712014405830 0	Demora na conclusão datada de 19/09/2017.
Execução de Título Extrajudicial	0005905192012405830 0	Desde jun/16.
Improbidade Administrativa	0010553472009405830 0	
Civil Pública	0007217982010405830 0	03/maio/2017 a 30/out/2017.
Civil Pública	0007217982010405830 0	Dez/2016 a março/2017.
Embargos à Execução	0010804892014405830 0	
Civil Pública	0016920292005405830 0	
Execução de Sentença	0002886972015405830 0	Para decisão (de 05.06.2017 a 13.09.2017).
Improbidade Administrativa	0009284362010405830 0	
Execução de Sentença	0004401702015405830 0	Demora para a conclusão operada em 18/01/2016 (fl. 76), já que o último ato a esta precedente se deu em 17/07/2015 (fl. 74).
Popular	0015261722011405830 0	
Embargos à Execução	0010517972012405830 0	Jul/2017 a set/2017.

Ordinária	0002866242006405830 0	
Civil Pública	0012300902013405830 0	
Ordinária	0005408301997405830 0	Para despacho (de 14.06.2017 a 21.09.2017).
Embargos à Execução	0005536882013405830 0	Para sentença - de 10/07/2017 a 23/10/2017 (fls. 150 e 153, respectivamente).
Ordinária	0000020028300006644 5	Para despacho de fl. 390 (de 11/04/2017 - fls. 389v - a 18/08/2017).
Civil Pública	0006196632005405830 0	Demora para a conclusão, uma vez que esta se deu em agosto de 2017 e o último ato anterior a esta ocorreu em abril de 2017.
Civil Pública	0009016452011405830 0	Demora para a conclusão realizada em 30/03/2017, já que o último ato (transcurso de prazo) se deu em 11/11/2016.
Usucapião	0000985702010405830 0	Demora para a conclusão realizada em 16/01/2013 (fl. 134), uma vez que o ato a esta precedente (juntada da peça de fl. 129) se deu em 30/11/2012.
Usucapião	0000985702010405830 0	Demora para a conclusão realizada em 22/07/2014 (fl. 187), uma vez que o último ato precedente (juntada da peça realizada à fl. 181) se deu em 09/04/2014.
Usucapião	0000985702010405830 0	Demora para a conclusão operada em 03/12/2015 (fl. 201), uma vez que o último ato a esta precedente se deu em 25/03/2015 (fl. 200 v.).
Civil Pública	0010598172010405830 0	Demora para a conclusão operada em 20/09/2016 (fl. 323), uma vez que o último ato (juntada de peça) se deu em 15/07/2017 (fl. 322).
Civil Pública	0010598172010405830 0	Demora para a conclusão realizada em 27/01/2017 (fl. 329), uma vez que o último ato (juntada de petição) se deu em 25/10/2016 (fl. 325).
Usucapião	0008843842012405830 0	Demora para a conclusão operada em 14/01/2013 (fl. 119), uma vez que o último ato a esta precedente se deu em 20/11/2012 (juntada de petição realizada à fl. 114).

#### DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Usucapião	0000985702010405830 0	Demora para a expedição da certidão de fl. 103, lavrada em 29/03/2011, uma vez que o ato anterior (juntada de mandado) se deu em novembro de 2010 (fl. 101 v.).

#### DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Usucapião	0000985702010405830 0	Demora para a juntada da petição de fl. 170/ 170 v., protocolizada em

Execução de Sentença	0004276302000405830 0	12/11/2013, uma vez que a colação se deu apenas em 08/01/2014 (fl. 169). Jul/2017 a set/2017.
----------------------	--------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	0008919062015405830 0	O processo encontra-se concluso para prolação de sentença desde junho/2017, há mais de 4 (quatro) meses.
Ordinária	0009079652014405830 0	Demora ao apreciar o pedido de impugnação ao valor da causa.
Ordinária	0008526182014405830 0	Demora na prolação de sentença há mais de 1 ano.
Ordinária	0008996492014405830 0	
Ordinária	0006401772014405830 0	O processo encontra-se concluso para sentença há mais de um ano.
Ordinária	0000020058300013374 5	Aguardando prolação da sentença desde 24/08/2017.
Embargos à Execução	0010923502014405830 0	Demora para a prolação de sentença, uma vez que desde 22/06/2017 o feito foi concluso (fl. 686), mas não se proferiu sentença.
Civil Pública	0003557482000405830 0	Fev/2017 a maio/2017.
Embargo de Terceiro	0003237072014405830 0	
Ordinária	0015357872011405830 0	Processo concluso para sentença desde 14/11/16.
Embargos à Execução	0001111812014405830 0	
Execução de Título Extrajudicial	0020048132012405830 0	
Embargos à Execução	0010804892014405830 0	
Civil Pública	0012300902013405830 0	

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	0009005112014405830 0	Abril/2015 a agosto/2015.
Embargos à Execução	0010517972012405830 0	Jun/2015 a out/2015.
Embargos à Execução	0000303132013405830 0	Set/2015 a março/2017.
Civil Pública	0007217982010405830 0	Dez/2016 a 30/10/2017.
Embargo de Terceiro	0000842762013405830 0	
Civil Pública	0005394942007405830 0	13/10/2016 a 13/07/2017.
Embargos à Execução	0009005112014405830 0	Nov/2015 a março/2016.
Execução de Sentença	0003034171992405830 0	Abril/2016 a set/2016.
Civil Pública	0005394942007405830	05/05/2014 a 05/08/2014.

0

**DEMORA NA PUBLICAÇÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	0006285712014405830 0	Demora superior a 30 dias na publicação datada de 11/05/2017. Out/2015 a abril/2016.
Embargos à Execução	0010517972012405830 0	
Popular	0000769652017405830 0	Demora para a publicação da decisão proferida em 19/05/2017, a qual apenas foi publicada em 16/08/2017.
Civil Pública	0010598172010405830 0	Demora para a publicação realizada em agosto de 2015 (fl. 294), uma vez que o despacho em que ela foi imposto se deu em maio de 2015 (fl. 293).
Execução de Sentença	0004401702015405830 0	Demora para a publicação operada em 30/03/2016 (fl. 77), uma vez que o comando de publicação foi estabelecido no <i>decisum</i> de fl. 76, firmado em 18/01/2016.
Execução de Sentença	0004401702015405830 0	Demora para a publicação operada em 06/12/2016 (fl. 94), uma vez que ela foi determinada no despacho de fl. 93, firmado em 05/08/2016.

**DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0007114241992405830 0	
Civil Pública	0013259612013405830 0	Intimação em fev/2017; certidão em out/2017.
Popular	0015261722011405830 0	
Improbidade Administrativa	0017007142007405830 0	

**DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	0010553472009405830 0	

**FEITO EM ORDEM:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	0002380351989405830 0	
Mandado de Segurança	0013356472002405830 0	
Execução de Sentença	0001321402011405830 0	
Execução de Sentença	0017605892012405830 0	
Embargos à Execução	0010803072014405830 0	
Execução de Sentença	0005521562012405830 0	
Embargos à Execução	0000020008300003552 0	
Ordinária	0000126542010405830	

	0	
Desapropriação	0000020098300020080	
	6	
Desapropriação	0011073702010405830	
	0	
Execução de Sentença	0003904322010405830	
	0	
Embargos à Execução	0003260842013405830	
	0	
Ordinária	0010255071999405830	
	0	
Popular	0000829382017405830	
	0	
Mandado de Segurança	0000020018300018950	
	2	
Ordinária	0009691032014405830	
	0	
Embargos à Execução	0003826622015405830	
	0	
Execução de Sentença	0000602251992405830	
	0	
Ordinária	0011591511996405830	
	0	
Ordinária	0000020098300001154	
	2	
Ordinária	0014116442012405830	
	0	
Ordinária	0005144952006405830	O processo aguarda o julgamento dos embargos à execução desde março/2017.
	0	
Ordinária	0002892072015405830	Aguardando o julgamento dos embargos à execução.
	0	
Mandado de Segurança	0005436702012405830	
	0	
Improbidade Administrativa	0003883562010405830	
	0	
Embargos à Execução	0008820462009405830	
	0	
Mandado de Segurança	0016610041900405830	
	0	
Civil Pública	0016030222007405830	
	0	
Embargos à Execução	0004799222012405830	
	0	
Ordinária	0002140162007405830	
	0	
Execução de Sentença	0013297782010405830	
	0	

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Embargo de Terceiro	0003237072014405830	Demora no cumprimento do despacho de 25/04/14 (citação) - quase 1 ano.
	0	
Civil Pública	0005394942007405830	Ausência de certidão decurso do prazo (despacho de jul/2017).
	0	
Civil Pública	0007211572011405830	Demora para certificar a publicação da sentença (nov/2016 a março/2017).
	0	

Embargos à Execução	0006517882011405830 0	Demora no setor de cálculos (ago/2016 a jan/2017).
Execução de Sentença	0004276302000405830 0	Ausência de despacho acerca da petição juntada em 01/09/2017.
Ordinária	0000020088300009858 8	Ausência de assinatura na certidão de fl. 177.
Ordinária	0018372642011405830 0	Permanência excessiva dos autos conclusos para sentença - desde 11/04/2017.
Usucapião	0000985702010405830 0	Demora para o cumprimento do despacho de fl. 108, uma vez que, apenas em 19/08/2011 (fl. 109), fez-se a remessa dos autos à Defensoria Pública.
Usucapião	0000985702010405830 0	Demora para o cumprimento do despacho de fl. 115, firmado em 13/10/2011, uma vez que apenas em 27/01/2012 se fez remessa à Defensoria Pública.
Civil Pública	0010598172010405830 0	Demora para o integral cumprimento do despacho de fl. 292, proferido em maio de 2015, uma vez que apenas em novembro de 2015 se fez a remessa ao <i>Parquet</i> (fl. 295).
Civil Pública	0010598172010405830 0	Ausência de conclusão posterior à colação da certidão de fl. 339, a qual foi juntada em 29 de agosto de 2017.
Ordinária	0000020078300006105 6	Falta de alteração de classe processual. A ação deveria figurar como execução de sentença e não mais como ação ordinária.
Desapropriação	0000020088300010132 0	Ausência de alteração de classe.
Ordinária	0019225152012405830 0	Demora para cumprimento de despacho.
Ordinária	0011117851993405830 0	Ausência de intimação das partes para se manifestarem sobre laudo da contadoria do juízo.
Ordinária	0000614672014405830 0	Processo sem movimentação (desde 24.10.2016).
Improbidade Administrativa	0001496632013405830 0	Processo sem movimentação (desde 16.11.2016).
Civil Pública	0012470382008405830 0	Processo sem movimentação (desde 24.02.2017).
Improbidade Administrativa	0015871402011405830 0	Processo sem movimentação (de 11.04.2017 a 13.09.2017).
Cautelar	0007910822010405830 0	Processo sem movimentação (desde 31.03.2017).
Execução de Sentença	0001794942009405830 0	Processo sem movimentação desde 14.06.2017.
Execução de Sentença	0014567941900495830 0	Processo sem movimentação (de 26.10.2016 a 06.03.2017).
Popular	0015261722011405830 0	Demora no cumprimento de despacho.
Civil Pública	0016920292005405830 0	Ausência de acompanhamento da mov. do conflito competência.
Execução de Sentença	0007114241992405830 0	Demora no cumprimento de despacho.
Execução de Título Extrajudicial	0016356402011405830 0	Demora na apreciação da petição datada de 19/06/2017.

Execução de Título Extrajudicial	0003816232912405830 0	Demora para decisão/despacho após a conclusão datada de 30/06/2017.
Ordinária	0009060112004405830 0	Aguarda conclusão para sentença desde 22/03/2017.
Ordinária	0016698322003405830 0	Demora para a conclusão do processo determinada em 23/03/2017.

#### PARALISAÇÃO IRREGULAR:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	0000020088300009858 8	Desde 04/05/2015 (fl. 177).
Desapropriação	0000020098300019881 2	Desde 04/07/2016 - fl. 318.
Civil Pública	0009016452011405830 0	Ausência de movimentação processual desde 17/05/2017.
Usucapião	0000985702010405830 0	Ausência de movimentação do feito, uma vez que desde 09/06/2016 se apresentou ordem para conclusão para sentença (fl. 205 de inspeção ordinária) e apenas em 11 de abril de 2017 se fez esta conclusão (fl. 207).
Embargos à Execução	0011589852013405830 0	Concluso para sentença desde 08.03.2017.
Execução de Sentença	0004401702015405830 0	Ausência de movimentação do feito, uma vez que em 03/04/2017 (fl. 101) se determinou a conclusão e não foi praticado qualquer ato processual após esta operação.
Execução de Sentença	0012990322007405830 0	Processo sem movimentação desde abril/2017.
Improbidade Administrativa	0000093252014405830 0	Ausência de movimentação de 01.02.2017 a 18.10.2017.
Usucapião	0008843842012405830 0	Ausência de movimentação do feito, uma vez que desde a conclusão operada em 04/04/2017 (fl. 218) não se praticou qualquer ato processual.

#### Outras Observações:

Processo: 00000200083000035520 Classe: Embargos à Execução - processo apenso à Execução nº 0010818-69.1900.4.05.8300.

- trânsito em julgado em 27/02/2009.

Processo: 00000200583000133745 Classe: Ordinária - 27/09/2005 chegou na 1ª Vara.

Processo ficou sobrestado até o julgamento do agravo - de 25/06/2013 a 10/03/2015.

Sentença anulada.

Processo: 00000200883000101320 Classe: Desapropriação - Processo ficou sobrestado até o julgamento pelo STJ.

Ausência de alteração de classe para cumprimento de sentença.

Processo: 00000200983000011542 Classe: Ordinária - Conclusão para sentença.

Processo: 00008427620134058300 Classe: Embargos de Terceiro - Determinação para emenda da

exordial. Dificuldade em realizar a citação dos réus, o que ensejou demora no trâmite processual. Apenas foi citada a CFE (janeiro/2014). Demora de 4 meses para análise de petição (dezembro/2014 a abril/2015).

Processo: 00011118120144058300 Classe: Embargos à Execução - demora na prolação de decisão/sentença, conclusos os autos desde 18/02/16.

Despachos em inspeção datados de 09/06/16 e 27/03/17, sem prolação de decisão/sentença.

Processo: 00013485220134058300 Classe: Civil Pública - Pagamento de Precatório de uma ação civil pública.

Processo: 00014966320134058300 Classe: Improbidade Administrativa - Processo Meta 4 - CNJ - 2016.

Processo: 00019438020154058300 Classe: Ordinária - O processo encontra-se concluso para sentença desde maio 2017.

Processo: 00028662420064058300 Classe: Ordinária - demora na conclusão (despacho em inspeção de 22/03/17, determinando a conclusão - conclusos os embargos à execução em 25/05/17).

Processo: 00028920720154058300 Classe: Ordinária - O feito de execução contra a Fazenda Pública está sobrestado aguardando o julgamento dos embargos à execução.

Processo: 00029085820154058300 Classe: Execução de Sentença - Processo sobrestado.

Processo: 00030341719924058300 Classe: Execução de Sentença - recomenda-se a alteração da classe processual para fase de execução.

Processo: 00038266220154058300 Classe: Embargos à Execução - Processo apensado ao 0009691-03.2014.4.05.8300.

Processo: 00039043220104058300 Classe: Execução de Sentença - execução de sentença contra a Fazenda Pública.

Processo: 00042763020004058300 Classe: Execução de Sentença -recomenda-se análise petição fl. 370.

Processo: 00051449520064058300 Classe: Ordinária - O feito encontra-se na fase de execução, havendo conclusão para sentença nos autos de embargos à execução.

Processo: 00053949420074058300 Classe: Civil Pública - recomenda-se cumprimento dos itens 2 e 3 do despacho de julho/2017.

Processo: 00054367020124058300 Classe: Mandado de Segurança - Houve trânsito em julgado. Feito arquivado.

Processo: 00056990520124058300 Classe: Execução de Sentença - Processo suspenso aguardando o julgamento dos embargos à execução.

Processo: 00057025720124058300 Classe: Execução de Sentença - Processo sobrestado aguardando o julgamento dos embargos à execução.

Processo: 00064017720144058300 Classe: Ordinária - O processo encontra-se concluso para sentença há mais de um ano.

Processo: 00064230420154058300 Classe: Embargos à Execução - Processo sobrestado aguardando incidente de impugnação ao valor da causa.

Processo: 00071142419924058300 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença.

Demora no cumprimento de despacho (despacho em inspeção determinando a conclusão, datado de

09/06/16, e determinação de intimação por edital em desp. em inspeção datado de 30/03/17 - edital de 24/05/17).

Demora na certificação do decurso do prazo (edital de 24/05/17, prazo 15 dias expirado).

Processo: 00079108220104058300 Classe: Cautelar - Meta 02 CNJ 2016.

Processo: 00084592420124058300 Classe: Embargos à Execução - Processo concluso para sentença em 20/10/17.

Processo: 00085261820144058300 Classe: Ordinária - O feito foi concluso para sentença em agosto/2016, com a prolação da sentença apenas em outubro/2017.

Processo: 00088204620094058300 Classe: Embargos à Execução - Meta 02 CNJ.

Processo: 00089190620154058300 Classe: Ordinária - O feito de embargos à execução encontra-se concluso para sentença desde junho/2016.

Processo: 00089964920144058300 Classe: Ordinária - Processo concluso para sentença desde maio de 2017. Demora na prolação da sentença.

Processo: 00090796520144058300 Classe: Ordinária - O feito referente à impugnação ao valor da causa foi concluso para decisão em 31/03/2017, sendo objeto de decisão em 24/10/2017.

Processo: 00092843620104058300 Classe: Improbidade Administrativa - meta 04.

Meta 02.

Meta 18 CNJ.

Segredo de justiça.

Demora na conclusão (despacho em inspeção, datado de 31/03/17, conclusos em 31/10/17).

Processo : 00096910320144058300 Classe: Ordinária -

1- processo distribuído em 14/11/2014, nesta 1ª Vara.

Processo sobrestado, aguardando a movimentação da ação n. 0003826-62.2015.4.05.8300

Processo: 00100527420014058300 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.

Processo: 00105534720094058300 Classe: Improbidade Administrativa - demora na conclusão (prazo findo em 25/02/15, despacho em inspeção determinando a conclusão, datado de 06/03/15, e outro despacho em inspeção de 10/06/16, concluso apenas em 19/09/16).

Despacho em inspeção determinando a conclusão, datado de 31/03/17, conclusão apenas em 26/10/17.

Processo: 00108048920144058300 Classe: Embargos à Execução - demora na conclusão (despacho em inspeção em 22/03/17, conclusos em 25/05/17).

Demora na prolação de decisão/sentença.

Processo: 00111178519934058300 Classe: Ordinária - A primeira sentença, que acolheu a ausência de objeto do feito, foi anulada. Interposto apelo, determinou-se a prolação de nova sentença, a qual, posteriormente, também foi objeto de anulação. Determinado o cumprimento da obrigação de fazer, há laudo formulado pela Contadoria do Juízo.

Processo: 00115898520134058300 Classe: Embargos à Execução - meta 02 - CNJ 2017.

Processo: 00115915119964058300 Classe: Ordinária - A União foi intimada para se manifestar acerca do pagamento de honorários sucumbenciais.

Processo: 00123009020134058300 Classe: Civil Pública - meta 04.

Demora na conclusão para despacho (petição de 12/01/16, inspeção em 09/06/16 determinando conclusão, concluso em 04/10/16).

Demora na prolação de decisão/despacho (concluso desde 24/04/17).

Processo: 00129903220074058300 Classe: Execução de Sentença - Demora na manifestação do juízo sobre informação da Contadoria, datada de março/2017. Após a inspeção (abril/2017), não houve movimentação processual.

Processo : 00141164420124058300 Classe: Ordinária - Processo concluso para sentença desde setembro/2017

Processo: 00145679419004958300 Classe: Execução de Sentença - Meta 02 CNJ.

Processo: 00152617220114058300 Classe: Popular - meta 02.

Demora na conclusão (despacho em inspeção em 03/03/15, despacho em 07/12/15).

Demora no cumprimento de despacho (reiteração de parte do despacho anterior em 09/06/16).

Demora na certificação do decurso de prazo (edital publicado em 14/06/17-último movimento, prazo de 90 dias escoado).

Processo : 00153578720114058300 Classe: Ordinária - Processo concluso para sentença em 14/11/16.

Processo: 00158714020114058300 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 4 - CNJ 2016.

Processo: 00166100419004058300 Classe: Mandado de Segurança - pedido de desarquivamento formulado em 23/05/2016.

Processo: 00169202920054058300 Classe: Civil Pública - demora na conclusão (despacho em inspeção de 31/03/17,determinando a conclusão, conclusos em 30/10/17).

Ausência de acompanhamento da movimentação o conflito de competência suscitado.

Processo: 00170071420074058300 Classe: Improbidade Administrativa - demora na certificação do decurso de prazo (cientificação em 17/02/17, prazo de 15 dias, certificação em 09/10/17 - último movimento).

Demora na conclusão.

Processo: 00192251520124058300 Classe: Ordinária - Houve determinação para substituir a capa do presente feito em março de 2017, ato que ainda não foi realizado.

Processo: 00200481320124058300 Classe: Execução de Título Extrajudicial - determinada a conclusão em despacho em inspeção datado de 27/03/17, ainda não concluso.

Obs: processo fisicamente no "bloco" de processos conclusos para sentença (conclusão nos emb. à execução datada de 18/02/16).

Último mov. : juntada de docs. em 29/09/17.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correic
Demora na cobrança devolução de carta precatória						
0801031-50.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - 00.352.294/0001-10	MERCNORTE COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME - 13.094.284/0001-74	SIM
Demora na conclusão						
0800072-84.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANA ALAIDE BARROS SILVA - 065.300.654-31	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0800197-52.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Promoção / Ascensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DIBARTOLOMEI ANTONIO PEREIRA DE LIMA - 012.790.624-01	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS - 73.946.741/0001-33	SIM
0800232-07.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AUTARQUIA DE SANEAMENTO DO RECIFE - SANEAR - 07.757.799/0001-04	MARCOS PEREIRA DOS SANTOS - 037.726.454-70	SIM
0800253-85.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Agregação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE LUPERCIO SOARES - 351.948.984-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800519-38.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	LERNER ENGENHARIA LTDA e outro - 02.226.118/0001-68	SIM
0800558-30.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Edital	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA - 59.940.957/0001-60	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800601-98.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	RIVALDO TEODORO DA SILVA - 986.675.484-72	SIM
0800794-21.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDUALDO AUGUSTO DE OLIVEIRA - 809.843.804-00	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0800931-03.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Capitalização / Anatocismo e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO CAVALCANTI RODRIGUES e outro - 125.342.504-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0801078-53.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROBERTO PIMENTA DE OLIVEIRA - 166.301.144-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801125-32.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Prescrição por Médico não vinculado ao SUS	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ERASMO CARLOS DE SA e outro - 750.255.664-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801135-08.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Responsabilidade Civil do Militar - Indenização ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MARIA IZABEL PITA - 168.924.374-00	SIM
0801419-50.2015.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	FAGNER MARIANO BARRETO DA SILVA e outros - 038.965.404-32	SIM
0802352-86.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO BOSCO GONCALVES BARROS e outro - 022.543.014-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802461-03.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VAMBERTO OLIVEIRA DE AZEVEDO MAIA e outros - 076.595.044-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0803079-16.2014.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ENGEMAN MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS COM E INDUSTRIA LTDA - 08.769.549/0001-57	LEOPOLDO LUIZ DOS SANTOS e outros -	SIM
0803394-78.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VALDETE MARIA SILVEIRA - 065.084.714-81	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803788-51.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificação de Incentivo	Proferido despacho de mero expediente	CARLOS PINHEIRO DE OLIVEIRA e outros - 080.783.434-34	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803927-66.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO BATISTA PIRES LEONEL e outro - 464.117.984-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804235-34.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Revisão/Desconstituição de Ato Administrativo	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MIXFOODS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - 09.419.801/0001-60	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0804256-10.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Revisão/Desconstituição de Ato Administrativo	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VITA FOODS DISTRIBUICAO E REPRESENTACAO LTDA - 07.019.555/0001-24	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0804263-41.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Correção da Tabela	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FERNANDO ANTONIO VIEIRA DE OLIVEIRA - 241.346.273-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804580-34.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Vícios de Construção	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IRANICE PESSOA OLIVEIRA DE ALMEIDA e outros - 035.984.074-40	CONSTRUTORA CIVIL SOARES PASSOS EIRELI e outro - 16.527.908/0001-98	SIM
0804875-42.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	ILDELITA REIS DALBUQUERQUE MARANHÃO e outros - 169.388.444-53	SIM
0804932-60.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	GENI DIAS DOS SANTOS e outros - 054.255.494-15	SIM
0805002-09.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Assistência à Saúde	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DE DEFESA DOS USUARIOS S P S DE SAUDE - 01.444.379/0001-91	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR e outro - 03.589.068/0001-46	SIM
0805545-80.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	RMI sem incidência de Teto Limitador	Juntada de Certidão de Intimação	ALFREDO JAYME OLIVEIRA LIMA - 009.972.264-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805556-75.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Juntada de Certidão de Intimação	DOLORES FRANCISCA DA SILVA e outros - 128.306.664-53	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0805639-28.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	TATYANNE MARIA TRAJANO DUARTE e outros - 046.853.594-29	SIM
0806132-34.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCILIO JOSE CALADO - 172.624.374-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806157-47.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Francisco Alves de Paula Junior -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806174-83.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Classificação e/ou Preterição	Conclusos para despacho	RICARDO JOSE CHAVES DE ARAUJO - 070.566.254-36	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0806285-67.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Prestação de Serviços	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PERNAMBUCO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART - 02.534.914/0001-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0806346-88.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Alteração do coeficiente de cálculo do benefício	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOANA D ARC DE LIMA FIGUEIROA - 276.048.534-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806378-30.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Promoção / Ascensão	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIANE MARIA RIBEIRO DE VASCONCELOS e outros - 192.832.024-49	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0806619-38.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Revisão do Saldo Devedor	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DA GRACA MONTEIRO DE ALMEIDA - 244.748.194-20	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13	SIM
0806838-80.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Restabelecimento	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VIVIANE MARANHÃO DIAS - 007.354.094-39	SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO FAZENDA EM PERNAMBUCO e outros -	SIM
0807154-30.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4)	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RUTE GAMA SILVA VIDEIRA - 100.430.804-30	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807265-14.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Cadastro de Inadimplentes - CADIN	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CPE - CAVALCANTI PETRIBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outros - 12.437.827/0001-46	Delegado da Receita Federal do Brasil em Recife/PE e outros -	SIM
0807492-38.2015.4.05.8300	CAUTELAR INOMINADA	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LARISSA DA SILVA PINHEIRO - 010.797.544-07	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0809336-86.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Repasso de Verbas Públicas	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE GARANHUNS - 11.303.906/0001-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0809768-08.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abuso de Poder	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PEDRO JOSE DE MATOS NETO - 273.322.924-91	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0809842-62.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANTONIO RICARDO ACCIOLY CAMPOS e outros - 686.268.434-53	SIM
0812434-45.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADELSON ALVES DE LIMA - 104.589.134-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800115-21.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LOQUIPE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E MAO DE OBRA LTDA - 40.884.405/0001-54	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800253-85.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Agregação	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE LUPERCIO SOARES - 351.948.984-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800601-98.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	RIVALDO TEODORO DA SILVA - 986.675.484-72	SIM
0801090-43.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Complementação de Benefício/Ferroviário e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIETA PAULA DA SILVA DANTAS e outro - 283.294.654-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0801125-32.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Prescrição por Médico não vinculado ao SUS	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ERASMO CARLOS DE SA e outro - 750.255.664-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM

0801260-78.2013.4.05.8300	MONITÓRIA	Mútuo	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	CAROLINE GRACE DE SOUZA GAIÃO - 916.392.804-30	SIM
0801492-90.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Diárias e Outras Indenizações	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIAS FERREIRA DE MELO - 029.210.653-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0801576-91.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adicional de Periculosidade	Expedição de expediente	JOSE OTAVIO CORDEIRO e outros - 147.457.204-91	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0802019-08.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ETON - EMPRESA TECNICA OPERACIONAL DO NORDESTE EIRELI - 00.448.042/0001-90	SIM
0802128-85.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH e outro - 06.052.204/0001-52	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	SIM
0802453-26.2016.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA LUCIA DA CRUZ - 103.869.204-00	incorporadora lar pernambucano sa e outro -	SIM
0802506-07.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADELIA BARRETO ROMA e outros - 097.964.604-91	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802648-11.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IVANILDO SANTOS SILVA e outros - 169.711.914-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804704-85.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Terreno de Marinha	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLADISSON FERREIRA PINTO - 003.852.554-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804875-42.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	ILDELITA REIS DALBUQUERQUE MARANHÃO e outros - 169.388.444-53	SIM
0805545-80.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	RMI sem incidência de Teto Limitador	Juntada de Certidão de Intimação	ALFREDO JAYME OLIVEIRA LIMA - 009.972.264-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806132-34.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCILIO JOSE CALADO - 172.624.374-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806378-30.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Promoção / Ascensão	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIANE MARIA RIBEIRO DE VASCONCELOS e outros - 192.832.024-49	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0806619-38.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Revisão do Saldo Devedor	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DA GRACA MONTEIRO DE ALMEIDA - 244.748.194-20	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13	SIM
0808463-23.2015.4.05.8300	EMBARGOS À ARREMATACÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARILENE FERREIRA DA SILVA - 782.325.464-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0809768-08.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abuso de Poder	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PEDRO JOSE DE MATOS NETO - 273.322.924-91	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
Lapso entre distribuição e desp. inicial/liminar						
0805556-75.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Juntada de Certidão de Intimação	DOLORES FRANCISCA DA SILVA e outros - 128.306.664-53	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800007-60.2010.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Exame Psicotécnico / Psiquiátrico	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MATHEUS WILLYANS FELIX BARBOSA - 085.696.244-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0800062-74.2011.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Incidência sobre Proventos de Previdência Privada	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DE FÁTIMA QUEIROZ PACHECO - 168.910.234-91	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800390-33.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ELISANGELA MARIA DOS SANTOS - 090.797.764-24	SIM
0800509-23.2015.4.05.8300	IMISSÃO NA POSSE	Imissão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	FERNANDO MAURO BEZERRA NOGUEIRA e outro - 279.219.804-49	SIM
0800854-52.2016.4.05.8300	NATURALIZAÇÃO	Concessão de Naturalização	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NELSON FERNANDO EUGENIO HURTADO - null	JUSTIÇA PÚBLICA - null	SIM
0801039-56.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Execução Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801492-90.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Diárias e Outras Indenizações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIAS FERREIRA DE MELO - 029.210.653-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0801744-54.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RICARDO LOPES CORREIA GUEDES e outro - 420.820.134-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0802316-10.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Promoção / Ascensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ESTEVAO E PINHEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS e outros - 35.467.026/0001-29	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802634-27.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALMERINDA DE OLIVEIRA LIMA e outros - 069.070.754-15	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803927-66.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO BATISTA PIRES LEONEL e outro - 464.117.984-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804112-70.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993	Juntada de Parecer/Informação	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FE DE PE - 41.035.593/0001-09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0804430-19.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ARIOVALDO CAVALCANTE e outro -	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0804580-34.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Vícios de Construção	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IRANICE PESSOA OLIVEIRA DE ALMEIDA e outros - 035.984.074-40	CONSTRUTORA CIVIL SOARES PASSOS EIRELI e outro - 16.527.908/0001-98	SIM
0804912-35.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MICHELLE ARCOVERDE DE SOUZA e outros - 010.410.804-50	SIM
0805545-80.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	RMI sem incidência de Teto Limitador	Juntada de Certidão de Intimação	ALFREDO JAYME OLIVEIRA LIMA - 009.972.264-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805556-75.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Juntada de Certidão de Intimação	DOLORES FRANCISCA DA SILVA e outros - 128.306.664-53	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0805639-28.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	TATYANNE MARIA TRAJANO DUARTE e outros - 046.853.594-29	SIM
0805731-69.2017.4.05.0000	AÇÃO POPULAR	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIANA DANTAS TURINO DE MIRANDA - 374.313.858-11	ALEXANDRE DE MORAES e outros - 112.092.608-40	SIM
0805990-93.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLOVIS FERNANDES FERREIRA - 270.054.617-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0806187-48.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa	Juntada de Parecer	R2 ATIVIDADES DESPORTIVAS LTDA - 04.255.589/0001-20	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM

0806628-29.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Remoção	Conclusos para despacho	EDER LIRA DE SOUZA LEAO - 049.477.354-57	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06	SIM
0807474-80.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outros - 26.989.350/0001-16	SEVERINO ALEXANDRE SOBRINHO - 102.622.534-53	SIM
0809716-12.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Descontos Indevidos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GILBERTO JOSE ROCHA DA CARVALHEIRA - 002.676.944-15	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0809842-62.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANTONIO RICARDO ACCIOLY CAMPOS e outros - 686.268.434-53	SIM
0809916-82.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Data de Início de Benefício (DIB)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARMELITA DA SILVA PEQUENO - 520.019.624-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0809943-02.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALEXANDRE SOARES DO NASCIMENTO - 052.582.774-96	COMANDANTE DA 7ª REGIÃO MILITAR - REGIÃO(MINISTÉRIO DA DEFESA - EXÉRCITO BRAS e outro -	SIM
Lapso temporal para certificação decurso de prazo						
0800174-04.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outro - 10.565.000/0001-92	CARLOS ALBERTO GOMES DA SILVA - 306.216.664-91	SIM
0800269-05.2013.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANA MARIA CORREIA DE LUCENA e outros -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0800509-23.2015.4.05.8300	IMISSÃO NA POSSE	Imissão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	FERNANDO MAURO BEZERRA NOGUEIRA e outro - 279.219.804-49	SIM
0800558-30.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Edital	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA - 59.940.957/0001-60	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0805542-23.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Classificação e/ou Preterição	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 2 REGIAO - 24.417.008/0001-16	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800794-21.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDUALDO AUGUSTO DE OLIVEIRA - 809.843.804-00	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0801039-56.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Execução Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801260-78.2013.4.05.8300	MONITÓRIA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	CAROLINE GRACE DE SOUZA GAIÃO - 916.392.804-30	SIM
0801419-50.2015.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	FAGNER MARIANO BARRETO DA SILVA e outros - 038.965.404-32	SIM
0801759-62.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LINDOVALDO CHAVES DOS SANTOS - 896.146.314-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0801941-48.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO JOAO DA SILVA - 009.688.284-00	HEMOPE e outro - 10.564.953/0001-36	SIM
0802167-19.2014.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A - 17.234.244/0001-31	CLAÚDIA CAROLINE LIMA DA SILVA e outros -	SIM

0803788-51.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificação de Incentivo	Proferido despacho de mero expediente	CARLOS PINHEIRO DE OLIVEIRA e outros - 080.783.434-34	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804912-35.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MICHELLE ARCOVERDE DE SOUZA e outros - 010.410.804-50	SIM
0805597-08.2016.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADRIENE NUNES DE SIQUEIRA - 184.953.624-49	INDUSTRIA ALIMENTICIA LA ROQUE LTDA e outros - 09.862.269/0001-51	SIM
0807492-38.2015.4.05.8300	CAUTELAR INOMINADA	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LARISSA DA SILVA PINHEIRO - 010.797.544-07	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0800034-97.2016.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PLASTMASTER COMERCIO DE PRODUTOS PLASTICOS LTDA - EPP - 00.887.846/0001-95	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	SIM
0800072-84.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANA ALAIDE BARROS SILVA - 065.300.654-31	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0800103-70.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE WANDERLEY DE MELO e outro - 000.427.814-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800174-04.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outro - 10.565.000/0001-92	CARLOS ALBERTO GOMES DA SILVA - 306.216.664-91	SIM
0800178-41.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outro - 10.565.000/0001-92	MIRANILDA MARIA NOBREGA DA SILVA - 038.098.694-90	SIM
0800197-52.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Promoção / Ascensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DIBARTOLOMEI ANTONIO PEREIRA DE LIMA - 012.790.624-01	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS - 73.946.741/0001-	SIM
0800390-33.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ELISANGELA MARIA DOS SANTOS - 090.797.764-24	SIM
0800509-23.2015.4.05.8300	IMISSÃO NA POSSE	Imissão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	FERNANDO MAURO BEZERRA NOGUEIRA e outro - 279.219.804-49	SIM
0800601-98.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	RIVALDO TEODORO DA SILVA -	SIM
0800794-21.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDUALDO AUGUSTO DE OLIVEIRA - 809.843.804-00	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0800931-03.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Capitalização / Anatocismo e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO CAVALCANTI RODRIGUES e outro - 125.342.504-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0801031-50.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - 00.352.294/0001-10	MERCNORTE COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME - 13.094.284/0001-74	SIM
0801090-43.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Complementação de Benefício/Ferrovário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIETA PAULA DA SILVA DANTAS e outro - 283.294.654-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0801091-23.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARYKARLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA - 049.079.374-66	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM

0801125-32.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Prescrição por Médico não vinculado ao SUS	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ERASMO CARLOS DE SA e outro - 750.255.664-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801135-08.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Responsabilidade Civil do Militar - Indenização ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MARIA IZABEL PITA - 168.924.374-00	SIM
0801260-78.2013.4.05.8300	MONITÓRIA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	CAROLINE GRACE DE SOUZA GAIÃO - 916.392.804-30	SIM
0801419-50.2015.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	FAGNER MARIANO BARRETO DA SILVA e outros - 038.965.404-32	SIM
0801576-91.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adicional de Periculosidade	Expedição de expediente	JOSE OTAVIO CORDEIRO e outros - 147.457.204-91	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0801744-54.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RICARDO LOPES CORREIA GUEDES e outro - 420.820.134-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0801759-62.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LINDOVALDO CHAVES DOS SANTOS - 896.146.314-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802167-19.2014.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A - 17.234.244/0001-31	CLAÚDIA CAROLINE LIMA DA SILVA e outros -	SIM
0802303-16.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contrarrazões	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA JOSE DA SILVA RAMOS - 415.082.114-34	SIM
0802352-86.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO BOSCO GONCALVES BARROS e outro - 022.543.014-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802362-96.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUCIANA DE LIMA ALBUQUERQUE CAVALCANTI e outros - 847.427.634-	SIM
0802363-81.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO GLEMES CARVALHO DE OLIVEIRA e outros - 095.828.604-30	SIM
0802364-66.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	WOLKEI WALTER FEITOSA CAVALCANTI e outros - 033.905.864-15	SIM
0802365-51.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE AARAO PEREIRA DOS REIS e outros - 745.840.144-34	SIM
0802367-21.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO FABIO PARENTE SARAIVA e outro - 765.699.694-04	SIM
0802368-06.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE ABRAAO PEREIRA DOS REIS e outros - 697.323.294-91	SIM
0802370-73.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	OTAVIANO JOSE DOS SANTOS e outros - 633.633.724-34	SIM
0802375-95.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ELIZEU GADELHA ROQUE e outros - 038.925.494-00	SIM
0802379-35.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCOS JOSE DA SILVA e outros - 015.305.888-98	SIM
0802381-05.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NILSON SA PEREIRA SPENCER DE HOLANDA e outros - 572.631.244-91	SIM
0802441-46.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - 00.375.114/0001-16	SER EDUCACIONAL S.A. e outros - 04.986.320/0001-13	SIM

0802461-03.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VAMBERTO OLIVEIRA DE AZEVEDO MAIA e outros - 076.595.044-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802506-07.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADELIA BARRETO ROMA e outros - 097.964.604-91	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802634-27.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALMERINDA DE OLIVEIRA LIMA e outros - 069.070.754-15	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803394-78.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VALDETE MARIA SILVEIRA - 065.084.714-81	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803927-66.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO BATISTA PIRES LEONEL e outro - 464.117.984-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804015-07.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COOPERATIVA DOS INDUSTRIAIS DA PANIFICACAO, CONFEITARIA E PRODUTOS SIMILARES DO ESTADO DE PERNAMBUCO LTDA - 02.406.232/0001-70	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804068-51.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Convênio Médico com o SUS	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO e outros - 11.022.597/0013-25	SIM
0804112-70.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993	Juntada de Parecer/Informação	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FE DE PE - 41.035.593/0001-09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0804263-41.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Correção da Tabela	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FERNANDO ANTONIO VIEIRA DE OLIVEIRA - 241.346.273-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804283-61.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Invalidez Permanente	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADUFERPE - SECAO SINDICAL DO ANDES-SN - 08.962.029/0001-66	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06	SIM
0804580-34.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Vícios de Construção	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IRANICE PESSOA OLIVEIRA DE ALMEIDA e outros - 035.984.074-40	CONSTRUTORA CIVIL SOARES PASSOS EIRELI e outro - 16.527.908/0001-98	SIM
0804912-35.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MICHELLE ARCOVERDE DE SOUZA e outros - 010.410.804-50	SIM
0804932-60.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	GENI DIAS DOS SANTOS e outros - 054.255.494-15	SIM
0805002-09.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Assistência à Saúde	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DE DEFESA DOS USUARIOS S P S DE SAUDE - 01.444.379/0001-91	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR e outro - 03.589.068/0001-46	SIM
0805105-16.2016.4.05.8300	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	Cadastro de Inadimplentes - CADIN	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS - 001.054.574-34	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES 04.892.707./0001-00	SIM
0805556-75.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Juntada de Certidão de Intimação	DOLORES FRANCISCA DA SILVA e outros - 128.306.664-53	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0805591-35.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AMARO CORDEIRO SILVA FILHO e outros - 143.031.674-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0805615-97.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TACARUNA PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - 04.074.782/0001-64	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0806132-34.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCILIO JOSE CALADO - 172.624.374-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806157-47.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Francisco Alves de Paula Junior -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806279-60.2016.4.05.8300	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	LOURIVALDO CERQUEIRA SANTOS - 338.020.175-87	SIM
0806285-67.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Prestação de Serviços	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PERNAMBUCO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART - 02.534.914/0001-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0807154-30.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RUTE GAMA SILVA VIDEIRA - 100.430.804-30	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807193-61.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCOS ANTONIO ARAUJO NETO - 420.779.234-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807265-14.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Cadastro de Inadimplentes - CADIN	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CPE - CAVALCANTI PETRIBU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e outros - 12.437.827/0001-46	Delegado da Receita Federal do Brasil em Recife/PE e outros -	SIM
0808463-23.2015.4.05.8300	EMBARGOS À ARREMATACÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARILENE FERREIRA DA SILVA - 782.325.464-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0809336-86.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Repasso de Verbas Públicas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE GARANHUNS - 11.303.906/0001-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
- Processo em Ordem.						
0802410-89.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	SEVERINO ALEXANDRE SOBRINHO e outros - 102.622.534-53	SIM
0802464-55.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSA ANTONIA DO NASCIMENTO e outro - 805.824.943-20	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outro - 10.571.982/0001-25	SIM
0803581-81.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE SILVA PEREIRA LIMA - 073.482.904-34	SIM
0804013-71.2014.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	REFIS/Programa de Recuperação Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DIENGE - ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - ME - 09.034.935/0001-63	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PERNAMBUCO e outro -	SIM
0806380-63.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Revisão do Saldo Devedor	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADMA GRACINDO DA SILVA GUIMARAES e outro - 045.426.044-03	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0807399-07.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIAO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JABOATAO-UNESJ - 02.662.317/0001-19	SIM

0807475-65.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FARMA LOGISTICA E ARMAZENS GERAIS LTDA e outros - 04.019.475/0001-80	SIM
0809796-39.2017.4.05.8300	NATURALIZAÇÃO	Concessão de Naturalização	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VIKTORIA BOGDANOVA - null	JUSTIÇA PÚBLICA - null	SIM
0814060-02.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Hospitais e Outras Unidades de Saúde	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DA CIDADE DO PAULISTA - 10.408.839/0001-17	SIM
0815751-51.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	ACADEMIA PHODIUM FITNESS - null	SIM
0815757-58.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	NATAÇÃO E HIDROGINÁSTICA DO LUIZ - null	SIM
0815758-43.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Apreensão	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE - 09.791.484/0001-09	DELEGADOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE RECIFE E CARUARU e outros -	SIM

### 6.1.11. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou que, de modo geral, foram observadas as recomendações apontadas na correição anterior, mais especificamente quanto à adoção de mecanismos de agilização na publicação, nas conclusões e na prolação de despachos/decisões/sentenças.

A 1ª vara federal – PE realizou a última inspeção ordinária no período de 20 a 31 de março de 2017. As metas fixadas, sobretudo, àquelas direcionadas à eficiência na prestação jurisdicional, estão sendo constantemente verificadas.

### 6.1.12. Considerações finais

A 1ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
4. Demora para certificar decurso de prazo; e
5. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 1ª vara federal funciona de modo razoável.

## **6.2. 2ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

### **6.2.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 2ª vara federal da Pernambuco foi criada pela Lei nº 5.010/1966 e implantada pelo Decreto-Lei nº 253/1967. Dentro de sua jurisdição, a unidade possui competência comum para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, exceto as submetidas, em caráter privativo, às 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 22ª varas federais da SJPE.

A vara se localiza no prédio-sede da SJPE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da 2ª vara federal é das 9h às 18h.

### **6.2.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores**

A 2ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados; b) 14 servidores efetivos - 04 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados e 08 técnicos judiciários - área administrativa.

#### **6.2.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Francisco Alves dos Santos Júnior, exerce a magistratura federal desde 26/02/1988, atuando na 2ª vara federal desde 20/10/1989.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de férias, nos seguintes intervalos:

21/07/2016 a 19/08/2016;

03/10/2016 a 01/11/2016;

02/03/2017 a 19/03/2017;

12 a 23/06/2017;

13/10/2017 a 11/11/2017.

O juiz federal titular reside na região metropolitana onde se localiza a 2ª vara federal.

#### **6.2.2.2. Juíza federal substituta**

A juíza federal substituta, Danielli Farias Rabelo Leitão Rodrigues, ingressou na magistratura em 01/07/2015, atuando na 2ª vara federal desde 16/11/2016.

Nos últimos 24 meses, ocorreram os seguintes afastamentos, relativamente à juíza federal substituta:

Férias: 16/01/2017 a 05/02/2017 (21 dias);

10/07/2017 a 21/07/2017 (12 dias);

Licença-maternidade a partir de 20/09/2017 (1 mês e 17 dias);

A juíza federal substituta reside na região metropolitana onde se localiza a 2ª Vara Federal.

### 6.2.2.3. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 2ª vara federal, tem-se a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Cleia Lucena De Melo	Técnico Judiciário	CJ-03 – Direção	Superior	Estatística E Direito
Rossana Maria Cavalcanti Reis Da Rocha Marques	Analista	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Titular	Superior	Direito
Luciana Simões Correa De Albuquerque	Analista	Supervisor Assistente 01 (FC04) do Gabinete do Juiz Titular	Superior	Direito
Marcos Eduardo França Rocha	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Substituto	Superior	Direito
Simone Ribeiro de souza	Técnico Judiciário	Supervisor (FC-05) da Seção de Procedimentos Cíveis	Superior	Letras e Contábeis
Lêda Maria Da Costa Carvalho	Tecnico Judiciário	Supervisor-Assistente (FC-04) do Setor de Ações de Rito Ordinário	Superior	Direito
José Luiz Brasileiro Batista	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente (FC-04) do Setor de Publicações	Superior	Direito
Antônio Ricardo Ferreira	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente 02 (FC-04) do Gabinete do Juiz Substituto	Superior	Direito
Maria Patrícia Pessoa De Luna	Analista	Supervisor Assistente 0 2 (FC-04) do Gabinete do Juiz Titular	Superior	Direito
Sóstenes Carneiro De Melo	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente (Fc-04) Do Setor De Ações De Rito Especial E Mandado De Segurança	Superior	Direito
Maria Ana Maia Galdino	Técnico Judiciário	Supervisor (FC-05) da Seção de Apoio Administrativo	Superior	Direito
Patrícia Coutinho De Oliveira	Analista	Supervisor-	Superior	Direito

		Assistente (Fc-04) Do Setor De Ações Sum. E Feitos Não- Contenciosos		
Michelle Maria De Azevedo	Analista	Oficiala De Justiça	Superior	Direito
Mª Lavínia Pessoa de Luna	Analista	Oficiala De Justiça	Superior	Direito

No tocante à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos da 2ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os técnicos judiciários detêm nível superior de ensino, embora um dos requisitos de investidura no citado cargo seja apenas o ensino médio.

Os servidores requisitados (com vínculo anterior com o serviço público) são os constantes da tabela abaixo:

Servidor	Órgão de origem	Função	Grau de instrução	Formação
SORAYA GRACE DE PEDROSA BARROS MATOSO	FUSAN - Estado de Pernambuco	Assistente Técnico III (FC-03) do Diretor de Secretaria	SUPERIOR	DIREITO
SAULO DE MELO BARBOSA SOUSA	TJDF	Supervisor Assistente 01 (FC- 04) do Gabinete do Juiz Substituto da 02ª Vara	SUPERIOR	DIREITO
IVONE MARIA GAIÃO DA COSTA	DETRAN – ESTADO DE PERNAMBUCO	Secretário (FC-03) do Diretor de Secretaria	SUPERIOR	ECONOMIA
ANTÔNIA DE MARIA MENDONÇA OLIVEIRA	JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ	OFICIALA DE JUSTIÇA	SUPERIOR	DIREITO

Não há servidores da vara cedidos a outros órgãos. Inexistem cargos efetivos vagos, servidores afastados por outro motivo que não férias e servidores em auxílio na 2ª vara/PE. Também não atuam na unidade jurisdicional em referência requisitados sem vínculo com o serviço público.

Há uma função comissionada vaga (auxiliar especializado - FC02).

#### 6.2.2.4. Estagiários

Há a previsão de 03 vagas de estágio remunerado e de 01 vaga para estágio voluntário na 2ª vara/PE, estando todas supridas.

Os estagiários remunerados passam o primeiro ano de estágio na secretaria da vara e o segundo ano no gabinete. Já os voluntários atuam apenas na secretaria da vara.

### **6.2.3. Organização da 2ª vara federal**

A secretaria da 2ª vara federal é composta de 9 servidores. Os gabinetes dos magistrados contam com 6 servidores.

#### **6.2.3.1. Secretaria**

A secretaria se organiza nos seguintes setores:

Setor de despachos/decisões em processos em execução (04 servidores);

Setor de processos especiais - ACP e improbidades: (01 servidor);

Setor de mandado de segurança e requisições de pagamentos (01 servidor);

Setor de expedientes (01 servidor);

Setor de publicação e triagem (01 servidor).

#### **6.2.3.2. Organização dos gabinetes dos juízes federais**

Os assessores dividem todo trabalho por matéria, sejam liminares, decisões interlocutórias de maior complexidade, sentenças etc. Há metas de produtividade mensais, determinadas no início de cada mês.

Os processos são julgados de acordo com a cronologia da conclusão, sempre do mais antigo para o mais novo, excetuando-se os processos com prioridade das metas do CNJ, que são julgados com preferência, bem como os que têm previsão legal de prioridade.

#### **6.2.4. Participação dos magistrados em reuniões com a equipe da 2ª vara federal**

Não há uma periodicidade para reuniões com a equipe. São feitas mensalmente reuniões setoriais (gabinete e secretaria) para que se possa concentrar nas necessidades de cada setor. As reuniões gerais, com toda a equipe, ocorrem de acordo com a necessidade do dia a dia na própria secretaria. Sempre acontecem reuniões formais no início de cada ano, objetivando um balanço do ano findo, bem como para apontar novas metas para o ano em curso. Também, de praxe, há reuniões antes e depois das inspeções ordinárias, bem como das correições, para se discutir o que foi observado, tentando sempre melhorar e corrigir os erros encontrados. Também existem reuniões da assessoria com os magistrados para definições de metas de trabalho dos gabinetes.

#### **6.2.5. Planejamento das atividades da 2ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

As atividades são planejadas em geral no início do ano, fazendo-se os ajustes necessários, como mudança de algum servidor de setor para exercer atividades mais compatíveis e onde tenha um melhor desempenho. Houve este ano um planejamento para o teletrabalho com relação aos assessores, com definição de dias e metas, que está sendo acompanhado mensalmente pela direção de juízes.

Mensalmente, após os relatórios do sistema, os servidores são comunicados pela direção sobre os resultados e estimulados a buscar melhorar os números com novas metas, principalmente de baixa de processos.

São avaliadas mensalmente as atividades do gabinete e da secretaria pelos juízes e direção, respectivamente, e é elaborado um mapa de atividades e produção mensal dos assessores. Verifica-se sempre se houve o cumprimento das metas estabelecidas e, caso contrário, os motivos que

impediram de se concretizar. Com relação à secretaria, há um acompanhamento mensal dos processos baixados, dos processos despachados na secretaria, da regularidade no atendimento das partes, dos cumprimentos dos mandados etc.

#### **6.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 2ª vara federal e nos gabinetes dos magistrados**

Os órgãos federais enviam servidores semanalmente para levarem os processos com vista. Os procuradores só comparecem à secretaria em casos de audiência em que são partes. Os advogados são atendidos pelos servidores, auxiliados por um estagiário sempre que comparecerem à secretaria. A direção também atende aos advogados e partes sempre que solicitada. A cada dia, há 01 servidor responsável pelo atendimento, obedecendo a uma escala que é feita mensalmente.

Os magistrados estão sempre disponíveis para receber as partes sempre que procurados, sendo feito um pré-atendimento pela secretaria na tentativa de não interromper os trabalhos dos gabinetes. Entretanto, sendo necessário, os magistrados ou os servidores dos gabinetes atendem a todos que os procuram.

A vara não costuma fazer pesquisa/consulta de satisfação, todavia não são raros elogios por parte dos advogados que atuam no Foro, bem como das partes, pelo atendimento prestado pela unidade.

#### **6.2.7. Organização e controle dos processos**

Os processos que têm prioridade na tramitação (idoso, meta 2 etc) têm anotação nas capas e são colocados na prateleira 01 dentro de cada um dos setores para que sejam priorizados.

Todo final de mês são impressos os relatórios dos sistemas de acompanhamento processual, onde são observados os números de processos distribuídos, baixados, suspensos e ativos, sendo determinadas as metas para o próximo mês.

#### **6.2.8. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 2ª vara federal contava com 2.498 processos em tramitação, sendo 744 físicos (titular: 396; substituta: 348) e 1.754 eletrônicos (titular: 864; substituta: 890). A relação do respectivo número de processos com o número de servidores em atividade na vara (18) é de 138,77.

Em outubro/2017, havia 126 processos conclusos para sentença, bem como 09 feitos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 421 processos sobrestados, sendo 314 físicos e 107 eletrônicos.

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, não foram extraviados ou restaurados processos. Foram realizadas 55 audiências pelo juiz titular e 17 pelos juízes substitutos que atuaram na vara. Houve, ainda, 03 inspeções judiciais nos últimos 24 meses (titular: 02; substituta: 01).

Foram canceladas/adiadas 04 audiências nos últimos 24 meses (01 a pedido da parte, por motivo de viagem; 02 por falta de intimação de testemunhas por cartas precatórias; 01 em face da desistência da ação). Foram remar cadas 03 delas.

### 6.2.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM 2017: 785.

PROCESSOS JULGADOS: 602 eletrônicos e 172 físicos = Total 774.

Provavelmente a meta será atingida.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade informou não haver atingido a meta.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A 2ª vara federal informa acreditar que a meta foi alcançada, mas que o CEJUSC é que poderá dar essa informação com mais propriedade.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Foram distribuídas até 31/12/2014 quarenta e quatro ações de improbidade, restando apenas 4 para julgamento. Portanto, a meta 4 foi cumprida.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

A unidade não informou.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A unidade informou ter cumprido a Meta 6.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013.**

A unidade jurisdicional informou que "não houve até o momento".

### **Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

#### **6.2.10. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 90 processos físicos (quando da correição tinham 744 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 120 processos (quando da correição tinham 1.754 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

##### **6.2.10.1. Principais constatações da análise individual de processos**

###### **6.2.10.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Embargos à Execução	0005758272011405830 0	Petição fls. 362/373.

<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Sentença	0017724212010405830 0	Processo em poder do advogado de jul/16 a abr/17.
Embargos à Execução	0019051642011405830 0	

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Embargos à Execução	0010553762011405830 0	
Execução de Sentença	0017789162010405830 0	Demora na conclusão determinada à fl. 308.
Execução de Sentença	0000303191990405830 0	Juntada em 20/04/17 e concluso em 30/08/17.
Execução de Sentença	0013427591996405830 0	Juntada em 04/09/15 e conclusão em 26/02/16.
Embargos à Execução	0019051642011405830 0	
Embargos à Execução	0007262682011405830 0	
Execução de Sentença	0005139052008405830 0	De fl.353 (mais de 30 dias).

Embargos à Execução	0009962172011405830	0
---------------------	---------------------	---

**DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0017791832010405830	Fev/2015 a maio/2015.
	0	
Embargos à Execução	0009962172011405830	0

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Mandado de Segurança	0007484702010405830	0
Cautelar	0007110882009405830	Jan/2017 - nov/2017.
	0	
Embargos à Execução	0003553542013405830	De 21.06.2016 a 03.02.2017.
	0	
Embargos à Execução	0009962172011405830	0
Embargos à Execução	0005758272011405830	Jun/2015 a out/2015.
	0	
Embargos à Execução	0016463892008405830	Maior/2016 a set/2016.
	0	
Execução de Sentença	0000303191990405830	Concluso em 28/09/16 e decisão proferida em 23/03/17.
	0	
Embargos à Execução	0015868852011405830	Conclusão em 03/02/2014 e decisão prolatada em 07/07/14.
	0	
Embargos à Execução	0016463892008405830	Abri/2017 a julho/2017.
	0	

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0000303191990405830	Concluso em 18/11/15 e despacho proferido em 27/04/16.
	0	
Ordinária	0004661022005405830	De 07.06.2016 a 11.11.2016.
	0	
Execução de Título Extrajudicial	0000004362013405830	De fl. 369 (abril a nov/17).
Usucapião	0015957112011405830	Março/2016 a out/2016.
	0	
Ordinária	0009610932010405830	0
	0	
Embargos à Execução	0012825482008405830	De fl. 481.
	0	

**DEMORA NA PUBLICAÇÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	0019051642011405830	0

**FEITO EM ORDEM:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0019225782008405830	0

Civil Pública	0019387392009405830	
	0	
Execução de Sentença	0010494882011405830	
	0	
Embargos à Execução	0008640642008405830	
	0	
Ordinária	0019602592002405830	
	0	
Ordinária	0008898402009405830	
	0	
Execução de Título	0005629571990405830	
Extrajudicial	0	
Execução de Título	0020630962001405830	
Extrajudicial	0	
Embargos à Execução	0008326162011405830	
	0	
Execução de Sentença	0005161632008405830	
	0	
Embargos à Execução	0015398542011405830	
	0	
Civil Pública	0011497442012405830	
	0	
Civil Pública	0007603942011405830	
	0	
Ordinária	0000020098300011160	Processo sobrestado
	3	(aguardando o
		juízo de
		embargos à execução).
Ordinária	0007408462010405830	
	0	
Embargos à Execução	0001171202015405830	
	0	
Embargos à Execução	0009948622013405830	
	0	
Ordinária	0009685452004405830	Feito sobrestado.
	0	Aguardando julgamento
		dos embargos à
		execução.
Improbidade	0013265682013405830	
Administrativa	0	
Improbidade	0007656122010405830	
Administrativa	0	
Execução de Sentença	0016755162004405830	
	0	
Ordinária	0000348812013405830	
	0	
Ordinária	0009543072005405830	
	0	
Execução de Sentença	0003599051997405830	
	0	
Ordinária	0012199972006405830	
	0	
Ordinária	0004018682010405830	
	0	
Execução de Sentença	0002331761998405830	
	0	
Execução de Sentença	0004481342015405830	
	0	
Ordinária	0003873752011405830	
	0	

Ordinária	0014952562008405830	0
Execução Diversa	0000020028300018115	5
Embargos à Execução	0001986172015405830	0
Execução de Sentença	0001609712000405830	0
Execução de Sentença	0001554322014405830	0
Execução de Sentença	0012182612006405830	0
Embargos à Execução	0005695022011405830	0
Execução de Sentença	0019475772009405830	0
Execução de Sentença	0024104072003405830	0
Embargos à Execução	0008692892010405830	0
Execução de Título Extrajudicial	0005867412011405830	0
Execução de Sentença	0009416932010405830	0
Execução de Sentença	0003359252011405830	0

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Título Extrajudicial	0008801891999405830 0	Demora no cumprimento do despacho de fl. 652.
Execução de Título Extrajudicial	0000004362013405830 0	Sem movimentação processual entre junho e dez/15 (fls. 340 e 343) e no período de abril a nov/16 (fls. 362v e 364).
Execução de Sentença	0002658642011405830 0	Decisão proferida em 31/08/15 e cumprida em 16/08/16.
Execução de Sentença	0000303191990405830 0	Despacho proferido em 04/08/14 e cumprido em 07/01/15.
Execução de Sentença	0003081192014405830 0	Recomenda-se que a secretaria diligencie sobre o andamento dos embargos à execução.
Ordinária	0009610932010405830 0	Folhas juntadas após termo de encerramento.
Ordinária	0004661022005405830 0	Processo sem movimentação de 21.07.2017 a 08.11.2017.
Embargos à Execução	0005758272011405830 0	Petição juntada desde maio de 2017 sem apreciação.
Execução de Sentença	0019852482009405830 0	Demora no cumprimento de decisão (nov/2016 a fev/2017).

Usucapião	0015957112011405830 0	Processo sem movimentação desde agosto/2017.
Usucapião	0009837352000405830 0	Processo sem movimentação desde julho/2017.
Execução de Sentença	0017791832010405830 0	Demora no cumprimento de despacho (abril/2017 a julho/2017).
Execução de Sentença	0008906371997405830 0	Permanência excessiva em poder da parte (jul/2017 a out/2017).
Embargos à Execução	0013989772010405830 0	Sem movimentação processual desde jun/17 (fl. 209v).
Execução de Sentença	0018676152001405830 0	Sem movimentação processual entre abril e ago/15 (fls. 652/652v); e entre abril a ago/16 (fls. 694v e 697).
Embargos à Execução	0009962172011405830 0	Ausência de movimentação por muito mais de trinta dias.
Embargos à Execução	0005184622015405830 0	Processo sem movimentação (desde 22.06.2017).
Execução de Sentença	0005152042008405830 0	Ausência de apreciação de petição, desde 14.11.2016.
Embargos à Execução	0008742862008405830 0	Processo sem movimentação, desde 19.02.2016.

**PARALISAÇÃO IRREGULAR:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0008906371997405830 0	Abril/2016 a set/2016.
Execução de Sentença	0001502362014405830 0	Desde 14/03/17.
Embargos à Execução	0007348442008405830 0	No período de jul/16 a abr/17 (fls. 376v/377).
Improbidade Administrativa	0016720172008405830 0	De 04.04.2016 a 28.06.2017.
Embargos à Execução	0013989772010405830 0	No período de set/12 a abr/13 (fls. 152/153).
Embargos à Execução	0015868852011405830 0	Desde 22/06/17.
Embargos à Execução	0012825482008405830 0	Desde abr/17.

**Outras Observações:**

Processo : 00000200983000111603 Classe: Ordinária - Processo em fase de execução. Embargos à execução apresentados. Feito sobrestado até o julgamento dos embargos.

Processo : 00011712020154058300 Classe: Embargos à Execução - A data da citação corresponde à da intimação para impugnação dos embargos.

Processo: 00026586420114058300 Classe: Execução de Sentença - aguardando julgamento dos embargos à execução n. 00015868-85.2011.

Processo: 00033592520114058300 Classe: Execução de Sentença - aguardando julgamento do processo 00190516420114058300.

Processo: 00035990519974058300 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.

Processo: 00051390520084058300 Classe: Execução de Sentença - Apenso ao proc. n. 0007348-44.2008.4.05.8300.

Processo: 00051616320084058300 Classe: Execução de Sentença - processo principal nº 97.0003599-05.

Processo : 00057582720114058300 Classe: Embargos à Execução - processo execução em apenso.

0019852-48.2009.4.05.8300.

Processo : 00058674120114058300 Classe: Execução de Título Extrajudicial - aguardando julgamento do processo 00099621720114058300.

Processo: 00071108820094058300 Classe: Cautelar - recomenda-se mudança classe - execução de sentença.

Processo : 00072626820114058300 Classe: Embargos à Execução - demora na conclusão (parecer contábil apresentado, vista às partes desde 18/08/17 - último movimento).

Processo: 00074084620104058300 Classe: Ordinária - Suspensão do processo até 25/09/2010, tendo em conta que a medida cautelar deferida na ADC 18\_DF (STF) foi prorrogada por 180 dias. Sentença anulada pelo TRF5. Reenvio dos autos para a primeira instância para novo julgamento. Apelo da segunda sentença, que foi anulada pela Corte (ilegitimidade ativa "ad causam"). Aguardando novo julgamento.

Processo: 00074847020104058300 Classe: Mandado de Segurança - Sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito (indeferimento da exordial). A notificação foi realizada após a anulação da sentença, tendo em conta a remessa dos autos à primeira instância para novo julgamento. Não houve movimentação processual desde abril/2017 (inspeção) até 08/11/2017 (prolação de nova sentença).

Processo : 00076039420114058300 Classe: Civil Pública - Sentença proferida em 01/07/11 anulada pelo TRF5 em 25/04/13.

Processo : 00089063719974058300 Classe: Execução de Sentença - processo apenso - embargos à execução.

0016463-89.2008.4.05.8300.

Processo: 00094169320104058300 Classe: Execução de Sentença - aguardando julgamento do processo 00105537620114058300 - emb. exec.

Processo: 00096109320104058300 Classe: Ordinária - Despacho - intimação das partes p apresentação de razões finais.

Processo : 00096854520044058300 Classe: Ordinária - Demora na

citação.

Processo : 00097707519974058300 Classe: Execução de Sentença -  
Processo suspenso em razão de embargos.

Processo : 00099486220134058300 Classe: Embargos à Execução - A data da citação corresponde à da intimação para a parte impugnar os embargos à execução. Paralisação dos autos de novembro/2015 a março/2016. Transcurso de 2 meses para intimação da parte para se manifestar sobre cálculo da Contadoria (setembro-novembro 2016). Demora na prolação da sentença.

Processo : 00099621720114058300 Classe: Embargos à Execução - demora na prolação de decisão (conclusos em 19/10/15, decisão em 08/03/16).

Demora na juntada de expediente (petição de 22/04/16, juntada em 21/06/16).

Demora na conclusão (juntada em 21/06/16, conclusos em 27/09/16).

Ausência de movimentação por mais de trinta dias (certificação sobre decurso de prazo datada de 31/03/2017, sentença de 12/09/2017).

Processo: 00105537620114058300 Classe: Embargos à Execução - demora na conclusão (juntada de petição datada de 26/09/17 - último movimento).

Processo : 00121826120064058300 Classe: Execução de Sentença - apenso ao processo 00056950220114058300.

Processo : 00149525620084058300 Classe: Ordinária - Processo sobrestado aguardando o julgamento do Recurso Especial Repetitivo.

Processo : 00153985420114058300 Classe: Embargos à Execução - processo apenso: 0017791-83.2010.4.05.8300.

Processo : 00159571120114058300 Classe: Usucapião - sentença anulada pelo TRF5.

Processo : 00164638920084058300 Classe: Embargos à Execução - processo apenso 0008906-37.1997.4.05.8300.

Processo : 00177918320104058300 Classe: Execução de Sentença - processo originário 93.0002677-1 ajuizado em 30/03/93.

Processo apenso aos embargos à execução n.º 0015398-54.2011.4.05.8300.

Processo : 00186761520014058300 Classe: Execução de Sentença - Apenso ao proc. n. 0013989-77.2010.4.05.8300.

Processo: 00190516420114058300 Classe: Embargos à Execução - demora na publicação (despacho de 30/04/15, publicação em 14/07/15).

Abertura de vista sem registro da data, fl. 310v.

Demora na conclusão (juntada em 23/07/15, conclusos em 19/10/15).

Demora excessiva em poder da parte (recebimento pela AGU em

02/06/16 e devolução em 07/12/16).

Demora na conclusão (petição juntada em 14/07/17 - último movimento).

Processo: 00192257820084058300 Classe: Civil Pública - Recomenda-se acompanhar o andamento do REsp.

Processo: 00194757720094058300 Classe: Execução de Sentença - aguardando o deslinde do processo 00072626820114058300.

Processo: 00198524820094058300 Classe: Execução de Sentença - processo principal: ação rescisória 1999.0069308-6.

Trânsito em julgado da ação rescisória: 05/09/2006.

Processo suspenso em razão dos embargos à execução 0005758-27.2011.4.05.8300.

Processo: 00241040720034058300 Classe: Execução de Sentença - aguardando julgamento do proc. 00086928920104058300

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na cobrança devolução de carta precatória						
0802269-36.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	JOSE PEREIRA DE ARAUJO - 105.049.664-72	SIM
0808939-27.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
Demora na conclusão						
0800018-84.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Espólio de Carlos Alberto Lopes Gama -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800142-04.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Ex-combatentes	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MARIA QUITERIA SILVA - 108.945.214-46	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800167-12.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	ALEXANDRE JOSE SIQUEIRA BRITO e outros - 708.285.584-26	SIM
0800237-97.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de Intimação	JORGE LUIZ PEREIRA RAMOS - 172.426.654-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800659-72.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Adjudicação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	L & S METALURGICA LTDA - ME - 12.115.546/0001-77	SIM
0800888-95.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ARMANDO DA SILVA SENCADAS - 061.258.677-49	SIM
0800891-50.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS HENRIQUE GALINDO DE ALMEIDA - 245.144.464-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801268-89.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Ex-combatentes	Juntada de Certidão de Intimação	CELIA SETTE DE OLIVEIRA LEITE - 029.319.074-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0801302-30.2013.4.05.8300	CAUTELAR INOMINADA	Complementação de Benefício/Ferroviário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAETANO LIRA DA SILVA - 028.811.444-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0801557-46.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Parecer/Informação	GILCELA VENTURA DE OLIVEIRA COSTA e outros - 680.815.104-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802058-68.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA TERESA RODRIGUES SOARES DE ANDRADE - 153.206.344-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802351-67.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Taxa SELIC	Expedição de RPV ao tribunal	DIETER KLAUS KOEHLER - 002.079.264-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802392-05.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Energia Elétrica	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - 10.835.932/0001-08	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL e outro - 02.270.669/0001-29	SIM
0802423-25.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANDREIA JULYENNE FRAZAO BARROS RABELO e outro - 085.342.124-22	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802536-76.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SERGIO BEZERRA DA SILVA e outro - 621.361.514-87	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13	SIM
0802553-15.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSUE MACIEL DA SILVA e outros - 191.869.914-34	SIM
0802823-73.2014.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Juntada de Certidão	ANDREA CLAUDIA DA ROCHA GURGEL - 857.787.534-20	CPP IMOVEIS LTDA. e outros - 11.871.134/0001-02	SIM
0803253-25.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-invalidez e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE CLAUDIO DE SOUSA - 866.033.374-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803365-57.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSE AUGUSTO SANTOS e outro - 089.661.685-15	SIM
0803488-55.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCIANA LEOPOLDINA DE SOUZA e outros - 089.671.164-11	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outros - 10.565.000/0001-92	SIM
0803609-54.2013.4.05.8300	CAUTELAR INOMINADA	Sustação/Alteração de Leilão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCA FRANCINETE DE SOUZA BEZERRA VARELLA e outro - 315.186.994-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0803756-46.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARIA BERNADETE CORDEIRO DE SOUSA e outro - 742.349.514-04	SIM
0804272-66.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FE DE PE e outros - 41.035.593/0001-09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0804474-72.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	RMI cuja salário-de-benefício supera menor valor teto	Juntada de Certidão de decurso de prazo	SONIA MARIA DE ARAUJO RODRIGUES - 078.340.554-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805029-60.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Invalidez Permanente e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ITA AUTO FAEIRSTEIN e outros - 339.622.274-15	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0805077-48.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Assistência Médico-Hospitalar	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IARA MARIA OLIVEIRA JARDIM e outro - 264.660.314-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0805608-37.2016.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	GIOVANNI TAVARES GRASSI - 333.340.994-15	SIM

0806307-28.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Devolução de contribuições previdenciárias pagas além do teto	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WEIDSON FRANCISCO GONCALVES DANTAS - 731.583.214-91	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0808138-48.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outro - 10.571.982/0001-25	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800891-50.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS HENRIQUE GALINDO DE ALMEIDA - 245.144.464-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801032-40.2012.4.05.8300	NUNCIACÃO DE OBRA NOVA	Esubulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	JOSÉ ANTONIO SOARES e outros -	SIM
0801133-77.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Complementação de Benefício/Ferrovário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL JOSE DE ANDRADE - 102.235.684-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros - 29.979.036/0001-40	SIM
0801262-14.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Apelação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ANDRE LUZ NEGROMONTE e outros - 196.480.654-20	SIM
0801302-30.2013.4.05.8300	CAUTELAR INOMINADA	Complementação de Benefício/Ferrovário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAETANO LIRA DA SILVA - 028.811.444-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0801336-34.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	LUZIA JULIA DA SILVA e outros - 105.881.324-20	SIM
0801577-42.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Voluntária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUZELIA GALIZA DE ALENCAR - 401.257.184-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0801717-47.2012.4.05.8300	INTERDITO PROIBITÓRIO	Esubulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS ANDRE ALVES DE SANTANA - 033.760.174-76	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802079-44.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acumulação de Proventos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDSON DE ARRUDA CAMARA - 053.058.967-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802181-95.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Federal Distribuidora de Petroleo Ltda. - 02.909.530/0001-82	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	SIM
0802243-09.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	STHEFANE CELINE FERREIRA GONCALVES e outro - 103.173.754-58	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802392-05.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Energia Elétrica	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - 10.835.932/0001-08	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL e outro - 02.270.669/0001-29	SIM
0803542-55.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	E. G. S. D. S. e outros - 122.970.214-88	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0803609-54.2013.4.05.8300	CAUTELAR INOMINADA	Sustação/Alteração de Leilão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCA FRANCINETE DE SOUZA BEZERRA VARELLA e outro - 315.186.994-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM

0803653-39.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Regime Previdenciário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SANDRA MARIA TORREAO PIRES KELM - 398.102.834-15	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	SIM
0804062-78.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMANOEL MESSIAS JOSE DA SILVA e outro - 028.398.594-16	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	SIM
0804231-02.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CORINA FRANCISCA DE JESUS - 403.134.844-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0804389-86.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Juros/Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FOCO GESTAO E NEGOCIOS S.A. - 04.766.376/0001-62	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804788-86.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Sucessão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NELIS NELSON DA SILVA e outro - 197.716.654-72	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FE DE PE - 41.035.593/0001-09	SIM
0804871-34.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Exclusão - ICMS	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LACA BURGUER LTDA - EPP e outro - 12.263.187/0001-03	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0805023-53.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções e outros	Juntada de Certidão de Intimação	GENILSON DA SILVA LIMA - 853.231.524-00	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS e outro - 02.313.673/0001-27	SIM
0805122-52.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Reforma	Juntada de Apelação	ALVARO MIGUEL DA SILVA JUNIOR - 074.909.604-79	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0805946-45.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0806172-16.2016.4.05.8300	IMISSÃO NA POSSE	Imissão	Inspeção da	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO 24.416.174/0001-06	FABIO ADRIANO SOUZA DA SILVA e outros 667.838.794-53	SIM
0806466-39.2014.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Compensação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE 10.565.000/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO e outros 26.994.558/0001-23	SIM
Lapso entre distribuição e desp. inicial/liminar						
0802618-10.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação de Imóvel Urbano	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0804474-72.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	RMI cuja salário-de-benefício supera menor valor teto	Juntada de Certidão de decurso de prazo	SONIA MARIA DE ARAUJO RODRIGUES - 078.340.554-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800146-07.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELENILDO PEREIRA DA SILVA - 166.046.954-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800237-97.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de Intimação	JORGE LUIZ PEREIRA RAMOS - 172.426.654-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800337-86.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EGIDIO CARLOS SCHMIDT - 054.208.144-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM

0800384-55.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH e outros -	SIM
0800888-95.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ARMANDO DA SILVA SENCADAS - 061.258.677-49	SIM
0800901-31.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MAURICIO PEREIRA LOPES e outro - 076.474.684-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0801314-44.2013.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TEREZINHA DE SIQUEIRA TORRES ALBUQUERQUE - 134.855.474-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0802040-47.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JULIANNE DE AMORIM ARRAIS PINTO e outros - 035.751.894-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802058-68.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA TERESA RODRIGUES SOARES DE ANDRADE - 153.206.344-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802279-51.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Complementação de Benefício/Ferrovário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HUMBERTO FARIAS DE OLIVEIRA - 178.750.304-63	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0802486-50.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	OSVALDO TUDE MACIEL - EPP e outro - 05.999.284/0001-95	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802618-10.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação de Imóvel Urbano	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0802881-42.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HUMBERTO JULIO DOBROES e outro - 186.405.164-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0803558-04.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AUGUSTO CESAR COSTA DE MELO - 817.248.964-15	SIM
0804697-25.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso e outros	Proferido despacho de mero expediente	ANDREZA PALOMA DE MELO SILVA - 112.414.964-39	CENTRO DE EDUCACAO MASTER TECNICA E PROFISSIONAL LTDA. - ME e outros - 04.501.313/0001-84	SIM
0805946-45.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0806466-39.2014.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Compensação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	QSERV PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME - 00.779.607/0001-11	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0807119-70.2016.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	BRUNO DUARTE PASCARETTA e outro - 008.841.604-67	SIM
Lapso temporal para certificação decurso de prazo						
0801314-44.2013.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TEREZINHA DE SIQUEIRA TORRES ALBUQUERQUE - 134.855.474-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0801639-77.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Educação Profissionalizante	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE - 10.767.239/0001-45	SIM

0805023-53.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções e outros	Juntada de Certidão de Intimação	GENILSON DA SILVA LIMA - 853.231.524-00	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS e outro - 02.313.673/0001-27	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0801276-32.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	FAUSTO BUARQUE BARROS e outro - 521.076.984-49	SIM
0802279-51.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Complementação de Benefício/Ferrovário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HUMBERTO FARIAS DE OLIVEIRA - 178.750.304-63	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0803364-72.2015.4.05.8300	MONITÓRIA	Mútuos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	VERA LUCIA DE OLIVEIRA e outros - 487.186.024-87	SIM
0803488-55.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCIANA LEOPOLDINA DE SOUZA e outros - 089.671.164-11	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outros - 10.565.000/0001-92	SIM
0804722-09.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE ALMEIDA SILVA FILHO - 446.321.774-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0800018-84.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Espólio de Carlos Alberto Lopes Gama -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800027-12.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação	Juntada de Réplica	JOSE MARCOS CORDEIRO DE ALBUQUERQUE - 166.834.124-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800146-07.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELENILDO PEREIRA DA SILVA - 166.046.954-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800167-12.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	ALEXANDRE JOSE SIQUEIRA BRITO e outros - 708.285.584-26	SIM
0800279-49.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Mútuos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO DE SOUZA CAVALCANTE - 305.491.324-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0800358-57.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA GUEDES DE LIMA ANDRADE - 825.441.904-34	BAXTER HOSPITALAR LTDA e outros - 49.351.786/0001-80	SIM
0800384-55.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH e outros - 15.126.437/0001-43	SIM
0800659-72.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Adjudicação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	L & S METALURGICA LTDA - ME - 12.115.546/0001-77	SIM
0800875-33.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOCILDO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 448.640.604-44	SIM
0801032-40.2012.4.05.8300	NUNCIACÃO DE OBRA NOVA	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	JOSÉ ANTONIO SOARES e outros -	SIM

0801262-14.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Apelação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ANDRE LUZ NEGROMONTE e outros - 196.480.654-20	SIM
0801268-89.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Ex-combatentes	Juntada de Certidão de Intimação	CELIA SETTE DE OLIVEIRA LEITE - 029.319.074-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0801314-44.2013.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TEREZINHA DE SIQUEIRA TORRES ALBUQUERQUE - 134.855.474-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0801535-61.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PONTESTUR AGENCIA DE VIAGENS LTDA e outros - 11.843.042/0006-15	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801684-57.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA JULIA BEZERRA DE MELLO - 057.405.928-87	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801685-66.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Causas Supervenientes à Sentença	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO SINDAPE - 24.130.684/0001-04	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EMPERNAMBUCO - 10979.565/0001-16	SIM
0802040-47.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JULIANNE DE AMORIM ARRAIS PINTO e outros - 035.751.894-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802319-67.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Município de Angelim (PE) - 10.130.755/0001-64	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0802327-44.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ATONIO PEREIRA DE PONTES - 055.118.348-90	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802392-05.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Energia Elétrica	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - 10.835.932/0001-08	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL e outro - 02.270.669/0001-29	SIM
0802423-25.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANDREIA JULYENNE FRAZAO BARROS RABELO e outro - 085.342.124-22	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802486-50.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	OSVALDO TUDE MACIEL - EPP e outro - 05.999.284/0001-95	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802536-76.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SERGIO BEZERRA DA SILVA e outro - 621.361.514-87	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13	SIM
0802553-15.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSUE MACIEL DA SILVA e outros - 191.869.914-34	SIM
0803001-56.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Recursos Minerais	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A - 10.656.452/0001-80	José Argemiro da Silva e outro - 004.995.364-87	SIM
0803058-06.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROGERIO DOMINGUES RAPOSO e outro - 473.300.314-53	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0803365-57.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSE AUGUSTO SANTOS e outro - 089.661.685-15	SIM
0803488-55.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCIANA LEOPOLDINA DE SOUZA e outros - 089.671.164-11	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outros - 10.565.000/0001-92	SIM
0803558-04.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AUGUSTO CESAR COSTA DE MELO - 817.248.964-15	SIM

0804213-44.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Reajuste de Prestações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE QUINTINO GUIMARAES JUNIOR e outro - 038.743.384-87	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13	SIM
0804272-66.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FE DE PE e outros - 41.035.593/0001-09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0804690-04.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Baixa Definitiva	MARIA DO ROSARIO ARAUJO DOS SANTOS - 172.901.984-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804697-25.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso e outros	Proferido despacho de mero expediente	ANDREZA PALOMA DE MELO SILVA - 112.414.964-39	CENTRO DE EDUCACAO MASTER TECNICA E PROFISSIONAL LTDA - ME e outros - 04.501.313/0001-84	SIM
0804734-52.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Equivalência salarial e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA LENI OLIVEIRA DA SILVA e outro - 269.746.224-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0804788-86.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Sucessão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NELIS NELSON DA SILVA e outro - 197.716.654-72	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FE DE PE - 41.035.593/0001-09	SIM
0805023-53.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções e outros	Juntada de Certidão de Intimação	GENILSON DA SILVA LIMA - 853.231.524-00	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS e outro - 02.313.673/0001-27	SIM
0805029-60.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Invalidez Permanente e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ITA AUTO FAEIRSTEIN e outros - 339.622.274-15	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0806307-28.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Devolução de contribuições previdenciárias pagas além do teto	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WEIDSON FRANCISCO GONCALVES DANTAS - 731.583.214-91	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0806341-37.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	GRAZIELLA OLIVEIRA PINTO RAMOS e outros - 004.362.594-00	SIM
0806400-25.2015.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Ordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	KATIA SILVEIRA CABRAL - 536.809.874-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0810128-06.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SUELI NUNES - 299.106.254-15	SIM
- Processo em Ordem.						
0800044-82.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INTERNACIONAL GRAFICA E EDITORA LTDA - 10.570.414/0001-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800281-19.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA LUCIA CALDAS DE SOUZA - 128.050.414-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros - 29.979.036/0001-40	SIM
0800356-24.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Isenção	Juntada de Certidão de Intimação	JULIETA DE SOUZA LEAO MEDEIROS - 000.000.944-04	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0800420-05.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FERNANDO LUCAS ANACLETO DE MELO - 094.257.814-78	HOSPITAL DO EXÉRCITO EM RECIFE - HGE e outro -	SIM

0800984-13.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Classificação e/ou Preterição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIANA LUCIA MOTA DANTAS SILVEIRA - 046.418.604-83	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUP 1 REG e outro - 00.000.000/0005-46	SIM
0801056-97.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE BENEDITO DA SILVA - 168.134.304-59	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros - 29.979.036/0001-40	SIM
0801263-67.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRUNA ANDRADE LIMA LINS e outro - 076.209.494-02	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0801297-42.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	APARECIDA MARCELINO DA SILVA - 038.833.764-85	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO e outros - 24.134.488/0001-08	SIM
0801659-68.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FJ COMERCIO DE ELETRONICOS, DISTRIBUICAO E IMPORTACAO LTDA - 12.710.742/0001-90	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0801878-81.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDUARDO JOSE MOREIRA DE LIMA - 073.877.384-08	Reitor da Universidade Federal de Pernambuco e outro -	SIM
0801954-76.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação de Imóvel Urbano	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL e outro -	SIM
0802271-06.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LIGIA GONCALVES DE LIMA - 008.176.314-02	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06	SIM
0802307-48.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão de Dependente	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA NAJILA DE ABREU BEZERRA - 048.506.774-95	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - 00.043.711/0001-43	SIM
0803090-79.2013.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Liminar	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Hully Alves de Moura - 032.969.214-35	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA e outros - 01.189.494/0001-67	SIM
0803206-51.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Juntada de Certidão de Intimação	JOSE VALDEZ CAVALCANTI RAMOS - 273.095.764-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803651-35.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSEFA ELIANE LOPES DA SILVA - 207.813.344-20	SIM
0803718-29.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	EMERSON GUSTAVO SANTOS DE SOUSA e outros - 036.845.684-65	SIM
0804119-96.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALBERTINA MONTEIRO DA CUNHA e outros - 081.897.814-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804223-59.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VIANNEY PAULO DE OLIVEIRA - 022.835.064-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805667-88.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros -	PEDRO AUGUSTO PEREIRA GUEDES - 371.521.304-34	SIM
0805924-50.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Hospitais e Outras Unidades de Saúde	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DE DEFESA DOS USUARIOS S P S DE SAUDE - 01.444.379/0001-91	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH e outro -	SIM

0805954-51.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Correção da Tabela	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - 12.334.827/0001-10	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0806008-51.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Liberação de mercadorias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GILMAR FERNANDES DE QUEIROZ - 851.538.264-49	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0806459-13.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO FUNDAJ e outro - 09.773.169/0001-59	REGINA COELI VIEIRA MACHADO - 167.170.404-59	SIM
0807203-71.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	SEVERINO ALEXANDRE SOBRINHO - 102.622.534-53	SIM
0807611-62.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ROBSON CARDOSO DA SILVA e outros - 274.894.264-72	SIM
0807894-22.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro -	EDMILSON CORREIA DASILVA e outros	SIM
0808492-73.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AZOKA JOSE MACIEL GOUVEIA - 380.742.814-34	SIM
0810130-10.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Gratificação Natalina/13º Salário e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ASSOCIACAO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - REGIONAL PERNAMBUCO - ASSESPRO-PE - 11.546.934/0001-40	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RECIFE e outro -	SIM
0810892-89.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	CLEIDE JANE SUDARIO OLIVEIRA - 192.230.133-72	SIM
0811771-96.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO, e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0814058-32.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Hospitais e Outras Unidades de Saúde	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DO RECIFE - 10.565.000/0001-92	SIM
0815762-80.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Juntada de Apelação	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	BC ACADEMIA LTDA - ME - 14.412.323/0001-05	SIM
0815918-68.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Abuso de Poder e outros	Baixa Definitiva	FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI e outro - 142.531.784-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO, - 26.994.558/0001-23	SIM

### 6.2.11. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informa ter cumprido as determinações constantes da correição anterior.

Após a inspeção de 2017, a vara observou que a meta estabelecida para terminar o ano de 2017 com 650 processos físicos era factível. Também observou a necessidade de se dedicar cada vez mais tempo aos processos no PJe, uma vez que cresceu muito a demanda, tendo o compromisso de não esquecer dos processos físicos.

A meta principal da vara é diminuir o número, ainda representativo, dos processos físicos. Salienta a 2ª vara/PE que, por ser uma das fundadoras da Seção Judiciária de Pernambuco, tem um acervo de processos maior, em face do número maior de feitos que retornam das instâncias superiores. Como consequência, a 1ª e 2ª varas têm números bem maiores que as demais, tendo o mesmo número de servidores e equipamentos das demais varas cíveis.

Após a última inspeção, a vara informou que conseguiu baixar o número de processos em tramitação.

Asseverou, ainda, que, com a chegada da juíza federal substituta, Dra. Danielli Rodrigues, houve um relevante incremento no planejamento das atividades da vara e estímulo aos servidores tanto no gabinete como na secretaria.

Ademais, destacou a 2ª vara/PE que as metas do CNJ de 2017 estão sendo perseguidas com afinco, tem sido a maioria cumprida (exceção da meta 2), havendo grandes possibilidades de alcance da meta de diminuição do número de processos físicos.

#### **6.2.12. Considerações finais**

A 2ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 2ª vara federal funciona de modo razoável.

### **6.3. 3ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

#### **6.3.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 3ª vara federal da Pernambuco foi criada pela Lei nº 5.677/1971 e implantada pelo Provimento nº 64/1971 - CJP. Dentro de sua jurisdição, a unidade possui competência comum para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, exceto as submetidas, em caráter privativo, às 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 22ª varas federais da SJPE.

A vara se localiza no prédio-sede da SJPE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de funcionamento é das 9h às 18h.

#### **6.3.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 3ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 juiz federal; b) 15 servidores efetivos - 06 analistas judiciários - área judiciária, 3 analistas judiciários - área de execução de mandados, 05 técnicos judiciários - área administrativa e 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte.

Além dos servidores efetivos, a unidade conta com 01 servidora cedida pela Prefeitura de Paulista/PE.

### 6.3.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da 3ª Vara Federal, Frederico José Pinto de Azevedo, exerce a magistratura federal desde 26/02/1999, atuando na 3ª vara federal desde 04/04/2011.

O referido magistrado federal é juiz federal formador desde abril/2015. É ainda representante da 5ª Região no comitê gestor do sistema de processos eletrônicos junto ao CJF desde abril/2016, diretor da Associação dos Juízes Federais (AJUFE) desde 2014 e integrante do comitê de gestão estratégica da 5ª Região desde 03/04/2017.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal titular esteve afastado nos períodos e pelos motivos que seguem:

- 15/02/2016 a 29/02/2016 (Portaria 414/2015), 04/07/2016 a 18/07/2016 (Portaria 77/2016 - CR), 19/09/2016 a 03/10/2016 (Portarias 143/2016 e 306/2016), 02/03/2017 a 16/03/2017 (Portaria 2452/2016), 15/05/2017 a 15/05/2017 (Portaria 2452/2016 e 152/2017) e 18/09/2017 a 01/10/2017 (Portarias 2452/2016 e 307/2017) - **FÉRIAS**;
- 09/05/2016 a 22/05/2016 (Atos 140 e 208/2016-GP) e 23/01/2017 a 21/02/2017 (Ato 509/2016-GP) - **CONVOCAÇÕES**.

O magistrado reside na região metropolitana onde se localiza a 3ª Vara Federal.

### 6.3.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 3ª vara federal, tem-se a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de instrução	Área de formação
ADRIANA PESSOA ROCHA	Analista judiciário	Supervisora- assistente do gabinete do juiz federal titular - FC04	Superior	Direito
ALBA LÚCIA DA CÂMARA LIMA GOMES	Analista judiciário	Diretor de secretaria - CJ03	Superior	Direito
ALEXANDRE FÁZIO DA SILVEIRA	Técnico judiciário	Supervisor- assistente do Setor de Ações de Rito Especial - FC04	Superior	Direito

ANA LÚCIA GONDIM SAMPAIO	Técnico judiciária	Supervisora- assistente do gabinete 01 do juiz federal titular - FC04	Superior	Direito
CRISTINA TEREZA DE AZEVEDO GALVÃO DE MELO	Técnica judiciária	Supervisora- assistente do Setor de Ações de Rito Ordinário - FC04	Superior	Direito
HENRIQUE JOSÉ LOPES DE ALMEIDA AMAZONAS	Técnico judiciário	Supervisor- assistente do Setor de Publicação - FC04	Superior	Direito
JOSÉ HONÓRIO DA SILVA FILHO	Técnico judiciário	Supervisor- assistente do Setor de Ações Sumárias e Feitos Não- Contenciosos - FC04	Superior	Direito
MÁRCIA FERNANDA LINHARES GOMES LEMONS	Analista judiciário	Supervisora da Seção de Apoio Administrativo - FC05	Superior	Engenharia
MARIA KELMA SANTOS SOTERO	Analista judiciária	Supervisora-assistente II do gabinete do juiz federal substituto - FC04	Superior	Direito
MARTA JUSSARA VILLA NOVA ALVES DE LIMA	Analista judiciária	Oficiala de gabinete do juiz federal substituto - FC05	Superior	Direito
STÊNIO ROBERTO DA SILVA MONTEIRO	Analista judiciário	Oficial de gabinete do juiz federal titular - FC05	Superior	Direito

ARTUR LISBOA DE CASTRO FILHO	Analista judiciário	Executante de Mandados	Superior	Direito
FERNANDO ALBUQUERQUE	Analista judiciário	Executante de Mandados	Superior	Direito
MARIA DAS GRAÇAS CARNEIRO VIEIRA ROCHA	Analista judiciário	Executante de Mandados	Superior	Direito
JOSÉ LUIZ SILVA	Agente de Segurança	Opção pela GAS	Ensino médio	-

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 3ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 05 técnicos judiciários detêm nível superior de ensino, embora um dos requisitos para investidura no cargo seja apenas o nível médio de ensino.

Há uma servidora requisitada (com vínculo com o serviço público): Tereza Cristina de Souza Barbosa (nível médio), cedida pela Prefeitura de Paulista.

Não há servidores da vara cedidos a outros órgãos. Inexistem cargos efetivos vagos, servidores afastados por outro motivo que não férias e servidores em auxílio na 3ª vara/PE. Também não atuam na unidade jurisdicional em referência requisitados sem vínculo com o serviço público.

Há 03 funções comissionadas vagas, quais sejam: supervisor assistente (FC04) do gabinete do juiz federal substituto, secretário do diretor de secretaria (FC03) e assistente técnico III (FC03).

### **6.3.2.3. Estagiários**

Há previsão de 04 vagas de estagiários para a 3ª vara federal. Atualmente, apenas 03 vagas estão preenchidas.

Os estagiários atuam, inicialmente, na secretaria e, após alguns meses de treinamento, passam a auxiliar no gabinete.

### **6.3.3. Organização da 3ª vara federal**

Os servidores estão distribuídos da seguinte forma: 08 atuam na secretaria da 3ª vara federal e 04 servidores no gabinete do magistrado.

#### **6.3.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara organiza-se da seguinte forma:

#### - Processos físicos

Cautelares e ações de procedimento ordinário são divididas por fase: conhecimento e execução.

Conhecimento: 01 servidora, que auxilia, também, na fase de execução, considerando o reduzido número de processos físicos na fase de conhecimento.

Execução: 02 servidoras atuam nas respectivas fases das ações de procedimento ordinário, realizando todas as tarefas pertinentes a cada fase, contando com o auxílio de 01 estagiário.

Ritos Especiais: ação civil pública, ação civil pública de improbidade administrativa, execução de título extrajudicial, monitória, ação de usucapião etc. 03 servidores atuam nestes feitos. Os servidores realizam todas as fases e tarefas referentes às ações mencionadas com o auxílio de 01 estagiário.

Mandados de Segurança: 01 servidora atua nos mandados de segurança em todas as fases e tarefas.

Precatórios/RPVs: 01 servidor atua na expedição de precatórios/RPVs, acompanhando até o efetivo pagamento.

#### - Processos Eletrônicos

No caso dos processos virtuais, as ações de procedimento ordinário (conhecimento e execução), por serem em maior número, são distribuídas por dígitos entre 04 servidoras, cabendo a uma delas apenas 02 dígitos, tendo em vista a sua atuação, também, nos mandados de segurança. Os feitos eletrônicos de ritos especiais são acompanhados pelos mesmos servidores que atuam nos físicos. Os mandados de segurança ficam a cargo da mesma servidora que atua nos feitos físicos. Tratando-se o PJe de um sistema que sempre apresenta novas funcionalidades, foram treinados servidores que, juntamente com a diretora de secretaria, supervisionam todas as tarefas dos processos virtuais, visualizando os agrupadores, dedicando especial atenção àqueles com requerimentos de liminares e comunicações do TRF5. Por fim, os facilitadores mencionados auxiliam os colegas na aplicabilidade, quando do surgimento de novos recursos. Os servidores, que fazem a supervisão do sistema eletrônico, elaboraram um roteiro prático, abrangendo todas as tarefas e demais peculiaridades do sistema, o qual serve como um instrumento facilitador, sendo atualizado sempre que surgem novas funcionalidades. Os servidores da secretaria também elaboram minutas de sentenças repetitivas, de desistência, de extinção e homologatórias dos processos que lhes são afeitos.

Saliente-se ainda que os processos físicos são organizados por classes e, dentro de cada classe, por fase (conhecimento e execução) e, ainda, pela fase atual em que se encontram (publicação, aguardando devolução de expediente, controle de prazo, remessa para órgãos etc). Os processos com prioridades são sinalizados com etiquetas próprias e recebem tratamento diferenciado.

Em relação aos processos físicos, há o acompanhamento periódico, por meio de relatórios extraídos do próprio Sistema Tebas (conclusos até a data do relatório, remetidos sem devolução, tempo de posse dos expedientes com os oficiais de justiça, controle da estatística dos processos baixados, tempo médio de tramitação, sobrestados e as entradas e saídas dos feitos). No tocante aos processos virtuais, o acompanhamento obedece ao mesmo controle dos físicos, ressalvadas as peculiaridades do sistema, como, por exemplo, a inexistência de carga. Nos eletrônicos, os agrupadores são visualizados diariamente (petições e habilitações não lidas, pedido de liminares,

análise de prevenção, comunicações do TRF5). Vale ressaltar que os relatórios gerenciais extraídos do PJe ainda apresentam inconsistências.

### **6.3.3.2. Gabinete do juiz federal**

A divisão de tarefas no gabinete é feita por meio de dígitos. Considerando que, atualmente, o número reduzido de feitos físicos conclusos é menor e a maior parte já se encontra na fase de execução, 03 servidoras atuam nos referidos processos, cabendo a cada uma 03 dígitos. No caso dos processos eletrônicos, 04 servidores se dividem, cada qual com 03 dígitos. Diante da impossibilidade de uma divisão exata, o dígito remanescente, no caso, o 0 (zero), poderá ser analisado por qualquer dos assessores. Caberá ao servidor responsável pelo feito acompanhar o seu andamento em todas as suas fases, assessorando os servidores da secretaria na elaboração de minutas de despachos e decisões, sempre que se fizer necessária a consulta ao gabinete, inclusive o atendimento às partes com relação aos respectivos processos.

É elaborada uma escala mensal para assessoramento do magistrado nas audiências.

O gabinete conta com a força de trabalho de 02 estagiários que são orientados pelos assessores na elaboração de minutas, bem como nas pesquisas de jurisprudência e doutrina. Atualmente, como os estagiários ingressaram recentemente, ainda se encontram em treinamento na secretaria da vara.

Os critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento são os seguintes:

- liminares;
- prioridades previstas em lei;
- processos distribuídos há mais tempo;
- ordem cronológica da conclusão (art. 12 do CPC/2015).

### **6.3.4. Participação do magistrado titular em reuniões com a equipe da 3ª vara federal**

Não é frequente a participação direta do juiz federal em reuniões da equipe da 3ª vara federal. O método utilizado pelo magistrado é o acompanhamento direto nos diversos setores, mantendo contato diário com os servidores da secretaria, reportando-se a cada um diretamente, quando se faz necessário, ajustando metas, revendo minutas e apresentando sugestões.

### **6.3.5. Planejamento das atividades da 3ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

É realizada a avaliação das atividades, a fim de detectar os entraves, seguida de planejamento das ações saneadoras. Periodicamente, é feita a análise das rotinas passíveis de melhoria; segue-se o planejamento de novas práticas em discussão com os setores envolvidos. Chegando-se a uma definição, procede-se à implantação. Ao final, reavaliam-se os resultados.

Há fixação de metas periódicas de produtividade. No gabinete, de quantidade de sentenças proferidas, objetivando eliminar os processos remanescentes, sobretudo aqueles distribuídos há mais tempo, bem como aferir o cumprimento da Meta 1 do CNJ, que se refere à relação entre processos distribuídos e julgados. Periodicidade mensal. Na secretaria, de relação entre as entradas (distribuídos, devolvidos do TRF5, reativados) e as saídas (baixados, remetidos aos TRF5, redistribuídos) de processos, objetivando diminuir o acervo em tramitação. A meta é  $E(\text{entradas}) < S(\text{saídas})$ . Periodicidade mensal.

Há a aferição do cumprimento das metas do CNJ, a avaliação dos resultados das boas práticas e a análise comparativa dos relatórios e estatísticas dos meses anterior e atual.

### **6.3.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 3ª vara federal e no gabinete do magistrado**

O atendimento na secretaria é realizado por meio de escala entre os servidores, sendo designados, diariamente, 04 servidores para o atendimento no balcão, sendo 02 que atuam nas ações de procedimento ordinário e 02 nos ritos especiais, contando, ainda, com o auxílio dos estagiários. Vale ressaltar que, com o advento do sistema de processos eletrônicos, diminuiu, consideravelmente, a demanda de advogados e partes na secretaria.

No gabinete, o atendimento é direcionado, preferencialmente, ao assessor responsável pelo processo objeto do pedido de informações. Subsidiariamente, os assessores se alternam no atendimento. O magistrado atende às partes, advogados e procuradores, a qualquer tempo, sem que seja necessário agendamento de data e horário.

Atualmente, a vara não tem realizado pesquisa de satisfação. A satisfação das partes e advogados é medida pelos elogios ou reclamações feitas diretamente ao servidor ou à diretora de secretaria. Vale ressaltar que é considerável o número de elogios com relação ao atendimento e a celeridade dos serviços prestados pela unidade jurisdicional.

### **6.3.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 3ª vara federal contava com 744 processos em tramitação (175 físicos e 569 eletrônicos). Considerando tal número e a quantidade de servidores em exercício na unidade (16), a média de processos por servidor é de 46,5.

Em outubro/2017, havia 67 processos conclusos para sentença (01 físico e 66 eletrônicos).

No mês em referência, havia apenas 01 processo concluso com pedido urgente pendente de análise (conclusão em 26/10/2017).

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 281 processos sobrestados pelos motivos seguintes:

- Aguardando julgamento dos embargos à execução – 143;
- Aguardando julgamento de agravo de instrumento – 69;
- Aguardando decisão do STJ – 18;
- Suspensos por outros motivos (parcelamento de dívida, localização de bens penhoráveis, requerimento das partes etc) – 51.

Houve o extravio de 01 processo, já objeto de restauração dos autos e baixa.

Não há pendências junto a setores da Administração e/ou outros órgãos. 01 processo encontra-se aguardando perícia de alto grau de complexidade: Ação Civil Pública nº 0021238-84.2007.4.05.8300 - que se reporta a terreno de marinha e cuja diligência diz respeito à medição de área florestal que exige, também, pesquisa de campo. Vale ressaltar a dificuldade de nomear

peritos que se proponham a realizar esse tipo de diligência.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 35 audiências de instrução e julgamento na vara e apenas 03 conciliações, uma vez que essas últimas vêm sendo realizadas no CEJUSC. No mesmo período, houve 02 inspeções (uma em 2016 e outra em 2017).

Houve o cancelamento de 05 audiências e o adiamento de 02 audiências pelos motivos elencados abaixo:

- Canceladas: Ação de improbidade administrativa nº 0081646-28.2011.4.05.8300 - audiência cancelada em virtude da utilização de prova emprestada produzida em ação criminal; Carta precatória nº 0802878-53.2016.4.05.8300 - audiência cancelada em razão de a testemunha não mais residir em Recife, sendo posteriormente realizada por videoconferência. Os demais cancelamentos ocorreram por ausência das testemunhas e/ou partes.

### **6.3.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

#### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A Meta 1 foi cumprida integralmente até 26/10/2017. Foram distribuídos 429 processos de conhecimento e julgados 541 feitos (percentual de 126,10%).

#### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Dos processos distribuídos até 31/12/2012, em tramitação na 3ª vara federal, 06 feitos encontram-se pendentes de julgamento, dos quais 04 estão aguardando perícia de alto grau de complexidade.

No tocante aos processos distribuídos em 2013, apenas 02 aguardam julgamento.

#### **Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Na data do preenchimento do formulário de gestão, haviam sido distribuídos 747 processos em 2017, tendo sido realizados mais de 15 acordos. Meta cumprida.

A unidade jurisdicional destacou que houve um aumento significativo do número de conciliações em relação ao mesmo período de 2016.

Considerando os mutirões realizados pelo CEJUSC, foram designadas 102 atividades de conciliação. 50% delas não se realizaram por ausência das partes.

#### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Meta cumprida. Não há ação de improbidade administrativa distribuída até 31/12/2014 pendente de julgamento na 3ª vara/PE.

#### **Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Meta cumprida. Distribuídos: 88 processos. Baixados: 209.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Existem 03 ações civis públicas pendentes de julgamento, todas no aguardo de laudo pericial, em virtude do alto grau de complexidade das diligências requeridas e da grande dificuldade de nomear-se perito para atuar nas respectivas especialidades.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### **6.3.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 18 processos físicos (quando da correição tinham 175 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 60 processos (quando da correição tinham 569 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### **6.3.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.3.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE RECEBIMENTO DO PROCESSO NA VARA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Improbidade Administrativa	0007050302011405830	0

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0001014191993405830 0	
Civil Pública	0012473902008405830 0	
Execução de Sentença	0005898032007405830 0	
Execução de Sentença	0000020038300018602 9	
Embargos à Execução	0002315251998405830 0	
Execução de Sentença	0014001531994405830 0	
Civil Pública	0011655362011405830 0	
Ordinária	0010578262010405830 0	
Execução de Sentença	0016389551996405830 0	
Ordinária	0013792882011405830 0	
Civil Pública	0000020078300020721 0	
Civil Pública	0021238842007405830 0	

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0010469081993405830 0	Ausência de acompanhamento da movimentação do agravo que ensejou a suspensão.
Ordinária	0010570492010405830 0	Permanência excessiva dos autos em poder do advogado (de 04.05.2017 a 31.10.2017).
Civil Pública	0013109512011405830 0	Ausência de conclusão para sentença.
Execução de Título Extrajudicial	0005241562010405830 0	Demora para a realização de leilão, uma vez que certificada a ausência de data disponível para tal operação pela 26ª Vara Federal de Palmares/PE.
Execução de Sentença	0001398501991405830 0	Ausência de carimbo "em branco" na folha 7035.

<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0021238842007405830	O perito não apresentou

0

o laudo no prazo determinado.

**Outras Observações:**

Processo: 00000200783000207210 Classe: Civil Pública - 1ª Sentença anulada, a 2ª foi proferida em 21/03/2012.

Demora para a conclusão. Mais de 60 dias.

Processo: 00104690819934058300 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença.

Ausência de acompanhamento da tramitação do agravo (desde 13/07/2016), desp. em inspeção em 03/04/17 registrando o aguardo (último movimento).

Processo: 00140015319944058300 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença.

Ação anulatória 08073223220164058300.

Processo: 00163895519964058300 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.

Processo: 00212388420074058300 Classe: Civil Pública - Foi deferido um prazo de 45 dias para o perito apresentar o laudo, lapso contado a partir de 17 de julho de 2017. Até a presente data, não foi apresentada a prova técnica, valendo ressaltar que o "expert" alegou que os dados necessários à realização da prova foram transferidos a um "hard disk", o qual foi furtado.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo
Demora na conclusão					
0801118-69.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Fundo de Participação dos Municípios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICIPIO DE QUIXABA - 35.445.527/0001-04
0801429-60.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Planos de Saúde	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS ESTADO DE PE - 24.130.619/0001-89	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0802492-86.2017.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Erro de Procedimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	CARMEN SILVIA DE FIREMAND FIGUEIREDO - 084.505.364-72
0802683-05.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	REGINALDO ALVES SALES e outro - 066.755.144-15	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0803714-26.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16
0803858-34.2015.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 17.234.244/0001-31	VALDIR JORGE DE LIMA e outros - 895.919.174-49

0804924-78.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outro - 10.571.982/0001-25
0805364-79.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FERNANDO EDINALDO SANTANA - 302.292.004-00
0806361-28.2015.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Ordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JULIETA LUVIZOTTO NICOLAU e outro - 020.842.978-69	ESPOLIOS de MAURICIO PESSOA DE MELO E DE SUA ESPOSA DOLLY MASSAD PESSOA DE MELO e outros -
0806765-11.2017.4.05.8300	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	Tempo de Serviço Urbano/Contribuições não Recolhidas	Juntada de Contrarrazões	VILMA PEREIRA DE LIMA - 520.887.664-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria					
0802683-05.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	REGINALDO ALVES SALES e outro - 066.755.144-15	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
- Processo em Ordem.					
0800032-39.2011.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Agregação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HILDA VIEIRA DA SILVA - 233.276.004-05	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800070-17.2012.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Complementação de Benefício/Ferrovário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WEBSTER FRANKLIN FARIAS SANTOS e outros - 053.246.614-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
0800212-21.2012.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Complementação de Benefício/Ferrovário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ DE FRANCA DE MORAES BORGES FILHO - 197.170.164-53	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0800261-62.2012.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Serviço Militar dos Profissionais da Saúde	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OLYMPIO DE HOLLANDA CHACON NETO e outros - 058.417.604-08	Comandante da 7ª Divisão do Exército Brasileiro e outro -
0800363-79.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	JOSE HENRIQUE CAVALCANTI PINTO DA CARVALHEIRA - 000.115.684-53	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06
0800581-39.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16
0801210-47.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16
0801225-46.2017.4.05.8311	PROCEDIMENT O COMUM	Antecipação de Tutela / Tutela Específica	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40

0801296-52.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Acessão	Juntada de Certidão de Intimação	OLILIA JEANE NEVES e outro - 061.954.824-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0801736-14.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE - 09.791.484/0001-09	EVERTON SILVA ASSESSORIA DE NEGOCIOS LTDA - 15.792.404/0001-32
0801762-46.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ORGATEC REFRIGERACAO LTDA - ME e outros - 02.371.266/0001-76
0802456-83.2013.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Prorrogação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BLESS EXPRESS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME - 06.321.089/0001-74	GERALDO SEBASTIAO DE LIMA e outros -
0802802-29.2016.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	ÁLVARO MARCOS DE MATOS VIEIRA -	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13
0803277-82.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Índice da Alíquota e outros	Baixa Definitiva	SR FABRICACAO E COMERCIO DE SORVETES E CHOCOLATES LTDA - ME - 22.957.693/0001-48	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0803387-86.2013.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Abono de Permanência e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FREDERICO CELSO LYRA MAIA - 233.621.464-49	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO e outro - 24.416.174/0001-06
0803646-81.2013.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	RMI da pensão de dependente de ex-combatente	Expedição de expediente	MAYARA EVELLYN OLIVEIRA DE SOUZA -	Chefe da Divisao de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde e outro -
0803924-82.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ERALDO DOMINGOS DE MELO - 026.947.904-02	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
0804076-91.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO e outros - 606.109.801-49
0805314-48.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO e outros - 606.109.801-49

0805430-25.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Assistência Médico-Hospitalar e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANDERSON GOMES DE LIMA e outro - 103.446.514-79	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0805640-13.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CLEIDE JANE SUDARIO OLIVEIRA e outro - 192.230.133-72
0805945-26.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Perdas e Danos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CASA MAIOR CONSTRUÇÕES LTDA - 17.482.837/0001-17	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0806115-66.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO FERREIRA PINTO FILHO - 408.351.204-06	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0806128-65.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FELIPE MONTE DA CARVALHEIRA - 962.719.144-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0806363-27.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DOUGLAS MONTEIRO BRUCE - 790.495.248-34
0806562-20.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Acessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RONALDO PIERRE CAVALCANTI LUNDGREN e outro - 569.183.057-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0806824-96.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEBASTIANA DE MELO BASTOS - 122.952.054-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0806840-55.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL MARINHO DE BARROS FILHO - 366.434.164-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0807030-13.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Imissão	Juntada de Certidão de Intimação	VALTER RABELO - 277.021.704-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0807604-36.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Expedição de expediente	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	MUNICÍPIO DO RECIFE, e outros - 10.565.000/0001-92
0807884-07.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LEILA BEATRIZ LIMA BASTOS e outros - 492.214.937-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04

0808353-24.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Conclusos para julgamento	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GERALDO RINALDO DA SILVA - 070.313.274-15
0808634-77.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDVALDO ANDRADE SA - 362.537.584-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0809744-77.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	EDVANIA DIAS DE ANDRADE - 820.175.494-87	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0809829-63.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16
0810015-86.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Compensação	Baixa Definitiva	INGA - DISTRIBUIDORA LTDA - 05.390.477/0001-44	Delegado da Receita Federal em Recife-PE e outro -
0810085-06.2016.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARMEM LUCIA MOREIRA BRASILEIRO - 550.808.554-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
0810138-84.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Fruição / Gozo	Expedição de expediente	GUILHERME HENRIQUE SANTANA FERREIRA DE MENDONCA - 029.712.534-65	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0810222-51.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOAO RIBEIRO DE LEMOS - 128.279.674-72
0810687-60.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARILIA RUSSEL PINHO ALVES - 731.612.764-34	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0811277-37.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA EUNICE DOS SANTOS - 385.499.724-87	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08
0811355-31.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO	Multas e demais Sanções	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros -
0811659-30.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Juntada de Contrarrazões	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO e outros - 10.847.721/0001-95
0811824-77.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JULIANA DE FARIAS RODRIGUES DA SILVA - 052.786.724-12	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO e outro - 24.134.488/0001-08

0812022-17.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELENILDO MATIAS DOS SANTOS - 292.625.184-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0812176-35.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IGOR PIRES MAGALHAES RIO e outros - 097.420.554-08	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0812772-19.2017.4.05.8300	PÚBLICA	Anulação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS e outro - 07.607.851/0001-46	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0813936-19.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Rescisão / Resolução	Juntada de Certidão de Intimação	CASABLANCA TURISMO E VIAGENS LTDA - 11.828.753/0001-06	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - 00.352.294/0001-10
0814619-56.2017.4.05.8300	CARTA ROGATÓRIA	Citação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTRA PRESIDENTE DO STJ e outro -	ANTONIO LUIS VIEIRA FREIRE TEIXEIRA - null

### 6.3.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou que as determinações constantes da correição anterior foram cumpridas. O magistrado determinou que todas as irregularidades detectadas, por ocasião da correição em 2016, fossem sanadas de imediato, tais como, aperfeiçoar o sistema de controle de prazos na tramitação dos processos, evitando paralisações longas, certificação da data em que os processos foram recebidos do TRF5 e, em sendo o caso, a imediata mudança de classe, falta de assinatura em alguns atos, processos sem movimentação em determinado período, dentre outras.

Foi recomendado, ainda, que aquelas impropriedades que precluíram não voltassem a ocorrer, como, por exemplo, a demora na publicação de alguns atos, bem como na juntada de expedientes/petições e na conclusão para despacho.

Após a última autoinspeção, foram fixados metas ou fins a serem perseguidos pela vara, tais como: eliminar no gabinete o número de processos remanescentes, buscando reduzir, mensalmente, os processos pendentes de sentença; diminuir o número de processos em tramitação, aferindo, mensalmente, as entradas (distribuídos, devolvidos do TRF5, reativados) e as saídas (baixados, remetidos aos TRF5, redistribuídos) de processos - E (entradas) < S (saídas); reduzir, principalmente, o acervo de processos físicos até o final do corrente ano, em até 20%. As metas acima vêm sendo cumpridas, considerando que ainda faltavam, aproximadamente, 50 dias para o término do prazo estipulado.

### 6.3.11. Considerações finais

A 3ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 3ª vara federal funciona de modo eficiente.

## **6.4. 4ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

### **6.4.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 4ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 7.178/1983 e implantada pelo Provimento nº 269/1984 - CJF. A unidade detém competência para processar e julgar as causas criminais da competência da Justiça Federal. A unidade é especializada nos crimes contra o sistema financeiro e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e nos crimes praticados por organizações criminosas.

Funciona no prédio-sede da SJPE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de funcionamento da vara é das 9h às 18h.

### **6.4.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores**

A 4ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada; b) 14 servidores efetivos, sendo 01 analista judiciário - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 04 analistas judiciários - área de execução de mandados, e 08 técnicos judiciários - área administrativa. Registre-se que há 02 cargos efetivos vagos na unidade (desde janeiro/2016 e fevereiro/2016).

#### **6.4.2.1. Juíza federal titular**

A juíza federal titular da 4ª vara federal, Amanda Torres de Lucena Diniz Araújo, exerce a magistratura desde 26/03/2003, atuando na referida vara desde 08/03/2010.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada pelos motivos seguintes: 17/11 a 26/11/2015, 04/12 a 14/12/2015, 07/01 a 24/01/2016, 11/07 a 24/07/2016, 09/01 a 28/01/2017, 30/01 a 14/02/2017, 17/07 a 28/07/2017 e 21/08 a 31/08/2017 (férias); 28/07 a 16/08/2016 (licença para tratamento de saúde); 06/03 a 13/03/2016 (falecimento de pessoa da família); 09/10 a 11/10/2017 (participação em seminário/congresso).

A magistrada reside na região metropolitana onde se localiza a 4ª vara federal.

#### **6.4.2.2. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação

acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 4ª vara federal, pode ser observada a seguinte tabela:

<b>Nome</b>	<b>Cargo efetivo</b>	<b>FC ou CJ</b>	<b>Grau de instrução</b>	<b>Área de formação</b>
CAROLINA GOMES DE MATOS B. DE ALBUQUERQUE	Analista judiciário - área judiciária	Diretor de secretaria - CJ03	Superior completo	Direito
ADRIANA PAULÃO BARROS	Analista judiciário - área administrativa	Supervisor da Seção de Apoio Administrativo – FC05	Superior completo	Direito e Jornalismo
GERSON VIEIRA DE MATOS JÚNIOR	Técnico judiciário - área administrativa	Supervisor da Seção de Procedimentos Criminais – FC05	Superior completo	Direito
THAÍSA CARNEIRO MONTEIRO	Técnico judiciário - área administrativa	Oficial de gabinete da juíza federal titular - FC05	Superior completo	Direito
LAYSA ANDRADE LIMA	Técnico judiciário - área administrativa	Oficial de gabinete do juiz federal substituto - FC05	Superior completo	Direito e Jornalismo
ANNA ELIZABETH DE O. FRANCISCO MAGALHÃES	Técnico judiciário - área administrativa	Supervisor-assistente do gabinete do juiz federal substituto - FC04	Superior completo	Direito
ALMIR JOSÉ COSTA SANTOS	Técnico judiciário	Supervisor de Seção da Seção de Procedimentos Criminais	Superior completo	Geologia
MAURI BITENCOURT QUEIROZ	Técnico judiciário - área administrativa	Supervisor-assistente do Setor de Expedição de Documentos e de Controle de Diligência - FC04	Superior completo	Direito
EGLEISE MONTARROYOS COSTA	Técnico judiciário - área administrativa	Supervisor-assistente do Setor de Publicação - FC04	Superior completo	Direito e Ciências Contábeis

JACIEL DA SILVA	MARQ	Técnico judiciário - área administrativa	Secretário do gabinete do diretor de secretaria - FC03	Superior incompleto	Direito
JULIANA MELO	COLL	Analista judiciário – área de execução de mandados	-	Superior completo	Direito
MARIA BORBA CABRAL	SOCO	Analista judiciário – área de execução de mandados	-	Superior completo	Direito
CEZART ARRAIS DE SÁ		Analista judiciário – área de execução de mandados	-	Superior completo	Direito
KARLA MACHADO	NU	Analista Judiciário - Executante de Mandados	-	Superior completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 4ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 07 técnicos judiciários detêm nível superior de ensino, embora um dos requisitos para investidura seja, neste último cargo, apenas o nível médio de ensino.

Há 03 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público): Clarissa Capela Góes (TRE/PE), Maria de Fátima Lima da Silva (Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes/PE) e Fátima Ilana Santiago Arraes Alves Pontes Campanha (DETRAN/PE).

Não há servidores da vara cedidos a outros órgãos nem servidores de outras unidades em auxílio na 2ª vara/PE. Também não atuam na 4ª vara/PE requisitados sem vínculo com o serviço público.

Há 02 funções comissionadas vagas, quais sejam: supervisor assistente (FC04) do gabinete do juiz federal substituto e supervisor assistente do juiz titular (FC04).

Havia uma servidora afastada em razão de licença-maternidade (maio a novembro/2017).

#### **6.4.2.3. Estagiários**

O número previsto de estagiários na 4ª vara federal é de 03. Atualmente, todas as vagas estão preenchidas.

#### **6.4.3. Organização da 4ª vara federal**

Os servidores estão distribuídos da seguinte forma: 08 atuam na secretaria da 4ª vara

federal e 05 nos gabinetes, sendo 04 que trabalham com os processos de titular e substituto e mais 01 servidor vinculado aos 2 gabinetes, pois fica responsável por todas as decisões referentes a processos sigilosos e de operações policiais, indistintamente.

#### **6.4.3.1. Secretaria**

A secretaria está dividida nos seguintes setores, conforme abaixo descritos, salientando que todos os setores são cadastrados como “atividade” no sistema de acompanhamento processual Tebas, sendo utilizada a numeração da atividade na localização do processo na vara. Registre-se que, além dos servidores descritos a seguir, ainda há os 4 oficiais de justiça, que, por não lidarem diretamente com servidores, não estão vinculados a qualquer “atividade” no Tebas, muito embora constituam um setor próprio.

Setores ("Atividades"):

1. Gabinete da juíza federal titular;
2. Gabinete do juiz federal substituto;
3. Setor de audiências;
4. Setor de sigilosos;
5. Setor de réu preso;
6. Setor de cartas precatórias/rogatórias/de ordem;
7. Setor do juizado especial federal;
8. Setor das ações penais;
9. Setor de inquérito policial e procedimentos investigatórios do MPF;
10. Setor dos processos suspensos - refere-se aos servidores das ações penais, dos procedimentos dos JEFs e de réu preso, em que cada um cuida dos seus processos suspensos com base nas seguintes situações: a) art. 366 do CPP e da Lei nº 9.099/1999; b) parcelamento; e c) processos que aguardam decisão na instância superior;
11. Direção de secretaria;
12. Setor dos oficiais de justiça.

Os processos sigilosos compõem um setor específico na secretaria da vara, para que lhes sejam conferidos o sigredo e a agilidade necessários a seu trâmite. Da mesma forma, na assessoria pertinente aos 02 gabinetes, da magistrada titular e do juiz federal substituto, também há 01 assessor específico, encarregado apenas desses feitos sigilosos, com aquela mesma finalidade. Essa sistemática tem se demonstrado válida e eficaz para a consecução do fim almejado, inclusive para facilitar a alimentação dos cadastros e sistemas pertinentes, exigidos pelo CNJ ou CJF, especialmente após se deixar o servidor que ocupa esse setor na secretaria mais desonerado de outras atribuições, com o fim de dedicar-se com mais afinco a esses feitos.

Por outro lado, havendo um setor específico para cartas (precatórias, rogatórias e de ordem), também entendidas como prioritárias, a unidade consegue tramitá-las com mais agilidade e ainda centraliza, num único setor, entendimento sobre toda a sistemática pertinente à utilização de videoconferências requeridas pelos juízos deprecantes, que têm acontecido com grande frequência, sem embargo de os demais servidores conhecerem essa sistemática quando a utilizam para as oitivas a serem realizadas pela 4ª vara federal nas precatórias por esta expedidas.

Por sua vez, há um setor específico para procedimentos dos JEFs criminais, pois precisam de maior agilidade de tramitação, tendo em vista, em geral, as penas mais reduzidas cominadas aos crimes desse rito, às quais correspondem prazos prescricionais mais enxutos.

Havendo um setor específico de réus presos, da mesma forma, busca-se evitar a ocorrência de indesejados atrasos ou repetição de falhas no impulso processual, bem como fica mais fácil a

alimentação dos cadastros e sistemas pertinentes, exigidos pelo CNJ ou CJF.

Os demais processos ficam distribuídos entre os servidores por eles encarregados, sendo as ações penais divididas pelo numeral do dígito, de modo que a quantidade atribuída a cada um mantém-se equitativa e lhes permite conhecer os processos e encaminhá-los da melhor forma.

#### **6.4.3.2. Gabinetes dos magistrados**

A organização dos gabinetes é a seguinte:

##### 1. Gabinete da juíza federal titular:

- Thaísa da Costa Carneiro Monteiro - oficiala de gabinete - assessora;
- Laysa Lopes Andrade Lima - assessora;
- Gerson Vieira de Matos Júnior - assessor - o mesmo repetido para os 2 gabinetes (responsável pelas decisões dos processos sigilosos).

##### 2. Gabinete do juiz federal substituto

- Clarissa Capela Góes - assessora;
- Anna Elizabeth de Oliveira Francisco - assessora;
- Gerson Vieira de Matos Júnior - assessor - o mesmo repetido para os 2 gabinetes (responsável pelas decisões dos processos sigilosos).

Em relação ao controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento, observa-se que os processos que são de prioridade absoluta são os pertinentes aos réus presos, incluindo os *habeas corpus*; em seguida, têm prioridade destacada aqueles relacionados como de Metas do CNJ; por fim, os demais processos ingressos nos gabinetes, em geral, seguem, na apreciação, a ordem temporal de entrada no setor, dando-se maior prioridade àqueles conclusos há mais tempo, salvo situações excepcionais e pontuais a critério da magistrada.

#### **6.4.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 4ª Vara Federal**

A magistrada participa de reuniões periódicas com os servidores, em que são discutidas resoluções para os problemas detectados no dia a dia; também, quando se verifica algum problema pontual, o qual necessita de uma solução imediata, o próprio servidor tem acesso à juíza federal para conversar e resolver tal pendência. Além dessas reuniões periódicas, após cada inspeção anual, sempre é feita uma reunião com toda a equipe, para sinalizar acertos, falhas e acharem-se as soluções devidas, para serem implementadas.

#### **6.4.5. Planejamento das atividades da 4ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

A princípio, o planejamento sempre é feito após a inspeção anual realizada na vara, pois é o momento em que se consegue fazer um levantamento mais detalhado do andamento dos processos e do trabalho realizado pelos servidores, daí surgindo as necessárias adaptações (readequação de setores, novas sistemáticas a serem adotadas, correção de falhas etc) e, posteriormente, com base nos dados colhidos na inspeção, são estabelecidas as metas e as prioridades, bem como detectados os problemas e suas possíveis soluções. Além disso, sempre que pontualmente se fizer necessária, ainda antes da próxima inspeção anual, alguma modificação no planejamento traçado para o ano,

esta será feita oportunamente.

Em relação à avaliação de resultados, são realizadas reuniões periódicas (geralmente mensais) pela diretora de secretaria com os servidores. Há a participação da magistrada em algumas delas, nas quais se debatem os procedimentos adotados pela vara, se estão dando certo e sendo produtivos, bem como os problemas surgidos durante o intervalo entre uma reunião e outra. Sem prejuízo dessas reuniões periódicas, sempre são mantidas reuniões diárias entre a magistrada titular e a diretora de secretaria.

#### **6.4.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da magistrada**

Com relação ao MPF, os processos são recolhidos e devolvidos diariamente, com exceção das quintas-feiras, em que somente é recolhido o que for urgente, por servidores da área administrativa do órgão; as audiências são conferidas com a servidora da vara, responsável pelo setor de audiências, ou com a diretora, na semana anterior à sua realização e, caso ocorra algum cancelamento ou adiamento, a unidade informa o evento ao setor de audiência do MPF.

No tocante à Defensoria Pública da União (DPU), os processos são recolhidos uma vez por semana, normalmente às quintas-feiras, e, quando há urgência, a secretaria da vara entra em contato, solicitando o recolhimento do processo, o que é feito por funcionários da sua área administrativa; as audiências são conferidas com a servidora da vara responsável pelo setor de audiências ou com a diretora na semana anterior à sua realização, e, caso ocorra algum cancelamento ou adiamento, a vara informa o evento ao setor de audiência da DPU.

No que diz respeito aos advogados e às partes, o atendimento é feito no balcão da secretaria, com a apresentação da CI do processo. Informações via telefone não são repassadas, a não ser que seja demonstrada a urgência para o repasse da informação. As fotocópias são solicitadas via modelo de requerimento criado pela vara, com o prazo de 24h ou 48h para entrega das cópias ao requerente, com exceção dos casos urgentes, como, por exemplo, os de prazos curtos, em que, nessa situação, o terceirizado da vara desce com o advogado ou parte para a imediata extração das cópias. Por fim, em todas as cargas de processos feitas para os advogados, sempre são devidamente lançados os nomes dos responsáveis, com anotação dos respectivos números de seus documentos de identificação.

O atendimento pela magistrada é feito sem necessidade de prévio agendamento, seja pelo MPF, pela DPU, seja pelos advogados e até mesmo pelas partes desacompanhadas (embora preferencialmente estas sejam atendidas quando acompanhadas de seus representantes), podendo se realizar no gabinete ou no balcão da secretaria.

A orientação aos assessores é a de retirar dúvidas daqueles que postulam um atendimento pelo gabinete e não fazem questão de ser necessariamente atendidos pela magistrada, fazendo-o diretamente no balcão da secretaria e sempre com as cautelas inerentes aos processos sigilosos.

A 4ª vara/PE não vem mais realizando consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.4.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

A 4ª vara federal, quando do preenchimento do formulário de gestão, contava com 274 processos em tramitação. Considerando tal número e a quantidade de servidores em exercício na unidade (17), a média de processos por servidor é de 16,11.

Não se observou o extravio de nenhum processo nos 24 meses que antecederam a correição, mas foi restaurado 01 feito.

Em outubro/2017, havia 10 processos conclusos para sentença. Não havia, em tal ocasião, processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise sob a responsabilidade da magistrada.

A 4ª vara federal, quando do preenchimento do formulário de gestão, tinha 91 processos sobrestados, em razão dos motivos indicados na tabela abaixo:

Motivo	Número de Processos
Art. 366 do CPP	20
Parcelamento do débito	14
Lei nº 9.099/1999	28
Aguardando Decisão de Tribunal Superior	15
Art. 149 do CPP	01
Sobrestados (outros motivos)	13
<b>TOTAL</b>	<b>91</b>

Não existiam pendências de processos junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados.

No período de 01/11/2015 a 31/10/2017, a magistrada titular realizou 267 audiências. Foram 02 as inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição.

Observou-se o adiamento de 25 audiências e o cancelamento de 12, no período de 01/11/2015 a 31/10/2017, pelos seguintes motivos: não localização do réu, não comparecimento de testemunha e solicitação de advogados, devido à impossibilidade de comparecimento, devidamente justificada.

Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas, de acordo com a adequação da pauta e a razão do adiamento ou cancelamento.

#### **6.4.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Conforme extraído do Sistema Tebas, Módulo Secretaria, e do PJe, entre janeiro e outubro/2017, a 4ª vara federal recebeu 40 processos de conhecimento, tendo proferido sentença em 85 feitos. Assim sendo, atingiu plenamente a Meta 1 (percentual de mais de 100%).

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até**

**31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Dos processos distribuídos até 2012 (Total: 15), 14 estão suspensos e 01 aguarda o cumprimento de carta rogatória para interrogatório do réu.

Dentre as feitos distribuídos em 2013 (Total: 09), 04 estão suspensos, 01 aguarda a realização de leilão, 01 aguarda informações cartorárias para confirmar o óbito do réu, 01 aguarda o arrematante efetuar o pagamento de multa, 01 aguarda o cumprimento da decisão de doação de bem e 01 está concluso para recebimento da denúncia.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Entende-se que, nas varas criminais, não se encerram casos por conciliação, pois mesmo as hipóteses de transação e suspensão condicional da pena podem se converter, quando descumpridas as condições pactuadas, em tramitação regular das ações penais respectivas, com prolação de sentença ao final. Ademais, os casos em que cabíveis aquelas soluções são taxativamente previstos em lei, não cabendo ao juízo qualquer mérito ou não pela maior ou menor quantidade de ações findas pelas sentenças meramente extintivas de punibilidade (tipo E) cabíveis nesses dois casos acima referidos.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Meta cumprida. Foram distribuídos 497 processos criminais e baixados 598 feitos no período de janeiro a outubro de 2017.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Há 08 processos ainda pendentes de julgamento relativos à meta em epígrafe, dos quais: 03 (suspensão por parcelamento), 01 (suspensão Lei 9.099/95), 02 (aguardando conflito negativo), 01

(aguardando pedido de cooperação jurídica internacional para oitiva da vítima) e 01 (aguardando o pedido de cooperação jurídica internacional para citação do acusado).

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade.

#### **Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

O relatório de prisões do Tebas está sendo alimentado como determinado nas Resoluções nºs 66/2009 - CNJ e 87/2009 - CNJ, contudo considerações pertinentes à Meta-CNJ de nivelamento para as Corregedorias nº 06/2014 e ao contido no Ofício Circular nº 004/2014-TRF5-CR, de 25/2/2014 já foram tecidas à corregedoria-regional quando da apresentação dos relatórios de inspeção anual.

#### **6.4.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 16 processos físicos (quando da correição tinham processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 20 processos (quando da correição tinham 781 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### **6.4.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.4.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE MUDANÇA DE CLASSE:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Penal	0008077851999405830	Execução criminal.
	0	

<b>AUSÊNCIA DE SUMÁRIO NA CONTRACAPA COM INDICAÇÃO DAS FOLHAS DOS ATOS PROCESSUAIS MAIS IMPORTANTES (AÇÕES CRIMINAIS E DE IMPROBIDADE):</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0004882382012405830	
	0	
Criminal	0004882382012405830	
	0	

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0011540252005405830	Desde julho/17.
	0	

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0000919852013405830	Desde 18.07.2017.
	0	

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Diversa (Matéria Penal)	0003732562011405830 0	
Procedimento Criminal	0016282252007405830 0	
Criminal	0007527072010405830 0	
Procedimento Criminal	0020049952012405830 0	
Procedimento Criminal	0010278932012405830 0	
Inquérito	0006878812006405830 0	
Criminal	0000020038300014935 5	
Criminal	0016855292008405830 0	
Procedimento Criminal	0000020068300009897 0	
Criminal	0013720772006405830 0	
Criminal	0007341572005405830 0	
Criminal	0013138672012405830 0	

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0002964092006405830 0	Processo sem movimentação (desde 25.07.2017).

<b>Outras Observações:</b>
<p>Processo: 00073415720054058300 Classe: Criminal - fato: início das investigações/gravações telefônicas em maio de 2005, benefícios concedidos desde 1999.</p> <p>Ausência da etiqueta com informações extras (prescrição, etc).</p> <p>Trânsito em julgado em 22/08/17.</p> <p>Processo: 00075270720104058300 Classe: Criminal - Ausência de etiqueta de prescrição.</p> <p>Processo: 00080778519994058300 Classe: Execução Penal - recomenda-se a mudança de classe processual para execução criminal.</p> <p>Apenso: ação nº 99.0003928-9.</p> <p>Processo: 00131386720124058300 Classe: Criminal - Réu preso.</p> <p>Processo: 00137207720064058300 Classe: Criminal - fato: data do início da ação fiscal 06.06.04 (dec. IR/etc. exerc. 2003,2004).</p> <p>Suspensão em razão de parcelamento.</p> <p>Ausência da etiqueta com especificações do processo (prescrição, etc).</p>

Trânsito em julgado em 16/08/17.

Processo: 00162822520074058300 Classe: Procedimento Criminal -  
Pedido de medida assecuratória.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0006100-33.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Pesca	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	BRENNO LENNO FOMES DE LIMA e outros -	SIM
0010221-07.2014.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
- Processo em Ordem.						
0000823-31.2017.4.05.8300	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	IZABEL PATRICIA ALVES DE SANTANA - null	SIM
0001983-96.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Quadrilha ou Bando e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0006083-94.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária praticado por Funcionário Público	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	TEREZA CRISTINA BARBOSA DA SILVA - 174.626.654-68	SIM
0006633-21.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falso testemunho ou falsa perícia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0012838-42.2011.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsificação / Corrupção / Adulteração / Alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - null	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0014918-03.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Má-gestão praticada por Prefeitos e Vereadores e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0015971-19.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIZ CARLOS DE ALBUQUERQUE PEREIRA - 061.613.774-54	SIM
0804792-21.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes do Sistema Nacional de Armas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DONICELIO RODRIGUES NUNES - 972.304.724-15	SIM
0807504-81.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Apropriação indébita Previdenciária e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	DIANA GARCEA PESSOA - 234.044.854-91	SIM
0807819-12.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIZ HENRIQUE DA SILVA SOUZA e outro - 101.227.074-27	SIM
0810656-40.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0811041-85.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Juntada de Certidão	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	PAULO JOSE RODRIGUES DE LIMA - 153.213.554-87	SIM

0812687-33.2017.4.05.8300	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO e outros 03.636.198/0001-92	SANDRO GODOI CITON - null	
---------------------------	-----------------------------	---------------------------	---------------------------------------------------	---------------------------------------------------	---------------------------	--

0813616-66.2017.4.05.8300	INQUÉRITO POLICIAL	Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0813909-36.2017.4.05.8300	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Uso de documento falso e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	JOSE ALEXANDRE SOBRINHO - 193.361.364-53	SIM
0814995-42.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado	Audiência instrução e julgamento designada para 22/01/2018 09:00 Sala de Audiência da 4ª Vara	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0816639-20.2017.4.05.8300	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Moeda Falsa / Assimilados	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outros - 00.000.000/0002-91	ERIVELTON FREITAS DE ALMEIDA - 132.755.634-08	SIM
0817386-67.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO ESPECIAL DA LEI ANTITÓXICOS	Tráfico de Drogas e Condutas Afins	Juntada de Petição	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	VIVIANE DA SILVA - 332.143.748-18	SIM

#### 6.4.10. Correição anterior e autoinspeção

A 4ª vara da Seção Judiciária de Pernambuco procurou sanar os problemas apontados no relatório da última correição, passando, por exemplo, a colocar em folhas separadas as conclusões dos despachos, decisões e sentenças.

Em relação à última autoinspeção, verifica-se que as metas de se julgarem todos os processos que ingressam na assessoria dos dois gabinetes no mesmo mês têm sido cumpridas; as determinações de priorização de julgamento dos feitos incluídos nas metas do CNJ estão sendo observadas; e a pauta de audiências tem sido cada vez mais encurtada, inclusive mediante o incremento de mais turnos para realização daquelas, visando à maior celeridade processual, mantendo-se a média de 60 dias para a realização de audiências.

A 4ª vara/PE informou, ainda, que a direção de secretaria conseguiu dar um maior apoio ao setor de cartas precatórias, de maneira a otimizar o cumprimento das cartas.

#### 6.4.11. Considerações finais

A 4ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in*

*loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 4ª vara federal funciona de modo eficiente.

## **6.5. 5ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

### **6.5.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 5ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 7.178/1983 e teve sua implantação a partir do Provimento nº 269/1984 – C/JF. Dentro de sua jurisdição, a unidade possui competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, exceto as submetidas, em caráter privativo, às 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 22ª varas federais da SJPE.

A 5ª vara federal funciona no prédio-sede da SJPE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O seu horário de funcionamento é das 9h às 18h.

### **6.5.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores**

A 5ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada; b) 13 servidores efetivos, sendo 03 analistas judiciários – área judiciária, 03 analistas judiciários – área de execução de mandados, 06 técnicos judiciários – área administrativa e 01 técnico judiciário – área de segurança e transporte.

Registre-se que o número de servidores efetivos não corresponde ao previsto.

#### **6.5.2.1. Juíza federal titular**

A juíza federal titular da vara, Nilcéa Maria Barbosa Maggi, exerce a magistratura desde 01/12/1993, atuando na 5ª vara federal de Pernambuco desde 13/12/2000. A referida magistrada participa da Coordenação do Centro de Conciliação da SJPE desde 07/05/2015 (Atos nºs 235/2015 e 232/2017 – TRF5).

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada nos seguintes períodos:

Férias: 24/11/2015 a 11/12/2015, 07/01/2016 a 19/01/2016, 01/03/2016 a 17/03/2016, 12/07/2016 a 10/08/2016, 09/01/2017 a 19/01/2017 e 10/07/2017 a 08/08/2017;

Afastamento para participar da coordenação do Curso Conciliação e o Novo CPC, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários/CJF, em Brasília-DF: 11/05/2016 a 13/05/2016 (Ato nº 267/2016 - CR/TRF da 5ª Região);

Afastamento para participar do III Fórum Nacional de Conciliação e Mediação - FONACON, em João Pessoa/PB: 14/08/2017 a 16/08/2017 (Ato nº 597/2017 – CR/TRF da 5ª Região).

A magistrada reside em Recife/PE, cidade onde funciona 5ª vara federal da SJPE.

#### **6.5.2.2. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 5ª vara federal, pode ser observada a

seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Rafael Borba Vicente	Técnico Judiciário	Diretor (CJ-03) de Secretaria	Superior	Direito
Leandro Antonio de Carvalho	Técnico Judiciário	Supervisor (FC-05) da Seção de Procedimentos Cíveis	Superior	Direito e Contabilidade
Lívia Afonso de Albuquerque Costa	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Titular	Superior	Direito
Renata Alves Monteiro de Almeida	Analista Judiciário	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Substituto	Superior	Direito
Amanda Miranda Melo da Mata Quintas	Analista Judiciário	Supervisor Assistente 01 do Gabinete do Juiz Substituto (FC-04)	Superior	Direito
Ilana Branco Barreto da Rocha	Analista Judiciário	Supervisor (FC-05) da Seção de Apoio Administrativo	Superior	Direito
José Ivan Melo dos Santos	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente (FC-04) do Setor de Ações de Rito Especial e Mandado de Segurança	Superior em andamento	Direito
Martha Thereza N. B. Cardoso	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente 02 (FC04) do Gabinete do Juiz Titular	Superior	Engenharia Civil
Hilton José Rodrigues da Silva	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente (FC-04) do Setor de Publicações	Superior	Engenharia Civil
Ana Cláudia Antunes Cavalcanti de Araújo	Oficial de Justiça	Não	Superior	Ciências Biológicas
Jozélia Alves Lima da Silva	Oficial de Justiça	Não	Superior	Direito
Lucilo de Oliveira Arruda	Oficial de Justiça	Não	Superior	Direito
Marcos Antonio L. Madureira	Técnico Judiciário – Segurança e Transporte	Não	Superior	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 5ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os 07

técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Há 02 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público): Manoel da Paz Albuquerque (TRF5) e Walter José dos Santos (Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco).

Não atuam na 5ª vara/PE requisitados sem vínculo com o serviço público nem servidores em auxílio (cedidos por outros setores).

Há 05 funções comissionadas vagas, quais sejam:

- Supervisor assistente 01 (FC04) do gabinete do juiz titular;
- Supervisor-assistente (FC-04) do setor de ações sumaríssimas e feitos não-contenciosos;
- Secretário (FC-03) do diretor de secretaria da 5ª vara;
- Assistente técnico III (FC-03) do diretor de secretaria da 5ª vara;
- Auxiliar especializado (FC-02) do diretor de secretaria da 5ª Vara.

Não havia servidores afastados por outro motivo que não férias.

### **6.5.2.3. Estagiários**

O número previsto de estagiários na 5ª vara federal é de 03, estando todas as vagas preenchidas.

No desempenho das atividades de estágio, os estagiários atuam na secretaria e no gabinete.

### **6.5.3. Organização da 5ª vara federal**

Dentre os servidores da 5ª vara federal de Pernambuco, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

#### **6.5.3.1. Secretaria**

A secretaria encontra-se organizada da seguinte maneira:

- Setor de conhecimento (02 servidores): expedições, controles de prazo, remessas, juntadas e arquivamento;
- Setor de execução (03 servidores): publicações em geral, expedições, controles de prazo, remessas, juntadas, arquivamento e minutas de despacho;
- Setor de procedimentos especiais (02 servidores): expedições, controles de prazo, remessas e arquivamento.

No setor de conhecimento existe localização específica para o cumprimento das tutelas de urgência das ações de rito ordinário.

No setor de execução há localização específica para o controle de expedição de requisições de pagamento.

No setor de procedimentos especiais existe localização específica para o cumprimento de

cartas precatórias e das tutelas de urgência das demais classes processuais, bem como para a tramitação de ações civis públicas, inclusive as de improbidade administrativa.

Na unidade, os métodos adotados de controle e situação do acervo de processos são os seguintes:

- Checagem dos processos de acordo com as datas de distribuição das demandas (priorizando a solução dos processos com mais tempo de distribuição); e

- Redução constante do acervo da vara, com checagem diária do quantitativo indicado nos relatórios dos sistemas Tebas e PJe.

### **6.5.3.2. Organização do gabinete**

No gabinete da 5ª vara da Seção Judiciária de Pernambuco, o trabalho é dividido da seguinte forma entre os serventuários ali lotados:

Minutas de decisões de tutelas de urgência e sentenças (juiz titular e juiz substituto – divisão por dígito): Livia Afonso de Albuquerque Costa e Ilana Branco Barreto da Rocha;

- Triagem de petições iniciais (juiz titular e juiz substituto): Leandro Antonio de Carvalho;

- Minutas de sentenças e outras decisões interlocutórias (juiz titular e juiz substituto – divisão por dígito): Renata Alves Monteiro de Almeida, Amanda Miranda Melo da Mata Quintas e Leandro Antonio de Carvalho.

Registre-se que os processos com prioridades são imediatamente analisados ao serem conclusos no gabinete. Os demais são ordenados pela data da distribuição inicial e pela data da última conclusão.

Na 5ª vara federal, sempre se trabalha em regime de metas traçadas e acompanhadas permanentemente, buscando julgar e decidir os processos conclusos ao gabinete dentro do próprio mês, de modo a manter o acervo do gabinete em quantidade mínima. Na secretaria, busca-se o cumprimento constante dos prazos processuais, a juntada de documentos, a elaboração de expedientes e envio dos autos ao gabinete. No tocante especificamente aos processos devolvidos pelo TRF5 e dos demais tribunais (na maioria das vezes, processos que vão para a fase de execução), a meta é serem analisados no prazo máximo de 05 dias.

### **6.5.4. Participação direta da juíza federal em reuniões com a equipe da 5ª vara federal**

A juíza federal titular participa diretamente e diariamente da condução das rotinas da unidade, reunindo-se com os servidores dos diversos setores da vara semanalmente, para acompanhar o desempenho no cumprimento das metas estabelecidas.

### **6.5.5. Planejamento das atividades da 5ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento das atividades da vara pode variar de acordo com o tipo de demanda predominante para um determinado período, mas a diretriz permanente é sempre solucionar com celeridade as demandas existentes, de modo a proporcionar uma prestação jurisdicional eficiente e que resolva verdadeiramente o problema dos jurisdicionados.

O resultado das atividades da vara é semanalmente avaliado pela direção de secretaria e pela magistrada, por meio dos relatórios gerados nos sistemas Tebas e PJe, de modo a manter os níveis de produtividade a serem alcançados no mês.

#### **6.5.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 5ª vara federal e no gabinete da juíza federal**

Os interessados que comparecem às dependências da 5ª vara federal são prontamente atendidos pelos servidores em balcão na secretaria da unidade, sendo este o atendimento inicial.

Havendo solicitação, os interessados também são atendidos pelos assessores na assessoria e pela magistrada no gabinete.

A vara não realiza consultas formais de satisfação do atendimento prestado, mas, em geral, o público é muito bem atendido e aparentemente sai das dependências da unidade satisfeito.

#### **6.5.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

A 5ª vara federal, quando do preenchimento do formulário de gestão, contava com 721 processos em tramitação (195 físicos e 526 eletrônicos). Considerando tal número de processos e o número de servidores em exercício na unidade (15), a média de processos por servidor é de 48,06.

Em outubro/2017, havia 06 processos conclusos para sentença sob a responsabilidade da juíza federal titular.

Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

A 5ª vara federal tinha 280 processos sobrestados/suspensos, pelos motivos a seguir explicitados:

- aguardando julgamento de instância superior: 135;
- aguardando pagamento de requisitório: 97;
- art. 921, III, do CPC (falta de bens penhoráveis): 26;
- aguardando julgamento de embargos: 09;
- parcelamento de débito (acordo): 06;
- aguardando julgamento de processo conexo (outro juízo): 03;
- aguardando deslinde de penhora no rosto dos autos (outro juízo): 04.

Não havia processos da vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados.

Nos 24 meses que antecederam à correição, não se verificou extravio ou restauração de processo.

A magistrada titular realizou, nos últimos 24 meses, a contar da data do início da correição, 63 audiências. No centro de conciliação, foram realizadas 125 audiências relativas a processos da competência da 5ª vara/PE. No mesmo período, houve 02 inspeções judiciais.

#### **6.5.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Meta 1 alcançada, pois:

- 501 processos de conhecimento distribuídos (10 físicos e 491 eletrônicos);
- 576 sentenças proferidas (85 processos físicos e 491 processos eletrônicos).

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

No que diz respeito aos processos de 2013 (julgamento de 85% dos processos distribuídos em 31/12/2013), a meta foi cumprida pela 5ª vara.

Quanto às demandas distribuídas até 31/12/2012, existe apenas um processo com pendência de primeiro julgamento (processo nº 0004624-62.2011.4.05.8300), mas ele somente ingressou no acervo da 5ª vara no ano de 2016 (por ter sido redistribuído pela 7ª vara federal/PE).

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Com a entrada em vigor do CPC/2015, houve uma multiplicação, nas fases iniciais do processo, do quantitativo de audiências de conciliação marcadas nos processos da 5ª vara federal, para realização no centro de conciliação da SJPE. Some-se a isso a cultura de conciliação que há muito tempo já integra a rotina de solução de demandas na 5ª vara federal. Nesse cenário, a expectativa é encerrar o ano de 2017 com um maior percentual de solução de casos por meio de conciliação.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014)**

A unidade informou ter cumprido a Meta 4.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

No ano de 2017, ingressaram na 5ª vara federal, no Sistema PJe, 142 novas demandas de execuções não fiscais (cumprimento de sentença, cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública e execução de título extrajudicial), tendo sido baixados no PJe, neste período, 199 processos.

Além dos processos acima mencionados, houve o ingresso repentino de 337 cumprimentos provisórios de sentença (188 em 2016 e 149 em 2017), praticamente todos distribuídos por dependência às ações civis públicas que trataram da reconstrução de edificações no conjunto residencial Muribeca (0020885-44.2007.4.05.8300 e 0010335-19.2009.4.05.8300). Em virtude da pendência de um estudo de solo na área, houve um período de suspensão desses cumprimentos provisórios, mas já foram baixados 307 (85 em 2016 e 222 em 2017) processos e será trabalhada a solução dos demais (cerca de 30) até o final de 2017.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Na 5ª vara federal, não existem ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 pendentes de julgamento.

**Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade informou estar cumprindo o referido provimento.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

#### **6.5.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 25 processos físicos (quando da correição tinham 195 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 60 processos (quando da correição tinham 526 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

##### **6.5.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

###### **6.5.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

TIPO DE AÇÃO	FEITO EM ORDEM: Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Título Extrajudicial	0017105572011405830 0	
Execução de Sentença	0015934462005405000 0	
Execução de Sentença	0001484982003405830 0	
Execução de Título Extrajudicial	0004863712008405830 0	
Embargos à Execução	0012806082009405830 0	
Execução de Sentença	0018055082007405830 0	Recebidos os autos da Contadoria do Juízo (06.11.2017).
Embargos à Execução	0019375062001405830 0	Processo arquivado.
Civil Pública	0002287911900405830 0	
Monitória	0004103252008405830 0	
Monitória	0003718772008405830	

	0
Ordinária	0006063742012405830
	0
Ordinária	0016803962009405830
	0
Execução de Sentença	0003502872006405830
	0
Ordinária	0000978342017405830
	0
Ordinária	0005712382011405830
	0
Execução de Sentença	0018079362007405830
	0
Ordinária	0003713162012405830
	0
Ordinária	0000020068300006487
	9
Ordinária	0012019132008405830
	0
Execução de Título Extrajudicial	0018861672012405830
	0

#### Outras Observações:

Processo: 00000200683000064879 Classe: Ordinária - trânsito em julgado ocorrido.

Processo: 00014849820034058300 Classe: Execução de Sentença - Registre-se que, em que pese a 5ª vara ser diligente na cobrança do cumprimento de três cartas precatórias expedidas em 2014, o juízo deprecado não tem atendido tal pleito.

Processo : 00048637120084058300 Classe: Execução de Título Extrajudicial - Sentença proferida em 12/05/16.

Processo: 00057123820114058300 Classe: Ordinária - trânsito em julgado em 05/06/17.

Cumprimento de sentença segue no pje.

Processo: 00060637420124058300 Classe: Ordinária - Processo ficou 3 meses parado. Encaminhamento dos autos, após laudo pericial, ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Acidentes do Trabalho.

Processo : 00180550820074058300 Classe: Execução de Sentença - Execução do julgado. Contadoria remeteu os cálculos com o importe devido em 06/11/2017. Após diversos recursos, o feito retornou à Primeira Instância em setembro/2017.

Processo: 00193750620014058300 Classe: Embargos à Execução - O acórdão referente à sentença transitou em julgado, havendo determinação do arquivamento do feito.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0801593-64.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Auxílio-transporte	Processo Suspenso/Sobrestado	JADNA MARIA DE ARAUJO - 021.212.244-40	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06	SIM
0801682-48.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA LUCIA MATOS MUNIZ - 060.833.264-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. -	SIM

0801967-75.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO EVERALDO DE JESUS BERNARDINO E SILVA - 795.564.854-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0803154-50.2017.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Juntada de Cota	OLGA MARIA PAES DE FRANCA - 069.217.014-68	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0804300-63.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JACQUELINE LUSTOSA LEITAO - 484.130.894-68	MARCO ANTONIO PESSOA GUERRA e outros -	SIM
0805010-83.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WILLIANS RUFINO DE MELO e outros - 192.281.628-05	CAIXA SEGURADORA S/A e outros - 34.020.354/0001-10	SIM
0807658-36.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Juntada de Certidão de Intimação	LUIZ FELIPE GOMES DA SILVA - 112.875.824-51	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
Lapso para encaminhamento de petições/laudos						
0805010-83.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WILLIANS RUFINO DE MELO e outros - 192.281.628-05	CAIXA SEGURADORA S/A e outros - 34.020.354/0001-10	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800888-57.2017.4.05.8311	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	WILTON PRAZERES CAMARA - 172.425.174-00	SIM
0808734-32.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSORCIO TEP/SQUADRO/ MENDES JUNIOR. - 12.209.087/0001-90	EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS - 07.607.851/0001-46	SIM
- Processo em Ordem.						
0800004-71.2011.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Seguro Acidentes do Trabalho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Município de São José do Belmonte (PE). - 10.280.055/0001-56	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800167-17.2012.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Restabelecimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIZABETE DA PAIXAO OLIVEIRA - 479.927.277-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800179-56.2016.4.05.8311	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Causas Supervenientes à Sentença	Juntada de Certidão de Intimação	ABINOAN AZEVEDO ALVES e outros - 368.610.734-15	CAIXA SEGURADORA S/A e outros - 34.020.354/0001-10	SIM
0800218-57.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Remoção	Juntada de Cota	CARLOS MAX HOLANDA DE BRITO - 007.722.284-93	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800232-18.2017.4.05.8306	MANDADO DE SEGURANÇA	Suspensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRASCON GESTAO AMBIENTAL LTDA - 11.863.530/0001-80	PREGOEIRO DA EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA (HEMOBRÁS) e outros -	SIM
0800236-49.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Classificação e/ou Preterição e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROBSON LUIZ DOS SANTOS ALVES e outro -	JORGE RIBEIRO - 807.076.887-87	SIM
0800493-06.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORLANDO ENEDINO DA SILVA - 006.194.694-04	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0800634-54.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ASSOCIACAO MUSICAL 10 DE AGOSTO e outro - 01.081.476/0001-67	SIM

0801548-21.2016.4.05.8300	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VALDEMIRO NUNES CAVALCANTI e outro - 104.288.014-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801965-08.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CIRLENE FAGUNDES DOS SANTOS e outros - 846.036.664-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802496-26.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Execução Provisória	Expedição de expediente	OUTROS e outros -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. -	SIM
0802547-71.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO VICENTE DE ANDRADE BEZERRA - 018.912.194-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802797-12.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cláusula Penal	Conclusos para despacho	ASA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 01.551.272/0001-42	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB - 26.461.699/0001-80	SIM
0803167-88.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Direito de Imagem	Conclusos para despacho	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e outros - 33.822.131/0001-03	MARISALDO BARBOSA DE LIMA - 809.745.544-72	SIM
0803356-66.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Ferrovário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SOLANGE MARIA DANTAS GOMES - 025.341.774-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0803509-60.2017.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação de Imóvel Urbano	Expedição de expediente	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	ESPÓLIO DE MARIA LUZINETE FERREIRA -	SIM
0803730-48.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	REMIR CALISTA NETO - 025.970.024-03	SIM
0804111-85.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSILDA DOS SANTOS SILVA e outros - 084.272.594-68	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0804905-09.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Seguro	Juntada de Certidão	IRANDO ALVES DA SILVA e outros - 362.977.124-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0804991-14.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BTS TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA - 03.769.500/0001-80	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0805133-47.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acessão	Juntada de Certidão	ROGER ROBBSON VASCONCELOS COSTA e outro - 686.214.344-15	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0805244-65.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação/Alteração de Leilão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE EDUARDO DE SENA e outro - 895.911.604-10	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. -	SIM
0805310-16.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Capitalização / Anatocismo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCOS JOSE CISNEIROS MORIM DE MENEZES e outro - 005.295.164-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0805418-74.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DOUGLAS RENATO MONTEIRO MARCOLAN e outro - 116.388.797-88	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0805682-91.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Vícios de Construção e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARGARIDA MARIA DE SANTANA e outros - 458.966.744-49	CAIXA SEGURADORA S/A e outros - 34.020.354/0001-10	SIM

0805690-34.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	I. G. D. O. e outros - 113.237.174-04	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES e outro - 04.892.707/0001-00	SIM
0805987-41.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Poluição	Juntada de Certidão	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	BRABESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS e outro - 92.682.038/0001-00	SIM
0806985-09.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Terreno de Marinha e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL e outros - 26.474.056/0001-71	AGENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH e outros - 06.052.204/0001-52	SIM
0807126-62.2016.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão de Intimação	ESTADO DE PERNAMBUCO. - 10.571.982/0001-25	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0807236-32.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SANDRA VALERIA DE OLIVEIRA SILVA - 658.854.734-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0807237-12.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	FERNANDO MARCIANO DE PAULA FILHO - 649.014.324-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0807264-92.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE - 00.000.000/0008-08	SIM
0807387-95.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MARCUS AURELIO DE SOUZA e outro - 733.527.304-82	SIM
0807479-73.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Caução / Contracautela	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - 00.352.294/0001-10	CASA DE FARINHA LTDA - 07.694.626/0001-94	SIM
0807503-33.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MAX XAVIER LINS - 350.048.004-72	SIM
0807816-57.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Revisão/Desconstituição de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JM ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA - 07.321.709/0001-38	IBI ENGENHARIA CONSULTIVA S/S e outros - 00.392.460/0001-02	SIM
0807991-85.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Rescisão do contrato e devolução do dinheiro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FREDERICO DUARTE DE MENEZES - 038.617.014-21	DANIELLE CHRISTINE FERREIRA DA SILVA e outros - 057.752.034-29	SIM
0808178-59.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA APARECIDA CABRAL DE SOUZA - 458.854.434-91	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0810121-48.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEVERINO JORDAO EMERENCIANO JUNIOR e outro - 232.902.694-34	SIM
0810364-55.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EPLAST NORDESTE S/A - 15.395.884/0002-89	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0810685-90.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Extinção da Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BENJAMIM FIGUEIREDO BRAGA PIRES - 010.355.924-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0811647-16.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Patrimônio Histórico / Tombamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PORTO NOVO RECIFE S/A e outros - 15.151.317/0001-04	SIM
0811833-39.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE LAERCIO VIANA DE QUEIROZ - 036.311.764-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0812118-32.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Telefonia e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	TELEFONICA BRASIL S.A. e outros - 02.558.157/0001-62	SIM
0812260-36.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Índice da Alíquota	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. - 16.701.716/0001-56	INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE e outro -	SIM
0812303-70.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	Juntada de Contrarrazões	OLIVEIRA, AUGUSTO, MAAZE ADVOGADOS - 17.304.249/0001-93	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	SIM
0813938-86.2017.4.05.8300	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	Aquisição de veículos automotores	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEVERINO EUSTAQUIO DE ARAUJO FILHO - 245.438.884-72	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0814385-74.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIO JOSE DOS SANTOS - 093.584.204-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0816581-17.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Demissão ou Exoneração e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MILENNA SANTANA LIMA - 007.864.654-50	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0816678-17.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Ex-combatentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LIGIA ELISABETE GOUVEIA DE ALENCAR BARROS - 799.716.524-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0816710-22.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Vícios de Construção e outros	Baixa Definitiva	SONIA MARIA DA SILVA - 024.691.934-51	FERNANDO ANTONIO BARBOSA DE MELO e outro - 358.981.514-00	SIM

### 6.5.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informa que as determinações constantes da correição anterior foram cumpridas pela vara.

Após a autoinspeção, foi estabelecido um controle rigoroso dos prazos processuais em secretaria e uma meta de julgamento célere no gabinete, o que vem sendo cumprido.

### 6.5.11. Considerações finais

A 5ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 5ª vara federal funciona de modo eficiente.

## 6.6. 6ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE

### 6.6.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 6ª vara federal da SJPE foi criada pela Lei nº 7.583/1987. A unidade funciona no prédio da SJPE, detendo competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, exceto as submetidas, em caráter privativo, às 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 22ª varas federais da SJPE.

A 6ª vara federal conta com instalações adequadas para todos, juízes, servidores, estagiários, terceirizados, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade jurisdicional é das 9h às 18h.

### 6.6.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 6ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 11 servidores efetivos do quadro da SJPE, sendo 02 analistas judiciários - área judiciária, 03 analistas judiciários - área execução de mandados, 04 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

Não há cargos efetivos vagos.

#### 6.6.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da vara, Hélio Sílvio Ourem Campos, exerce a magistratura federal desde 01/12/1993, atuando na 6ª vara federal desde 13/12/2000. O magistrado é colaborador da ESMAFE desde agosto/1989.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal em referência esteve afastado, em razão de férias, nos seguintes períodos: 07/01/2016 a 19/01/2016, 04/07/2016 a 02/08/2016, 09/01/2017 a 25/01/2017 e 03/07/2017 a 22/07/2017.

O juiz federal reside em Recife/PE, cidade onde funciona a unidade judiciária.

#### 6.6.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 6ª vara federal, pode ser observada a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
1 - Paulo de Paula Lopes Neto	Analista Judiciário	FC-05 – Oficial de Gabinete (Juiz Titular)	Superior completo	Bacharel em Direito
2 - Sandra Elisa de Figueiredo	Analista Judiciário	FC-05 – Oficial de Gabinete (Juiz Substituto)	Superior completo	Bacharel em Direito
3 - Jurandir Joaquim da Silva	Técnico Judiciário	FC-04 – Supervisor Assistente (Gabinete Juiz Substituto)	Superior completo	Bacharel em Direito
4 - Marta Helena Silva	Técnico	FC-05 – Supervisor	Superior incompleto	Bacharelado em

Jaques	Judiciário	de Seção – Seção de Procedimentos Cíveis da 6ª VF/PE		Filosofia
5 - Sandra Lúcia Barros Silva	Técnico Judiciário	FC-04 – Supervisor Assistente – Setor de Ação de Rito Ordinário da 6ª VF/PE	Ensino Médio	-
6 - Otegildo Carlos Siqueira	Agente de Segurança	FC-04 - Supervisor Assistente – Setor de Ações Sumaríssimas e Feitos Não Contenciosos da 6ª VF/PE	Superior completo	Bacharel em Direito
7 - José Marcos de Lima Barbosa	Técnico Judiciário	FC-04 - Supervisor Assistente – Setor de Publicações da 6ª VF/PE	Superior completo	Bacharel em Física
8 - João José de Moraes	Agente de Segurança	Servidor sem função comissionada – Setor de Transportes	Superior completo	Bacharel em Administração de Empresas
9 - Anne Elizabeth D'arce de Vasconcelos	Oficial de Justiça	FC-05 – Execução de Mandados	Superior completo	Bacharel em Direito
10 - Rivaldo Máximo da Veiga Júnior	Oficial de Justiça	FC-05 – Execução de Mandados	Superior completo	Bacharel em Direito
11 - Taciana Alessandra Ribeiro de Melo	Oficial de Justiça	FC-05 – Execução de Mandados	Superior completo	Bacharel em Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 6ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 04 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Além dos servidores efetivos, trabalham na 6ª vara federal 08 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), indicados na tabela abaixo.

Nome	Órgão de Origem / Cargo Efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
1 - Vânia Neres de Souza	Prefeitura do Recife/ Agente Administrativo Escolar	FC-04 – Supervisor Assistente (Gabinete Juiz Titular)	Superior completo	Bacharel em Direito
2 - Ricardo Silva Falcão	Estado de Pernambuco / Secretaria de Agricultura	FC-04 – Supervisor Assistente (Gabinete Juiz Titular)	Superior completo	Bacharel em Zootecnia
3 - Rosa Adriana Novaes Leal Jardim	Prefeitura de Floresta / Professora Assistente	FC-04 – Supervisor Assistente (Gabinete Juiz Substituto)	Superior completo	Bacharel em Direito

<b>4</b> - Ana Cláudia Soares da Silva	Estado de Pernambuco – Secretaria de Saúde / Técnica em Enfermagem	FC-03 – Assistente Técnico III (Gabinete do Diretor de Secretaria)	Superior incompleto	Bacharelado em Direito (cursando)
<b>5</b> - Clécia Maria Carlos Maia	Prefeitura do Recife / Agente Administrativa	FC-03 – Secretário (Gabinete do Diretor de Secretaria)	Superior completo	Bacharelado em Letras
<b>6</b> - Vilder Oliveira Sales	Prefeitura de Moreno – Secretaria de Saúde	FC-02 Auxiliar Especializado	Ensino Médio	-
<b>7</b> - Maria Leda Leal do Nascimento	Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – Técnico Judiciária	FC-05 – Supervisor de Seção – Seção de Apoio Administrativo da 6ª VF/PE	Superior completo	Bacharelado em Direito
<b>8</b> - Priscila de Souza Araújo	Prefeitura do Recife / Agente Administrativo	FC-04 – Supervisor Assistente (Seção de Ações de Rito Especial e Mandado de Segurança da 6ª VF/PE)	Superior completo	Bacharelado em Direito

Há, ainda, em exercício na 6ª vara/PE, 01 servidor sem vínculo com o serviço público: José de Lima Vasconcelos Neto, que ocupa o cargo em comissão de diretor de secretaria (CJ03).

Inexistem servidores da vara cedidos a outros órgãos ou setores, bem como serventuários prestando auxílio à 6ª vara/PE. Também não há funções comissionadas vagas.

01 servidora efetiva estava de licença médica desde outubro/2017.

### **6.6.2.3. Estagiários**

Há previsão de 03 estagiários para a vara, estando duas vagas de estágio ocupadas.

Os estagiários desempenham as seguintes atividades: a) na secretaria, trabalham com expedição de mandados, confecção de certidões em geral, juntada de petições, mandados judiciais e demais documentos aos autos processuais, controle e certificação dos prazos processuais e atendimento às partes e advogados; b) no gabinete, procedem à elaboração de minutas de despachos de mero expedientes (atos ordinatórios).

### **6.6.3. Organização da 6ª vara federal**

Dentre os servidores da 6ª vara federal, 12 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

#### **6.6.3.1. Secretaria**

Na 6ª vara federal, os processos virtuais em tramitação são divididos, por dígito, entre 05 servidores lotados na secretaria do juízo. Estes estão encarregados do seu andamento, no que concerne à elaboração de minutas de despacho, à elaboração de certidões, à expedição de mandados e ao controle de prazo. Os processos físicos encontram-se divididos entre 05 servidores,

de acordo com o rito e a fase processual. Estes servidores desempenham atividades concernentes à elaboração de minutas de despacho, à elaboração de certidões, à expedição de mandados, ao controle de prazo e à publicação. Registre-se que 01 servidor fica exclusivamente responsável pela elaboração dos requisitórios de pagamento: requisições de pequeno valor (RPV) e precatórios.

O diretor de secretaria fica responsável pela supervisão das atividades desempenhadas, prestando suporte jurídico e administrativo.

Em relação ao controle e situação do acervo de processos, a unidade conta com mapas elaborados semanalmente, de acordo com as planilhas extraídas dos sistemas de acompanhamento processual Tebas e PJe.

#### **6.6.3.2. Gabinete do juiz federal**

No gabinete do juízo, 01 servidor fica destacado para priorizar os pedidos de tutela de urgência e evidência, de acordo com a ordem de chegada. Os demais servidores distribuem a atividade, correspondente à elaboração de minutas de sentenças, preferencialmente por ordem de chegada do processo na fase de conclusão, com meta diária de, pelo menos, 02 minutas.

No tocante ao controle e critérios utilizados para ordenar os processos conclusos para julgamento, os processos prioritários têm preferência em relação aos demais, não respeitando, pois, a fila estabelecida de acordo com a ordem de chegada do processo na tarefa.

#### **6.6.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 6ª vara federal**

Semanalmente, às sextas-feiras, toda a equipe é reunida em 02 blocos: primeiro, os servidores lotados na secretaria do juízo, que trabalham com processos virtuais; em seguida, os servidores que trabalham com processos físicos; e, por fim, os servidores lotados no gabinete. O diretor de secretaria participa de todas as reuniões, em que são colocadas as dificuldades, apresentadas sugestões e debatidas as metas para alcançar uma melhor prestação jurisdicional.

O juiz federal titular da 6ª vara federal solicita aos servidores da secretaria e à sua assessoria a elaboração de relatórios mensais, especificando o número de processos conclusos, bem como o número de processos em trâmite na secretaria.

#### **6.6.5. Planejamento das atividades da 6ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Cada servidor tem sua atividade específica (elaboração de minutas de despacho, confecção de expedientes/intimação das partes, controle de prazo etc). Assim, a divisão dos processos, por dígito, entre os servidores da secretaria possibilita a circulação do processo, com brevidade, a fim de que haja a superação de todos os atos previstos no iter processual, de modo que o processo de conhecimento esteja maduro para sentença e, quando chegar à fase de cumprimento de sentença, seja adimplida a obrigação, satisfazendo-se eventual crédito, de modo que todos os servidores estejam treinados para atuar em todas as fases processuais, viabilizando a movimentação do processo em caso de férias ou afastamento de outro servidor.

São estabelecidas metas de produtividade tanto para a secretaria quanto para o gabinete. Na secretaria, foi estabelecida, como meta diária, a juntada de todas as petições distribuídas e dos expedientes cumpridos, bem como o cumprimento dos despachos proferidos. No gabinete, cada servidor deverá proceder à análise de, no mínimo, 02 (dois) processos.

Nas sextas-feiras, nas reuniões semanais, faz-se uma prestação de contas das metas estabelecidas ao juiz federal da 6ª vara/PE.

#### **6.6.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 6ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

O atendimento aos membros do MPF, DPU, advogados e partes é pautado na cordialidade e isonomia, buscando, sempre, atender de forma satisfatória aos seus requerimentos, formulados no balcão da secretaria da 6ª vara federal. Ressalvadas as prerrogativas previstas na Lei Complementar nº 80/1994, a retirada dos processos, para carga, pelos advogados, é realizada no balcão da secretaria da 6ª vara federal. São disponibilizados, ainda, no balcão, os processos para cópias reprográficas, que poderão também ser retirados, para carga rápida, com a mesma finalidade, desde que o advogado requerente esteja constituído nos autos. Para aqueles advogados que não são patrocinadores do processo, as cópias são disponibilizadas, exceto nos casos de segredo de justiça, mediante: a) o recolhimento de guia DARF, com entrega do material copiado no prazo de até 48h; b) o acompanhamento do requerente, por um servidor ou operadora de documento, à copiadora no hall principal do Fórum.

No gabinete, o juiz federal atende, indistinta e independentemente de agendamento, tanto as partes quanto os seus respectivos procuradores, bem como os membros do MPF.

Não há destinação de local reservado para reclamações, considerando, inclusive, a existência da ouvidoria, assim como a possibilidade de formalização de representações junto à corregedoria-regional do TRF - 5ª Região. Ressalte-se, entretanto, que o diretor de secretaria e os supervisores, durante todo o horário de funcionamento do fórum, estão prontos para atender qualquer parte e advogado, registrando eventual sugestão e/ou reclamação. Nesse mesmo sentido, o juiz federal da unidade está disponível e aberto a possíveis e eventuais reclamações e/ou sugestões, que serão discutidas durante as reuniões semanais.

#### **6.6.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 6ª vara federal contava com 1.097 processos em tramitação.

A média de processos por servidor em exercício na vara (20) é de 54,85.

Em outubro/2017, havia 39 processos conclusos para sentença, sendo 14 físicos e 25 eletrônicos.

Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

À época do preenchimento do formulário de gestão, havia 366 processos sobrestados, ao aguardo de decisões de instâncias superiores, seja por conta de incidente de resolução de demandas repetitivas, seja por efeito suspensivo atribuído a agravo de instrumento, ou aguardando pagamento de RPV ou precatório.

Os processos físicos fora da secretaria, com remessa externa, estão com vista regular. No caso de eventual atraso, a secretaria entra, primeiramente, em contato telefônico com o advogado e/ou órgão que retirou o feito, solicitando a sua devolução. Caso não ocorra, expedir-se-á mandado para devolução e, finalmente, haverá uma busca e apreensão.

Não há registro de extravio ou restauração de processos nos 24 meses anteriores à correição.

Nos últimos 24 meses, a contar da data do início da correição, foram realizadas pelo magistrado titular 71 audiências e 02 inspeções judiciais.

Em igual período, foram realizadas 26 audiências de conciliação na 6ª vara federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, tendo a unidade ressaltado que a maioria das conciliações é realizada pelo CEJUSC, de modo que não há controle da secretaria a respeito da quantidade de processos objetos de conciliação.

Foram adiadas 02 audiências, atendendo-se a pedido das partes.

As audiências não realizadas nas datas inicialmente designadas foram redesignadas e realizadas.

#### 6.6.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Meta 1 ainda não cumprida, pois:

- Sistema Tebas

a) foram distribuídos, em 2017: 09 processos físicos; e

b) foram julgados, em 2017: 61 processos físicos.

- Sistema PJe

a) foram distribuídos, em 2017: 931 processos virtuais; e

b) foram julgados, em 2017: 544 processos virtuais.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

<b>PROCESSOS FÍSICOS (SISTEMA TEBAS) – DISTRIBUÍDOS ATÉ 31.12.2012 – META 02</b>		
<b>Quantidade:</b>	<b>Pendentes de Julgamento</b>	<b>Percentual atingido</b>
257 (duzentos e cinquenta e sete) processos	8 (oito) processos. 0000689-58.2004.4.05.8300 0004151-76.2011.4.05.8300 0005120-28.2010.4.05.8300 0007547-95.2010.4.05.8300 0007604-79.2011.4.05.8300 0012631-14.2009.4.05.8300 0021674-67.2012.4.05.8300	96,9% (noventa e seis vírgula nove por cento) dos processos sentenciados.

<b>PROCESSOS FÍSICOS (SISTEMA TEBAS) – DISTRIBUÍDOS ENTRE 01.01.2013 A 31.12.2013 – META 02</b>		
<b>Quantidade:</b>	<b>Pendentes de Julgamento</b>	<b>Percentual atingido</b>
14 (quatorze) processos	2 (dois) processos. 0002382-62.2013.4.05.8300 0003029-57.2013.4.05.8300	85,7% (oitenta e cinco vírgula sete por cento) dos processos sentenciados.

<b>PROCESSOS ELETRÔNICOS (SISTEMA PJE) – DISTRIBUÍDOS ATÉ 31.12.2012 –</b>
----------------------------------------------------------------------------

<b>META 02</b>		
<b>Quantidade:</b>	<b>Pendentes de Julgamento</b>	<b>Percentual atingido</b>
191 (cento e noventa e um) processos	02 (dois) processos. 0800114-70.2011.4.05.8300 0800296-22.2012.4.05.8300	98,95% (noventa e oito vírgula noventa e cinco por cento) dos processos sentenciados.

<b>PROCESSOS ELETRÔNICOS (SISTEMA PJE) – DISTRIBUÍDOS ENTRE 01.01.2013 A 31.12.2013 – META 02</b>		
<b>Quantidade:</b>	<b>Pendentes de Julgamento</b>	<b>Percentual atingido</b>
416 (quatrocentos e dezesseis) processos	10 (dez) processos. 0803545-44.2013.4.05.8300 0801003-53.2013.4.05.8300 0800736-81.2013.4.05.8300 0802944-38.2013.4.05.8300 0803827-82.2013.4.05.8300 0803820-90.2013.4.05.8300 0803023-17.2013.4.05.8300 0803157-44.2013.4.05.8300 0801968-31.2013.4.05.8300 0802692-35.2013.4.05.8300	97,6% (noventa e sete vírgula seis por cento) dos processos sentenciados.

Meta atingida parcialmente, nos seguintes termos:

<b>TOTAL GERAL (PJE – TEBAS)</b>		
<b>Processos Físicos distribuídos até 31.12.2012</b>	<b>257</b> (duzentos e cinquenta e sete processos)	<b>08</b> (oito) processos físicos, distribuídos até 31.12.2012, pendentes de julgamento.
<b>Processos Eletrônicos distribuídos até 31.12.2012</b>	<b>191</b> (cento e noventa e um) processos.	<b>02</b> (dois) processos, distribuídos eletronicamente até 31.12.2012, pendentes de julgamento.
<b>TOTAL:</b>	<b>448</b> (quatrocentos e quarenta e oito) processos distribuídos até 31.12.2012, dos quais 338 (trezentos e trinta e oito) foram julgados, ou seja, 97,8%.	<b>10</b> (dez) processos pendentes de julgamento, ou seja, 2,2% não julgados.
<b>Processos Físicos distribuídos entre 01.01.2013 a 31.12.2013</b>	<b>14</b> (quatorze) processos distribuídos, dos quais 12 (doze) foram devidamente julgados.	<b>02</b> (dois) processos pendentes de julgamento.
<b>Processos Eletrônicos distribuídos entre 01.01.2013 a 31.12.2013</b>	<b>416</b> (quatrocentos e dezesseis) processos.	<b>10</b> (dez) processos pendentes de julgamento.
<b>TOTAL:</b>	<b>430</b> (quatrocentos e trinta) processos distribuídos entre 01.01.2013 a 31.12.2013, dos quais 418 (quatrocentos e dezoito) foram julgados, ou seja, 97,2% foram julgados.	<b>12</b> (doze) processos pendentes de julgamento, ou seja, 2,8% não julgados.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não informado pela unidade.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Até 31/12/2014, através do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE), foram distribuídas 07 (sete) Ações de Improbidade Administrativa, das quais, apenas duas estão, efetivamente tramitando e, portanto, pendentes de julgamento (0805144-81.2014.4.05.8300 e 0807480-58.2014.4.05.8300). Ressalte-se que duas das Ações de Improbidade Administrativa, distribuídas no período acima especificado, encontram-se, no momento, conclusas para sentença, são elas: 0806363-32.2014.4.05.8300 e 0807539-46.2014.4.05.8300). Considerando que a META 04 consiste em julgar tais ações até 31.12.2017, a 6ª Vara Federal/PE julgou 62,4% das Ações de Improbidade Administrativas ATIVAS, distribuídas até 31.12.2014.

No tocante às Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa, processos físicos, distribuídos através do Sistema TEBAS, até 31.12.2014, a 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, possui três ações ativas, das quais apenas uma foi julgada (0009582-57.2012.4.05.8300) e duas encontram-se pendentes de julgamento, quais sejam: 0002382-62.2013.4.05.8300 (pendente de citação dos sucessores) e 0007604-79.2011.4.05.8300 (fase de instrução). Logo, a 6ª Vara Federal/PE julgou 33,3% das Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativa ATIVAS, distribuídas até 31.12.2014.

<b>Ações de Improbidade Administrativa – ATIVAS. Distribuídas até 31.12.2014 Sistemas TEBAS e PJE</b>	<b>Pendentes de Julgamento</b>
<b>10 (dez) processos</b>	<b>03 (três) processos (30%)</b>

Diante disso, 70% (setenta por cento) das Ações Cíveis Públicas de Improbidade Administrativas, que se encontram ativas, nesta 6ª Vara Federal/PE, considerando os sistemas TEBAS e PJE, foram julgadas, de modo que a META 4 foi atingida.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não informado pela vara.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A 6ª vara/PE informou que a meta em epígrafe foi atingida.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### 6.6.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 13 processos físicos e 120 processos do Sistema PJe (quando da correição tinham 1.097 feitos - eletrônicos e físicos - em tramitação ajustada).

#### 6.6.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.6.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0004151762011405830	De 19.01.2017 a 20.06.2017.
	0	

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	0009582572012405830	
	0	
Civil Pública	0012148422013405830	Conclusão em 16/05/2017, sentença em 04/08/2017.
	0	

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Mandado de Segurança	0013212972007405830	
	0	
Mandado de Segurança	0013024072007405830	
	0	
Execução de Título Extrajudicial	0007871172012405830	
	0	
Improbidade Administrativa	0002382622013405830	
	0	
Improbidade Administrativa	0007604792011405830	
	0	
Ordinária	9300075861	Feito sobrestado aguardando pagamento de precatório.
Imissão de Posse	0000689582004405830	
	0	
Reintegração de Posse	0000380222013405830	
	0	

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	0003154592012405830	Demora no cumprimento de despacho datado de 24/01/2012 - cumprido em 14/03/2012.
	0	

### Outras Observações:

Processo: 9300075861 Classe: Ordinária - Processo em fase de execução. Feito sobrestado aguardando a satisfação integral do crédito inscrito no Precatório PRC 72477-PE.

Processo: 00031545920124058300 Classe: Improbidade Administrativa - processo em fase de execução de sentença.

- trânsito em julgado 26/09/2013;

- início execução 12/11/2013;

- não houve mudança de classe para execução.

Processo: 00078711720124058300 Classe: Execução de Título Extrajudicial - execução extinta p/perda de objeto.

Processo: 00095825720124058300 Classe: Improbidade Administrativa - demora na prolação da sentença (conclusão em 10/04/17, sentença de 26/10/17).

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na cobrança devolução de carta precatória						
0802338-39.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	PAULO BEZERRA DOS SANTOS e outros - 101.719.164-68	SIM
0803247-13.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	KILDAIRE DE MELO CHALEGRE e outros - 793.858.184-49	SIM
0804471-54.2015.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Proferido despacho de mero expediente	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	MARIA CILENE DA SILVA e outros - 036.988.344-64	SIM
Demora na conclusão						
0800076-76.2016.4.05.8302	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Diligências	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	A. C. C. S. - 108.295.324-55	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800114-70.2011.4.05.8300 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OLIVAN CONCEICAO DOS SANTOS - 050.055.394-76	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0800163-37.2013.4.05.8302	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE TRACUNHAEM - 10.167.310/0001-59	SIM
0800218-86.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Juntada de Petição	EUDINICE SOUZA DE MELO - 124.127.324-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800474-34.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Complementação de Benefício/Ferrovário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DAVI NERY DE OLIVEIRA - 038.994.034-87	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS e outros - 42.357.483/0001-26	SIM
0801120-78.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Anulação	Proferido despacho de mero expediente	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	WISA TRANSPORTES LOGISTICA & AUTOMOTIVE LTDA - EPP - 03.621.668/0001-44	SIM
0801265-95.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VERONICA LUCIA MONTARROYOS ALVES - 371.123.094-68	ITAU UNIBANCO S.A. e outros - 60.701.190/0021-40	SIM
0801469-08.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Lais Araruna de Aquino e outro -	TERCEIROS INCERTOS E NÃO SABIDOS e outros -	SIM

0802209-68.2014.4.05.8300	MONITÓRIA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	TSHANE DA SILVA FERREIRA - 103.599.864-55	SIM
0802338-39.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	PAULO BEZERRA DOS SANTOS e outros - 101.719.164-68	SIM
0802464-89.2015.4.05.8300 - (Segredo)	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Taxa SELIC	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DANIELLA ANDRADE DE OLIVEIRA DASSUMPCAO TORRES - 866.668.004-00	SIM
0802692-35.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	EMPERCON EMPRESA PERNAMBUCANA DE CONSTRUCAO LTDA - ME e outro - 01.195.884/0001-40	SIM
0802700-41.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DA CONCEICAO SILVA DE LIRA e outros - 613.656.534-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802985-34.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - 24.073.694/0001-55	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803023-17.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LEONICE HELENA SANTOS - 919.226.664-91	Lucitânia de França Santos e outros -	SIM
0803360-64.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Exclusão - ICMS	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROLIMEC ROLAMENTOS LTDA - 01.612.046/0001-24	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803426-78.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Prestação de Contas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SINDICATO DAS INDUSTRIAS DO VESTUARIO DO ESTADO DE PE e outro - 11.735.123/0001-97	SIM
0804471-54.2015.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Proferido despacho de mero expediente	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	MARIA CILENE DA SILVA e outros - 036.988.344-64	SIM
0805090-47.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Exercício Profissional e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLINICA TERAPEUTICA NOVA ALIANCA - 11.277.099/0001-90	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CREMEPE e outro - 09.790.999/0001-94	SIM
0805197-28.2015.4.05.8300	MONITÓRIA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0805487-09.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	SEVERINO ALEXANDRE SOBRINHO e outro - 102.622.534-53	SIM
0806638-44.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Execução Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	JOSE FERNANDES PEREIRA FILHO - 378.949.514-04	SIM
0807385-91.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	KARLA ANDREA NUNES DE MELO - 536.520.104-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807480-58.2014.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM

0807652-29.2016.4.05.8300	HABEAS DATA	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLINICA TERAPEUTICA NOVA ALIANCA - 11.277.099/0001-90	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CREMEPE - 09.790.999/0001-94	SIM
Demora na devolução de mandado						
0806638-44.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Execução Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	JOSE FERNANDES PEREIRA FILHO - 378.949.514-04	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800047-96.2016.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	REFRESCOS GUARARAPES LTDA - 08.715.757/0001-73	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800304-57.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GOTA ROUPAS LTDA - EPP e outro - 04.131.619/0001-96	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801120-78.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Anulação	Proferido despacho de mero expediente	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	WISA TRANSPORTES LOGISTICA & AUTOMOTIVE LTDA - EPP - 03.621.668/0001-44	SIM
0801263-91.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA RITA BARBOSA CARVALHO - 078.549.394-89	SER EDUCACIONAL S.A. e outro - 04.986.320/0001-13	SIM
0801715-77.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Hipoteca	Conclusos para despacho	LUIZ DUARTE CAVALCANTE e outro - 054.696.604-78	Pernambuco Participações e Investimentos S/A - PERPART e outro -	SIM
0801775-74.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA CAROLINA GUIMARAES WANDERLEY e outro - 034.423.344-89	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802489-05.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PEDREIRA PARAISO LTDA - ME - 35.705.193/0001-60	SIM
0802619-92.2015.4.05.8300	RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO	Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	COMPANHIA AGROPECUARIA SOFERMASA - 10.838.209/0001-82	SIM
0802692-35.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	EMPERCON EMPRESA PERNAMBUCANA DE CONSTRUCAO LTDA - ME e outro - 01.195.884/0001-40	SIM
0802985-34.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA - 24.073.694/0001-55	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803168-39.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LEANDRO SILVA DE ABREU - 097.977.164-14	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803660-65.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GERALDO LUIZ DA SILVA e outro - 583.450.197-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0804750-69.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VINICIUS CORREIA MARANHÃO - 167.439.464-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805197-28.2015.4.05.8300	MONITÓRIA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0806212-95.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ESPÓLIO DE BRUNO ALVES DE FIGUEIREDO -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0806253-62.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE MARTINS DIAS - 012.859.204-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0806363-32.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	ALDIR OSMUNDO TIBURTINO e outro - 278.572.804-10	SIM
0806499-29.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Repetição de indébito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CHESF - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SÃO FRANCISCO - 33.541.368/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0810132-77.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Compensação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MORENO PREFEITURA - 11.049.822/0001-83	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
Lapso entre distribuição e desp. inicial/liminar						
0807480-58.2014.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800076-76.2016.4.05.8302	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Diligências	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	A. C. C. S. - 108.295.324-55	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800296-22.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SENO SERVICOS DE ENGENHARIA DO NORDESTE LTDA - 11.375.631/0001-01	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800304-57.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GOTA ROUPAS LTDA - EPP e outro - 04.131.619/0001-96	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801302-59.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Prestação de Contas	Concedida a Antecipação de tutela	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	INSTITUTO GUARARAPES DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ACAO SOCIAL - 06.086.266/0001-85	SIM
0801350-52.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acordo de Exclusividade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BKS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. - 09.634.192/0001-62	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801424-43.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	VERA MARIA PEREIRA DA SILVA - 152.907.274-34	SIM
0803364-38.2016.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Acordo de Exclusividade e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FERNANDA SORATTO ULIANO RANGEL - 017.943.729-32	LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS GILSON CIDRIM LTDA e outro - 01.502.599/0001-24	SIM
0803827-82.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DIEGO RAMON GAUDENCIO ALVES - 098.043.624-90	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804471-54.2015.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Proferido despacho de mero expediente	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	MARIA CILENE DA SILVA e outros - 036.988.344-64	SIM
0806414-72.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA - 12.216.990/0001-89	ECO + SERVICOS AMBIENTAIS E IMOBILIARIA LTDA - ME e outros - 63.469.811/0001-56	SIM
0806499-29.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Repetição de indébito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CHESF - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SÃO FRANCISCO - 33.541.368/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0807480-58.2014.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0807905-51.2015.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL GOMES DE ALBUQUERQUE - 150.156.614-87	GERENTE EXECUTIVO DO INSS- RECIFE/PE e outro -	SIM

0808410-08.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ADRIANA LARUE DA COSTA MELO - 461.405.064-68	SIM
0809389-33.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANA ELIZABETH CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA - 013.326.644-31	SIM
Lapso temporal para certificação decurso de prazo						
0806822-34.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 7 REGIAO - 00.000.000/0004-59	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0801001-78.2016.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA INEZ ALMEIDA CINTRA - 834.483.494-53	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outros - 10.565.000/0001-92	SIM
0801968-31.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE CAVALCANTE MACHADO e outro - 076.601.624-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802692-35.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	EMPERCON EMPRESA PERNAMBUCANA DE CONSTRUCAO LTDA - ME e outro - 01.195.884/0001-40	SIM
0802700-41.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DA CONCEICAO SILVA DE LIRA e outros - 613.656.534-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0805130-97.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Exercício Profissional	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE - 09.791.484/0001-09	JCY ASSESSORIA DPVAT LTDA - ME e outros - 14.730.079/0001-10	SIM
0805330-02.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	AWM ENGENHARIA LTDA - 02.054.380/0001-72	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0012299-08.2013.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - null	GENY WANDERLEY PESSOA - 045.978.424-20	SIM
0800114-70.2011.4.05.8300 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OLIVAN CONCEICAO DOS SANTOS - 050.055.394-76	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0800130-49.2015.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WILLAMS NAPOLEAO DOS SANTOS e outro - 012.795.084-26	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0800296-22.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SENO SERVICOS DE ENGENHARIA DO NORDESTE LTDA - 11.375.631/0001-01	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800367-82.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação de Protesto	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LOGISTICA SEVAGCARGO LTDA - 69.970.838/0001-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800474-34.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Complementação de Benefício/Ferroviário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DAVI NERY DE OLIVEIRA - 038.994.034-87	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS e outros - 42.357.483/0001-26	SIM
0800889-51.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	REFIS/Programa de Recuperação Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSTRUTORA SAINT ENTON LTDA - 11.561.313/0001-35	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801265-95.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VERONICA LUCIA MONTARROYOS ALVES - 371.123.094-68	ITAU UNIBANCO S.A. e outros - 60.701.190/0021-40	SIM

0801302-59.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Prestação de Contas	Concedida a Antecipação de tutela	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	INSTITUTO GUARARAPES DE CIENCIA, TECNOLOGIA E AÇÃO SOCIAL - 06.086.266/0001-85	SIM
0801406-17.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Planos de Saúde	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DAICE DE SIQUEIRA ALMEIDA e outro - 007.794.944-74	Unimed Norte e Nordeste e outros -	SIM
0801424-43.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	VERA MARIA PEREIRA DA SILVA - 152.907.274-34	SIM
0802338-39.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	PAULO BEZERRA DOS SANTOS e outros - 101.719.164-68	SIM
0802700-41.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DA CONCEICAO SILVA DE LIRA e outros - 613.656.534-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802827-42.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSALIA OLIVEIRA SILVA - 273.667.074-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803023-17.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LEONICE HELENA SANTOS - 919.226.664-91	Lucitânia de França Santos e outros -	SIM
0803360-64.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Exclusão - ICMS	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROLIMEC ROLAMENTOS LTDA - 01.612.046/0001-24	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803637-17.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NEIDE DE CASTRO HERACLIO e outro - 010.633.288-02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803827-82.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DIEGO RAMON GAUDENCIO ALVES - 098.043.624-90	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804251-22.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação/Alteração de Leilão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCA ANGELA DA SILVA e outro - 182.260.864-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0804724-76.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA JOSE DE ASSIS - 354.748.404-97	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros - 29.979.036/0001-40	SIM
0805068-23.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA ANTONIA LEAL - 227.383.981-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outros - 29.979.036/0001-40	SIM
0805090-47.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Exercício Profissional e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLINICA TERAPEUTICA NOVA ALIANCA - 11.277.099/0001-90	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CREMEPE e outro - 09.790.999/0001-94	SIM
0805338-13.2016.4.05.8300	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	Auxílio-Doença Acidentário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DE FATIMA GILA FERRAZ - 335.711.127-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806094-56.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Conclusos para despacho	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	LUCILENE MARIA DA SILVA - 047.074.094-90	SIM
0806179-42.2015.4.05.8300	IMISSÃO NA POSSE	Imissão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANALIVIA DOS SANTOS LIMA GADELHA e outro - 080.550.164-96	SAO BRAULIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outros - 10.594.411/0001-06	SIM
0806638-44.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Execução Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	JOSE FERNANDES PEREIRA FILHO - 378.949.514-04	SIM

0806701-35.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSSANA CELI DE OLIVEIRA CABRAL ACIOLI e outro - 082.496.994-40	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0806822-34.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 7 REGIAO - 00.000.000/0004-59	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	SIM
0806859-61.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IARA GUEDES DE CASTRO e outro - 433.250.254-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0807539-46.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0807652-29.2016.4.05.8300	HABEAS DATA	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLINICA TERAPEUTICA NOVA ALIANCA - 11.277.099/0001-90	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CREMEPE - 09.790.999/0001-94	SIM
0808338-55.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENG ARQUITETURA E AGRONOMIA-PE. - 09.795.881/0001-59	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL e outro - 14.702.767/0001-77	SIM
- Processo em Ordem.						
0006853-58.2012.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - null	ANA PAULA SANTANA DE BRITO e outros - 025.607.674-06	SIM
0800204-44.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Abono da Lei 8.178/91	Expedição de expediente	EMILIA RABELO DE AMORIM - 189.888.574-53	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800399-20.2017.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria/Retorno ao Trabalho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ERIK ALVES DE SOUZA - 030.425.444-43	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800698-35.2014.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Exclusão - IPI e outros	Baixa Definitiva	LIVRE ACESSO COMERCIO DE PRESENTES LTDA - ME - 08.092.624/0001-98	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RECIFE - PE e outro -	SIM
0800747-47.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Variação Cambial e outros	Proferido despacho de mero expediente	Jamenson Ferreira Espindula de Almeida Melo - 548.397.344-53	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE e outro - 09.791.484/0001-09	SIM
0800805-11.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Direito de Imagem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	ULTRASOM TOWNSEND SERVICOS OSTENSIVOS DE MANUTENCAO LTDA - EPP - 04.425.741/0001-75	SIM
0800874-48.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contratos Bancários	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SEVERINO CEZAR DE LIMA FILHO e outro - 062.067.004-53	SIM
0800905-93.2017.4.05.8311	MANDADO DE SEGURANÇA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	M. D. O. L. N. - 121.176.454-02	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0801005-81.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSIBIAS LEONCIO DA SILVA - 922.581.314-72	DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE IGARASSU - FACIG - CURSO DE DIREITO e outro -	SIM

0801080-23.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Levantamento de Valor	Juntada de Petição	WELLINGTON MARTINS DOS SANTOS - ME - 08.418.785/0001-29	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801178-08.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCIA RODRIGUES DE MOURA - 024.914.074-85	GLAUCE FONSECA DE BARROS E SILVA e outros -	SIM
0801443-10.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CLEIDE JANE SUDARIO OLIVEIRA - 192.230.133-72	SIM
0801722-69.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Conclusos para despacho	EMMANUEL ARRUDA CANE AGUIAR - 756.268.104-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801823-67.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Tarifas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAROLINA MARIA BRANDT DE ALMEIDA e outros -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802045-35.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	JOSE ADAILTON GOMES DUARTE e outros - 157.114.553-20	SIM
0802139-46.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VASCO GOMES DE ALBUQUERQUE CESAR e outros - 005.166.735-56	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802410-26.2015.4.05.8300 - (Segredo)	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PATRICIA ARRAIS FORTALEZA DE LIMA E SA - 600.063.154-53	SIM
0802413-49.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Certidão de decurso de prazo	ELIZANGELA GUEDES DE BARROS - 057.339.824-03	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802570-80.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Anistia Política	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALBERTO JORGE DOS SANTOS - 525.843.724-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0803331-48.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0803367-90.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Crédito Complementar e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WILSON GONCALVES FRAGOSO e outro - 003.983.224-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803529-51.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DULCE SOUTO DA ROCHA - 352.943.884-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0804022-28.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro	Proferido despacho de mero expediente	EDEN MAURICE THOM - 000.611.314-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804126-59.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Concessão	Expedição de expediente	ALBA NASCIMENTO DE FREITAS - 497.885.664-72	IRACEMA NASCIMENTO DE FREITAS e outro - 091.228.694-68	SIM
0804618-46.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GEORGE LUIZ SOARES DIAS - 990.514.355-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0804822-56.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ATACADO DOS PRESENTES LTDA - 09.515.628/0004-47	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - IPEM e outro - 10.975.589/0001-05	SIM
0804871-97.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANGELINA OLINDINA DOS SANTOS e outro - 692.962.864-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0805110-04.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL COLETIVA	Planos de Saúde	Conclusos para despacho	SINDICATO DOS TRAB DA EMP DE COR E TELEGRAFOS DE PE - 09.056.789/0001-77	POSTAL SAUDE - CAIXA DE ASSISTENCIA E SAUDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS - 18.275.071/0001-62	SIM
0805150-54.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCELA PEDROSA DE PAIVA e outro - 043.673.704-37	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0805552-38.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993	Proferido despacho de mero expediente	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FE DE PE - 41.035.593/0001-09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0805659-14.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FERNANDA MARIA GOMES DE MOURA - 083.053.554-38	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	SIM
0805695-56.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MC DO CARMO MODAS - ME - 10.981.753/0001-89	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0805919-28.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JEOVA ANTONIO NEGROMONTE DA SILVEIRA - 419.604.674-68	ZELIA BELTRAO NEGROMONTE DA SILVEIRA e outro - 326.431.284-00	SIM
0806983-39.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ressarcimento ao SUS	Juntada de Certidão de Intimação	CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos e outro -	DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE e outro -	SIM
0807147-38.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SANDOVAL KEHRLE - 472.091.194-34	CONSELHO NACIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA - 03.635.323/0001-40	SIM
0807447-68.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALBERTO ALBUQUERQUE DE ARAUJO - 097.665.534-91	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0809173-09.2016.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	LUCIA HELENA OLIVEIRA BATISTA e outro - 125.851.304-87	SIM
0809322-05.2016.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADEILTON DE VASCONCELOS SOUZA - 041.715.824-66	LUCILENE MARIA DA SILVA e outro - 047.074.094-90	SIM
0810006-27.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Petição	ISONILDO VASCONCELOS BONFIM - 706.213.144-04	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outros - 10.565.000/0001-92	SIM
0810356-15.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Revisão do Saldo Devedor	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MONICA DE ARAUJO VIEIRA SANTOS MELO e outro - 734.213.674-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0811583-06.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Transporte Terrestre e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES e outro - 10.377.679/0001-96	SIM
0814425-56.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLA DELFINO DE BARROS e outro - 058.610.824-64	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outros - 10.565.000/0001-92	SIM
0814469-75.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anistia Política	Juntada de Petição	ARTHUR EDUARDO DE OLIVEIRA CARVALHO - 002.375.234-34	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO FUNDJ e outros - 09.773.169/0001-59	SIM
0815687-41.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Conclusos para despacho	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	LUIZ FELIPE PINTO DELGADO - 866.098.314-91	SIM
0815759-28.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	THAIS MILFONT VIEIRA DA COSTA 61716022487 - 26.534.920/0001-83	SIM

0815947-21.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Serviços Hospitalares	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSERFESA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES FEDERAIS DE SAÚDE EM PERNAMBUCO - 41.090.564/0001-40	CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - 30.036.685/0001-97	SIM
---------------------------	--------------------	-----------------------	---------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

#### 6.6.10. Correição anterior e autoinspeção

A 6ª vara federal, por orientação da corregedoria-regional, quando da realização da última correição, reestruturou seu mecanismo de funcionamento, evitando a organização setorial do trabalho, procedendo à divisão por dígitos dos processos entre os servidores, viabilizando a atuação do servidor em todas as atividades do processo, a fim de que eventual ausência não interfira no acúmulo de serviços. Assim também, conforme orientação da última correição, foram canalizados esforços para efetivar a rápida prestação jurisdicional.

Após a última autoinspeção, foram estabelecidas metas de produtividade tanto para a secretaria, quanto para o gabinete. Na secretaria, ficou estabelecida, como meta diária, a juntada de todas as petições distribuídas e dos expedientes cumpridos, bem como o cumprimento dos despachos proferidos. No gabinete, cada servidor deverá proceder à análise de, no mínimo, 02 processos.

#### 6.6.11. Considerações finais

A 6ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho e de sentença; e
3. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 6ª vara federal funciona adequadamente.

### 6.7. 7ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE

#### 6.7.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 7ª vara federal foi criada pela Lei nº 7.583/1987 e implantada com base no Provimento nº 323/1987 - CJF. A unidade funciona no prédio da SJPE, detendo competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, exceto as submetidas, em caráter privativo, às 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 22ª varas federais da SJPE.

A unidade funciona no edifício-sede da SJPE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### 6.7.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores

A 7ª vara federal conta, atualmente, com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada; b) 11 servidores efetivos do quadro da SJPE, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária e 07 técnicos judiciários - área administrativa.

#### 6.7.2.1. Juíza federal titular

A juíza federal titular da unidade, Ara Cárita Muniz da Silva Mascarenhas, exerce a magistratura desde 26/03/2003, atuando na 7ª vara federal da SJPE desde 25/07/2016.

Nos últimos 24 meses, a juíza federal titular esteve afastada nos seguintes períodos:

- FÉRIAS: 17.11 a 11/12/2015 (Ato 973/CR, 11/11/15), 25/04 a 08/05/2016 (Ato 166/CR, 01/04/2016), 07 a 22/06/2016 (Portaria 138/CR, 11/05/2016), 15/08 a 23/08/2016 (Ato 426/CR, 07/07/2016 e Portaria 264/CR, 24/08/2016), 29/11 a 19/12/2016 (Portaria 264/CR, 24.08.2016), 29/05 a 11/06/2017 (Portarias 119 e 184/2017 - CR), 10/07 a 23/07/2017 (Portarias 151 e 245/2017 - CR) e 02/10 a 17/10/2017 (Portaria 308/2017 - CR)

- PARTICIPAÇÃO EM CURSOS/EVENTOS: 16 e 17/03/2016 (II Fórum Nacional de Execuções Fiscais), 04 a 15/07/2016 (Curso "Sistema Judiciário da República Popular da China"), 01 a 03/06/2016 (I Fórum Nacional de Administração e Gestão Estratégica - FONAGE), 21/06 a 23/06/2017 (seminário/congresso - PA 0005635-39.2017.4.05.7000) e 03/07 a 07/07/2017 (seminário/congresso - ECG.10667.0036/2017-06).

A juíza federal reside em Recife/PE, cidade onde se situa a sede da SJPE.

#### 6.7.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 7ª vara federal, pode ser observada a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*
Cláudia Barreto Belian - mat. 2028	Técnica Judiciária	Supervisor- Assistente (FC-04) do Setor de Ações de Desapropriações	Superior Completo
Christiane Carvalho Azevedo - mat. 2802	Analista Judiciária	Supervisor- Assistente 01 (FC- 04) do Gabinete do Juiz Substituto	Superior Completo
Danúbio Tavares Alves - mat. 3369	Técnico Judiciário	Supervisor- Assistente 01 (FC- 04) do Gabinete do Juiz Titular	Superior Completo
Dulce Cavalcanti Galindo - mat. 2911	Técnica Judiciária	Supervisor- Assistente (FC-04) do Setor de Publicação	Superior Completo

Fernanda Silva Nanes - mat. 2745	Técnica Judiciária	Oficial de Gabinete (FC- 05) - Gabinete do Juiz Substituto	Superior Completo
Maria Celina Gonçalves Teixeira - mat. 2566	Analista Judiciário	Supervisor- Assistente (FC-04) do Setor de Ações Sumaríssimas e Feitos Não- Contenciosos.	Superior Completo
Marcos Antônio Ferreira Lima - mat. 2747	Analista Judiciário	Oficial de Gabinete (FC- 05) - Gabinete do Juiz Titular	Superior Completo
Patrícia Barbosa de Lucena Cavalcanti - mat. 2732	Técnica Judiciária	Supervisor (FC-05) da Seção de Procedimentos Cíveis	Superior Completo
Sandra Roberta Carvalho de Arruda - mat. 3113	Técnica Judiciária	Supervisor (FC-05) da Seção de Apoio Administrativo	Superior Completo
Sergio Augusto Melo de Siqueira Vieira - mat. 2749	Analista Judiciário	Diretor de Secretaria - CJ- 03	Superior Completo
Solange Helena Costa Ferraz - mat. 2320	Técnica Judiciária	Supervisor- Assistente (FC-04) do Setor de Ações de Rito Especial e Mandado de Segurança	Superior Completo

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 7ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Há 03 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público).

Existem duas funções comissionadas vagas: auxiliar especializado do diretor de secretaria (FC02) e supervisor assistente 02 do gabinete do juiz titular (FC04).

Não há na 7ª vara/PE, servidores em auxílio (cedidos por outros setores) nem afastados por motivo que não férias. Também inexistem em atuação na unidade jurisdicional em referência servidores sem vínculo com o serviço público.

Uma das servidoras da vara encontra-se cedida ao TRF-5ª Região.

### 6.7.2.3. Estagiários

Há previsão de 03 estagiários para a vara, estando toda as vagas de estágio ocupadas.

Os estagiários atuam na Secretaria da 7ª vara/PE.

### **6.7.3. Organização da 7ª vara federal**

Dentre os servidores da 7ª vara federal de Pernambuco, 08 exercem suas atribuições na secretaria e 06 no gabinete da magistrada.

#### **6.7.3.1. Secretaria**

A secretaria da 7ª vara federal se encontra dividida, atualmente, em 02 grandes blocos de distribuição de atividades:

- Setor de execução e expedição de RPV e precatório:

Tramitam neste setor os processos que se encontram nas fases de execução e cumprimento de sentença, em seus diversos tipos, além de ser também responsável pelas ordens de pagamento em geral, por meio da expedição de RPVs e precatórios atrelados aos processos correspondentes. O impulso processual, por meio da elaboração das minutas de sentenças, decisões, despachos, bem como o cumprimento das decisões judiciais atinentes ao setor, por meio da confecção de expedientes (cartas, mandados, ofícios) e seus regulares encaminhamentos, são de responsabilidade de 04 servidoras, devidamente auxiliadas por 01 estagiária;

- Setor de ações de ritos ordinário, especial e mandados de segurança:

Tramitam neste setor os processos que se encontram nas fases de conhecimento e sentenciados, ainda pendentes de trânsito em julgado e sem cumprimento, bem como execução provisória, em seus diversos ritos. O impulso processual, por meio da elaboração das minutas de sentenças, decisões, despachos, bem como o cumprimento das decisões judiciais atinentes ao setor, pela confecção de expedientes (cartas, mandados, ofícios) e seus regulares encaminhamentos, são de responsabilidade de 03 servidoras, devidamente auxiliadas por 01 estagiário.

Os processos que tramitam no sistema PJe são devidamente alimentados com filtros de relevância disponíveis no sistema, principalmente os de prioridade processual, cabendo à secretaria dar andamento a estes processos na medida em que retornam da magistrada com despachos, decisões e sentenças, ficando a cargo dos servidores os atos executórios e a alocação dos processos em suas fases respectivas, já previamente existentes no painel do usuário, criadas pelo próprio PJe.

Os processos físicos são dispostos em estantes de metal, no espaço da secretaria, com suas localizações devidamente alimentadas no sistema TEBAS e etiquetadas nas referidas estantes (prateleiras). Processos com prioridade têm sua indicação tanto pelo sistema processual quanto por etiquetas de destaque nas capas dos processos.

#### **6.7.3.2. Gabinete da juíza federal**

A exemplo do que ocorre na secretaria, os processos do gabinete são divididos por grupos (tutelas de urgência e liminares, decisões interlocutórias e sentenças), ficando cada assessor com grupos específicos. Além disso, há divisão por matéria: administrativo, previdenciário, civil, tributário e execução.

Essa divisão por grupos visa a otimizar os trabalhos, pois o servidor acaba se “especializando” na dinâmica do processo e, por conseguinte, trabalhando com maior agilidade. Todavia, para conferir maior dinamismo ao trabalho, foi acertado que, periodicamente, haveria rodízio de grupo, de forma que todos os assessores terão oportunidade de se familiarizar com os mais diversos assuntos.

#### **6.7.4. Participação da juíza federal titular em reuniões com a equipe da 7ª vara federal**

Permanecem as reuniões periódicas com o diretor de secretaria e servidores da vara para definir estratégias de trabalho. Essas reuniões têm se mostrado bastante úteis, permitindo averiguar se uma determinada ideia será ou não viável. É interessante observar que, quando o servidor participa da tomada de decisão, ele se sente mais motivado para executar o plano de trabalho traçado.

#### **6.7.5. Planejamento das atividades da 7ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Considerando o grande número de tipos, classes de ações em uma vara cível, além da especificidade do Juízo, com a tramitação privativa dos feitos agrários, a magistrada promove, periodicamente, reuniões para estabelecer prioridades e, desse modo, “atacar” os problemas gradativamente. Estão sendo priorizados os processos mais antigos e que estão dentro das metas do CNJ, em especial as Metas 1 e 2, por meio de triagem específica destas ações e concentração de "esforços no julgamento destes processos.

Além disso, mensalmente (e, às vezes, quinzenalmente), são extraídos relatórios dos processos sem movimentação, estipulando-se como limite máximo 60 dias, evitando-se, assim, que o processo entre no filtro dos 90 dias (prazo limite do CNJ). Por fim, tanto a assessoria quanto a secretaria priorizam as tutelas de urgência, cuja apreciação tem se dado de forma tempestiva.

Existe a meta de julgamento dos processos conclusos em até 90 dias, de acordo com a ordem de antiguidade no gabinete, observadas também a relevância e prioridade processuais.

Planilhas de excel, alimentadas periodicamente pelos servidores, em seu monitoramento de processos sob sua responsabilidade, bem como os relatórios gerados pelo sistema TEBAS e PJe são as principais ferramentas utilizadas para controle situacional do acervo de processos da 7ª vara federal/PE.

Na assessoria, trabalha-se com as seguintes metas: a) proferir um número de sentenças e decisões superior ao número de processos conclusos; b) trabalhar para que os processos não permaneçam sem movimentação por mais de 60 (sessenta) dias; c) julgamento de processos da meta 2; d) julgamento das ações coletivas e ações de improbidade; e) prioridade para julgamento de processos repetitivos (com entendimento já consolidado na jurisprudência); f) priorizar as tutelas de urgência (prazo máximo de decisão: 48 horas).

Já na secretaria, as metas estabelecidas são: a) prazo limite de 60 dias para processos sem movimentação; b) o total ajustado de processos de cada mês deve ser inferior ao do mês anterior, com ênfase nos processos de execução (meta 5 do CNJ); c) prioridade no cumprimento das tutelas de urgência, ações coletivas e ações de improbidade.

Segundo informou a vara, as metas estabelecidas estão sendo alcançadas, observando-se uma redução gradativa do acervo de processos conclusos, bem como do total ajustado dos processos em tramitação.

#### **6.7.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 7ª vara federal e no gabinete da magistrada**

As partes e advogados são atendidos, primeiramente, no balcão, onde é feita uma triagem.

Caso desejem falar com o diretor de secretaria, assessor ou juíza federal, eles são encaminhados para o setor específico da vara ou para o gabinete. Não se mostra necessário qualquer agendamento prévio ou mesmo procuração nos autos (do advogado), exceto se for solicitada a carga do processo (quando será exigida procuração), ressalvando-se também as hipóteses de segredo de justiça.

Quanto aos defensores públicos e membros do Ministério Público Federal, embora sua presença não seja frequente, são normalmente atendidos a qualquer tempo, quer na secretaria, quer no gabinete da magistrada.

No gabinete, como já exposto acima, o atendimento se faz normalmente, a qualquer hora do expediente, não se mostrando necessário qualquer agendamento prévio.

Ainda não foi implementada uma rotina de consulta de satisfação, mas há intenção de adotar tal procedimento em um futuro próximo.

#### **6.7.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 26/10/2017, a 7ª vara federal contava com 1.421 processos em tramitação (487 físicos e 934 eletrônicos). A média de processos por servidor em atividade na vara (14) é de 101,5.

Em outubro/2017, havia 89 processos concluídos para sentença (08 físicos e 81 eletrônicos). Não havia pedidos urgentes pendentes de análise sob a responsabilidade da magistrada.

O panorama da 7ª vara/PE quanto aos feitos sobrestados/suspensos era o abaixo:

1 - Sistema Tebas - 331 processos sobrestados e suspensos.

1.1 - Processos suspensos - artigo 921, III, CPC - 82;

1.2 - Processos aguardando pagamento de RPV/precatório - 19;

1.3 - Processos aguardando decisão do agravo, Tribunal Superior, Embargos - 74;

1.4 - Outros - 156.

2 - Sistema PJE - 185 processos suspensos e sobrestados

2.1 - Processos sobrestados por 60 dias - 03;

2.2 - Processos aguardando julgamento de agravo - 08;

2.3 - Processos aguardando pagamento de RPV/precatório - 18;

2.4 - Processos aguardando julgamento dos embargos à execução - 30;

2.5 - Processos suspensos em execução - 21;

2.6 - Processos suspensos - artigo 921, III, CPC - 82;

2.7 - Outros - 23.

3 - Sistema PJE - 86 processos com arquivamento provisório.

3.1 - Processos aguardando julgamento de agravo de instrumento - 28;

3.2 - Outros - 58.

Não se observou o extravio de nenhum processos nos 24 meses anteriores à correição. Em igual intervalo, porém, foi restaurado um feito.

Não havia processos com pendências junto a outros setores ou órgãos.

A juíza federal titular realizou 276 audiências e 01 inspeção judicial.

Nos 24 meses anteriores à correição, foram realizadas 166 audiências de conciliação. Houve o adiamento de duas audiências, em razão do afastamento da magistrada por força de licença para tratamento de saúde, as quais foram remarçadas e efetivamente realizadas.

#### **6.7.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Meta 1 sendo cumprida, pois:

- Processos de conhecimento distribuídos de janeiro/2017 a outubro/2017 (Sistemas Tebas e PJe) - 578 processos; e
- Processos de conhecimento julgados de janeiro/2017 a outubro/2017 (Sistemas Tebas e PJe) - 749 processos.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).**

1 - Distribuídos até 31/12/2011 e pendentes de julgamento: 0004101-84.2010.4.05.8300 (perícia judicial em andamento); 0024426-90.2004.4.05.8300 (processo com as partes em tratativa de acordo - prazo atual para o INCRA); 0016710-70.2008.4.05.8300 (perícia judicial em andamento); 0000941-56.2007.4.05.8300 (processo sobrestado - aguardando decisão de tribunal superior); 0017902-72.2007.4.05.8300 (processo sobrestado - aguardando conclusão da perícia determinada nos autos 0016710-70.2008.4.05.8300); 0009487-32.2009.4.05.8300 (perícia judicial em andamento); 0012117-61.2009.4.05.8300 (processo sobrestado - aguardando conclusão da perícia dos autos 0007777-06.2011.4.05.8300); 0013157-78.2009.4.05.8300 (processo sobrestado - aguardando decisão de tribunal superior); 0019403-90.2009.4.05.8300 (decisão declarando incompetência absoluta deste juízo para processar e julgar o feito, decisão esta ainda com prazo para recurso em andamento); 0001338-13.2010.4.05.8300 (perícia judicial em andamento); 0016380-05.2010.4.05.8300 (processo concluso para sentença); 0007777-06.2011.4.05.8300 (perícia judicial em andamento).

2 - Distribuídos até 31/12/2012 e pendentes de julgamento (excluídos os processos relacionados no item 1): 0019607-32.2012.4.05.8300 (perícia judicial em andamento); 0019082-50.2012.4.05.8300 (processo com prazo para apresentar réplica aos embargos monitórios - Desde 2012, tentativas, sem êxito, de citar a ré. A CEF, por sua vez, demorou a informar o novo endereço e providenciar a publicação do edital de citação, quando determinado por este juízo); 0000001-18.2012.4.05.8300 (perícia judicial em andamento); 0003680-26.2012.4.05.8300 (processo sobrestado - IRDR 08044575-80.2016.4.05.8300).

3 - Distribuídos até 31/12/2013 e pendentes de julgamento (excluídos os processos relacionados nos itens 1 e 2): 0000936-24.2013.4.05.8300 (suspensão do art.921, III, CPC); 0012861-17.2013.4.05.8300 (perícia judicial em andamento); 0013241-40.2013.4.05.8300 (processo em realização de perícia judicial); 0000604-57.2013.4.05.8300 (processo em remessa carga com a Caixa Econômica Federal - feito convertido em ação de depósito).

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A vara informou que a meta em epígrafe está sendo cumprida, tendo destacado que a remessa de processos para o CEJUSC da Seção Judiciária de Pernambuco tem sido medida efetiva para o seu atingimento.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

O Juízo da 7ª vara federal informou estar cumprindo a meta 4.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

O juízo vem cumprindo a Meta 5.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 foram julgadas pela 7ª vara/PE.

**Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

O juízo utiliza o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, quando da execução de suas sentenças com trânsito em julgado, conforme estabelecido pelo Provimento nº 29/2013.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### 6.7.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados cerca de 55 processos físicos (quando da correição tinham 487 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 120 processos (quando da correição tinham 934 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### 6.7.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.7.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE MUDANÇA DE CLASSE:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	9800154272	

<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Demora na cobrança da carga efetivada em 31/08/2015, pois a devolução se deu apenas em 15/01/2016, como se depreende da peça de fl. 1.516.
Execução de Sentença	0002212472000405830 0	Demora na cobrança da devolução de autos, como se depreende da peça de fl. 974 v.

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0004663542014405830 0	De fl. 312 (mais de 30 dias).
Desapropriação	9600153680	De fl. 1111.
Execução de Sentença	0013252651996405830 0	Para despacho, de 31.05.2017 a 10.08.2017.
Monitória	0004366962004405830 0	Demora para a conclusão realizada em 08/03/2010 (fl. 143), já que o ato precedente se deu em 18/12/2009 (fl. 141 v.).
Execução de Sentença	0021110791998405830 0	
Monitória	0004366962004405830 0	Demora para a conclusão realizada em 09/06/2015 (fl. 293), uma vez que o ato anterior se deu em 27/11/2014 (fl. 289).

<b>DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0001914021993405830 0	De fl. 756 (mais de 30 dias).
Monitória	0004366962004405830 0	Demora na juntada da peça de fl. 159, protocolizada em 24/11/2010, já que a colação se deu apenas em 18/02/2011 (fl. 158 v.).

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	0009683942012405830 0	de 04.04.2017 a 27.07.2017.
Embargo de Terceiro	0002432202015405830 0	03.04.2017 a 25.10.2017.
Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Demora na prolação da decisão firmada em 06/02/2004 (fl. 740), já que a conclusão se deu em 08/09/2003 (fl. 739).
Desapropriação	0000020058300012067 2	
Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Demora para a prolação da decisão firmada em 19/02/2003 (fl. 722), vez que a conclusão se deu em 13/09/2002 (fl. 721).
Execução de Sentença	9300042696	fev/2016 - agosto/2016
Execução de Sentença	0000020098300019115 5	15/02/2016 - 13/05/2016
Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Demora na prolação da decisão firmada em 17/12/2004 (fl. 754), já que a conclusão se deu em 08/02/2004 (fl. 753).

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0013252651996405830 0	De 10.08.2017 a 25.10.2017.

<b>DEMORA NA PUBLICAÇÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0001914021993405830 0	Do despacho de fl. 777 (mais de 30 dias).
Usucapião	0009495822004405830 0	De despacho (de 03.08.2017 a 10.10.2017).

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0020756492001405830 0	
Mandado de Segurança	0007167391991405830 0	
Monitória	0001963422013405830 0	
Ordinária	0002463361998405830 0	
Consignatória	0015020551998405830 0	
Desapropriação	0016710702008405830 0	
Execução de Sentença	0004283022012405830 0	
Execução de Sentença	0020840551998405830 0	
Execução de Sentença	0000020078300005409 0	
Execução de Sentença	0007469341992405830 0	
Cautelar	0000936242013405830 0	

Civil Pública	0012861172013405830 0	
Execução de Sentença	0017874221998405830 0	
Desapropriação	0012259171999405830 0	
Improbidade Administrativa	0008400312015405830 0	
Desapropriação	0000506051995405830 0	
Ordinária	0013926332002405830 0	
Civil Pública	0000847592017405830 0	
Desapropriação	0000020048300024593 2	Processo em fase de execução (sobrestado até julgamento de recurso especial).
Embargos à Execução	0003376621991405830 0	Execução finda. Processo arquivado.
Embargos à Execução	0000020078300005193 2	Processo arquivado (aguardando manifestação da exequente).
Mandado de Segurança	0006986712010405830 0	Aguardando manifestação das partes
Ordinária	0000020098300018421 7	
Monitória	0000020098300016514 4	
Execução de Sentença	0000020058300005142 0	
Embargos à Execução	0006003962015405830 0	
Cautelar	0000971422017405830 0	
Embargos à Execução	0000020078300003372 3	
Monitória	0000020018300005491 8	

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Sentença	9800051210	Ausência de cumprimento do despacho de 19/09/2017.
Ordinária	0000020068300006775 3	Demora no cumprimento - despacho de 11/05/2017 publicação em 13/07/2017.
Execução de Sentença	9700106225	Demora no cumprimento (despacho de 31/03/2017 - publicação em 14/06/2017).
Execução de Sentença	9300042696	Demora no cumprimento (out/2016 a fev/2017).
Desapropriação	9600153680	Ausência de movimentação processual entre out/14 e mar/15 (fls. 1129 e 1131).
Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Demora no cumprimento do ato ordinatório firmado em 25/01/2016 (fl. 1519), uma vez que a remessa à União se deu apenas 01/04/2016 (fl. 1521).
Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Demora para a prática de ato ordinatório de remessa dos autos à

Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Contadoria do Foro (decisão de fl. 1536), já que a atividade prévia (juntada de peça) se deu em 23/06/2016, como se depreende da peça de fl. 1534 v. Volumes dos autos se desestruturando e sem capa íntegra, como se depreende do exame do 1o volume da ação.
Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Demora na produção de cálculos pela Contadoria do Foro, considerados os conteúdos das peças de fls. 659 v. e 660.
Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Demora para a remessa dos autos à União (fl. 771).
Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Demora para a cobrança dos autos remetidos à AGU em 30/09/2011 e que apenas foram devolvidos em 02/04/2012 (fl. 1.265 v.).
Execução de Sentença	0003265441992405830 0	Ausência de conclusão antes da prolação da decisão de fl. 1.272.
Execução de Sentença	0000020008300001161 7	Folhas soltas no volume 2.
Embargo de Terceiro	0007178962013405830 0	Processo sem movimentação (de 03.11.2015 a 24.10.2017).
Execução de Sentença	0000088621998405830 0	Ausência de etiqueta de identificação do processo.
Desapropriação	0002084222003405830 0	Demora no cumprimento de despacho (de 08.05.2017 a 30.10.2017).

#### PARALISAÇÃO IRREGULAR:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0000020008300001161 7	Feito sem movimentação a partir de 18/01/2016 (fl. 587 v.).
Ordinária	0005239531991405830 0	Recebimento dos autos em 02/06/2016; conclusão apenas em 30/10/2017.
Embargo de Terceiro	0006419352013405830 0	De 22.06.2016 a 25.10.2017.
Ordinária	9800125620	Ausência de publicação de ato ordinatório assinado em agosto/2017.

#### Outras Observações:

Processo: 9800125620 Classe: Ordinária - O processo encontra-se em fase de execução, havendo determinação para a parte exequente trazer informações pertinentes ao feito (agosto/2017), sem , contudo, haver publicação de tal ato.

Processo: 9800154272 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença.

Ausência de alteração da classe/etiqueta.

Pedido de habilitação de herdeiros em 29/03/2017 (ausência de impulso).

Processo: 00000200483000245932 Classe: Desapropriação - Autos sobrestados aguardando

juízo de recurso especial.

Processo: 00000200683000067753 Classe: Ordinária - processos em apenso:

2008.05.00.014266-0;

2008.05.00.014132-0;

2006.05.00.028317-8.

Processo: 00000200783000033723 Classe: Embargos à Execução - trânsito em julgado - 26/07/2011.

Processo: 00000200783000051932 Classe: Embargos à Execução - A sentença foi modificada mediante recurso integrativo (fl. 190). Processo em fase de execução com baixa na distribuição em face da ausência de requerimento da execução.

Processo: 00000200983000184217 Classe: Ordinária - Folha solta.

Processo: 00000200983000191155 Classe: Execução de Sentença - recomenda-se a mudança de classe para execução de sentença.

Processo: 00000886219984058300 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.

Processo: 00008475920174058300 Classe: Civil Pública - Recebido da Justiça Estadual em 15.08.2017.

Processo: 00019140219934058300 Classe: Execução de Sentença - Apenso aos embargos à execução n. 2004.83.00.022949-5, já baixado.

Processo: 00033766219914058300 Classe: Embargos à Execução - Processo em fase de execução, com a expedição de diversas requisições de pagamento. Intimada a parte exequente para se manifestar sobre a satisfação dos créditos, esta restou silente, de modo que houve sentença julgando extinta a execução. Processo arquivado.

Processo : 00042830220124058300 Classe: Execução de Sentença - monitória -cumprimento de sentença.

Processo: 00052395319914058300 Classe: Ordinária - Feito tramitava na justiça estadual até 02/06/2017.

Processo: 00069867120104058300 Classe: Mandado de Segurança - Foi proferida uma sentença na justiça estadual, a qual restou sem efeito, tendo em conta a competência da justiça federal para apreciar o feito. A sentença foi republicada para fazer constar o nome de patrono.

Processo: 00132526519964058300 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.

Processo: 00139263320024058300 Classe: Ordinária - Convertido em eletrônico.

Processo: 00167107020084058300 Classe: Desapropriação - trasladada sentença proferida na ação declaratória de nulidade do decreto expropriatório - declarado nulo o P. A.

Processo: 00208405519984058300 Classe: Execução de Sentença - desapropriação. RPV expedida.

Processo: 00211107919984058300 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença.

Demora na conclusão (petição juntada em 09/08/2016, conclusos em 04/10/16; e decurso de prazo certificado em 12/12/16, conclusos em 20/03/17; e certificação decurso prazo em 14/07/17, conclusos em 12/09/17).

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na cobrança devolução de carta precatória						
0800739-65.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Exercício Profissional e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	MAYARA DOS SANTOS FERREIRA - 054.193.554-26	SIM
0803409-42.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	JOSE MANOEL DA SILVA e outros - 188.004.834-53	SIM
Demora na conclusão						
0800026-23.2016.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria/Retorno ao Trabalho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Carteira de Identidade e outro -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800060-70.2012.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Curso de Formação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RAFAELA SANTOS DO NASCIMENTO - 082.116.324-89	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800457-90.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Equivalência salarial e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ MARCIO RODRIGUES DE SOUZA - 315.141.547-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800739-65.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Exercício Profissional e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	MAYARA DOS SANTOS FERREIRA - 054.193.554-26	SIM
0801185-05.2014.4.05.8300	MONITÓRIA	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801229-24.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARIA DAS GRACAS DE AGUIAR MARTINS DA SILVA e outros - 165.987.684-20	SIM
0801270-88.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0801273-14.2012.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Fundo de Participação dos Municípios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA - 11.286.366/0001-95	SIM
0801316-48.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	MINERADORA CAMPEVI LTDA - ME - 08.794.042/0001-53	SIM
0801686-56.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SAN MARINO e outros -	SIM
0801993-39.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	E. S. DE SOUZA FERREIRA - EPP e outro - 07.067.744/0001-72	SIM
0802186-88.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SOLANGE MARIA DA SILVA BATISTA e outros - 667.056.904-10	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802423-93.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação e outros	Juntada de Contrarrazões	FERNANDO RODRIGUES BELTRÃO e outro - 009.836.834-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0802869-96.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALCEIR DE ALMEIDA SILVA - 042.971.084-45	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0802972-06.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Dano ao Erário	Expedição de documento	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	POMBOS PREFEITURA - 11.049.848/0001-21	SIM
0803409-42.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	JOSE MANOEL DA SILVA e outros - 188.004.834-53	SIM
0803752-43.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Juntada de Certidão de Intimação	ADONIAS DA SILVA IZIDIO - 098.954.204-12	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804470-06.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA REJANE CRUZ DO ESPIRITO SANTO - 427.431.414-68	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	SIM
0805607-23.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Ressarcimento ao SUS e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICIPIO DE LAGOA DO CARRO - 40.893.778/0001-91	SIM
0806043-45.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	CRISTINA MARIA SOUZA BARROS DE OLIVEIRA e outros - 198.090.344-15	SIM
0807146-24.2014.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão de Intimação	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES e outro - 04.892.707/0001-00	SEVERINO TAVERA DA SILVA e outro -	SIM
0807978-23.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA - 12.819.074/0001-33	BANCO DO BRASIL S/A e outros -	SIM
0808643-39.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Cobrança indevida de ligações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NATALIA OLIVEIRA DE SEIXAS - 866.406.664-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0808865-07.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0809011-14.2016.4.05.8300	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA REJANE CRUZ DO ESPIRITO SANTO -	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	SIM
Demora na devolução de mandado						
0802195-50.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico	Juntada de Contrarrazões	ADONIAS DA SILVA IZIDIO - 098.954.204-12	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
Demora na juntada de expediente						
0802428-81.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Demora no encaminhamento de carta precatória						
0801935-70.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Conclusos para despacho	GILVANDA PEREIRA FEITOZA - 070.408.144-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800045-67.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Adjudicação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BANCO CENTRAL DO BRASIL e outro - 00.038.166/0001-05	BUROCENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - 04.282.777/0001-47	SIM
0801111-43.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	CINKEL CONSTRUTORA E INCORPORADORA KELNER LTDA e outros - 12.763.975/0001-50	SIM
0801316-48.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	MINERADORA CAMPEVI LTDA - ME - 08.794.042/0001-53	SIM

0801328-62.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Juntada de Certidão	LUIZA MARQUES DE MELLO - 004.954.924-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802423-93.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação e outros	Juntada de Contrarrazões	FERNANDO RODRIGUES BELTRÃO e outro - 009.836.834-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0803953-30.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DA ALIANCA - 10.164.028/0001-18	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804924-83.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSTRUTORA POTTENCIAL LTDA - 06.945.546/0001-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0806043-45.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	CRISTINA MARIA SOUZA BARROS DE OLIVEIRA e outros - 198.090.344-15	SIM
0807496-75.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Liberação de Conta	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0807978-23.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA - 12.819.074/0001-33	BANCO DO BRASIL S/A e outros -	SIM
0808842-61.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	EVERALDO JOSE DA SILVA - 012.217.104-78	SIM
0809011-14.2016.4.05.8300	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA REJANE CRUZ DO ESPIRITIO SANTO -	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	SIM
Lapso entre designação de perícia e a realização						
0801769-04.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação/Alteração de Leilão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SAULO DA SILVA FERREIRA e outro -	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800049-37.2014.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal HILDAMARQUES DA	SILVA - 269.098.474-15	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800426-70.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Reintegração e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ FELIPE DA SILVA - 702.117.664-37	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800555-12.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	AMANA ENGENHARIA LTDA - ME - 00.600.712/0001-41	SIM
0801001-44.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Base de Cálculo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MIRIAM PEREIRA CAVALCANTI MIRANDA e outros - 425.818.854-91	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO e outro - 24.134.488/0001-08	SIM
0801185-05.2014.4.05.8300	MONITÓRIA	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801273-14.2012.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Fundo de Participação dos Municípios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZINHA - 11.286.366/0001-95	SIM
0801316-48.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	MINERADORA CAMPEVI LTDA - ME - 08.794.042/0001-53	SIM
0801328-62.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Juntada de Certidão	LUIZA MARQUES DE MELLO - 004.954.924-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM

0802195-50.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico	Juntada de Contrarrazões	ADONIAS DA SILVA IZIDIO - 098.954.204-12	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO, e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0802480-09.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	CAIO FLAVIO LIMA DE SANTANA - 058.381.014-40	SIM
0802869-96.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALCEIR DE ALMEIDA SILVA - 042.971.084-45	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO, - 26.994.558/0001-23	SIM
0803724-41.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Execução Contratual	Juntada de Petição	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - 00.352.294/0001-10	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A - 34.274.233/0134-25	SIM
0804924-83.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSTRUTORA POTTENCIAL LTDA - 06.945.546/0001-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO, - 26.994.558/0001-23	SIM
0806995-24.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	ANTONIO GUILHERME DE OLIVEIRA e outros - 009.777.994-68	SIM
0807383-87.2016.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Ordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LEONCIO LOPES DE ALBUQUERQUE -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0808865-07.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Lapso temporal para certificação decurso de prazo						
0802972-06.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Dano ao Erário	Expedição de documento	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO, - 26.994.558/0001-23	POMBOS PREFEITURA - 11.049.848/0001-21	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0801227-25.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Alteração do coeficiente de cálculo do benefício	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ISMAR EDUARDO JUST LEAL e outro - 021.165.534-15	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS CPRM e outro - 00.091.652/0006-93	SIM
0801316-48.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - 00.381.056/0001-33	MINERADORA CAMPEVI LTDA - ME - 08.794.042/0001-53	SIM
0801328-62.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Juntada de Certidão	LUIZA MARQUES DE MELLO - 004.954.924-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, - 00.360.305/0001-04	SIM
0801453-25.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Transferência de Financiamento (contrato de gaveta)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13	SIM
0802186-88.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SOLANGE MARIA DA SILVA BATISTA e outros - 667.056.904-10	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803752-43.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Juntada de Certidão de Intimação	ADONIAS DA SILVA IZIDIO - 098.954.204-12	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO, - 26.994.558/0001-23	SIM
0804641-89.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL e outro - 26.474.056/0001-71	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0804967-15.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDMILSON BERNARDO ALVES - 134.688.984-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0805126-89.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Parcela Incontroversa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DANIEL MARCELINO DA SILVA - 273.088.474-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806909-53.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	DIVA D ANDRADA CRUZ - 127.320.364-04	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0800060-70.2012.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Curso de Formação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RAFAELA SANTOS DO NASCIMENTO - 082.116.324-89	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800442-24.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	TAMANDARE PREFEITURA - 01.596.018/0001-60	SIM
0800457-90.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Equivalência salarial e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ MARCIO RODRIGUES DE SOUZA - 315.141.547-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0801185-05.2014.4.05.8300	MONITÓRIA	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801186-24.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Complementação de Benefício/Ferrovário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO JERONIMO DE OLIVEIRA FILHO - 127.229.794-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0801328-62.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Juntada de Certidão	LUIZA MARQUES DE MELLO - 004.954.924-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801398-45.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Reintegração de Posse	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	JOSEFA MARIA DO NASCIMENTO e outros - 002.164.644-98	SIM
0801993-39.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	E. S. DE SOUZA FERREIRA - EPP e outro - 07.067.744/0001-72	SIM
0802428-81.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0803409-42.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	JOSE MANOEL DA SILVA e outros - 188.004.834-53	SIM
0803483-96.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE IGARASSU - 10.359.560/0001-90	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803752-43.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Juntada de Certidão de Intimação	ADONIAS DA SILVA IZIDIO - 098.954.204-12	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803819-37.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Unidade de terapia intensiva (UTI) ou unidade de cuidados intensivos (UCI)	Juntada de Certidão de Intimação	KLARA NAYR JANEIRO DURAN OLIVEIRA e outros - 108.732.784-96	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0803953-30.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DA ALIANCA - 10.164.028/0001-18	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804015-41.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSEVALDO DA SILVA TORRES e outro - 006.176.955-04	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13	SIM

0804470-06.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA REJANE CRUZ DO ESPIRITO SANTO - 427.431.414-68	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	SIM
0805795-45.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE NILTON DE OLIVEIRA SILVA - 043.135.774-91	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outro - 10.571.982/0001-25	SIM
0806207-10.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	MARIA MADALENA DOS SANTOS e outros - 030.330.154-68	SIM
0806909-53.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	DIVA D ANDRADA CRUZ - 127.320.364-04	SIM
0808643-39.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Cobrança indevida de ligações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NATALIA OLIVEIRA DE SEIXAS - 866.406.664-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
- Processo em Ordem.						
0013246-96.2012.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Poluição	Juntada de Certidão de decurso de prazo	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MUNICIPIO DE LIMOEIRO - 11.097.292/0001-49	SIM
0800110-33.2011.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEVERINO PAULO DA SILVA JUNIOR - 035.355.474-07	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outros - 10.571.982/0001-25	SIM
0800184-53.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXERCITO - FHE e outros - 00.643.742/0001-35	SAVANA COELHO CAMINHA - 304.580.804-20	SIM
0800294-52.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JULIO CESAR LACERDA DO NASCIMENTO -	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800855-37.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Reserva Remunerada	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IVALDO SIQUEIRA DE SOUZA AMORIM - 807.919.804-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0801078-87.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Fundo de Participação dos Municípios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE ESCADA - 11.294.303/0001-80	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0801147-22.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Fundo de Participação dos Municípios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA COROA GRANDE e outro - 10.111.631/0001-31	SIM
0801236-50.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	COSME MAURICIO DE PAULA NETO - 922.598.634-34	SIM
0801481-27.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Regime Previdenciário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA MAZARELLO COELHO CARIBE CAVALCANTI - 220.367.254-49	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outros - 10.571.982/0001-25	SIM
0801781-81.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificação de Incentivo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DA PENHA SANTOS DE ANDRADE e outros - 864.118.884-34	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802250-69.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	JACIANE BEZERRA DE BRITO - 417.659.154-49	SIM
0802327-10.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LEONARDO DE SOUSA XIMENES - 054.708.704-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM

0802436-58.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Hipoteca e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PEDRO GONCALVES DE MEDEIROS - 316.172.554-91	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802762-52.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acidente de Trânsito	Juntada de Execução / Cumprimento de Sentença	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	RODOBENS CAMINHOES PERNAMBUCO LTDA - 01.024.914/0001-55	SIM
0802773-81.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Adidos, Agregados e Adjuntos	Juntada de Parecer/Informação	INALDO CABRAL DE ARRUDA JUNIOR - 066.643.494-85	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802992-94.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Agregação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ARTHUR CESAR DE PAULA MOURA - 088.971.574-24	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803471-82.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Multa e outros	Juntada de Certidão de Intimação	IMOBILIARIA ROCHA LTDA - 08.162.448/0001-13	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0803666-72.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Baixa Definitiva	H. L. S. C. - 094.587.324-76	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804091-02.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outro - 10.571.982/0001-25	SIM
0804161-14.2016.4.05.8300	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	Erro Médico	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA LETICIA MENDES DA SILVA - 650.237.574-04	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0804762-83.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	PAES/Parcelamento Especial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	NUTRIR PRODUTOS LACTEOS LTDA. - 05.624.289/0004-86	SIM
0804835-55.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Proteção da Intimidade e Sigilo de Dados e outros	Juntada de Contrarrazões	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0805034-14.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso	Juntada de Contestação	SUELDA NOGUEIRA DE LIMA - 039.866.274-64	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0805542-28.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	RMI sem incidência de Teto Limitador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IVO BARBOSA RODRIGUES - 054.984.654-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805941-23.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acessão	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0806114-13.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Petição	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0806352-95.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0807059-63.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL COLETIVA	Licença Prêmio	Juntada de Embargos de Declaração	SINDICATO DOS TRAB PUBLICOS FED DA SAUDE E PREV EST PE - 24.130.122/0001-60	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0807184-31.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	VICTOR MELO DINIZ - 052.061.084-99	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0807191-91.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anistia Política e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUISA MARIA LITRENTO CADETE - 165.223.034-34	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0807230-25.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DA CIDADE DO PAULISTA - 10.408.839/0001-17	SIM
0807418-13.2017.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	AMERIVALDO MELO DE ALBUQUERQUE - 290.009.044-04	SIM
0807588-19.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	DIOGO LUIS DOS SANTOS e outros - 078.548.744-17	SIM
0807654-33.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FILIPE CASTRO DE SOUZA - 064.297.034-36	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0807690-07.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Afastamento e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PEDRO PAULO PEREIRA NOBREGA - 028.872.584-00	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE - 09.791.484/0001-09	SIM
0807723-94.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Honorários Advocáticos em Execução Contra a Fazenda Pública	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MUNICIPIO DE PEDRA - 10.106.227/0001-70	SIM
0807776-75.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	THALITA DE OLIVEIRA ANDRADE - 089.664.484-70	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0807788-89.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO GERVAIS VELOSO FILHO - 687.151.024-91	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE - 09.791.484/0001-09	SIM
0807915-27.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Inscrição / Documentação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALESSANDRA XAVIER DE MORAIS - 019.628.144-08	ROSSANA ALBUQUERQUE e outro -	SIM
0808101-50.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Acumulação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VIVIANE DO NASCIMENTO E SILVA ALENCAR - 103.727.917-43	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO e outro - 24.134.488/0001-08	SIM
0808332-48.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adicional de Periculosidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DAYSE CESAR MENDONCA CAVALCANTI e outros - 125.888.574-34	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO e outro - 24.134.488/0001-08	SIM
0808450-87.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	GERALDO PEDRO DE MORAIS e outros - 032.562.994-31	SIM
0809439-59.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE JANGUIE BEZERRA DINIZ - 368.383.574-53	SIM
0809810-57.2016.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES e outro - 04.892.707/0001-00	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-04	SIM
0809883-92.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HELIO DE MACEDO FILHO e outro - 213.233.644-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0810047-57.2017.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ANTONINO MEDEIROS DE ARAUJO - 094.045.204-97	SIM
0810360-18.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Remoção	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLAUDIA WANDERLEY PEREIRA DE LIRA - 024.128.074-50	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE - 10.767.239/0001-45	SIM

0810434-72.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IZALDO IVO LIMA e outros - 153.045.154-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0810908-43.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Busca e Apreensão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ARTHUR DE MELO MARQUES DE SA - 089.955.554-32	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0810944-85.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Descontos Indevidos	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DA SALETE DE OLIVEIRA CANCIO e outro - 233.133.314-91	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0811479-14.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Exclusão - ICMS	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ASSOCIACAO COMERCIAL DE PERNAMBUCO - 10.906.923/0001-60	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0811805-71.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Penalidades e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	BANCO CENTRAL DO BRASIL - 00.038.166/0001-05	SIM
0811869-81.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Classificação e/ou Preterição e outros	Juntada de Contrarrazões	MANUELLE REGINA TAVARES DE OLIVEIRA e outros - 085.151.034-51	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE - 10.767.239/0001-45	SIM
0811899-19.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BEATRIZ FONSECA LEITE DE OLIVEIRA - 091.952.084-70	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - 00.000.000/0002-91	SIM
0811951-15.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0811960-74.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Matrícula	Expedição de expediente	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	SIM
0815248-30.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Acidente Aéreo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	SIM
0815497-78.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Alteração do coeficiente de cálculo do benefício e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0816403-68.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Intimação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0817402-21.2017.4.05.8300	HABEAS DATA	Proteção da Intimidade e Sigilo de Dados	Juntada de Petição	R. A. MOVEIS LTDA - EPP - 03.186.688/0001-34	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE e outro -	SIM

### 6.7.10. Correição anterior e autoinspeção

Atualmente, o juízo vem cumprindo as Metas 1, 3, 4, 5, 6 estabelecidas pelo CNJ.

Com relação à Meta 2, ainda não foi integralmente cumprida, mas houve significativa redução desses processos.

Como dito no relatório de inspeção ordinária anual de 2017, encaminhado a esta corregedoria-regional em maio/2017, a redução gradativa e relevante do número de processos em tramitação é um compromisso profissional constante da 7ª vara federal em Pernambuco. Registrou-se, à época, que, em 2017, foi baixado percentual superior a 37% dos processos em tramitação, no

sistema TEBAS (comparando com o mesmo período de 2016). Já no PJE, a baixa foi de 17% dos processos em tramitação.

As metas fixadas continuam sendo cumpridas pela magistrada titular e toda a equipe de servidores e colaboradores deste juízo.

#### **6.7.11. Considerações finais**

A 7ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, dentre as inconsistências verificadas, destacam-se abaixo as que merecem maior atenção, as quais devem ser corrigidas pela unidade:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho e de sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 7ª vara federal funciona adequadamente.

### **6.8. 8ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PETROLINA/PE**

#### **6.8.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 8ª vara federal foi criada pela Lei nº 7.583/1987 e instalada com base no Provimento nº 329/1987 – CJF. Dentro de sua jurisdição, a 8ª vara federal detém competência plena comum para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da Constituição Federal (CF/1988), inclusive para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001. A unidade ainda processa e julga as ações de naturalização.

A vara funciona no Fórum Juiz Aducto José de Melo, situado na Praça Santos Dumont, Petrolina/PE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira.

#### **6.8.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores**

A 8ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada; b) 12 servidores efetivos do quadro da SJPE, sendo 01 analista judiciária - área judiciária, 03 analistas judiciários - área de execução de mandados e 08 técnicos judiciários - área administrativa.

Há 01 cargo de Analista Judiciário vago desde 21/02/2017, em razão da aprovação de servidora em concurso para a magistratura federal.

### 6.8.2.1. Juíza federal titular

A juíza federal titular, Thalynni Maria de Lavor Passos, exerce a magistratura desde 16/04/2008, atuando na 8ª vara federal desde 16/04/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada nos períodos e pelos motivos seguintes:

Afastamento	Período	Moivo/Ato
16/11/2015 a 20/11/2015	Afastamento referente à acumulação de jurisdição não remunerada	Ato 940/2015-CR
8/1/2016 a 2/2/2016	Licença por motivo de doença em pessoa da família	PA190/2015
18/4/2016 a 20/4/2016	Afastamento para participar de Seminário/Congresso	ECG.10056.0204/2016-06
3/6/2016 a 9/6/2016	Férias	PORT. 109/2016-CR
28/6/2017 a 25/7/2016	Férias	PORT. 113 e 236/2016-CR
26/7/2016 a 24/8/2016	Licença para tratamento de saúde	PA 1763/2016
26/8/2016 a 14/9/2016	Férias	PORT. 237/2016-CR e 238/2016-CR
16/11/2016 a 25/11/2016	Férias	PORT. 323/2016-CR
06/12/2016 a 9/12/2016	Afastamento para participar de curso de especialização	ECG.10614.0762/2016-06
17/4/2017 a 10/5/2017	Férias	PORT. 41 e 143/2017-CR
26/6/2017 a 1/7/2017	Férias	PORT. 189/2017-CR
20/7/2017 a 27/7/2017	Férias	PA 2452/2016 e PORT. 231/2017-CR

A juíza federal reside em Petrolina/PE, cidade onde se situa a sede da subseção judiciária.

### 6.8.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 8ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Carla Duarte Muniz , Mat. 2871	Diretora	CJ03	Pós-Graduada em Processo Civil	Direito
Germana Pinheiro Aguiar Mat. 2946	Executante de Mandados		Superior	Direito
José Acelino Ezequiel dos Santos, Mat. 2996	Executante de Mandados		Superior	Direito
Tacilene Dias Gouveia de Sales, Mat. 3179	Executante de Mandados		Superior	Direito
Maria Alves N D Carvalho, Mat. 2471	Técnico Judiciário /AA	FC05	Superior	Adm. Empresas e Direito
Denise Soares de Cerqueira, Mat. 2877	Técnico Judiciário/AA	FC04	Superior	Jornalismo
Edgar Alves Filho, Mat. 2212	Técnico judiciário	FC04	Superior	Eng. Agrônomo
Jerliano Barboza Moura, Mat. 2680	Técnico Judiciário	FC05	Superior	Ciência Computação

Julliana Cortez Moraes Da Silva, Mat. 3521	Técnico Judiciário	FC02	Superior	Direito
Rogério Martins Dias, Mat. 2323	Técnico Judiciário	FC05	Superior	Direito
Meygles Andressa Alves Santos	Técnico judiciário	FC05	Superior	Direito
Gláucia Brito Henrique da costa	Técnico Judiciário	-----	Superior	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 8ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Os servidores requisitados (com vínculo com o serviço público) em atuação na 8ª vara/PE são os seguintes:

* Marluce Evangelista de Moraes, Mat. 2403, Lic. Letras, FC03 – órgão: PMP.
* Vera Nice P. Conceição, Mat. 2190, Adm. Empresa, FC04 (supervisora crime) – órgão: PMP (Prefeitura Municipal de Petrolina)
* Alberaci D. Amorim, Mat. 1361, Lic. Letras, FC03, órgão: PMP
* Vera Lucia Braga Duarte, Mat. 3513, Direito, FC3, órgão: PMCrato/CE (Prefeitura Municipal do Crato/CE)

Registre-se ainda que a unidade conta com 02 servidoras em auxílio, oriundas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) e da 27ª vara da SJPE, removidas para acompanhar os respectivos cônjuges.

Por sua vez, a servidora Vânia Vidal Sampaio, não obstante lotada na 8ª vara federal, está a serviço da atermação e a servidora Maria de Fátima, embora lotada na 8ª vara federal, está exercendo suas atividades no setor de contadoria.

Inexistem funções comissionadas vagas na 8ª vara/PE. Não exercem atividade na unidade jurisdicional em referência servidores sem vínculo com o serviço público.

Havia uma servidora em gozo de licença-maternidade desde 12/08/2017.

### **6.8.2.3. Estagiários**

Há 03 vagas de estágio previstas para unidade, estando todas preenchidas. Os estagiários passam a maior parte do tempo na assessoria do gabinete, atuando na secretaria apenas quando ocorre excesso de demanda, para agilizar o serviço.

### **6.8.3. Organização da 8ª vara federal**

Dentre os servidores da 8ª vara federal de Pernambuco, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

#### **6.8.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara encontra-se organizada conforme o quadro abaixo:

Setor	Quantidade de Servidor	Atribuições
Criminal	Veranice P. Conceição – única servidora do setor	Responsável por todo o setor, exceto decisões e sentenças que são feitas pela assessoria
Cível	2 servidoras: 1. Maria Alves 2. Denise Soares	1. Maria - supervisora do setor 2 . Denise - Auxilia na confecção dos despachos, decisões, expedientes, movimentação processual e atendimento ao balcão
Execução Fiscal	3 servidores: 1. Edgar Alves 2. Marluce Evangelista 3. Alberaci Amorim	1. Edgar - supervisor do setor 2. Marluce - confecção de expedientes e atendimento ao balcão. 3. Alberaci - controle de prazos, movimentação processual e atendimento ao balcão.
Juizado Especial Federal	3 servidores: 1. Jerliano Moura 2. Vera Lucia Duarte 3. Glaucia Henrique	1. Jerliano - supervisor do setor 2. Vera Lucia - responsável pela triagem inicial e pelas audiências. 3. Glaucia – decisões e despachos de menor complexidade, atendimento ao balcão e movimentação processual em geral
Assessoria	5 servidores 1. Ana Beatriz Melo 2. Meygles Andressa 3. Clarice Gouveia 4. Rogério Dias 5. Jullianna Cortez ( <u>licença-maternidade desde 12/8/17</u> )	Todos responsáveis pelas minutas de despachos, decisões e sentenças dos três sistemas TEBAS, CRETA E PJE.

Em relação ao sistema adotado para organização dos processos na secretaria da vara, observa-se o seguinte:

- No caso dos processos virtuais, os próprios sistemas de acompanhamento de processos dos JEFs (Creta) e do PJe mantêm o controle automático das prioridades legais, classificando os processos de acordo com a idade do autor, conforme este se enquadre na hipótese do art. 71 da Lei nº 10.741/2003;

- Na secretaria, os processos são separados por prazo de controle. As prateleiras são etiquetadas com os prazos do mês. Exemplo: 10/5/2014, 20/5/2014 e 30/5/2014 e todos os processos localizados nas referidas prateleiras. Nestas datas, os processos são analisados e movimentos para a fase seguinte. Os processos com prioridade são identificados com a etiqueta correspondente.

No controle e situação do acervo de processos, são adotadas as seguintes condutas:

- Acompanhamento de estatísticas dos 3 sistemas (Tebas, Creta e PJe), buscando evitar a taxa de congestionamento mensalmente;
- Verificação das metas do CNJ, com vistas a impulsionar o feito com a maior agilidade possível; e
- Prioridade na designação de processos de meta e com prioridade processual.

Os processos passam pela triagem e em seguida são colocados na prateleira correspondente. Em caso de prioridade processual, são identificados com etiqueta. São controlados em geral pela data de conclusão, devendo ser devolvidos à secretaria com o respectivo ato (despacho/decisão/sentença), no prazo máximo de 05 dias, salvo em casos de ação de alta complexidade, cujo prazo é elevado para 20 dias.

Há a fixação de metas periódicas de produtividade, tais como:

- Melhor estruturação e organização física do ambiente de trabalho, com retorno dos processos às prateleiras no final do expediente, deixando as mesas de trabalho limpas;
- Produção mais eficiente, célere, padronizada e satisfatória com meta zero - no gabinete a cada final de mês, meta diária para juntada de petição e expedientes, e 05 dias para análise de petições/expedientes juntados;
- Aprimoramento pessoal e técnico dos servidores e magistrados, por meio de:
  - a. Distribuição de manual por setores (especialmente o fiscal);
  - b. Acompanhamento pelos magistrados das rotinas e esclarecimento constante dos motivos dos procedimentos adotados para que o servidor entenda o porquê do ato (especialmente em razão de a maioria dos servidores não ter formação jurídica);
  - c. Acompanhamento da jurisprudência de STF, STJ e TRs/TNU pelos magistrados e assessores, buscando, quando possível, atualizar rotinas e procedimentos;
  - d. Participação da diretora em todos os cursos disponibilizados em Recife para melhorar técnicas de gerenciamento; e
  - e. Participação dos magistrados em cursos de pós-graduação para atualização/aperfeiçoamento técnico.
- Atendimento ao público com excelência:
  - a. Organização de sala de espera;
  - b. Disponibilização de atendimento ao público imediato das 9 às 18h;
  - c. Atendimento de advogados pelos magistrados, independentemente de prévio agendamento, respeitado os horários das audiências.
- Aumento do grau de satisfação e motivação dos envolvidos no processo de produção.

### **6.8.3.2. Gabinete da juíza federal titular**

Os processos são separados por assunto e prioridade. Inicialmente, são colocados na prateleira de triagem, em seguida, realizada a triagem, são distribuídos de acordo com o ato processual (decisão/sentença) e a natureza (cível, fiscal, criminal). Salientando que não poderá ultrapassar o prazo de 05 dias da conclusão para retorno à secretaria (despacho/decisão/sentença), salvo ações de alta complexidade, em que esse prazo é elevado para 20 dias (sentenças).

Nos processos eletrônicos (PJe e CRETA), é priorizada a apreciação de liminares, tutelas antecipadas e procedimentos envolvendo saúde.

### **6.8.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 8ª vara federal**

Reunião semanal com cada setor para levantamento de sugestões e acompanhamento da respectiva produtividade. A magistrada assina as minutas de despacho, decisão e expedientes na própria secretaria, em mesa reservada, ocasião em que são tiradas dúvidas e apresentadas sugestões pelos servidores, diariamente.

### **6.8.5. Planejamento das atividades da 8ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

No planejamento, a vara se preocupa com o seguinte:

- Organização do processo de produção, para assegurar bons resultados por meio do estabelecimento de procedimentos padronizados;
- Produção em série (triagem e separação de autos);
- Documentos padronizados (mandados, editais etc), facilitando a realização das tarefas, via ferramentas de informática;
- Definição do quadro de atribuições e respectivos responsáveis;
- Fixação de metas de produção com controle diário (quantitativo, qualitativo e temporal), para as atividades de maior impacto no resultado final;
- Juntadas diárias de petições/expedientes e posterior análise, no prazo máximo de 05 dias;
- Controle processual com prazos decenais; e
- Intimação direta das partes para manifestações e demais atos que não tenham cunho decisório, evitando a confecção de despachos e dando maior celeridade ao processo.

Em relação à avaliação dos resultados, tem-se:

- Acompanhamento de estatísticas dos 03 sistemas (Tebas, Creta e PJe), buscando evitar a taxa de congestionamento mensal;
- Verificação das Metas do CNJ com vistas a impulsionar o feito com a maior agilidade possível;
- Prioridade na designação de processos de meta e com prioridade processual; e

- Controle das datas de conclusão para não exceder o prazo de 05 dias.

#### **6.8.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete**

Os atendimentos são realizados durante o expediente na 8ª vara federal (das 9h às 18h), sem necessidade de prévio agendamento. Em regra, os advogados são recebidos e atendidos pela juíza na presença de um servidor da assessoria ou do diretor de secretaria. O agendamento apenas ocorre quando solicitado pelos interessados acima referidos em caso de reunião para tratar de assuntos diversos.

Não existe espaço reservado para atendimento na secretaria, de modo que a magistrada atende no próprio balcão ou no seu gabinete.

A vara dispõe de uma caixa de sugestão/reclamação com algumas perguntas e espaço para reclamação e sugestão. A referida caixa é aberta mensalmente para conhecimento das sugestões/reclamações apontadas e o possível atendimento.

#### **6.8.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 8ª vara federal contava com 1.503 processos em tramitação (total ajustado).

A média de processos por servidor da vara (18) é de 83,5.

Em outubro/2017, havia 240 feitos conclusos para sentença (05 físicos, 34 - PJe e 201 - CRETA).

Em 17/11/2017, não existiam processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise sob a responsabilidade da magistrada titular da unidade.

Não se verificou, nos 24 meses anteriores à correição, extravio ou restauração de autos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, constatou-se a existência de 270 processos sobrestados/suspensos pelos motivos abaixo:

1. parcelamento – execução fiscal;
2. Art. 40 da Lei 6.830/80;
3. Aguardando julgamento de recurso no Tribunal;
4. Determinação judicial (aguardando julgamento em outro processo).

Salientou a unidade jurisdicional em referência que os sistemas não dispõem de relatório especificando a quantidade de processos correspondentes a cada motivo do parcelamento.

Não havia processos da 8ª vara/PE com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados.

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, foram realizadas as audiências abaixo indicadas:

DATA	CRETA	PJE	TEBAS
NOVEMBRO/15	34	2	3
DEZEMBRO/15	24	1	1
JANEIRO/16	1	0	0
FEVEREIRO/16	25	0	2
MARÇO/16	10	5	4
ABRIL/16	13	4	3
MAIO/16	40	2	2
JUNHO/16	15	4	1
JULHO/16	0	0	2
AGOSTO/16	58	2	2
SETEMBRO/16	18	2	0
OUTUBRO/16	7	6	5
NOVEMBRO/16	17	1	1
DEZEMBRO/16	14	2	0
JANEIRO/17	17	0	3
FEVEREIRO/17	22	1	2
MARÇO/17	30	2	0
ABRIL/17	9	0	1
MAIO/17	16	0	0
JUNHO/17	17	2	1
JULHO/17	28	1	0
AGOSTO/17	60	2	1
SETEMBRO/17	47	0	2
OUTUBRO/17	26	0	0

Foram realizadas 02 inspeções judiciais (de 07 a 11/03/2016 e de 19 a 23/06/2017).

A unidade jurisdicional informou não dispor da quantidade de atividades de conciliação realizadas nos últimos 24 meses, em face da ausência de ferramenta de controle para tanto disponível nos sistemas de acompanhamento processual.

Contudo, afirmou que foram canceladas 38 audiências e remarçadas 145. As razões para cancelamentos das audiências foram: desnecessidade de sua realização, marcação equivocada, necessidade de adequação de pauta e licença médica da magistrada.

As audiências adiadas ou canceladas já foram todas realizadas.

#### **6.8.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Distribuídos: 2.175 processos. Julgados: 1.871 feitos. Meta não alcançada.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A 8ª vara federal informou ter cumprido integralmente a meta 2.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade informou que os sistemas não fornecem esse dado para ser utilizado como parâmetro. Com relação ao sistema Creta, 90% dos processos encerrados por conciliação "são feitos por meio de petição com proposta de acordo" e, uma vez aceita a proposta, é prolatada sentença homologatória. Não há como precisar essa quantidade.

Com relação ao Tebas e PJe, de igual modo, a vara informa não dispor dessa ferramenta de controle. Saliente-se que apenas com a vigência do CPC/2015 a unidade passou a realizar audiências de conciliação. Antes disso, nas audiências de instrução, preliminarmente, a juíza tentava a conciliação entre as partes.

Destaque-se ainda que, no ano de 2015, houve um movimento denominado de "acordo zero" entre os procuradores do INSS, o que inviabilizou a realização de acordos, notadamente nas demandas previdenciárias, que compõem 70% do acervo no Creta.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

A vara informou que atingiu a meta.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Meta cumprida integralmente, conforme informado pela unidade jurisdicional. Distribuídos 157 processos e baixados 222 no ano de 2017.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Inexistem ações coletivas em tramitação na vara.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Meta integralmente cumprida. Distribuídos 33 processos e baixados 37.

**Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não obstante terem sido distribuídos 33 (trinta e três) processos criminais, apenas 13 (treze) feitos demandam julgamento. Os demais foram cartas precatórias e inquéritos com pedido de arquivamento. Assim, foram julgados 14 (quatorze) processos. Portanto, a meta foi cumprida

integralmente.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Inexistem processos criminais relacionados a esses crimes em tramitação na 8ª vara/PE.

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 8ª vara federal vem atendendo às referidas exigências.

#### **6.8.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 50 processos físicos, 35 feitos do Sistema PJe e 75 processos do Creta (quando da correição tinham 1.503 processos em tramitação ajustada - Tebas, PJe e Creta).

##### **6.8.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

###### **6.8.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE ETIQUETA DE PRESCRIÇÃO EM PROCESSO CRIMINAL:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0000016842017405830	8

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Improbidade Administrativa	0001192402013405830	Da sentença, desde 17.07.2017. 8
Civil Pública	0001094552013405830	De decisão, de 16.03.2017 a 19.10.2017. 8
Embargos à Execução	0000010192013405830	8
Embargos à Execução	0000641442015405830	Da sentença, desde 06.09.2017. 8

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0000790662007405830	8
Execução Fiscal	0800447861997405830	8
Civil Pública	0000020078308000220	7
Criminal	0000161142015405830	8
Desapropriação	0000023382001405830	

	8	
Execução Fiscal	0000139192016405830	
	8	
Criminal	0000538822015405830	
	8	
Execução Fiscal	0000392852008405830	
	8	
Civil Pública	0000829872012405830	
	8	
Execução Fiscal	0000658772005405830	Apenso ao processo piloto n° 0002603-36.2004.4.05.8308.
	8	
Execução Fiscal	0000767232007405830	Apenso ao processo piloto n° 0002603-36.2004.4.05.8308.
	8	
Execução Fiscal	0002603362004405830	
	8	
Execução Fiscal	0001902702007405830	
	8	
Execução Fiscal	0001411342005405830	
	8	
Execução Fiscal	0000294902014405830	
	8	
Execução Fiscal	0000800132007405830	
	8	
Execução Fiscal	0001726912007405830	
	8	
Execução Fiscal	0001507492005405830	
	8	
Execução Fiscal	0001401872005405830	
	8	
Execução Fiscal	0001631032003405830	
	8	
Embargos à Execução	0001816312009405830	
	8	
Execução Fiscal	0000829922009405830	
	8	
Execução Fiscal	0000324672010405830	
	8	
Execução Fiscal	0000228422016405830	
	8	
Execução Fiscal	0000793842008405830	
	8	
Execução Fiscal	0000681762012405830	
	8	
Execução Fiscal	0000157742015405830	
	8	
Execução Fiscal	0000394742016405830	
	8	
Execução Fiscal	0000356672013405830	
	8	
Execução Fiscal	0000492302014405830	
	8	
Execução Fiscal	0001035382011405830	
	8	
Execução Fiscal	0001005522001405830	
	8	
Carta Precatória	0000558252005405830	
	8	
Execução Fiscal	0000617662012405830	
	8	

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0000018542017405830 8	Equívoco na data da decisão de fls. 07/08.
Execução Fiscal	0000178502015405830 0	Cobrança de Carta Precatória.
Execução Fiscal	0001117552000405830 8	Ausência de movimentação processual no período de março a junho/17 (fls. 531/533).

#### **Outras Observações:**

Processo: 00000101920134058308 Classe: Embargos à Execução - demora na prolação de decisão (conclusos em 07/08/17, decisão em 14/11/17).

Processo: 00000200783080002207 Classe: Civil Pública - Acórdão em 22/05/12. Julgamento dos recursos especiais em 01/06/17. Trânsito em julgado em 28/09/17.

Processo: 00000233820014058308 Classe: Desapropriação - Acórdão de 22/09/09. EREsp julgados em 03/04/17. Trânsito em 01/06/17.

Processo: 00001611420154058308 Classe: Criminal - Em 09/12/15, julgamento do conflito de competência.

Processo: 00001785020154058300 Classe: Execução Fiscal - Cobrança de Carta Precatória.

Processo: 00004923020144058308 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Parcelamento/suspensão/rescisão.

Decisão rejeitou exceção de pré-ex.

Processo: 00005582520054058308 Classe: Carta Precatória - dívida elevada.

Parcelamento/suspensão.

Processo: 00006176620124058308 Classe: Execução Fiscal - emb. ex. 0000010-19.

Agravo interposto em 08/17.

Processo. : 00006587720054058308 Classe: Execução Fiscal - Apenso ao processo piloto nº 0002603-36.2004.4.05.8308.

Processo: 00006817620124058308 Classe: Execução Fiscal - Suspenso o curso da execução até a conclusão da Ação de Falência que tramita na 3ª Vara Cível de Petrolina. de nº 0003922-70.2004.8.17.1130.

Processo: 00007672320074058308 Classe: Execução Fiscal - Apenso ao processo piloto nº 0002603-36.2004.4.05.8308.

Processo: 00007938420084058308 Classe: Execução Fiscal - aguradando julgamento do Recurso no STJ.

Processo: 00008001320074058308 Classe: Execução Fiscal - dívida elevada.

Parcelamento/suspensão.

Emb. exec opostos/sobrestamento.

Processo: 00008316720064058308 Classe: Execução Fiscal - Apenso ao proc. n. 0001117-55.2000.4.05.8308.

Processo: 00010055220014058308 Classe: Execução Fiscal - dívida elevada.

Emb. a exec. julgados. Suspensão art. 40.

Processo: 00010353820114058308 Classe: Execução Fiscal - dívida elevada.

Demora na conclusão (juntada em 16/01/12, conclusão em 28/03/12).

Sobrestamento.

Processo: 00014113420054058308 Classe: Execução Fiscal - Aguarda Resp.

Processo: 00017269120074058308 Classe: Execução Fiscal - dívida elevada.

Emb. à exec.

Processo: 00019027020074058308 Classe: Execução Fiscal - anexado ao 00005582520054058308.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na cobrança devolução de carta precatória						
0800494-93.2016.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSE SAN VICENTE GONZALEZ GARCIA e outro - 700.365.544-64	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0801143-24.2017.4.05.8308	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MAURILIO LIMA SILVA - 776.067.875-49	SIM
- Processo em Ordem.						
0800001-29.2010.4.05.8308	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0800041-98.2016.4.05.8308	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Juntada de Petição	GILSON MOREIRA SANTOS - 665.477.094-34	MUNICIPIO DE PETROLINA e outros - 10.358.190/0001-77	SIM
0800190-94.2016.4.05.8308	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0800205-29.2017.4.05.8308	PROCEDIMENTO COMUM	Licenciamento / Exclusão e outros	Expedição de expediente	ADSON MARLONE NUNES RODRIGUES - 061.073.355-95	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800216-58.2017.4.05.8308	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	GERALDO DE SOUZA COELHO - 003.716.024-91	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - 29.507.878/0001-08	SIM
0800238-53.2016.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA DO SOCORRO DE CARVALHO MANGABEIRA CORREIA e outros - 351.424.644-00	SIM
0800284-42.2016.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA e outros - 10.358.182/0001-20	LEANDRO RODRIGUES DUARTE e outros - 418.627.164-04	SIM
0800300-93.2016.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE e outros -	SIM

0800330-65.2015.4.05.8308	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Restabelecimento	Juntada de Certidão de Intimação	LUIZ EUFLAUZINO DOS SANTOS - 403.269.344-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800452-78.2015.4.05.8308	MANDADO DE SEGURANÇA	Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIAS MIGUEL HOFFMANN - 201.826.787-68	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO - 05.440.725/0001-14	SIM
0800499-18.2016.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JOSE SILVA LIMA - 486.698.147-49	SIM
0800502-70.2016.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	DORMENTES SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO - 35.667.385/0001-20	SIM
0800546-60.2014.4.05.8308	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VILAUBA OLIVEIRA COELHO e outro - 825.848.934-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800551-14.2016.4.05.8308	MANDADO DE SEGURANÇA	Classificação e/ou Preterição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SERGIO RICARDO DE LIMA ANDRADE - 671.378.573-53	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO e outro - 05.440.725/0001-14	SIM
0800590-45.2015.4.05.8308	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MARIA IVONETE DA SILVA - 681.851.624-68	SIM
0800704-13.2017.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BMSS-SOLUCOES EM SEGURANCA LTDA EPP - 09.386.664/0001-05	SIM
0800751-84.2017.4.05.8308 - (Segredo)	PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA	Moeda Falsa / Assimilados	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ISLAN CLEITON DA SILVA FERREIRA e outro - 092.197.414-07	SIM
0800838-40.2017.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	AGENOR PIRES BARBOSA - 661.160.072-87	SIM
0800844-47.2017.4.05.8308	MANDADO DE SEGURANÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA ADENIZA VITURINO - 051.936.784-75	REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO e outro -	SIM
0800909-42.2017.4.05.8308	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE RANILSON FERREIRA DA CRUZ - 719.776.004-68	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800919-86.2017.4.05.8308	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Compromisso	Conclusos para decisão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JEOVANE MARQUES MARTINS - 031.056.345-33	SIM
0800927-63.2017.4.05.8308	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Peculato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AGENOR PIRES BARBOSA - 661.160.072-87	SIM
0800947-54.2017.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	JOSE MENDES CORREIA DE ARAUJO JUNIOR e outros - 521.199.394-20	SIM
0801030-70.2017.4.05.8308	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE ARAUJO DE CARVALHO - 899.309.674-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801085-21.2017.4.05.8308	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SILVANDRO ALVES DE SANTANA - 021.259.694-24	SIM

0801086-06.2017.4.05.8308	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA (CODEVASF) e outros - 00.399.857/0001-26	FABIO ROBERTO DE MOURA CAVALCANTE e outros - 887.657.844-72	SIM
0801187-43.2017.4.05.8308	AÇÃO POPULAR	Abuso de Poder	Juntada de Certidão de Intimação	RONALDO JOSE DA SILVA - 632.464.734-04	JULIANELI TOLENTINO DE LIMA e outro - 965.575.594-00	SIM
0801293-05.2017.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Retificação de Autuação	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE e outros - 10.767.239/0001-45	CONSTRUTORA E INCORPORADORA RIBEIRO LTDA - EPP e outros - 07.213.236/0001-55	SIM
0801311-26.2017.4.05.8308 - (Segredo)	PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	Contrabando ou descaminho e outros	Apreciada questão interlocutória	DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL - null	A APURAR - null	SIM
0801315-63.2017.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	LEANDRO RODRIGUES DUARTE - 418.627.164-04	SIM
0801367-59.2017.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA e outros - 00.375.972/0001-60	AGENOR PIRES BARBOSA - 661.160.072-87	SIM
0806479-33.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANDRE MUNIZ DIAS e outro - 017.752.965-20	SIM
0810632-12.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Difamação	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AUGUSTO EVERTON REIS MOURA - 039.603.114-51	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0503181-19.2016.4.05.8308</a>	Juntada de petição de 24/10/17 e sem conclusão até o momento.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0500001-33.2004.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500002-18.2004.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500003-03.2004.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500004-85.2004.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500005-70.2004.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500006-55.2004.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500007-40.2004.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500008-25.2004.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500009-10.2004.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500010-92.2004.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500254-</a>	

<a href="#">90.2010.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500408- 11.2010.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500124- 66.2011.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500132- 09.2012.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500227- 39.2012.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501891- 71.2013.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501906- 40.2013.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502346- 36.2013.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500523- 90.2014.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500832- 14.2014.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501019- 22.2014.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502129- 56.2014.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500005- 66.2015.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500773- 89.2015.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502390- 84.2015.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502369- 74.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502576- 73.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502664- 14.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502715- 25.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502720- 47.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0503069- 50.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0503308- 54.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0503343- 14.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0503417- 68.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0503878- 40.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0504347- 86.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0504408- 44.2016.4.05.8308</a>	

<a href="#">0504516-73.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0504547-93.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500311-64.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500744-68.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500871-06.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500895-34.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500912-70.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500952-52.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500976-80.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500992-34.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501043-45.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501054-74.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501055-59.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501059-96.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501161-21.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501191-56.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501252-14.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501293-78.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501295-48.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501300-70.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501308-47.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501387-26.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501396-85.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501422-83.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501455-73.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501463-50.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501620-</a>	

<a href="#">23.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501757-05.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502230-88.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502580-76.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502694-15.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502867-39.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502876-98.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0503018-05.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0503095-14.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0503330-78.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0503432-03.2017.4.05.8308</a>	
<b>Total de Ocorrências: 74</b>	

#### 6.8.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou, em relação à correição anterior, que não foram feitas recomendações. Com referência às observações pontuais, em alguns processos selecionados, todas foram devidamente corrigidas/atendidas.

A 8ª vara federal tem como meta específica proferir os despachos num prazo máximo de 72h e as decisões e sentenças em até 05 dias, exceto em processos de alta complexidade, em que o prazo é elevado para 20 dias.

#### 6.8.11. Considerações finais

A 8ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in*

*loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 8ª vara federal funciona de modo eficiente.

## **6.9. 9ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

### **6.9.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 9ª vara federal foi criada a partir do art. 123, § 2º, da Constituição Federal de 1967 (CF/1967), com redação dada pela Emenda Constitucional (EC) nº 7/1977, c/c a Resolução nº 11/1989 – TRF5, alterada pela Resolução nº 14/1989 – TRF5.

A unidade detém competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, exceto as submetidas, em caráter privativo, às 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 22ª varas federais da SJPE. Funciona no prédio-sede da SJPE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.9.2. Corpo funcional -juiz federal e servidores**

A 9ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 13 servidores efetivos, sendo 06 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 04 técnicos judiciários - área administrativa e 01 técnico judiciário – área de segurança e transporte.

Não há cargos efetivos vagos (computados os 02 servidores cedidos por outros órgãos do Poder Judiciário da União).

#### **6.9.2.1. Juiz federal**

O juiz federal titular da vara, Ubiratan de Couto Maurício, exerce a magistratura desde 09/10/1991, atuando na 9ª vara federal desde 20/02/1995.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de férias, nos seguintes períodos: 19/11 a 01/12/2015 (13 dias), 01 a 13/07/2016 (13 dias), 09 a 15/01/2017 (7 dias), 02 a 14/05/2017 (13 dias) e 03 a 12/07/2017 (10 dias).

O magistrado reside em Recife/PE, cidade onde se situa a sede da SJPE.

#### **6.9.2.2. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 9ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
1) Zeno da Silva Barros Júnior – Mat. 1069	Técnico Judiciário	Diretor de Secretaria (CJ – 03)	Superior	Jurídica
2) Erika Guedes de	Analista	Oficial de Gabinete	Superior	Jurídica

França – Mat. 2852	Judiciário	do Juiz Titular (FC-05)		
3) Eraldo Prado Pedrosa Filho – Mat. 2922	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente 01 do Gabinete do Juiz Titular (FC -04)	Superior	Jurídica
4) Antônio Cavalcanti Lins Júnior – Mat. 2601	Analista Judiciário	Supervisor- Assistente 02 do Gabinete do Juiz Titular (FC-04)	Superior	Jurídica
5) Alexander de Medeiros Ferreira – Mat. 2778	Analista Judiciário	Supervisor- Assistente 01 do Gabinete do Juiz Substituto (FC-04)	Superior	Jurídica
6) Eveline Maria Rietra Loyo da Fonseca – Mat. 1323	Analista Judiciário	Supervisor- Assistente 02 do Gabinete do Juiz Substituto (FC-04)	Superior	Jurídica
7) Fábio Koury Soares – Mat. 2442	Analista Judiciário	Supervisor da Seção de Procedimentos Cíveis (FC – 05)	Superior	Jurídica
8) Lincoln Correia de Oliveira – Mat. 2005	Técnico Judiciário	Supervisor- Assistente do Setor de Ações de Rito Especial e Mandado de Segurança (FC – 04)	Médio	
9) Edjane Cordeiro Coelho – Mat. 1848	Técnico Judiciário	Supervisor- Assistente do Setor de Publicações (FC - 04)	Superior	Saúde e Educação
10) José Tiago Araújo Barbosa Farias de Albuquerque – Mat. 3422	Analista Judiciário	Supervisor- Assistente do Setor de Ações Sumaríssimas e Feitos Não- Contenciosos (FC -04)	Superior  e Superior incompleto	Administração de empresas  Jurídica
11) Ednaldo Pereira dos Santos – Mat. 1274	Técnico Judiciário	Sem função comissionada: percebe a GAS – Gratificação de Atividade de	Médio	

		Segurança		
12) Luciana Flório Teixeira – Mat. 2300	Executante de Mandados	Sem função comissionada, percebe a GAE – Gratificação de Atividade Externa	Superior	Jurídica
13) Humberto da Costa Pinto Neves – Mat. 3127	Executante de Mandados	Sem função comissionada, percebe a GAE – Gratificação de Atividade Externa	Superior	Jurídica

Como se pode deprender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 9ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que a maioria dos técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Há 05 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), indicados na tabela abaixo:

Requisitado	Cargo efetivo de origem	Função comissionada	Grau de Instrução*	Área de formação	Órgão de Origem
1) José Fernando Barbosa Vieira – Mat. 3098	Assistente Autárquico	Supervisor-Assistente do Setor de Rito Ordinário (FC – 04)	Superior	Jurídica	IRH/PE- Instituto de Recursos Humanos de PE
2) Rosângela Maria Fernandes Silva – Mat. 1188	Analista Judiciário	Supervisor da Seção de Apoio Administrativo (FC– 05)	Superior	Jurídica	TRF5
3) Edson Gonçalves da Silva – Mat. 3228	Auxiliar de Serviços Gerais	Assistente Técnico III do Diretor de Secretaria (FC – 03)	Médio		Município da Serra Talhada/PE
4) Stenio Barreiros Correia Neto - Mat. 3479	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete do Juiz Substituto (FC-05)	Superior	Jurídica	TRE-PE
5) José Rogério Rodrigues – 3006	Executante de Mandados	Sem função comissionada, percebe a GAE – Gratificação de Atividade Externa	Superior	Jurídica	Removido por permuta da Seção Judiciária de São Paulo

Existem duas funções comissionadas vagas: auxiliar especializado do diretor de secretaria (FC02) e secretário do diretor de secretaria (FC03).

Não há na 9ª vara/PE, servidores em auxílio (cedidos por outros setores) nem afastados por motivo que não férias. Também inexistem em atuação na unidade jurisdicional em referência servidores sem vínculo com o serviço público.

Não há servidores da unidade cedidos aos outros órgãos.

### 6.9.2.3. Estagiários

Há 03 vagas previstas para unidade, estando todas ocupadas. 02 estagiários atuam na secretaria e 01 no gabinete, desempenhando atividades inerentes ao processamento dos feitos, preparando minutas de despachos/decisões/sentenças e auxiliando no atendimento ao público.

### 6.9.3. Organização da 9ª vara federal

Dentre os servidores da 9ª vara federal de Pernambuco, 07 exercem suas atribuições na secretaria e 06 no gabinete.

#### 6.9.3.1. Secretaria

A secretaria da vara se organiza conforme o quadro abaixo:

SETORES DA SECRETARIA	ATIVIDADES	DIRETOR/SERVIDORES DA SECRETARIA
GDS – Diretor de Secretaria – CJ - 03	Inerentes à direção e assessoramento	Zeno da Silva Barros Júnior
GDS – Gabinete do Diretor de Secretaria	Administrativas e processamento dos feitos: juntada de documentos, carga dos autos e distribuição de mandados	1 - Edson Gonçalves da Silva
Setor de Ações de Rito Ordinário	Processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	2 - Fábio Koury Soares
Setor de Ações de Rito Ordinário	Supervisão e processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	3 - Rosângela Maria Fernandes Silva
Setor de Ações de Rito Ordinário	Processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	4 - Edjane Cordeiro Coelho
Setor de Ações de Rito Ordinário	Processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	5 - José Fernando Barbosa Vieira
Setor de Ações de Rito Especial	Processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	6 - Lincoln Correia de Oliveira
Setor de Ações de Rito Especial	Processamento geral dos feitos, divididos por dígitos, da inicial até o arquivamento	7 - José Tiago Araújo Barbosa Farias de Albuquerque

Em relação ao sistema de organização dos processos na secretaria, a vara adotou a divisão por dígitos.

#### 6.9.3.2. Gabinetes dos magistrados

Os gabinetes estão organizados conforme a tabela seguinte:

GABINETES	SERVIDORES
GJT - Oficial de Gabinete do Juiz Titular	1 - Érika Guedes de França
GJT - Supervisor-Assistente 01 do Gabinete do Juiz Titular	2 - Eraldo Prado Pedrosa Filho
GJT - Supervisor-Assistente 02 do Gabinete do Juiz Titular	3 - Antônio Cavalcanti Lins Júnior
GJS – Oficial de Gabinete do Juiz Substituto	4 - Stenio Barreiros Correia Neto
GJS – Supervisor-Assistente 01 do Gabinete do Juiz Substituto	5 - Alexander de Medeiros Ferreira
GJS – Supervisor-Assistente 02 do Gabinete do Juiz Substituto	6- Eveline Maria Rietra Loyo da Fonseca

O controle e a ordenação dos processos conclusos para julgamento são feitos a partir de relatórios de processos conclusos para sentença, gerados pelos sistemas Tebas e PJe, obedecendo à ordem cronológica de chegada e observando-se as prioridades, identificadas, nos processos físicos,

por etiquetas e, nos processos eletrônicos, por legendas/símbolos disponíveis no PJe.

#### **6.9.4. Participação da juiz federal em reuniões com a equipe da 9ª vara federal**

O magistrado realiza reuniões com a equipe da vara ocasionalmente para mudança e adaptação de rotinas.

#### **6.9.5. Planejamento das atividades da 9ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O magistrado realiza o planejamento das atividades da vara ocasionalmente para mudança e adaptação de rotinas.

Não são fixadas metas periódicas de produtividade.

A avaliação dos resultados é feita após a autoinspeção anual.

#### **6.9.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 9ª vara federal e no gabinete do magistrado**

O atendimento dos interessados é realizado sem restrições, tanto na secretaria da unidade como no gabinete do magistrado. A unidade não faz consulta de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.9.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 31/10/2017, a vara contava com 3.222 processos em tramitação (sendo 787 físicos e 2.435 eletrônicos). Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade na vara (18), a média de feitos por servidor é de 179.

Em outubro/2017, havia 915 processos (36 físicos e 879 eletrônicos) conclusos para sentença sob a responsabilidade do juiz federal titular. Havia ainda 05 processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise sob a responsabilidade do juiz federal titular.

Verificou-se a existência de 450 processos sobrestados/suspensos pelos motivos abaixo indicados:

Físicos	Eletrônicos	Motivo
71	04	Aguardar diligências das partes
00	00	Aguardar parcelamento do débito
66	26	Aguardar decisão do agravo TRF
89	88	Aguardar julgamento dos embargos
00	06	Aguardar deslinde da execução de sentença
04	00	Aguardar pagamento de RPV
07	00	Aguardar pagamento de PRECATÓRIO
25	04	Aguardar decisão de Instância Superior
00	02	Aguardar julgamento de ação rescisória
00	41	Aguardar suspensão – FGTS-TR
00	01	Art. 313, V, “a”, novo CPC

05	03	Art. 921, III, novo CPC
01	07	Arquivamento provisório

O número de processos da vara com pendência, em 31/10/2017, junto a outros setores da Administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados está indicado na tabela seguinte:

Localização	Finalidade	Número de processos
AGU/PRU	Cumprimento despacho/decisão	01
AGU/PRF	Cumprimento Despacho/decisão	02
FN	Cumprimento despacho/decisão	01
CEF	Cumprimento despacho/decisão	03
Advogados	Cumprimento despacho/decisão	39

Nos 24 meses anteriores à correição, foram extraviados 02 processos e restaurados 02. Nesse período, foram realizadas 02 audiências pelo juiz titular e 01 pelo substituto regimental da 9ª vara, em razão de suspeição declarada pelo magistrado titular.

As inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, foram 02.

#### **6.9.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A meta 1 não foi cumprida. Distribuídos: 474. Julgados: 263.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade informa que falta apenas cumprir a meta em relação a 21% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e a 14% dos feitos distribuídos em 2013.

##### **Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade informou que a referida meta deverá ser cumprida pelo CEJUSC/SJPE.

##### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

A unidade informou que a meta encontra-se parcialmente cumprida (48%).

##### **Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Baixados: 231. Casos novos: 251. A vara informou que possivelmente a meta seria cumprida.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Meta cumprida (alcançado o percentual de 100%).

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional informou que vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### **6.9.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 80 processos físicos (quando da correição tinham 787 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 120 processos (quando da correição tinham 2.435 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### **6.9.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.9.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Reintegração de Posse	0014633492012405830 0	Petição de fl. 146.

  

<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Sentença	0010697801993405830 0	Expedida em 11/09/14 e devolvida em 28/09/15.

**DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Reintegração de Posse	0014633492012405830 0	Fev/2014 a dez/2014.

**DEMORA NA CONCLUSÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0011341222013405830 0	Jul/2017 a out/2017.
Execução de Sentença	0009958532006405830 0	

**DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Reintegração de Posse	0014633492012405830 0	Mai/2015 a out/2015.
Embargos à Execução	0009474962010405830 0	Certidão de tempestividade do recurso juntado em 17/05/2016 datada de 30/11/2016.

**DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Mandado de Segurança	9605216175	Set/2016 a jan/2017.

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	0006320312014405830 0	Demora excessiva na prolação da sentença (desde 10/04/17).
Embargos à Execução	0010848212008405830 0	Da decisão de fls. 469/470 (maio/14 a set/15).
Monitória	0007648642012405830 0	Demora excessiva na prolação de sentença (desde jan/17).
Usucapião	0000097622014405830 0	Demora excessiva na prolação da sentença (desde jan/17).
Embargos à Execução	0008801642014405830 0	Abril/2016 a nov/2016.
Reintegração de Posse	0014633492012405830 0	Processo concluso desde julho/2017.
Mandado de Segurança	0004138092013405830 0	Processo concluso desde março/2017.
Ordinária	0006346632013405830 0	Mai/2014 a janeiro/2015.
Ordinária	0003703692012405830 0	Desde mar/17.
Ordinária	0004707392015405830 0	Na prolação de sentença, desde 03/04/17.
Ordinária	0006028172012405830 0	Demora na prolação da sentença. desde abr/17.
Embargos à Execução	0009474962010405830 0	Concluso em 13/10/2014, sentenciado em 09/12/2015.
Embargos à Execução	0008082822014405830 0	
Embargos à Execução	0001152482014405830 0	
Embargos à Execução	0000447502014405830 0	
Embargos à Execução	0010848212008405830 0	Da decisão de fl. 489 (dez/16 a jun/17).
Usucapião	0000020098300012309 5	
Civil Pública	0012237652013405830 0	De 23.08.2016 a 22.11.2016.

Civil Pública	0005515152013405830 0	Da sentença, desde 03.05.2017.
Improbidade Administrativa	0013319342013405830 0	Desde 11.04.2017.
Improbidade Administrativa	0010197812011405830 0	Desde 30.05.2017.
Embargos à Execução	0005569442014405830 0	De 30.09.2016 a 13.02.2017.
Embargos à Execução	0001689442014405830 0	Desde 04.04.2017.
Embargos à Execução	0000758412014405830 0	De 08.08.2017 a 27.10.2017.
Ordinária	0009287202012405830 0	
Ordinária	0016414432011405830 0	
Embargos à Execução	0004549182014405830 0	
Execução de Sentença	0003201631994405830 0	Concluso em 20/05/14 e decisão proferida em 05/02/15.
Embargo de Terceiro	0012070482013405830 0	Conclusão em 15/10/14 e decisão prolatada em 04/12/15.
Embargos à Execução	0009342972014405830 0	

#### DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	0006346632013405830 0	Junho/2015 a out/2015.
Reintegração de Posse	0014633492012405830 0	Abril/2016 a nov/2016.
Embargos à Execução	0010848212008405830 0	Do despacho de fl. 479 (maio a out/16).

#### DEMORA NA PUBLICAÇÃO:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	0018531462007405830 0	De despacho, de 23.09.2016 a 24.01.2017.

#### DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0013243442012405830 0	

#### FEITO EM ORDEM:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0003626851997405830 0	
Embargos à Execução	0013280812006405830 0	
Embargos à Execução	0000020028300001938 8	
Embargos à Execução	0009085681997405830 0	
Ordinária	0000020038300016800 3	
Embargos à Execução	0019820722011405830 0	
Improbidade Administrativa	0002464932013405830 0	Discussão acerca do Juízo competente para dirimir a lide.

Improbidade Administrativa	0002311602013405830 0	Aguardando habilitação de herdeiros.
Usucapião	0016132052011405830 0	Proferida sentença em sede de embargos de declaração.
Usucapião	0000020048300020774 8	Aguardando habilitação de herdeiros.
Improbidade Administrativa	0016942432012405830 0	
Ordinária	0002223272010405830 0	
Execução de Título Extrajudicial	0004872912012405830 0	
Embargos à Execução	0001751842014405830 0	
Especial Cível	0000355722014405830 0	
Monitória	0003864212008405830 0	
Improbidade Administrativa	0006999022012405830 0	
Improbidade Administrativa	0002719852012405830 0	
Execução de Sentença	0000456122014405830 0	
Execução de Sentença	0014359952006405830 0	
Execução de Sentença	0005589352014405830 0	
Improbidade Administrativa	0027206272003405830 0	
Execução de Sentença	0000248871998405830 0	
Execução de Sentença	0018078661998405830 0	
Mandado de Segurança	0011276861900405830 0	

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Ordinária	0006346632013405830 0	Demora prolação ato ordinatório - set/2016 a dez/2016.
Monitória	0003888492008405830 0	Demora no cumprimento do despacho - prolatado em 12/09/17 e não cumprido até o momento.
Embargo de Terceiro	0012070482013405830 0	Demora no cumprimento de despacho - expedido em 29/04/16 e cumprido em 07/06/16.
Embargos à Execução	0001152482014405830 0	Demora na remessa dos autos p/contadoria.
Reintegração de Posse	0014633492012405830 0	Demora no cumprimento - fev/2017 a maio/2017.
Embargos à Execução	0008801642014405830 0	Ausência de despacho/decisão após conclusão datada de jun/2015.
Civil Pública	0013243442012405830 0	Processo sem movimentação (de 27.10.2016 a 24.04.2017).
Embargos à Execução	0005569442014405830 0	Processo sem movimentação desde 03.08.2017.
Execução de Sentença	0006635932013405830 0	Processo suspenso, aguardando a publicação da decisão proferida nos embargos em apenso.
Especial Cível	0005077522014405830	Demora no cumprimento de despacho -

	0	proferido em 10/02/15 e cumprido em 08/05/15.
Execução de Sentença	0003201631994405830	Despacho proferido em 05/02/15 e cumprido em 21/09/15.
	0	
Execução de Sentença	0011785511996405830	Demora no cumprimento de despacho - prolatado em 20/04/15 e cumprido em 15/03/17.
	0	
Execução de Sentença	0010697801993405830	Demora no cumprimento de despacho - prolatado em 16/04/15 e cumprido em 23/11/16.
	0	
Execução de Sentença	0010697801993405830	Recomenda-se que a Secretaria diligencie sobre o pagamento dos requisitórios expedidos.
	0	

<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	0010848212008405830	No período de ago/12 a maio/13 (fls. 403/405).
	0	
Execução de Sentença	0003201631994405830	Desde 13/09/17.
	0	
Ordinária	0006028172012405830	De out/14 a set/16.
	0	

<b>Outras Observações:</b>	
<p>Processo: 9605216175 Classe: Mandado de Segurança - trânsito em julgado em 22/08/1999.</p> <p>- processo arquivado em 2000;</p> <p>- reativação do processo em junho/2017.</p>	
<p>Processo: 00000200383000168003 Classe: Ordinária - trânsito em julgado em 27/02/2007.</p> <p>- processo sobrestado de 2009 até ago/2017.</p>	
<p>Processo: 00000200483000207748 Classe: Usucapião - O feito inicialmente tramitou na Justiça Estadual, sendo redistribuído em setembro/2004. A citação foi realizada mediante edital (outubro/2005). Demora entre a conclusão para sentença e a prolação do "decisum". Trânsito em julgado, intimadas as partes para requererem o que entendem cabível. Prazo para habilitação.</p>	
<p>Processo: 00000200883000034392 Classe: Execução de Título Extrajudicial - Processo suspenso.</p>	
<p>Processo: 00000200983000123095 Classe: Usucapião - Demora na prolação da sentença.</p>	
<p>Processo: 00003557220144058300 Classe: Especial Cível - habilitação de sucessor.</p>	
<p>Processo: 00004475020144058300 Classe: Embargos à Execução - demora na prolação de decisão/sentença (conclusos em 25/09/2015 - despacho em inspeção registrando a conclusão, datado de 25/04/16 - despacho em 29/11/16).</p>	
<p>Processo: 00004561220144058300 Classe: Execução de Sentença - anexado ao proc. 00011524820144058300 (emb. à exec.).</p>	
<p>Processo: 00011524820144058300 Classe: Embargos à Execução - demora superior a trinta dias para remessa à contadoria (certidão de decurso de prazo datada de 26/05/15, vista/remessa p/contadoria em 13/11/15).</p>	
<p>Demora na prolação de sentença (conclusos desde 12/07/17).</p>	
<p>Processo: 00023116020134058300 Classe: Improbidade Administrativa - Em face do falecimento de um dos réus, requer o MPF a inclusão no polo passivo da demanda dos herdeiros referidos nos autos.</p>	

Processo: 00024649320134058300 Classe: Improbidade Administrativa - Discussão acerca da competência para julgar a lide e, em maio/2015, em face do remanejamento do município de Chã Grande para o território da Subseção Judiciária de Caruaru, declarou-se a incompetência superveniente absoluta do Juízo da 9ª Vara/PE. Após, remessa dos autos ao Juízo Estadual para observar a tese de incompetência absoluta.

Processo: 00041380920134058300 Classe: Mandado de Segurança - processo apenso 000669-39.2013.4.05.0000.

Processo: 00045491820144058300 Classe: Embargos à Execução - proc. apensado aos autos da Execução de Título Extrajudicial nº 0004872-91.2012.4.05.8300.

Processo: 00048729120124058300 Classe: Execução de Título Extrajudicial - Processo suspenso, aguardando o julgamento dos embargos de nº 0004549-18.2014.4.05.8300.

Processo: 00050775220144058300 Classe: Especial Cível - habilitação de sucessor.

Processo: 00055893520144058300 Classe: Execução de Sentença - anexado ao processo 000808220144058300.

Processo: 00066359320134058300 Classe: Execução de Sentença - Aguardando julgamento dos Embargos de Execução de nº 0001751-84-2014.4.05.8300.

Processo: 00080828220144058300 Classe: Embargos à Execução - demora na prolação da sentença (conclusos desde 29/05/17 - último mov.).

Processo: 00082385120064058300 Classe: Execução de Sentença - Apenso ao processo n. 0010848-21.4.05.8300.

Processo: 00090856819974058300 Classe: Embargos à Execução - trânsito em julgado em 17/04/2000.

Processo: 00093429720144058300 Classe: Embargos à Execução - demora na prolação da sentença (conclusos em 09/05/2017 (último mov.))

Processo : 00099585320064058300 Classe: Execução de Sentença - anexo ao processo 00093429720144058300 - aguardando julgamento dos Emb. Ex.

Demora na conclusão (aguardando conclusão para apreciação de petição datada de 06/03/2017).

Processo: 00112768619004058300 Classe: Mandado de Segurança - Recomenda-se alterar o tipo de processo para "cumprimento de sentença".

Processo: 00113412220134058300 Classe: Execução de Sentença - ação ordinária 0011915-07.1900.4.05.8300.

Processo : 00132808120064058300 Classe: Embargos à Execução - - trânsito em julgado sentença: 09/05/2017

Processo: 00143599520064058300 Classe: Execução de Sentença - anexo aos Emb. à Ex. 0004475020144058300.

Processo: 00160368720114058300 Classe: Execução de Sentença - Apenso ao proc. n. 0006320-31.2014.4.05.8300.

Processo: 00161320520114058300 Classe: Usucapião - Processo inicialmente distribuído ao Juízo de Direito (19ª Vara/PE). Dificuldade em realizar a citação dos réus, o que ensejou a demora no trâmite processual. Prolatada sentença em face de aclaratórios.

Processo: 00163364920114058300 Classe: Execução de Sentença - Apenso ao proc. n. 0019820-72.2011.4.05.8300.

Processo: 00164144320114058300 Classe: Ordinária - Demora excessiva para prolação da sentença.

Processo: 00180786619984058300 Classe: Execução de Sentença - Recomenda-se alterar a capa do processo.

Processo: 00198207220114058300 Classe: Embargos à Execução - Processo sobrestado no período de dez/12 a nov/17, aguardando decisão em Recurso Extraordinário.

Apenso ao proc. n. 0016336-49.2011.4.05.8300.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0800047-37.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acumulação de Proventos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SILVIO DINIZ ARAUJO - 069.226.944-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800546-21.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	ISS/ Imposto sobre Serviços	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FATOS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME - 05.230.398/0001-76	SIM
0800732-44.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	M&M.SERVICOS EM DIVISORIAS E FORROS LTDA - ME - 10.537.794/0001-80	SIM
0800771-75.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HUMBERTO DORIA SILVA - 084.231.644-20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0800918-04.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Certidão	A. A. COUTO TRANSPORTES MARITIMOS LTDA - EPP - 04.372.832/0001-90	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0801075-74.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Edital	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA e outro - 00.352.294/0001-10	BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA - 12.216.990/0001-89	SIM
0801582-64.2014.4.05.8300	HABILITAÇÃO		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FELIPE DE MOURA PINHEIRO e outro -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802557-52.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GUTENBERG MELO DE SEIXAS BORGES - 744.814.367-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802561-60.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adicional de Horas Extras	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCIA CRISTINA PASCOAL DE LIMA - 104.042.604-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803131-75.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALARICO NUNES SERRA NETO - 342.679.214-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803971-22.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificação de Incentivo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CICERA JUREMA VERISSIMO e outros - 037.248.554-51	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804561-96.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Compra e Venda e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GLEDSON BARBOSA DE CARVALHO e outros - 041.250.114-78	DUARTE - EDIFICIO JARDIM BELA VISTA LTDA e outro - 10.622.517/0001-76	SIM
0805206-24.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	LUCIANA GUIOMAR DOS SANTOS SILVA - 890.862.284-53	SIM

0805383-85.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	NAIRA LUNA CANDIDO IKEDA e outros - 666.751.894-68	SIM
0806836-18.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE e outros - 09.791.484/0001-09	SIM
0807233-77.2014.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	REFRESCOS GUARARAPES LTDA - 08.715.757/0001-73	DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE e outro -	SIM
0807393-34.2016.4.05.8300	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	Retido na fonte	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMIDIO JOSE DA COSTA - 350.368.187-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0808297-54.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WELLINGTON SANTOS DE FRAGA e outro - 064.402.204-38	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0809647-77.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Unidade de terapia intensiva (UTI) ou unidade de cuidados intensivos (UCI)	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800098-82.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Declaração de Trânsito Aduaneiro	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OTHIL FRUTAS E FRIOS NORDESTE - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 07.506.109/0001-44	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800219-13.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GALENO JAPIASSU CORREA GUARANA FILHO e outro - 075.109.264-91	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800322-15.2015.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Registro / Porte de arma de fogo	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCONE SILVA DE ALMEIDA - 865.249.764-87	SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA FEDERAL DE PERNAMBUCO e outro -	SIM
0800401-96.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IVANISE AZUIRSON DA SILVA e outros - 368.062.504-91	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800440-25.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Execução Contratual e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB - 26.461.699/0001-80	FARINA VENTRILHO & ADVOGADOS ASSOCIADOS - EPP - 05.634.267/0001-54	SIM
0800653-94.2015.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Matrícula	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO DE PADUA CARNEIRO CAMAROTTI NETO - 071.994.364-75	MAGNÍFICO REITOR PROF. DR. PE. PEDRO RUBENS FERREIRA OLIVEIRA, S. J., REITOR DA UNICAP e outros -	SIM
0800686-89.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PEDRO AUGUSTO DA SILVA REIS - 079.258.004-45	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800841-92.2012.4.05.8300	CAUTELAR INOMINADA	Liminar	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDUARDO JOSE DE MORAIS BRAGA e outros - 069.746.004-53	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS CPRM e outro - 00.091.652/0006-93	SIM
0800963-37.2014.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Adjudicação e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SERVIS SEGURANCA LTDA - 07.945.678/0001-96	PREGOEIRO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO e outros -	SIM

0801153-63.2015.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Ordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ISABEL MARIA CORREA DE ARAUJO GULDE - 134.622.374-20	ARISTOFANES DE ANDRADE SILVA e outros - 000.393.814-04	SIM
0801344-79.2013.4.05.8300	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	CLAUDIO JANUARIO DA SILVA - 808.141.584-04	SIM
0801355-74.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MURILO FERNANDES PEREIRA DA SILVA - 006.264.494-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801625-35.2013.4.05.8300	AÇÃO CIVIL COLETIVA	Base de Cálculo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSERFESA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES FEDERAIS DE SAÚDE EM PERNAMBUCO - 41.090.564/0001-40	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	SIM
0801685-42.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LISIANE BALIO e outros - 794.889.864-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0801712-25.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Cancelamento de Naturalização	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Edvard França de Araújo e outro -	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0801982-78.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Classificação e/ou Preterição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELAINE LIMA DA SILVA e outro - 012.406.404-39	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0802388-02.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Medicamento / Tratamento / Cirurgia de Eficácia não comprovada	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUCELIA BERNARDO DA SILVA e outro - 028.329.184-25	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0802561-60.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adicional de Horas Extras	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCIA CRISTINA PASCOAL DE LIMA - 104.042.604-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802575-44.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANA CRISTINA DA SILVA - 772.707.114-53	SIM
0802578-96.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abatimento proporcional do preço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RISOMAR ALVES GOMES - 166.962.984-87	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802804-33.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	PAULO VASCONCELOS - 015.053.004-87	SIM
0803385-48.2015.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Descontos Indevidos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ERICA MARIA LOPES RIBEIRO - 193.837.544-00	Chefe da Divisão de Gestão Administrativa do Ministério da Saúde - PE e outro -	SIM
0803405-10.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Retido na fonte	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOANNE DARC BEZERRA DA SILVA - 653.309.784-91	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803765-03.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Classificação e/ou Preterição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDNALDO EVANGELISTA DE LACERDA JUNIOR - 024.846.654-23	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DOCENTE DO IFPE/2016 e outro -	SIM
0803814-49.2014.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Gestão de Negócios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLOCKS LTDA - 11.356.367/0001-69	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0804346-18.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Salário-Educação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SANDENE S.A. INDUSTRIA E COMERCIO - 08.365.633/0001-05	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0804654-59.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	JOSE RODRIGUES DA SILVA e outros - 213.178.604-20	SIM

0805123-08.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	DILMA DE SA CORREIA e outros - 285.866.704-72	SIM
0805495-54.2014.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	CARMELUCY FERREIRA DA SILVA - 476.994.854-91	SIM
0805868-85.2014.4.05.8300	HABEAS DATA	Proteção da Intimidade e Sigilo de Dados	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SOLMAR SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA - ME - 69.941.169/0001-42	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL NO RECIFE e outros -	SIM
0806261-10.2014.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Edital	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONFIDENCE CORRETORA DE CAMBIO S/A - 04.913.129/0001-41	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA e outro - 00.352.294/0001-10	SIM
0806682-97.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	RMI sem incidência de Teto Limitador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GELDO ALVES DE OLIVEIRA - 015.654.944-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807403-49.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Contribuição sobre a folha de salários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GM DOS REIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 60.040.599/0012-71	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0807554-15.2014.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMERCIO DE BENS E SERVICOS DO RECIFE - 08.142.747/0001-96	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0808553-94.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DOMINGOS SAVIO TORCHIA - 672.792.958-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0809488-37.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Acompanhamento de Cônjuge ou Companheiro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SERGIO SOUZA DA CUNHA - 378.882.005-59	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL DA UFPE e outros -	SIM
0810106-79.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	STORE LOGISTICA E ARMAZENS GERAIS LTDA e outros - 12.917.053/0001-50	DELEGADO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE e outro -	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800056-62.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE AVELINO DO CARMO e outro - 101.451.174-72	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	SIM
0800456-13.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	INOBRAS INDUSTRIA OFTALMICA BRASILEIRA LTDA - ME - 10.851.881/0001-08	SIM
0800689-39.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	Gustavo Roberto Montenegro Torres - 476.190.234-53	SIM
0800774-30.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Auxílio-invalidez	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RENATA VERCOSA AMORIM DE MORAES - 799.660.554-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800791-66.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Adjudicação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	SPOOL PRESTADORA DE SERVICOS LTDA ME - 01.525.166/0001-94	SIM
0800863-53.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADELINO MIGUEL SOARES COUTINHO e outros - 507.085.704-53	SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e outros - 33.041.062/0001-09	SIM

0800964-85.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANDERSON PEREIRA DE MELO - 823.996.624-15	SIM
0801075-74.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Edital	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA e outro - 00.352.294/0001-10	BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA - 12.216.990/0001-89	SIM
0801314-05.2017.4.05.8300 - (Segredo)	MANDADO DE SEGURANÇA	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa	Conclusos para julgamento	KEYTH INGRID DA SILVA SANTOS - 112.910.844-95	FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE/FPS e outro -	SIM
0801367-59.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Direito de Imagem e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	PORTO DO RECIFE S/A e outro - 04.417.870/0001-11	SIM
0801475-83.2015.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Escolaridade e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NILIANE CUNHA DE AGUIAR - 033.678.556-93	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO e outro - 24.134.488/0001-08	SIM
0801582-64.2014.4.05.8300	HABILITAÇÃO		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FELIPE DE MOURA PINHEIRO e outro -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801685-42.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LISIANE BALIO e outros - 794.889.864-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0801992-20.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Honorários Advocáticos em Execução Contra a Fazenda Pública e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IVO BARBOZA & ADVOGADOS ASSOCIADOS e outro - 03.551.928/0001-52	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802073-66.2017.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0802297-43.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Reforma e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RODRIGO DE OLIVEIRA FLORENCIO - 108.892.874-90	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802456-15.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARCOS R P DE ALBUQUERQUE - ME e outro - 09.051.013/0001-64	SIM
0802525-76.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA HELENA BELO DA SILVA e outros - 306.274.354-91	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802557-52.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GUTENBERG MELO DE SEIXAS BORGES - 744.814.367-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802575-44.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANA CRISTINA DA SILVA - 772.707.114-53	SIM
0802723-21.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO DE PERNAMBÚCO - OAB/PE - 09.791.484/0001-09	MARCO ANTONIO DE ABREU MARTINS - 004.494.824-72	SIM
0802918-40.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PERNAMBUCO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART - 02.534.914/0001-68	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0803024-65.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Alteração do coeficiente de cálculo de pensão	Juntada de Certidão de Intimação	ALFREDO SIMPLICIO DA SILVA - 744.654.144-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803026-35.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL e outro - 01.490.272/0001-80	ESTADO DE PERNAMBUCO. - 10.571.982/0001-25	SIM
0803046-60.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	PEDRO CRESCENCIO FILHO - 013.226.054-91	SIM
0803233-68.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ELOI VIRGOLINO DOS SANTOS FILHO - 887.542.514-00	SIM
0803926-52.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SIDGLEY CAMILO DA SILVA - 011.851.344-33	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0804405-11.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JERONIMO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO - 025.627.824-53	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804561-96.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Compra e Venda e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GLEDSON BARBOSA DE CARVALHO e outros - 041.250.114-78	DUARTE - EDIFICIO JARDIM BELA VISTA LTDA e outro - 10.622.517/0001-76	SIM
0805050-02.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOAMY ALVES DE OLIVEIRA - 086.592.144-04	SIM
0805383-85.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	NAIRA LUNA CANDIDO IKEDA e outros - 666.751.894-68	SIM
0805596-91.2014.4.05.8300	HABILITAÇÃO	Substituição da Parte	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEUSUITA DOS SANTOS SILVA - 021.165.497-36	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0805726-81.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificação de Incentivo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCOS JOSE DE ARAUJO e outros - 066.288.424-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0805864-48.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ELIAB GALDINO FERREIRA - 059.876.484-40	SIM
0806370-24.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO FERNANDO DE OLIVEIRA BARROS e outros - 082.347.954-49	SIM
0806631-52.2015.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Renúncia de Mandato	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSELANE MARIA DA SILVA e outros - 041.771.824-19	SIM
0807892-18.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0808507-08.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0809488-37.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Acompanhamento de Cônjuge ou Companheiro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SERGIO SOUZA DA CUNHA - 378.882.005-59	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL DA UFPE e outros -	SIM
0809647-77.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Unidade de terapia intensiva (UTI) ou unidade de cuidados intensivos (UCI)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0809754-87.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Revisão/Desconstituição de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Edson Márcio Barbosa dos Santos Silva - 080.622.434-78	EPL Concursos e outro -	SIM

0809946-20.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LIGIA MARIA DE OLIVEIRA e outro - 224.108.724-68	SIM
0810010-64.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Acumulação de Cargos e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JULIO CESAR TENORIO DE AZEVEDO - 007.403.934-21	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06	SIM
0810176-96.2016.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A - 17.234.244/0001-31	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT e outros - 04.898.488/0001-77	SIM
Lapso temporal para certificação decurso de prazo						
0801982-78.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Classificação e/ou Preterição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELAINE LIMA DA SILVA e outro - 012.406.404-39	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0807393-34.2016.4.05.8300	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	Retido na fonte	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMIDIO JOSE DA COSTA - 350.368.187-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0808063-72.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Ex-combatentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GILVANA GUEDES CAVALCANTE e outros - 300.001.064-53	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800017-31.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	FREDERICO JOSE FARIAS BREDERODE - 697.270.664-53	SIM
0800456-13.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	INOBRAS INDUSTRIA OFTALMICA BRASILEIRA LTDA - ME - 10.851.881/0001-08	SIM
0800771-75.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HUMBERTO DORIA SILVA - 084.231.644-20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0801460-85.2013.4.05.8300	DEPÓSITO	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	LUCIO FRANCISCO DA SILVA - 823.797.504-91	SIM
0808986-98.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRT TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA - 24.420.713/0001-72	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE/PE e outro -	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0800686-89.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PEDRO AUGUSTO DA SILVA REIS - 079.258.004-45	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800841-92.2012.4.05.8300	CAUTELAR INOMINADA	Liminar	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDUARDO JOSE DE MORAIS BRAGA e outros - 069.746.004-53	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS CPRM e outro - 00.091.652/0006-93	SIM
0800918-04.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Ambiental	Juntada de Certidão	A. A. COUTO TRANSPORTES MARITIMOS LTDA - EPP - 04.372.832/0001-90	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0801099-34.2014.4.05.8300 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANDRE LUIZ DE MIRANDA e outros - 659.070.354-04	SIM

0801174-39.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AUDENI GOMES DA SILVA - 015.659.154-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801213-41.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Variação Cambial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	YVETTE PIMENTA DE HOLLANDA - 000.014.814-87	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801344-79.2013.4.05.8300	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	CLAUDIO JANUARIO DA SILVA - 808.141.584-04	SIM
0801460-85.2013.4.05.8300	DEPÓSITO	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	LUCIO FRANCISCO DA SILVA - 823.797.504-91	SIM
0801838-70.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	IRMAS DA SILVA CAMPOS - 265.706.534-15	SIM
0802561-60.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adicional de Horas Extras	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCIA CRISTINA PASCOAL DE LIMA - 104.042.604-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802798-26.2015.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Classificação e/ou Preterição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MICHELL PONTES DE QUEIROZ SILVA - 867.961.784-91	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE e outro - 10.767.239/0001-45	SIM
0803046-60.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	PEDRO CRESCENCIO FILHO - 013.226.054-91	SIM
0803136-63.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FLAVIO FERNANDES DE LIMA - 180.466.734-04	SIM
0804306-41.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO FUNAI - 07.328.153/0001-01	ESTELA PARNES e outros - 214.985.554-20	SIM
0804561-96.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Compra e Venda e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GLEDSON BARBOSA DE CARVALHO e outros - 041.250.114-78	DUARTE - EDIFICIO JARDIM BELA VISTA LTDA e outro - 10.622.517/0001-76	SIM
0805881-16.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SIND DO COM VAREJ DE MAT ELET E APAR ELET DOM DO RECIFE - 08.142.739/0001-40	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0806882-07.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FABIO FAUSTINO RIBEIRO DA SILVA - 027.354.024-60	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0807393-34.2016.4.05.8300	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	Retido na fonte	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMIDIO JOSE DA COSTA - 350.368.187-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0807401-79.2014.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Adjudicação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	XERIFE VIGILANCIA LTDA. - EPP - 09.543.683/0001-06	SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPm e outros -	SIM
0807527-32.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDSON COSTA DE BARROS CARVALHO FILHO e outro - 364.324.234-49	SIM
0808461-19.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Incentivos fiscais e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ARXO INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA - 75.487.058/0004-53	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM

0800158-55.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ESTADO DE PERNAMBUCO. - 10.571.982/0001-25	SIM
0800310-35.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Condomínio e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONDOMINIO DO EDF RAMALHO URTIGAO - 00.562.277/0001-08	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800513-60.2015.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0800837-21.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Juntada de Petição	ROBSON MENDES DA SILVA - 193.752.204-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801351-08.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Limitação do salário-de-benefício e da renda mensal inicial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE JOAO DA SILVA FILHO - 399.519.014-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801366-65.2017.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização do Prejuízo e outros	Conclusos para decisão	AIRTON PEREIRA MATTOSO - 663.933.538-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802634-32.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A - 10.656.452/0001-80	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0805328-32.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Causas Supervenientes à Sentença e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IZABEL CRISTINA MACIEL GONCALVES - 039.159.934-84	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0807240-69.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SATIS CONSTRUTORA LTDA - EPP e outros - 15.080.019/0001-62	SIM
0811627-25.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	COFINS - Importação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO GABRIEL HONORATO RESENDE - 006.207.547-02	MICHEL TEMER e outro -	SIM
0814049-70.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Hospitais e Outras Unidades de Saúde	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE MORENO - null	SIM
0815730-75.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	ACADEMIA FEMININA DA ROSIMERE - null	SIM
0817027-20.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Expedição de expediente	MUNICIPIO DE ARACOIABA - 01.613.860/0001-63	SEVERINO ALEXANDRE SOBRINHO - 102.622.534-53	SIM
0817041-04.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	IVANILDO BATISTA DE ANDRADE e outros - 213.558.274-34	SIM

### 6.9.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade afirmou que não houve determinações nem foram feitas observações na correição anterior. Não foram fixadas metas após a última autoinspeção.

### 6.9.11. Considerações finais

A 9ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 9ª vara federal funciona de modo razoável.

## **6.10. 10ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

### **6.10.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 10ª vara federal de Pernambuco foi criada a partir do art. 123, § 2º, da CF/1967, com redação dada pela EC nº 7/1977, c/c a Resolução nº 12/1989 – TRF5, alterada pela Resolução nº 14/1989 – TRF5.

A unidade detém competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, exceto as submetidas, em caráter privativo, às 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 22ª varas federais da SJPE. Funciona no prédio-sede da SJPE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.10.2. Corpo funcional -juiz federal e servidores**

A 10ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 08 servidores efetivos (quadro da SJPE), sendo 04 técnicos judiciários, 01 Analista Judiciário e 03 Executantes de Mandados.

#### **6.10.2.1. Juiz federal**

O juiz federal titular da vara, Edvaldo Batista da Silva Júnior, exerce a magistratura desde 09/10/1991. O magistrado atua na 10ª vara federal desde agosto/2007.

O juiz federal titular afastou-se, em razão de férias, nos períodos de 25/01/2016 a 23/02/2016, 01/03/2016 a 30/03/2016, 06/06/2016 a 13/06/2016, 30/03/2017 a 18/04/2017 e 23/06/2017 a 12/07/2017.

O juiz federal titular reside em Recife/PE, cidade onde se localiza a vara.

#### **6.10.2.2. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 10ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Hélcio Geraldo Ourem Campos	Técnico Judiciário	Diretor de Secretaria CJ 03	3º Grau Completo	Direito
Diego Henrique Moraes Maciel	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente FC 04	3º Grau Completo	Ciências Contábeis
Sandra Figueira Pontual	Técnico Judiciário	Supervisor Procedimento Cível FC 05	3º Grau Completo	Direito
Bartolomeu Tibério B. C. de Sales	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente FC 04	2º Grau Completo	Ensino Médio
Paulo Henrique Paixão F. Cavalcanti	Analista Judiciário	Assistente Técnico III FC 03	3º Grau Completo	Direito
Cláudia de Melo Jungmann Vieira	Oficiala de Justiça	Execução de Mandados FC 05	3º Grau Completo	Direito
Maria Chistine Cardoso Gonçalves	Oficiala de Justiça	Execução de Mandados FC 05	3º Grau Completo	Direito
Joaquim Lopes Frazão Júnior	Oficial de Justiça	Execução de Mandados FC 05	3º Grau Completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 10ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que mais da metade dos técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

A 10ª vara/PE conta com 09 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), indicados na tabela abaixo:

NOME	GRAU DE INSTRUÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO	FUNÇÃO COMISSIONADA	ÓRGÃO DE ORIGEM
Luciana de Assunção Macieira Bandeira	3º Grau Completo	Direito	Oficial de Gabinete FC 05	Tribunal de Justiça de Pernambuco
Brígida Maria de Couto Almeida	3º Grau Completo	Direito	Supervisor Assistente FC 04	Compesa
Manuel Pinto Alves Sobrinho	3º Grau Completo	Direito	Supervisor Assistente FC 04	Prefeitura de Agrestina - PE
Roberta de Paula Gomes C. Paiva	3º Grau Completo	Direito	Oficial de Gabinete FC 05	Tribunal Regional Eleitoral
Sheine Marinho Zelaquett	3º Grau Completo	Direito	Seção de Apoio Administrativo FC 05	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Aurelino Custódio de Lima	2º Grau Completo	Ensino Médio	Supervisor Assistente FC 04	Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes
Gilvânia Kardinally Ribeiro Silva	3º Grau Incompleto	Turismo	Secretário FC 03	Prefeitura da Cidade do Recife

Edlane Vila Nova de Araújo	3º Grau Completo	Direito	Supervisor Assistente FC 04	Prefeitura de Ceará Mirim – RN
Ana Elise Ramos dos Santos Tomaz	3º Grau Completo	Direito	Supervisor Assistente FC 04	Detran-PE

Existem duas funções comissionadas vagas: supervisor assistente (FC04) e auxiliar especializado (FC02).

Não há, na 7ª vara/PE, servidores em auxílio (cedidos por outros setores) nem afastados por motivo que não férias. Também inexistem em atuação na unidade jurisdicional em referência servidores sem vínculo com o serviço público.

Não há servidores da unidade cedidos aos outros órgãos.

### **6.10.2.3. Estagiários**

Há 03 vagas previstas para unidade, estando estas ocupadas. 01 estagiário atua no gabinete e 02 na secretaria da vara.

### **6.10.3. Organização da 10ª vara federal**

Dentre os servidores da 10ª vara federal de Pernambuco, 12 exercem suas atribuições na secretaria e 05 nos dois gabinetes.

#### **6.10.3.1. Secretaria**

A 10ª vara federal/PE trabalha com processos físicos e eletrônicos divididos por rito, classes e fases. Todos os servidores que trabalham na secretaria da vara desempenham suas atividades da seguinte forma: elaborando minutas de despachos; elaborando certidões; providenciando a expedição de mandados, cartas e ofícios; acompanhando o controle dos prazos; atendendo ao público em geral, partes e advogados; providenciando publicação dos despachos, decisões e sentenças.

Há um servidor (Diego Henrique Moraes Maciel) exclusivamente encarregado da elaboração de requerimentos e alvarás.

No setor de procedimento comum, na fase de conhecimento, trabalham as servidoras Sandra Figueira Pontual e Gilvânia Kardinally Ribeiro Silva. Na fase de cumprimento de sentença, trabalham os servidores Paulo Henrique Paixão F. Cavalcanti e Sheine Marinho Zelaquett. No setor de ritos especiais, trabalham os servidores Manuel Pinto Alves Sobrinho e Brígida Maria de Couto Almeida. No setor de publicação e confecção dos expedientes, trabalha o servidor Bartolomeu Tibério B. C. de Sales. A direção de secretaria é exercida pelo Servidor do Quadro Hélcio Geraldo Ourem Campos, que passou a exercer essa função em janeiro de 2017. Os três Oficiais de Justiça lotados na 10ª vara exercem suas atividades externas, estando em pleno exercício de suas atividades.

A vara procura separar os processos de rito comum e os de ritos especiais, considerando também a fase de cumprimento de sentença, de forma que possa, visualmente (físicos), ou por agrupadores (eletrônicos), identificar e dar o seu prosseguimento.

Nos processos com as prioridades legais, quando físicos, são coladas etiquetas para melhor visualização. No caso dos eletrônicos, são inseridos lembretes, com a mesma finalidade.

Procura-se, também, dar imediata efetividade aos despachos e decisões proferidas, elaborando-se e cumprindo-se os expedientes necessários.

Verifica-se, mensalmente, a estatística fornecida pelos sistemas dos processos em trâmite na vara, observando-se os distribuídos e os baixados, os que foram conclusos e os que tiveram decisão proferida, bem como o decurso do prazo, verificando aqueles que já estejam vencidos. Após, são apresentados relatórios ao Juiz da vara.

#### **6.10.3.2. Gabinetes dos magistrados**

No Gabinete do Juiz desta vara trabalham 05 (cinco) servidores. Dois ficam responsáveis pela apreciação dos pedidos de tutela de urgência e evidência, de acordo com a ordem de chegada. São eles: Luciana de Assunção Macieira Bandeira e Roberta de Paula Gomes C. Paiva.

Outros dois ficam responsáveis pela elaboração de minutas de sentenças e decisões, observando-se a ordem de chegada dos processos na fase de conclusão. Também verificam as atualizações dos processos no Sistema Tebas e no PJE. São eles: Ana Elise Ramos dos Santos Tomaz e Edlane Vila Nova de Araújo. O servidor Aurelino Custódio de Lima fica encarregado da triagem dos processos que entram conclusos ao juiz, providenciando sua separação por matéria e verificando as prioridades. Também atende às partes e advogados que procuram despachar com o magistrado, além de prestar auxílio junto à secretaria da vara sempre que necessário.

Os processos conclusos para julgamento são ordenados segundo a data de chegada na fase de conclusão, sendo feita uma triagem daqueles que têm prioridade legal, considerando-se, também, a data do ajuizamento da ação.

#### **6.10.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 10ª vara federal**

A presença do Juiz da 10ª vara é sempre constante entre os servidores, ouvindo opiniões e dirimindo dúvidas. Esses encontros são feitos semanalmente, sempre com a presença do diretor de secretaria, onde são colocadas as dificuldades e apresentadas sugestões, com o objetivo de alcançar uma melhor prestação jurisdicional.

#### **6.10.5. Planejamento das atividades da 10ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Os servidores têm suas atividades preestabelecidas. A forma como é feita a divisão das tarefas busca uma melhor tramitação dos processos, visando a efetividade da prestação jurisdicional.

As metas de produtividade são estabelecidas tanto para a secretaria quanto para o gabinete. Na secretaria, tentou-se estabelecer como meta diária o cumprimento de todos os despachos proferidos, a juntada das petições distribuídas e a confecção dos expedientes. No gabinete, procura-se, sempre, elaborar minutas respeitantes a todas as tutelas de urgência distribuídas no dia, bem como analisar, ao menos, 02 (dois) processos por servidor.

A avaliação periódica de resultados das atividades da vara ocorre de uma forma completa quando da realização da inspeção ordinária, porém, sempre que se verifica o acervo

da vara, procura-se priorizar o setor que estiver com maior defasagem. Também procura-se priorizar os processos mais antigos.

#### **6.10.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 10ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

O atendimento às partes, aos advogados, aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública é uma das prioridades adotadas por esta secretaria, sempre se valendo de um tratamento educado e cordial, buscando a satisfação das solicitações feitas.

A retirada dos processos para cópia ocorre no balcão da secretaria da vara, com o registro no sistema, de forma que se possa identificar a pessoa responsável por sua retirada. Os advogados têm acesso a todos os processos, exceto àqueles que tramitam em segredo de justiça, quando não têm procuração para tal. As cargas são feitas aos advogados, quando de sua solicitação, a qualquer momento do horário de expediente. Quanto às procuradorias e à Defensoria Pública Federal, as cargas são feitas e os processos recolhidos semanalmente, geralmente, às sextas-feiras, com exceção do Ministério Público Federal, que tem os feitos encaminhados diariamente a uma sala existente nesta Sede.

O magistrado atende, independentemente de agendamento, tanto as partes quanto os seus procuradores, bem como os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público.

A vara não costuma realizar essa consulta de satisfação do atendimento prestado, porém está sempre à disposição e aberta a sugestões.

#### **6.10.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 25/10/2017, havia na 10ª vara federal 1.904 processos em tramitação, sendo 501 físicos (Tebas) e 1.403 eletrônicos (PJe). Considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade na vara (17), observa-se que a média de processos por servidor é de 112.

Em outubro/2017, havia 23 processos conclusos para sentença (14 físicos e 09 eletrônicos). Não havia feito conclusos com pedido urgente pendente de análise nem autos com pendência junto a outros órgãos/setores da administração.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 321 processos sobrestados/suspensos pelos motivos abaixo:

Motivo do sobrestamento/suspensão e quantos processos por cada motivo:

Aguardando pagamento de requisitórios: 27;

Aguardando decisão de instância superior: 67;

Aguardando julgamento de embargos: 144;

Suspensão com base no art. 313, II, do NCPC: 45;

Resp. 1.381.683 (FGTS): 48.

Nos 24 meses anteriores à correição, não se observou o extravio de nenhum processo. Também não se verificou restauração de autos.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 02 inspeções pelo juiz titular da 10ª vara/PE. Em igual período, foram 25 as audiências conduzidas pelo magistrado.

A unidade jurisdicional em referência não informou a quantidade de audiências de conciliação realizadas, porquanto, com a implantação do CEJUSC na Seção Judiciária de Pernambuco, a 10ª vara para aquele centro tem encaminhado os processos para conciliação.

Todavia, informou que 07 audiências foram adiadas e 08 canceladas. Em regra, o adiamento ou cancelamento da audiência decorreu de pedido das partes ou de solicitação do juízo deprecante.

As audiências adiadas ou canceladas foram remarçadas.

#### **6.10.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A vara ainda não cumpriu a Meta 1, pois:

PROCESSOS	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS
FÍSICOS	12	173
ELETRÔNICOS	665	500
TOTAL	677	673

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

#### **PROCESSOS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2012 NÃO JULGADOS**

Processo	Classe Distribuição
0013543 - 79.2007.4.05.8300	13 - AÇÃO DE DEPÓSITO
0005225 - 10.2007.4.05.8300	29 - AÇÃO ORDINÁRIA (PCO)
0004144 - 89.2008.4.05.8300	28 - AÇÃO MONITÓRIA
0004178 - 64.2008.4.05.8300	28 - AÇÃO MONITÓRIA
0004236 - 67.2008.4.05.8300	28 - AÇÃO MONITÓRIA
0004428 - 97.2008.4.05.8300	28 - AÇÃO MONITÓRIA
0004705 - 16.2008.4.05.8300	28 - AÇÃO MONITÓRIA
0002331 - 56.2010.4.05.8300	148 - MEDIDA CAUT INOMINADA
0004932 - 64.2012.4.05.8300	73- EMBARGOS À EXECUÇÃO
0005931 - 17.2012.4.05.8300	29 - AÇÃO ORDINÁRIA (PCO)
0008878 - 44.2012.4.05.8300	29 - AÇÃO ORDINÁRIA (PCO)
0010408 - 83.2012.4.05.8300	25 - AÇÃO DE USUCAPIÃO
0012799 - 11.2012.4.05.8300	73- EMBARGOS À EXECUÇÃO
0019319 - 84.2012.4.05.8300	28 - AÇÃO MONITÓRIA
0800298 - 89.2012.4.05.8300	29 - AÇÃO ORDINÁRIA (PCO)
0800591 - 59.2012.4.05.8300	29 - AÇÃO ORDINÁRIA (PCO)

<b>PROCESSOS DISTRIBUÍDOS DE 01/01/2013 à 31/12/2013 NÃO JULGADOS</b>	
<b>Processo</b>	<b>Classe Distribuição</b>
0010127 - 93.2013.4.05.8300	29 - AÇÃO ORDINÁRIA (PCO)
0007926 - 31.2013.4.05.8300	73- EMBARGOS À EXECUÇÃO

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade informou que, a partir da implantação do CEJUSC, as conciliações são efetuadas naquele centro.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Processos físicos distribuídos até 31/12/2014 – 08 (oito) – 0003760-87.2012.4.05.8300; 0004055-27.2012.4.05.8300; 0009240-12.2013.4.05.8300; 0012954-77.20103.4.05.8300; 0014312-24.2006.4.05.8300; 0017366-22.2011.4.05.8300; 0018577-93.2011.4.05.8300; 0023677-78.2001.4.05.8300.

Processos físicos julgados – 05 (cinco) – 0004055-27.2012.4.05.8300; 0012954-77.20103.4.05.8300; 0014312-24.2006.4.05.8300; 0018577-93.2011.4.05.8300; 0023677-78.2001.4.05.8300.

Processo físico sobrestado – 01 (um) - 0017366-22.2011.4.05.8300.

Processos eletrônicos distribuídos até 31/12/2014 – 06 (seis) – 0804068-22.2014.4.05.8300; 0804147-98.2014.4.05.8300; 0804356-04.2013.4.05.8300; 0806793-81.2014.4.05.8300; 0806847-47.2014.4.05.8300; 0807389-65.2014.4.05.8300.

Processos eletrônicos redistribuídos – 03 (três) – 0804068-22.2014.4.05.8300; 0804147-98.2014.4.05.8300; 0804356-04.2013.4.05.8300.

Processos eletrônicos sobrestados – 01 (um) – 0806793-81.2014.4.05.8300.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Meta 5 cumprida, pois:

Distribuídas em 2017: 62 execuções não fiscais;

Baixadas em 2017: 79 execuções não fiscais.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Meta 6 cumprida, pois a unidade informou não haver ações coletivas, distribuídas até 31/12/2012, pendentes de julgamento.

## Metas específicas para a Justiça Federal

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

### Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### 6.10.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 53 processos físicos (quando da correição tinham 501 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 120 processos (quando da correição tinham 1.403 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### 6.10.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.10.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Especial Cível	0002905402014405830 0	

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Monitória	0004144892008405830 0	Juntada em 18/08/15 e conclusão em 01/03/16.
Execução de Título Extrajudicial	0000020078300017777 0	
Execução de Sentença	0005221271994405830 0	Juntada em 12/07/2017 e conclusão em 26/10/2017.
Execução de Sentença	0001282822007405830 0	Aguarda conclusão desde 16/05/2017.

Execução de Sentença	0001463111992405830 0	Cota juntada em 17/09/17.
Desapropriação	0005361022010405830 0	De fl. 999.
Desapropriação	0019880162009405830 0	De fl. 628.

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Título Extrajudicial	0000020088300003526 8	De fl. 181 (out/14 a mar/15 - fls. 180v/181).
Execução de Sentença	0001463111992405830 0	Conclusão em 22/10/14 e decisão proferida em 16/03/15.
Execução de Sentença	0001463111992405830 0	Conclusão em 26/05/15 e decisão prolatada em 15/09/15.

<b>DEMORA NA PUBLICAÇÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	0009240122013405830 0	Do despacho de fl. 457, de 11.09.2016 a 21.07.2017.

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0018858061998405830 0	Determinação de mudança de classe processual (Execução de Sentença).
Execução de Sentença	0004023181995405830 0	
Execução de Sentença	0012324212013405830 0	
Execução de Sentença	0002634951995405830 0	
Civil Pública	0012465162008405830 0	
Embargos à Execução	0008627892013405830 0	
Civil Pública	0000119622010405830 0	
Execução de Sentença	0014365632010405830 0	
Ordinária	0003426582009405830 0	
Ordinária	0010070081995405830 0	
Civil Pública	0010604192013405830 0	
Civil Pública	0011702832006405830 0	
Execução de Sentença	0007960071993405830 0	
Ordinária	0004816632009405830 0	
Civil Pública	0018577932011405830 0	

Execução de Sentença	0009820182008405830 0
Execução de Sentença	0020251532004405830 0
Embargos à Execução	0001652222011405830 0
Execução de Sentença	0017623812010405830 0
Improbidade Administrativa	0004055272012405830 0
Improbidade Administrativa	0012954772013405830 0
Improbidade Administrativa	0017366222011405830 0
Improbidade Administrativa	0023677782001405830 0
Improbidade Administrativa	0003760872012405830 0
Execução de Sentença	0000034762010405830 0
Execução de Sentença	0003760541993405830 0
Execução de Sentença	0009799961995405830 0
Execução de Sentença	0016688222002405830 0

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Ordinária	0005931172012405830 0	Processo sem movimentação, de 08.06.2016 a 18.11.2016.
Execução de Sentença	0009895622005405830 0	Processo sobrestado (aguardando o deslinde dos embargos à execução).
Desapropriação	0005361022010405830 0	Ausência de mudança de classe para cumprimento de sentença.
Improbidade Administrativa	0000020068300014312 3	Ausência de mudança de classe para cumprimento de sentença.
Improbidade Administrativa	0000020068300014312 3	Demora no cumprimento da decisão de fl. 789.
Civil Pública	0011974722009405830 0	Processo sem movimentação desde maio/2017.
Especial Cível	0002905402014405830 0	Demora excessiva no cumprimento de mandado de intimação, desde 16.12.2016.
Desapropriação	0019880162009405830 0	Ausência de alteração de classe para cumprimento de sentença.

<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Título Extrajudicial	0001385312003405830 0	Feito ajuizado em 2003, com prolação da sentença apenas em 2017. Diversos acordos descumpridos.
Embargos à Execução	0007508252015405830 0	Demora na prática de atos processuais.
Improbidade Administrativa	0000020068300014312 3	No período de abril a dez/16 (fls. 787/788).
Embargos à Execução	0007926312013405830 0	Demora da embargada em colacionar documentos.

<b>Outras Observações:</b>
<p>Processo: 00000347620104058300 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.</p>
<p>Processo: 00001196220104058300 Classe: Civil Pública - recomenda-se alterar a classe para execução de sentença.</p> <p>- trânsito em julgado 26/05/2015;</p> <p>- início execução 05/08/2015.</p>
<p>Processo: 00013853120034058300 Classe: Execução de Título Extrajudicial - Sentença prolatada em 24 de outubro de 2017. Muitas paralisações no feito.</p>
<p>Processo: 00027215520124058300 Classe: Civil Pública - recomenda-se alteração da classe processual para execução de sentença.</p> <p>- trânsito em julgado: 10/10/2013;</p> <p>- início execução: 21/11/2013;</p> <p>- processo apenso 0011974-72.2009.4.05.8300.</p>
<p>Processo: 00029054020144058300 Classe: Especial Cível - Habilitação.</p>
<p>Processo: 00037605419934058300 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.</p>
<p>Processo: 00075082520154058300 Classe: Embargos à Execução - Demora na prática de atos processuais (intimações, publicações e juntadas de documentos).</p>
<p>Processo: 00079263120134058300 Classe: Embargos à Execução - Conversão do feito em diligência, determinando que a embargada traga aos autos os documentos necessários à liquidação do julgado (outubro/2017).</p>
<p>Processo : 00098956220054058300 Classe: Execução de Sentença - Processo sobrestado (aguardando o deslinde dos embargos à execução).</p>
<p>Processo : 00119747220094058300 Classe: Civil Pública - processo apensado à ação 0002721-55.2012.4.05.8300.</p>

Processo : 00143656320104058300 Classe: Execução de Sentença - processo apenso 0004391-26.2015.4.05.8300.

Processo: 00166882220024058300 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.

Processo: 00176238120104058300 Classe: Execução de Sentença - Aguardando o deslinde dos Embargos à Execução nº 0001652-22.2011.4.05.8300.

Processo : 00188580619984058300 Classe: Execução de Sentença - Processo em fase de execução. Determinação para mudança de classe processual em 06/11/2017.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionados
Demora na conclusão						
0800063-50.2016.4.05.8311	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	Cadastro de Inadimplentes - CADIN	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - 10.377.679/0001-96	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800116-40.2011.4.05.8300 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico	Juntada de Petição	RUBENS CONCEICAO DOS SANTOS - 890.743.944-34	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0800152-09.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Parcelas e índices de correção do salário-de-contribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800172-39.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA - 02.378.779/0001-09	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800594-77.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Licenciamento e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDEVILSON BARBOSA GOMES FILHO - 963.263.014-91	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800682-81.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GEORGE SILVA DO NASCIMENTO - 932.258.064-04	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	SIM
0800988-16.2015.4.05.8300	RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO	Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	OSVALDO SIMOES DA COSTA e outro - 198.911.484-91	SIM
0801006-66.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Exercício Profissional e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGROLANE LTDA - ME - 19.810.782/0001-52	PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA e outro -	SIM

0801040-41.2017.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Ordinária	Expedição de expediente	ALLAN REGIS BRAGA - 879.265.204-20	FABIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE e outros - 475.669.904-97	SIM
0801417-51.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	ASSISTÊNCIA SOCIAL	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RADIO POCO VERDE FM LTDA - ME - 24.422.214/0001-14	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801909-38.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BANCO ECONOMICO S/A - EM LIQUIDACAO e outro - 15.124.464/0001-87	GRACIETE DA FONSECA CLEMENTE FERNANDES e outro -	SIM
0802187-05.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WN IMPORT COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA - ME - 05.887.596/0001-07	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802188-58.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	DNIT - DEPARTAMENT O NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0802397-90.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Afastamento do Cargo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕE S e outros - 00.394.437/0001-57	SIM
0802590-76.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GIZELDO PAULO CORREIA DA SILVA FILHO - 103.074.784-91	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0802651-97.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSELY CEZAR MOURA - 008.840.974-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802785-61.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JULIO CESAR SILVA TRINDADE - 028.847.004-47	SIM
0802913-13.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO	Prestação de Contas	Inspeção da Corregedoria-Geral	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. -	ERISTELA DE ALMEIDA FEITOZA FREITAS -	SIM
0803454-46.2016.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANDRE FERREIRA DA SILVA - 781.529.764-15	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0803546-92.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE - 09.791.484/0001-09	CLARISSA GABRIELA DE SOUSA FARIAS - 052.232.324-37	SIM

0803700-42.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Compra e Venda	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ISIS MARIA LOPES COUCEIRO COSTA e outros - 030.363.114-75	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0803845-35.2015.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 17.234.244/0001-31	MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA e outro - 12.819.074/0001-33	SIM
0804069-36.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FE DE PE - 41.035.593/0001-09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0804073-39.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL COLETIVA	RMI pela equivalência entre Salário-de-Benefício e Salário-de-Contribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ARNALDO LEANDRO DE ALMEIDA - 225.073.534-49	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	SIM
0804234-83.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	PASEP	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADEMILSON GOMES DE ARAUJO e outro - 083.333.944-34	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0804365-58.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WELLINGTON ALVES DE MOURA - 496.493.614-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804834-07.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ingresso e Concurso e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0805055-87.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação/A Iteração de Leilão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VIRGINIA MARIA DA FONTE CORNELIO - 438.420.894-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0805061-31.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Patrimônio Histórico / Tombamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL e outro - 26.474.056/0001-71	NELSON GUEDES DA SILVA NETO - ME e outros - 11.283.710/0001-92	SIM
0805193-25.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificação de Incentivo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEBASTIAO PUBLIO DE ALBUQUERQUE NETO e outros - 487.582.724-53	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0805474-10.2016.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BARBARA BRESANI SALVI - 830.191.034-87	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outro - 10.565.000/0001-92	SIM
0805757-67.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ESTEVAO E PINHEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS e outros - 35.467.026/0001-29	SIM

0806266-32.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ROGERIO DA SILVA - 689.691.044-53	SIM
0806297-81.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0806348-63.2014.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DO CARMO MARQUES TEIXEIRA - 270.136.344-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0806421-35.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificação de Incentivo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ARMANDO MAIA DA CARVALHEIRA e outros - 003.169.464-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0806519-83.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ENEIDE BARBOSA DE OLIVEIRA e outros - 246.169.154-15	SIM
0806533-04.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Expropriação de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PEDRO DE ALMEIDA ARAUJO - 064.086.214-49	SIM
0806563-39.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Taxa SELIC	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TACARUNA PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - 04.074.782/0001-64	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0806834-48.2014.4.05.8300 - (Segredo)	PROCEDIMENT O COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TATIANE DA SILVA PINHO e outros - 075.347.224-46	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0806847-47.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MARIVALDO RODRIGUES ROSAS - 152.305.974-53	SIM
0806984-92.2015.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Contribuição sobre a folha de salários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SPORT CLUB DO RECIFE - 10.866.051/0001-54	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0807033-70.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abono de Permanência e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO e outros - 01.263.896/0004-07	SIM
0807086-80.2016.4.05.8300 - (Segredo)	PROCEDIMENT O COMUM	Direito de Imagem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JESSE ANTONIO DA SILVA - 046.590.414-92	ALYSSON LUIS BELO PEREIRA DE ASSIS e outro - 027.191.674-52	SIM
0807282-50.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALLAN JOHNES FERREIRA DE ALMEIDA - 312.083.088-74	SILVIO ROMERO DE BARROS MARQUES e outros -	SIM

0807316-25.2016.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Afastamento do Cargo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	ROBERTO LOPES E ASSOCIADOS e outro -	SIM
0807749-63.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O SUMÁRIO	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Juntada de Contrarrazões	JOSE MARIANO DE LIRA - 409.675.814-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0807940-74.2016.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CIRO XAVIER DE LIMA - 084.470.714-72	CONSTRUTORA E INSTALADORA CAXANGA LTDA e outro - 24.151.391/0001-03	SIM
0808614-86.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	AYRTON GUEDES ALCOFORADO e outros - 000.716.504-82	SIM
0808788-95.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Seguro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DARLAN CANDIDO GONZAGA e outros - 046.166.154-38	SIM
0810443-68.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Contribuição sobre a folha de salários	Juntada de Contrarrazões	CATENDE PREFEITURA - 10.186.138/0001-80	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0810457-52.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS FELIPE SOARES DA SILVA - 007.870.724-27	DIRETOR DE SAÚDE DO HOSPITAL DA AERONÁUTICA DO RECIFE, VINCULADO AO SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL e outro -	SIM
0810677-16.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 7 REGIAO e outro - 11.005.444/0001-36	VANILDO ROSENDO DA SILVA e outros - 276.344.774-00	SIM
Demora na devolução de mandado						
0803895-61.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LAURENT FIGUEIRA RAMOS E SILVA - 056.759.574-99	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800151-29.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DIGESSO DAVID DE MORAES - 024.634.234-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800152-09.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Parcelas e índices de correção do salário-de-contribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0800160-54.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	NL SANTOS CALCADOS LTDA - 07.298.024/0001-18	SIM
0800163-65.2017.4.05.8312	MANDADO DE SEGURANÇA	Incentivos fiscais e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SHINERAY DO BRASIL S/A - 12.482.805/0001-06	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE-PE e outro -	SIM
0800172-39.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA - 02.378.779/0001-09	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800334-92.2016.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANA CAROLINA SANTANA DOS SANTOS - 040.218.244-80	SIM
0800540-77.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARILENE MESQUITA DA SILVA e outros - 339.563.834-00	SIM
0800594-77.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Licenciamento e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDEVILSON BARBOSA GOMES FILHO - 963.263.014-91	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800926-44.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VANEIDE NOBREGA MALTA e outros - 377.727.914-53	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB - 26.461.699/0001-80	SIM
0800988-16.2015.4.05.8300	RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO	Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	OSVALDO SIMOES DA COSTA e outro - 198.911.484-91	SIM
0801109-10.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Fundo de Participação dos Municípios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM - 11.361.235/0001-25	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0801249-15.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Regime Previdenciário	Juntada de Certidão de Intimação	CRISTIANE EMIDIA FERREIRA ALVES - 364.912.094-15	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0801417-51.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	ASSISTÊNCIA SOCIAL	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RADIO POCO VERDE FM LTDA - ME - 24.422.214/0001-14	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801609-18.2012.4.05.8300	NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	COMPESA DE NAZARÉ DA MATA - PE -	SIM
0801881-07.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSE RICARDO MOTA RAGO e outros - 767.730.944-53	SIM

0801909-38.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	Cédula Hipotecária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BANCO ECONOMICO S/A - EM LIQUIDACAO e outro - 15.124.464/0001-87	GRACIETE DA FONSECA CLEMENTE FERNANDES e outro -	SIM
0802114-67.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Seguro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA SEGURADORA S/A e outro - 34.020.354/0001-10	CONSTRUTORA ESTRELA LTDA - null	SIM
0802188-58.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	DNIT - DEPARTAMENT O NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0802397-90.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Afastamento do Cargo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕE S e outros - 00.394.437/0001-57	SIM
0802651-97.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSELY CEZAR MOURA - 008.840.974-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802913-13.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Prestação de Contas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ERISTELA DE ALMEIDA FEITOZA FREITAS - 021.006.294-09	SIM
0802914-03.2013.4.05.8300	CAUTELAR INOMINADA	Cobrança indevida de ligações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	STAMPA PROPAGANDA & SERIGRAFIA LTDA - 11.853.439/0001-83	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802929-69.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANDRE FELIPE GONZAGA DA SILVA e outro - 055.849.454-47	SIM
0803303-80.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0803350-25.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JORGE ANTONIO DA SILVA - 733.185.237-04	SIM
0803454-46.2016.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANDRE FERREIRA DA SILVA - 781.529.764-15	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0803546-92.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE - 09.791.484/0001-09	CLARISSA GABRIELA DE SOUSA FARIAS - 052.232.324-37	SIM

0803700-42.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Compra e Venda	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ISIS MARIA LOPES COUCEIRO COSTA e outros - 030.363.114-75	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001- 04	SIM
0803845-35.2015.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegraç ão de Posse e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTI NA LOGISTICA S.A e outro - 17.234.244/0001-31	MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA e outro - 12.819.074/0001- 33	SIM
0804365-58.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WELLINGTON ALVES DE MOURA - 496.493.614-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001- 23	SIM
0805149-35.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VOFSI QUIMICA PRODUTOS DE LIMPEZA E COSMETICOS LTDA - ME e outros - 03.684.285/0001-15	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001- 04	SIM
0805414-08.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FELIPE MONTE DA CARVALHEIRA - 962.719.144-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001- 04	SIM
0805757-67.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução  Efeito Suspensivo /	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal  Inspeção da	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23  CICERO VICENTE	ESTEVAO E PINHEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS e outros - 35.467.026/0001- 29 CAIXA ECONOMICA	SIM
0805829-20.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Impugnação / Embargos à Execução	Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARINHO XAVIER DE MORAES - 682.516.534-87	FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001- 04	SIM
0806100-92.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	ISS/ Imposto sobre Serviços e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DO COM VAREJISTA MAQ FER E TINTAS DE PE - 08.174.187/0001-51	DELEGADO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE e outro -	SIM
0806233-71.2016.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA SOCORRO DOS SANTOS CASADO - 431.269.874-00	EDJANE CRISTINA DA SILVA e outros -	SIM
0806266-32.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ROGERIO DA SILVA - 689.691.044-53	SIM
0806348-63.2014.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DO CARMO MARQUES TEIXEIRA - 270.136.344-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001- 04	SIM
0806533-04.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Expropriação de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PEDRO DE ALMEIDA ARAUJO - 064.086.214-49	SIM

0806563-39.2014.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Taxa SELIC	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TACARUNA PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - 04.074.782/0001-64	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0806847-47.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MARIVALDO RODRIGUES ROSAS - 152.305.974-53	SIM
0807282-50.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALLAN JOHNES FERREIRA DE ALMEIDA - 312.083.088-74	SILVIO ROMERO DE BARROS MARQUES e outros -	SIM
0807654-96.2016.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0807956-91.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SONIA DIAS DE ALBUQUERQUE - 123.855.224-20	SIM
0808272-41.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE - 09.791.484/0001-09	ALEXANDRE CESAR EUSTAQUIO DE ALMEIDA - 974.912.684-04	SIM
0808614-86.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	AYRTON GUEDES ALCOFORADO e outros - 000.716.504-82	SIM
0809941-95.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Adjudicação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ CONCEICAO DE ALMEIDA - 023.735.107-23	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0810045-24.2016.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GILBERTO RAMIRO COSTA MARINHO - 020.387.434-01	SILVIO WANDERLEY MARINHO SILVA e outro - 055.538.494-20	SIM
0811477-44.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Exclusão - ICMS	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DO IPOJUCA - 04.581.027/0001-76	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE e outro -	SIM
0814055-77.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Hospitais e Outras Unidades de Saúde	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - null	SIM
0815724-68.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/A LAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	ACADEMIA ÁGUA E MOVIMENTO - null	SIM
Lapso temporal para certificação decurso de prazo						
0801417-51.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	ASSISTÊNCIA SOCIAL	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RADIO POCO VERDE FM LTDA - ME - 24.422.214/0001-14	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM

0804073-39.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL COLETIVA	RMI pela equivalência entre Salário-de-Benefício e Salário-de-Contribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ARNALDO LEANDRO DE ALMEIDA - 225.073.534-49	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800141-77.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARIA FERNANDA VIEIRA DE FIGUEIREDO ALMEIDA e outros - 041.680.224-98	SIM
0800160-54.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	NL SANTOS CALCADOS LTDA - 07.298.024/0001-18	SIM
0800607-13.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Arrendamento Mercantil	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - 00.352.294/0001-10	ROMAR COMERCIO LTDA - 11.142.023/0001-57	SIM
0802785-61.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JULIO CESAR SILVA TRINDADE - 028.847.004-47	SIM
0802913-13.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Prestação de Contas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ERISTELA DE ALMEIDA FEITOZA FREITAS - 021.006.294-09	SIM
0802929-69.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANDRE FELIPE GONZAGA DA SILVA e outro - 055.849.454-47	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0800926-44.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VANEIDE NOBREGA MALTA e outros - 377.727.914-53	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB - 26.461.699/0001-80	SIM
0807389-65.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
- Processo em Ordem.						
0800039-53.2015.4.05.8312	MANDADO DE SEGURANÇA	Drawback	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MOINHO CANUELAS LTDA - 03.763.491/0002-00	INSPETOR DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SUAPE e outro -	SIM

0800206-09.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	ISABEL CRISTINA PEREIRA DA SILVA e outro - 832.360.314-68	SIM
0800471-74.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MARCOS MOTA ALVES FERREIRA - 303.961.664-15	SIM
0800993-43.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Complementação de Benefício/Ferrovário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCOS VINÍCIOS BORGES MIRANDA - 041.764.644-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0801092-08.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE TARGINO DE ALMEIDA - 021.885.384-04	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0801392-04.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Incidência sobre 1/3 de férias (art. 7º, XVII da CF)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO BITU COUTINHO e outros - 223.463.924-72	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801536-41.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO e outro - 24.416.174/0001-06	ANTONIO FERNANDO DA SILVA - 455.010.924-68	SIM
0801604-20.2017.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIANA NAVARRO DE VASCONCELOS - 183.476.574-91	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0801735-68.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EVANDRO GOMES DE SOUZA - 197.438.824-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801799-44.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SARA MONTEIRO DE PAULA e outro - 100.338.784-55	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	SIM
0802361-14.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO e outros - 00.378.257/0001-81	RENILDO VASCONCELOS CALHEIROS - 209.360.794-87	SIM
0802363-18.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Registro Profissional	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TAIZE VIANA DA SILVA - 036.174.925-25	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL e outro - 00.000.000/0004-87	SIM
0803488-26.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Promoção / Ascensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS TRAB PUBLICOS FED DA SAUDE E PREV EST PE - 24.130.122/0001-60	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0803730-82.2013.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Alteração do coeficiente de cálculo de pensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DANIEL VICTOR LIMA SILVA FILHO - 078.012.904-02	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0803850-28.2013.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Arrolamento de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	KARNE KEIJO - LOGISTICA INTEGRADA LTDA - 24.150.377/0001-95	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0804130-62.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Seguro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DE FATIMA MAGALHAES NOGUEIRA MENDES - 105.495.524-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0804146-45.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Expedição de expediente	ANDRESA NOEME DA SILVA BELO - 058.118.774-12	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0804342-15.2016.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELANE DE ALMEIDA SILVA - 014.267.527-09	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0804637-23.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GEORGIA DIAS BELTRAO e outro - 028.972.634-40	RIO DOCE COMBUSTIVEIS LTDA e outros - 12.843.577/0001-44	SIM
0805139-88.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Expedição de expediente	COMAFER COMERCIO DE MADEIRA E FERRO LTDA - ME e outro - 12.228.401/0001-82	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0805203-35.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	USINA SAO JOSE S/A - 10.362.820/0001-87	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0805320-26.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEVERINA HENRIQUE DE MELO - 590.103.634-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0805449-65.2014.4.05.8300	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDGAR LOPES CAVALCANTE - 007.574.544-53	COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS e outros - 42.357.483/0001-26	SIM
0806010-89.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Agregação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ODES OLIVEIRA BARBOSA e outro - 020.632.974-10	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0806273-87.2015.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Expedição de CND	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PLATINUM TRADING S/A - 04.870.288/0004-59	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0806322-65.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificação de Incentivo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DE FATIMA BRASILEIRO LYRA e outros - 089.621.034-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0806703-05.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE PE - 09.852.690/0001-81	CRISNEL LTDA - ME - 04.740.410/0001-20	SIM
0806869-71.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Adicional de Periculosidade e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALCINEZIO MENEZES DA SILVA e outros - 387.469.994-34	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE - 10.767.239/0001-45	SIM
0807370-25.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ARLINDA FELICIA DE OLIVEIRA e outro - 064.516.454-27	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0808001-66.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Embargos de Declaração	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	EDILSON EMILIANO SILVA CAVALCANTE - 050.528.274-74	SIM
0811207-20.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Contribuição sobre a folha de salários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DO IPOJUCA - 04.581.027/0001-76	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0812086-27.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MUNICIPIO DE ARACOIABA - 01.613.860/0001-63	SEVERINO ALEXANDRE SOBRINHO e outro - 102.622.534-53	SIM
0814401-28.2017.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação Indireta	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCOS DOS SANTOS SILVA - 754.379.107-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0815760-13.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/A LAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	ACADEMIA RAIÁ 7-AABB - null	SIM
0816860-03.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Juntada de Contestação	ANDREA MOTA SILVEIRA e outro - 198.090.854-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM

#### 6.10.10. Correição anterior e autoinspeção

Em relação à correição anterior, a unidade informou que a corregedoria-regional não procedeu a qualquer recomendação específica quanto à gestão da 10ª vara federal, porém a unidade tem procurado sempre otimizar alguns procedimentos na secretaria.

No tocante à autoinspeção, foram fixadas as metas já descritas no tópico "Planejamento das atividades da 10ª vara federal e avaliação periódica de resultados", sendo mantido pela unidade o cumprimento das metas do CNJ.

#### **6.10.11. Considerações finais**

A 10ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Alguns feitos com demora no cumprimento de despacho;
3. Ausência de alteração de classe processual; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 10ª vara federal funciona de modo razoável.

#### **6.11. 11ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

##### **6.11.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 11ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 9.788/1999 e implantada pela Resolução nº 08/1999 – TRF5 c/c o Ato nº 129/1999 – TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 11ª vara federal detém competência privativa para processar e julgar as execuções fiscais submetidas à Justiça Federal.

A unidade funciona no prédio-sede da SJPE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

##### **6.11.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores**

A 11ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada; b) 17 servidores efetivos (do quadro da SJPE), sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 06 analistas judiciários – área de execução de mandados e 07 técnicos judiciários - área administrativa.

Não há cargos efetivos vagos.

###### **6.11.2.1. Juíza federal**

A juíza federal titular, Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti, exerce a magistratura federal desde 26/03/2003, atuando na 11ª vara federal desde 25/07/2016.

Nos últimos 24 meses, a magistrada federal se afastou do serviço, nos seguintes períodos:

07/01 a 05/02/2016, 12 a 24/07/2016, 25/07 a 01/08/2016, 16 a 24/11/2016, 09/01 a

07/02/2017, 10 a 31/07/2017 e 08 a 15/09/2017 (férias);

07/04 a 06/05/2016 (licença para tratamento de saúde);

09/10/2015, 13 a 16/10/2015 e 14 a 18/12/2015 (jurisdição não remunerada);

04 a 08/07/2016 e 21 a 23/06/2017 (seminário/congresso);

14/11/2016 (encontro de entidade de classe).

A magistrada reside em Recife/PE, cidade onde se situa a sede da SJPE.

#### 6.11.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 11ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de instrução	Área de formação
ANDERSON THIAGO DE GONZAGA FRE	Técnico judiciário	Supervisor da Seção de Leilão e Avaliação - FC05	Superior completo	Administração
EDISON RIBEIRO DE VASCONCELOS	Técnico judiciário	Diretor de secretaria - CJ03	Superior completo	Direito
JULIANA RAFAEL PE	Técnico judiciário	Oficial de gabinete do juiz federal titular - FC05	Superior completo	Direito
PEDRO FILHO CHA	Técnico judiciário	Supervisor Assistente do Setor de Embargos e Ações Conexas - FC04	Superior completo	Química Industrial e Direito (cursando)
RAFAEL TENÓRIO ALMEIDA FE	Técnico judiciário	Supervisor-assistente do Setor de Cálculos - FC04	Superior completo	Ciências Contábeis
ROBSON MARQUES DE SANTANA	Técnico judiciário	Supervisor da Seção de Execuções da Fazenda Nacional - FC05	Superior completo	Licenciatura em Matemática e especialização em Direito Previdenciário
VALÉRIA LUZIA DE BRITO MORAES	Técnico judiciário	Supervisora-assistente I do gabinete do juiz federal titular - FC04	Superior completo	Direito

ANA CRIS OLIVEIRA DA SILVA	Analista judiciário	Supervisor Assistente I do Gabinete do Juiz Substituto - FC04	Superior completo	Direito
LUCIANA RAPÔSO FL	Analista judiciário	Oficial de gabinete do juiz substituto - FC05	Superior completo	Direito
MARIA DAS GRAÇAS FULCO DE MORAIS	Analista judiciário	Supervisor Assistente do Setor de Execução de Outros Credores - FC04	Superior completo	Direito
MICHELLE REGINA FEITOSA MEDEIROS	Analista judiciária - área judiciária	Supervisor Assistente II do gabinete do juiz federal titular - FC04	Superior completo	Direito
ANA FLÁVIA P. FLORENTINODE PAIV	Analista judiciário - execução de mandados	-	Superior completo	Direito
FLÁVIA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE	Analista judiciário - execução de mandados	-	Superior completo	Direito
ISRAEL DA SILVA MAR	Analista judiciário - execução de mandados	-	Superior completo	Direito
JEFFERSON FRITSCH DAMASIO DA SILVA	Analista judiciário - execução de mandados	-	Superior completo	Direito
LUIZ CARLOS BEZERRA DE MEDEIROS	Analista judiciário - execução de mandados	-	Superior completo	Direito
TATIANA MORAIS GR	Analista judiciária - execução de mandados	-	Superior completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 11ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja o nível médio de ensino.

A 11ª vara/PE conta com 04 servidores requisitados (com vínculo com o serviço

público), indicados na tabela abaixo:

NOME	GRAU DE INSTRUÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO	FUNÇÃO COMISSIONADA	ÓRGÃO DE ORIGEM
Flávia Gomes do Nascimento	Superior incompleto	Redes (cursando)	Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria (FC02)	Município de Buenos Aires/PE
Fernanda Sampaio Lustosa Souza	Superior completo	Direito	Supervisor Assistente do Gabinete do juiz substituto (FC02)	Banco do Brasil S/A
Isvaldo Lopes de Sales	Superior completo	Direito	Supervisor da Seção de Execução de Grandes Devedores (FC05)	TRF-5ª Região
Maria do Carmo de Lucena	Ensino médio	-	Supervisor Assistente do Setor de Expedição de Documentos e Publicação	Município de Serra Talhada/PE

Existe uma função comissionada vaga: secretário do diretor de secretaria (FC03).

Não há, na 11ª vara/PE, servidores em auxílio (cedidos por outros setores). Também inexistem em atuação na unidade jurisdicional em referência servidores sem vínculo com o serviço público.

Não há servidores da unidade cedidos aos outros órgãos.

Uma analista judiciária - executante de mandados encontra-se no gozo de licença para tratamento da própria saúde desde 22/08/2017.

### 6.11.2.3. Estagiários

Há 05 vagas de estágio previstas para a unidade, estando todas ocupadas. 04 estagiários atuam na secretaria da vara e 01 na assessoria.

### 6.11.3. Organização da 11ª vara federal

Na secretaria, trabalham 09 servidores. No gabinete, atuam 06 servidores.

#### 6.11.3.1. Secretaria

A secretaria é organizada nos seguintes setores:

- Setor de execução da Fazenda Nacional - acompanhamento das execuções fiscais movidas pela União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, em todas as fases, com exceção da confecção de expedientes. Havendo essa necessidade, o processo é remetido para o setor destinado a esse fim;
- Setor de execução de outros credores - conforme o nome sugere, as execuções movidas pelos demais credores, com exceção da Procuradoria da Fazenda Nacional, são tratadas neste setor. Havendo necessidade de confeccionar expediente, o processo é remetido para o setor destinado a esse fim;

- Setor de embargos e ações conexas - setor destinado ao acompanhamento dos embargos à execução e demais ações conexas. Assim como nos setores anteriores, a confecção dos expedientes é providenciada pelo setor destinado a esse fim;
- Setor de expedição de documentos - setor destinado à confecção de todos os expedientes dos processos oriundos dos setores de "Execução da Fazenda Nacional", de "Execução de Outros Credores" e de "Embargos e Ações Conexas", a exemplo de cartas de citação, cartas de intimação, ofícios, mandados diversos e cartas precatórias;
- Setor de execução de grandes devedores - setor destinado ao acompanhamento dos processos cuja dívida ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), abrangendo a confecção dos expedientes do setor; e
- Setor de leilão e avaliação - setor destinado ao acompanhamento do processo quando o bem penhorado encontra-se apto à alienação judicial. O setor agrega ainda o acompanhamento das cartas precatórias recebidas de outros juízos.

Em relação à organização dos processos na secretaria, estes são alocados conforme a fase processual nas estantes da secretaria, estas numeradas sequencialmente. Em regra, os setores possuem espaço reservado para atendimento das urgências.

Os relatórios estatísticos emitidos pelos sistemas de acompanhamento processual são analisados mensalmente, a fim de facilitar a visão do acervo da vara, sendo comparados com os meses anteriores para identificar e antecipar a solução de possíveis problemas.

#### **6.11.3.2. Gabinete da juíza federal titular**

Em regra, os processos são distribuídos por matéria entre os assessores. Entretanto, busca-se treinar os servidores para que estejam aptos a trabalhar com todas as matérias, de modo que as ausências regulamentares não prejudiquem o andamento dos trabalhos.

Ficou estabelecida a meta na assessoria de não permitir que os processos permaneçam por mais de 30 dias conclusos para julgamento, sempre buscando reduzir cada vez mais o tempo de tramitação dos processos. Em geral, a fixação das metas ocorre em torno da redução do tempo de tramitação em todas as fases do processo, bem assim o atendimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

#### **6.11.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 11ª vara federal**

Frequentemente, são realizadas pequenas reuniões com a participação direta da magistrada, com a finalidade de definir prioridades/metastas ou estabelecer rotinas de trabalho, conforme a necessidade.

#### **6.11.5. Planejamento das atividades da 11ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Em geral, o planejamento das atividades da vara ocorre conforme a situação identificada no momento, a exemplo da designação de mutirão para concentrar esforços diante de uma necessidade específica.

O acompanhamento das atividades da vara é realizado mensalmente por meio de análise das estatísticas emitidas pelos sistemas de acompanhamento processual.

#### **6.11.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 11ª vara federal e no gabinete da juíza federal**

Em regra, as partes, advogados e membros dos órgãos em referência são atendidos na secretaria da vara, dentro do horário de expediente, observando-se a ordem de chegada.

No gabinete, as partes, advogados e membros dos órgãos em referência são atendidos sem necessidade de prévio agendamento, sendo recebidos pela magistrada na presença de um servidor.

Não há consulta de satisfação em relação ao atendimento prestado na unidade.

#### **6.11.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia em tramitação na vara 3.353 processos (2.248 físicos e 1.105 eletrônicos).

Considerando o número acima, observa-se que a 11ª vara federal apresenta o número aproximado de 159,66 processos por servidor (3.353 processos/21 servidores).

Em outubro/2017, havia 510 feitos conclusos para sentença (451 físicos e 59 eletrônicos). Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

A unidade informou que conta com 20.490 processos sobrestados/suspensos (19.173 físicos e 1.317 eletrônicos). Entretanto, aduziu inexistirem ferramentas nos sistemas de acompanhamento processual que pudessem quantificar os processos por tipo de sobrestamento.

Houve o extravio de 02 processos nos 24 meses anteriores à correção. Foram restaurados 02 feitos em igual período.

Em relação aos processos com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, PFN etc) e com advogados, a unidade informou que conta com 171 feitos remetidos com prazo vencido para outros setores da administração, órgãos e advogados, sendo realizadas cobranças periódicas para devolução dos feitos e, caso necessário, sendo expedido mandado de busca e apreensão.

Foi realizada 01 inspeção judicial pela magistrada.

Não foram realizadas audiências nos 24 meses anteriores à correção.

#### **6.11.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A 11ª vara da Seção Judiciária de Pernambuco informou que a meta em epígrafe está sendo observada. Até outubro/2017, foram distribuídas 120 ações de conhecimento (07 processos físicos e 113 eletrônicos), tendo sido julgadas 186 (80 processos físicos e 106 eletrônicos).

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos**

**distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Não existem na 11ª Vara/PE processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2012 e 31/12/2013 que estejam pendentes de julgamento.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A vara informou que existem acordos tratados diretamente com a câmara de conciliação da Advocacia-Geral da União, os quais são homologados pela vara. Entretanto, ainda não existe trabalho direcionado pelo CEJUSC para as execuções fiscais.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à vara (privativa das execuções fiscais).

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Em outubro/2017, meta próxima de ser atingida. Casos novos de execução não fiscal: 39 processos físicos e 136 eletrônicos (total: 175). Feitos baixados: 100 processos físicos e 71 eletrônicos (total: 171).

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à vara (privativa das execuções fiscais).

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica à vara (privativa das execuções fiscais).

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica à vara (privativa das execuções fiscais).

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica à vara (privativa das execuções fiscais).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica à vara (privativa das execuções fiscais).

### 6.11.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 85 processos físicos (quando da correição tinham 2.248 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 150 processos (quando da correição tinham 1.105 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### 6.11.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.11.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, destacam-se as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Carta Precatória	0010232652016405830 0	De 09.11.2016 a 06.11.2017.
Execução Fiscal	0001808732012405830 0	18/out/2012 a 18/03/2013.
Execução Fiscal	0017864702001405830 0	Do mandado de fl. 151.
Carta Precatória	0014431332016405830 0	De 10.11.2016 a 06.11.2017.
Carta Precatória	0015361512016405830 0	De 14.11.2016 a 06.11.2017.

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0021166052004405830 0	
Execução de Sentença	0022158682001405830 0	Juntada em 20/03/14 e conclusão em 17/03/15.

<b>DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000506781990405830 0	12/12/2016 a 27/03/2017.
Execução de Sentença	0017905372001405830 0	Da petição de fl. 828/829.
Execução Fiscal	0012948223003405830 0	05/03/2015 a 31/08/2015.
Execução Fiscal	0000020008300007134 1	Expediente protocolado em 18/04/2016 e juntado em 28/03/2017.

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0009768811992405830 0	Petição juntada desde janeiro/2016 sem apreciação.

<b>DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0023792022001405830 0	De suspensão do processo (fl. 114 - quase 4 anos para certificar o decurso de prazo).
Execução Fiscal	0021166052004405830 0	

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0005778042000405830	
	0	
Execução Fiscal	0003498842005405830	
	0	
Execução Fiscal	0003494472005405830	
	0	
Execução Fiscal	0003496172005405830	
	0	
Execução Fiscal	0016520492004405830	
	0	
Execução Fiscal	0008374291998405830	
	0	
Execução Fiscal	0010082072004405830	
	0	
Execução Fiscal	0003254972001405830	
	0	
Execução Fiscal	0020953912007405830	
	0	
Execução Fiscal	0018907322007405830	
	0	
Execução Fiscal	0005414612002405830	
	0	
Execução Fiscal	0024754542003405830	
	0	
Execução Fiscal	0023506242001405830	
	0	
Execução Fiscal	0012068642002405830	
	0	
Execução Fiscal	0006409202015405830	
	0	
Execução Fiscal	0010245352014405830	
	0	
Execução Fiscal	0011987322013405830	
	0	
Execução Fiscal	0009037842012405830	
	0	
Execução Fiscal	0012879332016405830	
	0	
Execução Fiscal	0004788512016405830	
	0	
Execução Fiscal	0014721482016405830	
	0	
Execução Fiscal	0017536622009405830	
	0	
Execução Fiscal	0010703282009405830	
	0	
Execução Fiscal	0006995382007405830	
	0	
Execução Fiscal	0006424531996405830	
	0	
Execução Fiscal	0003656472002405830	
	0	
Execução Fiscal	0000020048300021174	
	0	
Execução Fiscal	0002474361996405830	
	0	
Execução Fiscal	0012934821996405830	

	0	
Execução Fiscal	0009784922016405830	
	0	
Execução Fiscal	0015920962002405830	
	0	
Execução Fiscal	0010876332001405830	
	0	
Execução Fiscal	0002498832004405830	
	0	
Execução Fiscal	0012184942007405830	
	0	
Execução Fiscal	0004827582010405830	
	0	
Execução Fiscal	0005495292010405830	
	0	
Execução Fiscal	0014641842016405830	
	0	
Execução Fiscal	0013555782016405830	
	0	
Execução Fiscal	0018726892011405830	Impugnação da exceção de pre-executividade apresentada pela Fazenda.
	0	
Execução Fiscal	0016528892005405830	Certificação de impossibilidade de cumprimento de mandados de avaliação, depósito e intimação.
	0	
Execução Fiscal	0000937672017405830	Sentença de extinção da execução prolatada.
	0	
Execução Fiscal	0001234461995405830	Aguardando cumprimento de diligências.
	0	
Execução Fiscal	0008498792016405830	Certificação de impossibilidade de penhora de imóvel.
	0	
Execução Fiscal	0010193052015405830	Prolatada sentença de extinção da execução fiscal.
	0	
Execução Fiscal	0002376951989405830	Aguardando averbação de penhora de crédito.
	0	
Execução Fiscal	0008211242013505830	
	0	
Execução Fiscal	0000020038300012494	
	2	
Execução Fiscal	0013008051900405830	
	0	
Execução Fiscal	0006474782016405830	
	0	
Execução Fiscal	0010906432016405830	
	0	
Embargos à Execução	0006201362015405830	
	0	
Embargos à Execução	0011148362015405830	
	0	
Embargos à Execução	0003319382014405830	
	0	
Embargos à Execução	0008831312016405830	
	0	

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0005918042001405830 0	Permanência excessiva dos autos empoder da parte (FN - 4 meses).
Execução Fiscal	0009578451900405830 0	Permanência excessiva dos autos em poder da Fazenda Nacional (de 03.10.2016 a 15.02.2017).
Execução Fiscal	0008627942010405830 0	Processo sem movimentação (de 15.03.2016 a 08.09.2016).
Execução Fiscal	0003684972011405830 0	Processo sem movimentação desde 23.06.2017.
Carta Precatória	0013523732016405830 0	Demorana cobrança do cumprimento do mandado e certidão sem aposição de data.
Execução Fiscal	9600072043	Demora no cumprimento do despacho datado de 12/09/2016 - expedição carta precatória 13/02/2017.

<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0017864702001405830 0	No período de mar/11 a mar/12 (fls. 149/150).
Execução Fiscal	0014778621999405830 0	No período de mar/11 a mar/12 (fls. 70/71).
Execução de Sentença	0017905372001405830 0	No período de out/12 a maio/13 (fls. 747 e 752).

<b>Outras Observações:</b>
<p>Processo: 00005067819904058300 Classe: Execução Fiscal - processos apensos:</p> <p>95.0014042-0; 2000.83.00.006644-8; 0008598-59.2001.4.05.8300 e 2001.83.00.020734-6.</p> <p>Processo: 00009376720174058300 Classe: Execução Fiscal - Município requer a desistência do feito de execução. Sentença de extinção prolatada.</p> <p>Processo: 00012344619954058300 Classe: Execução Fiscal - Execução de grande devedores. Citação realizada por edital. Pedido de citação de corresponsável. Determinação de reunião de diversas execuções e cumprimento de diligências de modo a viabilizar o feito executório.</p> <p>Processo: 00023769519894058300 Classe: Execução Fiscal - Execução de grande devedores com débito estimado em montante superior a R\$ 18.000.000,00. Foi requerida uma penhora de crédito em processo de inventário, pleito deferido. Aguarda-se o cumprimento da averbação de crédito litigioso, a ser atendida pelo Juízo da 4a. Vara de Sucessões e</p>

Registros Públicos da Capital.

Processo: 00024743619964058300 Classe: Execução Fiscal - Redistribuição/atribuição/sucessão em 16/08/2008.

Processo: 00024988320044058300 Classe: Execução Fiscal - Redistribuição por remanejamento de acervo.

Processo piloto. Apensados: 0003614-90.2005; 0022238-27.2004.

Processo: 00036564720024058300 Classe: Execução Fiscal - grandes devedores.

Processo: 00047885120164058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Processo: 00059180420014058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Demora excessiva dos autos em poder da parte (recebidos pela FN em 10/07/17 e devolvido em 07/11/17).

Processo: 00062013620154058300 Classe: Embargos à Execução - O presente feito encontrava-se no arquivo, porém sem a devida baixa na Distribuição, tendo sido devolvido a esta Vara em decorrência de Correição.

Processo: 00064092020154058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Empresa executada em recuperação judicial.

Processo: 00064245319964058300 Classe: Execução Fiscal - grandes devedores.

Processo: 00069953820074058300 Classe: Execução Fiscal - grandes devedores.

Processo: 00084987920164058300 Classe: Execução Fiscal - Execução de grande devedores. Deferido o pedido da União no sentido de determinar o prosseguimento da execução, com a penhora de imóveis cujas certidões de propriedade estão anexadas aos autos. Certificação de impossibilidade de penhora de imóvel (outubro/2017).

Processo: 00090378420124058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Exc. pre-ex em 04/08/2014.

Processo : 00097688119924058300 Classe: Execução Fiscal - recomenda-se a apreciação da petição da União apresentada em 07/01/2016.

Processo: 00101930520154058300 Classe: Execução Fiscal - Determinada a suspensão do feito, nos termos do art. 40 da LEF, por um ano (março/2016). Houve parcelamento do débito, com a suspensão do feito, determinando-se que os gravames fossem levantados (maio/2016).

Processo : 00102453520144058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Processo: 00107032820094058300 Classe: Execução Fiscal - grandes

devedores.

Processo: 00109064320164058300 Classe: Execução Fiscal - grandes devedores.

Processo: 00119873220134058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Parcelamento - suspensão.

Processo: 00120686420024058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Desarquivamento em 19/05/15.

Processo: 00128793320164058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Processo: 00129348219964058300 Classe: Execução Fiscal - Processo redistribuído em 16/08/2008.

Processo: 00135237320164058300 Classe: Carta Precatória - certidão sem oposição de data.

Demorana cobrança do cumprimento do mandado.

Processo: 00147214820164058300 Classe: Execução Fiscal - grandes devedores.

Processo: 00165288920054058300 Classe: Execução Fiscal - Execução de grande devedores. Antes da citação foram realizadas diligências no sentido de verificar a prevenção do feito com outro processo. Em 2014, houve determinação. Foram expedidos mandado de avaliação, depósito e intimação, os quais, entretanto, não restaram cumpridos, conforme atestado em certidões acostadas.

Processo: 00175366220094058300 Classe: Execução Fiscal - grandes devedores.

Processo: 00187268920114058300 Classe: Execução Fiscal - Execução de grande devedores. Citação por edital.

Redirecionamento da execução deferido (embargos de declaração). Substituição das CDAs para incluir os corresponsáveis. Apresentação de exceção de pre-executividade, com impugnação da Fazenda em novembro/2017.

Processo: 00211660520044058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Grupo econômico.

Demora na conclusão (exceção de pré-executividade apreciada - intimação realizada em 12/07/17 - último movimento).

Processo: 00235062420014058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0800599-94.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE AMADEU DE JESUS JERONIMO -	SIM
0800720-88.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLUB CARNAVALESCO MISTO DAS PAS - 10.912.715/0001-74	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800739-94.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	KADUNA MINERACAO E INDUSTRIA LTDA - 15.237.066/0001-77	SIM
0801201-85.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	SIM
0802000-94.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SUL REPRESENTACOES LTDA - ME - 12.873.600/0001-43	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802053-46.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Embargos de Declaração	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803063-91.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0805248-05.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DE PERNAMBUCO CRMV-PE - 09.791.450/0001-14	CAROLINA D ALIFANY NERY SERENO - 029.246.304-95	SIM
0805926-20.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LENICRIS LTDA - 02.526.139/0001-07	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0807059-34.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FERNANDO E FILHOS VEICULOS EIRELI - ME -	SIM
0807072-62.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DA BAHIA -	ALEXANDRE BERNARDO DE PAIVA -	SIM
0807416-14.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de decurso de prazo	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0808647-42.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	JBR ENGENHARIA LTDA - 70.074.448/0001-35	SIM
0809077-91.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - 04.884.574/0001-20	CENTER TV RADIO FOTO LTDA -	SIM
0809602-73.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	JACIANA FERNANDA NUNES DE AGUIAR GAS - ME - 10.282.430/0001-05	SIM

0809818-34.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	CTCI - CENTRO DE TERAPIA E CUIDADOS INTENSIVOS	SIM
0810092-95.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Despacho de Citação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA LUCIA CAVALCANTI DORIA - 308.262.174-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0810384-46.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO FLORENTINO SILVA - 055.739.804-59	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0810700-59.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA SOCORRO NOGUEIRA GREGORIO - 173.048.144-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Demora na devolução de mandado						
0803766-22.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	MARCELO DA CRUZ GARCIA - 575.432.164-34	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800022-82.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - 29.507.878/0001-08	JL AGUIAR AGENTE AUTONOMO DE INVESTIMENTOS LTDA -	SIM
0800454-38.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	SIM
0800739-94.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	KADUNA MINERACAO E INDUSTRIA LTDA - 15.237.066/0001-77	SIM
0800783-16.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	A CAMPOS DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - EPP -	SIM
0801201-85.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	SIM
0801902-12.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IMEL MATERIAL ELETRICO LTDA - 10.786.028/0001-50	SIM
0804291-04.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	MAYCON FERNANDES DE LIMA - 008.198.534.35	SIM
0804671-27.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 15 REGIÃO. - 00.000.000/0006-82	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0804817-68.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Segurança e/ou Medicina do Trabalho e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	HAROLDO DA SILVA SANTOS - 809.176.664-53	SIM
0804843-66.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	G & R ARRUDA COMERCIO DE GAS LTDA - ME -	SIM
0804935-44.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	BRASILEIRO COELHO INDUSTRIA E COMERCIO	SIM

0805356-34.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DE PERNAMBUCO CRMV-PE - 09.791.450/0001-14	MARIA DO SOCORRO MARTYRES JACQUES - 616.667.424-49	SIM
0805638-72.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	DEN EMPREENDIMENTOS LTDA - ME - 11.169.749/0001-83	SIM
0805690-68.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	MARCILON BARBOSA GOMES - 086.412.164-	SIM
0805726-13.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	SEJAL TRANSPORTE LTDA - EPP -	SIM
0806523-86.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	ESPOLIO LOURIVAL JOSE DA SILVA - ME - 09.989.120/0022-62	SIM
0806644-17.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	CLENIO JOAQUIM JERONIMO - ME - 06.239.128/0001-99	SIM
0806834-77.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	POSTO DE COMBUSTIVEIS DA TERRA 3 - SANTA MARIA LIMITADA - EPP -	SIM
0806835-62.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC - 07.947.821/0001-89	MADRID AVIACAO AGRICOLA LTDA - ME - 02.377.342/0001-50	SIM
0807003-64.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	J I LIMA DE ALMEIDA COMERCIO E REPRESENTACOES - ME -	SIM
0807017-48.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA - 03.112.386/0001-11	WOLFMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA -	SIM
0807030-47.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	PRUDENT CONSULTORIOS ODONTOLOGICOS LTDA -	SIM
0807078-06.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - 04.884.574/0001-20	CENTER PRODUCOES MULTIMIDIA LTDA -	SIM
0807216-70.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 15 REGIÃO. - 00.000.000/0006-82	ANA PAULA SILVA DE SANTANA - 026.835.034-58	SIM
0807668-80.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	JOSE GENIVALDO DE ALBUQUERQUE LIMA - 458.660.154-04	SIM
0807943-29.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	SEVERINO GOMES SANTIAGO - 028.622.984-68	SIM
0808379-85.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC - 07.947.821/0001-89	RIMA SEGURANCA LTDA - 09.081.459/0001-31	SIM

0808647-42.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	JBR ENGENHARIA LTDA - 70.074.448/0001-35	SIM
0808814-59.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	ADAIM MARQUES DE FRANCA - 272.877.694-68	SIM
0809077-91.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - 04.884.574/0001-20	CENTER TV RADIO FOTO LTDA -	SIM
0809602-73.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS -	JACIANA FERNANDA NUNES DE AGUIAR ME - 10.282.430/0001-05	SIM
0809818-34.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	CTCI - CENTRO DE TERAPIA E CUIDADOS INTENSIVOS	SIM
0809845-17.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - 04.884.574/0001-20	TITAN PRODUCOES DE VIDEOS LTDA - ME -	SIM
0810077-29.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL - 02.270.669/0001-29	ZIHUATANEJO DO BRASIL ACUCAR E ALCOOL S.A - 03.794.600/0002-48	SIM
Lapso temporal para certificação decurso de prazo						
0800599-94.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE AMADEU DE JESUS JERONIMO -	SIM
0806097-74.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	INDUSTRIAS DE COBERTORES PARAHYBA LTDA -	SIM
0806135-86.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	AMERICAN PORTLAND TECNOLOGIA E CONSULTORIA TECNICA	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800599-94.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE AMADEU DE JESUS JERONIMO -	SIM
0804424-46.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Profissional e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - 11464118000197	SIM
0805496-05.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Conclusos para despacho	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	ABEL FRANCO DAMASCENA e outro - 652.588.514-00	SIM
0805515-11.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Conclusos para despacho	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0807030-47.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	PRUDENT CONSULTORIOS ODONTOLOGICOS LTDA -	SIM
0809196-52.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	SERVICO DE ASSISTENCIA MEDICA EMPRESARIAL	SIM

0809361-02.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MAURO O MELO PRODUTOS OPTICOS LTDA - 11.518.479/0001-79	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE PE - 00.852.690/0001-81	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0801836-03.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Juntada de Certidão de Intimação	AUDIPLAN PLANEJAMENTO ECONOMICO E ASSESSORIA EMPRESARIAL S/S - ME - 00.617.552/0001-43	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802053-46.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Embargos de Declaração	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804888-70.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	SOMIX CONCRETO LTDA - 35.273.697/0004-00	SIM
0804941-51.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JBR ENGENHARIA LTDA - 70.074.448/0001-35	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST	SIM
0806621-71.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JCM TERCEIRIZACAO E SERVICOS DE LIMPEZA	SIM
0807839-71.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DISTRIBUIDOR A DE MOTOCICLETA S E VEICULOS LTDA - 00.415.214/0001-00	SIM
0808245-92.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Cédula de Crédito Rural e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAQUIM MANOEL GUEDES CORREIA DE OLIVEIRA - 004.652.084-87	BANCO DO BRASIL SA e outro -	SIM
- Processo em Ordem.						
0800113-75.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	VASCONCELOS VILACA FARMACIA DE MANIPULACAO	SIM
0800116-30.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DARIO LIMA DE MORAES - ME - 00.403.968/0001-00	SIM
0800123-22.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ENSERV ENGENHARIA LIMITADA -	SIM
0800131-96.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PLASTLABEL INDUSTRIA DE ETIQUETAS - EIRELI -	SIM
0800140-58.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CLINICA MATERNO INFANTIL SANTA LUCIA LTDA - EPP -	SIM
0800154-42.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DMAR COMERCIO DE PRODUTOS DE GENEROS	SIM
0800156-12.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMERCIO DE EMBALAGENS NOSSA SENHORA DAS GRACAS	SIM
0800165-71.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUCATAO DIMAS JUNIOR LTDA - ME -	SIM
0800166-56.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CAROLINO IRINEU DIAS DA SILVA - 104.262.804-15	SIM

0800169-11.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	VACANCE'S EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA - ME -	SIM
0800177-85.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IDL COMERCIO OTICO LTDA - EPP -	SIM
0800180-40.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	REFRIGERACAO TERMICA LTDA - ME	SIM
0800182-10.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	J. J. CONFECÇOES LTDA - EPP - 01.739.008/0001-	SIM
0800184-77.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUPER - LAR MOVEIS E ELETRO LTDA - ME -	SIM
0800213-30.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUELENA MARIA CAUAS DE B. LIMA COMERCIO ATACADISTA DE FERRAGENS, FERRAMENTAS	SIM
0800214-15.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARCONDES DA LUZ NOGUEIRA e outros -	SIM
0800238-43.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	INDUSTRIA ARRUDA DE MOVEIS LTDA - ME -	SIM
0800259-19.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HS JOIAS EIRELI - ME - 07.684.516/0001-41	SIM
0800296-46.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GRAFICA TAVARES LTDA - ME - 02.864.612/0001-	SIM
0800317-22.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JD ACESSORIOS E SERVICOS LTDA - ME -	SIM
0800320-74.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	METAL TUBO NORDESTE PRODUTOS E SOLUCOES EM AÇO EIRELI EPP	SIM
0800414-22.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AQUISERV T LIMPEZA, CONSERVACAO, CARGA E	SIM
0800419-44.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSEILDO DE ASSIS ALBUQUERQUE MERCADINHO - ME - 14.070.710/0001-00	SIM
0800478-60.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	OPERADORA IDEAL SAUDE LTDA - MASSA FALIDA - 03.516.381/0001-54	SIM
0801027-42.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Extinção da Execução e outros	Juntada de Certidão de Intimação	IRACY DE SOUZA ALVES - 801.358.544-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801091-52.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Responsabilidade Tributária do Sócio-Gerente / Diretor / Representante	Juntada de Certidão de Intimação	LETHA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 05.522.145/0001-76	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801195-44.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	RUFINO FERREIRA COMERCIO CONSTRUCAO E PARTICIPACAO	SIM
0801259-54.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GUILHERME JOSE MACEDO MALTA - 754.357.564-72	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801631-03.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANDRE LUIZ DOS SANTOS - 685.928.094-87	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0801633-70.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Repetição de indébito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GRACILIANO CARVALHO DE BRITO - EPP - 08.026.346/0001-70	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801634-55.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	KARINA VIANA FONSECA FREIRE DE SOUZA e outro - 891.462.124-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801654-46.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MUNICÍPIO DO RECIFE - 10.565.000/0001-92	SIM
0801855-38.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LINDOSO E ARAUJO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA e outro	SIM
0801926-74.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ SANTIAGO BRANDAO - 048.143.984-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802231-63.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Anulação de Débito Fiscal e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSUE GOMES CORREIA - 015.875.284-87	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803230-11.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Contribuição sobre a folha de salários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRANSPORTE LIDA LTDA - 09.964.180/0001-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803765-08.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE ALEXANDRE MENEZES DA SILVA -	SIM
0804428-83.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Juntada de Certidão	JOAO ALBERTO SANTOS LEITAO - 000.647.934-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804610-06.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SANASA SANTO ANTONIO AGROPECUARIA S/A e outro - 12.747.234/0001-86	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804621-98.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	REAL RECIFE LTDA - 24156978000105	SIM
0804747-51.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Segurança e/ou Medicina do Trabalho e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	SARAIVA ENGENHARIA LTDA - 41.024.712/0001-28	SIM
0804990-92.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Petição	BRASIMAX CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP - 01.285.132/0001-70	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0805033-29.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	VIVA PLANOS DE SAUDE LTDA -	SIM
0806615-64.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LADAPE - LABORATORIO DE DIAGNOSTICOS DE	SIM
0806619-04.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	TARCIANA ALVES BARBOSA GONCALVES - ME - 05.499.914/0001-62	SIM
0806752-46.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Apreciada questão interlocutória	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	DIRECAO CERTA LTDA - 41.024.217/0001-19	SIM
0806796-65.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMERSON SARMENTO DA SILVA BRAGA - 018.716.414-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0806860-75.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	SIM
0806866-82.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Metrológica e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BANCO CENTRAL DO BRASIL - 00.038.166/0001-05	WALTER LEITE AZEVEDO - 002.420.205-34	SIM
0807011-07.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DE PERNAMBUCO CRMV-PE - 09.791.450/0001-14	JACIARA ARAUJO SANTOS DE SANTANA - 020.093.984-08	SIM
0807016-63.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA - 03.112.386/0001-11	LABORATORIO FARMACEUTICO DO RECIFE LTDA - EPP -	SIM
0807031-95.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMANUELLE MARQUES CABRAL DE VASCONCELOS e outros - 022.758.454-61	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0807137-57.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -	SIM
0807290-90.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WANFER TRANSPORTES, LOCACOES E EMPACOTAMENTOS LTDA - EPP - 05.035.121/0001-92	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0807349-78.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	BASE CONSTRUTORA LTDA - EPP -	SIM
0808659-56.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO RICARDO FERREIRA - 501.532.264-04	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE PE -	SIM
0808729-39.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ROCKET MUSIC DISCOS E FITAS LTDA -	SIM
0808739-83.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COLISEU SERVICOS DE CONDICIONAMENT O FISICO	SIM
0808761-44.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PRESSA ENGENHARIA LTDA - EPP	SIM
0808891-68.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	Alcides Fernando Gomes Spindola e outro - 247.715.034-00	SIM
0808900-93.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GOONET TELECOMUNICACO ES LTDA	SIM
0809657-87.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	G. G. PNEUS COMERCIAL LTDA - ME -	SIM
0809661-27.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	STENIO CUENTRO ENGENHARIA	SIM
0809691-62.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HIMETRA - HIDRAULICA, MAQUINAS, ELEVACAO E	SIM
0809706-31.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONDOMINIO DO EDIFICIO SAO	SIM
0809728-89.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IMOBILIMOVEIS LTDA - ME - 40.854.598/0001-09	SIM

0809767-86.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE PERNAMBUCO - 00.000.000/0006-17	DANIELA HARMES MALTA - 779.738.444-49	SIM
0809793-84.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	STAMPA OUTDOOR LTDA - 70.236.971/0001-10	SIM
0810301-30.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROBERTO BARRETO DA FONSECA LINS - 257.232.354-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0810316-96.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALEXANDRE CARNEIRO DA CUNHA - 138.547.984-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0810335-05.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DJ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - EPP - 00.120.516/0001-70	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0810988-07.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Cadastro de Inadimplentes - CADIN	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO FERREIRA DA COSTA - 307.128.744-53	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0810997-66.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR -	SIM
0811142-25.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO SOARES LYRA NETO - 003.956.924-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0811265-23.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Honorários Advocatícios	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	SIM
0811280-89.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Crédito Complementar	Juntada de Petição	RITA KARLA BRAGA CADENA - 416.326.993-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0811465-30.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Petição	BANCO BANORTE S/A - EM LIQUIDACAO - 10.781.532/0001-67	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0811541-54.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	EURO MED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 06.207.502/0001-74	SIM
0811787-50.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LABORATORIO MANOEL BORBA S/C LTDA - 24.131.401/0001-49	SIM
0815015-33.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	K M DA SILVA - ME - 10.851.824/0001-29	SIM
0815024-92.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Causas Supervenientes à Sentença	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	SIM
0815032-69.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Juntada de Certidão	JUIZ FEDERAL DA 2ª VARA DA COMARCA DE ABREU E LIMA/PE e outro -	COZINHAS REQUIPE S/A - 12.815.916/0001-89	SIM

0815418-02.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	SIM
0815424-09.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZ FEDERAL DA 17ª VARA EM PETROLINA/PE e outro -	COPA FRUIT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO	SIM
0815618-09.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - 00.381.056/0001-33	VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A - 10.656.452/0001-80	SIM
0816156-87.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	SIM
0816277-18.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Bem de Família e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALEXANDRE SACRAMENTO MARIZ - 021.454.644-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0816430-51.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	EKT LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA. - 09.294.944/0013-27	SIM

#### 6.11.10. Correição anterior e autoinspeção

Por ocasião da última correição, foram apontadas irregularidades relativas à demora em algum ato praticado no processo.

A unidade jurisdicional em referência faz reuniões periódicas com os servidores com o propósito de aperfeiçoar os trabalhos no tocante ao acompanhamento dos processos, zelando pelo cumprimento do rito processual, a fim de que o processo atinja o seu fim de maneira eficiente.

A fixação das metas geralmente ocorre em torno da redução do tempo de tramitação dos feitos em todas as suas fases, tendo a recomendação para tanto sido mantida na última autoinspeção.

#### 6.11.11. Considerações finais

A unidade jurisdicional correicionada tem competência exclusiva para execuções fiscais e processos conexos. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades, gerando uma dinâmica de tramitação de feitos própria, distinta daquelas encontradas em outras varas não especializadas.

É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais etc.

Ademais, nas execuções fiscais, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Dessa forma, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos à execução, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um considerável acúmulo de processos suspensos na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, o qual estabelece que "o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Nessa linha, observa-se que boa parte das execuções fiscais permanece durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira que a unidade jurisdicional apresente um melhor desempenho.

Todavia, tecidas tais considerações, durante a correição, algumas ocorrências foram constatadas, as quais podem ser corrigidas pela vara, tais como:

1. Demora na conclusão;
2. Demora no cumprimento de despacho;
3. Demora na prolação de despacho/ato ordinatório; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 11ª vara federal funciona adequadamente.

## **6.12. 12ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

### **6.12.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 12ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 9.788/1999 e implantada pela Resolução nº 08/1999- TRF5 c/c o Ato nº 129/1999 – TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 12ª vara federal detém competência para processar e julgar as causas cíveis de competência da Justiça Federal, exceto as submetidas, em caráter privativo, às 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 22ª varas federais da SJPE.

A unidade funciona no prédio-sede da SJPE e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.12.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores**

A 12ª vara federal conta, atualmente, com o seguinte quadro de pessoal: a) 01

magistrada; b) 14 servidores efetivos, sendo 03 analistas judiciários - área judiciária, 03 analistas judiciários - área de execução de mandados e 08 técnicos judiciários - área administrativa. Saliente-se que atualmente há 02 cargos efetivos vagos, todavia, estes não estão disponíveis, pois foram deslocados para outras unidades.

#### **6.12.2.1. Juíza federal**

A juíza federal titular da vara, Joana Carolina Lins Pereira, exerce a magistratura federal desde 25/04/2001, atuando na vara atual desde 04/05/2011.

A magistrada exerceu a direção do foro da Seção da Judiciária de Pernambuco no período de 08/04/2015 a 31/03/2017, tendo atuado como coordenadora do núcleo da ESMAFE da 5ª Região no intervalo de 13/03/2005 a 31/03/2017.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada nos períodos de 07/01/2016 a 05/02/2016, 27/06/2016 a 26/07/2016, 09/01/2017 a 07/02/2017 e 06/07/2017 a 30/07/2017, em razão de férias.

Foram ainda apontados os seguintes afastamentos: 28/09/2016 a 30/09/2016 (curso de especialização), 04/04/2017 a 05/07/2017 (auxílio na Presidência do TRF5) e 31/07/2017 a 30/03/2019 (auxílio na Presidência do TRF5).

A juíza federal titular reside em Recife/PE, cidade onde se situa a sede da SJPE.

#### **6.12.2.2. Juiz federal designado para substituição**

O juiz federal Augusto Cesar de Carvalho Leal, Substituto da 1ª vara/PE, exerce a magistratura federal desde 07/12/2016, atuando na vara atual desde 15/05/2017.

Em razão do Ato 186/2017-CR/TRF5, o magistrado vem respondendo, desde 15/05/2017, pelos acervos do juiz titular e do juiz substituto da 12ª vara federal/PE, em virtude de afastamento da juíza federal titular para exercer o cargo de juíza auxiliar da Presidência do TRF - 5ª Região, bem como por todos os processos relativos a impedimentos e suspensões do juiz federal titular da 1ª Vara/PE.

Nos últimos 24 meses, o referido magistrado esteve afastado da sua jurisdição pelos seguintes motivos:

07/12/2016 a 26/04/2017 – Afastamento para participar de Curso Prático de Iniciação à Magistratura;

27/04/2017 a 04/05/2017 - Afastamento para participar de Curso Prático de Iniciação à Magistratura;

05/05/2017 a 14/05/2017 – Afastamento por motivo de trânsito;

15/05/2017 a 23/08/2017 – Afastamento para responder por outra(s) vara(s) com prejuízo da jurisdição originária;

26/08/2017 a 31/10/2017 – Afastamento para responder por outra(s) vara(s) com prejuízo da jurisdição originária.

O juiz federal reside em Recife/PE, município em que sediada a SJPE.

#### **6.12.2.3. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 12ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Maria Alesandra Bezerra Chaves	Técnico Judiciário	Diretor de Secretaria – CJ - 3	Pós-Graduação	Direito
Juliane Maria Pereira de Lima	Analista Judiciário	Supervisor de Seção – FC-05	Pós-Graduação	Direito
Nadja Rago Constantino Myra	Analista Judiciário	Supervisor-Assistente – FC-04	Pós-Graduação	Direito
Bruna Viana de Moura Santiago	Analista Judiciário	Supervisor-Assistente – FC-04	Graduação	Direito
Nadjane Tavares de Lira	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente – FC - 04	Pós-Graduação	Direito
Adreana da Silva Mota	Técnico Judiciário	Assistente-Técnico III – FC-03	Graduada em Ciências de Computação Graduada em Direito	Direito
Márcia Maria Pedrosa de	Técnico Judiciário	Supervisor de Seção – FC-05	Graduação	Turismo
Leonardo Vila Nova	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente – FC-04	Pós-Graduação	Direito
Valtemir Rodrigues da Costa	Técnico Judiciário	<u>Supervisor-Assistente – FC – 04</u>	Ensino Médio	
Daniel Gomes da Silva	Técnico Judiciário	Supervisor-Assistente – FC – 04	Graduação	Direito
Danielle Vieira de Lima Galindo	Técnico Judiciário	Oficial de Gabinete – FC – 05	Pós-Graduação	Direito
Cristiane de Mendonça Nunes	Oficial de Justiça			Direito
Ana Maria do Amaral Ferreira	Oficial de Justiça			Direito
Maridelle Maria Cardoso Lima	Oficial de Justiça			Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 12ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 07 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura no cargo seja apenas o nível médio de ensino.

Há 03 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público): Andresa Karla de Melo Mafra (Tribunal de Justiça de Pernambuco), Américo Silvestre da Silva (Ministério da Defesa, Exército Brasileiro) e Natália Cursino Farias de Arruda (Tribunal de Justiça de Pernambuco).

Existem duas funções comissionadas vagas: secretário (FC03) e assistente-técnico III (FC03).

Não há, na 12ª vara/PE, servidores em auxílio (cedidos por outros setores). Também

inexiste em atuação na unidade jurisdicional em referência servidores sem vínculo com o serviço público.

Não há servidores da vara cedidos a outros órgãos ou setores.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, encontravam-se 02 servidores afastados do trabalho por motivo de tratamento da própria saúde.

#### **6.12.2.4. Estagiários**

Há 03 vagas de estagiários previstas para unidade, estando todas preenchidas. Os três estagiários atuam no gabinete, na elaboração de minutas de decisões e de sentenças.

#### **6.12.3. Organização da 12ª vara federal**

Dentre os servidores da 12ª vara federal de Pernambuco, 09 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

##### **6.12.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara é dividida em setores, nos quais os servidores responsáveis executam todas as tarefas relacionadas à tramitação dos autos: minuta de despachos, juntadas, publicações, remessa e atendimento às partes e procuradores. São eles:

- Setor de Conhecimento - compreende as seguintes classes: procedimento ordinário, mandados de segurança, ação civil pública, ação civil pública de improbidade administrativa, ação de desapropriação, ações cautelares, interdito proibitório, restauração de autos, reintegração e manutenção de posse, outros procedimentos de jurisdição voluntária, alvará judicial, ação popular, ação de consignação e pagamento, ação de depósito, ação de usucapião e ação de imissão na posse. É composto por 02 servidoras (Juliane Maria Pereira de Lima e Nadjane Tavares de Lira);
- Embargos à execução - servidor Valtemir Rodrigues da Costa;
- Execução contra a Fazenda Pública - servidoras Márcia Maria Pedrosa de Araújo e Adreana da Silva Mota;
- Cumprimento de sentença - servidor Daniel Gomes da Silva;
- Execução de título extrajudicial, composto pelos servidores Valtemir Rodrigues da Costa e Leonardo Vila Nova;
- Ações de busca e apreensão, acumulado pelo servidor Leonardo Vila Nova.
- Ação monitória, acumulado pelo servidor Valtemir Rodrigues da Costa; e
- Carta precatória, acumulado pelo servidor Valtemir Rodrigues da Costa.

Os processos são divididos por setores. Em cada setor há acompanhamento específico para os prioritários. O acompanhamento é realizado por meio de planilhas, sinalização nas capas e destinação de local específico. Mensalmente são analisados os números da vara, que são coletados a partir de acompanhamento manual e relatórios extraídos dos sistemas Tebas e PJe. Cabe à direção da vara a elaboração de uma planilha, alimentada pelos relatórios fornecidos pelos sistemas, na qual se acompanham diversos dados, tais como evolução do acervo, tempo de tramitação dos processos, processos sem movimentação etc.

### **6.12.3.2. Gabinete do juiz federal no exercício da titularidade da vara**

A vara não dispõe de juiz federal substituto. A assessoria do juiz Augusto Cesar de Carvalho Leal, no exercício da titularidade da vara, é composta de 04 servidoras, com as seguintes atribuições:

- Andresa Karla de Melo Mafra, oficiala de gabinete: assessoria ao magistrado na realização de audiências, minuta de despachos, decisões e sentenças, bem como coordenação das atividades dos estagiários;
- Bruna Viana de Moura, Danielle Vieira de Lima Galindo e Natália Cursino Farias de Arruda: assessoria ao juiz na realização de audiências e na minuta de despachos, decisões e sentenças.

O critério adotado pelo juízo para julgamento dos processos conclusos é, primordialmente, a data da conclusão mais antiga, com exceção dos processos prioritários, como os pedidos de tutelas/liminares pendentes, as ações de improbidade administrativa, ações civis públicas, ações populares e mandados de segurança.

Mensalmente, são extraídos relatórios dos sistemas processuais TEBAS e PJE, para acompanhamento da data de conclusão. Quanto aos processos prioritários, uma vez que o servidor faça a conclusão, o processo é entregue diretamente à oficiala de gabinete.

### **6.12.4. Participação do Juiz Federal em reuniões com a equipe da 12ª Vara Federal**

O juiz designado, Augusto Cesar de Carvalho Leal, realiza, periodicamente, reuniões com a equipe para definir e apresentar metas de produtividade, além de tratar de outras questões relevantes da unidade.

### **6.12.5. Planejamento das atividades da 12ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Por ocasião da análise mensal dos resultados da vara, são identificados os avanços e as necessidades de ajustes. Para esses ajustes são traçados planos e estabelecidos metas e prazos de cumprimento.

No início de cada mês, é feita uma avaliação do desempenho dos setores no mês anterior, sendo apurado o cumprimento das metas e definidas metas para o mês seguinte.

A partir de setembro de 2017, foram implantadas, na secretaria, metas individuais, por servidor, consideradas as peculiaridades de cada específico setor. Tais metas consistem, essencialmente, em prazos máximos para a movimentação de cada processo sob responsabilidade de determinado servidor da secretaria, como forma de se promover a regularidade e a celeridade na tramitação processual, bem como em monitoramento diário da entrada de novas petições, como forma de se garantir o imediato exame de pedidos urgentes e o respeito às prioridades processuais.

Também foram fixadas, no mesmo mês, novas metas para o gabinete, consistentes em número mínimo de sentenças proferidas no mês e, concomitantemente, em prazos máximos para a prolação de sentenças, tutelas de urgência e decisões em geral, contados a partir da data de conclusão.

Anteriormente, as metas - à época, gerais, não individuais - eram fixadas com base em outros critérios: quantidade de processos arquivados (para a secretaria) e quantidade de sentenças (para o gabinete).

#### **6.12.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete da juíza federal**

Na secretaria e no gabinete, os advogados, defensores e membros do Ministério Público são atendidos no período das 9h às 18h, sem interrupção para almoço e sem necessidade de prévio agendamento.

A unidade não realiza formalmente consulta sobre a satisfação em relação ao atendimento prestado, embora haja monitoramento por parte da direção de secretaria e da juíza titular e, mais recentemente, do juiz substituto acerca da qualidade do atendimento às partes e procuradores.

#### **6.12.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 12ª vara federal contava com 1.458 processos em tramitação, dos quais 367 processos físicos (Tebas) e 1.091 eletrônicos (PJe).

A média de processos por servidor (17) da vara é de 85,76.

Em outubro/2017, havia 24 processos conclusos para sentença.

Em 08/11/2017, eram em número de 05 os feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

No momento do preenchimento do formulário de gestão, verificou-se a existência de 285 processos sobrestados/suspensos, nos termos abaixo:

Art. 932, III, § 1º, NPC: 63 processos;

Aguardando julgamento do recurso especial 1.381.683 pelo STJ (correção de saldos de FGTS): 49 processos;

Aguardando pagamento RPV/precatórios: 149 processos;

Aguardando julgamento recursos/outras ações: 12 processos;

Aguardando diligências da fase de execução: 12 processos.

Nos 24 meses anteriores à correição, não se verificou extravio nem restauração de autos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, não foram constatados processos com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN).

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, a juíza federal titular realizou 20 audiências e 02 inspeções judiciais. Pelo juiz substituto, foram realizadas 08 audiências. Não houve adiamento nem cancelamento de audiências.

#### **6.12.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos**

no ano corrente).

De acordo com o acompanhamento da vara, a meta está sendo alcançada, se incluídas as decisões de declinação de competência para juizados especiais federais, Justiça Estadual ou varas federais de outras regiões.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A vara vem monitorando os processos que se enquadram nos critérios e conferindo-lhes movimentação processual prioritária, com a finalidade de consecução da meta.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A 12ª vara federal tem trabalhado em conjunto com o centro de conciliação, objetivando o cumprimento da meta.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

A vara vem monitorando os processos que se enquadram nos critérios e conferindo-lhes movimentação processual prioritária, com a finalidade de consecução da meta.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

A vara vem monitorando os processos que se enquadram nos critérios e conferindo-lhes movimentação processual prioritária, com a finalidade de consecução da meta.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A vara vem monitorando os processos que se enquadram nos critérios e conferindo-lhes movimentação processual prioritária, com a finalidade de consecução da meta.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A vara vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

**6.12.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 49 processos físicos (quando da correição tinham 367 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 120 processos (quando da correição tinham 1.091 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

**6.12.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

**6.12.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0014725811999405830 0	Demora na conclusão realizada em 14/10/2014 (fl. 452), já que o último ato antecedente (juntada de petição) se deu em 09/07/2014 (fl. 441).
Ordinária	0019702042008405830 0	Juntada em 24/07/17 e conclusão em 08/11/17.
Execução de Sentença	0000262371999405830 0	Juntada em 16/03/16 e conclusão em 02/06/16.
Execução de Sentença	0014725811999405830 0	Demora na conclusão realizada em 14/09/2011 (fl. 335), já que o último ato antecedente (expedição de certidão) se deu em 13/05/2011 (fl. 334).
Execução de Sentença	0003648751999405830 0	Juntada em 28/06/17 e conclusão em 20/09/17.
Execução de Sentença	0003648751999405830 0	Juntada em 21/09/16 e conclusão em 06/12/16.
Execução de Sentença	0014725811999405830 0	Demora na conclusão realizada em 01/03/2013 (fl. 368), já que o último ato antecedente (juntada de peça) se deu em 26/10/2012 (fl. 361).
Monitória	0004417682008405830 0	Juntada em 23/10/15 e conclusão em 07/03/16.
Execução de Sentença	0014725811999405830 0	Demora na conclusão realizada em 22/09/2015 (fl. 478), já que o último ato antecedente (juntada de peça) se deu em 01/07/2015 (fl. 476).

Execução de Sentença	0014725811999405830 0	Demora na conclusão realizada em 07/03/2016 (fl. 484), já que o último ato precedente (juntada de petição) se deu em 16/12/2015 (fl. 482).
Execução de Sentença	0014725811999405830 0	Demora na conclusão operada em 15/09/2016 (fl. 491), já que o último ato precedente (juntada de peça) se deu em 06/07/2016 (fl. 487).
Execução de Sentença	0017642151995405830 0	Demora na conclusão realizada em 03/03/2017 (fl. 789), já que o último ato anterior foi firmado em 09/01/2017 (fl. 787).
Execução de Sentença	0017642151995405830 0	Demora na conclusão efetivada em 25/08/2016 (fl. 762), uma vez que o último ato precedente se deu em 01/04/2016 (fl. 760).
Execução de Sentença	0017642151995405830 0	Demora na conclusão efetivada em 07/03/2016 (fl. 730), uma vez que o último ato precedente se deu em 03/12/2015 (fl. 729).
Execução de Sentença	0000020038300026133 7	
Civil Pública	0000020048300000880 6	Demora na conclusão efetivada em 23/08/2017 (fl. 1.501), uma vez que o último ato precedente se deu em 27/06/2017 (fl. 1.502).
Ordinária	0000020028300012764 1	
Popular	0014364442011405830 0	De fl. 750 (mais de 30 dias - v. fl. 746).

**DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0000020038300026133 7	Exp. ofício.

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0000020038300026133 7	
Execução de Sentença	0002265621999405830 0	

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Monitória	0000020088300004640 0	Demora na intimação do executado para se manifestar sobre os

Ordinária	0020308662007405830 0	cálculos exequendos. Conclusão em 02/03/17 e despacho prolatado em 14/06/17.
-----------	--------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

<b>DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0002265621999405830 0	

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	0004290142000405830 0	
Ordinária	0000020070500004809 1	
Execução de Sentença	0006646551995405830 0	
Execução de Sentença	0001070191999405830 0	
Execução de Sentença	0011474261997405830 0	
Ordinária	0010767382009405830 0	
Civil Pública	0012234561999405830 0	
Civil Pública	0008987052005405830 0	
Civil Pública	0007396952011405830 0	
Ordinária	0000020088300006987 4	
Execução de Título Extrajudicial	0015874831997405830 0	
Ordinária	9800175296	
Cautelar	0000020038300016573 7	
Ordinária	0009346182006405830 0	
Execução de Sentença	0001431202003405830 0	
Embargos à Execução	0014738262012405830 0	
Embargos à Execução	0013935142010405830 0	
Execução de Título Extrajudicial	0015675222001405830 0	
Execução de Sentença	0001918291999405830 0	
Ordinária	0010187082009405830 0	
Civil Pública	0002831542012405830 0	
Execução de Sentença	0008359601998405830 0	
Ordinária	0004265442013405830 0	
Civil Pública	0000019998300013024 9	
Mandado de Segurança	0011738962004405830	

0

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Sentença	0017642151995405830 0	Demora na remessa dos autos à Contadoria do Foro ocorrida em 21/09/2017 (fl. 855), já que o último ato anterior se deu em 18/07/2017 (fl. 836).
Execução de Sentença	0014725811999405830 0	Demora para a prática de ato ordinatório firmado em 10/02/2012 (fl. 343), uma vez que o ato antecedente (oferecimento de cálculos pela Contadoria) se deu em 07/12/2011 (fl. 338).
Execução de Sentença	0017642151995405830 0	Autos com folhas soltas.
Execução de Sentença	0002265621999405830 0	Ausência de movimentação de 30/06/16 até 30 de agosto de 2016.
Execução de Sentença	0000262371999405830 0	Despacho expedido em 06/12/16 e cumprido em 13/07/17.
Civil Pública	0000020048300000880 6	Autos com folhas soltas.
Civil Pública	0000020048300000880 6	Ausência de conclusão, pois o último ato se deu em 03/10/2017 e nenhum ato foi praticado depois, a despeito dos pedidos oferecidos pelo Parquet e pelo IBAMA.
Monitória	0004417682008405830 0	Demora no cumprimento de mandado - expedido em 07/10/16 e cumprido em 05/04/17.
Execução de Sentença	0014725811999405830 0	Demora no cumprimento da decisão firmada em 15/10/2014 (fl. 453), já que a remessa dos autos ao Setor de Expedição de Precatório/ RPV se deu apenas em 20/01/2015 (fl. 456).

<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Ordinária	0015968941998405830 0	Processo recebido do TRF em 24/07/2017, ficando sem

**Outras Observações:**

Processo: 9800175296 Classe: Ordinária - Demora na tramitação do feito em face de elaborações de laudos periciais e manifestações acerca dos laudos.

Processo: 00000200283000127641 Classe: Ordinária - trânsito em julgado em 05/05/17.

Demora na conclusão (autos recebidos do STJ com tj em 08/08/17, conclusão em 08/11/17).

Processo: 00000200383000186080 Classe: Ordinária - Apenso ao proc. n. 2003.83.00.016573-7.

Processo: 00000200383000261337 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença em ação de improbidade.

Demora na prolação de decisão (conclusos desde 01/12/2015, decisão em 30/03/16).

Demora na conclusão (recebimento e juntada em 27/06/17, conclusão em 06/10/17).

Processo: 00000200883000046400 Classe: Monitória - Feito extinto sem julgamento de mérito (ausência interesse processual). Retorno dos autos à primeira instância em dezembro/2016. Intimação da CEF para iniciar execução em junho/2017. Após manifestação da CEF, com informação do valor devido (início execução; julho/2017), o feito está parado desde agosto/2017 (certidão de juntada de documentos).

Processo: 00000200883000069874 Classe: Ordinária - Os autos retornaram à primeira instância em setembro/2013. Autos sobrestados aguardando o julgamento dos embargos à execução. Expedição de requisitórios de pagamento dos valores incontroversos.

Processo: 00014312020034058300 Classe: Execução de Sentença - Apenso ao proc. n. 00014378-26.2012.4.05.8300.

Processo: 00022656219994058300 Classe: Execução de Sentença - ausência de movimentação de 30/06/16 até 30 de agosto de 2016.

Demora na certificação do decurso do prazo (intimação em 23/02/17, prazo 15 dias, certificação em 03/07/17).

Demora na prolação de decisão (conclusos em 03/07/17, decisão em 31/10/17).

Processo: 00042654420134058300 Classe: Ordinária - processo proposto originariamente na Justiça do Trabalho. Trânsito em julgado em 05/09/17.

Requerimento de execução em 24/10/17.

Processo: 00042901420004058300 Classe: Ordinária - Processo digitalizado.

Processo: 00073969520114058300 Classe: Civil Pública - Demora na tramitação do feito devido às diversas tentativas para intimar o Município de Carpina para manifestação nos autos. Erro material na data da prolação da sentença (22/02/2012), considerando que a conclusão para tal ato e o parecer do MPF ocorreram em outubro/2012. Aguardando prazo para manifestação do interessado na execução.

Processo: 00093461820064058300 Classe: Ordinária - Ação tramitou na Justiça Estadual de Pernambuco e na Justiça do Trabalho, sendo o processo reativado na Justiça Federal em 30/11/16.

Processo: 00101870820094058300 Classe: Ordinária - trânsito em julgado em 12/05/17.

Processo: 00114742619974058300 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.

Processo: 00158748319974058300 Classe: Execução de Título Extrajudicial - Demora na tramitação do feito por dificuldade em realizar a citação. Determinada a desconsideração da personalidade jurídica do executado. Aguardando cumprimento de carta precatória.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo
Ausência intervenção obrig. MPF como custos legis					
0807061-67.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Seguro e outros	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	RICARDO FERREIRA DE PAIVA e outro - 065.948.348-35	COOPERATIVA HABITACIONAL CAXANGA e outros - 11.432.887/0001-03
Demora na conclusão					
0800048-90.2011.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Incidência sobre Proventos de Previdência Privada	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA MATOS - 104.646.034-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0800061-80.2016.4.05.8311	PROCEDIMENT O COMUM	PASEP	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CASSIA VIRGINIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE FREITAS e outro - 233.958.694-15	BANCO DO BRASIL SA e outro - 00.000.000/0001-91
0800189-70.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outro - 10.565.000/0001-92	LINDALVA GOMES DA SILVA e outro - 078.761.804-77
0800466-23.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Enquadramento	Juntada de Certidão de Intimação	GERALDO MAGELA PESSOA e outros - 004.070.974-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800590-74.2012.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Averbação / Contagem de Tempo Especial	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DO CARMO SOARES DA SILVA - 329.149.114-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800759-61.2012.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Contribuição sobre a folha de salários	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CHA GRANDE PREFEITURA e outro - 11.049.806/0001-90	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0800765-29.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Assistência Médico-Hospitalar	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	GILSON DOS PRAZERES SANTOS - 312.202.235-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23

0800811-52.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARTA D EMERY ALVES - 135.127.144-04	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13
0800987-94.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	FELIPE BATISTA DE OLIVEIRA CELULARES - ME e outro - 13.830.630/0001-35
0801133-43.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Retido na fonte	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCOS FERNANDO DE CARVALHO JUNIOR - 583.106.654-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801472-36.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Descontos Indevidos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE BEZERRA NETO - 321.920.964-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0801559-89.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Classificação e/ou Preterição	Conclusos para despacho	CHRISTIANO DE SOUSA RODRIGUES e outros - 039.247.247-33	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0801696-71.2012.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Conclusos para despacho	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	L C S DE BRITO - EPP e outros - 07.486.975/0001-10
0801765-64.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Parcelas de benefício não pagas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MAURICIO MARTINS DE ALMEIDA e outro - 233.174.184-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0802492-23.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anistia Política	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AMARO SOARES FERNANDO - 073.079.504-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0802517-41.2013.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Protesto Indevido de Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INDUSTRIA E COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - 11.799.763/0001-60	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16
0803019-77.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	PATRICIA FREITAS DE MELO e outro - 041.692.174-46
0803327-79.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARIA CELIA DANTAS DE PAULA - 557.850.504-04
0803543-74.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LAURA REGINA COSTA DA SILVA MELO e outro - 869.257.414-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0803681-41.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE CESAR DE OLIVEIRA FERNANDES BARBOSA - 097.171.504-19	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03
0803837-87.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO XAVIER DE MORAES COUTINHO NETO - 100.931.684-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0803916-08.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Obrigação Acessória	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE ITAMARACA - 09.680.315/0001-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23

0804346-52.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PATTY QUEIROZ - 023.897.764-18	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0804961-42.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	EURICO MEDEIROS DO AMARAL NETO - 698.037.904-63
0805068-86.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSE WILLAMS DE LEMOS VASCONCELOS - 086.778.414-82
0805103-46.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE QUEIROZ SILVEIRA e outros - 161.706.877-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0805153-43.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação	Juntada de Petição	SILVINHA SIMOES DE MEDEIROS e outro - 036.729.954-28	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04
0805205-68.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Ato Atentatório à Dignidade da Justiça e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JACIARA MARIA DA CONCEICAO TAVARES e outro - 009.028.914-56	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outros - 10.565.000/0001-92
0805480-51.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANGELA CAVALCANTI MARQUES - 707.783.614-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0805812-81.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16
0806217-54.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Repasse de Verbas Públicas e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE OLINDA. - 10.404.184/0001-09	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0806246-07.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Ex-combatentes	Juntada de Certidão de Intimação	GISELENE SANTOS VIEIRA - 375.105.334-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0806389-30.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VALERIA CALACA DE ALMEIDA - 363.749.704-20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08
0806451-70.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ARTUR ANTONINO DE SOUZA BORBA e outros - 075.131.004-20
0807628-35.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Juntada de Certidão de Intimação	ENILZA FERREIRA DA SILVA e outro - 717.191.644-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0808143-70.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Seguro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RICARDO CORREA LEITE e outros - 374.644.424-15
0811819-55.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA CRISTINA DE MELO DIAS - 034.689.184-10	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06

0800061-80.2016.4.05.8311	PROCEDIMENT O COMUM	PASEP	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CASSIA VIRGINIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE FREITAS e outro - 233.958.694-15	BANCO DO BRASIL SA e outro - 00.000.000/0001-91
0800096-40.2016.4.05.8311	PROCEDIMENT O COMUM	Atualização de Conta	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	LUIZ FERREIRA DO AMARAL JUNIOR - 456.274.364-68	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0802618-73.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	VINICIO TAVARES XAVIER - 092.750.854-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0803406-87.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MUNICÍPIO DE ARAÇOÍABA e outro -	SEVERINO ALEXANDRE SOBRINHO e outros - 102.622.534-53
0803548-57.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Alienação Fiduciária	Juntada de Execução / Cumprimento de Sentença	E. G. ROCHA SILVA ALIMENTOS - ME e outro - 11.111.604/0001-21	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0805426-51.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Direito de Imagem e outros	Juntada de Certidão de Intimação	DALTON FRANCISCO DE ARAÚJO - 012.388.354-73	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
Lapso entre designação de perícia e a realização					
0802618-73.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	VINICIO TAVARES XAVIER - 092.750.854-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria					
0800367-19.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	JOSE GILDO DO NASCIMENTO - 036.834.864-49	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06
0800590-74.2012.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Averbação / Contagem de Tempo Especial	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DO CARMO SOARES DA SILVA - 329.149.114-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800741-06.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Pagamento em Pecúnia	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CARLOS ALBERTO BARBOSA - 052.028.094-68	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16
0801003-48.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Direito de Greve	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CASSIANO HENRIQUE DE ALBUQUERQUE - 050.737.734-62	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO- IFET PETROLINA/PE - 35.447.994/0001-73
0801696-71.2012.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Conclusos para despacho	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	L C S DE BRITO - EPP e outros - 07.486.975/0001-10
0802091-29.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Juros/Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	ASSCONTA - ASSESSORIA CONTABIL E FISCAL LTDA - EPP - 08.258.485/0001-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53

0802618-73.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Adidos, Agregados e Adjuntos	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	VINICIO TAVARES XAVIER - 092.750.854-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0802669-84.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acidente de Trânsito	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92
0802756-40.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Aposentadoria por Invalidez	Juntada de Certidão de Intimação	ANA MARIA SANTIAGO DE LIMA e outros - 072.605.384-81	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0803526-38.2013.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Convênio	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	AVODAH ARTEZANATOS LTDA. - ME - 07.585.134/0001-60	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA e outros - 00.352.294/0001-10
0803600-92.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Agregação e outros	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	SEVERINO PEDRO DA SILVA e outro - 047.250.424-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0803607-79.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Provisória	Juntada de Petição	MARCOS JOSE DA SILVA e outro - 224.753.464-34	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08
0804961-42.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO  DE SENTENÇA	Execução  Previdenciária	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -  INSS - 29.979.036/0001-40	EURICO MEDEIROS DO AMARAL NETO -  698.037.904-63
0805068-86.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSE WILLAMS DE LEMONS VASCONCELOS - 086.778.414-82
0805153-43.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação	Juntada de Petição	SILVINHA SIMOES DE MEDEIROS e outro - 036.729.954-28	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04
0805559-30.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	ELEONORA MARIA DE LIMA e outros - 066.736.944-91	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0808143-70.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Seguro	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RICARDO CORREA LEITE e outros - 374.644.424-15
0808249-32.2015.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	Alex - ocupante da unidade 22 do Galpão da Quixaba e outros -
0808520-07.2016.4.05.8300	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARCELA SOARES WANDERLEY e outro - 048.422.904-47
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão					

0800011-58.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	EXECUTIVE TRANSPORTES SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA - ME - 03.795.763/0001-64
0800367-19.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE GILDO DO NASCIMENTO - 036.834.864-49	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06
0800775-10.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	R & M - COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - EPP e outros - 11.620.304/0001-78
0800811-52.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acesso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARTA D EMERY ALVES - 135.127.144-04	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13
0803327-79.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARIA CELIA DANTAS DE PAULA - 557.850.504-04
0803681-41.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE CESAR DE OLIVEIRA FERNANDES BARBOSA - 097.171.504-19	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03
0804621-64.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Cadastro de Inadimplentes - CADIN	Juntada de Certidão de Intimação	BRASIFACTOR FOMENTO COMERCIAL LTDA - 00.298.270/0001-20	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE (PE) e outros -
0804961-42.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	EURICO MEDEIROS DO AMARAL NETO - 698.037.904-63
0805024-67.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUCIANA DIAS DA SILVA - 028.173.874-22	FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA e outros - 08.905.382/0001-04
0805153-43.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação	Juntada de Petição	SILVINHA SIMOES DE MEDEIROS e outro - 036.729.954-28	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04
0805539-39.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FE DE PE - 41.035.593/0001-09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08
0806217-54.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Repasse de Verbas Públicas e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE OLINDA. - 10.404.184/0001-09	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0807440-76.2014.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16

0809710-05.2016.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANDREA TABOSA PESSOA ROCHA e outro - 387.666.714-34	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão					
0800011-58.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	EXECUTIVE TRANSPORTES SERVICOS E CONSTRUÇOES LTDA - ME - 03.795.763/0001-64
0800061-80.2016.4.05.8311	PROCEDIMENT O COMUM	PASEP	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CASSIA VIRGINIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE FREITAS e outro - 233.958.694-15	BANCO DO BRASIL SA e outro - 00.000.000/0001-91
0800096-40.2016.4.05.8311	PROCEDIMENT O COMUM	Atualização de Conta	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	LUIZ FERREIRA DO AMARAL JUNIOR - 456.274.364-68	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0800189-70.2015.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outro - 10.565.000/0001-92	LINDALVA GOMES DA SILVA e outro - 078.761.804-77
0800590-74.2012.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Averbação / Contagem de Tempo Especial	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DO CARMO SOARES DA SILVA - 329.149.114-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800765-29.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Assistência Médico-Hospitalar	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GILSON DOS PRAZERES SANTOS - 312.202.235-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800897-91.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	FLAVIA CUNHA FREITAS e outros - 008.785.814-21
0800913-79.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROBERTO GUEDES PEREIRA ARCOVERDE FILHO - 099.538.734-61	BANCO DO BRASIL SA e outro - 00.000.000/4537-30
0801133-43.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Retido na fonte	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCOS FERNANDO DE CARVALHO JUNIOR - 583.106.654-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801472-36.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Descontos Indevidos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE BEZERRA NETO - 321.920.964-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0801765-64.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Parcelas de benefício não pagas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MAURICIO MARTINS DE ALMEIDA e outro - 233.174.184-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0802492-23.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anistia Política	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AMARO SOARES FERNANDO - 073.079.504-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23

0802517-41.2013.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Protesto Indevido de Título	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	MASTER COMMERCE INDUSTRIA E COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - 11.799.763/0001-60	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16
0802603-41.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - 00.375.114/0001-16	FACULDADE JOAQUIM NABUCO e outros -
0803019-77.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	PATRICIA FREITAS DE MELO e outro - 041.692.174-46
0803327-79.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARIA CELIA DANTAS DE PAULA - 557.850.504-04
0803543-74.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	LAURA REGINA COSTA DA SILVA MELO e outro - 869.257.414-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0803607-79.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Provisória	Juntada de Petição	MARCOS JOSE DA SILVA e outro - 224.753.464-34	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08
0803639-21.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Financiamento de Produto	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CINKEL CONSTRUTORA E INCORPORADORA KELNER LTDA e outros - 12.763.975/0001-50
0803813-93.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	RMI da pensão de dependente de ex-combatente	Expedição de expediente	MARIA ALICE SEDICIAS DOS SANTOS - 179.899.304-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0803837-87.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Provisória	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	FRANCISCO XAVIER DE MORAES COUTINHO NETO - 100.931.684-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0804621-64.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Cadastro de Inadimplentes - CADIN	Juntada de Certidão de Intimação	BRASIFACTOR FOMENTO COMERCIAL LTDA - 00.298.270/0001-20	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE (PE) e outros -
0805068-86.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSE WILLAMS DE LEMONS VASCONCELOS - 086.778.414-82
0805103-46.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	JOSE QUEIROZ SILVEIRA e outros - 161.706.877-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0805153-43.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação	Juntada de Petição	SILVINHA SIMOES DE MEDEIROS e outro - 036.729.954-28	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04
0805539-39.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Índice de 28,86% Lei 8.622/1993 e 8.627/1993	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES FE DE PE - 41.035.593/0001-09	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08

0805559-30.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELEONORA MARIA DE LIMA e outros - 066.736.944-91	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0805812-81.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16
0806389-30.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VALERIA CALACA DE ALMEIDA - 363.749.704-20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08
0806649-10.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Reforma	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	JOSE TAVARES LEDO NETO - 651.790.304-63	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0807061-67.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Seguro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RICARDO FERREIRA DE PAIVA e outro - 065.948.348-35	COOPERATIVA HABITACIONAL CAXANGA e outros - 11.432.887/0001-03
0807176-25.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anistia Política	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GENILSON MARCOS FERREIRA - 223.794.364-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
0807242-68.2016.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ESTADO DE PERNAMBUCO. - 10.571.982/0001-25	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0807628-35.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Juntada de Certidão de Intimação	ENILZA FERREIRA DA SILVA e outro - 717.191.644-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0808141-66.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Dano ao Erário	Juntada de Substabelecimento	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	HILDEMAR ALVES GUIMARAES - 328.049.544-04
0808478-89.2015.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RUBEM CATUNDA DA SILVA FILHO - 062.606.914-91
0808520-07.2016.4.05.8300	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARCELA SOARES WANDERLEY e outro - 048.422.904-47
0808584-17.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Erro Médico e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	KATARINA MARIA SANTOS DA CUNHA SILVA e outros - 043.944.354-71	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
- Processo em Ordem.					
0800274-90.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Ambiental	Juntada de Certidão de Intimação	BANCO GERADOR S.A - 10.664.513/0001-50	CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 3 REGIAO PE - 00.000.000/0004-76
0800302-29.2012.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Inquérito / Processo / Recurso Administrativo	Conclusos para despacho	ANTONIO CORDEIRO DO NASCIMENTO - 270.526.994-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23

0800415-75.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANTONIO KLEBER DE MORAIS e outro - 056.139.648-58
0800631-59.2017.4.05.8302	PROCEDIMENT O COMUM	Exclusão - ICMS	Juntada de Certidão de Intimação	CIAVE ALIMENTOS LTDA - 07.644.598/0001-09	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0800711-05.2012.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	KELLY DAIANA SILVEIRA LEAL e outro - 009.915.424-28	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outros - 00.360.305/0001-04
0800870-06.2016.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Juntada de Certidão de Intimação	JOSEVALDO MINERVINO SOARES - 076.711.994-00	PERNAMBUCO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART e outros - 02.534.914/0001-68
0801217-39.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Defeito, nulidade ou anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSILEIDE MARIA MONTEIRO DA SILVA - 630.535.194-53	JOSE ERINALDO DO NASCIMENTO e outros -
0801324-49.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSABEL INOJOSA DO REGO BARROS OLIVEIRA - 058.566.694-60	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
0801533-52.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16
0801783-90.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Conclusos para despacho	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	PALLOMA MAYARA LEITE PIRES - 058.898.264-41
0802479-24.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0802628-20.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FESTA CHEIA PRODUCOES E PROPAGANDAS LTDA e outros - 06.179.652/0001-11
0803202-09.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Devolução de contribuições previdenciárias pagas além do teto	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROBERTO AARAO COHEN FOINQUINOS - 179.669.064-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0803328-59.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADRIANA MARIA DA SILVA - 038.740.744-80	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0803564-11.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Contratos Bancários	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOAO ROBERTO FERREIRA e outro - 152.933.004-15
0803894-08.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Revisão/Desconstituição de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO NACIONAL DOS CONTRIBUINTES DE TRIBUTOS - 18.851.198/0001-82	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53

0804403-70.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Agregação	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	BISMARCK AUGUSTO DA SILVA - 085.346.774-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0804759-31.2017.4.05.8300	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	Citação	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA- ESTRUTURA AEROPORTUARIA - 00.352.294/0001-10	INTERESSADOS E NÃO SABIDOS e outros -
0805191-50.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8) e outros	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	JOEL CORREIA DE ARAÚJO - 415.202.114-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0805200-46.2016.4.05.8300	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	Pagamento em Consignação	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CONSORCIO FARMA-ATLANTIS - 20.727.308/0001-40	EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS - 07.607.851/0001-46
0805327-47.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MARIA HELENA DE OLIVEIRA JACQUES e outro - 002.358.734-20	JOSE EUDES DE ARAÚJO LIMA e outros - 005.433.734-87
0805495-83.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Taxa SELIC	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CLARISSA PRADO LIMA - 046.399.714-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0805606-33.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CLAUDIO CARVALHO DA SILVA - 312.023.958-56	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0805652-27.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87)	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	LAETE JOSE RODRIGUES - 293.668.874-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0805840-20.2014.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Repetição de indébito	Juntada de Cota	SOCIEDADE COOPERATIVA COOPVITA - COOPERATIVA DE TRABALHO - 02.820.747/0001-11	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0805897-67.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Prova de Títulos e outros	Juntada de Certidão de Intimação	ANDRE VELOSO MACHADO GUERRA DE MORAIS - 026.772.114-59	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0805904-25.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Gratificação de Incentivo e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MARIANE QUEIROZ BRANDAO - 095.713.874-10	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE e outro - 10.767.239/0001-45
0806047-48.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Termo de Adesão da LC 110/2001	Juntada de Petição	AUTO POSTO MAIS LTDA - 10.979.843/0001-35	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0806180-90.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Reforma	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ELISSANDRO CRUZ DE SOUZA - 026.782.894-27	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23

0806201-37.2014.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE FERNANDO MOREIRA DA SILVA - 611.778.814-20
0806506-21.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Revisão do Saldo Devedor	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MONA LISA PEIXOTO TAVARES DE ARAUJO e outro - 026.817.664-78	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0806629-14.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Adicional de Desempenho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HENRIQUE PIRES PINTO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - 427.414.244-20	CORDENADOR GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS e outro -
0806655-46.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Petição	SERGIO MURILO DE SOUZA SILVA - 233.369.434-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0806942-72.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE NILTON DE OLIVEIRA LIMA e outro - 408.437.504-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0807109-89.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Certidão de Tempo de Serviço	Juntada de Certidão de Intimação	VIRGINIA DA CONCEICAO RIBES AMORIM BEZERRA BRANDAO - 224.767.924-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0807436-05.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS e outros - 360.345.504-59
0807509-40.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ARPEL ARTEFATOS DE PAPEL INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - 24.350.217/0001-90	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0810131-92.2016.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SERVCAF LTDA - 02.726.118/0001-27	Superintendente do Ministério do Trabalho e Emprego no Estado de Pernambuco e outros -
0812384-19.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ORUAM CONSULTORIA LTDA - ME e outros - 05.694.093/0001-15
0814952-08.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Não Cumulatividade	Juntada de Certidão de Intimação	SIND DO COM VAREJ DE DERIVADOS DE PETROLEO NO EST DE PE - 11.008.703/0001-82	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE-PE e outro -
0815322-84.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)	Juntada de Certidão de Intimação	PEDRO PAULO DA SILVA - 428.183.384-68	SENADO FEDERAL - 00.530.279/0001-15
0815506-40.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Intimação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZ FEDERAL DA 3ª VARA EM MANAUS/AM e outro -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0815509-92.2017.4.05.8300	CARTA DE ORDEM CÍVEL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DESEMBARGADOR FEDERAL RELATOR DO TRF DA 5ª REGIÃO e outro -	R V COMBUSTÍVEIS LTDA - null

0815657-06.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Intimação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA EM SALVADOR/BA e outro -	COMANDANTE DA 7ª REGIÃO MILITAR - null
0815742-89.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	MARCIO FERNANDES SANTIAGO 69756759453 - 18.600.993/0001-06
0815843-29.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Revogação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA - 12.216.990/0001-89	ECO + SERVICOS AMBIENTAIS E IMOBILIARIA LTDA - ME e outros - 63.469.811/0001-56

### 6.12.10. Correição anterior e autoinspeção

No tocante às ocorrências de atraso diagnosticadas no relatório da correição de 2016, a vara implantou métodos de controle e acompanhamento da movimentação do acervo e cumprimento de diligências, objetivando eliminar a demora. Ressalta-se, entretanto, que houve, nos últimos 12 meses, número significativo de afastamento de servidores, o que dificultou as atividades da vara.

A partir de setembro/2017, o magistrado que atualmente responde pela vara estabeleceu metas individuais de movimentação do acervo, as quais, desde então, vêm sendo integralmente atingidas por praticamente todos os servidores.

### 6.12.11. Considerações finais

A 12ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão;
3. Demora no cumprimento de despacho;
4. Demora na prática de ato ordinatório; e
5. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 12ª vara federal funciona adequadamente.

## 6.13. 13ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE

### 6.13.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 13ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 9.788/1999 e implantada pela Resolução nº 8/1999 - TRF5 c/c o Ato nº 129/1999 - TRF5. Dentro de sua jurisdição,

cabe à 13ª vara federal processar e julgar as causas penais. Além do previsto anteriormente, compete a unidade processar e julgar as ações, incidentes e quaisquer medidas relacionadas aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores; as ações, incidentes e quaisquer medidas relacionadas aos crimes praticados por organizações criminosas; as cartas precatórias criminais, com exceção apenas das referidas no art. 3º, § 1º, c, da Resolução nº 1/2016 - TRF5.

A unidade funciona no prédio-sede da SJPE, localizado na Av. Recife, 6250, Jiquiá, Recife/PE. A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O expediente da vara é das 9h às 18h.

### **6.13.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores**

A 13ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 12 servidores efetivos.

Inexistem cargos vagos.

#### **6.13.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho, exerce a magistratura desde 25/04/2001, atuando na 13ª vara federal desde 12/09/2005. O magistrado em referência foi vice-diretor do Foro (período de 09/04/2016 a 31/03/2017).

Nos últimos 24 meses, o juiz federal titular esteve afastado pelos seguintes motivos:

FÉRIAS: 25/07/2016 a 23/08/2016 e 17/04/2017 a 15/05/2017;

LICENÇA: 19 a 26/09/2017 (casamento);

ATUAÇÃO COMO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA DO CJF: 2016

O magistrado titular da unidade reside em Recife/PE, cidade onde se situa a sede da seção judiciária.

#### **6.13.2.2. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 13ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

<b>Nome</b>	<b>Cargo efetivo</b>	<b>FC ou CJ</b>	<b>Grau de instrução</b>	<b>Área de formação</b>
FLÁVIA FERRARIO DE MELO	Analista judiciária	FC05	Superior completo	Direito
MARIA E. TRAVASSOS	Não informado	FC04	Superior completo	Direito

CATHARINE VALADARES	Técnica judiciária	FC04	Superior completo	Direito
MARIA LAETITIA DANTAS	Analista judiciária	FC04	Superior completo	Psicologia
WELLGTON C. RIBEIRO	Técnico judiciário	CJ3	Superior Completo	Direito
LUCIANA CAVALCANTI	Analista judiciária	FC04	Superior completo	Direito
LAURA VIRGÍNIA	Técnica judiciária	-	Superior incompleto	Direito
ANA VERÔNICA GUERRA	Analista judiciária	FC04	Superior completo	Odontologia
MONIQUE C. SANTOS	Analista judiciária	FC04	Superior completo	Direito
ALEXANDRE DE SOUZA	Analista judiciário	FC05	Superior completo	Ciências Contábeis
JOSÉ LEONARDO LIMA SANTOS	Técnico judiciário	FC04	Superior completo	Ciências Contábeis
MICHELLE VERAS FALCÃO	Analista judiciária	FC05	Superior completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 13ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que mais da metade dos técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Além dos servidores do quadro da SJPE, há 02 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público): Patrícia de A. Montalvão Soares (DETRAN/PE) e Júlio Cesar de Santana Santos (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco - IPSEP). Há ainda 02 servidores em auxílio, cedidos pelo TRF5.

Inexistem funções comissionadas vagas.

Não há em atuação na unidade jurisdicional em referência servidores sem vínculo com o serviço público.

Inexistem servidores da vara cedidos a outros órgãos ou setores.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, não havia servidores afastados por motivo que não férias.

### 6.13.2.3. Estagiários

Há 03 vagas de estágio previstas para a unidade, estando todas preenchidas. Os 03 estagiários estão atuando na secretaria da vara.

### **6.13.3. Organização da 13ª vara federal**

Dentre os servidores da 13ª vara federal de Pernambuco, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete do magistrado.

#### **6.13.3.1. Secretaria**

Na secretaria, observam-se os seguintes setores e organização:

##### **Sistema PJE**

Triagem Inicial: Ana Verônica e Júlio César;

Conhecimento: Secretaria - Luciana;

Dar ciência às partes: Laura e Elizabeth;

Controlar prazos: José Leonardo;

Audiências para videoconferência: José Cláudio Brasiliense;

Processos sigilosos: Michelle - Monique;

Réu preso: Alexandre;

Audiência: Alexandre - Júlio César;

Minutar: Vlademir - Letícia - Patrícia - Catharine e Flávia.

##### **Sistema Tebas**

Dígito 0 - Laura Virgínia Machado;

Dígitos, 4 e 5 - Maria Elizabeth Travassos;

Dígitos 6 e 7 - Ana Verônica Guerra;

Dígitos 8, 9 e Publicação - José Leonardo Santos;

Réu preso, carta precatória e audiências - Alexandre Arruda;

Procedimentos especiais do Juizado Criminal e processos suspensos (Lei 9.099/96) - Júlio Cesar;

Inquérito policial - José Claudio Brasiliense;

Processos/Inquéritos Lavagem de dinheiro - Michelle e Monique Santos.

Na organização dos processos na secretaria, são colocadas etiquetas na capa dos processos. No controle e na verificação da situação do acervo de processos são utilizados os relatórios obtidos nos Sistemas Tebas (estatística de processos distribuídos, estatística de audiências, processos remetidos sem devolução etc) e PJe (estatística de processos distribuídos, relatório de processos com prazos vencidos etc).

#### **6.13.3.2. Gabinetes dos juízes federais**

A organização dos gabinetes é a seguinte:

Sentenças: Catharine e Flávia;

Despachos, decisões e sentenças: Vlademir, Letícia e Patrícia.

Os processos conclusos para julgamento são ordenados segundo a data de conclusão, com exceção dos feitos com prioridades.

#### **6.13.4. Participação direta do juiz federal em reuniões com a equipe da 13ª vara federal**

Periodicamente, há reuniões para atualização de procedimentos adotados, bem como para exposição de ideias por parte dos servidores que possam agilizar o andamento dos processos/setores.

#### **6.13.5. Planejamento das atividades da 13ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento e a avaliação periódica são realizados por meio dos relatórios obtidos nos sistema Tebas e PJe.

Não são fixadas metas de produtividade.

#### **6.13.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal**

Na secretaria, os membros do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União, os advogados e as partes são atendidos por ordem de chegada.

Em relação ao gabinete, o atendimento é feito primeiro por servidor da secretaria, que localiza o processo, se físico, e inteira-se do assunto. Em seguida, é passado para o oficial de gabinete, que concluirá o atendimento. Caso haja necessidade, os interessados podem ser atendidos pelo magistrado.

A unidade não realiza consulta de satisfação quanto ao atendimento prestado.

#### **6.13.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 13ª vara federal contava com 443 processos em tramitação (54 físicos e 389 eletrônicos - contagem manual em relação aos últimos). A média de processos por servidor em atuação na vara (16) é de 27,68. Inexistiam feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Em outubro/2017, havia 04 processos físicos conclusos para sentença. Com relação aos eletrônicos, a 13ª vara/PE informou não dispor do quantitativo, devido às inconsistências do relatório gerado pelo sistema PJe.

Verificou-se a existência de 74 processos suspensos/sobrestados, nos seguintes termos:

Art. 366 do CPP: 16;

Incidente de insanidade: 03;

Lei 9.099/95: 45;

Parcelamento tributário: 08;

Remetido à PGR: 02.

Não se observou extravio ou restauração de autos nos 24 meses anteriores à correição.

Os números de processos com pendências junto a outros setores da Administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) e/ou advogados são os seguintes:

- Processos com vista ao MPF - 04;
- Processos com vista à DPU - 00;
- Processos com vista ao DPF - 00; e
- Advogado do réu - 00.

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, foram realizadas 350 audiências, todas pelo juiz federal titular. Em igual período, foram realizadas 02 inspeções judiciais pelo magistrado.

No período, foram adiadas/canceladas 85 audiências pelos motivos a seguir: réus ou testemunhas não localizados, pedidos de adiamento apresentados pelas partes, não comparecimento de testemunhas ou partes, apesar de devidamente intimadas etc.

As audiências adiadas ou canceladas foram remarçadas.

#### **6.13.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

De setembro/2015 a outubro/2017, foram distribuídos 175 processos físicos e julgados 297 feitos físicos. Não foram informados os números relativos aos processos eletrônicos, por inconsistências no relatório gerado pelo sistema PJe.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade asseverou que os Sistemas Tebas e PJe não disponibilizam tal informação.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não se aplica.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

A vara informou não ser possível extrair os dados dos sistemas.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

A vara informou não ser possível extrair os dados dos sistemas.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A 13ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco vem atualizando o CNCIAI.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A unidade jurisdicional afirmou não dispor de sistema informatizado para informar esses dados.

### **6.13.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 15 processos físicos (quando da correição tinham 54 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 25 processos (quando da correição tinham 389 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### **6.13.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.13.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0007127172015405830	0
Criminal	0002034732015405830	0
Execução Penal	0008609682013405830	0
Execução Penal	0003757642014405830	

	0	
Criminal	0007824042016405830	Aguardando resposta de ofício.
	0	
Criminal	0007156332016405830	
	0	
Criminal	0001070952006405830	
	0	
Criminal	0000826832017405830	
	0	
Criminal	0004320782002405830	
	0	
Criminal	0000430482013405830	
	0	
Criminal	0007357592015405830	
	0	

OUTROS:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0007547712005405830	Demora no cumprimento do despacho de fl. 908, desde 08.08.2017.
	0	

Outras Observações:	
Processo: 00004304820134058300 Classe: Criminal - trânsito em julgado em 11/05/17.	
Processo: 00078240420164058300 Classe: Criminal - Houve trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal, determinando-se as devidas providências para reparação dos danos.	

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0012043-65.2013.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	Juntada de Certidão	COLTAN INTERNATIONAL INC. e outro -	ALVARO VIEIRA DE MELO CATIVO - 013.353.454-50	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0013357-22.2008.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica	Juntada de Apelação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DANIEL FABIO RAMOS CAVALCANTI e outros - 038.601.064-14	SIM
- Processo em Ordem.						
0001320-50.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	TARCISIO AMORIM FARIAS - 712.270.244-87	SIM
0002934-90.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores e outros	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0004099-41.2015.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE BELARMINO DO CARMO e outro - 157.419.404-63	SIM
0004321-09.2015.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Colaboração com Grupo, Organização ou Associação Destinados à Produção ou Tráfico de Drogas	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM

0005410-04.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Sonegação de contribuição previdenciária	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	THIAGO GABRIEL OLIVEIRA DANYALGIL - 071.526.024-33	SIM
0005889-65.2012.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0007111-97.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Furto Qualificado	Juntada de Certidão de Intimação	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0007277-66.2013.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EUDES ANDRE DA SILVA - 989.143.754-04	SIM
0008611-33.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Processo Suspenso/Sobrestado	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	WEIFEN XU - 015.387.314-01	SIM
0009836-35.2009.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Processo Suspenso/Sobrestado	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0011168-27.2015.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDUARDO CORREIA ALVES e outros - 107.525.204-07	SIM
0014792-50.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LENILSON DE CARVALHO LUCENA - 074.779.084-18	SIM
0809983-47.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0810435-57.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GILMAR DA SILVA DE ALMEIDA - 931.265.659-72	SIM
0810443-34.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CRISTIANO MOREIRA DE OLIVEIRA - 082.116.059-10	SIM
0810453-78.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CLAUMIR HEIDEMANN - 643.594.849-68	SIM
0810506-59.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GERSON COSMO NUNES COUTINHO - 831.066.261-00	SIM
0812774-86.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Tráfico de Drogas e Condutas Afins	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANDRES LUIS BORJAS SANCHEZ e outro -	SIM
0813674-69.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0814697-50.2017.4.05.8300	PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA	Falsidade ideológica e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	RICARDO JOSE PADILHA CARICIO e outro - 642.663.384-49	SIM
0815602-55.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Inserção de dados falsos em sistema de informações	Juntada de Certidão de Intimação	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	THIAGO WILIAN DA SILVA FREITAS -	SIM
0817566-83.2017.4.05.8300	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins	Expedição de expediente	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM

0817813-64.2017.4.05.8300	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Tráfico de Drogas e Condutas Afins	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Tempo permanência com advogado/defensor público						
0012043-65.2013.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	Juntada de Certidão	COLTAN INTERNATIONAL INC. e outro -	ALVARO VIEIRA DE MELO CATIVO - 013.353.454-50	SIM

### 6.13.10. Correição anterior e autoinspeção

Houve determinação do juízo para que a secretaria atendesse às observações apontadas na correição/2016, tais como maior agilidade na juntada de petições, de mandados, na conclusão para despacho e no cumprimento de diligências.

Após a última autoinspeção não foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela vara.

### 6.13.11. Considerações finais

A 13ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 13ª vara federal funciona de modo eficiente.

## 6.14. 14ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - RECIFE/PE

### 6.14.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 14ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada com base nas Resoluções nºs 14/2003 – TRF5 e 15/2003 – TRF5. Detém competência privativa para a conciliação, o julgamento e a execução das causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001.

A unidade funciona no edifício situado na Av. Dantas Barreto, 1080, São José, Recife/PE, e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O expediente da vara é das 9h às 18h.

### 6.14.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores

A 14ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados; b) 11 servidores efetivos, sendo 03 analistas judiciários, 02 oficiais de justiça e 06 técnicos judiciários.

#### **6.14.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Leonardo Augusto Nunes Coutinho, exerce a magistratura desde 25/06/2007, tendo passado a atuar na 14ª vara federal a partir de 25/07/2016.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado nos seguintes períodos:

Férias: 11/02/2016 a 06/03/2016, 06/06/2016 a 11/06/2016, 13/06/2016 a 17/06/2016 e 16/11/2016 a 04/12/2016;

Licenças: 04/04/2016 a 06/04/2016 (licença para tratamento de saúde);

Outros:

22/04/2016 a 22/04/2016 (compensação de plantão forense);

30/05/2016 a 03/06/2016 (afastamento p/participar de curso de especialização);

09/08/2016 a 23/08/2016 (afastamento por motivo de trânsito);

19/09/2017 a 19/09/2017 (afastamento para participar de reunião no CJF).

O referido juiz federal atuou como diretor de Subseção de janeiro/2013 a agosto/2016 e como juiz auxiliar da vice-presidência do TRF5 de 01/09/2017 a 18/09/2017 e de 20/09/2017 a 01/10/2017.

Atua como desembargador federal convocado no Gabinete do Des. Federal Lázaro Guimarães desde 02/10/2017, onde exerceu suas atribuições também no interregno de 19/06/2017 a 18/07/2017.

O juiz federal titular reside em Recife/PE, cidade onde se situa a sede da SJPE.

#### **6.14.2.2. Juiz federal substituto**

O magistrado substituto, Isaac Batista de Carvalho Neto, exerce a magistratura desde 15/01/2014, tendo passado a atuar na 14ª vara federal em 16/11/2016.

O referido juiz é suplente da 3ª turma recursal de pernambuco (07/01/2015 a 06/01/2019).

Nos últimos 24 meses, o juiz federal substituto esteve afastado nos seguintes períodos:

Férias: 18/08/2016 a 05/09/2016;

Outros:

11/07/2016 a 15/07/2016 (afastamento p/compensação de plantão forense);

18/07/2016 a 20/07/2016 (afastamento p/compensação de plantão forense);

26/09/2016 a 30/09/2016 (afastamento p/compensação de plantão forense);

03/11/2016 a 04/11/2016 (afastamento p/compensação de plantão forense);

07/08/2017 a 10/08/2017 (afastamento p/compensação de plantão forense);

14/08/2017 a 18/08/2017 (afastamento p/compensação de plantão forense);

20/10/2017 a 20/10/2017 (afastamento p/compensação de plantão forense);

23/10/2017 a 27/10/2017 (afastamento p/compensação de plantão forense);

30/10/2017 a 31/10/2017 (afastamento p/compensação de plantão forense).

O juiz federal substituto reside em Recife/PE, cidade onde se situa a sede da subseção judiciária.

#### 6.14.2.3. Juiz federal auxiliar

O Juiz federal substituto da 6ª vara da Seção Judiciária de Alagoas, Rafael Tavares da Silva, foi designado para prestar auxílio à 14ª vara/PE, com prejuízo da jurisdição originária.

O juiz em referência exerce a magistratura desde 07/12/2016, tendo passado a atuar na 14ª vara/PE em 11/09/2017.

Participou da banca examinadora de seleção dos conciliadores dos juizados especiais federais da Seção Judiciária de Alagoas em 11/05/2017.

Esteve afastado nos seguintes períodos:

12/12/2016 a 04/05/2017 (afastamento p/ participar de Curso Prático de Iniciação à Magistratura);

05/05/2017 a 14/05/2017 (afastamento por motivo de trânsito);

06/09/2017 a 10/09/2017 (afastamento p/participar de encontro de entidade de classe).

#### 6.14.2.4. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 14ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Ana Lygia Crespo Castro	AJJ	FC 04	Superior Completo	Direito
Carla Lorena Almeida da Costa	TJA	FC 05	Superior Completo	Direito
Claudia Maria Gonçalves de Macêdo Figueiredo	AJA	FC 04	Superior Completo	Direito
Eugênio André Moutelik de Aguiar	AJA	FC 04	Superior Completo	Direito / Engenharia / Física
João Bosco Teixeira Rodrigues	TJA	FC 03	Superior Incompleto	Psicologia
Juliana Borba de Moraes Nogueira	TJ	FC 02	Superior Completo	Ciências Contábeis
Marta Lúcia Valentim Ribeiro	TJ	FC 04	Superior Completo	Engenharia Civil / Direito
Ricardo José Brasiliano Batista	TJS	FC 05	Superior Completo	Direito / Engenharia Mecânica
Sergio Cabral Mota	TJS	FC 05	Superior Completo	Direito
André Ventura	OJ	Não	Superior	Direito / Engenharia

			Completo	
João Oliveira	OJ	Não	Superior Completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 14ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 05 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Há 07 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público):

Nome	Órgão de origem	Cargo/ Função que ocupa	Grau de Instrução	Área de formação
Severina Jakeline Pedrosa de Araújo Albuquerque	HEMOBRÁS	FC 04	Superior Completo	Direito
Mariana Queiroz Medeiros	COMPESA	FC 04	Superior Completo	Direito
Martin Soares de Alencar	JFCE	CJ3	Superior Completo	Direito
Adriana Ferraz Carneiro de Albuquerque	Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco	FC 05	Superior Completo	Direito / Serviço Social
José Roberto Lopes Teixeira	JFCE	FC 04	Superior Completo	Direito / c. contábeis
Delza Monteiro de Oliveira	TRF5	FC 04	Superior Completo	Direito
Rayana Mascarenhas Pinto Martins	TRF5	FC 04	Superior Completo	Direito

Não há servidores da vara cedidos a outros órgãos.

Inexistem servidores afastados por outro motivo que não férias e servidores em auxílio na 14ª vara/PE. Não atuam na unidade jurisdicional em referência requisitados sem vínculo com o serviço público.

Não há funções comissionadas vagas.

#### **6.14.2.5. Estagiários**

Há 05 vagas de estagiários previstas para unidade (04 remuneradas e 01 não remunerada), estando todas preenchidas.

Os estagiários remunerados atuam no gabinete e o não remunerado na secretaria da vara.

#### **6.14.3. Organização da 14ª vara federal**

Atuam na secretaria da unidade 09 servidores e, no gabinete dos magistrados, 07 servidores.

##### **6.14.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara é dividida em setores, conforme abaixo explicitado:

- Setor de Triagem e Conhecimento - realização da triagem inicial do processo, confecção de minutas e atos ordinatórios, realização de intimação eletrônica,

acompanhamento de prazo, confecção de expedientes, realização de intimação eletrônica, elaboração de minutas, remessa do processo à turma recursal e acompanhamento do processo até a certificação do trânsito em julgado, exceto questões relacionadas à perícia e marcação de audiência, as quais são tratadas em setor próprio;

- Setor de Perícia e Audiência – agendamento de perícia, cobrança de laudos atrasados, análise de laudos periciais, elaboração de minutas, acompanhamento de prazos, agendamento de audiências, triagem dos processos de LOAS e AI/AD, realização de intimação eletrônica e assessoramento dos magistrados na realização de audiências; e

- Setor de Execução – remessa de processos à contadoria e ao setor do INSS para cumprimento da obrigação de fazer (Posto Prisma), elaboração de minutas e atos ordinatórios, realização de intimação eletrônica, acompanhamento de prazos, confecção de expedientes, requisições de pagamento e alvarás.

Os processos são organizados em pastas por matéria/setor, de forma a viabilizar a movimentação em fluxos, otimizando o andamento processual. Foi reduzido o número de pastas no sistema, facilitando a movimentação processual e o controle estatístico da tramitação e viabilizando a implantação de metas de desempenho.

Mensalmente, são elaborados relatórios com os dados estatísticos de entrada e saída de processos e quantidade de sentenças prolatadas, bem assim gráficos comparativos dos últimos 12 meses, de modo a visualizar com maior facilidade o acervo da vara em função do tempo.

O próprio sistema Creta controla as prioridades legais e a ordem cronológica dos feitos dentro das respectivas fases processuais. Além disso, as metas estabelecidas mensalmente priorizam a movimentação dos processos parados por mais tempo.

#### **6.14.3.2. Gabinetes dos magistrados federais**

A assessoria trabalha em todos os processos conclusos, tanto do titular como do substituto, e se incluem os processos em pauta de acordo com a data de conclusão do processo. Os processos são organizados por matéria, cada uma delas sob a responsabilidade de um assessor/estagiário específico.

#### **6.14.4. Participação dos magistrados em reuniões com a equipe da 14ª vara federal**

Na reunião mensal, com participação dos magistrados, a acontecer no segundo dia útil de cada mês, são debatidas questões de interesse do serviço, sendo, também, oportunidade para confraternização. Na ocasião, são buscadas soluções, pensadas coletivamente, para os melhoramentos dos métodos e rotinas.

#### **6.14.5. Planejamento das atividades da 14ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento das atividades da vara é realizado com a participação dos magistrados, do diretor e dos supervisores, sendo feito mensalmente, com a implantação de metas mensais de redução de acervo e produtividade. Estas metas são apresentadas na reunião mensal, no início de cada mês. Na metade do mês, é realizada reunião com os supervisores para verificação do cumprimento das metas e eventuais correções.

Nas avaliações periódicas de resultados, são utilizadas as ferramentas disponibilizadas

pelo próprio sistema Creta (relatório de atividade de servidor; relatório de processos distribuídos, julgados e arquivados; tempo médio de tramitação), sendo ainda aferido o grau de satisfação do jurisdicionado.

Quanto à frequência, recorre-se ao relatório de atividades de servidor semanalmente, enquanto que a utilização das demais ferramentas acima referidas se dá mensalmente.

A fixação das metas ocorre em torno da redução do tempo de tramitação, priorização dos processos parados há mais dias, atendimento das metas estabelecidas pelo CNJ e redução do acervo da vara.

#### **6.14.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 14ª vara federal e nos gabinetes dos magistrados**

O atendimento ao público das partes, advogados, procuradores, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública é realizado por ordem de chegada, havendo sempre um servidor responsável pelo atendimento durante todo o expediente.

Nos gabinetes, as partes, advogados e membros do MPF e da DPU são atendidos pelo(a) magistrado(a) ao qual o processo se vincula, sem necessidade de prévio agendamento.

A unidade não dispõe de mecanismo formal de pesquisa de satisfação, mas as reclamações são prontamente atendidas e eventuais erros são imediatamente corrigidos.

#### **6.14.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 5.242 processos em tramitação na 14ª vara federal. Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em exercício na vara (18), a média de processos por servidor e de 291,22.

Em novembro/2017, havia 1.612 processos conclusos para sentença (730 - titular, 882 - substituto). Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

No JEF, havia 43 processos suspensos/sobrestados, sendo:

Aguardando julgamento de conflito de competência: 07;

Sobrestados por força de incidente de uniformização processado na TNU: 32;

Sobrestados em razão de PUIL – STJ: 03;

Sobrestados por repercussão geral reconhecida em decisão proferida pelo STF: 01.

Não se observou o extravio ou restauração de autos nos últimos 24 meses.

Foi constatada a existência de 116 feitos com pendência junto ao posto Prisma do INSS e de outros 298 na contadoria do foro.

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, foram realizadas 598 audiências pelo juiz titular e 572 pelo juiz substituto.

Foram 04 as inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses (02 - titular, 02

substituto).

As atividades de conciliação abarcadas por igual período somam 674. As audiências adiadas ou canceladas, num total de 195, foram remarcadas, conforme o motivo que levou ao adiamento ou cancelamento.

#### **6.14.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Não foi cumprida a meta 1.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Meta 2 cumprida.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Meta 3 alcançada.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Meta atingida.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

## Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

## Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões

Não se aplica.

### 6.14.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 200 processos do Sistema Creta (quando da correição tinham 5.242 feitos em tramitação ajustada).

#### 6.14.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na certificação de decurso de prazo	<a href="#">0501692-68.2016.4.05.8300</a>	Juntada do mandado em 26/09/16 e certidão da não apresentação de contestação em 22/02/17.
	<a href="#">0500106-59.2017.4.05.8300</a>	O documento atestando a ausência de citação é datado de maio/2017, com a certificação de tal ato apenas em agosto/2017.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Demora/ausência na cobrança do cumprimento de mandados	<a href="#">0521599-29.2016.4.05.8300</a>	Carta de citação expedida em 31/05/17, devolução em 25/10/17.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0513007-11.2007.4.05.8300</a>	Petição juntada em 18/09/17 e sem conclusão até o momento .
	<a href="#">0520465-79.2007.4.05.8300</a>	Ausência de conclusão após a fase lançada em 06/09/2017, já que nela se fala que será feita conclusão, mas não há lançamento ulterior.
	<a href="#">0521795-14.2007.4.05.8300</a>	Fev-ago/2017.
	<a href="#">0531775-77.2010.4.05.8300</a>	Demora de 05/05/2017 a 01/08/2017.
	<a href="#">0500623-98.2016.4.05.8300</a>	Petição juntada em 31/08/17 e conclusão em 16/11/17.
	<a href="#">0501959-40.2016.4.05.8300</a>	Recebidos os autos em 12/07/16, conclusos em 20/09/16 .
	<a href="#">0502562-16.2016.4.05.8300</a>	Demora para a conclusão realizada em 01/12/2016, uma vez que o feito se encontrava no gabinete desde 13/07/2016. Demora para a conclusão efetivada em 15/05/2017, já que a ação se encontrava em suposta análise inicial (triagem) desde 21/03/2017.
	<a href="#">0503384-05.2016.4.05.8300</a>	Desarquivado em 06/09/2017, aguarda conclusão da secretaria.
	<a href="#">0503826-68.2016.4.05.8300</a>	De 26/05/2017 a 15/09/2017.
	<a href="#">0503840-52.2016.4.05.8300</a>	Março-maio/2017.
<a href="#">0505015-81.2016.4.05.8300</a>	Ausência de conclusão após a última fase lançada (05/09/2017).	

	<a href="#">0505263-47.2016.4.05.8300</a>	Demora para a conclusão realizada em 05/10/2016, já que o feito estava no gabinete desde 05/07/2016.
	<a href="#">0506073-22.2016.4.05.8300</a>	Dez/2016-jun/2017.
	<a href="#">0506218-78.2016.4.05.8300</a>	Jul/2016-março/2017.
	<a href="#">0506691-64.2016.4.05.8300</a>	Demora para a conclusão efetivada em 07/11/2016, uma vez que, em 31/08/2016, o feito já estava com a Assessoria.
	<a href="#">0506754-89.2016.4.05.8300</a>	Out/2016 - maio/2017.
	<a href="#">0507545-58.2016.4.05.8300</a>	Set/2016-jan/2017.
	<a href="#">0507834-88.2016.4.05.8300</a>	De 03.10.2016 a 12.05.2017.
	<a href="#">0508363-10.2016.4.05.8300</a>	Processo na Assessoria desde out/2017.
	<a href="#">0509173-82.2016.4.05.8300</a>	Juntada em 10/10/16, conclusos em 17/05/17.
	<a href="#">0511833-49.2016.4.05.8300</a>	De 28/08/2011 a 08/11/2017.
	<a href="#">0512296-88.2016.4.05.8300</a>	Desarquivado em 21/09/2017, permanece sem conclusão da secretaria.
	<a href="#">0521530-94.2016.4.05.8300</a>	De 16/03/2017 a 14/09/2017.
	<a href="#">0500125-65.2017.4.05.8300</a>	Jun/2017-out/2017.
	<a href="#">0500222-65.2017.4.05.8300</a>	De 16/05/17 a 01/12/17.
<b>Total de Ocorrências: 25</b>		
Demora/ausência na conclusão para sentença	<a href="#">0507905-66.2011.4.05.8300</a>	De 21/02/2017 a 21/07/2017.
	<a href="#">0519759-18.2015.4.05.8300</a>	Feito na Assessoria desde 02/06/2017. Conclusão para sentença apenas em 13/07/2017.
	<a href="#">0501209-38.2016.4.05.8300</a>	Documentos juntados em 27/10/16 e conclusão em 10/04/17.
	<a href="#">0501466-63.2016.4.05.8300</a>	Processo recebido pela Assessoria em 29/06/2017 e concluso para sentença em 27/09/2017. Feito em trâmite na Turma Recursal.
	<a href="#">0505039-12.2016.4.05.8300</a>	Audiência realizada em 29/03/17 e sem conclusão até o momento.
	<a href="#">0506218-78.2016.4.05.8300</a>	Desde jun/2017.
	<a href="#">0506666-51.2016.4.05.8300</a>	Processo recebido pela Assessoria em 13/07/2017. Concluso para sentença em 10/10/2017.
	<a href="#">0507816-67.2016.4.05.8300</a>	Contrarrazões aos embargos declaratórios em 19/07/2017, conclusão em 22/11/2017.
	<a href="#">0508690-52.2016.4.05.8300</a>	Último ato em 02/09/2016; conclusão em 17/11/2016.
	<a href="#">0500829-79.2016.4.05.8311</a>	Contestação juntada em 16/06/16 e conclusão em 14/02/17.
	<a href="#">0503556-11.2016.4.05.8311</a>	Demora para a conclusão realizada em 22/11/2017, uma vez que, desde 01/06/2017, o feito se encontrava com a

		Assessoria.
	<a href="#">0500025-13.2017.4.05.8300</a>	De 20.06.2017 a 30.10.2017.
	<a href="#">0500245-11.2017.4.05.8300</a>	Ago-nov/2017.
<b>Total de Ocorrências: 13</b>		
Demora na cobrança de devolução das cartas precatórias expedidas e não devolvidas - juízo deprecante	<a href="#">0501800-97.2016.4.05.8300</a>	Carta precatória expedida em 30/06/16 e nova carta expedida em 09/08/17 sem cobrança.
	<a href="#">0500191-45.2017.4.05.8300</a>	Expedida em 21/03/17 e devolvida em 22/08/17.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Demora na expedição de mandados/ofícios/editais/cartas precatórias	<a href="#">0503273-21.2016.4.05.8300</a>	Na data de 12/01/2017 a 16/06/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora na prolação da sentença	<a href="#">0527593-82.2009.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0502935-23.2011.4.05.8300</a>	De 13/09/16 a 28/06/17 (anexo 40); de 24/07/17 (anexo 44) a 14/11/17.
	<a href="#">0518737-22.2015.4.05.8300</a>	Março-nov/2017.
	<a href="#">0501959-40.2016.4.05.8300</a>	Conclusos em 10/02/17, sentença em 24/05/17.
	<a href="#">0504232-89.2016.4.05.8300</a>	Da data de 20/02/2017 a 21/08/2017.
	<a href="#">0504930-95.2016.4.05.8300</a>	Conclusos em 25/11/16, sentença em 20/03/17.
	<a href="#">0505131-87.2016.4.05.8300</a>	Desde junho de 2016.
	<a href="#">0505313-73.2016.4.05.8300</a>	Desde fev/2017.
	<a href="#">0505466-09.2016.4.05.8300</a>	De 27/07/17 a 25/10/17 - anexos 18 e 19, respectivamente.
	<a href="#">0506438-76.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença desde fevereiro/2017 (Assessoria) e maio/2017 (Magistrado).
	<a href="#">0506536-61.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 28/06/16, sentença em 02/08/17.
	<a href="#">0506555-67.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença desde agosto/2017. Petição apresentada em outubro/2017.
	<a href="#">0506637-98.2016.4.05.8300</a>	Desde 10.08.2017.
	<a href="#">0507095-18.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde abril/2017.
	<a href="#">0507226-90.2016.4.05.8300</a>	De 01.08.2017 a 29.11.2017.
	<a href="#">0507398-32.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 10/08/2017.
	<a href="#">0508278-24.2016.4.05.8300</a>	Conclusão em 17/08/17.
	<a href="#">0508671-46.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença desde março/2017.
	<a href="#">0508690-52.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 17/11/2016, sentença em 05/05/2017.

	<a href="#">0509173-82.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 14/09/17.
	<a href="#">0509289-88.2016.4.05.8300</a>	Concluso para sentença desde setembro/2017.
	<a href="#">0509351-31.2016.4.05.8300</a>	Desde 10.04.2017.
	<a href="#">0509375-59.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 26/08/2017.
	<a href="#">0509817-25.2016.4.05.8300</a>	De 15/02/17 (anexo 28) a 25/10/17.
	<a href="#">0511596-15.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença (embargos de declaração) desde setembro/2017.
	<a href="#">0513482-49.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença desde 27/09/2017.
	<a href="#">0521405-29.2016.4.05.8300</a>	Desde 10.05.2017.
	<a href="#">0521501-44.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 19/03/2017, sentença em 11/09/2017.
	<a href="#">0521635-71.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 12/04/17 e sem sentença até o momento.
	<a href="#">0521642-63.2016.4.05.8300</a>	Autos conclusos desde 07/04/2017, conforme anexo 23.
	<a href="#">0521679-90.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso desde 01/05/2017 e não houve prolação de sentença até o momento.
	<a href="#">0521763-91.2016.4.05.8300</a>	Conclusão em 08/08/2017, sentença em 17/11/2017.
	<a href="#">0521766-46.2016.4.05.8300</a>	De 03/05/17 (anexo 15) a 10/10/17.
	<a href="#">0521767-31.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 13/03/2017, sentença em 30/11/2017.
	<a href="#">0500077-09.2017.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença desde março/2017.
	<a href="#">0500080-61.2017.4.05.8300</a>	Conclusos em 16/02/17, sentença em 21/08/17.
	<a href="#">0500102-22.2017.4.05.8300</a>	Demora para a prolação da sentença lançada em 24/10/2017, uma vez que o feito se encontrava concluso desde 18/04/2017.
	<a href="#">0500108-29.2017.4.05.8300</a>	Concluso desde 29/03/2017.
	<a href="#">0500175-91.2017.4.05.8300</a>	Conclusão em 15/03/17 e sentença proferida em 04/10/17.
	<a href="#">0500226-05.2017.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença desde abril/2017.
	<a href="#">0500235-64.2017.4.05.8300</a>	Conclusos em 22/03/17, sentença em 25/10/17.
<b>Total de Ocorrências: 41</b>		
Demora na prolação de decisão/despacho	<a href="#">0526048-11.2008.4.05.8300</a>	De 06.07.2016 a 20.05.2017 e desde 22.05.2017.
	<a href="#">0523182-59.2010.4.05.8300</a>	De 12/07/17 a 18/09/17 - anexos 52 e 53.
	<a href="#">0512691-22.2012.4.05.8300</a>	Processo concluso para decisão desde outubro/2017 (Assessoria) e novembro/2017 (Magistrado).
	<a href="#">0515835-</a>	Demora para a prolação do despacho lançado em

	<a href="#">96.2015.4.05.8300</a>	18/10/2016, uma vez que, desde 18/05/2016, o feito se encontrava com a Assessoria.
	<a href="#">0502209-73.2016.4.05.8300</a>	De 31/05/17 a 29/09/17 - anexos 87 e 88, respectivamente.
	<a href="#">0503853-51.2016.4.05.8300</a>	De 21/06/16 a 18/10/17 - anexos 21 e 23, respectivamente. De 10/03/17 a 08/11/17 - anexos 27 e 28, respectivamente.
	<a href="#">0504232-89.2016.4.05.8300</a>	Demora no Despacho de 16/07/2016 a 11/02/2017.
	<a href="#">0505006-22.2016.4.05.8300</a>	De 23/08/16 a 17/05/2017 - anexos 15 e 16, respectivamente.
	<a href="#">0505890-51.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 23/11/2016, despachado em 18/09/2017.
	<a href="#">0506248-16.2016.4.05.8300</a>	Conclusos em 14/11/16, despacho em 20/03/17.
	<a href="#">0506483-80.2016.4.05.8300</a>	De 19/12/16 a 24/07/17 - anexos 32 e 33, respectivamente.
	<a href="#">0507095-18.2016.4.05.8300</a>	Jun/2016 - março/2017.
	<a href="#">0507188-78.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença dos Embargos desde 21/08/2017.
	<a href="#">0509351-31.2016.4.05.8300</a>	De 02.08.2016 a 25.11.2016
	<a href="#">0521522-20.2016.4.05.8300</a>	Demora para a prolação da decisão de 31/07/2017, já que, desde 22/03/2017, o feito se encontrava com a Assessoria.
	<a href="#">0521540-41.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 30/03/2017, despacho em 01/12/2017.
	<a href="#">0521624-42.2016.4.05.8300</a>	Jan-jul/2017.
	<a href="#">0500012-14.2017.4.05.8300</a>	Concluso em 19/03/17 e despacho proferido em 18/09/17.
	<a href="#">0500025-13.2017.4.05.8300</a>	De 20.01.2017 a 08.06.2017.
	<a href="#">0500132-57.2017.4.05.8300</a>	Ato ordinatório (abril-out/2017).
	<a href="#">0500191-45.2017.4.05.8300</a>	Processo iniciado em 07/01/17 e decisão sobre o pedido de antecipação de tutela proferida em 15/03/17.
	<a href="#">0500240-86.2017.4.05.8300</a>	Réplica à contestação apresentada em 20/01/17 e despacho proferido em 19/10/17.
	<a href="#">0500245-11.2017.4.05.8300</a>	Março-agosto/2017.
<b>Total de Ocorrências: 23</b>		
Demora na realização da audiência	<a href="#">0500191-45.2017.4.05.8300</a>	Contestação juntada em 11/09/17 e ainda não houve marcação de audiência.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora no cumprimento de diligências	<a href="#">0503764-28.2016.4.05.8300</a>	Demora no cumprimento das diligências relativas ao despacho lançado em 03/09/2016.
	<a href="#">0504459-79.2016.4.05.8300</a>	Demora na expedição da carta de citação de Mauricéia, ato determinado em 27/05/2017, com a expedição do documento em 21/06/2017.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Demora no cumprimento de	<a href="#">0508690-</a>	Aguardando atos da secretaria desde 02/08/2017.

sentença	<a href="#">52.2016.4.05.8300</a>	
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora no cumprimento dos mandados	<a href="#">0506637-98.2016.4.05.8300</a>	De 26.08.2016 a 29.12.2016.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora para a realização da perícia	<a href="#">0521410-51.2016.4.05.8300</a>	Aguardando laudo complementar desde 12/07/17.
	<a href="#">0521576-83.2016.4.05.8300</a>	Remarcação da perícia em 12/06/17, laudo pericial em 27/10/17.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Inexistência de cobrança de devolução de carta precatória	<a href="#">0504459-79.2016.4.05.8300</a>	Não houve cobrança para o cumprimento da carta de citação de Luzinete Batista, documento expedido em março/2017. Apenas em outubro foi cientificado o decurso do prazo para contestação da parte.
	<a href="#">0500106-59.2017.4.05.8300</a>	
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0508233-35.2007.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0512995-94.2007.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0524399-11.2008.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0527876-42.2008.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0508723-86.2009.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0523440-06.2009.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0528580-21.2009.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0505511-23.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0509437-12.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0515036-29.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0528205-83.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0506234-08.2011.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0515137-95.2012.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0513817-73.2013.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0518503-11.2013.4.05.8300</a>	Desarquivado em 20/07/2017.
	<a href="#">0505082-17.2014.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0519294-43.2014.4.05.8300</a>	
<a href="#">0511359-15.2015.4.05.8300</a>		

<a href="#">0518991-92.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519481-17.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500050-60.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500337-23.2016.4.05.8300</a>	Feito em trâmite na Turma Recursal.
<a href="#">0500469-80.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500569-35.2016.4.05.8300</a>	Processo em trâmite na Turma Recursal.
<a href="#">0500884-63.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501419-89.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501432-88.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501437-13.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501621-66.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502046-93.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502135-19.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502147-33.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502150-85.2016.4.05.8300</a>	Processo em trâmite na Turma Recursal.
<a href="#">0502560-46.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502613-27.2016.4.05.8300</a>	Concluso para Sentença dos Embargos Declaratórios.
<a href="#">0502635-85.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502874-89.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503244-68.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503362-44.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503854-36.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504030-15.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504289-10.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504732-58.2016.4.05.8300</a>	Processo em fase de execução.
<a href="#">0504818-29.2016.4.05.8300</a>	Recebido da Contadoria em 13/11/2017 (aguarda prazo).
<a href="#">0504912-</a>	Feito em trâmite na Turma Recursal.

	<a href="#">74.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0505008-89.2016.4.05.8300</a>	Feito em trâmite na Turma Recursal.
	<a href="#">0505059-03.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0505302-44.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0505630-71.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0505670-53.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0505737-18.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0505964-08.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0506036-92.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0506040-32.2016.4.05.8300</a>	Recurso em trâmite na Turma Recursal.
	<a href="#">0506220-48.2016.4.05.8300</a>	Recurso em trâmite na Turma Recursal.
	<a href="#">0506501-04.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0506585-05.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0506649-15.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0506697-71.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0506928-98.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0511227-21.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0512930-84.2016.4.05.8300</a>	Concluso para sentença em 24/11/2017.
	<a href="#">0521510-06.2016.4.05.8300</a>	Concluso para sentença em 24/11/2017.
	<a href="#">0521515-28.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0521570-76.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0521631-34.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500069-32.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500072-84.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500130-87.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500218-28.2017.4.05.8300</a>	
<b>Total de Ocorrências: 70</b>		
Processos irregularmente	<a href="#">0523182-</a>	Petição pendente de exame desde 26/09/17 (anexo 55).

paralisados	<a href="#">59.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0512857-88.2011.4.05.8300</a>	Abril/2017- set/2017.
	<a href="#">0520713-06.2011.4.05.8300</a>	Feito irregularmente paralisado no período compreendido entre 29/03/2017 e 08/11/2017.
	<a href="#">0508226-62.2015.4.05.8300</a>	Cconclusão para sentença desde 07.11.2016.
	<a href="#">0516900-29.2015.4.05.8300</a>	Sem movimentação entre 02/09/2016 e 25/07/2017.
	<a href="#">0503284-50.2016.4.05.8300</a>	Petição pendente de exame desde 06/09/17 (anexo 53).
	<a href="#">0503374-58.2016.4.05.8300</a>	Processo sem movimentação desde a audiência realizada em 21/11/16.
	<a href="#">0503517-47.2016.4.05.8300</a>	Feito sem movimentação no período compreendido entre 06/10/2016 e 14/08/2017.
	<a href="#">0504444-13.2016.4.05.8300</a>	Sem movimentação desde 18/01/2017.
	<a href="#">0504604-38.2016.4.05.8300</a>	Sem movimentação entre 05/07/2016 e 17/05/2017.
	<a href="#">0505263-47.2016.4.05.8300</a>	Feito sem movimentação no período compreendido entre 15/02/2017 e 29/11/2017, momento em que foi proferida a sentença.
	<a href="#">0506483-80.2016.4.05.8300</a>	Desde 28/07/17 - anexo 42.
	<a href="#">0506691-64.2016.4.05.8300</a>	Processo sem movimentação no período compreendido entre 24/03/2017 e 20/11/2017.
	<a href="#">0506754-89.2016.4.05.8300</a>	Desde agosto/2017.
	<a href="#">0507335-07.2016.4.05.8300</a>	Sem movimentação desde 20/01/17.
	<a href="#">0507398-32.2016.4.05.8300</a>	Sem movimentação entre 16/09/2016 e 11/05/2017.
	<a href="#">0507545-58.2016.4.05.8300</a>	Desde abril/2017.
	<a href="#">0509124-41.2016.4.05.8300</a>	De 24/08/2016 a 02/08/2017.
	<a href="#">0509375-59.2016.4.05.8300</a>	Processo sem movimentação entre 02/09/2016 e 25/07/2017.
	<a href="#">0511067-93.2016.4.05.8300</a>	Processo parado desde agosto/2016. Só houve movimentação processual em maio/2017, quando a parte autora pediu o prosseguimento do feito.
	<a href="#">0511966-91.2016.4.05.8300</a>	De 23/01/2017 a 08/11/17.
	<a href="#">0513482-49.2016.4.05.8300</a>	De 31/10/2016 a 23/06/2017.
	<a href="#">0521407-96.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521678-08.2016.4.05.8300</a>	Feito sem movimentação desde 22/05/2017.	
<a href="#">0500081-46.2017.4.05.8300</a>	De 23/01/2017 a 08/06/2017.	
<b>Total de Ocorrências: 25</b>		
Processos sem movimentação	<a href="#">0500548-</a>	De 19.07.2017 a 09.11.2017.

processual em período determinado	<a href="#">93.2015.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0501692-68.2016.4.05.8300</a>	17/05/16 a 05/08/16.
	<a href="#">0503945-29.2016.4.05.8300</a>	Houve juntada de um processo administrativo em novembro/2016, somente tendo havido nova movimentação processual em março/2018 (conclusão para perícia).
	<a href="#">0504287-40.2016.4.05.8300</a>	Comando p/ fazer conclusão em 25/11/16, conclusos em 01/08/17 e último movimento datado de 20/08/17.
	<a href="#">0505868-90.2016.4.05.8300</a>	Desde 04.07.2017.
	<a href="#">0506203-12.2016.4.05.8300</a>	De 24/08/16 a 06/12/16, de 16/02/17 a 26/07/17, e daí até 09/11/17.
	<a href="#">0506248-16.2016.4.05.8300</a>	De 17/07/17 a 15/09/17.
	<a href="#">0506483-80.2016.4.05.8300</a>	De 14/06/16 a 13/09/16 - anexos 26 e 27, respectivamente.
	<a href="#">0507834-88.2016.4.05.8300</a>	Desde 14.06.2017.
	<a href="#">0508278-24.2016.4.05.8300</a>	De 08/08/16 a 04/07/17 - anexos 29 e 30, respectivamente.
	<a href="#">0509099-28.2016.4.05.8300</a>	Permanência excessiva dos autos conclusos para sentença - de 03/11/16 (anexo 33) a 08/05/17.
	<a href="#">0511067-93.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0511953-92.2016.4.05.8300</a>	De 07/04/17 a 16/10/17.
	<a href="#">0521430-42.2016.4.05.8300</a>	Processo sem movimentação processual no período compreendido entre março/2017 (concluso para sentença) e setembro/2017 (determinação de diligência).
	<a href="#">0521464-17.2016.4.05.8300</a>	Desde 26.07.2017.
	<a href="#">0521542-11.2016.4.05.8300</a>	Permanência excessiva dos autos conclusos para sentença - de 14/02/17 a 21/08/17 - anexos 13 e 15, respectivamente.
	<a href="#">0521637-41.2016.4.05.8300</a>	Desde 16.05.2017.
	<a href="#">0500020-88.2017.4.05.8300</a>	Aparente falta de movimentação processual no período compreendido entre 09/02/2017 e 26/05/2017.
	<a href="#">0500081-46.2017.4.05.8300</a>	De 25/06/2017 a 31/10/2017.
<a href="#">0500235-64.2017.4.05.8300</a>	Último movimento em 25/10/17.	
		<b>Total de Ocorrências: 20</b>

#### 6.14.10. Correição anterior e autoinspeção

Quando da realização dos trabalhos da última correição, em 2016, foi contatada demora no andamento processual (na conclusão; para expedir mandado; no cumprimento de despacho; para marcar audiência), bem como a paralisação irregular de processos correicionados.

Informa a unidade jurisdicional que, desde o final de 2016, vem sofrendo com a falta de servidores. A solução tem sido a requisição de serventuários de outros órgãos, o que tem sido feito desde 2016, tendo a última requisição para completar o quadro atual de servidores ocorrido em 30 de outubro de 2017.

Com o incremento no número atual de servidores, e com a implantação de metas mensais de desempenho, afirma estar gradualmente diminuindo o prazo do andamento dos processos.

Na última inspeção, foram verificadas muitas movimentações irregulares e demora no andamento de processos. Assim, ficaram estabelecidas, como metas principais da vara, a padronização dos procedimentos e a redução do tempo de tramitação processual.

Têm sido apresentadas mensalmente aos servidores, por ocasião das reuniões mensais, além das metas de desempenho acima apontadas, pequenas aulas expositivas de utilização correta dos sistemas e de padronização dos procedimentos, todas elas utilizando slides no *power point* e outras ferramentas de exposição.

Embora não tenha chegado aos níveis desejados, afirma a 14ª vara ter dado um salto na melhoria da tramitação processual, evitando a atrasos e movimentações irregulares.

#### **6.14.11. Considerações finais**

A 14ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de sentença;
3. Demora na prolação de despacho/decisão; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 14ª vara federal funciona adequadamente.

### **6.15. 15ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - RECIFE/PE**

#### **6.15.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 15ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada com base nas Resoluções nºs 14/2003 – TRF5 e 15/2003 – TRF5. Detém competência privativa para a conciliação, o julgamento e a execução das causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001.

A unidade funciona no edifício situado na Av. Dantas Barreto, 1080, São José, Recife/PE, e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O expediente da vara é das 9h às 18h.

### **6.15.2. Corpo funcional - juízas federais e servidores**

A 15ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistradas; b) 15 servidores efetivos (do quadro da SJPE), sendo 04 analistas judiciários, 02 executantes de mandados e 09 técnicos judiciários.

#### **6.15.2.1. Juíza federal titular**

A juíza federal titular da vara, Ivana Mafra Marinho, exerce a magistratura desde 14/03/2007, atuando na 15ª vara federal desde 31/03/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada titular esteve afastada, em razão de férias, ao longo dos seguintes períodos:

03/11/2015 a 20/11/2015;

07/01/2016 a 05/02/2016;

16/06/2016 a 03/07/2016;

16/11/2016 a 27/11/2016;

02/03/2017 a 26/03/2017;

10/07/2017 a 14/07/2017;

18/09/2017 a 05/10/2017;

07/10/2017 a 17/10/2017.

A juíza federal titular reside em Recife/PE, cidade onde se situa a vara.

#### **6.15.2.2. Juíza federal substituta**

A juíza federal substituta, Liz Corrêa de Azevedo, exerce a magistratura desde 15/01/2014, atuando na 15ª vara federal desde 28/08/2014. A magistrada é ainda suplente da 1ª turma recursal da SJPE desde 07/05/2015 (Ato nº 237/2015 – TRF5).

Nos últimos 12 meses, a magistrada substituta esteve afastada nos seguintes períodos:

Férias: 16/05/2016 a 14/06/2016, 17/10/2016 a 15/11/2016, 03/04/2017 a 16/04/2017, 19/06/2017 a 04/07/2017 e 14/08/2017 a 12/09/2017;

Afastamento para participar de especialização: 17/04/2017 a 20/04/2017.

A juíza federal substituta reside em Recife/PE, cidade onde se situa a vara.

#### **6.15.2.3. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à

formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 15ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Paulo de Tarso de Oliveira Portela	Técnico Judiciário	FC 03	Superior Completo	Jurídica
Eládio Nascimento de Alencar	Técnico Judiciário	FC 04	Superior Completo	Jurídica
Mariana Camelo de Andrade Trajano Mendes	Técnico Judiciário	FC 04	Superior Completo	Odontologia
Paulo Roberto Aguiar Bayma	Técnico Judiciário	FC 05	Superior Completo	Odontologia
Anaximenes Isaque Menezes de Souza	Técnico Judiciário	FC 04	Superior Completo	Jurídica
Maria Carla Cortizo Ribeiro	Técnico Judiciário	FC 05	Superior Completo	Engenharia Química
Adélia Maria Cavalcante Viana	Técnico Judiciário	CJ 03	Superior Completo	Jurídica
Renata Azambuja Gomes	Técnico Judiciário	FC 02	Superior Completo	Biologia
Evandro José Lira Marinho	Técnico Judiciário	FC 03	Superior Completo	História
Rita de Cássia M. Q. Machado	Analista Judiciária Executante de Mandados		Superior Completo	Jurídica
Danielle Camello de Barros Monteiro	Analista Judiciária Executante de Mandados		Superior Completo	Jurídica
Maria da Conceição Rio do Rego Barros	Analista Judiciário	FC 04	Superior Completo	Jurídica
Mônica Asfora Correia de Barros	Analista Judiciário	FC 05	Superior Completo	Jurídica
João Batista Cabral de Andrade	Analista Judiciário	FC 04	Superior Completo	Jurídica
Vanessa Danielle Nascimento Victor	Analista Judiciário	FC 05	Superior Completo	Jurídica

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 15ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os técnicos judiciários detêm ensino superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Há 02 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público): João Gabriel Soares de Mello, técnico judiciário do Ministério Público do Estado de Pernambuco, e Ana

Paula Martins da Rocha, auditora técnico-administrativa em Educação do IFPE - Instituto Federal de Pernambuco.

Não há servidores da vara cedidos a outros órgãos.

Inexistem servidores afastados por outro motivo que não férias e servidores em auxílio na 15ª vara/PE. Não atuam na unidade jurisdicional em referência requisitados sem vínculo com o serviço público.

Há 01 função comissionada vaga (auxiliar especializado - FC02).

#### **6.15.2.4. Estagiários**

Há 04 vagas de estágio remunerado previstas para unidade, estando todas ocupadas.

Existe, ainda, 01 estagiário não remunerado em atuação na vara.

03 estagiários remunerados atuam na secretaria da 15ª vara/PE e 01 na assessoria.

#### **6.15.3. Organização da 15ª vara federal**

Dentre os servidores da 15ª vara federal de Pernambuco, 09 exercem suas atribuições na secretaria e 06 nos gabinetes das magistradas.

##### **6.15.3.1. Secretaria**

A secretaria encontra-se organizada da seguinte maneira:

- Triagem: servidores Maria Carla e Evandro - recepciona os processos, saneando possíveis vícios, e os destinam aos setores adequados para o devido processamento ou minuta de sentenças nos casos de extinção prematura;
- Perícia: servidor Anaximenes - identificando-se a necessidade de realização de perícia médica ou social, o processo é encaminhado para este setor para a correspondente marcação e/ou expedição de mandado de verificação. Após a realização de tais perícias, o setor fica encarregado da cobrança dos resultados;
- Audiência: servidora Mariana - administra processos que necessitam da oitiva das partes para a formação do convencimento das magistradas, realizando marcações, secretariando nas audiências e monitorando petições juntadas nos processos que aguardam audiência;
- Conhecimento: servidores Paulo e Eládio - controla os prazos processuais, administra e encaminha petições e recursos, remete os processos para Turma Recursal, confecciona expedientes, cita e intima as partes pelo sistema;
- Execução: servidores Renata e Paulo de Tarso - após o trânsito em julgado, o processo ingressa no setor para o devido cumprimento do julgado, seja a implantação de benefício, seja o pagamento por meio de RPV ou precatório.

O sistema Creta possui mecanismo próprio de identificação de processos com prioridades (ex: em virtude da idade), marcando-os com cor vermelha para que se destaquem em relação aos demais por fácil visualização na tela. A vara, como um todo, organiza os processos em caixas criadas no sistema a partir da atividade a ser desenvolvida. Dentro de tais caixas, os processos são trabalhados por ordem cronológica.

### **6.15.3.2. Gabinetes das juízas federais**

A assessoria trabalha em todos os processos conclusos, sejam da titular ou da substituta.

Segue-se o planejamento estabelecido para a vara como um todo, tendo os processos minutados seguido o critério cronológico. Considerando-se os processos marcados com prioridade em razão da idade, são estabelecidas duas ordens cronológicas, a que diz respeito aos processos prioritários e a que é composta pelos processos não prioritários.

### **6.15.4. Participação das magistradas em reuniões com a equipe da 15ª vara federal**

As reuniões são marcadas de acordo com a necessidade, a critério das juízas e/ou a pedido dos servidores da vara, destacando-se aquelas marcadas após a inspeção ordinária para o repasse de instruções voltadas ao melhor e mais rápido processamento do acervo. Em todas as reuniões há a participação da magistrada titular da vara, bem como da juíza federal substituta.

### **6.15.5. Planejamento das atividades da 15ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Há a necessidade de se fazer o planejamento mensal das atividades dos setores da secretaria em virtude do gozo de férias e afastamentos (licença-gestante, licença médica) de servidores. Nesse planejamento, objetiva-se distribuir as tarefas entre todos os servidores para que os jurisdicionados não sejam ou sejam minimamente prejudicados. A juíza titular chancela os planejamentos.

A adequação de planejamento anterior também se mostra necessária em situações específicas e normalmente pontuais.

As avaliações das atividades da vara são feitas diariamente tanto pelas juízas, no momento em que validam decisões, sentenças e dão andamento a processos enviados pela secretaria, como pela diretora por meio do acompanhamento de painéis específicos, constantes do sistema Creta. Destaca-se, ainda, a avaliação anual dos processos que é feita por meio da inspeção ordinária, na qual se verificam os eventuais equívocos cometidos no decorrer do último ano e se identifica a necessidade de mudança de procedimentos com vistas a mais rápida solução das ações.

Diante do significativo aumento da demanda, a vara tem se pautado pelas seguintes metas: minutar sentenças em até 60 dias e movimentar processos em até 15 dias.

### **6.15.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 15ª vara federal e nos gabinetes das magistradas**

A vara dispõe de setor próprio destinado ao atendimento das partes, procuradores, membros do MPF e da DPU. O prédio também conta com sala reservada às atividades próprias de advogados, com equipamentos suficientes ao desempenho de seu mister.

Constatada a demanda de atendimento por parte da assessoria ou da magistrada, o acesso é livre. Pede-se apenas que o interessado informe antecipadamente o assunto/processo sobre o qual deseja atendimento à diretora de secretaria, que faz com que funcionário terceirizado acompanhe os interessados até a sala específica.

A unidade não realiza pesquisa de satisfação em relação ao atendimento prestado.

#### **6.15.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia em tramitação na unidade 5.556 processos (2.644 - titular, 2.912 - substituta). Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em exercício na 15ª vara/PE (17), a média de processos por servidor é de 326,82.

Em novembro/2017, havia 469 processos conclusos para sentença (229 - titular, 240 - substituta). Na ocasião, havia 08 feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise, sob a responsabilidade da juíza federal substituta.

No JEF, havia 02 processos suspensos/sobrestados.

Foram apontados os seguintes quantitativos de processos da vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados:

Contadoria - 255;

APSADJ (INSS) - 99;

Triagem / Aguardando Emenda - 181;

Perícia / Aguardando manifestação das partes - 90;

Perícia / Aguardando contestação - 198;

Perícia / Aguardando diligências - 10;

Execução / Aguardando manifestação das partes / prazo expirado - 21;

Execução / Aguardando cumprimento de acordo - 06;

Execução / Aguardando manifestação das partes - 308;

Conhecimento / Aguardando contestação - 330;

Conhecimento / Aguardando recurso inominado - 209;

Conhecimento / Aguardando cumprimento (ato/despacho/decisão) - 23.

Entre 04/12/2015 e 29/11/2017, a magistrada titular realizou 533 audiências e a juíza federal substituta a mesma quantidade. Cada uma das magistradas fez 02 inspeções judiciais, no intervalo de abril/2016 a fevereiro/2017.

Foram adiadas ou canceladas 261 audiências, sendo de rigor a remarcação de todas elas, independentemente do motivo do cancelamento.

#### **6.15.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Meta 1 não cumprida, pois distribuídos, em 2017, até a data de preenchimento do

formulário de gestão, 6.780 processos e sentenciados 5.878.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Há na vara 01 processo distribuído em 2010 (0521315-31.2010.4.05.8300), o qual foi sentenciado em 22/10/2010, tendo, porém, o provimento sido anulado pela turma recursal. Diante da anulação, o processo retornou à vara em 10/04/2017 com vistas à confecção dos cálculos. Atualmente, o processo encontra-se sentenciado.

Não há processos pendentes de sentença distribuídos em 2012, 2013 e 2014.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Meta cumprida no percentual de 333,75%.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Meta cumprida (110,02%).

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção,**

## no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões

Não se aplica.

### 6.15.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 201 processos do Sistema Creta (quando da correição tinham 5.556 feitos em tramitação ajustada).

#### 6.15.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0518046-52.2008.4.05.8300</a>	Petição apresentada em 28/08/2017, sem movimentação processual até 23/11/17.
	<a href="#">0519274-18.2015.4.05.8300</a>	Petição de 15/08/17, prazo expirado em 12/09/17, conclusão em 16/11/17.
	<a href="#">0502118-80.2016.4.05.8300</a>	Petição em 06/09/17, conclusos em 14/11/17.
<b>Total de Ocorrências: 3</b>		
Demora na prolação da sentença	<a href="#">0500243-75.2016.4.05.8300</a>	Demora para a prolação da sentença lançada em 26/06/2017, já que o feito estava concluso desde 10/04/2017. Ausência de prolação de sentença relativa aos embargos de declaração.
	<a href="#">0501983-68.2016.4.05.8300</a>	De 24.07.2017 a 30.10.2017.
	<a href="#">0502211-43.2016.4.05.8300</a>	Desde 22.08.2017.
	<a href="#">0502366-46.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 29/06/2017.
	<a href="#">0503040-24.2016.4.05.8300</a>	Desde 10.07.2017.
	<a href="#">0503405-78.2016.4.05.8300</a>	Conclusão em 22/03/17 e sentença proferida em 18/06/17.
	<a href="#">0503470-73.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença desde 07/11/2016, só foi proferida em 06/03/2017.
	<a href="#">0503589-34.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 06/06/16 e sentença prolatada em 22/09/16.
	<a href="#">0506415-33.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde set/2017 sem prolação de sentença.
	<a href="#">0507554-20.2016.4.05.8300</a>	Demora para a prolação da sentença lançada em 23/10/2017, já que a conclusão se deu em 13/06/2017.
	<a href="#">0507857-34.2016.4.05.8300</a>	Ausência de prolação de sentença, a despeito da conclusão para tanto em 27/09/2017.
	<a href="#">0511078-25.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 29/08/17.
	<a href="#">0511135-43.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 14/09/17.
	<a href="#">0511992-89.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença desde 15/08/2017, Sentença proferida em 30/11/2017.
<a href="#">0512480-44.2016.4.05.8300</a>	Conclusos em 07/07/17, sentença em 09/10/17.	
<a href="#">0513739-</a>	Conclusos desde 18/08/17.	

	<a href="#">74.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0516385-57.2016.4.05.8300</a>	Conclusão em 30/06/2017, sentença em 07/11/2017.
	<a href="#">0516565-73.2016.4.05.8300</a>	Desde 27.09.2017.
	<a href="#">0517558-19.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 08/09/17.
	<a href="#">0518686-74.2016.4.05.8300</a>	Conclusos em em 15/08/17, sentença em 30/11/17.
	<a href="#">0518996-80.2016.4.05.8300</a>	Demora para a prolação da sentença lançada em 28/11/2017, já que o feito havia sido concluso em 18/08/2017.
	<a href="#">0519337-09.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 14/09/17.
	<a href="#">0519891-41.2016.4.05.8300</a>	Ausência de prolação de sentença, a despeito de a conclusão ter se operado em 20/09/2017.
	<a href="#">0520366-94.2016.4.05.8300</a>	Desde 29/08/2017 - anexo 23.
	<a href="#">0521278-91.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 15/08/17.
	<a href="#">0521513-58.2016.4.05.8300</a>	Conclusos em 12/06/17, sentença em 16/11/17.
	<a href="#">0521555-10.2016.4.05.8300</a>	Desde 13.09.2017.
	<a href="#">0521583-75.2016.4.05.8300</a>	Demora para a prolação da sentença lançada em 13/11/2017, já que o feito estava concluso para sentença desde 06/06/2017.
	<a href="#">0521743-03.2016.4.05.8300</a>	Ausência de prolação de sentença após a conclusão efetivada em 18/09/2017.
	<a href="#">0521784-67.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 15/08/17, último movimento (17/09/17).
	<a href="#">0500216-58.2017.4.05.8300</a>	Demora para a prolação da sentença lançada em 31/07/2017, já que o feito se encontrava concluso desde 31/03/2017.
<b>Total de Ocorrências: 31</b>		
Demora na prolação de decisão/despacho	<a href="#">0508401-56.2015.4.05.8300</a>	De 01/07/15 a 02/10/15 - anexos 19 e 20, respectivamente; de 26/06/2017 a 25/09/2017 - anexos 71 e 72, respectivamente.
	<a href="#">0502545-77.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 23/03/17 e despacho proferido em 19/06/17.
	<a href="#">0503040-24.2016.4.05.8300</a>	Conclusos em 12/05/16, despacho em 12/08/16.
	<a href="#">0503405-78.2016.4.05.8300</a>	Documento juntado em 11/11/16 e despacho proferido em 01/02/17.
	<a href="#">0505568-31.2016.4.05.8300</a>	Conclusos em 30/11/16, despacho em 16/02/17.
	<a href="#">0507554-20.2016.4.05.8300</a>	Demora para a prolação do despacho de 27/10/2016, uma vez que o feito estava concluso desde 17/08/2016. Demora relativa ao despacho de 25/05/2017, já que a conclusão se deu em 08/02/2017.
	<a href="#">0507725-74.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 25/10/16 e despacho proferido em 14/02/17. Concluso em 28/03/17 e despacho proferido em 04/07/17.
	<a href="#">0507857-</a>	Demora para a prolação do despacho lançado em

	<a href="#">34.2016.4.05.8300</a>	17/07/2017, já que, desde 20/04/2017, o feito se encontrava com a Assessoria.
	<a href="#">0511135-43.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 03/03/17 e despacho proferido em 25/05/17.
	<a href="#">0513618-46.2016.4.05.8300</a>	Conclusão em 06/06/17 e despacho proferido em 07/09/17.
	<a href="#">0513739-74.2016.4.05.8300</a>	Conc. em 17/04/17, despacho de 06/07/17.
	<a href="#">0513880-93.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 09/11/2016, despacho em 29/03/2017.
	<a href="#">0514372-85.2016.4.05.8300</a>	Conc. em 06/06/17, despacho em 23/08/17.
	<a href="#">0516070-29.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 17/03/17 e despacho prolatado em 08/06/17. Concluso em 16/08/17 e despacho prolatado em 27/10/17.
	<a href="#">0516334-46.2016.4.05.8300</a>	Conclusão em 01/06/17 e despacho proferido em 07/09/17.
	<a href="#">0517558-19.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 19/05/17 e despacho proferido em 21/08/17.
	<a href="#">0518057-03.2016.4.05.8300</a>	Demora para a prolação do despacho de 23/10/2017, já que o feito se encontrava com a Assessoria desde 31/07/2017.
	<a href="#">0518852-09.2016.4.05.8300</a>	De 18.01.2017 a 31.03.2017 e de 04.07.2017 a 30.11.2017.
	<a href="#">0521601-96.2016.4.05.8300</a>	Demora para a prolação do despacho lançado em 13/09/2017, já que o feito estava concluso desde 06/06/2017.
	<a href="#">0521708-43.2016.4.05.8300</a>	Jun-out/2017.
<b>Total de Ocorrências: 20</b>		
Demora no cumprimento dos mandados	<a href="#">0513893-92.2016.4.05.8300</a>	De 16.03.2017 a 19.07.2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora no julgamento de embargos declaracão	<a href="#">0518337-52.2008.4.05.8300</a>	Desde 17.08.2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora para a realização da perícia	<a href="#">0516395-04.2016.4.05.8300</a>	Designação em 05/05/17, laudo em 01/10/17.
	<a href="#">0521755-17.2016.4.05.8300</a>	Perícia designada em 10/02/2017, com a apresentação do laudo apenas em 24/05/2017.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0505580-31.2005.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0516963-06.2005.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0508134-02.2006.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0502639-40.2007.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0526264-06.2007.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500227-05.2008.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500227-05.2008.4.05.8300</a>	

<a href="#">0501951-44.2008.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502414-83.2008.4.05.8300</a>	
<a href="#">0505311-84.2008.4.05.8300</a>	
<a href="#">0512830-13.2008.4.05.8300</a>	
<a href="#">0517238-47.2008.4.05.8300</a>	Expedição de RPV.
<a href="#">0520606-64.2008.4.05.8300</a>	Expedição de RPV.
<a href="#">0521365-28.2008.4.05.8300</a>	
<a href="#">0530138-62.2008.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521315-31.2010.4.05.8300</a>	
<a href="#">0512716-30.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519456-04.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519468-18.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519624-06.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519763-55.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519803-37.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519939-34.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500004-71.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500017-70.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500020-25.2016.4.05.8300</a>	Arquivado em 28/11/2017.
<a href="#">0500023-77.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500314-77.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500559-88.2016.4.05.8300</a>	Arquivado em 28/11/2017.
<a href="#">0500636-97.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500660-28.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500755-58.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500766-87.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500813-</a>	

<a href="#">61.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501029-22.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501051-80.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501142-73.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501162-64.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501302-98.2016.4.05.8300</a>	Devolvido da TR em 24/10/2017.
<a href="#">0501402-53.2016.4.05.8300</a>	Devolvido da TR em 24/10/2017.
<a href="#">0501522-96.2016.4.05.8300</a>	Devolvido da TR em 24/10/2017.
<a href="#">0501530-73.2016.4.05.8300</a>	Arquivado em 28/11/2017.
<a href="#">0501586-09.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501657-11.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501790-53.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501813-96.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501871-02.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501933-42.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501991-45.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502067-69.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502180-23.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502271-16.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502307-58.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502329-19.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502424-49.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502568-23.2016.4.05.8300</a>	Desarquivado em 05/09/2017.
<a href="#">0502607-20.2016.4.05.8300</a>	Desarquivado em 05/09/2017.
<a href="#">0502637-55.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502649-69.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502671-30.2016.4.05.8300</a>	Arquivado em 29/11/2017.

<a href="#">0502686-96.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502782-14.2016.4.05.8300</a>	Arquivado.
<a href="#">0502907-79.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502950-16.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503312-18.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503363-29.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503516-62.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503544-30.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503575-50.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503796-33.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503927-08.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503998-10.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504022-38.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504049-21.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504275-26.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504319-45.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504333-29.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504381-85.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504433-81.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504547-20.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504558-49.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504567-11.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0505208-96.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0507151-51.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0508023-66.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0509396-35.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0509598-</a>	

<a href="#">12.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0511393-53.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0512212-87.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0513334-38.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0513612-39.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0513774-34.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0514327-81.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0514980-83.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0516348-30.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0516353-52.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0516470-43.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0516779-64.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0518100-37.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0518316-95.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0518335-04.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0518831-33.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519195-05.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0520193-70.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0520403-24.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521403-59.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521408-81.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521467-69.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521484-08.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521493-67.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521520-50.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521569-91.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521582-90.2016.4.05.8300</a>	

<a href="#">0521589-82.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521614-95.2016.4.05.8300</a>	Arquivado em 30/11/2017.
<a href="#">0521654-77.2016.4.05.8300</a>	Expedição de RPV.
<a href="#">0521671-16.2016.4.05.8300</a>	Expedição de RPV.
<a href="#">0521674-68.2016.4.05.8300</a>	Recebidos na TR em 24/10/2017.
<a href="#">0521675-53.2016.4.05.8300</a>	Recebidos na TR em 24/10/2017.
<a href="#">0521694-59.2016.4.05.8300</a>	Recebidos na TR em 24/10/2017.
<a href="#">0521697-14.2016.4.05.8300</a>	Recebidos na TR em 24/10/2017.
<a href="#">0521718-87.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521737-93.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521748-25.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521750-92.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521754-32.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521759-54.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521783-82.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521787-22.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500001-82.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500028-65.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500048-56.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500050-26.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500060-70.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500087-53.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500095-30.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500107-44.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500121-28.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500138-64.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500143-</a>	Recebidos da TR em 25/10/2017.

	<a href="#">86.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500160-25.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500197-52.2017.4.05.8300</a>	Arquivado em 01/12/2017.
	<a href="#">0500200-07.2017.4.05.8300</a>	Arquivado em 01/12/2017.
	<a href="#">0500205-29.2017.4.05.8300</a>	Arquivado em 01/12/2017.
	<a href="#">0500211-36.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500221-80.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500231-27.2017.4.05.8300</a>	
<b>Total de Ocorrências: 146</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0513781-12.2005.4.05.8300</a>	Agosto/2017.
	<a href="#">0500732-15.2016.4.05.8300</a>	De 21/01/16 e 20/05/16 - anexos 10 e 11, respectivamente.
	<a href="#">0512733-32.2016.4.05.8300</a>	De 19/10/16 a 16/02/17 - anexos 15 e 16, respectivamente.
	<a href="#">0521772-53.2016.4.05.8300</a>	Desde 14.08.2017.
<b>Total de Ocorrências: 4</b>		

#### 6.15.10. Correição anterior e autoinspeção

A vara afirmou o compromisso em reduzir ao máximo a demora na realização das atividades, apontada no último relatório de correição.

Informou, ainda, que, na última inspeção, foram fixadas metas de diminuição de equívocos e maior celeridade no trâmite dos processos. Diante das condições atuais de acervo e quadro de servidores, as metas vêm sendo alcançadas com os esforços das magistradas e dos servidores.

#### 6.15.11. Considerações finais

A 15ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na prolação de sentença; e
2. Demora na prolação de despacho/decisão.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a

fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 15ª vara federal funciona adequadamente.

## **6.16. 16ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARUARU/PE**

### **6.16.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 16ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 5/2004 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 16ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988, bem como os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001, e as ações de naturalização.

A unidade funciona no prédio-sede da subseção judiciária, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, 196, Bairro Universitário, Caruaru/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.16.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 16ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 16 servidores efetivos (do quadro da SJPE), sendo 06 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área administrativa, 07 técnicos judiciários - área administrativa e 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte.

Registre-se que, para possibilitar o funcionamento dos serviços administrativos da subseção, foram cedidos 03 servidores ao setor de apoio, já que este não conta com quadro próprio de servidores. Da mesma forma, para o funcionamento da central de mandados, os 02 oficiais de justiça vinculados a 16ª vara federal foram a ela cedidos. Em conclusão, efetivamente em atividade na unidade encontram-se 16 servidores, incluindo o cargo de diretor de secretaria.

#### **6.16.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, José Moreira da Silva Neto, exerce a magistratura desde 16/04/2008, atuando na 16ª vara federal desde 11/06/2013.

O magistrado atua na coordenação do CEJUSC da Subseção de Caruaru/PE desde 18/09/2017.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal esteve afastado, em razão de férias, nos seguintes períodos: 25/01/16 a 31/01/16, 25/07/16 a 23/08/16, 12/09/16 a 21/09/16, 23/01/17 a 11/02/17, 12/06/17 a 25/06/17 e 20/10/17 a 12/11/17.

O juiz federal titular reside em Caruaru/PE, cidade onde se situa a vara.

### 6.16.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 16ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Anderson dos Santos Coelho	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. CJ-03 (Diretor de Secretaria)	Superior	Direito
Camila Barreto Coelho e Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Não	Superior	Gastronomia
Carlos André do Nascimento Costa	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. FC-05 (Oficial de Gabinete do Juiz Substituto)	Superior	Direito
Catarina Jerônimo Pontes Jardim	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-05 (Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Cíveis)	Superior	Ciências Contábeis
Cecília Dornelas Peixoto	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. FC-04 (Supervisor-assistente do Gabinete do Juiz Substituto)	Superior	Direito
Fabiana Lins de Araújo Monteiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-04 (Supervisor-assistente do Setor de Processamento de Execuções Fiscais)	Superior	Direito
João Garrido de Arruda	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. FC-05 (Oficial de Gabinete do Juiz Titular)	Superior	Direito
Karoline Wojtyla Freitas de Oliveira	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim. FC-04 (Supervisor-assistente do Gabinete do Juiz Titular)	Superior	Direito
Leonardo Viana Edilmar da Cruz	Analista Judiciário – Área Judiciária	Não	Superior	Direito
Lucas José Melo da Cunha	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-04 (Supervisor-assistente do Setor de Processamento de Feitos relativos ao Mandado de Segurança e às Ações Cautelares)	Superior incompleto	Direito
Luis Olavo Vergeti Siqueira Malta	Técnico Judiciário – Área de Segurança e Transporte	Não	Superior	Farmácia
Luiz Guilherme Melo Machado Filho	Analista Judiciário – Área Administrativa	Não	Superior	Desenho Industrial
Marcos José da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-04 (Supervisor-assistente do Setor de Publicação)	Superior	Geografia

Mariana Muniz de Araújo Rego	Analista Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-02 (Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria)	Superior	Comunicação Social
Rebeca Mignac de Barros	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Sim. FC-05 (Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Criminais)	Superior	Direito/Pedagogia
Sâmilla Suellen Alves e Oliveira Medeiros	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Não	Superior	Biomedicina

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 16ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 07 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Não há servidores requisitados em atuação na 16ª vara/PE.

Inexistem servidores afastados por outro motivo que não férias e servidores em auxílio na 15ª vara/PE.

Não ha função comissionada vaga.

### 6.16.2.3. Estagiários

Há 04 vagas de estágio previstas para unidade, entretanto apenas 02 estão ocupadas.

Os estagiários, em regra, iniciam suas atividades na secretaria da vara. Quando demonstram potencial, conteúdo e comprometimento com o trabalho, passam a atuar no gabinete.

### 6.16.3. Organização da 16ª vara federal

Dentre os servidores da 16ª vara federal de Pernambuco, 12 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

#### 6.16.3.1. Secretaria

A secretaria se organiza em 03 setores, são eles: setor cível, setor criminal e setor fiscal. Os próprios setores são responsáveis por realizar todas as atividades processuais referentes aos seus respectivos feitos, tais como publicações, cargas, expedientes etc. Componentes dos setores:

- Setor criminal: Rebeca e Sâmilla (servidoras) e Bárbara (estagiária);
- Setor cível: Marcos, Fabiana e Mariana (servidores) e Marília (estagiária);
- Setor fiscal: Catarina, Lucas, Leonardo, Luís Olavo, Luiz Guilherme e Camila (servidores).

Os processos físicos são localizados nas estantes respectivas a depender da fase/atividade em que se encontram, tais como “conclusos”, “prazos”, “juntadas”, “expedientes”, “publicação”, “leilão”, “suspensão”, “arquivamento” etc. Atualmente, o único sistema utilizado pela secretaria em relação aos processos com prioridade é a utilização de etiquetas (réu preso, idoso, grandes devedores). Pela dinâmica de movimentação processual implantada na secretaria não se faz necessária a alocação específica destes processos, seja pelo

volume de processos em tramitação, seja pela celeridade com que se cumprem as determinações judiciais.

Os processos eletrônicos são localizados nas “caixas” respectivas, a depender da fase/atividade que se encontram, tais como “ato do magistrado”, “audiência”, “controlar devolução de expediente”, “controlar prazos”, “dar ciência às partes”, “minutar”, “perícia”, “triagem inicial”, etc.

Atualmente, o único sistema utilizado pela secretaria em relação aos processos com prioridade é a utilização de “lembretes” (réu preso, idoso, grandes devedores) e o uso de filtros (ferramenta do sistema). Pela dinâmica de movimentação processual implantada na secretaria não se faz necessária a alocação destes processos em “caixas” específicas, seja pelo volume de processos em tramitação, seja pela celeridade com que se cumprem as determinações judiciais.

Liminares e ações com prioridade na tramitação (idosos, doença grave, *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança) são sempre priorizadas e analisadas de pronto.

#### **6.16.3.2. Gabinete do juiz federal**

No gabinete não há divisão por matéria, isto é, todos os assessores estão habilitados para atuar em todas as ações.

As minutas são feitas, em regra, em 01, 05 ou 10 dias úteis, conforme se trate de despacho, decisão ou sentença, respectivamente.

Liminares e ações com prioridade na tramitação (idosos, doença grave, *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança) são sempre priorizadas e analisadas de pronto.

Os setores e o gabinete utilizam um sistema no qual se atende ao critério cronológico para seleção dos processos a serem minutados.

#### **6.16.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 16ª vara federal**

Na inspeção anual e no final do ano, são realizadas reuniões presididas pelo magistrado com a equipe da 16ª vara/PE.

Ademais, o magistrado titular organiza reuniões sempre que constata a necessidade, seja para esclarecer de que forma deseja o cumprimento de suas determinações, seja para estabelecer a organização administrativa da vara, como, por exemplo, funcionamento dos setores e estabelecimento de metas.

#### **6.16.5. Planejamento das atividades da 16ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O objetivo da vara é realizar os atos que lhe competem de forma qualitativa e no prazo mais rápido possível. Assim, os setores se organizaram de forma que cada servidor possui sua função precípua, sendo dele exigido qualidade e rapidez no trabalho.

Os números da vara são acompanhados diariamente. Porém, a análise conclusiva para verificação do resultado é realizada no primeiro dia útil do mês seguinte, utilizando, para isso, os relatórios disponibilizados nos sistemas informatizados.

É estabelecida a meta zero, aferida três vezes ao mês, com datas estipuladas no início do ano, quando a vara, nos dias estabelecidos, realiza todas as tarefas que se encontravam pendentes. Essas metas são setoriais e buscam elevar o sentimento coletivo da equipe.

#### **6.16.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na Secretaria da 16ª vara federal e no gabinete do magistrado**

Todos os procuradores e partes são de pronto atendidos na secretaria, sem qualquer obstáculo para acessar os autos e para obter as informações solicitadas.

Da mesma forma, todos os procuradores e partes quando solicitam atendimento do magistrado e ou da assessoria são de pronto atendidos, sem necessidade de se marcar horário ou qualquer outra formalidade.

A unidade não realiza consulta de satisfação em relação ao atendimento prestado.

#### **6.16.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 31/10/2017, havia em tramitação na unidade 376 processos, sendo desconsideradas as seguintes classes processuais: carta de ordem, carta precatória, comunicação de prisão em flagrante, incidente de restituição de coisas apreendidas, inquérito policial, sequestro (medidas assecuratórias), procedimento investigatório do MPF e termo circunstanciado. Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade na vara (16), a média de processos por servidor é de 23,5.

Em outubro/2017, havia 18 processos pendentes de sentença sob a responsabilidade do magistrado titular. Nessa ocasião, não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Na 16ª vara federal, havia, quando do preenchimento do formulário de gestão, 926 processos suspensos/sobrestados, sendo:

<b>Processos suspensos</b>	
Aguardando decisão de Tribunal Superior	3
Lei 9.099/95 (Juizados Especiais)	15
Art. 40 da Lei 6.830/80	328
Sobrestado (motivos diversos)	49
Parcelamento	465
Aguardando pag. Precatório/RPV	11
Art. 366 do CPP	5
Art. 921, III, do CPC	50
Total	926

Nos últimos 24 meses, anteriores à correição, não houve registro de processo extraviado ou restaurado.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, não havia processo da vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 107 audiências e 02 inspeções judiciais. Em igual período, foram realizadas as seguintes atividades de conciliação: 1) instalação do CEJUSC/Caruaru; 2) mutirão pré-processual CAIXA (481 convocados); 3) ciclos de audiências de conciliação em processos indicados pela CAIXA.

Constatou-se o cancelamento ou adiamento de 10 audiências, devidamente remarcadas.

#### **6.16.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Meta 1 atingida. Pois:

- Processos de conhecimento distribuídos entre 01/01/2017 e 31/10/2017: 236.
- Processos de conhecimento julgados entre 01/01/2017 e 31/10/2017: 259.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade informa que o único processo distribuído em 2013 ainda pendente de julgamento é a ação de improbidade administrativa nº 0001886-27.2013.4.05.8302. Os demais já foram julgados, à exceção daqueles que se encontram suspensos/sobrestados por algum motivo justificado.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade jurisdicional informou que não há como aferir a meta em tela, uma vez que os sistemas Tebas e PJe não fornecem relatórios com as informações necessárias.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Foram identificados 03 processos distribuídos até 31/12/2014 ainda pendentes de julgamento na 16ª vara federal, abaixo indicados. São processos que foram extintos sem resolução do mérito, cuja sentença foi reformada pelo TRF5.

PROCESSO	AUTUAÇÃO	DATA DA SENTENÇA	REMESSA TRF5	RETORNO À VARA
0001886-27.2013.4.05.8302	19/12/2013	07/04/2015	23/06/2015	03/05/2017
0000308-92.2014.4.05.8302	31/03/2014	11/04/2014	04/06/2014	20/10/2014
0000347-89.2014.4.05.8302	31/03/2014	11/04/2014	04/06/2014	20/06/2016

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Meta 5 atingida, pois:

- Número de execuções não fiscais distribuídas no ano de 2017 até 31/10/2017: 90; e
- Número de execuções não fiscais baixadas no ano de 2017 até 31/10/2017: 102.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A unidade informa que todas as ações coletivas a ela distribuídas até 31/12/2013 já foram devidamente julgadas.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Meta cumprida.

Número de processos criminais distribuídos no ano de 2017 até 31/10/2017: 45.

Número de processos criminais baixados no ano de 2017 até 31/10/2017: 97.

Número de ações penais distribuídas no ano de 2017 até 31/10/2017: 19.

Número de ações penais julgadas no ano de 2017 até 31/10/2017: 28.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

A vara informou que todos os processos relacionados com esta meta foram devidamente julgados.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 16ª vara federal informa estar cumprindo tais exigências.

### **6.16.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 13 processos físicos e 40 feitos do PJe (quando da correição tinham 376 feitos em tramitação ajustada).

#### **6.16.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.16.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0000365422016405830	

	2
Procedimento Criminal	0001671902009405830
	2
Execução Fiscal	0000795722008405830
	2
Improbidade Administrativa	0000347892014405830
	2
Improbidade Administrativa	0000308922014405830
	2
Execução Fiscal	0001017792004405830
	2
Execução Fiscal	0000429722004405830
	2
Execução Fiscal	0000225572006405830
	2
Execução Fiscal	0000739632013405830
	2
Criminal	0001850772016405830
	2
Criminal	0000604172014405830
	2
Improbidade Administrativa	0001886272013405830
	2

#### Outras Observações:

Processo: 00002255720064058302 Classe: Execução Fiscal - Redistribuição 02/03/2006.

Processo: 00003478920144058302 Classe: Improbidade Administrativa - Sentença proferida em abril/14 anulada pelo TRF5.

Processo: 00004297220044058302 Classe: Execução Fiscal - Recebido da Justiça Estadual.

Processo: 00006041720144058302 Classe: Criminal - suspensão condicional do processo.

Processo: 00007957220084058302 Classe: Execução Fiscal - Processo suspenso em 03/12/12.

Processo: 00010177920044058302 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Na Justiça Federal em 18/06/2004.

Suspensão/reactivado.

Penhora efetivada/reavaliação.

Processo: 00016719020094058302 Classe: Procedimento Criminal - Apensado ao processo 0000365-42.2016.4.05.8302.

Processo: 00018862720134058302 Classe: Improbidade Administrativa - Sentença anulada.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800044-08.2015.4.05.8302	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSE RODRIGUES DA SILVA e outro - 607.260.674-15	SIM
- Processo em Ordem.						
0800015-84.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BOMBONFLEX LTDA. - 04.394.164/0001-00	SIM
0800037-45.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LEONARDO COTTARD GUESTOSA - ME - 07.763.045/0001-67	SIM
0800051-34.2014.4.05.8302	PROCEDIMENTO COMUM	Alteração do coeficiente de cálculo do benefício	Conclusos para despacho	GENERINO FRANCISCO DE OLIVEIRA - 024.250.174-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800061-44.2015.4.05.8302	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SIDNEY BARROS JOAQUIM DE LIMA e outro - 611.229.474-53	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800262-65.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Proferido despacho de mero expediente	SAO JOAQUIM DO MONTE PREFEITURA e outro - 10.122.661/0001-43	MARIA VIVIANE DA SILVA e outros - 046.492.834-69	SIM
0800398-62.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSEILSON GENESIO DA SILVA VESTUARIOS - ME - 08.080.267/0001-48	SIM
0800536-34.2014.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CAMPOS E CIA LOCADORA LTDA - ME e outros - 07.173.036/0001-16	SIM
0800576-45.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	MARCELO SILVA RAMOS e outro - 579.710.216-15	SIM
0800859-68.2016.4.05.8302	PROCEDIMENTO COMUM	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Juntada de Petição	CONSTRUQUALI ENGENHARIA LTDA. "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL" - 04.157.035/0001-90	COMPANHIA ESTADUAL DE HABITACAO E OBRAS - CEHAB e outros - 03.206.056/0001-95	SIM
0800871-82.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	GLEISON ARAUJO SILVA - ME - 07.487.680/0001-69	SIM
0800895-13.2016.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS e outro - 34.028.316/0001-03	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801020-44.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	ALBERTO GEORGE PEREIRA DE ALBUQUERQUE - 355.850.054-72	SIM
0801071-55.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO CARVALHO PIRES DE SOUZA e outros - 476.996.124-34	SIM
0801086-24.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	CHA GRANDE PREFEITURA e outro - 11.049.806/0001-90	MARIA DULCINEIA DE OLIVEIRA MOURA e outros - 743.185.864-72	SIM
0801390-23.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Conclusos para despacho	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	ARLEIDE ALVES DE SOUZA -	SIM

0801403-22.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	ESPÓLIO DE LUIS ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE FERNANDES e outros -	SIM
0801471-69.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Cota	MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE/PE e outros -	MARIA VIVIANE DA SILVA e outros - 046.492.834-69	SIM
0801488-08.2017.4.05.8302	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA APARECIDA DA COSTA e outro - 698.489.984-20	SIM
0801494-15.2017.4.05.8302	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801530-57.2017.4.05.8302	MANDADO DE SEGURANÇA	Exclusão - ICMS	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALIANCA DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - 07.649.462/0001-83	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Caruaru/PE e outro -	SIM
0801562-62.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEVERINO QUIRINO DE AMORIM FILHO e outros - 089.736.604-20	SIM
0801613-73.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MEDITERRANEA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - 04.811.902/0001-69	SIM
0801673-46.2017.4.05.8302	PROCEDIMENTO COMUM	Transferência de Financiamento (contrato de gaveta)	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0801725-42.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Profissional e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	F S DA SILVA SANTANA FARMACIA - ME - 10.679.586/0001-16	SIM
0801834-56.2017.4.05.8302 - (Segredo)	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica praticada por Funcionário Público e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SILVANDRO ALVES MACHADO - 007.463.784-32	SIM
0801849-25.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	CONDOMINIO EDIFICIO CEDRO e outro -	MARCOS ANTONIO DA SILVA - 062.873.954-00	SIM
0801854-47.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ELISON HENRIQUE DE LUNA e outros - 057.729.814-39	SIM
0801855-32.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MUNICIPIO DE CUPIRA e outro - 10.191.799/0001-02	SANDOVAL JOSE DE LUNA - 333.935.164-34	SIM
0801884-82.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Expedição de expediente	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	BRUNO JOSE DIAS FEITOSA e outros - 025.875.434-60	SIM
0801922-94.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	FILIFE DIAS FEITOSA e outros - 039.094.074-71	SIM
0801933-26.2017.4.05.8302	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO		Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DOUGLAS DE OLIVEIRA LEMOS - 058.777.774-59	SIM
0802005-13.2017.4.05.8302	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARLOS JOSE DE CARVALHO - 114.742.558-25	SIM
0802045-92.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE e outro -	MARIA DAS GRACAS DE CASTRO DA SILVA e outro - 167.085.804-97	SIM
0802082-22.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	JOSE LINO DA SILVA IRMAO - 386.304.274-34	SIM

0802086-59.2017.4.05.8302	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IALLY COMERCIO DE TECIDOS LTDA - null	SIM
0802187-96.2017.4.05.8302	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade de Título	Juntada de Certidão de Intimação	EDMILSON HENAUTH	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0802225-11.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ISAIAS BRITO DA SILVA e outros - 054.108.524-78	SIM
0813149-87.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HORTALICAS PUREZA DA SERRA LTDA - ME - 09.912.169/0001-92	SIM
0815087-20.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Roubo Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZ FEDERAL DA 26ª VARA EM PALMARES/PE e outro -	ELVIS MARCOS DA SILVA - 077.503.544-09	SIM

#### 6.16.10. Correição anterior e autoinspeção

Não há registro, na última correição, de determinação específica a ser cumprida pela vara.

Em relação à autoinspeção, foi estabelecida a meta 0, aferida 03 vezes ao mês, considerada quando, na vara, são cumpridas, nos dias estabelecidos, todas as tarefas pendentes.

#### 6.16.11. Considerações finais

A 16ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 16ª vara federal funciona de modo eficiente.

### 6.17. 17ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PETROLINA/PE

#### 6.17.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 17ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 2/2005 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 17ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988, inclusive para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001, além de processar e julgar as execuções penais.

A unidade funciona no prédio-sede da subseção judiciária, localizado na Praça Santos Dumont, Petrolina/PE, e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### 6.17.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 17ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 17 servidores efetivos (do quadro da SJPE), sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 06 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - especialidade segurança e transporte.

Há 01 cargo de analista judiciário - área judiciária vago desde 01/12/2016, em decorrência de aposentadoria.

#### 6.17.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da vara, Arthur Napoleão Teixeira Filho, exerce a magistratura desde 26/03/2003, atuando na 17ª vara federal desde 10/05/2011.

O magistrado atuou ainda na direção do foro da subseção, nos seguintes períodos: 09/04/2015 a 31/03/2017 (Ato nº 144 do TRF-5ª Região, 25/03/2015) e 03/04/2017 a 31/03/2019 (Ato nº 83 do TRF-5ª Região, 20/02/2017).

Registre-se ainda que o referido juiz federal foi designado presidente da comissão de concurso para estagiário de bacharel em direito (Portaria nº 70, de 16/05/2013), presidente da comissão de concurso para estagiário de licenciatura e bacharelado em ciências da computação (Portaria nº 253/2013, de 14/10/2013), presidente da comissão de concurso para estagiário de licenciatura e bacharelado em ciências da computação (Portaria nº 179/2014, de 01/4/2014), presidente da comissão de concurso para estagiário de bacharel em ciências contábeis (Portaria nº 61/2015, de 5/2/2015), presidente da comissão de concurso para estagiário de bacharel em direito (Portaria nº 108/2015, de 26/2/2015) e presidente da comissão de concurso para estagiário de bacharel em direito (Portaria nº 253/2015, de 16/11/2015).

Ademais, foi designado como juiz consultor da comissão permanente de avaliação documental (CPAD) (Portaria nº 105/2014, de 20/02/2014), juiz consultor da comissão de eliminação de documentação administrativa (plano de classificação e tabela de temporalidade da documentação administrativa da Justiça Federal - PCTT) (Portaria nº 1070/2017, de 25/10/2017) e coordenador do CEJUSC na Subseção Judiciária de Petrolina.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de férias, nos seguintes períodos: 18/4/2016 a 17/5/2016 (Portaria 414/2015-CR), 19/9/2016 a 08/10/2016 (Portaria 297/2016-CR), 25/1/2017 a 13/2/2017 (PA 2452/2016) e 19/6/2017 a 08/7/2017 (Portaria 146/2017-CR).

O juiz federal titular reside em Petrolina/PE, cidade onde se situa a vara.

#### 6.17.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 17ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

SERVIDORES EFETIVOS				
Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação

Ednildo José Galindo Filho	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC 04 – Seção de Processamento de Execuções Fiscais	Superior completo	Direito
Raimundo Américo Soares Netto	Analista Judiciário – Área Judiciária	—	Superior completo	Direito
Célio Neri de Araújo	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC 05 - Oficial de Gabinete do Juiz Titular	Superior completo	Direito
Danielly Barros Beserra	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC 04 – Supervisor Assistente do Juiz Substituto	Superior completo	Direito
Márcia Cristina de Almeida Rodrigues	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC 05 - Oficial de Gabinete do Juiz Substituto	Superior completo	Direito
Ítala Paula de Castro Almeida	Analista Judiciário – Área Administrativa	FC 05 – Supervisora do Setor de Processamento de Feitos Cíveis	Superior completo	Engenharia Agrônoma e Direito
Gescianne Batista da Silva	Analista Judiciário – Área Administrativa	FC 03 - Assistente Técnico III	Superior completo	Secretariado Executivo e Direito (cursando)
Filipe José Zoby Carneiro Leão	Analista Judiciário – Executante de Mandados	—	Superior completo	Direito
Soênio Woeber de Deus Barros	Analista Judiciário – Executante de Mandados	—	Superior completo	Direito
João de Deus Souza Santana(*)	Técnico Judiciário – Área Serviços Gerais (Especialidade Segurança e Transporte)	—	Superior completo	Direito
Edivandro Pereira da Silva(*)	Técnico Judiciário – Área Serviços Gerais (Especialidade Segurança e Transporte)	—	Superior incompleto	Licenciatura em Gestão Pública (cursando)
João de Deus Oliveira D. Primo	Técnico Judiciário	FC 03 - Assistente Técnico III	Superior completo	Engenharia Civil e Direito
Michelle de Souza Barros	Técnico Judiciário	FC 03 - Assistente Técnico III	Superior completo	Direito
Gláucia Brito Henrique da Costa(***)	Técnico Judiciário	—	Superior completo	Odontologia e Direito
Humberto Pereira da Silva (**)	Técnico Judiciário	—	Superior completo	Licenciatura em Matemática
Diego Gomes de Lima	Técnico Judiciário	FC 04 – Supervisor do Setor de Processamentos de Feitos Criminais e	Superior completo	Direito

		de Execução Penal		
Jair Lima Lopes Vasconcelos(***)	Técnico Judiciário	Fc 02 – Auxiliar Especializado do Gabinete do Juiz Federal Diretor	Superior completo	Direito

(\*) À disposição do apoio administrativo

(\*\*) À disposição do setor de contadoria judicial

(\*\*\*) À disposição da 8ª vara federal desta Subseção Judiciária

(\*\*\*\*) À disposição do setor de distribuição

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 17ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 07 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

A unidade em referência conta em seus quadros com 05 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), abaixo indicados:

Servidores Requisitados				
Nome	Grau de Instrução	Área de formação	FC ou CJ	Órgão de origem
Aparecida Gonçalves Bandeira Pinto	Superior completo	Letras e Direito	CJ 03 - Diretor de Secretaria	Justiça Federal do Ceará - JFCE
Letícia de Possídio Estrela Lustosa	Superior completo	Pedagogia	FC 02 - Secretário	Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA
Maria de Lourdes Antunes Maciel	Superior completo	Letras	FC 04 - Supervisor-Assistente do Juiz Federal Titular	Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
Leandro de Oliveira Torres	Superior completo	Farmácia e Direito	FC 04 - Setor de Publicações	Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco
Maria Isabel Feitosa	Superior completo	Licenciatura em Matemática e Direito	FC 05 – Seção de Processamento de Feitos dos Juizados Especiais	Prefeitura Municipal de Petrolina

Não atuam na 17ª vara/PE servidores sem vínculo com o serviço público nem cedidos por outros setores.

Inexistem funções comissionadas vagas.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, estavam afastados do trabalho por motivos outros que não férias, os seguintes servidores:

Servidores Afastados		
Nome	Motivo	Período
Humberto Pereira da Silva	Técnico Judiciário à disposição do Setor de Contadoria Judicial	Desde 12/12/2016

Jair Lima Lopes Vasconcelos	Técnico Judiciário à disposição do Setor de Distribuição	Desde 18/01/2010
Gláucia Britto Henrique da Costa	Técnico Judiciário à disposição da 8. <sup>a</sup> Vara	Desde 30/9/2016
Márcia Cristina de Almeida Rodrigues	Licença médica, licença-maternidade e férias	Desde 13/02/2017
João de Deus Souza Santana	Técnico Judiciário (Especialidade Segurança e Transporte) à disposição do Apoio Administrativo	Desde 02/12/2013
Edivandro Pereira da Silva	Técnico Judiciário (Especialidade Segurança e Transporte) à disposição do Apoio Administrativo	Desde 09/01/2017

### 6.17.2.3. Estagiários

Há 04 vagas de estágio previstas para a unidade, entretanto, apenas 02 estão ocupadas.

As 02 (duas) estagiárias atuam no setor do juizado especial federal, fazendo trabalhos de secretaria (movimentação processual, intimações, marcações de perícias e audiências) e de gabinete (elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças).

### 6.17.3. Organização da 17<sup>a</sup> vara federal

Dentre os servidores da 17<sup>a</sup> vara federal de Pernambuco, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

#### 6.17.3.1. Secretaria

Tendo em vista que a 17<sup>a</sup> vara federal possui competência plena, a secretaria da unidade é organizada por setores: JEF, cível, execução fiscal e criminal.

O Setor do JEF é composto por 03 servidores, Maria Isabel Feitosa (supervisora), Gescianne Batista da Silva e João de Deus de Oliveira Dias Primo, auxiliados por 02 estagiárias.

Isabel elabora despachos, decisões e sentenças, bem como supervisiona as atividades desenvolvidas. João de Deus de Oliveira Dias Primo também elabora despachos, decisões e sentenças. Gescianne realiza trabalhos de secretaria, efetuando atos processuais e fazendo movimentação dos feitos. As atividades referidas são auxiliadas pelas estagiárias lotadas no setor.

O setor cível é composto pelos servidores Ítala Paula de Castro Almeida (supervisora), Michelle de Souza Barros e Raimundo Américo Soares Netto.

Ítala e Michelle dividem as atividades igualmente, ao passo que Raimundo elabora os expedientes do setor cível e do setor de execução fiscal.

O setor de execução fiscal é composto pelos servidores Ednildo José Galindo Filho (supervisor), Letícia de Possídio Estrela Lustosa e Leandro de Oliveira Torres.

Ednildo coordena as atividades do setor e cuida especialmente das ações conexas. O

servidor Leandro é responsável pelos leilões judiciais e a servidora Letícia atém-se aos expedientes e ao atendimento ao público.

O setor criminal é composto pelo servidor Diego Gomes de Lima, que cuida, inclusive, das execuções penais.

Ressalta a unidade jurisdicional que a divisão das atividades em setores é sobremaneira útil em se tratando de vara de competência plena, em que há processos cíveis, criminais, execuções penais, execuções fiscais e feitos do juizado especial federal, além da utilização de 3 (três) plataformas diferentes (Tebas, Creta e PJe). Tal prática privilegia a especialização dos servidores nos seus respectivos setores, criando um ambiente fecundo de novas ideias e boas práticas específicas para os respectivos tipos de processo.

Em vista disso, a divisão dos processos por dígitos, embora seja de conhecimento do magistrado, não se afigura como melhor prática no caso específico da 17ª vara, que tem funcionado com ótimos índices de produtividade e qualidade do serviço com o atual modelo de divisão em setores processuais.

Cada setor está incumbido dos processos de sua competência, cabendo-lhes desenvolver todas as atividades tendentes a uma prestação jurisdicional de qualidade e célere. Cabe também ao setor inserir os lembretes necessários para que o próprio servidor ou o colega não deixe escapar algum aspecto relevante.

Além disso, são elaboradas planilhas de acompanhamento, por meio do excel, para algumas situações específicas, tais como mandados de prisão pendentes de cumprimento, cartas precatórias expedidas, ações que têm por objeto direito à saúde, cumprimento de pena, relacionados em metas do CNJ.

O acervo processual é analisado por meio de relatórios extraídos dos sistemas Tebas, Creta e PJe. De posse dos dados, são elaborados gráficos mensais com indicadores de desempenho referentes ao tempo médio do processo e à quantidade de sentenças proferidas, de audiências realizadas e de processos em tramitação. Tais documentos são disponibilizados para conhecimento dos servidores e do público, por meio de afixação nos murais interno e externo.

#### **6.17.3.2. Gabinete do juiz federal**

Tendo em vista que não há juiz federal substituto lotado na 17ª vara federal, todos os servidores da assessoria auxiliam o magistrado titular, Arthur Napoleão Teixeira Filho. Os servidores Célio Neri de Araújo, Danielly Barros Beserra e Márcia Cristina de Almeida Rodrigues elaboram minutas de despachos mais complexos, decisões e sentenças, bem como realizam pesquisa de julgados e estudos jurídicos. Os processos físicos e virtuais do PJe são divididos por dígitos. Os processos eletrônicos do Creta são analisados na secretaria pela supervisora do setor, Maria Isabel Feitosa, pelo servidor João de Deus de Oliveira e pelas duas estagiárias. Os únicos processos do JEF que são encaminhados à assessoria são aqueles que têm por objeto direito à saúde.

A servidora Maria de Lourdes Antunes Maciel, por sua vez, auxilia o juiz nas audiências, físicas e eletrônicas, analisa os processos designados para audiência, confere se todas as partes foram intimadas, confirma a data e horário por telefone, opera os equipamentos necessários no momento das audiências e insere os dados nos sistemas respectivos (Tebas, Creta e PJe).

A servidora Danielly Barros Beserra auxilia o magistrado na coordenação do CEJUSC e atua como conciliadora.

Os processos físicos são ordenados por ordem de conclusão e aqueles com prioridade são entregues diretamente ao assessor responsável. Em casos de urgência e não estando o assessor responsável por aquele processo (dígito), este é recebido por quem estiver no gabinete no momento da conclusão.

Os processos eletrônicos do PJe são distribuídos em pastas para cada assessor, obedecendo à divisão por dígito, ao passo que os processos com prioridade são colocados em pastas específicas para tal finalidade e são recebidos pelo assessor que estiver disponível no momento da conclusão.

Os processos eletrônicos do Creta (juizado especial federal) são distribuídos em pastas de despachos, decisões e sentenças, havendo, ainda, pastas específicas para tutelas de urgência. São analisados na secretaria, pela supervisora do Setor, Maria Isabel Feitosa, pelo servidor João de Deus de Oliveira Dias Primo e pelas estagiárias Raiane Mirelly Souza Silva e Marília Fernandes Miranda, com exceção daqueles que têm por objeto direito à saúde, que são encaminhados para a assessoria.

Tem-se como meta prolatar os despachos num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas e as decisões e sentenças em 05 (cinco) dias.

#### **6.17.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 17ª vara federal**

As reuniões são realizadas sempre com a presença do juiz da vara e dos servidores. Não é estabelecida uma periodicidade fixa, uma vez que são realizadas de acordo com a necessidade.

A última reunião com os servidores da unidade ocorreu em 16/11/2017 e teve como objetivo discutir modificações na sistemática de trabalho, a fim de reduzir o número de processos conclusos na assessoria.

O magistrado comparece várias vezes ao dia na secretaria da vara, oportunidade em que assina os despachos e expedientes, bem como dialoga com os servidores sobre o andamento dos processos, sanando eventuais dúvidas existentes.

#### **6.17.5. Planejamento das atividades da 17ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

As atividades da 17ª vara federal são planejadas com participação do magistrado e dos servidores, mediante análise do desempenho apresentado. A partir de então, são elaboradas as metas gerais e específicas por setor.

Os resultados da unidade são avaliados mensalmente, mediante extração de relatórios dos sistemas, com informações sobre o acervo processual, número de audiências realizadas, sentenças proferidas e tempo médio dos processos. Tais dados são utilizados na elaboração de gráficos com indicadores de desempenho, os quais são disponibilizados para os servidores e público em geral.

#### **6.17.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na Secretaria da 17ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

O atendimento dos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, advogados e partes na vara é efetuado, via de regra, no balcão da secretaria. A

designação do servidor responsável é realizada mediante rodízio diário. Os servidores são orientados a efetuar o melhor atendimento possível, fornecendo as informações necessárias e buscando a solução do problema com cordialidade e eficiência.

Se o atendimento referir-se a processo específico, é efetuado pelo assessor responsável e na falta deste, por aquele que estiver disponível no momento. Havendo interesse da parte, o magistrado atende em seu gabinete, sem necessidade de agendamento de dia e horário. Este atendimento é sempre realizado na presença de um assessor.

A vara realiza constantemente avaliação da satisfação do atendimento, mediante formulário específico disponibilizado no balcão da secretaria e depositado em caixa própria para tanto.

O resultado da consulta de satisfação no atendimento é divulgado 03 ou 04 vezes por ano. Após a contabilização dos dados, é realizada reunião com a equipe para fins de ciência da avaliação.

#### **6.17.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 31/10/2017, havia em tramitação na unidade 1.286 processos (230 - Tebas, 346 - PJe e 710 - Creta). Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores efetivamente em atividade na vara (17), a média de processos por servidor é de 75,64.

Em novembro/2017, havia 117 processos conclusos para sentença (10 - PJe, 107 - Creta). Não havia feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Na 17ª vara federal, havia, em 14/11/2017, 244 processos suspensos/sobrestados (Tebas: 152, PJe: 83, Creta: 09).

A unidade informou que, nos últimos 24 meses, foi extraviado 01 processo, o qual foi restaurado, e que 32 processos encontram-se com pendências junto a outros setores da Administração e/ou órgão (contadoria, MPF, AGU, FN) e/ou advogados, nos termos seguintes:

<b>Setores da Administração ou órgão ou advogados</b>	<b>Quantidade</b>
Contadoria	00
Ministério Público Federal - MPF	03
Procuradoria Seccional da União - AGU	00
Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional	17
Procuradoria Seccional Federal - PSF	10
Advogados	02
<b>Total</b>	<b>32</b>

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, o magistrado titular realizou 684 audiências. Não houve inspeção judicial.

A unidade informou não dispor em seus registros do número exato de atividades de conciliação realizadas, não armazenando nenhum dos sistemas de acompanhamento processual dados referentes aos casos solucionados por conciliação.

Nos últimos 24 meses, foram adiadas ou canceladas 90 audiências. Foram remarcadas as audiências adiadas por solicitação das partes, desde que apresentada justificativa.

#### **6.17.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Meta 1 ainda não cumprida, pois:

<b>Meta 1</b>		
	<b>Processos distribuídos</b>	<b>Processos julgados</b>
Processos físicos (Tebas)	181	167
Processos eletrônicos (Creta)	1928	1806
Processos eletrônicos (PJe)	300	64
<b>Total</b>	<b>2246</b>	<b>2037</b>

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013, nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014, nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Meta alcançada.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A 17ª vara federal informou que não é possível identificar o número exato de casos encerrados por conciliação em determinado período, pois a tentativa de acordo é realizada em todas as audiências. Após a vigência do CPC/2015 e o devido treinamento ter sido ministrado à servidora Danielly Barros Beserra, audiências de conciliação passaram a ser designadas. Assim, o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior tende a aumentar.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Meta cumprida.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

<b>Meta 5 - Processos de execução não fiscal</b>			
<b>Processos</b>	<b>Distribuídos</b>	<b>Baixados</b>	<b>Porcentagem</b>

Físicos (Tebas)	00	37	3700%
-----------------	----	----	-------

Eletrônicos (Creta)	487	496	101,80%
Eletrônicos (PJe)	19	14	73,68%

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A unidade informou ter cumprido a meta 6.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Quantidade de processos criminais distribuídos e baixados no ano corrente (*) (**)					
Físicos (Tebas)		Eletrônicos (Creta)		Eletrônicos (PJe)	
Distribuídos	Baixados	Distribuídos	Baixados	Distribuídos	Baixados
0	1	0	0	2	0
Quantidade de processos criminais distribuídos e baixados no ano corrente (*) (**)					
Físicos (Tebas)		Eletrônicos (Creta)		Eletrônicos (PJe)	
Distribuídos	Julgados	Distribuídos	Julgados	Distribuídos	Julgados
0	7	0	0	2	1

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Meta cumprida.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 17ª Vara Federal vem cumprindo tais exigências.

### 6.17.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 32 processos físicos (quando da correição tinham 230 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 45 processos (quando da correição tinham 346 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

A correição analisou, ainda, 70 processos virtuais do JEF Adjunto (quando da correição tinham 710 processos do Sistema Creta).

#### 6.17.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.17.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0000898562011405830 8	Sentença, de 18.08.2017 a 16.11.2017.
Improbidade Administrativa	0001250142011405830 8	Sentença, de 07.08.2017 a 06.11.2017.
Criminal	0000863232016405830 8	Sentença, de 21.08.2017 a 07.11.2017.

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000818972008405830 8	
Execução Fiscal	0001586232008405830 8	
Execução Penal	0800119931996405830 8	
Execução Fiscal	0801525471999405830 8	
Criminal	0000496242001405830 8	
Execução Fiscal	0000744672013405830 8	
Execução Fiscal	0001050122008405830 8	
Desapropriação	0001071322001405830 8	
Embargos à Execução	0000726412016405830 8	
Embargos à Execução	0000789662016405830 8	
Criminal	0000027162017405830 8	
Execução Fiscal	0000311342011405830 8	
Execução Fiscal	0000095682014405830 8	
Execução Fiscal	0000274752009405830 8	
Execução Fiscal	0000842232011405830 8	

Execução Fiscal	0800572831999405830 8
Execução Fiscal	0001040602011405830 8
Execução Fiscal	0000128152001405830 8
Execução de Sentença	0001579122000405830 8
Execução Fiscal	0800299751997405830 8
Execução Fiscal	0000117832001405830 8

#### Outras Observações:

Processo: 00000200483080016187 Classe: Execução Fiscal - Processo apenso ao 0801525-47.1999.4.05.8308 (processo piloto).

Processo: 00000956820144058308 Classe: Execução Fiscal - Há um apenso de nº 00003477120144058308, já com baixa definitiva.

Processo: 00001281520014058308 Classe: Execução Fiscal - Apenso ao processo 0000128-15.2001.4.05.8308.

Processo: 00003113420114058308 Classe: Execução Fiscal - Em face da ilegitimidade de um dos executados, ocorreu mais uma citação em 12/06/2013.

Processo: 00010406020114058308 Classe: Execução Fiscal - embargos de terceiro opostos.  
Agravo de instrumento.

Processo: 00010713220014058308 Classe: Desapropriação - Redistribuído em 01.03.2005.

Processo: 00010767320094058308 Classe: Execução Fiscal - Processo apenso ao 0801525-47.1999.4.05.8308 (processo piloto).

Processo: 00010775820094058308 Classe: Execução Fiscal - Processo apenso ao 0801525-47.1999.4.05.8308 (processo piloto).

Processo: 00010784320094058308 Classe: Execução Fiscal - Processo apenso ao 0801525-47.1999.4.05.8308 (processo piloto).

Processo: 00015791220004058308 Classe: Execução de Sentença - emb. a exec.

Agravo trans. julg.

Precatório expedido.

Processo: 00015862320084058308 Classe: Execução Fiscal - Apensado ao processo 0000818-97.2008.4.058308.

Processo: 08005728319994058308 Classe: Execução Fiscal - embargos de terceiro/suspensão.

Processo: 08015254719994058308 Classe: Execução Fiscal - Processo suspenso de 31/08/11 a 01/03/16.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0800017-41.2014.4.05.8308	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Pagamento	Juntada de Certidão de Intimação	LUCIANO CYRENO FERRAZ - 772.745.204-15	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA (CODEVASF) - 00.399.857/0001-26	SIM
0800086-68.2017.4.05.8308	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE GUALBERTO DE FREITAS ALMEIDA e outro - 004.838.344-91	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800365-25.2015.4.05.8308	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Petição	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800377-68.2017.4.05.8308	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDWIN RENE ZAPAROLLI TORRES - null	SIM
0800382-61.2015.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	EMERSON JOCASTER NEGRI SCHERER e outros - 701.379.000-15	SIM
0800418-35.2017.4.05.8308	PROCEDIMENTO COMUM	Art. 144 da Lei 8.213/91 e/ou diferenças decorrentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BENJAMIM NUNES DE MACEDO - 137.324.634-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800492-26.2016.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Multas e demais Sanções e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	PETROPEX-PETROLINA PECAS E EXTINTORES LTDA - ME - 35.693.084/0001-70	SIM
0800796-88.2017.4.05.8308	MANDADO DE SEGURANÇA	Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRACO FORTE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME - 20.296.627/0001-49	ENGTEC ENGENHARIA E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA e outros -	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800230-42.2017.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUIS AUGUSTO CARVALHO DE SANTANA - 342.625.713-00	SIM
0800319-65.2017.4.05.8308	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOALINA TRANSPORTES LTDA - 10.739.357/0001-40	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800465-09.2017.4.05.8308	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE CARLOS DE MORAES - 060.612.184-60	SIM

0800492-26.2016.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Multas e demais Sanções e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	PETROPEX-PETROLINA PECAS E EXTINTORES LTDA - ME - 35.693.084/0001-70	SIM
- Processo em Ordem.						
0000059-21.2017.4.05.8308 - (Segredo)	INQUÉRITO POLICIAL	Crimes de Responsabilidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DELEGADO DE POLICIA FEDERAL EM JUAZEIRO - null	A APURAR - null	SIM
	PEDIDO DE					
0000060-06.2017.4.05.8308 - (Segredo)	QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	A APURAR - null	SIM
0800066-14.2016.4.05.8308	PROCEDIMENTO COMUM	Acumulação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HELENA SUILA CARDOSO ANDRADE - 042.359.065-00	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH - 15.126.437/0001-43	SIM
0800080-61.2017.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	VITIVINICOLA QUINTAS DE SAO BRAZ LTDA e outro - 13.967.304/0001-74	SIM
0800133-42.2017.4.05.8308	MANDADO DE SEGURANÇA	Inscrição / Documentação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMANUEL VINICIUS DE ARAUJO BAHIA - 038.914.895-44	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO-IFET PETROLINA/PE e outro - 35.447.994/0001-73	SIM
0800158-55.2017.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SOMVEL SOM PECAS E ACESSORIOS P/ VEICULOS LTDA - ME - 00.254.355/0001-07	SIM
0800172-10.2015.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE e outros - 09.791.484/0001-09	SIM
0800236-49.2017.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARILENE DIAS COSTA - 729.032.364-53	SIM
0800323-39.2016.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ANTONIO NETO DA COSTA e outros - 046.901.744-90	SIM
0800384-94.2016.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Segurança e/ou Medicina do Trabalho e outros	Expedição de expediente	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JOSE CLEONILDO DE SOUZA FARIAS - 443.016.934-91	SIM

0800391-52.2017.4.05.8308	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ADOALDO DE MATTOS FILHO - 425.826.605-15	SIM
0800394-07.2017.4.05.8308	INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO	Injúria e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0800469-80.2016.4.05.8308	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Expedição de expediente	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outro - 10.571.982/0001-25	SIM
0800548-25.2017.4.05.8308	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	SUZY CRISTINA DO NASCIMENTO SOUZA e outro - 593.820.665-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800551-77.2017.4.05.8308	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Disponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800556-07.2014.4.05.8308	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	PAULA GIGLIOLLA FONSECA MAGALHAES DOS ANJOS - 037.937.324-60	SIM
0800615-24.2016.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDACAO JOAQUIM NABUCO FUNDJ - 09.773.169/0001-59	AMY SILVA DE ALMEIDA - 661.861.374-49	SIM
0800654-84.2017.4.05.8308	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SWEET FLAVOR DISTRIBUIDORA DE SORVETES LTDA - ME - 00.590.805/0001-32	SIM
0800702-43.2017.4.05.8308	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Expedição de expediente	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outro - 10.571.982/0001-25	SIM
0800761-65.2016.4.05.8308	AÇÃO POPULAR	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE AFRANIO e outro - 10.358.174/0001-84	ADALBERTO CAVALCANTI RODRIGUES e outros - 125.347.734-53	SIM
0800769-08.2017.4.05.8308	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Diligências	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS e outro - 02.313.673/0001-27	P & M AGROPECUARIA LTDA - null	SIM
0800782-41.2016.4.05.8308	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE AFRANIO e outro - 10.358.174/0001-84	MARIA LUCIA MARIANO DE MIRANDA - 295.218.744-49	SIM

0800918-04.2017.4.05.8308	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Desacato	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSICLEIDE SATURNINO CAVALCANTE - 078.736.694-32	SIM
0800930-18.2017.4.05.8308	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Peculato	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARLOS WAGNER COSTA ARAÚJO - null	SIM
0801045-39.2017.4.05.8308	MANDADO DE SEGURANÇA	Acumulação de Cargos	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	SEVERINA DOS SANTOS REIS LUCENA - 482.236.544-15	Diretor de Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernam e outro -	SIM
0801069-67.2017.4.05.8308	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE ANASTACIO DA SILVA - 038.339.564-02	SIM
0801092-13.2017.4.05.8308	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801206-49.2017.4.05.8308	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	NOEL JACOB DE OLIVEIRA FILHO - 294.611.381-72	SIM
0801250-68.2017.4.05.8308	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Petrechos para falsificação de moeda e outros	Juntada de Certidão	DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM JUAZEIRO - null	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801290-50.2017.4.05.8308	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Econômica e outros	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GILMARIO BARBOSA DE ARAUJO e outros - 705.137.324-20	SIM
0801346-83.2017.4.05.8308	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Crime de Desvio e/ou Circulação de Moeda Não Autorizada e outros	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	POLICIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA - null	EDUARDO FELIPE BARROS NOBREGA e outro - 109.029.814-55	SIM
0806248-06.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0810487-53.2017.4.05.8300	TERMO CIRCUNSTANCIADO	Crimes contra o Serviço Postal e o Serviço de Telegrama e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DANILO DA SILVA QUEIROZ - 388.647.098-94	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0500939-53.2017.4.05.8308</a>	Contestação juntada em 23/05/17 e conclusão em 19/07/17.
		<b>Total de Ocorrências: 1</b>

Demora na cobrança do cumprimento de diligências	<a href="#">0504554-85.2016.4.05.8308</a>	Março-julho/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0503236-48.2008.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0501974-58.2011.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0501122-97.2012.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0500529-63.2015.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0501424-24.2015.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0501732-60.2015.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502016-34.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502056-16.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502182-66.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0503016-69.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0503166-50.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0503363-05.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0503563-12.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0503606-46.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0503680-03.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0503812-60.2016.4.05.8308</a>	Suspensão.
	<a href="#">0503922-59.2016.4.05.8308</a>	Suspensão.
	<a href="#">0504165-03.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0504418-88.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0504512-36.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0504562-62.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0504572-09.2016.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0504574-76.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500226-78.2017.4.05.8308</a>		
<a href="#">0500264-90.2017.4.05.8308</a>		

<a href="#">0500281- 29.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500595- 72.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500615- 63.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500708- 26.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500771- 51.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500793- 12.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501068- 58.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501072- 95.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501108- 40.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501265- 13.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501279- 94.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501315- 39.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501316- 24.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501354- 36.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501358- 73.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501371- 72.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501375- 12.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501434- 97.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501471- 27.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501518- 98.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501570- 94.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501665- 27.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501689- 55.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501693- 92.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501703- 39.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501708- 61.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0501741-</a>	

	<a href="#">51.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0501771-86.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0501951-05.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502075-85.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502122-59.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502315-74.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502439-57.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502485-46.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502506-22.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502522-73.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502853-55.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502884-75.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502914-13.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502923-72.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0503205-13.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0503765-52.2017.4.05.8308</a>	
		<b>Total de Ocorrências: 67</b>
Processos irregularmente paralisados	<a href="#">0503677-48.2016.4.05.8308</a>	Desde 08/05/17 - anexos 16.
		<b>Total de Ocorrências: 1</b>

#### 6.17.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou ter cumprido as anotações/determinações da correição anterior.

Após a última autoinspeção, foi estabelecido como meta específica prolatar os despachos num prazo máximo de 72h e as decisões e sentenças em até 05 dias.

#### 6.17.11. Considerações finais

A 17ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma

alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 17ª vara federal funciona de modo eficiente.

## **6.18. 18ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERRA TALHADA/PE**

### **6.18.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 18ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 2/2005 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 18ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988, inclusive para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs criminais, nos termos da Lei nº 10.259/2001. A unidade ainda processa e julga as execuções penais, além de processar e julgar com exclusividade no âmbito de sua jurisdição as ações da classe naturalização (Resolução nº 00019/2014 - TRF5).

A unidade funciona no prédio-sede da subseção judiciária, localizado na Rua Vereador Silvino Cordeiro, s/n, AABB, Serra Talhada/PE, e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 8h às 19h, sendo o horário de atendimento do público externo das 9 às 18h.

### **6.18.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 18ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 15 servidores efetivos, sendo 03 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte

Não há cargos efetivos vagos.

O magistrado titular da vara, Bernardo Monteiro Ferraz, encontra-se afastado para realizar curso de aperfeiçoamento no exterior, atuando na 18ª vara/PE o juiz federal substituto Emanuel José Matias Guerra.

#### **6.18.2.1. Juiz federal substituto**

O juiz federal substituto Emanuel José Matias Guerra exerce a magistratura desde 22/02/2013, atuando na 18ª vara federal desde 17/08/2017.

Nos últimos 12 meses, o magistrado esteve afastado pelos períodos e motivos seguintes:

Férias: de 22/09/2016 a 12/10/2016; de 03/08/2016 a 11/08/2016; de 20/06/2016 a 10/07/2016, de 09/11/2016 a 17/11/2016, de 15/02/2017 a 16/03/2017, de 16/05/2017 a 14/06/2017;

Trânsito: de 10/07/2017 a 08/08/2017;

Falecimento de pessoa da família: de 09/08/2017 a 16/08/2017;

Participação em curso de especialização: de 13/09/2017 a 15/09/2017 e de 02/10/2017 a 04/10/2017.

O juiz federal substituto reside na cidade onde se situa a vara.

#### 6.18.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 18ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução
Manuela Kirschner de Siqueira Campos	Analista Judiciário –Área Judiciária	Oficial de gabinete do juiz titular (fc-05)	Pós-graduação.
Marília Amorim Costa	Analista Judiciário –Área Judiciária	Supervisor assistente do juiz titular (fc-04)	Pós-graduação.
Rafaela Rhavina Alves Acioli Lins	Analista Judiciário –Área Judiciária	Supervisor assistente do setor de processamento de execuções fiscais (fc-04).	Superior
Alessandra Ribeiro de Albuquerque	Técnico judiciário – área administrativa	Supervisor assistente da seção de apoio judiciário (fc-04).	Mestrado
Fernando de Oliveira Barros Filho	Técnico judiciário – área administrativa	Oficial de gabinete do juiz federal substituto (fc-05)	Superior
Alysson Leonardo Cruz Gomes	Técnico judiciário – área administrativa	Supervisor assistente da seção de processamento de feitos dos juizados (fc-04).	Superior
Leonardo Lino Dos Santos Silva	Técnico Judiciário – área de segurança e transporte	Supervisor de seção de processamento de feitos cíveis (fc-05)	Superior incompleto
Alessandra Cristina de Freitas Revoredo	Técnico judiciário – área administrativa		Superior
Augusto César Feitosa	Técnico Judiciário – área de	Supervisor da seção de processamento de	Superior

Bezerra	segurança e transporte	feitos dos juizados (fc-05)	
Thiago Santos Silva	Técnico judiciário – área administrativa	Supervisor assistente - seção de processamento de feitos criminais (fc-04).	Superior
Daniel Melo da Silva	Técnico judiciário – área administrativa		Nível Médio
Maria do Carmo Bentzen Pessoa de Melo	Técnico judiciário – área administrativa		Superior
Maria Daniela Padilha Ferreira	Técnico judiciário – área administrativa	Auxiliar especializado do gabinete de diretor de secretaria (fc-02)	Superior
Hosana Alice de Sá Menezes	Analista Judiciário – Área Judiciária – especialidade execução de mandados	não	Superior
Juliete Pedrosa Luna Oliveira	Analista Judiciário – Área Judiciária – especialidade execução de mandados	não	Superior

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 18ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 08 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Há 02 servidores requisitados em exercício na 18ª vara/PE: Flauberta Jocélia Pereira Barros (origem: Prefeitura de Tabira) e Marcílio José Tenório de Freitas (origem: 28ª Vara da SJPE).

Inexistem funções comissionadas vagas e servidores em auxílio na 18ª vara/PE. Também não há serventuários sem vínculo com o serviço público.

Um analista judiciário - área administrativa foi removido para a sede da SJPE.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia uma técnica judiciária afastada de suas atividades em razão do gozo de licença-maternidade no período de 25/08/2017 a 20/02/2018.

### 6.18.2.3. Estagiários

Há 04 vagas de estagiários previstas para unidade, estando todas ocupadas. 01 estagiário está lotado no gabinete e os outros 03 na secretaria da vara.

### 6.18.3. Organização da 18ª vara federal

Dentre os servidores da 18ª vara federal de Pernambuco, 12 exercem suas

atribuições na secretaria e 03 no gabinete.

### **6.18.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara está organizada nos setores abaixo:

- Setor fiscal: composto por 03 servidores (sendo 02 técnicos judiciários – área administrativa e 01 técnico em segurança e transporte). Exercem as funções de atender o público, analisar processos, minutar despachos, decisões de menor complexidade e sentenças repetitivas, confeccionar expedientes, realizar cargas etc. Não há uma divisão estanque de tarefas, apenas organização das atribuições de acordo com a demanda;

- Setor cível: composto por 03 servidores (todos técnicos judiciários). Exercem as funções de atender ao público, analisar processos, minutar despachos, decisões de menor complexidade e sentenças repetitivas, confeccionar expedientes, realizar cargas nos processos cíveis, auxiliar o juiz nas audiências etc. Não há uma divisão estanque de tarefas, apenas organização das atribuições de acordo com a demanda;

- Setor criminal: composto por 02 servidores (01 analista judiciário e 01 técnico judiciário) e 01 estagiário do curso de direito. Exercem as funções de atender o público, analisar processos, minutar despachos, decisões e sentenças repetitivas, confeccionar expedientes, auxiliar o juiz em audiências, realizar cargas etc. Não há uma divisão estanque de tarefas, apenas organização das atribuições de acordo com a demanda;

- JEF adjunto: composto por 04 quatro servidores (02 técnicos judiciários - área administrativa, 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte e 01 servidora municipal requisitada) e 02 estagiários do curso de bacharelado em direito. A servidora requisitada exerce, prioritariamente, a função de contadora e todos exercem as funções de atender o público, analisar processos, minutar despachos, decisões de menor complexidade e sentenças repetitivas, confeccionar expedientes e auxiliar o juiz nas audiências. Não há uma divisão estanque de tarefas, apenas organização das atribuições de acordo com a demanda;

- Central de mandados: composta por 04 oficiais de justiça (02 vinculados à 18ª vara federal e 02 vinculados à 38ª vara federal) que exercem as funções de distribuir e cumprir os expedientes elaborados pelos demais setores da secretaria. A divisão dos mandados é equitativa e leva em consideração o local de cumprimento e o tipo de ordem a ser cumprida;

- Gabinete do diretor de secretaria: funciona dentro da própria secretaria da vara, com visualização dos processos físicos. O diretor de secretaria atende partes e advogados; monitora a publicação dos atos processuais, inclusive administrativos; auxilia os servidores nas dúvidas que surgem no decorrer dos trabalhos; eventualmente analisa processos mais complexos; monitora as remessas de processos, com controle dos prazos; monitora o andamento dos feitos, visando a aferir o cumprimento das metas estabelecidas pelo magistrado; colhe dados estatísticos para o magistrado, visando ao planejamento estratégico da unidade; lança modelos de despachos, decisões e minutas de sentenças repetitivas nos sistemas Tebas e PJe; confere as RPVs e precatórios do Tebas e PJe; confere as RPVs e precatórios no Creta; comunica-se, na maioria das

vezes por e-mail institucional, com setores da SECAD da SJPE, buscando a resolução de pendências ou problemas administrativos da vara.

Os processos são divididos entre os quatro setores da secretaria (JEF, cível, fiscal e criminal) e localizados em pastas ou estantes indicando a fase do processo e/ou a movimentação necessárias. Os processos com prioridade são movimentados pouco antes dos demais, respeitada a meta de movimentação da secretaria.

Para controle do acervo e da velocidade de tramitação dos feitos, são elaborados mensalmente planilhas e gráficos.

#### **6.18.3.2. Gabinete do juiz federal**

No gabinete, há divisão dos processos pelo dígito final. Dentro de seus dígitos, todos os assessores são orientados pelo magistrado a analisar qualquer matéria e processo, independentemente do sistema vinculado (Creta, Tebas e PJe), o que corrobora para ausência de quebra de continuidade no serviço nas hipóteses de férias ou outros afastamentos legais. De regra, os processos são apreciados e decididos no prazo máximo de 05 dias após a conclusão, ressalvados os casos mais complexos.

#### **6.18.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 18ª vara federal**

Embora com alguma intermitência, o objetivo é a realização de uma reunião mensal geral. Entretanto, outras reuniões acontecem de maneira constante e espontânea, seja pelo constante diálogo, seja pelo fato de os despachos mais simples ocorrerem em secretaria, estimulando o contato com o magistrado.

#### **6.18.5. Planejamento das atividades da 18ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

As atividades da vara são planejadas para proporcionar aos jurisdicionados um processo célere e sem vícios. Para isso, foram revisados e padronizados os despachos repetitivos e os expedientes, desenvolvidos sistemas para controle de prazos, realizadas reuniões periódicas e estabelecidas metas para redução do acervo, de celeridade na tramitação dos feitos e para redução de erros no processo.

Em regra, realiza-se uma reunião mensal com toda equipe para discutir os resultados das atividades. Neste momento se apresentam as estatísticas da vara e se abre espaço para toda equipe discutir boas práticas, uniformizar procedimentos, apresentar sugestões e dirimir eventuais dúvidas sobre a tramitação dos feitos. Afora isso, sempre que necessário, são realizadas reuniões com setores específicos para otimizar o serviço.

O gabinete tem prazo de 05 dias a partir da conclusão do feito para minutar despachos, decisões ou sentenças; a secretaria tem prazo de 05 dias para movimentar exaustivamente o processo, e o juizado tem prazo de 24 horas para movimentar exaustivamente os seus processos.

#### **6.18.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 18ª vara federal e no gabinete dos juiz federal**

O atendimento aos jurisdicionados na secretaria é direcionado para um servidor do setor responsável pela tramitação do processo do qual se requer informação. Caso tal serventuário não possa atender a contento os requerimentos do interessado, é acionado,

conforme o caso, o supervisor do setor ou o diretor de secretaria.

O atendimento aos jurisdicionados no gabinete é direcionado ao assessor com o dígito correspondente, sendo, em caso de interesse da parte ou maior complexidade, encaminhado o caso ao magistrado. Entretanto, possivelmente em função do pouco tempo de espera entre conclusão e decisão/sentença, a procura dos jurisdicionados por atendimento é fato raro.

Registre-se que a vara não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.18.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia em tramitação na unidade 875 processos. Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade (17), a média de processos por servidor é de 51,47.

Em outubro/2017, havia 121 processos conclusos para sentença (01 - Tebas, 08 - PJe e 112 - Creta). Na ocasião, não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Na 18ª vara federal, havia, quando do preenchimento do formulário de gestão, 1.085 processos suspensos/sobrestados, sendo:

Competência	Motivo	Quantidade
Juizado	Aguardando julgamento de recurso repetitivo/repercussão geral, tema 731, tipo T, aplicação da TR como índice de correção monetária dos saldo do FGTS.	619
Vara	Art. 89, da lei nº 9099/95	20
Vara	Art. 40 da LEF	263
Vara	Aguardando conclusão de processo de recuperação judicial	10
Vara	ART.366 do CPP	1
Vara	Aguardando pagamento de requisitório	16
Vara	Aguardando término do prazo do parcelamento	98
Vara	Art. 921, IV, § 1º. CPC	1
Vara	Art. 921, III, § 1º. CPC	50
Vara	Aguardando julgamento de conflito de competência	7

A vara informou que, nos últimos 24 meses, foram extraviados e restaurados 02 processos. A unidade informou que não havia processos com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) e/ou advogados.

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, foram realizadas 972 audiências (56 - Tebas, 07 - PJe, 909 - JEF), tendo sido adiadas ou canceladas 62, devidamente remar cadas. Em igual período, foram realizadas 02 inspeções judiciais.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a vara havia realizado 11 audiências de conciliação em 2017.

#### **6.18.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Considerando-se o período de janeiro/2017 a setembro/2017, observam-se os seguintes dados:

JEF - 1624 processos de conhecimento distribuídos/redistribuídos. Sentenças proferidas: 1559;

Tebas - 14 processos de conhecimento distribuídos. Sentenças proferidas: 21;

PJe - 89 processos de conhecimento distribuídos/redistribuídos. Sentenças proferidas: 57.

Assim, foram distribuídos 1.727 processos de conhecimento e julgados 1.637.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais)**

No acervo da 18ª vara federal existe apenas 01 processo da meta 2 do CNJ que não foi julgado. Trata-se da ação ordinária nº 0000106-93.2006.4.05.8303, distribuída em 21/2/2006 e relacionada aos critérios do FPM, cuja particularidade reside na existência de decisão judicial do STJ determinando a citação de todos os municípios de Pernambuco, como litisconsortes.

##### **Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

No ano de 2016, foram realizados 38 acordos e no ano de 2017, até 27 de outubro, foram realizados 80 acordos. Apesar do aumento do número de conciliações, não foi alcançado o percentual mínimo exigido para o cumprimento da meta 3.

##### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

A 18ª Vara Federal informou ter cumprido a meta 4.

##### **Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Tebas - nenhum processo de execução não fiscal distribuído em 2017 e 09 baixados.

Juizado (CRETA) - total de entradas da classe execução de título judicial: 811. Total de saídas de tal classe: 739.

PJE - 19 processos de execução não fiscal distribuídos em 2017 e 23 baixados.

Total: 830 distribuídos (entradas) e 771 baixados.

##### **Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A 18ª vara federal informou ter cumprido a meta 6.

## Metas específicas para a Justiça Federal

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Meta cumprida. Entre janeiro e setembro de 2017, foram distribuídas 13 ações penais, julgadas 14 e baixados 21 processos.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

A 18ª vara/PE informou não constar em seu acervo processual ações em trâmite que se incluam nesta meta.

### Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade informou estar atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 18ª vara federal vem cumprindo tais exigências.

### 6.18.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 09 processos físicos (quando da correição tinham 100 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 25 processos (quando da correição tinham 192 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

A correição analisou, ainda, 70 processos virtuais do JEF Adjunto (quando da correição tinham 583 processos do Sistema Creta).

#### 6.18.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.18.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

AUSÊNCIA DE TERMO DE RECEBIMENTO DO PROCESSO NA VARA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0000036902017405830	3

  

FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0000350072015405830	3
Desapropriação	0000020068303000301	7
Criminal	0000150972015405830	3

Ordinária	0000577462005405830 3
Criminal	0000023622015405830 3
Criminal	0000464772014405830 3

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0000778382005405830 3	Processo sem movimentação desde 13.07.2016.
Desapropriação	0000020058303000958 1	Ausência de termo de recebimento.
Desapropriação	0000492552008405830 3	Atos processuais de fls. 601 e 603/604 fora de ordem cronológica.
Desapropriação	0000778382005405830 3	Ausência de termo de remessa dos autos à Contadoria.

<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0000020058303000828 0	Recebimento do autos em 14/07/16, conclusos em 14/02/17 - fls. 615/616.

<b>Outras Observações:</b>
<p>Processo: 00000200583030008280 Classe: Desapropriação - trânsito em julgado em 23/04/2015.</p> <p>Ausência de movimentação/demora na conclusão - recebimento do autos em 14/07/16, conclusos em 14/02/17 - fls. 615/616.</p> <p>Processo: 00000200583030009581 Classe: Desapropriação - trânsito em julgado em 22/06/17.</p> <p>Ausência de termo de recebimento fls. 752 (enviados em 23/06/17; conclusão em 21/08/17).</p> <p>Processo: 00000200683030003017 Classe: Desapropriação - Aguardando cumprimento do despacho, no qual ficou determinada a intimação da parte expropriada para, no prazo de 15 dias, juntar procuração outorgada ao advogado, recente certidão e cópias das peças dos autos que revelem o atual estado do processo de inventário nº 001.2005.008529-9, em trâmite na justiça estadual.</p> <p>Processo: 00001509720154058303 Classe: Criminal - Réus estavam em cumprimento de Sursis, havendo pedido de revogação em relação a 2 deles e extinção em relação a um dos acusados.</p> <p>Processo: 00003500720154058303 Classe: Criminal - crime contra as telecomunicações - internet sem autorização.</p> <p>Trânsito em julgado em 11/09/2017.</p> <p>Processo: 00004647720144058303 Classe: Criminal - Suspensão condicional do processo por 2 anos, a contar de 23/07/15. Sentença de</p>

extinção da punibilidade.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0800269-54.2017.4.05.8303	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IVETE GOMES DINIZ CAVALCANTE - 265.703.604-00	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800328-42.2017.4.05.8303	NATURALIZAÇÃO	Concessão de Naturalização	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - 00.394.494/0001-36	ALECK MIRANDA ALARCON - null	SIM
- Processo em Ordem.						
0000126-35.2016.4.05.8303	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CÍCERO ARMANDO VENTURA DE SÁ -	SIM
0800016-71.2014.4.05.8303	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	BRUNO LEONARDO LIMA LEITE e outros - 039.244.644-80	ALBERICO MESSIAS DA ROCHA - 936.451.984-15	SIM
0800026-52.2013.4.05.8303	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-transporte	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RICHARLYSON ALVES DEMERY - 045.525.674-89	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO e outro - 24.416.174/0001-06	SIM
0800032-20.2017.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ROMERO MAGALHAES LEDO e outro - 268.358.784-87	SIM
0800050-41.2017.4.05.8303	PROCEDIMENTO COMUM	Rural (Art. 48/51)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DA CONCEICAO RODRIGUES - 014.497.844-02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800074-48.2017.4.05.8310	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	JOAO GOMES DE ARAUJO e outro - 025.299.205-91	SIM
0800170-55.2015.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FEDERACAO CARNAVALESCA DE PERNAMBUCO e outro - 08.033.219/0001-07	SIM
0800348-67.2016.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	OGIVA PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME e outros - 70.176.128/0001-96	SIM
0800378-68.2017.4.05.8303	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA CICERA LUZ e outro - 043.809.564-23	SIM
0800380-38.2017.4.05.8303	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO MANOEL DE SOUZA - 482.212.954-34	SIM
0800383-90.2017.4.05.8303	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO MANOEL DE SOUZA - 482.212.954-34	SIM
0800414-13.2017.4.05.8303	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE IGUARACI. - 11.368.966/0001-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800418-50.2017.4.05.8303	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	LUCINALVA ALVES DA SILVA - 033.912.894-14	SIM

0800428-94.2017.4.05.8303 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	EUGENIA DE SOUZA ARAUJO - 800.435.344-49	SIM
0800505-06.2017.4.05.8303	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	ESPÓLIO DE MARIA VENERANDA DE ALMEIDA e outro -	SIM
0800531-04.2017.4.05.8303	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA JOSE FLORENCIO DA SILVA e outro - 424.617.154-91	PALMERIO OLIMPIO MAIA e outro - 006.522.294-68	SIM
0800550-10.2017.4.05.8303	PROCEDIMENTO COMUM	Interpretação / Revisão de Contrato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	F X DA SILVA - ME - 16.667.328/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800554-47.2017.4.05.8303	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Dano Qualificado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	WALDECY ALVES FEITOSA FILHO - null	SIM
0800614-20.2017.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ROMERO MAGALHAES LEDO - 268.358.784-87	SIM
0800626-34.2017.4.05.8303	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - 00.043.711/0001-43	JOAO ANGELO DA SILVA - 458.686.704-34	SIM
0800627-19.2017.4.05.8303	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Conclusos para despacho	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - 00.043.711/0001-43	LAURENTINO JOSE GOMES NETO - 073.724.434-82	SIM
0802083-07.2017.4.05.8302 - (Segredo)	PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL	Outras fraudes	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	Em apuração -	SIM
0810756-63.2017.4.05.0000	MANDADO DE SEGURANÇA	Condições Especiais para Prestação de Prova	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JESSICA CAMPOS FREITAS - 108.272.954-05	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA - 01.678.363/0001-43	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora na prolação da sentença	<a href="#">0503037-60.2016.4.05.8303</a>	Conclusão para sentença em 25.08.2017. Sentença proferida em 30.10.2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0501327-83.2008.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0502701-37.2008.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500875-39.2009.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501694-73.2009.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501777-89.2009.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0502248-08.2009.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501949-94.2010.4.05.8303</a>	

<a href="#">0501326-25.2013.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502559-57.2013.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500240-82.2014.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500242-52.2014.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500356-88.2014.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503191-49.2014.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500497-39.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0501655-32.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0501818-12.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0501900-43.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0501916-94.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0501922-04.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502018-19.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502104-87.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502388-95.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502530-02.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502533-54.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502570-81.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502677-28.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502770-88.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502888-64.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503035-90.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503200-40.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503401-32.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503468-94.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500035-48.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500042-</a>	

<a href="#">40.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500046- 77.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500159- 31.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500171- 45.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500180- 07.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500503- 12.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500519- 63.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500658- 15.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500739- 61.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500803- 71.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500832- 24.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500847- 90.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500848- 75.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500928- 39.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500943- 08.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0501112- 92.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0501895- 84.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0501973- 78.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502038- 73.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502077- 70.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502133- 06.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502244- 87.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502279- 47.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502314- 07.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502383- 39.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502413- 74.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502651- 93.2017.4.05.8303</a>	

<a href="#">0502656-18.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502756-70.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502836-34.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502838-04.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502896-07.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502941-11.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503009-58.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503270-23.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503404-50.2017.4.05.8303</a>	
<b>Total de Ocorrências: 69</b>	

#### **6.18.10. Correição anterior e autoinspeção**

A unidade informou que, no último relatório de correição, foram destacados pontos que merecem maior atenção por parte da unidade. Estão eles abaixo listados, acompanhados das justificativas apresentadas pela 18ª vara/PE:

1 - Ausência de sumário na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (ações criminais e de improbidade): a secretaria da vara costuma identificar tais peças processuais mediante o uso de adesivos. Esporadicamente se utiliza o índice recomendado, tendo em vista serem raros os processos mais volumosos. Ademais, hoje, tais feitos foram digitalizados em sua maioria e não utilizam mais tal sumário;

2 - Ausência de termo de recebimento do processo na vara: a vara utiliza um mesmo termo para entrega e recebimento visando a economia de recursos;

3 - Demora na conclusão: inexistente represamento de conclusões. As conclusões são feitas imediatamente após a identificação da sua necessidade;

4 - Demora na juntada de expediente: os expedientes são juntados no prazo de no máximo cinco dias após o seu recebimento. Por vezes, os expedientes são protocolados em outras subseções e demoram para chegar até a 18ª vara, causando a impressão equivocada de morosidade na sua juntada aos autos;

5 - Ausência de assinatura no despacho de inspeção: os despachos ou formulários de inspeção são assinados e copiados para inserção em todos os feitos, visando a celeridade processual. Pode ter ocorrido o equívoco em razão do volume de processos. A secretaria foi orientada a atentar para que a falha não mais ocorra;

6 - Requisições de pequeno valor sem assinatura: elas são assinadas apenas via sistema;

7 - Demora para prática de ato ordinatório: a 18ª vara federal adota como meta a elaboração dos atos processuais pendentes em até 05 dias, para os processos físicos, ou 24

horas, para os processos eletrônicos;

8 - Termo de devolução sem preenchimento: a secretaria foi orientada a sempre atentar para a necessidade de sua assinatura;

9 - Demora no cumprimento de despacho: a 18ª vara federal adota como meta a elaboração dos atos processuais pendentes em até 05 dias, para os processos físicos, ou 24 horas, para os processos eletrônicos;

10 - Incongruência cronológica entre atos processuais: a secretaria foi orientada para sempre atentar para a necessidade de organização dos processos, especialmente após o retorno das cargas;

11 - Paralisação irregular em 21 dos processos correicionados: as paralisações ocorreram por motivos variados e a secretaria foi orientada na última inspeção a aprimorar a tramitação processual.

Afirmou ainda a unidade que, diante da significativa redução do acervo e de um bom tempo médio de tramitação do processo, comparado com as outras varas mistas do sertão pernambucano, o objetivo principal estabelecido após a última autoinspeção foi reduzir a quantidade de erros processuais mantendo a mesma celeridade. Foi mantida a meta de elaboração dos atos processuais pendentes em até 05 dias, para os processos físicos e PJE, ou 24 horas, para os processos do juizado especial. Apesar de algumas intercorrências, como afastamentos de magistrados e servidores, a meta tem sido alcançada com frequência.

#### **6.18.11. Considerações finais**

A 18ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 18ª vara federal funciona de modo eficiente.

### **6.19. 19ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - RECIFE/PE**

#### **6.19.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 19ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada com base na Resolução nº 12/2005 – TRF5 c/c o Ato nº 420-A – TRF5. TRF5. Detém competência privativa para a conciliação, o julgamento e a execução das causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001.

A unidade funciona no edifício situado na Av. Dantas Barreto, 1080, São José, Recife/PE, e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O expediente da vara é das 9h às 18h.

### **6.19.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores**

A 19ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados; b) 17 servidores efetivos, sendo 02 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados e 13 técnicos judiciários.

#### **6.19.2.1. Juíza federal titular**

A juíza federal titular da vara, Marília Ivo Neves, exerce a magistratura desde 14/12/2005, atuando na 19ª vara federal desde 09/06/2014. A magistrada, a partir de 18/06/2014, passou a exercer a coordenação do JEF.

Nos últimos 24 meses, a juíza federal esteve afastada nos períodos e em razão dos motivos abaixo discriminados:

Férias: 01/10 a 07/10/2015, 13/06 a 26/06/2016, 01/08 a 30/08/2016, 09/01 a 24/01/2017, 09/05 a 28/05/2017, 03/07 a 12/07/2017 e 11/09 a 03/10/2017;

Participação em seminário/congresso: 18/04 a 20/04/2017.

A magistrada titular reside em Recife/PE, cidade onde se situa a vara.

#### **6.19.2.2. Juiz federal substituto**

O juiz federal substituto da vara, Guilherme Soares Diniz, exerce a magistratura desde 12/09/2013, atuando na 19ª vara federal desde 18/01/2017.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal substituto esteve afastado nos períodos e em razão dos motivos abaixo discriminados:

Férias: 26/10 a 24/11/2015, 25/04 a 24/05/2016, 04/07 a 02/08/2016, 17/10 a 15/11/2016, 15/03 a 13/04/2017 e 12/08 a 10/09/2017;

Auxílio a vara, com prejuízo da jurisdição originária: 05/10 a 25/10/2015 e 16/11 a 17/01/2017;

Trânsito: 18/01 a 27/01/2017

O magistrado substituto reside em Olinda/PE, cidade situada na região metropolitana do Recife.

#### **6.19.2.3. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 19ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Cícero Azevedo de Moraes Filho	Analista Judiciário – Executante de Mandados	-	Superior completo	Direito
Eduardo Henrique Souza Guedes	Técnico Judiciário	FC-05	Superior completo	Direito
Eliza Cavalcanti Nogueira	Técnico Judiciário	FC-04	Superior completo	Direito
Eneida Maria Caldas Guerra	Técnico Judiciário	FC-04	Superior completo	Administração
Felipe Lacerda e Silva	Analista Judiciário – Executante de Mandados	-	Superior Completo	Direito
Flávia de Almeida Silva	Técnico Judiciário	FC-04	Superior completo	Engenharia
João Paulo de Miranda Parisio	Técnico Judiciário	FC-02	Superior incompleto	Jornalismo
Josianne Galvão Ferreira Lima	Técnico Judiciário	CJ-03	Superior completo	Direito
Júlio Cavalcanti D’Albuquerque	Técnico Judiciário	FC-04	Superior completo	Direito
Karina Alves Cavalcanti Rego	Técnico Judiciário	FC-04	Superior completo	Direito
Lílian Moccock Ferreira Furtado Soares	Analista Judiciário	FC-04	Superior completo	Direito
Maria Fernanda de Alencar Oliveira	Técnico Judiciário	FC-05	Superior Completo	Direito
Maria Rachel Bezerra de Castro	Analista Judiciário	FC-04	Superior completo	Direito
Ricardo José Barbosa Ferreira da Cunha	Técnico Judiciário	FC-04	Superior completo	Direito
Roberto de Macedo Gomes	Técnico Judiciário	-	Superior completo	Direito
Vanja Clere Bitu	Técnico Judiciário	FC-04	Superior completo	Arquitetura

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 19ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 12 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Há 02 servidores requisitados em exercício na 19ª vara/PE: Jorge Fernando Ferreira dos Santos (Seção Judiciária de São Paulo) e Simone Coelho Nunes Costa (Seção Judiciária de Pernambuco).

Inexistem servidores em auxílio na 19ª vara/PE. Também não há serventuários sem vínculo com o serviço público.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia uma função comissionada vaga (oficial de gabinete do juiz substituto - FC05).

Nenhum dos servidores da 19ª vara/PE estava afastado por motivo outro que não férias ou cedido a outros órgãos.

#### **6.19.2.4. Estagiários**

Há 06 vagas de estagiários previstas para unidade. Entretanto, apenas 03 vagas encontram-se ocupadas.

Todos os estagiários estão atuando na assessoria/gabinete.

#### **6.19.3. Organização da 19ª vara federal**

Dentre os servidores da 19ª vara federal de Pernambuco, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

##### **6.19.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara está organizada nos seguintes setores:

- Triagem e análise Inicial: João Paulo Parísio e Vanja Bitu;
- Perícia: Eliza Nogueira e Júlio Albuquerque;
- Audiência: Karina Cavalcanti;
- Conhecimento e expedição: Eduardo Guedes;
- Execução: Jorge Fernando e Eneida Guerra;
- Atendimento ao público: Roberto Macedo; e
- Setor de cálculos: Flávia Almeida.

Os processos são organizados de acordo com as fases criadas no sistema Creta, sendo da responsabilidade dos servidores a sua movimentação e acompanhamento. Os mapas e planilhas utilizados para o controle dos processos em tramitação são extraídos do sistema Creta.

As metas de prioridade foram fixadas de acordo com os prazos máximos admitidos para andamento dos processos, são eles:

- Secretaria: prazo máximo de 7 dias;
- Contadoria: prazo máximo de 30 dias; e
- Gabinete: prazo máximo de 30 dias.

##### **6.19.3.2. Gabinetes dos juízes federais**

Os processos nos gabinetes são organizados por matéria, cada uma delas sob a responsabilidade de um assessor/estagiário específico, ressaltando que, no momento, o

gabinete conta com 05 assessores e 03 estagiários.

Apesar de haver 02 magistrados em atuação na vara, a assessoria é única.

O trabalho é distribuído da seguinte forma entre os assessores:

Maria Fernanda de Alencar Oliveira: sentenças de extinção e homologação de acordo, matérias repetitivas e decisões;

Maria Rachel Bezerra de Castro e Lílian Moccock: aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, previdenciário (benefícios diversos);

Simone Coelho: administrativo/cível;

Ricardo Cunha: danos morais e tributário;

Estagiários - previdenciário (aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, LOAS).

Os processos são organizados e minutados levando em consideração a urgência e a data de movimentação ao gabinete, priorizando-se aqueles mais antigos, além das prioridades legais.

#### **6.19.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 19ª vara federal**

Há uma participação direta dos magistrados, orientando a secretaria e o gabinete quanto aos entendimentos relativos a cada tipo de ação.

#### **6.19.5. Planejamento das atividades da 19ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Há uma rotina preestabelecida para o andamento dos processos por meio de um fluxograma de atividades visando a que cada servidor saiba identificar o próximo movimento do processo, buscando evitar atrasos e/ou retrabalho.

Ao final de cada mês, os relatórios de produtividade extraídos do sistema Creta são analisados com a finalidade de verificar eventuais atrasos e retenções no andamento processual, identificar o(s) setor(es) e traçar novas estratégias de trabalho, quando necessárias.

#### **6.19.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 19ª vara federal e no gabinete da juíza federal**

Não há necessidade de agendamento prévio. O Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e os advogados são atendidos a qualquer momento durante o horário de expediente.

A vara não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.19.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 01/12/2017, havia em tramitação na unidade 5.247 processos (2.395 - titular, substituto - 2.852). Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade (18), a média de processos por servidor é de 291,5.

Em novembro/2017, havia 764 processos conclusos para sentença (203 - titular, 561 - substituto). Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 56 processos com pendências junto à contadoria do juízo e 132 processos com pendências junto ao posto Prisma – INSS.

Havia, ainda, 05 processos sobrestados/suspensos.

Nos 24 meses anteriores à correição, foram realizadas 02 inspeções judiciais. Com relação às audiências, foram realizadas 521 audiências pela juíza titular e 563 pelo juiz substituto (data-base: 01/12/2017).

Foram 536 as audiências de conciliação, tendo sido 35 as adiadas/canceladas.

A remarcação das audiências canceladas ou adiadas é feita caso a caso, após análise dos magistrados.

#### **6.19.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Percentual de cumprimento da meta: 88,41%.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Percentual de cumprimento da meta: 101,01%.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Percentual de casos resolvidos: 6,03%.

Percentual de cumprimento da meta: 301,68%.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica.

## Metas específicas para a Justiça Federal

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

### Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### 6.19.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 202 processos do Sistema Creta (quando da correição tinham 5.247 feitos em tramitação ajustada).

#### 6.19.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na cobrança do cumprimento de mandados	<a href="#">0506593-79.2016.4.05.8300</a>	Aguardando devolução em 18/07/16 (expedição em 23/06/16), ato ordinatório em 26/01/17.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0533783-32.2007.4.05.8300</a>	De 07.08.2017 a 27.11.2017.
	<a href="#">0507998-34.2008.4.05.8300</a>	Na Assessoria desde 03/04/17, conclusão em 04/06/17 e recebidos da contadoria em 04/08/17, devolvidos ao juiz em 11/10/17.
	<a href="#">0517599-64.2008.4.05.8300</a>	De 30/03/17 a 21/06/17.
	<a href="#">0516515-23.2011.4.05.8300</a>	De 28.11.2016 a 19.04.2017.
	<a href="#">0519395-46.2015.4.05.8300</a>	Processo aguarda conclusão desde 27/10/2017.
	<a href="#">0519407-60.2015.4.05.8300</a>	Ofício juntado em 01/08/17 e conclusão em 22/11/17.
	<a href="#">0500253-22.2016.4.05.8300</a>	Ausência de conclusão para exame das petições protocolizadas em 28/08/2017.
	<a href="#">0500645-</a>	De 22/03/2016 a 14/06/2016, anexos 17 e 18,

	<a href="#">59.2016.4.05.8300</a>	respectivamente.
	<a href="#">0500989-40.2016.4.05.8300</a>	Certidão de 31/01/17, conclusão em 28/08/17.
	<a href="#">0502354-32.2016.4.05.8300</a>	De 16.09.2017 a 23.11.2017.
	<a href="#">0502398-51.2016.4.05.8300</a>	De 30/08/17 a 27/11/17
	<a href="#">0502986-58.2016.4.05.8300</a>	Petição juntada em 11/07/17 e não houve conclusão até o momento.
	<a href="#">0503365-96.2016.4.05.8300</a>	Feito foi devolvido da Contadoria em 18/09/2017, conc. em 22/11/17.
	<a href="#">0512305-50.2016.4.05.8300</a>	Na Assessoria em 29/11/16, conclusão em 23/01/17 e na Assessoria desde 24/04/17, conclusos em 15/09/17.
	<a href="#">0521418-28.2016.4.05.8300</a>	Processo na Assessoria em 28/06/2017, sendo concluso apenas em 18/09/2017.
	<a href="#">0521465-02.2016.4.05.8300</a>	De 29/06/17 a 19/09/17.
	<a href="#">0500326-57.2017.4.05.8300</a>	Contestação juntada em 20/03/17 e conclusão em 28/07/17.
<b>Total de Ocorrências: 17</b>		
Demora/ausência na conclusão para sentença	<a href="#">0512914-67.2015.4.05.8300</a>	Documento juntado em 18/11/15 e conclusão em 26/01/16.
	<a href="#">0518361-36.2015.4.05.8300</a>	De 21.02.2017 a 12.05.2017.
	<a href="#">0518841-14.2015.4.05.8300</a>	Na Assessoria desde 24/08/17, conclusos em 21/11/17.
	<a href="#">0501005-91.2016.4.05.8300</a>	Contestação juntada em 28/03/16 e conclusão em 07/07/16.
	<a href="#">0501045-73.2016.4.05.8300</a>	Contestação juntada em 08/03/16 e conclusão em 30/05/16.
	<a href="#">0501855-48.2016.4.05.8300</a>	Processo na Assessoria desde agosto/2016, com a conclusão para sentença apenas em novembro/2016.
	<a href="#">0502980-51.2016.4.05.8300</a>	Petição juntada em 14/04/16 e concluso em 29/06/16.
	<a href="#">0506348-68.2016.4.05.8300</a>	De 22.05.2017 a 08.10.2017.
	<a href="#">0507673-78.2016.4.05.8300</a>	Na Assessoria desde 21/11/16, conclusão em 15/05/17.
	<a href="#">0508565-84.2016.4.05.8300</a>	De 16/03/17 a 23/10/17.
	<a href="#">0508828-19.2016.4.05.8300</a>	Recurso juntado em 04/08/17 e conclusão em 31/10/17.
	<a href="#">0514399-68.2016.4.05.8300</a>	O processo encontra-se na Assessoria desde janeiro/2017, somente havendo conclusão para sentença em outubro/2017.
	<a href="#">0515849-46.2016.4.05.8300</a>	Contestação em 05/12/16, conclusão março/2017.
	<a href="#">0516002-79.2016.4.05.8300</a>	Feito na Assessoria desde janeiro/2017, com a conclusão para sentença apenas em agosto/2017.
	<a href="#">0516165-59.2016.4.05.8300</a>	De 27/01/2017 a 13/03/2017.
<a href="#">0519990-</a>	De 21.03.2017 a 30.06.2017.	

	<a href="#">11.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0521536-04.2016.4.05.8300</a>	Abril-junho/2017.
	<a href="#">0521549-03.2016.4.05.8300</a>	Decurso do prazo em 31/05, conclusão em 25/09.
	<a href="#">0521568-09.2016.4.05.8300</a>	Demora na conclusão - de 06/03/2017 (anexo 7) a 19/06/2017.
	<a href="#">0521645-18.2016.4.05.8300</a>	De 24.07.2017 a 25.10.2017.
	<a href="#">0521730-04.2016.4.05.8300</a>	Na Assessoria desde 22/05/2017, conc. em 09/08/17.
	<a href="#">0521790-74.2016.4.05.8300</a>	Na Assessoria desde 18/05/17, conclusos em 26/09/17.
	<a href="#">0500010-44.2017.4.05.8300</a>	Os autos foram remetidos à Assessoria desde abril/2017, com a conclusão para sentença apenas em agosto/2017.
	<a href="#">0500036-42.2017.4.05.8300</a>	Março-junho/2017.
	<a href="#">0500063-25.2017.4.05.8300</a>	De 03/05/2017 a 10/11/2017.
	<a href="#">0500076-24.2017.4.05.8300</a>	O processo encontra-se na Assessoria desde junho/2017, com a conclusão para sentença em agosto/2017.
	<a href="#">0500093-60.2017.4.05.8300</a>	Março-junho/2017.
	<a href="#">0500115-21.2017.4.05.8300</a>	Na Assessoria em 29/06/17, conclusos em 10/11/17.
	<a href="#">0500119-58.2017.4.05.8300</a>	Março-maio/2017.
	<a href="#">0500123-95.2017.4.05.8300</a>	Petição juntada em 22/06/17 e conclusão em 19/09/17.
	<a href="#">0500150-78.2017.4.05.8300</a>	De junho a novembro/17.
	<a href="#">0500172-39.2017.4.05.8300</a>	Feito na Assessoria desde fevereiro/2017, com a conclusão para sentença realizada em julho/2017.
	<a href="#">0500185-38.2017.4.05.8300</a>	De 30.06.2017 a 20.09.2017.
	<a href="#">0500310-06.2017.4.05.8300</a>	De 10.05.2017 a 08.11.2017.
	<a href="#">0500364-69.2017.4.05.8300</a>	Contestação juntada em 13/03/17 e conclusão em 30/08/17.
<b>Total de Ocorrências: 35</b>		
Demora na prolação da sentença	<a href="#">0513553-90.2012.4.05.8300</a>	Conclusos desde 20/07/17.
	<a href="#">0511903-03.2015.4.05.8300</a>	Conclusos desde 07/07/17.
	<a href="#">0512914-67.2015.4.05.8300</a>	Conclusão em 26/01/16 e sentença prolatada em 09/05/16.
	<a href="#">0518361-36.2015.4.05.8300</a>	Demora excessiva (desde 12.05.2017).
	<a href="#">0500713-09.2016.4.05.8300</a>	Conclusos em 05/16, sentença em 17/02/17.
	<a href="#">0501005-</a>	Conclusão em 07/07/16 e sentença proferida em

<a href="#">91.2016.4.05.8300</a>	06/10/16.
<a href="#">0501045-73.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 30/05/16 e sentença proferida em 20/10/16.
<a href="#">0501610-37.2016.4.05.8300</a>	O feito foi concluso para sentença em março/2017, com a prolação do ato decisório em agosto/2017.
<a href="#">0501669-25.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 18/01/17.
<a href="#">0501855-48.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 03/08/17.
<a href="#">0502313-65.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 25/04/17.
<a href="#">0502961-45.2016.4.05.8300</a>	De 21.06.2017 a 13.11.2017.
<a href="#">0502980-51.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 29/06/16 e sentença proferida em 20/09/16.
<a href="#">0502986-58.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 19/07/16 e sentença proferida em 04/05/17.
<a href="#">0504108-09.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso desde 16/12/2016, sentenciado em 01/06/2017.
<a href="#">0504569-78.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 27/09/17.
<a href="#">0504997-60.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde out/2016.
<a href="#">0505351-85.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 09/08/2017, porém só foram sentenciados em 01/12/2017.
<a href="#">0506117-41.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 01/02/17.
<a href="#">0507555-05.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 19/08/16.
<a href="#">0507673-78.2016.4.05.8300</a>	Conclusos para sentença em 15/05/17.
<a href="#">0508821-27.2016.4.05.8300</a>	Feito concluso para sentença desde outubro/2016, sem prolação do <i>decisum</i> até a presente data (05/12/2017).
<a href="#">0508828-19.2016.4.05.8300</a>	Conclusão em 06/10/16 e sentença proferida em 21/07/17.
<a href="#">0509586-95.2016.4.05.8300</a>	Conclusos em 27/07/17, sentença em 01/12/17.
<a href="#">0509643-16.2016.4.05.8300</a>	Conclusão desde 28/10/2016.
<a href="#">0512450-09.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença em 24/11/2016.
<a href="#">0514745-19.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso para sentença (Assessoria) desde fevereiro/2017, com a prolação do ato decisório apenas em novembro/2017.
<a href="#">0515624-26.2016.4.05.8300</a>	De 25/05/2017 a 21/08/2017.
<a href="#">0515940-39.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde março/2017.
<a href="#">0515967-22.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 01/09/2017.
<a href="#">0516002-79.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 08/agosto/2017.
<a href="#">0517098-</a>	Conclusos em 04/09/17, sentença em 01/12/17.

	<a href="#">32.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0518265-84.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 21/08/2017.
	<a href="#">0519990-11.2016.4.05.8300</a>	Desde 30.06.2017.
	<a href="#">0520213-61.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde setembro/2017.
	<a href="#">0521427-87.2016.4.05.8300</a>	Conclusos para sentença desde 21/09/2017.
	<a href="#">0521536-04.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde junho/2017.
	<a href="#">0521549-03.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso desde 25/09/2017.
	<a href="#">0521568-09.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 19/06/2017.
	<a href="#">0521726-64.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 21/06/2017.
	<a href="#">0521790-74.2016.4.05.8300</a>	Conclusos desde 26/09/17(último movimento).
	<a href="#">0521793-29.2016.4.05.8300</a>	Concluso em 22/05/17, sentença em 03/08/17.
	<a href="#">0500036-42.2017.4.05.8300</a>	Conclusos desde junho/2017.
	<a href="#">0500044-19.2017.4.05.8300</a>	Concluso desde 26/07/17.
	<a href="#">0500093-60.2017.4.05.8300</a>	Conclusos desde junho/2016.
	<a href="#">0500119-58.2017.4.05.8300</a>	Concluso desde maio/2017.
	<a href="#">0500123-95.2017.4.05.8300</a>	Concluso desde 19/09/17.
	<a href="#">0500364-69.2017.4.05.8300</a>	Conclusão em 30/08/17 e sentença proferida em 17/11/17.
	<a href="#">0500453-92.2017.4.05.8300</a>	De 25/05/17 a 10/10/17 - anexos 66 e 67, respectivamente.
<b>Total de Ocorrências: 49</b>		
Demora na prolação de decisão/despacho	<a href="#">0503822-17.2005.4.05.8300</a>	Ato ordinatório, de 23.03.2017 a 20.07.2017.
	<a href="#">0516515-23.2011.4.05.8300</a>	De 14.09.2017 a 03.12.2017.
	<a href="#">0511903-03.2015.4.05.8300</a>	Demora para a prolação da decisão lançada em 02/02/2017, já que a conclusão se deu em 18/11/2016.
	<a href="#">0500185-72.2016.4.05.8300</a>	Set/2016 a fev/2017.
	<a href="#">0500987-70.2016.4.05.8300</a>	De 11/09/17 a 13/11/17.
	<a href="#">0502252-10.2016.4.05.8300</a>	De 04.09.2017 a 23.11.2017.
	<a href="#">0502294-59.2016.4.05.8300</a>	Conc. desde 28/09/16, despacho em 12/09/17.
	<a href="#">0504997-60.2016.4.05.8300</a>	Jul a out/2016.
	<a href="#">0506348-</a>	Ato ordinatório, de 14.11.2016 a 24.04.2017.

	<a href="#">68.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0513517-09.2016.4.05.8300</a>	Out/2016 a abril/2017.
	<a href="#">0516165-59.2016.4.05.8300</a>	Processo concluso em 13/03/2017, sentenciado em 20/06/2017.
	<a href="#">0517676-92.2016.4.05.8300</a>	Ato ordinatório, de 18.01.2017 a 21.08.2017.
	<a href="#">0500059-85.2017.4.05.8300</a>	Ato ordinatório, de 09.05.2017 a 09.10.2017.
<b>Total de Ocorrências: 13</b>		
Demora no cumprimento de sentença	<a href="#">0500381-42.2016.4.05.8300</a>	Sentença de 05/10/2017 ainda sem cumprimento.
	<a href="#">0521468-54.2016.4.05.8300</a>	Sentença prolatada em 23/08/2017 ainda sem cumprimento pela secretaria.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/Setor de Cálculo	<a href="#">0513553-90.2012.4.05.8300</a>	De 07/08/15 a 14/01/2016 - anexos 41 e 42.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0516442-56.2008.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0511686-33.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0529521-34.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0530417-77.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0532377-68.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0520562-40.2011.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0506882-51.2012.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0510166-67.2012.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0517252-89.2012.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0521511-30.2012.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0506177-19.2013.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0514351-80.2014.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0519297-95.2014.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0520447-14.2014.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0503126-29.2015.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0503449-34.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0508149-53.2015.4.05.8300</a>		

<a href="#">0519327-96.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519390-24.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519678-69.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500063-59.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500104-26.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500144-08.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500347-67.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500638-67.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500712-24.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500735-67.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500849-06.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500876-86.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500928-82.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501335-88.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501388-69.2016.4.05.8300</a>	Recebidos da TR em 20/11/2017.
<a href="#">0501420-74.2016.4.05.8300</a>	Recebidos da TR em 20/11/2017.
<a href="#">0501463-11.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501504-75.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501546-27.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501645-94.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501717-81.2016.4.05.8300</a>	Recebidos da TR em 21/11/2017.
<a href="#">0501769-77.2016.4.05.8300</a>	Recebidos da TR em 21/11/2017.
<a href="#">0501781-91.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501964-62.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502101-44.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502361-24.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502368-</a>	

<a href="#">16.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502393- 29.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502433- 11.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502696- 43.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502750- 09.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502817- 71.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502870- 52.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503017- 78.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503345- 08.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503392- 79.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503493- 19.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503515- 77.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0503875- 12.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504345- 43.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504411- 23.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504475- 33.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0504775- 92.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0505911- 27.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521425- 20.2016.4.05.8300</a>	Sentenciado em 06/11/2017.
<a href="#">0521477- 16.2016.4.05.8300</a>	Sentenciado em 06/11/2017.
<a href="#">0521658- 17.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521673- 83.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521711- 95.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521782- 97.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500120- 43.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500136- 94.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500147- 26.2017.4.05.8300</a>	

	<a href="#">0500183-68.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500184-53.2017.4.05.8300</a>	
<b>Total de Ocorrências: 72</b>		
Processos irregularmente paralisados	<a href="#">0521806-38.2010.4.05.8300</a>	Desde abril/2016 (no setor de cálculos).
	<a href="#">0516211-82.2015.4.05.8300</a>	De 09.06.2016 a 08.03.2017.
	<a href="#">0518215-92.2015.4.05.8300</a>	Sem movimentação entre 29/09/2016 e 13/10/2017.
	<a href="#">0502238-26.2016.4.05.8300</a>	Maior a out/2017.
	<a href="#">0503488-94.2016.4.05.8300</a>	Sem movimentação entre 15/03/2017 e 30/11/2017.
	<a href="#">0504108-09.2016.4.05.8300</a>	Em 25/10/2016, o processo encontrava-se na Assessoria, a qual só expediu o ato ordinatório - intimação da Parte - em 05/12/2016.
	<a href="#">0507117-76.2016.4.05.8300</a>	De 07.07.2016 a 22.02.2017 e de 06.03.2017 a 05.09.2017.
	<a href="#">0509510-71.2016.4.05.8300</a>	Processo na Assessoria Administrativa em 04/11/2016 - movimentado para a Assessoria em 03/05/2017. Sentença proferida em 30/05/2017 e até agora sem mais nenhuma movimentação.
	<a href="#">0509537-54.2016.4.05.8300</a>	Desde 14.09.2016.
	<a href="#">0514608-37.2016.4.05.8300</a>	De 30.10.2016 a 04.08.2017.
	<a href="#">0517484-62.2016.4.05.8300</a>	Sem movimentação entre 10/11/2016 e 14/06/2017.
	<a href="#">0518642-55.2016.4.05.8300</a>	De 26.12.2016 a 16.11.2017.
	<a href="#">0500084-98.2017.4.05.8300</a>	Sem movimentação entre 30/05/2017 e 22/11/2017.
<b>Total de Ocorrências: 13</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0507998-34.2008.4.05.8300</a>	Petição de 30/11/16 (pedido de urgência), ato ordinatório de 07/02/17.
	<a href="#">0514065-73.2012.4.05.8300</a>	Petição de 16/01/17, ato ordinatório de 15/08/17.
	<a href="#">0511903-03.2015.4.05.8300</a>	Devolvido pela Contadoria desde 28/03/2017, conclusos em 07/07/17.
	<a href="#">0516211-82.2015.4.05.8300</a>	Desde 14.06.2017.
	<a href="#">0518841-14.2015.4.05.8300</a>	Demora para certificar descumprimento de decisão - de 16/11/16 a 08/02/17.
	<a href="#">0519557-41.2015.4.05.8300</a>	07/03/16 a 07/06/16 e petição juntada em 16/10/17 e sem conclusão até o momento.
	<a href="#">0519687-31.2015.4.05.8300</a>	De 19/06/17 a 14/08/17 e desde 26/10/17 (último mov.).
	<a href="#">0519977-46.2015.4.05.8300</a>	Desde setembro/2017.
<a href="#">0500153-67.2016.4.05.8300</a>	Recebido da Turma Recursal em 28/09/17, ato ordinatório em 16/11/17.	

<a href="#">0501005-91.2016.4.05.8300</a>	Decisão proferida em 08/10/17 e sem movimentação desde então.
<a href="#">0501501-23.2016.4.05.8300</a>	Certificado decurso do prazo em 25/10/17 (último movimento).
<a href="#">0501610-37.2016.4.05.8300</a>	Após a contestação da Fazenda Nacional, o processo foi à Assessoria (05.05.2016), com movimentação processual apenas em julho/2016.
<a href="#">0501669-25.2016.4.05.8300</a>	De 22/03/16 a 28/10/16 - anexos 18 e 19.
<a href="#">0501694-38.2016.4.05.8300</a>	06/04/16 a 08/07/16.
<a href="#">0502294-59.2016.4.05.8300</a>	De 20/07/16 a 28/09/16.
<a href="#">0502313-65.2016.4.05.8300</a>	Na Assessoria em 04/16, ato ordin. em 25/10/16.
<a href="#">0502398-51.2016.4.05.8300</a>	De 21/03/17 a 30/08/17.
<a href="#">0502969-22.2016.4.05.8300</a>	Entre 25/05/2016 a 18/10/2016 (anexos 17 e 18) e de 28/10/2016 a 20/06/2017.
<a href="#">0503968-72.2016.4.05.8300</a>	09/03/17 a 21/07/17 e 01/09/17 a 01/12/2017.
<a href="#">0504480-55.2016.4.05.8300</a>	29/05/17 a 24/07/17.
<a href="#">0504535-06.2016.4.05.8300</a>	De 20/07/17 a 26/10/17 - anexos 33 e 34, respectivamente.
<a href="#">0504569-78.2016.4.05.8300</a>	De 05/09/16 a 10/02/17 - anexos 40 e 41, respectivamente;
<a href="#">0504704-90.2016.4.05.8300</a>	Período compreendido entre 09/03/2017 e 21/07/2017, data em que se praticou ato ordinatório.
<a href="#">0505732-93.2016.4.05.8300</a>	De 10/08/16 a 12/07/17(atto ordinatório) e de 02/08/17 a 16/10/17.
<a href="#">0506117-41.2016.4.05.8300</a>	De 05/07/16 a 18/10/16.
<a href="#">0508565-84.2016.4.05.8300</a>	De 17/10/16 a 14/02/17.
<a href="#">0509586-95.2016.4.05.8300</a>	De 20/03/17a 07/06/17.
<a href="#">0512407-72.2016.4.05.8300</a>	Na Assessoria desde 27/01/17, conclusos em 15/03/17, após, em 18/08/17, ato ordinatório, último movimento em 18/09/17.
<a href="#">0512792-20.2016.4.05.8300</a>	08/11/16 a 31/01/17 e 10/04/17 a 13/09/17.
<a href="#">0513517-09.2016.4.05.8300</a>	Desde 30/06/17 certificado decurso de prazo.
<a href="#">0514608-37.2016.4.05.8300</a>	Desde 22.09.2017.
<a href="#">0514664-70.2016.4.05.8300</a>	De 20/04/17 a 17/11/17 - anexos 35 e 36, respectivamente.
<a href="#">0514960-92.2016.4.05.8300</a>	De 25/01/17 a 16/08/17 - anexos 17 e 18.
<a href="#">0515624-26.2016.4.05.8300</a>	De 25/11/2016 a 27/04/2017.
<a href="#">0516465-</a>	De 17/01/17 a 12/06/17 e de14/06/17 a 10/11/17.

<a href="#">21.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0518334-19.2016.4.05.8300</a>	Feito sem movimentação processual desde 05/09/2017.
<a href="#">0521427-87.2016.4.05.8300</a>	De 06/03/2017 a 17/05/2017 - anexos 10 e 11, respectivamente.
<a href="#">0521494-52.2016.4.05.8300</a>	Período entre 19/05/17 a 06/10/17.
<a href="#">0521643-48.2016.4.05.8300</a>	10/04/17 a 28/07/17.
<a href="#">0521690-22.2016.4.05.8300</a>	Apesar de terem sido lançadas fases variadas, observa-se que, de fato, o feito se encontrou sem movimentação apropriada no período compreendido entre 14/02/2017 e 11/09/2017, tendo, inclusive, a parte peticionado por andamento em 05/07/2017.
<a href="#">0521693-74.2016.4.05.8300</a>	18/05/17 a 04/07/17 e 04/07/17 a 16/10/17.
<a href="#">0521696-29.2016.4.05.8300</a>	Set-dez/2017.
<a href="#">0521793-29.2016.4.05.8300</a>	De 27/03/17 a 22/05/17.
<a href="#">0500044-19.2017.4.05.8300</a>	03/03/17 a 22/06/17.
<a href="#">0500099-67.2017.4.05.8300</a>	Na Assessoria em 15/05/17, ato ordinatório em 21/07/17.
<a href="#">0500172-39.2017.4.05.8300</a>	Após a prolação da sentença (julho/2017), não houve movimentação processual.
<a href="#">0500180-16.2017.4.05.8300</a>	De 03/17 a 05/17 e de 06/17 a 10/17.
<a href="#">0500326-57.2017.4.05.8300</a>	28/09/17 a 01/12/17.
<b>Total de Ocorrências: 48</b>	

#### 6.19.10. Correição anterior e autoinspeção

Quando da realização da última correição, não se verificou nenhuma constatação digna de nota ou de recomendação tópica. Apenas foi mantida a recomendação de cobrar o andamento de processos paralisados há mais de 30 dias, o que vem sendo observado por meio do estabelecimento de metas.

A inspeção ordinária, realizada no período de 06 a 10/03/2017, estabeleceu como meta a ser perseguida o controle do andamento dos processos por meio da fixação dos seguintes prazos para que sejam praticados os atos pertinentes:

- Secretaria - prazo máximo de 7 dias;
- Contadoria - prazo máximo de 30 dias; e
- Gabinete - prazo máximo de 30 dias.

Tais metas encontram-se próximas de serem atingidas.

### **6.19.11. Considerações finais**

A 19ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de sentença;
3. Demora na prolação de despacho/decisão; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 19ª vara federal funciona adequadamente.

## **6.20. 20ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SALGUEIRO/PE**

### **6.20.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 20ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 27/2005 - TRF5 c/c o Ato nº 690/2005 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 20ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988, inclusive para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001, além de processar e julgar as execuções penais (art. 4º e 6º da Resolução nº 27/2005 - TRF5 e Resolução nº 49/2005 - TRF5, ambas consolidadas pela Resolução nº 27/2009 - TRF5, Anexo IV, art. 8º).

A unidade funciona no prédio-sede da subseção, localizado na Rua João Veras de Siqueira, s/n, Nossa Senhora Aparecida, Salgueiro/PE. A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.20.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 20ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 17 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

### 6.20.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da vara, Luiz Bispo da Silva Neto, exerce a magistratura desde 24/03/2011, atuando na 20ª vara federal desde 04/02/2015.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias: 16/10 a 14/11/2015, 14/06 a 30/06/2016, 18/07 a 30/07/2016, 17/10 a 05/11/2016, 22/01 a 12/02/2017 e 03/07 a 10/07/2017;

Participação em curso/seminário/congresso: 18/05 a 20/05/2016 e 23/08 a 25/08/2017;

Participação em inspeção do CNJ no TRF3: 30/05 a 10/06/2016;

Auxílio na Vice-Presidência do TRF5: 04/10 a 31/10/2017.

O juiz federal titular reside em Salgueiro/PE, cidade onde se situa a vara.

### 6.20.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 20ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de instrução	Área de formação
CARLOS ALBERTO DO N. MOURA	Analista judiciário – área de execução de mandados	-	Superior completo	Direito
TIAGO AGUIAR S. FALCÃO DE MELO	Analista judiciário – área de execução de mandados	-	Superior completo	Direito
MARIA LÍGIA PRIORI B. T. DE SÁ	Analista judiciária – área judiciária	FC05	Superior completo	Direito
MARIANA BARROS LOUREIRO	Analista judiciária – área judiciária	FC05	Superior completo	Direito
AUGUSTO DOS REIS SOUZA	Analista judiciário – área judiciária	FC05	Superior completo	Direito
BÁRBARA VASCONCELOS VENTURA	Analista judiciária – área judiciária	FC02	Superior completo	Direito
LUIZ CAVALCANTE DE LIMA FILHO	Analista judiciário – área Administrativa	-	Superior completo	Administração Empresas e Direito (cursando)
LUCIANO QUEIROZ VIEIRA JUNIOR	Técnico judiciário – área administrativa	CJ03	Superior completo	Engenharia Civil e Direito

GUILHERME PIRES B. DE CARVALHO	Técnico judiciário - área administrativa	FC05	Superior completo	Farmácia e Direito (cursando)
GLEIFFSON CARVALHO FONSECA	Técnico judiciário – área administrativa	FC04	Superior completo	Administração de Empresas
ERIVAN DA CRUZ ALEXANDRE	Técnico judiciário – área administrativa	FC04	Superior completo	Letras e Direito (cursando)
LUCIANA LUCENA DE LIMA CIRNE	Técnica judiciária – área Administrativa	FC05	Superior completo	Odontologia
MARIA EDUARDA F. GONÇALVES	Técnica judiciária – área Administrativa	FC05	Superior completo	Direito
MARCELA N. LINS B. SILLITANO	Técnica judiciária – área Administrativa	FC04	Superior completo	Direito
AMANDA GUEDES LINHARES	Técnica judiciária – área Administrativa	FC04	Superior completo	Biomedicina
EBSON DA SILVA COELHO	Técnico judiciário – área de segurança e transporte	FC04	Superior completo	Direito (cursando)
JOSÉ ADRIANO ALVES DA SILVA	Técnico judiciário – área de segurança e transporte	-	Superior completo	Ciências Contábeis

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 20ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura, neste cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Não há servidores requisitados em exercício na 20ª vara/PE.

Inexistem servidores em auxílio na 20ª vara/PE e funções comissionadas vagas.

Nenhum dos servidores da 20ª vara/PE estava afastado por motivo outro que não férias ou cedido a outros órgãos.

### 6.20.2.3. Estagiários

Há 03 vagas de estágio previstas para unidade, estando 02 delas ocupadas.

Os estagiários atuam na secretaria da vara (um no setor criminal e outro no setor fiscal).

### **6.20.3. Organização da 20ª vara federal**

Dentre os servidores da 20ª vara federal de Pernambuco, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 03 no gabinete.

#### **6.20.3.1. Secretaria**

A secretaria da 20ª vara federal está dividida em setores, quais sejam:

- Setor cível – Conta com 03 servidores que realizam o recebimento dos processos da distribuição, elaboram despachos e decisões, remetem e recebem processos do TRF5, advogados, procuradorias e MPF, providenciam publicações de expedientes, emissão de alvarás, ofícios, mandados e cartas de citação e intimação tanto no PJe quanto no Tebas e "remetem mediante conclusão os processos ao gabinete de onde os recebem para dar cumprimento até a efetiva baixa". Realizam consultas e inserção de dados nos sistemas Bacenjud e Renajud;
- Setor fiscal – Possui 02 servidores que realizam o recebimento dos processos da distribuição, elaboram despachos e decisões, remetem e recebem processos do TRF5, advogados e procuradorias, providenciam publicações de expedientes, emissão de alvarás, ofícios, mandados e cartas de citação e intimação, "remetem mediante conclusão os processos ao gabinete de onde os recebem para dar cumprimento até a efetiva baixa". Realizam consulta e inserção de dados no sistema Bacenjud e Renajud;
- Setor criminal – Atualmente dispõe de 02 servidores que realizam o recebimento dos processos da distribuição, elaboram despachos e decisões, remetem e recebem processos do TRF5, advogados e MP, providenciam publicações de expedientes, alvarás de soltura, mandados de prisão e cartas de citação e intimação, alimentam os sistemas virtuais pertinentes ao setor e "remetem mediante conclusão os processos ao gabinete de onde os recebem para dar cumprimento até a efetiva baixa".
- JEF – Conta com 03 servidores, que realizam a atermção e o recebimento dos processos distribuídos, elaboram despachos, agendam pauta de audiências e perícias, remetem e recebem processos da turma recursal, realizam cálculos, emitem RPVs e precatórios, ofícios, mandados e cartas de citação e intimação, bem como "remetem mediante conclusão os processos ao gabinete de onde os recebem para dar cumprimento até a efetiva baixa".

Os processos são divididos por dígito dentro das respectivas matérias dentre os setores cível, criminal, fiscal e JEF, onde os servidores realizam todas as atividades processuais do início ao fim do processo. Em cada setor os feitos são separados conforme a fase processual ou ato a ser praticado. Quanto aos processos físicos com prioridade, recebem etiquetas do tipo “réu preso”, “maior de 65 anos” ou “prioridade”, passando a ter preferência nas conclusões, publicações e emissão de cartas, ofícios ou mandados.

O acervo da vara é aferido mensalmente pela direção por meio da análise da estatística de processos distribuídos nos sistemas Tebas, PJe e Creta. Os dados consolidados são expostos em quadros de avisos em todos os setores da vara, de modo que os servidores possam focar na taxa de congestionamento, evitando que haja mais processos distribuídos do que baixados.

### **6.20.3.2. Gabinete do juiz federal**

O gabinete conta com 03 servidores, que analisam processos em trâmite pelo Tebas, Creta e PJe, elaborando minutas de decisões e sentenças, cuja distribuição é feita por dígito.

Os processos são apreciados de forma prioritária conforme as conclusões mais antigas, salvo aqueles processos com prioridade identificada nas capas, tais como: “maiores de 65 anos”, “réus presos” e “prioridades”. No JEF a prioridade é enfatizada pelo destaque na própria página do Creta.

### **6.20.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 20ª vara federal**

O magistrado despacha os processos conclusos pela secretaria tanto em seu gabinete como no próprio espaço da secretaria, ocasião em que fiscaliza e orienta atividade dos servidores, se for o caso. O mesmo ocorre com os processos conclusos no gabinete.

No mais, sempre que possível ou necessário, o magistrado se faz presente nas reuniões que a direção promove com os servidores para avaliação do desempenho verificado nos relatórios estatísticos do mês.

### **6.20.5. Planejamento das atividades da 20ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Conforme análise estatística da distribuição e da entrada total de processos no mês corrente, é estabelecida a meta de baixa para o mês seguinte. Também mensalmente se verifica, de forma global e setorial, a eventual ocorrência de baixa de processos inferior ao número de processos distribuídos (taxa de congestionamento) e, em ocorrendo, traçam-se estratégias juntamente com os respectivos setores de maneira que se possa corrigir a deficiência. Há ainda a meta de prazo para movimentação processual, a qual varia conforme o setor, podendo ser de 5 dias (JEF), 10 dias (setor criminal), 15 dias (setor fiscal) e 20 dias ou 30 dias (assessoria e setor cível).

### **6.20.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 20ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

O atendimento aos membros do Ministério Público é quase inexistente em secretaria, já que seus integrantes normalmente se limitam a se fazer presente às audiências. Quanto aos servidores destes órgãos, estes são atendidos na secretaria para o recebimento de processos em data prefixada, lugar onde encontram os processos prontos para carga. Na Subseção de Salgueiro/PE ainda não há Defensoria Pública da União, sendo a atuação suprida por advogados nomeados pelo juízo, os quais são atendidos no balcão da secretaria pelos servidores ou pelo diretor, conforme a necessidade. Os advogados e partes são igualmente atendidos no balcão da secretaria pelos servidores dos respectivos setores ou pelo diretor de secretaria, contando os advogados com sala da OAB na subseção, a qual foi recentemente ampliada e equipada.

No gabinete, o atendimento aos membros do Ministério Público Federal, procuradores e advogados, quando necessário, o que é bastante raro, é feito pelo magistrado, via de regra, com a presença de um servidor, caso o sigilo do assunto assim permita.

A vara possui caixa de sugestões, bem como um *e-mail* destinado à avaliação dos serviços prestados ao público externo. Na caixa, por meio de formulários com campos

preestabelecidos, o público é incentivado a opinar e avaliar a infraestrutura da vara, o atendimento e a celeridade processual. Os resultados são colhidos ao final de cada semestre, expostos em murais e discutidos internamente. Na última aferição, os que participaram da pesquisa avaliaram a vara da seguinte maneira:

- Infraestrutura: Boa, 29%; Ótima, 71%;
- Atendimento: Bom, 5%; Ótimo, 95%; e
- Celeridade processual: Regular, 4%; Boa, 36%; Ótima, 60%.

#### **6.20.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 1.001 processos em tramitação na unidade (acervo total, subtraídos os feitos suspensos e arquivados com baixa), distribuídos da seguinte forma: 134 processos no sistema Tebas, 358 processos no sistema PJe e 509 processos no sistema Creta.

Considerando o número de processos em tramitação (1.001) e a quantidade de servidores em atividade (17), a média de processos por servidor é de 58,88.

Em outubro/2017, havia na unidade 76 feitos conclusos para sentença (58 - Tebas, 08 - PJe e 10 - Tebas). Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise nem feitos com pendência junto a outros setores da administração/ órgãos ou com advogados.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a vara possuía 642 processos sobrestados/suspensos.

Nos 24 meses anteriores à correição, 02 execuções fiscais ensejaram o ajuizamento de ação de restauração de autos, as quais restaram prejudicadas diante da devolução dos autos. Nesse mesmo intervalo de tempo, foram realizadas 02 inspeções ordinárias e 1.129 audiências (58-Tebas, 86-PJe e 985-Creta).

Nos últimos 24 meses, realizaram-se 67 audiências de conciliação. Em igual período, 158 audiências foram adiadas/canceladas, basicamente em razão da ausência das partes ou da modificação da pauta, diante do afastamento do magistrado.

Sendo a ausência das partes justificada, bem assim na hipótese de afastamento do juiz, foram remarcadas as audiências que não se realizaram na época própria.

#### **6.20.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Meta 1 cumprida, conforme tabela abaixo, considerando os dados colhidos até 25/10/2017:

<b>META 1</b>			
<b>CLASSE</b>		<b>DISTR.</b>	<b>SENT.</b>
<b>CRETA</b>	Petição	04	03
	Procedimento do Juizado especial Cível	1301	1264
<b>PJE</b>	Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	02	01
	Ação Civil Pública	02	01

	Ação Penal	01	04
	Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária	01	02
	Consignação em Pagamento	01	02
	Desapropriação	01	05
	Embargos à Execução Fiscal	02	02
	Embargos à Execução	07	05
	Embargos de Terceiro	08	07
	Interdito Proibitório	01	00
	Mandado de Segurança	05	04
	Monitória	07	02
	Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária	01	02
	Pedido de Busca e Apreensão Criminal	01	00
	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados/Telefônico	01	00
	Petição	05	00
	Pedido de Reintegração/Manutenção de Posse	01	00
	Procedimento Sumário	00	01
	Procedimento Comum	67	131
TEBAS	Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	01	06
	Desapropriação	00	03
	Desapropriação de Imóvel Rural	00	00
	Ação Ordinária	08	02
	Embargos à Execução	00	01
	Embargos à Execução Fiscal	01	08
	Embargos de Terceiro	01	03
	Exibição de Documento ou Coisa	00	01
	Expropriação	00	01
	Medida Cautelar de Busca e Apreensão	01	00
	Medida Cautelar Inominada	01	01
	Pedido de Quebra de Sigilo de Dados/Telefônico	01	00
	Restauração de Autos	01	01
	Ação Penal	00	13
	Petição	01	01
TOTAL		1078	1296

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Em relação aos processos de conhecimento que tramitam na modalidade física, segundo dados enviados ao juízo pelo nucleocor/TRF5, em 14/07/2017, havia pendência de julgamento apenas em um processo, o de nº 1324-78.2005.4.05.8308, o qual se encontra suspenso nos termos do art. 366 do CPP. Na modalidade virtual, tanto no PJe como no Creta, não existem processos de conhecimento anteriores a 2013 e 2014, respectivamente, pendentes de julgamento. Por fim, no que se refere a execuções fiscais, existem diversas anteriores ao ano de 2012 que se encontram suspensas por parcelamento ou nos termos do artigo 40 da Lei nº 6.830/1980.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Meta 3 ainda não cumprida. Embora o percentual dos casos solucionados por conciliação tenha aumentado significativamente em relação ao ano anterior, não foi atingido o percentual de 2% do volume de distribuição. Em 2016, foram proferidas 05 sentenças homologatórias de acordo. Em 2017, foram 73.

Importante observar que o número de conciliações caiu drasticamente em relação aos anos de 2014 e anteriores, em que a quantidade de processos encerrados por conciliação, somente no sistema Creta, girava em torno de 250 feitos por ano. Este atual cenário se justifica pelo fato de a Procuradoria Seccional Federal ter sobrestado o oferecimento de propostas de acordo até meados de 2017.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

AÇÕES DE IMPROBIDADE ANTERIORES A 2014			
SISTEMA	DISTRIBUÍDAS	JULGADAS	EM TRAMITAÇÃO SEM JULGAMENTO
TEBAS	56	55	01
PJE	06	06	00
TOTAL	62	61	01

A partir de uma análise simples da tabela acima, pode-se concluir que a meta em tela está sendo cumprida (percentual de julgamento igual a 98,4%).

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Conforme se pode observar abaixo, a meta 5 encontra-se cumprida na vara.

META 5			
	CLASSE	DIST/MUD. CLASSE	BAIXADOS
CRETA	Execução de Título Judicial	535	516
	Cumprimento de Sentença	02	04
	Cumprimento de Sentença contra Fazenda Pública	02	04
PJE	Execução contra Fazenda Pública	00	15
	Execução de Título Extrajudicial	28	16
	Execução de Título Extrajudicial contra Fazenda Pública	03	01
TEBAS	Execução de Título Extrajudicial	00	01
	Execução Penal	04	08

Execução contra Fazenda Pública	00	02
Cumprimento de Sentença	00	08
<b>TOTAL</b>	<b>574</b>	<b>575</b>

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Meta 6 cumprida. Não há ações coletivas em tramitação na vara com distribuições anteriores ao ano de 2012.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Meta cumprida.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Meta cumprida.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade informou que, desde o ano de 2015, à medida que as ações de improbidade transitam em julgado, o cadastro em questão vem sendo preenchido/atualizado.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 20ª vara federal informou estar cumprindo tais exigências, inclusive em relação ao envio dos relatórios trimestrais.

#### **6.20.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 18 processos físicos (quando da correição tinham 134 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 40 processos (quando da correição tinham 358 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

A correição analisou, ainda, 60 processos virtuais do JEF Adjunto (quando da correição tinham 509 processos do Sistema Creta).

#### **6.20.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.20.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0018441772003405830 0	
Execução Fiscal	0000593112016405830 4	
Execução Fiscal	0000425532009405830 4	
Improbidade Administrativa	0000969412009405830 4	
Execução de Sentença Ordinária	0022867062001405830 0 0000050712017405830 4	
Desapropriação	0000718652005405830 3	
Desapropriação	0000541642006405830 4	
Execução Fiscal	0000222332005405830 4	
Execução Fiscal	0000636892009405830 4	
Execução Fiscal	0000069532012405830 4	
Execução Fiscal	0000083812005405830 4	
Embargos à Execução Criminal	0000912812013405830 4 0001007142013405830 4	
Execução de Sentença	0000110932007405830 4	
Execução de Sentença	0000228592013405830 4	

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0001315242002405830 8	Demora na expedição de RPV.
Desapropriação	0000833862005405830 3	Ausência de alteração de classe para execução de sentença contra a FP (despacho de fl. 955).

<b>Outras Observações:</b>
Processo: 00000507120174058304 Classe: Ordinária - inicialmente na Justiça Estadual em 16/01/2017.
Processo: 00000695320124058304 Classe: Execução Fiscal - Apensado ao processo de nº 0000636-89.2009.4.05.8304.
Processo: 00000838120054058304 Classe: Execução Fiscal - Atraso na conclusão, pág. 1161.
Consultando a movimentação da Carta Precatória no PJE da SJ/CE, constatou-se que se encontra aguardando o cumprimento do despacho.
Processo: 00001109320074058304 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença proferida em embargos à execução.

Emb. à exec. opostos/suspensão.

Processo: 00002285920134058304 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença de emb. à exe. inicialmente.

Suspensão art. 921,III, CPC/15.

Processo: 00005931120164058304 Classe: Execução Fiscal - suspensão art. 40 da Lei nº 6830/80.

Processo: 00009128120134058304 Classe: Embargos à Execução - conflito de competência.

Reativação em 18/04/17.

Processo: 00010071420134058304 Classe: Criminal - crimes contra o meio ambiente - extração de ouro ilegal.

Recursos p/tribunais superiores.

Processo: 00013152420024058308 Classe: Desapropriação - Redistribuído em 38.09.2005.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0800120-89.2016.4.05.8304	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Juntada de Certidão	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	AGNALDO DE ANDRADE SANTANA - ME - 11.777.494/0001-31	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800003-64.2017.4.05.8304	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EDUARDO ROBERTO DE SIQUEIRA e outro - 962.813.594-53	SIM
0800106-71.2017.4.05.8304	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ROBERTO CARLOS DA SILVA - 031.521.344-28	SIM
0800241-20.2016.4.05.8304	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MANOEL LUIZ NETO - 258.693.598-56	SIM
- Processo em Ordem.						
0000001-69.2013.4.05.8304	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Quadrilha ou Bando e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CICERO LOPES RODRIGUES e outros - 109.856.014-00	SIM
0000015-14.2017.4.05.8304	EXECUÇÃO DA PENA	Peculato e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RIVALDO AGUIAR PEREIRA -	SIM
0000017-81.2017.4.05.8304	EXECUÇÃO DA PENA	Peculato e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARINA ELENIRA DE OLIVEIRA - null	SIM
0000021-21.2017.4.05.8304	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Dano Qualificado	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	MARIA DO CARMO HERMÍNIA BARBOSA - null	SIM

0000022-16.2011.4.05.8304	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0000029-95.2017.4.05.8304	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LEANDRO RAMOS DE MORAIS - 084.825.184-96	SIM
0000036-87.2017.4.05.8304	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Juntada de Certidão de Intimação	VERALUCIA CARDOSO DOS SANTOS SILVA e outros - 044.363.924-81	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0000079-29.2014.4.05.8304	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Corrupção ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIVALDO CORREIA DE ARAUJO - 023.431.764-77	SIM
0000086-89.2012.4.05.8304	EXPROPRIAÇÃO DA LEI 8.257/91	Perda da Propriedade	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	JOAQUIM ALVES PILÉ e outro -	SIM
0000347-49.2015.4.05.8304	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA IVANICE DE MAGALHAES SILVA - 385.956.484-68	SIM
0000592-26.2016.4.05.8304	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO FERREIRA MATIAS - 269.794.704-34	SIM
0001241-93.2013.4.05.8304	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	WIR ENGENHARIA LTDA e outro -	SIM
0001250-55.2013.4.05.8304	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	ICLEIA TAVARES ALVES CONCERVA e outro - 100.726.084-04	SIM
0800004-20.2015.4.05.8304	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Auxílio-Doença Previdenciário	Juntada de Cota	EMILIA ALFREDA DE SA PEREIRA e outro - 269.982.704-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800007-04.2017.4.05.8304	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARCELO PAULINO DA SILVA e outro - 085.237.724-05	SIM
0800026-10.2017.4.05.8304	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	RICARDO RUFINO CECILIO - 007.625.024-52	SIM
0800039-43.2016.4.05.8304	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Demonstrativo das importâncias pagas	Proferido despacho de mero expediente	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	JOAO APRIGIO DA SILVA - 046.786.151-05	SIM
0800071-19.2014.4.05.8304	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EULINA DIOCINA DA SILVA e outro - 028.831.945-13	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800135-24.2017.4.05.8304	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização do Prejuízo e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE SALGUEIRO e outros - 11.361.243/0001-71	SIM
0800165-59.2017.4.05.8304	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO ALVES NASCIMENTO PARNAMIRIM - 10.638.211/0001-08	SIM
0800180-28.2017.4.05.8304	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DANILO DA SILVA SOUZA e outros - 014.234.664-03	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800186-40.2014.4.05.8304	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Demonstrativo das importâncias pagas	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA AUZENI DE LIMA - 729.039.704-59	SIM
0800198-20.2015.4.05.8304	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	COBARTI - COMERCIAL BARRA DA TIJUCA LTDA - ME - 02.694.083/0001-91	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800201-04.2017.4.05.8304	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falso testemunho ou falsa perícia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUCIANO DE ASSIS GOMES - 656.777.304-91	SIM

0800206-26.2017.4.05.8304	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	REGINALDO CRATEU CAVALCANTE - 031.638.778-93	SIM
0800215-90.2014.4.05.8304	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARIA APARECIDA PEREIRA ROUPAS - ME - 07.485.599/0001-40	SIM
0800219-25.2017.4.05.8304	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SALGUEIRO SHOPPING GESTAO E ADMINISTRACAO LTDA - 10.176.619/0001-05	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800235-76.2017.4.05.8304	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	M F E COMERCIO LTDA - EPP - 24.548.836/0001-93	SIM
0800239-16.2017.4.05.8304	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA DO SOCORRO DE JESUS e outro - 052.802.084-69	SIM
0800272-06.2017.4.05.8304	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE BELEM DE SAO FRANCISCO - 10.113.728/0001-83	GUSTAVO HENRIQUE GRANJA CARIBE - 032.614.064-61	SIM
0800275-58.2017.4.05.8304	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Estabelecimentos de Ensino e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	UNEPOS - UNIDADES DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E POS-GRADUACAO LTDA e outros - 07.425.183/0001-36	SIM
0800276-43.2017.4.05.8304	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Moeda Falsa / Assimilados	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ADEMIR COSTA e outro - 555.847.649-49	SIM
0800309-33.2017.4.05.8304	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Multas e demais Sanções	Baixa Definitiva	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	ESPÓLIO DE MANOEL MIGUEL DO NASCIMENTO E OUTROS e outro -	SIM
0806486-25.2017.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO ALVES DE CARVALHO JUNIOR e outros - 741.802.404-59	SIM
0806618-82.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CLEIDIANE MARIA DO NASCIMENTO - 069.031.974-60	SIM
0806619-67.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SILVINA DAMASO DE JESUS DE BEM e outro - 020.661.644-96	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para sentença	<a href="#">0500806-23.2017.4.05.8304</a>	De 14.09.2017 a 27.11.2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0500541-36.2008.4.05.8304</a>	
	<a href="#">0501332-05.2008.4.05.8304</a>	
	<a href="#">0500627-70.2009.4.05.8304</a>	
	<a href="#">0500527-81.2010.4.05.8304</a>	
	<a href="#">0500978-09.2010.4.05.8304</a>	

<a href="#">0500537- 91.2011.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500547- 38.2011.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500551- 75.2011.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500720- 62.2011.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500726- 69.2011.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501060- 06.2011.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500452- 71.2012.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500861- 47.2012.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501401- 95.2012.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501013- 61.2013.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501033- 52.2013.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501087- 18.2013.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500279- 76.2014.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501128- 14.2015.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500192- 52.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500487- 89.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500501- 73.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500535- 48.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500800- 50.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500834- 25.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500954- 68.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500987- 58.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501037- 84.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501089- 80.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501105- 34.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501108- 86.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501208-</a>	

<a href="#">41.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500018- 09.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500023- 31.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500035- 45.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500060- 58.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500073- 57.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500081- 34.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500100- 40.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500124- 68.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500187- 93.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500345- 51.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500365- 42.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500369- 79.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500387- 03.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500392- 25.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500441- 66.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500445- 06.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500488- 40.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500526- 52.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500553- 35.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500798- 46.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500904- 08.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500980- 32.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500989- 91.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500993- 31.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501001- 08.2017.4.05.8304</a>	
<a href="#">0501010- 67.2017.4.05.8304</a>	

#### **6.20.10. Correição anterior e autoinspeção**

O relatório da correição realizada em 2016 apontou, dentre as possíveis melhorias, a atribuição de maior celeridade na confecção de expedientes e no cumprimento das decisões. Neste ponto, a vara informa que vem conseguindo reduzir os prazos apontados.

Informa a unidade, ainda, que vem tentando aumentar a periodicidade de cobrança de cartas precatórias e ofícios. Ademais, na medida do possível, procurou cumprir os prazos para despacho (15 dias), decisão e sentença (60 dias) e reduzir o tempo de tramitação do feito, mediante a adoção de prazos setoriais de movimentação, os quais variam de 10 a 30 dias, dependendo do setor.

Após a inspeção ordinária em 2017, as metas de movimentação processual pelos setores passaram a ter prazos menores, os quais vêm sendo cumpridos pela vara.

Afirma também a vara que a criação de nova rotina de movimentação para as ações que tramitam no JEF e a automação do PJe, com a introdução de filtros específicos, foram medidas que se iniciaram após a inspeção e vêm produzindo efeitos satisfatórios.

Depois da última inspeção, foi digitalizado o acervo da vara e migrado para o PJe.

#### **6.20.11. Considerações finais**

A 20ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 20ª vara federal funciona de modo eficiente.

### **6.21. 21ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

#### **6.21.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 21ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 31/2005 - TRF5 c/c o Ato nº 739/2005 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 21ª vara federal detém competência para processar e julgar as causas cíveis previstas nos incisos I, II, III,

V-A, VIII, IX e X do art. 109 da CF/1988, exceto as submetidas, em caráter privativo, às 11ª, 14ª, 15ª, 19ª e 22ª varas federais desta seção judiciária.

A unidade funciona no prédio-sede da SJPE, localizado na Av. Recife, 6250, Jiquiá, Recife/PE. A vara apresentou instalações adequadas para todos, juizes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.21.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 21ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 16 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários, 03 analistas judiciários - área de execução de mandados e 09 técnicos judiciários.

#### **6.21.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Francisco Antônio de Barros e Silva Neto, exerce a magistratura desde 25/04/2001, atuando na 21ª vara federal desde 31/10/2007.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias: 01/12/2015 a 18/12/2015, 01/07/2016 a 25/07/2016, 05/09/2016 a 09/09/2016, 03/10/2016 a 24/10/2016, 12/12/2016 a 19/12/2016, 02/05/2017 a 24/05/2017, 16/06/2017 a 22/06/2017 e 11/09/2017 a 01/10/2017;

Afastamento por motivo de falecimento de pessoa da família: 28/03/2016 a 04/04/2016;

Afastamento para participar de encontro/palestra: 20/11/2015 a 20/11/2015 e 14/09/2016 a 16/09/2016.

O juiz federal titular reside em Recife/PE, cidade onde se situa a vara.

#### **6.21.2.2. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 21ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Afonso Victor Azevedo Ramos	Técnico judiciário	FC-04	Superior completo	Direito
Clotilde Maria Lins de Andrade	Técnico judiciário	FC-04	Superior completo Superior incompleto	Ciência da Computação Direito
Danille Cavalcante Feitosa	Analista judiciário	FC-04	Superior completo com pós-graduação	Direito Pós-graduação em Direito Público

Eduardo Luis Hollanda de Oliveira	Técnico judiciário	FC-04	Superior completo com pós-graduação	Administração de empresa Engenharia mecânica Pós-graduação em comércio exterior
Guy-René Moraes Leão	Técnico judiciário	FC-04	Superior completo com pós-graduação	Direito Pós-graduação em direito público
Icléa Maria de Oliveira Braga	Técnico judiciário	FC-05	Superior completo com pós-graduação	Direito Especialização em processo civil
Isabelle Corrêa de Araújo Coelho	Analista judiciário	FC-05	Superior completo com pós-graduação	Direito Especialização em processo civil
Leonardo José Medeiros Barros	Analista judiciário	FC-04	Superior completo com pós-graduação	Direito Pós-graduação em direito penal
Márcia Rosângela Cantalice Costa	Técnico judiciário	CJ-03	Superior completo com pós-graduação	Direito Ciências contábeis Pós-graduação em língua portuguesa
Maria Catarina Ventura da Silva	Técnico judiciário	FC-05	Superior completo com pós-graduação	Direito Pós-graduação em direito público
Rodrigo Eduardo Bandeira de Brito	Técnico judiciário	FC-05	Superior completo com pós-graduação	Direito Odontologia Pós-graduação em língua portuguesa
Tárcio Aurélio Monteiro de Melo	Técnico judiciário	FC - 04	Superior incompleto	Direito
Vilma Maria Franco da Encarnação	Analista judiciário - administrativa	FC-04	Superior completo com pós-graduação	Licenciatura em ciências Pós-graduação em língua portuguesa
Ana Paula Maravalho Borges	Analista judiciário - execução de mandados	NÃO	Superior completo com pós-graduação	Direito Pós-graduação em direitos humanos
Viviane Valença Valdevino Silva	Analista judiciário - execução de mandados	NÃO	Superior completo com pós-graduação	Direito Pós-graduação em dir. civil e empresarial
Ellen Travassos de Vasconcelos Silva	Analista judiciário - execução de mandados	NÃO	Superior completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos

da 21ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 08 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Não há servidores requisitados em exercício na 21ª vara/PE. Inexistem também servidores em auxílio na unidade.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 03 funções comissionadas vagas (secretário do diretor de secretaria - FC03, assistente técnico III do diretor de secretaria - FC03 e auxiliar especializado do diretor de secretaria - FC02).

Nenhum dos servidores da 21ª vara/PE estava cedido a outros órgãos.

No período de 27/10/2016 a 27/10/2017, registraram-se os seguintes afastamentos de servidores em razão de licença médica:

MATRÍCULA	NOME	TIPO DE LICENÇA	INÍCIO	FIM	QTD DE DIAS
3317	CLOTILDE MARIA LINS DE ANDRADE	LTPS	30/08/2017	06/09/2017	8
2887	ICLEA MARIA DE OLIVEIRA BRAGA	LTPS	06/06/2017	13/06/2017	8
2887	ICLEA MARIA DE OLIVEIRA BRAGA	LTPF	01/02/2017	03/02/2017	3
2887	ICLEA MARIA DE OLIVEIRA BRAGA	LTPF	06/02/2017	08/02/2017	3
2887	ICLEA MARIA DE OLIVEIRA BRAGA	LTPF	09/02/2017	10/02/2017	2
2887	ICLEA MARIA DE OLIVEIRA BRAGA	LTPF	13/02/2017	15/02/2017	3
2754	ISABELLE CORREA DE ARAUJO COELHO	LTPS	13/02/2017	17/02/2017	5
2754	ISABELLE CORREA DE ARAUJO COELHO	LICENÇA À GESTANTE	20/02/2017	19/06/2017	120
2754	ISABELLE CORREA DE ARAUJO COELHO	PRORROGAÇÃO DA LICENÇA À GESTANTE	20/06/2017	18/08/2017	60
2743	VILMA MARIA FRANCO DA ENCARNÇÃO	LTPS	20/06/2017	29/06/2017	7
2743	VILMA MARIA FRANCO DA ENCARNÇÃO	LTPF	06/11/2016	14/11/2016	9

### 6.21.2.3. Estagiários

Há 03 vagas de estágio previstas para unidade, estando todas ocupadas.

Todos os estagiários atuam na secretaria da vara.

### 6.21.3. Organização da 21ª vara federal

Dentre os servidores da 21ª vara federal de Pernambuco, 08 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

### **6.21.3.1. Secretaria**

A secretaria não se divide em setores. O trabalho é distribuído entre os servidores conforme o dígito final da numeração do processo, independentemente da classe processual ou da tarefa a ser desempenhada. A exceção diz respeito às servidoras Vilma da Encarnação, a qual é responsável pela confecção, distribuição e acompanhamento de expedientes (ofícios, mandados, cartas etc). Servidores da secretaria: Márcia Cantalice (diretora), Rodrigo Bandeira, Leonardo Barros, Eduardo Holanda, Catarina Ventura, Vilma da Encarnação, Afonso Ramos e Clotilde Lins.

Os processos (físicos e eletrônicos) são distribuídos entre os servidores e movimentados segundo a precedência cronológica. Os processos de uma semana são movimentados após a movimentação dos processos da semana anterior. As prioridades legais são identificadas mediante lembretes nos autos eletrônicos e etiquetas nos autos físicos.

As ações civis públicas e ações coletivas são tratadas como prioridade desde o início do processo. Os processos em fase de conhecimento quando atingem um ano de tramitação entram automaticamente na listagem de prioridades. Os relatórios do Tebas e do PJe são emitidos mensalmente, de modo a avaliar as tendências de ingresso e saída de processos, permitindo a identificação de novas demandas de massa e a confecção de modelos para a sua tramitação. No caso de processos físicos, estantes são organizadas de modo a permitir o controle visual dos processos, no que tange ao cumprimento das metas internas de movimentação.

Com exceção de processos mais simples (extinção de execução por pagamento, desistência, homologação de acordo, rejeição da inicial etc) e das sentenças proferidas em audiência, os processos são analisados conforme a ordem cronológica da conclusão (observada em termos semanais). Além das prioridades legais, confere-se precedência às ações civis públicas e feitos coletivos em geral, bem como aos processos em tramitação há mais de um ano.

### **6.21.3.2. Gabinete do juiz federal**

Os processos são distribuídos semanalmente entre os assessores, independentemente da matéria ou da classe. As urgências são divididas mediante rodízio.

### **6.21.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 21ª vara federal**

O magistrado, com o auxílio dos servidores, produz fluxogramas e roteiros para cada tipo de demanda relevante, realizando reuniões periódicas para esclarecimento de dúvidas. Quando possível, ministra aulas sobre processo civil aplicado à Justiça Federal aos servidores da equipe (cursos de pequena duração).

### **6.21.5. Planejamento das atividades da 21ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

As atividades da vara são planejadas anualmente, com a fixação das metas de movimentação e de julgamento. Mensalmente se avalia a quantidade e a qualidade do acervo, traçando-se estratégias de enfrentamento. Durante a inspeção ordinária anual, identificam-se os pontos de gargalo, afere-se o alcance das metas planejadas e discutem-se pontos a serem priorizados no período seguinte.

A avaliação é feita mensalmente e, de modo mais detalhado, por ocasião da inspeção

ordinária anual, quando se lavra o respectivo relatório de acompanhamento. Segundo informa a vara, os resultados obtidos até o momento foram avaliados positivamente.

As metas de produtividade da vara são estipuladas na Ordem de Serviço nº 3, de 02/02/2016.

“I – Secretaria:

a) análise de petições juntadas e de processos com prazos processuais vencidos; prática de atos ordinatórios; expedição de cartas, mandados, ofícios e similares; expedição de precatórios e RPVs; cobrança de cartas precatórias e avisos de recebimento; outras movimentações processuais: 10 (dez) dias úteis;

b) expedição de precatórios e RPVs, quando forem dez ou mais requisitórios em um mesmo processo: 15 (quinze) dias úteis;

c) verificação de resultados nos sistemas BACENJUD e RENAJUD, consulta ao sistema da Receita Federal e demais sistemas disponíveis: 5 (cinco) dias úteis para todas estas providências, a contar do protocolo das primeiras minutas;

d) confirmação do comparecimento do periciando na data designada para os exames periciais: 5 (cinco) dias úteis;

e) confirmação da leitura de documentos enviados pelo malote digital: 05 (cinco) dias úteis;

II – Direção de Secretaria: análise de petições iniciais; cobrança de autos retidos; expedição de alvarás, cartas de arrematação, adjudicação e similares; atos ordinatórios e movimentações processuais de sua responsabilidade: 10 (dez) dias úteis;

III - Gabinete:

a) minutas de liminares e tutelas provisórias: 05 (cinco) dias úteis, ressalvados os casos de grave urgência;

b) minutas de despachos e decisões: 10 (dez) dias úteis;

c) minutas de sentença: 20 (vinte) dias úteis;

IV – Oficiais de Justiça: cumprimento de mandados, ofícios e expedientes similares: 10 (dez) dias úteis, contados de sua distribuição.

§ 1º. O prazo previsto para os Oficiais de Justiça será de 15 (quinze) dias úteis quando:

I - o cumprimento demandar três ou mais diligências presenciais;

II - em razão de férias ou licenças, houver apenas dois Oficiais de Justiça em exercício; ou

III - o expediente for cumprido fora da região metropolitana do Recife/PE.

§ 2º. O prazo previsto para os Oficiais de Justiça será de vinte dias úteis quando ocorrerem, concomitantemente, dois ou três dos fatores listados no parágrafo anterior.

§ 3º. Os mandados, ofícios e demais expedientes, a serem cumpridos fora da região metropolitana do Recife/PE serão distribuídos quinzenalmente, a fim de se diminuir o volume de diárias pagas aos Oficiais de Justiça, a pedido da Direção do Foro da Seção Judiciária de Pernambuco.

Art. 2º. Ultrapassado o prazo de cumprimento, o Oficial de Justiça apresentará semanalmente ao Diretor de Secretaria, no respectivo plantão, relatório de suas atividades diárias, para fins de acompanhamento.

Art. 3º. Serão acompanhados semanalmente pelo Diretor de Secretaria e pelo Juiz:

I - as ações civis públicas, ações populares e outros processos de relevante interesse público e social;

II - os processos em fase de conhecimento, distribuídos há mais de 9 (nove) meses e ainda não sentenciados.”

#### **6.21.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 21ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

O atendimento ao público é feito no balcão da vara, onde os servidores atuam em sistema de rodízio, em conjunto com os estagiários. Algumas informações processuais podem ser fornecidas por telefone, quando não demandam maior complexidade.

No gabinete, o atendimento é realizado pelo juiz, sem a necessidade de agendamento. Pede-se, costumeiramente, para o advogado ou procurador aguardar enquanto os autos são localizados e encaminhados à leitura do magistrado, a fim de que detenha melhor domínio do caso concreto por ocasião do atendimento. Evita-se, em regra, o atendimento a estagiários e à parte desacompanhada de advogado.

A consulta de satisfação do público era realizada pela direção do foro. A vara não dispõe de mecanismo próprio de consulta. De qualquer modo, não há registro de reclamações ou queixas e, em 2016, houve o registro de elogio recebido pela ouvidoria do TRF5.

#### **6.21.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia em tramitação na unidade 535 processos (20 físicos e 515 eletrônicos). Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade (16), a média de processos por servidor é de 33,43.

Em outubro/2017, havia 64 processos conclusos para sentença e 06 feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Na 21ª vara federal, havia, quando do preenchimento do formulário de gestão, 49 processos suspensos/sobrestados, nos termos abaixo:

Aguardando o julgamento de agravo: 25;

Aguardando decisão em Ação Rescisória: 02;

Aguardando o julgamento dos Embargos à Execução: 12;

Aguardando a conclusão de parcelamento de arrematação: 01;

Aguardando o pagamento de precatório: 09.

Nos 24 meses anteriores ao início da correição, observou-se o extravio e a restauração de 01 processo. Em igual período, não se verificou a realização de inspeção judicial nem a existência de feito com pendência junto a setores da administração/órgãos ou com advogados.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 24 audiências.

As audiências de conciliação foram 06, tendo sido 08 adiadas ou canceladas, das quais apenas 03 exigiram remarcação.

#### **6.21.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos**

no ano corrente).

A unidade informou que o número de sentenças proferidas demonstra que o seu acervo encontrou um ponto de equilíbrio no qual o cumprimento da meta demandaria a artificial diminuição das etapas dos processos, com prejuízo para o direito de defesa e para o devido processo legal.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Os processos mais antigos em tramitação na vara, na fase de conhecimento, ainda não sentenciados, foram distribuídos no primeiro semestre de 2015 e no primeiro semestre de 2016.

Meta cumprida.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Afirma a unidade que há dificuldade no cumprimento da meta de conciliação (meta 3), uma vez que, mesmo após o advento do CPC/2015, a Fazenda Pública não realiza acordos. A vara ponderou que o aumento no número de conciliações depende mais do ânimo do público externo do que dos esforços da unidade jurisdicional. Por fim, atualmente a atividade conciliatória foi centralizada no CEJUSC, não competindo mais às varas proceder às audiências.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Os processos mais antigos em tramitação na vara, na classe ação civil de improbidade administrativa, ainda não sentenciados, foram distribuídos no segundo semestre de 2017.

Meta cumprida.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Afirma a vara que, conquanto apenas se possa aferir o cumprimento da meta ao final do ano, o número de processos arquivados demonstra que o acervo da unidade encontrou um ponto de equilíbrio no qual o cumprimento da meta demandaria a artificial diminuição das etapas dos processos, com prejuízo para o direito de defesa e para o devido processo legal.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Os processos coletivos mais antigos em tramitação na vara, ainda não sentenciados, foram distribuídos no segundo semestre de 2017.

Meta cumprida.

**Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCAI) sempre que operado o trânsito em julgado.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

#### **6.21.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 05 processos físicos (quando da correição tinham 20 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 60 processos (quando da correição tinham 515 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

##### **6.21.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

###### **6.21.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Sentença	0007507792011405830	0
Execução de Sentença	0000020098300019235	4
Ordinária	0013563412005405830	0

#### **Outras Observações:**

Processo: 00075077920114058300 Classe: Execução de Sentença - ex. contra a Fazenda Pub.

Processo: 00135634120054058300 Classe: Ordinária - acordo homologado judicialmente.

Processo: 00168994820084058300 Classe: Execução de Sentença - Processo sobrestado aguardando a edição de Resolução do TRF5, para fins de expedição de novos requerimentos em substituição aos que tiveram os valores devolvidos em face do não levantamento.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão					
0806455-05.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MAURICIO BERNARDO JACOBOVITZ BOGATER e outro - 375.026.624-72
0808555-98.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	CAMARAGIBE PREFEITURA e outro - 08.260.663/0001-57	JOAO RIBEIRO DE LEMOS - 128.279.674-72
- Processo em Ordem.					
0000836-30.2017.4.05.8300	USUCAPIÃO		Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	KEZIA CRISTINA ASSIS DE LIMA e outro - 614.526.704-63	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0800102-13.2017.4.05.8311	PROCEDIMENT O COMUM	FUSEX/FUNSA/FUSMA/Fundo de Saúde das Forças Armadas	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	DAVID THIAGO DA SILVA e outro - 097.335.014-84	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800175-19.2016.4.05.8311	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Concessão e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FERNANDO JEREMIAS DA SILVA - 169.639.114-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800366-05.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão	PERSINOR PERSIANAS DO NORDESTE LTDA - ME - 41.042.011/0001-11	HUNTER DOUGLAS DO BRASIL LTDA e outro - 48.775.191/0001-90
0800536-40.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	SIMPLES e outros	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	T T M IRMAOS & COMERCIO LTDA - ME - 07.093.166/0001-49	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0800646-05.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Descontos Indevidos	Juntada de Petição	MARIELZA CAMPOZANA GOUVEIA - 104.080.614-72	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08
0800779-18.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LABORH-TRADE MARKETING PROMOCIONAL LTDA. e outros -
0801043-69.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Complementação de Benefício/Ferrovário	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	ANA CRISTINA DE ANDRADE MOURA e outro - 390.799.374-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
0801211-71.2012.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Descontos Indevidos	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	ESTELA PARNES e outro - 214.985.554-20	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI - 07.328.153/0001-01
0801716-23.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Empréstimo consignado	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO - FHE - 00.643.742/0001-35	JOSEMAR BEZERRA MAGALHAES - 346.044.304-97
0802505-22.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Liminar	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO e outro - 24.134.488/0001-08	ANA FLAVIA ANDRADE DE FIGUEIREDO - 036.231.374-13
0802832-69.2013.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Equivalência salarial	Apreciada questão interlocutória	BERNARDETH DE LOURDES GONDIM e outro - 424.652.304-68	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13

0802899-63.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Revisão do Saldo Devedor	Inspeção da Corregedoria-Geral	CRISTIANE DE SOUSA LIMA - 363.778.564-15	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. -
0803399-32.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Intervenção em Estado / Município	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE - 10.767.239/0001-45
0803842-46.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ ANTONIO DIAS DA COSTA - 425.320.784-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0804031-92.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSIANA DIAS LOPES DE SOUSA - 734.528.234-15
0804089-90.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútu o	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	KLEBER JOSE FREIRE DA FONSECA e outros - 821.798.914-15
0805312-15.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Rescisão	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - 26.989.350/0001-16	R&M CONSTRUTORA LTDA - EPP - 18.914.388/0001-00
0806229-97.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Baixa Definitiva	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	GENIVALDO PAULINO DA SILVA - 021.453.594-00
0806310-80.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Enriquecimento ilícito e outros	Expedição de expediente	ENGEMAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - 02.416.742/0001-28	EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS - 07.607.851/0001-46
0806572-30.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	REFERENCIAL AUDITORES E CONSULTORES S/S e outros - 03.337.066/0001-60
0806583-59.2016.4.05.8300	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 17.234.244/0001-31	ELIAS VIEIRA DOS SANTOS e outros -
0806787-06.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Imissão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIRLEY DA SILVA LIMA - 038.485.474-57
0806900-91.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Registro Profissional	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TAINAN PEREIRA MATOS - 045.265.614-10	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 10.979.565/0001-16

0806906-64.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Expedição de expediente	GEOVAH FERNANDES DE MELO e outro - 010.397.434-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0806957-12.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acessão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	GERMANO HAINT e outro - 000.929.674-34
0806987-81.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Conversão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE DE ARAUJO - 080.900.684-72	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08
0807305-59.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Invalidez Permanente	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDVALDO HENRIQUE SABINO DOS SANTOS - 098.317.044-44	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0807931-15.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Capitalização / Anatocismo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ERNEST MAURICE THOM e outros - 539.290.044-53
0808545-54.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Fundo de Participação dos Municípios	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDAÇÃO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE e outro - 33.787.094/0001-40	MUNICÍPIO DE TERRA NOVA - 11.361.201/0001-30
0808567-78.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO TEODORO GOMES DA SILVA FILHO e outros - 042.367.344-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0809113-36.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Abatimento proporcional do preço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANGELA CATARINA BRAGA LIRA - 033.800.534-06	CONSTRUTORA SAINT ENTON LTDA e outro - 11.561.313/0001-35
0809853-57.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GENIVALDO PAULINO DA SILVA - 021.453.594-00	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0809999-35.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Expedição de documento	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outro - 10.571.982/0001-25
0810231-13.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE - 09.791.484/0001-09	CARLOS EDUARDO CHAGAS - 277.621.568-10
0810310-26.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Fundo de Participação dos Municípios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE BODOCO - 11.040.862/0001-64	FUNDAÇÃO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE e outros - 33.787.094/0001-40

0810354-45.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARCELO VICTOR CAVALCANTI DONATO DE MESQUITA e outros - 080.804.644-64
0810462-40.2017.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ANADIA CORREIA SILVA - 193.494.244-87
0810561-10.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	A.B.S. PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 02.356.205/0002-10	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE e outro -
0810875-53.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Obrigação de Fazer / Não Fazer e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GILMARA DA SILVA COSTA - 012.166.114-83	General de Divisão do Exército Brasileiro (7ª RM) e outro -
0811107-65.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Petição	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
0811481-81.2017.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	JOSE LUCAS GOMES DE MIRANDA - 178.178.544-91
0811691-35.2017.4.05.8300	OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	Acessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - 00.352.294/0001-10	MUNICÍPIO DO RECIFE. e outro - 10.565.000/0001-92
0811811-78.2017.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DA CONCEICAO PATRIOTA DO REGO BARRETTO - 594.702.084-04	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0812004-93.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Matrícula	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VANDA MARIA DE ARAUJO e outro - 769.904.864-49	Reitor do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE e outro -
0812241-30.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Interdição e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLECIA ASSIS DE ARAUJO - 846.936.904-06	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE - 10.767.239/0001-45
0814682-81.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MOTOVIA COMERCIAL LTDA - 05.152.701/0001-60	ELEGADO REGIONAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outros -

0814913-11.2017.4.05.8300	MANDADO DE SEGURANÇA	Parcelamento	Juntada de Certidão	SURFIX TECNOLOGIA EM INTERNET LTDA - EPP - 08.780.855/0001-94	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RECIFE e outro -
0815093-27.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Aquisição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS, POSSEIROS E MORADORES DA ZONA 6 UFRPE - 26.280.086/0001-47	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - 24.416.174/0001-06
0815379-05.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Exercício Profissional	Juntada de Certidão de Intimação	RONALDO FONSECA SAMPAIO e outros - 667.146.724-20	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE e outros - 09.791.484/0001-09
0815588-71.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Compromisso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MONICA ELISABETH DE MENDONCA E SILVA e outros - 625.176.514-34
0815727-23.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	ACADEMIA ATHLETIC CENTER - null
0815763-65.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anuidades OAB	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87	ACADEMIA MAIS FIT LTDA - ME - 25.124.585/0001-82
0815855-43.2017.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Ex-combatentes e outros	Juntada de Contrarrazões	REJANE DE SANTANA MOURA DA CRUZ e outro - 754.133.454-53	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0816201-91.2017.4.05.8300	AÇÃO POPULAR	Edital e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FERNANDO DE ANDRADE NEVES - 318.871.474-20	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS e outros - 02.313.673/0001-27
0816348-20.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Cálculo	VANIA DE PAULA PINTO VANDERLEI e outro - 171.359.904-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0816680-84.2017.4.05.8300 - (Segredo)	PROCEDIMENT O COMUM	Atualização de Conta	Expedição de expediente	JOSE CARLOS DA SILVA - 062.406.824-20	BANCO DO BRASIL SA e outro -
Tempo permanência com advogado/defensor público					
0005820-28.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FLAVIA CASTELLAR DE CASTRO BARROS - 375.383.144-15

#### **6.21.10. Correição anterior e autoinspeção**

Na correição anterior foram detectadas pequenas falhas, como a demora na conclusão de alguns processos, o encarte de certidão de encerramento de volume fora do lugar e quatro processos com paralisação irregular.

Quanto à demora na abertura de conclusão e às paralisações irregulares, as ocorrências foram sanadas e quase todos os processos estão arquivados. Apenas um processo se encontra pendente, sobrestado, aguardando pagamento de precatório.

No que tange às certidões de encerramento, foram recebidos do tribunal diversos volumes com número de folhas superior à prevista na norma regulamentar. Coube à unidade adequar os volumes ao limite máximo permitido por esta corregedoria, o que deslocou as certidões para o meio do volume, de modo a não prejudicar a sequência dos eventos. De qualquer modo, em face da migração obrigatória dos autos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico, tal ocorrência não irá se repetir.

As demais irregularidades formais foram ajustadas.

As metas fixadas na última autoinspeção vêm, de um modo geral, sendo cumpridas.

#### **6.21.11. Considerações finais**

A 21ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 21ª vara federal funciona de modo eficiente.

### **6.22. 22ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

#### **6.22.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 22ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 31/2005 - TRF5 c/c o Ato nº 740/2005 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 22ª vara federal detém competência privativa para processar e julgar as execuções fiscais, abrangendo as ações anulatórias, ações declaratórias, medidas cautelares, mandados de segurança e demais processos e incidentes que guardem relação com as execuções fiscais.

A unidade funciona no prédio-sede da SJPE, situado na Av. Recife, 6250, Jiquiá, Recife/PE. A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### 6.22.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 22ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 13 servidores efetivos, sendo 01 analista judiciário - área judiciária, 01 analista judiciária - área de execução de mandados, 02 analistas judiciários - área administrativa e 09 técnicos judiciários - área administrativa.

#### 6.22.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da vara, Tarcísio Barros Borges, exerce a magistratura há 17 anos, atuando na 22ª Vara Federal há 07 anos.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias: 02 a 21/05/2016, 17/11 a 06/12/2016, 27/03 a 06/04/2017, 26/06 a 04/07/2017, 05 a 23/07/2017 e 19 a 29/10/2017;

Licença para tratamento de saúde: 30/05 a 01/06/2017;

Afastamento referente à acumulação da jurisdição não remunerada: 14 a 16/10/2015, 07 a 08/01/2016 e 11 a 12/01/2016.

Participação em seminário/congresso: 16 a 17/03/2017 e 24 a 25/08/2017.

O juiz federal titular reside em Recife/PE, cidade onde se situa a vara.

#### 6.22.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 22ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	FC ou CJ	Grau de instrução	Área de formação
DENISAR SANTOS GALVÃO NETO	Analista judiciário - área administrativa	Supervisor da Seção de Execuções da Fazenda Nacional - FC05	Superior Completo	Administração e Direito
JOSÉ ANDRÉ CARNEIRO FILHO	Analista judiciário - área administrativa	Secretário do diretor de secretaria - FC03	Superior Completo	Contabilidade
FLÁVIA MARIA SOUZA PEREIRA DA COSTA	Técnica judiciária - área administrativa	Supervisora-assistente II do gabinete do juiz federal substituto - FC04	Superior Completo	Odontologia

AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA CARVALHO	Técnico judiciário - área administrativa	Supervisor-assistente II do gabinete do juiz federal titular - FC04	Superior Completo	Direito
MAURÍCIO RICARDO SOARES COELHO	Analista judiciário - área Judiciária	Supervisor-assistente do Setor de Cálculos - FC04	Superior Completo	Direito
VALDIR SOARES FERNANDO	Técnico judiciário - área administrativa	Supervisor da Seção de Execução de Grandes Devedores - FC05	Superior Completo	Direito
ARMANDO COELHO DE LUCENA	Técnico judiciário - área administrativa	Supervisor da Seção de Leilão e Avaliação - FC05	Superior Completo	Sistemas de Informação
EDLEUZA MARIA LIMA DA ROCHA	Técnica judiciária - área administrativa	Supervisora-assistente do Setor de Expedição de Documentos e Publicação - FC04	Ensino médio	-
RENATA UCHOA DE MEDEIROS VARELA	Analista judiciária - área de execução de mandados	-	Superior Completo	Direito
VERÔNICA SANTOS DE AGUIAR	Técnica judiciária - área administrativa	Supervisora-assistente do Setor de Execução de Outros Credores - FC04	Superior Completo	Fonaudiologia e Direito
MARIA ANGÉLICA AZEVEDO DE OLIVEIRA	Técnica judiciária - área administrativa	Oficiala de gabinete do juiz federal substituto - FC05	Superior Completo	Direito
SÍLVIA LETÍCIA MACEDO LIRA	Técnica judiciária - área administrativa	Oficiala de gabinete do juiz federal titular - FC05	Superior Completo	Direito

SÍLVIA CAROLINA B. DE GUSMÃO NOYA	Técnica judiciária - área  administrativa	Diretora de secretaria - CJ03	Superior Completo	Ciência da Computação e Direito
-----------------------------------	----------------------------------------------------	----------------------------------	----------------------	---------------------------------------

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 22ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 08 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura, neste cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Uma servidora da vara encontra-se, por força de liminar, em exercício na Seção Judiciária do Piauí, por motivo de acompanhamento do cônjuge.

Há 03 servidores requisitados atuando na 22ª vara/PE: Adalberto Pereira Gonçalves Júnior (TRF5), Ana Cláudia Neves de Moraes (DETRAN/PE) e Edson Sabino dos Santos Júnior (DETRAN/PE).

Existe uma função comissionada vaga (auxiliar especializado - FC02).

Não há na vara servidores sem vínculo com o serviço público nem prestando auxílio. Também inexistem serventuários afastados por outro motivo que não férias.

### 6.22.2.3. Estagiários

Há 06 vagas de estágio previstas para unidade, estando apenas 05 ocupadas, em virtude de restrição orçamentária.

Um estagiário atua no gabinete do magistrado e 04 na secretaria, estando um deles no setor de grandes devedores.

### 6.22.3. Organização da 22ª vara federal

Dentre os servidores da 22ª vara federal de Pernambuco, 13 exercem suas atribuições na secretaria e 03 no gabinete.

#### 6.22.3.1. Secretaria

A secretaria da vara está organizada nos seguintes termos:

SETOR	SERVIDORES
Fazenda Nacional 01 – FN e Conselhos 07 – CNS	Augusto José de Souza Carvalho Denisar Santos Galvão Neto Edson Sabino dos Santos Júnior Flávia Maria Souza Pereira da Costa José André Carneiro Filho Maurício Ricardo Soares Coelho

<b>SETOR</b>	<b>SERVIDORES</b>
Grandes Devedores 02 – GD	Valdir Soares Fernando

<b>SETOR</b>	<b>SERVIDORES</b>
Expedição 05 – EXP	Armando Coelho de Lucena Edleuza Maria Lima da Rocha

<b>SETOR</b>	<b>SERVIDORES</b>
Credores Diversos 06 - CD Cumprimento Sentença/ Cumprimento Sentença contra Fazenda Pública 10 - CS/CSFP	Renata Uchoa de Medeiros Varela Verônica Santos de Aguiar

<b>SETOR</b>	<b>SERVIDORES</b>
Assessoria 08 - GAB	Adalberto Pereira Gonçalves Júnior Maria Angélica Azevedo de Oliveira Sílvia Letícia Macedo Lira Maurício Ricardo Soares Coelho

<b>SETOR</b>	<b>SERVIDORES</b>
Cartas Precatórias 12 - CP Leilão 04 - LL	Ana Cláudia Neves de Moraes (Requisitada - DETRAN/PE)

<b>SETOR</b>	<b>SERVIDORES</b>
Direção de Secretaria 14 - DS	Sílvia Carolina B. de Gusmão Noya

Primeiramente, a divisão da vara em setores específicos tem por objetivo gerar um maior controle sobre as demandas, bem como agilizar o andamento dos feitos. Assim, a par do setor de grandes devedores e leilão/cartas precatórias, que exigem uma atenção mais minuciosa, os setores da Fazenda Nacional/Conselhos e credores diversos organizam-se da seguinte forma, de modo a permitir maior celeridade no andamento dos feitos: processos aguardando retorno de expedientes; processos aguardando a análise das cotas dos exequentes (solicitação de citação por edital, redirecionamento, expedição de mandados/ofícios, indisponibilidade de bens, pedidos de extinção dos feitos, pedidos de suspensão por parcelamento); processos sobrestados aguardando julgamento em instâncias superiores ou deslinde de ações diversas (processos de inventário/falência), processos aguardando resultado de Bacenjud; processos arquivados pelo art. 40 da Lei nº 6.830/1980, art. 20 da Lei nº 10.522/2002 e Portarias MF nºs 75 e 130/2012 e suspensão por parcelamento, levando-se em consideração o prazo prescricional.

Além disso, analisam-se, com prioridade, os processos com pedido de bloqueio/desbloqueio de verbas constritas, os processos movidos contra idosos, os pedidos de extinção do feito, de transformação em pagamento definitivo, de certidão narrativa, de penhora sobre faturamento e no rosto dos autos, parcelamento e apelação/agravo.

À exceção dos setores de grandes devedores e cartas precatórias/leilão, porque possuem apenas um servidor lotado, foi estabelecida no PJe uma divisão por dígito, de modo que cada servidor é responsável por dar andamento aos processos que a ele couber, em prazo que não ultrapasse 15 dias da data da chegada do feito na tarefa.

No que tange ao setor de cartas precatórias, há um controle sobre o limite do prazo, inclusive com cobrança periódica dos expedientes aos oficiais de justiça, procedimento semelhante com relação aos processos com vista fora do cartório e que estejam com prazo vencido.

Mensalmente, são encaminhadas estatísticas para o magistrado e servidores, mediante a extração de relatório dos sistemas Tebas e PJe, de forma a ser avaliado o desempenho da vara e traçadas metas para o mês seguinte.

Periodicamente, tem-se procurado traçar alguns organogramas, com a finalidade de reduzir o tempo de análise dos processos. A exemplo, não permitir que demandas que exijam urgência em sua apreciação sejam localizadas em estantes, mas, ao contrário, sejam entregues diretamente ao magistrado ou servidor responsável. Um outro cuidado tomado é localizar os processos pela data do último ato processual/conclusão. Assim, evita-se que o processo permaneça muito tempo parado. Um aspecto importante levado em consideração pela vara é fazer uma varredura física de modo a detectar as estantes que se encontram com acúmulo de processos. Nesse sentido, os setores procuram fazer mutirões para apreciação imediata dessas demandas. Ademais, prioriza-se, na medida do possível, o julgamento célere dos feitos, a apreciação dos recursos interpostos e o recebimento das ações conexas, principalmente daquelas com pedido de tutela provisória.

### **6.22.3.2. Gabinete do juiz federal**

O gabinete da vara conta com os servidores Adalberto Pereira Gonçalves Júnior, Maria Angélica Azevedo de Oliveira e Sílvia Letícia Macedo Lira, que dividem os processos por dígito e são responsáveis, de acordo com a sua numeração, pelo andamento de todas as ações conexas (embargos à execução fiscal, ações ordinárias e mandados de segurança), inclusive aquelas em trâmite perante o PJe, bem como das execuções fiscais que exijam uma análise mais minuciosa.

O gabinete organiza-se da seguinte forma: processos para triagem; decisões subdivididas por matéria; processos sobrestados aguardando julgamento em instâncias superiores, embargos de declaração e sentenças organizadas de acordo com a ordem cronológica de conclusão.

O gabinete ainda conta com o auxílio do servidor Maurício Ricardo Soares Coelho, principalmente em relação às ações conexas e execuções fiscais dos conselhos profissionais, ajuizadas no PJe.

Os processos com prioridade são entregues diretamente ao juiz da vara ou aos servidores lotados no gabinete, que se responsabilizam por elaborar a minuta e encaminhar o processo para apreciação do magistrado. Os processos conclusos para julgamento obedecem uma ordem cronológica de conclusão, buscando-se o atendimento da meta 2 do CNJ.

### **6.22.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 22ª vara federal**

Periodicamente, o juiz promove reunião com os servidores, procurando esclarecer seu posicionamento, bem como dos tribunais superiores acerca de determinada matéria, inclusive encaminhando, via e-mail, as decisões e jurisprudência, de forma a auxiliar os servidores e a possibilitar uma análise mais célere dos feitos.

### **6.22.5. Planejamento das atividades da 22ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Os setores já são organizados internamente de modo a viabilizar um planejamento e alcance das metas. Nesse sentido, tem-se procurado dividir os trabalhos por grupos que ficam responsáveis pela análise de determinadas matérias/setores. Assim, tem-se, gradativamente, observado uma redução expressiva na demora da análise dos feitos. Muitas vezes, realizam-se mutirões nos setores para apreciação de determinados pedidos, priorizando sempre uma prestação jurisdicional mais célere.

Mensalmente, são extraídas estatísticas dos sistemas de acompanhamento processual Tebas e PJe para verificar a produtividade da vara, ou seja, o número de sentenças/decisões proferidas naquele mês, bem como contabilizar o número de processos suspensos/arquivados sem baixa/baixados/remetidos ao TRF5, confrontando-se com o quantitativo de processos distribuídos/recebidos do TRF5 no mesmo mês de análise. Procedimento semelhante é adotado em relação ao monitoramento e cobrança, com base em estatísticas, dos expedientes distribuídos aos oficiais de justiça com prazo de devolução vencido, principalmente quando se trata de mandados/ofícios expedidos nos autos das cartas precatórias, cujo prazo para cumprimento é reduzido. As referidas estatísticas são encaminhadas, como já se disse, ao magistrado e aos servidores da vara para avaliação dos resultados obtidos no mês e planejamento de novas metas.

#### **6.22.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 22ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

As partes são atendidas, diariamente, das 9h às 18h, por 01 servidor, auxiliado por 01 estagiário. Existe também uma grande parceria com os órgãos públicos que atuam na vara, inclusive com solicitação periódica de devolução de processos e remessa sistemática de feitos para vista/manifestação desses órgãos.

A despeito de os servidores lotados no gabinete não participarem do rodízio de atendimento ao balcão, quando solicitados, sempre se colocam à disposição para atenderem os interessados (órgãos e os jurisdicionados). Nesse sentido, segue-se o procedimento adotado pelo magistrado, que sempre se prontifica a atender/esclarecer as partes.

A unidade não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado. Entretanto, procura-se sempre atender as partes com presteza, urbanidade e respeito, esclarecendo-se suas demandas e, se for o caso, dando resposta, com celeridade, a seus pleitos.

#### **6.22.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 31/10/2017, havia em tramitação na unidade 4.561 processos (2.567 do Sistema Tebas e 1.994 do Sistema PJe). Assim, considerando o número de processos em tramitação e a quantidade de servidores em atividade na vara (16), a média de processos por servidor é de 285,06.

Em outubro/2017, havia 291 processos conclusos para sentença, todos sob a responsabilidade do juiz titular, uma vez que não há juiz substituto em atuação na 22ª vara/PE. Não havia feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Na 22ª vara federal, havia, quando do preenchimento do formulário de gestão, 21.242 processos suspensos/sobrestados, nos termos abaixo:

<b>SUSPENSOS</b>	
Sobrestado	277
Débito inferior ao limite legal	154
Parcelamento do débito	4.614
Art. 40 da Lei nº 6.830/1980	8.145
Aguardando decisão de tribunal superior	01
Art. 921, III, do Novo CPC	67
Sobrestado aguardando julgamento dos embargos	149
Sobrestado aguardando pagamento de RPV	14
Sobrestado aguardando decisão de agravo TRF	13
<b>TOTAL</b>	<b>13.434</b>

<b>ARQUIVADOS SEM BAIXA</b>	
Art. 40 da Lei nº 6.830/1980	3.517
Débito inferior ao limite legal (art. 20 da Lei	2.905

Em Secretaria	1.386
<b>TOTAL</b>	<b>7.808</b>

Nos 24 meses anteriores ao início da correição, observou-se o extravio de 01 processo (cumprimento de sentença nº 0012386-57.1996.4.05.8300), que estava com carga para a Fazenda Nacional. Esse feito foi o único restaurado no mesmo período.

Os números de processos da vara com pendência junto a outros setores da Administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) ou com advogados constam da tabela seguinte:

PENDÊNCIAS (extraídas em 06/11/2017)	
CONTADORIA	00
MPF	00
AGU	25
FAZENDA NACIONAL	96
ADVOGADOS	11

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, foram realizadas 02 inspeções judiciais e 09 audiências, sendo 07 de instrução e 02 de conciliação.

A vara informou que, nos últimos 24 meses, foram celebrados 88 acordos realizados pela Consultoria Jurídica da União e 08 pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, tendo havido 02 audiências de conciliação.

#### **6.22.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Meta cumprida.

Processos de conhecimento julgados (janeiro/2017 a outubro/2017): 193 (físicos) + 96 (eletrônicos) = 289 processos; e

Processos de conhecimento distribuídos (janeiro/2017 a outubro/2017): 05 (físicos) + 227 (eletrônicos) = 200 processos.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Situação dos processos em relação ao ano de 2012:

Processos distribuídos até 31/12/2012: 64 ações ordinárias.

Pendências: das 64 ações ordinárias distribuídas, restam 02 processos a serem julgados, que aguardam a realização de perícia grafotécnica.

Julgados: 62/64 = 96,87% já julgados.

Em relação às demais classes processuais, foram julgadas todas as ações de conhecimento.

Quanto aos processos distribuídos em 2013, também informa a vara que todos foram julgados.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Mesmo após a entrada em vigor do CPC/2015, não se tem designado audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC/2015, porquanto o entendimento do juízo é de que, em tese, os créditos públicos são indisponíveis (art. 334, §4º, II, do CPC/2015). Entretanto, eventual conciliação pode ocorrer extrajudicialmente, como é o caso de parcelamentos, por exemplo, ou pela câmara local de conciliação, órgão da Consultoria Jurídica da União nos Estados, instalado em 2013, com objetivo de solucionar controvérsias envolvendo entes e órgãos da administração pública federal nos dois polos ou desta com entes e órgãos da administração pública estadual ou municipal, ou, ainda, quando da audiência de instrução e julgamento, se possível, em relação a questões de fato ou questões jurídicas já pacificadas na jurisprudência, com reconhecimento administrativo.

A unidade informou que, com a criação da câmara de conciliação, foram registrados, no ano de 2016, até o mês de julho, aproximadamente 88 acordos, tendo, em agosto/2016, sido comunicada a suspensão temporária da participação da Procuradoria-Regional Federal da 5ª Região nas atividades de conciliação realizadas no âmbito da Consultoria Jurídica da União.

Na data do preenchimento do formulário de gestão, havia 26 processos com carga para a Consultoria Jurídica da União para realização de acordo.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica.

**Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

#### **6.22.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 104 processos físicos (quando da correição tinham 2.567 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 150 processos (quando da correição tinham 1.994 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### **6.22.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.22.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0018705312002405830	Petição fl.42.
	0	

<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	9400056451	Expedição em março/2015, cobrança em fev/2016.
Execução Fiscal	0005147071993405830	
	0	
Execução Fiscal	0022215812004405830	
	0	
Execução Fiscal	0017079161998405830	Desde 17.11.2016.
	0	

<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0016219442000405830	Aguardando o bloqueio BACENJUD.
	0	

**DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS  
POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0003095232002405830 0	De 03.08.2016 a 07.03.2017.

**DEMORA NA CONCLUSÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0012788552007405830 0	
Execução Fiscal	0002277231992405830 0	De fl. 423.
Execução Fiscal	0018677051998405830 0	Petição juntada em 17/12/13 e conclusão em 20/05/14.
Execução Fiscal	0009487712005405830 0	Petição em 14/08/2014 - conclusão em 04/03/2015.
Execução Fiscal	0009487712005405830 0	Nov/2016 - março/2017.
Execução Fiscal	0015625542005405830 0	De fl. 152.
Execução Fiscal	0010968352006405830 0	Juntada em 25/09/15 e conclusão em 02/03/16.
Execução Fiscal	0003675532002405830 0	Juntada em 17/12/2014 e conclusão em 06/03/15.
Execução Fiscal	0006484932014405830 0	Processo parado de 08/12/16 a 25/07/2017.
Execução Fiscal	0018677051998405830 0	Juntada de petição em 19/08/15 e conclusão em 30/03/16.
Execução Fiscal	0002627932001405830 0	Juntada em 28/03/14 e conclusão em 15/01/15.
Execução Fiscal	0003675532002405830 0	Juntada em 06/09/13 e conclusão em 13/03/14.

**DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0005147071993405830 0	
Execução Fiscal	0010964952006405830 0	29/04/2015 - 18/06/2015.

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0003675532002405830 0	Concluso em 06/03/15 e decisão proferida em 17/03/17.

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0008548962002405830 0	De 07.07.2016 a 07.03.2017.
Execução Fiscal	0001037472002405830 0	De 18.04.2016 a 12.01.2017.
Execução Fiscal	0013557682004405830 0	De 01.09.2015 a 02.03.2016.

TIPO DE AÇÃO	FEITO EM ORDEM: Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000289541998405830 0	
Execução Fiscal	0022565692004405830 0	
Execução Fiscal	0004167162000405830 0	
Execução Fiscal	0006326672016405830 0	
Execução Fiscal	0007354371900405830 0	
Execução Fiscal	0004635582011405831 1	
Execução Fiscal	0006339671996405830 0	
Execução Fiscal	9500130076	Processo sobrestado - aguardando o decurso do prazo para interposição de recurso ao feito de embargos à execução.
Execução Fiscal	0000020048300005917 6	Processo suspenso (atrelado ao feito 200483000055651).
Execução Fiscal	0008551802004405830 0	Processo suspenso.
Execução Fiscal	0021991512001405830 0	Processo suspenso.
Execução Fiscal	0002817222002405830 0	
Execução Fiscal	0015065682002405830 0	
Execução Fiscal	0012119752002405830 0	
Execução Fiscal	0014159252005405830 0	
Execução Fiscal	0020739132001405830 0	
Execução Fiscal	0009965212001405830 0	
Execução Fiscal	0000020048300019819 0	
Execução Fiscal	0000149492000405830 0	
Execução Fiscal	0014635781996405830 0	
Execução Fiscal	9800166530	
Execução Fiscal	0000020028300012057 9	
Execução Fiscal	0006769382004405830 0	
Execução Fiscal	0000020048300021249 5	
Execução Fiscal	0005799382004405830 0	
Execução Fiscal	0015027612009405830 0	
Execução Fiscal	0002239111992405830 0	

Execução Fiscal	0017297052002405830 0
Execução Fiscal	0023505392001405830 0
Execução Fiscal	0012849232001405830 0
Execução Fiscal	0006439221996405830 0
Execução Fiscal	0013467262005405830 0
Execução Fiscal	0012509692007405830 0

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0010964952006405830 0	Ausência de cumprimento do despacho de 11/09/2015 - nova determinação em 15/09/2016.
Execução Fiscal	0010865042001405830 0	Juntado o resultado do AGTR em 18/09/2017, estando o processo sem andamento até o momento.
Execução Fiscal	0009777912002405830 0	Certidão de fl. 211 sem assinatura.
Execução Fiscal	0009487712005405830 0	Demora no cumprimento de decisão (02/06/2014 - 12/08/2014).
Execução Fiscal	0009487712005405830 0	Ausência da cobrança de ofício expedido em março/2015 - determinação de reiteração ofício em 02/03/2016.
Execução Fiscal	0015625542005405830 0	Sem movimentação processual no período de jun/11 a mar/12 (fls. 142/143), de maio/12 a mar/13 (fls. 146/147), de dez/15 a set/16 (fls. 355 e 358v).
Execução Fiscal	0009777912002405830 0	Demora no cumprimento de decisão (25/05/2016 - 01/08/2016).
Execução Fiscal	0006217782001405830 0	Demora na expedição de mandado.
Execução Fiscal	9000005590	Demora no cumprimento de despacho - 7 meses.
Execução Fiscal	9000005590	Demora na devolução de autos pela exequente.
Embargos à Execução	0012581412016405830 0	Demora no cumprimento de despacho - proferido em 22/09/16 e cumprido em 23/01/17.

Execução Fiscal	0008548962002405830 0	Processo sem movimentação, de 14.12.2015 a 01.03.2016.
Execução Fiscal	0012699422001405830 0	Ausência de cobrança de cumprimento de carta precatória.
Execução Fiscal	0002277231992405830 0	Demora no cumprimento da decisão de fl. 423/424.
Execução Fiscal	0003095232002405830 0	Ausência de cobrança de mandado de penhora (desde 16.06.2017).

**PARALISAÇÃO IRREGULAR:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0006407022005405830 0	
Execução Fiscal	0017079161998405830 0	De 06.09.2013 a 14.10.2016.
Execução Fiscal	0008585602001405830 0	De 04.03.2016 a 08.03.2017.
Execução Fiscal	0022299822004405830 0	Demora na devolução dos autos e cumprimento de mandado de citação.
Execução Fiscal	0004527191998405830 0	Desde 28.03.2016.
Execução Fiscal	0002277231992405830 0	No período de nov/10 a jun/12 (fls. 368/369).
Execução Fiscal	0007629682006405830 0	No período de mar/11 a mar/12 (fls. 160v e 162).

**Outras Observações:**

Processo: 9000005590 Classe: Execução Fiscal - demora na devolução dos autos (retirados em 07/11/16, devolvidos em 02/03/17 - FN).

Demora no cumprimento de despacho (determinação para confecção de expediente p/realização de leilão, datada de 08/03/17, remessa para setor leilão em 16/03/17 -último mov.).

Processo: 9500130076 Classe: Execução Fiscal - Os embargos à execução vinculados aos autos já foram objeto de sentença, mediante a qual foi extinta a CDA do feito em análise, o qual se encontra sobrestado aguardando o prazo para recurso dos embargos.

Processo: 9800166530 Classe: Execução Fiscal - arquivado com baixa - migrado PJe.

Processo: 00000200283000120579 Classe: Execução Fiscal - trânsito em julgado em 30/10/17.

Processo: 00000200283000141698 Classe: Execução Fiscal - anexado ao processo mestre 00062177820014058300.

Processo: 00000200483000059176 Classe: Execução Fiscal - Feito atrelado ao processo 200483000055651.

Processo: 00000200483000198190 Classe: Execução Fiscal - Processo mestre.

Processo: 00000200483000212495 Classe: Execução Fiscal - anexo ao processo mestre 00067693820044058300.

Processo: 00000200583000060195 Classe: Execução Fiscal - anexo ao processo mestre 00062177820014058300.

Processo: 00000200583000100351 Classe: Execução Fiscal - anexo ao proc. mestre 00127885520074058300.

Processo: 00000200983000023982 Classe: Execução Fiscal - Processo atrelado ao feito nº 000162194420004058300.

Processo: 00001494920004058300 Classe: Execução Fiscal - grandes devedores.

Execuções fiscais reunidas:

- 0020123-72.2000;

- 0004617-22.2001;

- 0012905-56.2001.

Processo: 00018016720014058300 Classe: Execução Fiscal - processo reunido ao processo piloto 0009487-71.2005.4.05.8300.

Processo: 00019951919914058300 Classe: Execução Fiscal - processo anexo ao processo piloto 0007354-37.1900.4.05.8300.

Processo: 00022336719934058300 Classe: Execução Fiscal - Apenso ao proc. n. 0002277-23.1992.4.05.8300.

Processo: 00022755319924058300 Classe: Execução Fiscal - Apenso ao proc. n. 0002277-23.1992.4.05.8300.

Processo: 00041671620004058300 Classe: Execução Fiscal - processo sentenciado.

Processo: 00043776720004058300 Classe: Execução Fiscal - Reunida à EF 0014159.2005.

Processo: 00046172220014058300 Classe: Execução Fiscal - apenso ao processo 0000149-49.2000.

Processo: 00046355820114058311 Classe: Execução Fiscal - processos apensos: 0003454-22.2011.4.05.8311, 0006561-39.2013.4.05.8300, 0014089-95.2011.4.05.8300, 0000539-19.2000.4.05.8300, 0004779-90.1996.4.05.8300 e 0015375-31.1999.4.05.8300.

Processo: 00046773419004058300 Classe: Execução Fiscal - processo anexo ao processo piloto 0007354-37.1900.4.05.8300.

Processo: 00051470719934058300 Classe: Execução Fiscal - mestre - anexados 00053162319954058300 e 00156447519964058300.

Demora na cobrança do cumprimento de carta precatória (expedida

em 12/01/16, cobrança em 04/04/17) e demora posterior (juntada de email ref. à cobrança enviado em 18/07/17, juntado em 24/08/17 - ultimo movimento).

Processo: 00053162319954058300 Classe: Execução Fiscal - anexado ao proc. mestre 00051470719934058300.

Processo: 00055655620044058300 Classe: Execução Fiscal - Pedido de redirecionamento indeferido (abril/2013).

Em face da consolidação de parcelamento, requerida a suspensão do feito pelo prazo de 1 (um) ano, pedido deferido (outubro/2017). Processos reunidos: 2004.83.00005917-6; 2004.83.00008551-5; 2001.8300021991-9.

Processo: 00057993820044058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Parcelamento posteriormente cancelado.

Processo: 00058375020044058300 Classe: Execução Fiscal - Reunida à EF 0014159-25.2005.

Processo: 00062177820014058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Embargos de terceiro opostos.

Mestre - anexados 0009109572001, 0014169742002,0006019022005 e 0013389952006.

Demora na expedição de mandado (determinação de 24/04/17, expedição em 14/06/17).

Processo: 00067136820054058300 Classe: Execução Fiscal - Reunida à EF 0014159-25.2005.

Processo: 00067693820044058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Processo mestre- anexo 20048300021249-5. Art. 40 L.8630/80.

Processo: 00068375620024058300 Classe: Execução Fiscal - apenso ao processo n. 00146357819964058300.

Processo : 00070117519964058300 Classe: Execução Fiscal - Apensado ao processo 0012849-23.2001.

Processo: 00073543719004058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Processos apensos: 0001995-19.1991.4.05.8300, 0004677-34.1900.4.05.8300.

Processo: 00078304520154058300 Classe: Execução Fiscal - apenso ao processo n. 00146357819964058300.

Processo: 00083935420064058300 Classe: Execução Fiscal - processo reunido ao processo piloto 0009487-71.2005.4.05.8300.

Processo: 00085518020044058300 Classe: Execução Fiscal - Processo

suspensão. Atrelado ao feito nº 200483000055651.

Processo: 00091095720014058300 Classe: Execução Fiscal - anexado ao processo mestre 00062177820014058300.

Processo: 00094296820054058300 Classe: Execução Fiscal - processo apenso ao processo piloto n.º 0009777-91.2002.4.05.8300.

Processo: 00094877120054058300 Classe: Execução Fiscal - processo apenso 0001801-67.2001.4.05.8300.

Processo: 00097779120024058300 Classe: Execução Fiscal - processo apenso 0009429-68.2005.4.05.8300.

Processo: 00108650420014058300 Classe: Execução Fiscal - Anexados os processos 0009699-23.2001, 0018035-56.2003 e 0019701-92.2003.

Processo: 00109683520064058300 Classe: Execução Fiscal - grandes devedores.

Processo: 00120495820034058300 Classe: Execução Fiscal - apenso ao processo n. 0012119-75.2002.

Processo: 00126933520014058300 Classe: Execução Fiscal - apenso do processo n. 0012699-42.2001.

Processo: 00127885520074058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Processo mestre - anexado 20058300010035-1.

Demora na conclusão (docs. juntados em 15/05/17 - último movimento).

Processo: 00129055620014058300 Classe: Execução Fiscal - apenso ao processo 0000149-49.2000.

Processo: 00133899520064058300 Classe: Execução Fiscal - anexado ao processo mestre 00062177820014058300.

Processo: 00140597520024058300 Classe: Execução Fiscal - apenso do processo n. 008458-96.2002.

Processo : 00146357819964058300 Classe: Execução Fiscal - exec. fiscais apensadas: 0006837-56.2002, 0007830-45.2015.

Processo: 00156263920054058300 Classe: Execução Fiscal - Apenso à EF n. 0015625-54.2005.4.05.8300.

Processo: 00156447519964058300 Classe: Execução Fiscal - anexado ao proc. mestre 00051470719934058300.

Processo: 00162194420004058300 Classe: Execução Fiscal - Execução de grande devedor. Paralisação do feito em juntada de certidão de citação e providenciar a citação de executado tendo em conta o novo endereço colacionado aos autos. Houve demora em devolução dos autos pelas partes. Determinação de bloqueio BacenJud (outubro/2017). Processo atrelado (feito nº 2009830000239820).

Processo: 00172970520024058300 Classe: Execução Fiscal - Processo anexado (0017401-94.2012).

Processo: 00201237220004058300 Classe: Execução Fiscal - apenso ao processo 0000149-49.2000.4.05.8300.

Processo: 00219915120014058300 Classe: Execução Fiscal - Processo suspenso (atrelado ao feito nº 200483000055651).

Processo: 00222158120044058300 Classe: Execução Fiscal - ausência de cobrança do cumprimento da carta precatória (expedida em 29/08/16).

Processo: 00225876420034058300 Classe: Execução Fiscal - apensado ao processo n. 0015605-68.2002.405.8300.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo
Demora na conclusão					
0800120-04.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro	Juntada de Certidão de Intimação	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0800603-97.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MASTER CARGA E DESCARGA LTDA - ME - 10.847.305/0001-97
0801042-11.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	JOAO MEDEIROS SILVA - ME - 10.644.888/0001-59	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801132-19.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02
0801248-25.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GERENCIAL BRASITEC SERVICOS TECNICOS SA - 24.560.443/0001-03	MUD INCORPORACOES LTDA e outro - 11.942.893/0001-00
0801307-13.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VIA SUL VEICULOS S/A - 40.841.736/0001-07	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801322-16.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0801641-47.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE ZIRLANDO BRAGA - 233.121.904-44	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801968-89.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MCM PROPAGANDA LTDA - EPP - 02.318.425/0001-79
0802109-79.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	CARLOS ANTONIO COSTA COUCEIRO e outros - 114.126.584-20

0802158-86.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0802210-48.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANUEL CAVALCANTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS - 19.726.871/0001-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0802384-28.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Indenização do Prejuízo e outros	Expedição de RPV ao tribunal	MARIA REJANE DOS SANTOS - 910.032.104-49	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0802444-30.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE PERNAMBUCO - 00.000.000/0006-17	LUCIANA BADARO CRUZ - 666.542.114-72
0802638-64.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Ausência de Cobrança Administrativa  Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGROPECUARIA MUNDO NOVO S A - 14.725.287/0001-21	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0803025-50.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Retido na fonte	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RAUL LOPES BANDEIRA DE MELO FILHO - 544.658.344-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0803422-41.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	SUL DO BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP - 07.336.843/0001-02
0803976-73.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92
0804764-24.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Responsabilidade Tributária do Sócio-Gerente / Diretor / Representante	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDNALDO JOSE PEREIRA - 164.044.754-72	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0804920-75.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	TRANSPORTES SIGA LTDA - ME - 12.800.397/0001-85
0804969-19.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	AGUA MINERAL SANTA TERESINHA LTDA - ME - 03.524.028/0001-16
0805099-09.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Terreno de Marinha e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OTACÍLIO TEOBALDO VASCONCELOS FILHO -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53

0805546-94.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GRAFICA FLAMAR EDITORA LTDA - 04.165.277/0001-25	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0805549-49.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GRAFICA FLAMAR EDITORA LTDA - 04.165.277/0001-25	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0805573-48.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	DARIO JOSE DE SANTANA JUNIOR e outros - 073.503.014-64
0805863-92.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	VIP SAÚDE LTDA - EPP - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL e outro -
0806011-06.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Expedição de CND	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DE FATIMA VILAR DE MELO e outro - 360.692.804-15	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0806439-85.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	UNIAO DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA EM LIQUIDACAO - 02.780.563/0001-75
0806530-78.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	PAULO DE PAULA PINTO FILHO - 043.079.844-04
0806648-54.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DE PERNAMBUCO CRMV-PE - 09.791.450/0001-14
0806676-22.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	LB DA SILVA GAS - ME - 08.864.401/0001-00
0806827-85.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	POSTO DE COMBUSTIVEIS EUROPA LTDA - 11.190.994/0001-72
0806949-35.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DANIEL MARTINS NUNES - 048.997.994-70	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0809496-14.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação de Protesto e outros	Juntada de Certidão de Intimação	O & J INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP - 05.603.887/0001-26	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53

0809564-61.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Terreno de Marinha e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DORANY DE SA BARRETO SAMPAIO - 000.796.694-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0809622-64.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Certificado de Regularidade - FGTS e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ATENTO SERVICOS DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - 06.514.695/0002-97
0809636-48.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELO - ESTRUTURAS EM CONCRETO LTDA - ME - 07.159.729/0001-54	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0810013-19.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Contrarrazões	TANIA MARIA BERARDO DUARTE AREIA - 081.704.524-49	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0810332-84.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Taxa SELIC	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92
0810347-53.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - 004.985.724-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0810431-54.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0811531-10.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro	Processo Suspenso/Sobrestado	LUIZA DE MARILLAC KEHRLE CARVALHO SANTIAGO - 213.117.904-97	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
Demora na devolução de mandado					
0805694-08.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	PANIFICADORA SOLIMÕES LTDA - EPP - 08.167.744/0001-07
0805695-90.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JODIVAN SILVESTRE DA SILVA - 712.680.224-20
0808857-93.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	ALEXSANDRO ROSA DE LIMA - 048.362.614-73
0809699-73.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	IBRATEC INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA LTDA - 70.177.159/0001-61

0810221-03.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	JOSE ADILCIO SILVA - 416.181.224-87
0810323-25.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 15 REGIÃO. - 00.000.000/0006-82	EVERTON RIBEIRO DE SOUZA - 044.967.994-21
Demora na juntada de expediente					
0806243-18.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	OPS - PLANOS DE SAUDE S.A. - 04.288.864/0001-01
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria					
0800125-89.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	B E B CONFECÇOES LTDA - ME - 01.222.102/0001-14
0800158-79.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	TRANSPORTADORA ROCHA BRASIL LTDA - EPP - 11.443.025/0001-86
0800222-89.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BCM COMERCIO DO VESTUARIO LTDA - ME - 05.539.870/0001-57
0800650-71.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	S FONSECA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - EPP - 10.567.610/0001-25
0801322-16.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0801382-23.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801564-38.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALEXANDRE JOSE FARIAS LINS FIOR - 314.727.024-68	CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS DE PE - 09.852.690/0001-81
0802109-79.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	CARLOS ANTONIO COSTA COUCEIRO e outros - 114.126.584-20
0803122-79.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Profissional e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	ESTADO DE PERNAMBUCO. - 10.571.982/0001-25

0803422-41.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	SUL DO BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP - 07.336.843/0001-02
0803791-35.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	GINEI FRANCISCO GOMES DA SILVA - ME - 04.238.810/0001-31
0804920-75.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	TRANSPORTES SIGA LTDA - ME - 12.800.397/0001-85
0804938-96.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Sanitárias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	VIVA PLANOS DE SAUDE LTDA - 04.171.205/0001-90
0804969-19.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	AGUA MINERAL SANTA TERESINHA LTDA - ME - 03.524.028/0001-16
0805252-42.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DE PERNAMBUCO CRMV-PE - 09.791.450/0001-14	JOSE RONALDO ELESBAO - 148.876.494-87
0805556-41.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUCIANO BRANDAO DE SOUZA - 027.127.434-40	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0805695-90.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JODIVAN SILVESTRE DA SILVA - 712.680.224-20
0805863-92.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	VIP SAÚDE LTDA - EPP - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL e outro -
0805888-08.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL - 02.270.669/0001-29	USINA PUMATY S/A - 10.803.815/0011-34
0806244-03.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	FUND CHESF DE ASSIST E SEGURIDADE SOCIAL FACHESF - 42.160.192/0001-43
0806827-85.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	POSTO DE COMBUSTIVEIS EUROPA LTDA - 11.190.994/0001-72

0806831-25.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	CARLOS EDUARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA - ME - 10.192.633/0001-00
0807868-87.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	MADEBOX EMBALAGENS DE MADEIRA EIRELI - EPP - 10.546.211/0001-88
0807912-09.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	INALDO FERREIRA DE ARAUJO - 715.731.194-15
0808013-46.2016.4.05.8300	EMBARÇOS À EXECUÇÃO	Extinção da Execução e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO CESAR MIRANDA PAULO - 100.360.558-32	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO, e outro - 26.994.558/0001-23
0808641-35.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC - 07.947.821/0001-89	RIMA SEGURANCA LTDA - 09.081.459/0001-31
0808706-30.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DAIVSON MARCIO DA SILVA - 063.414.514-23
0808768-70.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIAO - 00.000.000/0006-49	ANA ELIZABETH PAIVA DA MOTA SILVEIRA - 193.838.354-00
0808865-70.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	ATLANTICA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 01.255.092/0001-13
0810150-98.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIAO - 00.000.000/0006-49	ELBA MARIA LUSTOSA CANTARELLI GUERRA - 173.547.654-49
0810167-37.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	GERLANE ELIZABETE DE ALBUQUERQUE - ME - 13.632.881/0001-05
0810221-03.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	JOSE ADILCIO SILVA - 416.181.224-87

0810321-55.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 15 REGIÃO. - 00.000.000/0006-82	EWERTON MANOEL DA SILVA - 046.957.314-79
0810323-25.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 15 REGIÃO. - 00.000.000/0006-82	EVERTON RIBEIRO DE SOUZA - 044.967.994-21
Lapso temporal para certificação decurso de prazo					
0802109-79.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	CARLOS ANTONIO COSTA COUCEIRO e outros - 114.126.584-20
0803975-88.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	RIVALDO JOSE DE LIMA - 609.170.834-15
0804293-71.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	IVANILDO DE SOUZA GUSMAO NETO - 080.198.304-56
0804623-68.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	JANDSON VIEIRA DOS SANTOS GAS GLP - ME - 04327936000182
0804625-38.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	J R DE SOUZA GAS E AGUA MINERAL - ME - 06244074000150
0804770-94.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Segurança e/ou Medicina do Trabalho e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	MARCELO OLIVEIRA DE SANTANA - 583.314.174-53
0804820-23.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Segurança e/ou Medicina do Trabalho e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	LEOPARDO TRANSPORTES LTDA - 05.421.255/0001-41
0805573-48.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	DARIO JOSE DE SANTANA JUNIOR e outros - 073.503.014-64
0805694-08.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	PANIFICADORA SOLIMÕES LTDA - EPP - 08.167.744/0001-07
0806530-78.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	PAULO DE PAULA PINTO FILHO - 043.079.844-04

0807047-83.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	VALDILENE CAVALCANTI DE ARRUDA - 101.413.594-04
0807823-83.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	VALDILENE CAVALCANTI DE ARRUDA - 101.413.594-04
0807856-73.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JOSE VANDIO SILVA - 043.529.804-63
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão					
0800125-89.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	B E B CONFECÇÕES LTDA - ME - 01.222.102/0001-14
0800152-72.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ADM CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP - 04.752.691/0001-30
0800222-89.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BCM COMERCIO DO VESTUARIO LTDA - ME - 05.539.870/0001-57
0800366-63.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONECTUDO VALVULAS E TUBOS LTDA - EPP - 13.072.361/0001-95
0800603-97.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MASTER CARGA E DESCARGA LTDA - ME - 10.847.305/0001-97
0800650-71.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	S FONSECA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA - EPP - 10.567.610/0001-25
0801192-89.2017.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Cadastro de Inadimplentes - CADIN	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS ERNANI PEIXOTO FERREIRA - 754.378.214-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801382-23.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801567-90.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JAG EMPREENDIMENTOS LTDA - 08.878.019/0001-47
0803422-41.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	SUL DO BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP - 07.336.843/0001-02

0803791-35.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	GINEI FRANCISCO GOMES DA SILVA - ME - 04.238.810/0001-31
0803825-10.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	MARCELO DA CRUZ GARCIA - 575.432.164-34
0803975-88.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	RIVALDO JOSE DE LIMA - 609.170.834-15
0804293-71.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	IVANILDO DE SOUZA GUSMAO NETO - 080.198.304-56
0804623-68.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	JANDSON VIEIRA DOS SANTOS GAS GLP - ME - 04327936000182
0804625-38.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	J R DE SOUZA GAS E AGUA MINERAL - ME - 06244074000150
0804770-94.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Segurança e/ou Medicina do Trabalho e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	MARCELO OLIVEIRA DE SANTANA - 583.314.174-53
0804820-23.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Segurança e/ou Medicina do Trabalho e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	LEOPARDO TRANSPORTES LTDA - 05.421.255/0001-41
0805694-08.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	PANIFICADORA SOLIMÕES LTDA - EPP - 08.167.744/0001-07
0806497-88.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	IRMAOS PEREIRA TRANSPORTADORA LTDA - ME - 12.081.556/0001-39
0807047-83.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	VALDILENE CAVALCANTI DE ARRUDA - 101.413.594-04
0807049-53.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	JEFFERSON GALDINO SILVA - 013.541.694-92

0807823-83.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	VALDILENE CAVALCANTI DE ARRUDA - 101.413.594-04
0807856-73.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JOSE VANDIO SILVA - 043.529.804-63
0807867-05.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	MARCOS SAMUEL FERREIRA DA SILVA - 050.470.524-51
0808641-35.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC - 07.947.821/0001-89	RIMA SEGURANCA LTDA - 09.081.459/0001-31
0808857-93.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	ALEXSANDRO ROSA DE LIMA - 048.362.614-73
0808865-70.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	ATLANTICA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 01.255.092/0001-13
0809164-47.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	AIRTON ALVES DA SILVA JUNIOR - 04.353.267/0001-13
0809208-66.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	POSTO MARIA FARINHA LTDA - ME - 00.626.575/0001-14
0809212-06.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL - NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	BLANKE COMERCIO DE PESCADOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 02.279.718/0001-94
0809213-88.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL - NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	BLANKE COMERCIO DE PESCADOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 02.279.718/0001-94
0809253-70.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	LEOPARDO TRANSPORTES LTDA - 05.421.255/0001-41

0809288-30.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	POSTE RECIFE INDUSTRIA E COMERCIO DE PREMOLDADOS LTDA - 11.030.263/0001-60
0809486-67.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	MULTI MAPA DISTRIBUIDORA DE GAS E BEBIDAS LTDA - ME - 04.039.705/0002-54
0809537-78.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Cessão de créditos não-tributários e outros	Juntada de Embargos de Declaração	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	POSTO VEREDAS LTDA - EPP - 07.216.233/0001-75
0809622-64.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Certificado de Regularidade - FGTS e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ATENTO SERVICOS DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - 06.514.695/0002-97
0809699-73.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	IBRATEC INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA LTDA - 70.177.159/0001-61
0809783-74.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DIEGO FERREIRA DA SILVA - 117.321.574-30
0810079-96.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	HILARIO GOMES DA SILVA ANICETO - 463.368.504-04
0810150-98.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIAO - 00.000.000/0006-49	ELBA MARIA LUSTOSA CANTARELLI GUERRA - 173.547.654-49
0810162-15.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	EMPRESA SAO PAULO LTDA - 11.020.294/0001-30
0810167-37.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	GERLANE ELIZABETE DE ALBUQUERQUE - ME - 13.632.881/0001-05

0810222-85.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	VIVA PLANOS DE SAUDE LTDA - 04.171.205/0001-90
0810256-60.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIAO - 00.000.000/0006-49	SANDRA HELENA COSTA LIMA ALBUQUERQUE - 421.068.004-44
0810323-25.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 15 REGIÃO. - 00.000.000/0006-82	EVERTON RIBEIRO DE SOUZA - 044.967.994-21
0811257-46.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MARINER COMERCIO E INDUSTRIA DE EMBARCACOES LTDA - ME - 24.355.489/0001-82
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão					
0805573-48.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	DARIO JOSE DE SANTANA JUNIOR e outros - 073.503.014-64
0806999-27.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	CAPRICH COMERCIO DE FRIOS E LATCINIOS LTDA - ME - 04.036.432/0001-03
0807340-87.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AMARO BARBOSA CAMELO e outro - 194.515.124-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0807957-13.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	NEQ LOCACOES LTDA - 07.831.927/0001-12
0809164-47.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	AIRTON ALVES DA SILVA JUNIOR - 04.353.267/0001-13
0809288-30.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	POSTE RECIFE INDUSTRIA E COMERCIO DE PREMOLDADOS LTDA - 11.030.263/0001-60
- Processo em Ordem.					

0800121-52.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COPA FRUIT IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A EM RECUPERACAO JUDICIAL - 01.356.809/0001-13
0800396-35.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Prescrição e Decadência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AMORIM PRIMO SA - 10.832.442/0001-58	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0800474-92.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	G & A CAMISARIA LTDA - ME - 07.523.920/0001-33
0800742-77.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	OPERADORA IDEAL SAUDE LTDA - MASSA FALIDA - 03.516.381/0001-54
0800811-81.2017.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Benefício de Ordem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA MARCIA PONTES BENTO - 307.038.244-49	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DE PERNAMBUCO CRMV-PE - 09.791.450/0001-14
0801076-25.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Federal Distribuidora de Petroleo Ltda. - 02.909.530/0001-82	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801268-16.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	AMADEU BARBOSA LTDA - 10.781.409/0003-08
0802416-62.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA - 01.935.632/0001-00
0804401-37.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ ANTONIO GLASNER DE MAIA CHAGAS - 622.782.664-20	INCORPORADORA MELO RODRIGUES LTDA e outro - 10.455.400/0001-45
0804933-74.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	EDILSON MACHADO DE FARIAS - 882.751.834-72
0805555-56.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - 04.884.574/0001-20	DIGITAL PROVIDER PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA. - EPP - 08.770.499/0001-28
0805693-23.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JOSE NUNES DE OLIVEIRA FILHO - 051.567.345-53

0806307-96.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Cédula de Crédito Bancário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - 29.507.878/0001-08	SALMEPA S/A ALIMENTOS DO MEDIO PARNAIBA e outros - 06.849.525/0001-82
0806484-89.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	ANTONIO J. DA SILVA - ME - 06.298.851/0001-49
0806498-73.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	MARCELO OLIVEIRA DE SANTANA - 583.314.174-53
0806532-48.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE - 10.767.239/0001-45	RD COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO E LIMPEZA LTDA - ME - 12.401.177/0001-89
0806618-19.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LAERTE MIRANDA FAY e outro - 030.798.394-39
0806634-70.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	BIG POSTO LTDA - ME - 11.632.205/0001-06
0806733-40.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	MARTINS & PEIXOTO COMERCIO DE PETROLEO LTDA - ME - 08.290.621/0001-69
0807080-73.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - 04.884.574/0001-20	TRESCARAS COMPUTACAO GRAFICA LTDA - ME - 08.061.795/0001-50
0807336-16.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Comprovação de Interposição de Agravo	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - 29.507.878/0001-08	UP INVESTIMENTOS - AGENTES AUTONOMOS DE INVESTIMENTOS LTDA - 10.416.746/0001-34
0807607-25.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	MMS - PLANO DE SAUDE LTDA - 72.087.455/0001-05
0807861-95.2016.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	JOAO ABRAO DA SILVA - 263.900.511-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53

0807920-83.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JOAO TUDE TRANSPORTES E TURISMO LTDA - 08.642.084/0001-79
0807921-68.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	BCR-BRAZILIAN CRUISES REPRESENTATION LTDA - EPP - 69.144.962/0001-10
0807956-28.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	NETUNO ALIMENTOS S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e outro -
0807960-65.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	LUIZ EDUARDO FREIRE DA ROCHA FERRAZ - 039.971.764-18
0807991-22.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Arquivamento Administrativo - Crédito de Pequeno Valor	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANUEL SIMOES GONDIM - 018.391.953-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0808196-51.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GPTERRA-GRUPO DE PLANEJAMENTO DA TERRA LTDA. - EPP - 08.762.783/0001-52	ITACON EMPREENDIMENTOS LTDA e outros - 00.388.834/0001-16
0808730-58.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	SAO MATEUS FRIGORIFICO INDUSTRIAL LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 09.918.624/0001-67
0808861-33.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	ALLANE DE FREITAS FAUSTINO - 039.682.634-21
0808972-17.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LOJAS EXOTICA LTDA - 08.937.336/0001-97	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0809403-51.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	PAULO SANTIAGO DA SILVA - 141.209.179-91
0809475-38.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	ATM DIAGNOSTICO E SAUDE DENTAL LTDA - EPP - 01.517.316/0001-18
0809476-23.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - 04.884.574/0001-20	CENTER TV RADIO FOTO LTDA - 10.993.756/0001-32
0809777-67.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - 27.184.936/0001-76

0809820-04.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Certificado de Regularidade - FGTS e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ERVA DOCE CONFECÇÕES EIRELI - ME - 12.008.595/0001-00
0809965-60.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	URBE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - null
0810157-90.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIAO - 00.000.000/0006-49	MARCIA REIS LONGHI - 060.743.948-30
0810237-54.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIAO - 00.000.000/0006-49	SALVATORE SANFILIPPO NETO - 194.627.784-34
0811019-27.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COLEGIO PREFERENCIAL - ME - 02.277.769/0001-87
0811338-92.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PLASTICOS NAGASSARA SA - 10.778.918/0001-10	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53

### 6.22.10. Correição anterior e autoinspeção

As exigências da correição anterior foram acatadas pela vara e as determinações foram comunicadas a todos os servidores. Dessa forma, foram traçadas algumas metas para reduzir o tempo de análise dos feitos. As determinações resumiam-se, em linhas gerais, aos atrasos no andamento dos processos e eventuais irregularidades.

A realização da última inspeção permitiu identificar os pontos que mereciam uma atenção mais urgente e estabelecer uma divisão de trabalho nos setores de forma a minimizar o tempo de análise de petições e cotas apresentadas pelos litigantes e intensificar a cobrança do cumprimento/resposta de diligências solicitadas a outros juízos/entidades (ex.: devolução de cartas precatórias e resposta a ofícios), com o objetivo de reduzir o tempo de paralisação das execuções em trâmite.

Para tanto, uma das metas perseguidas é a movimentação permanente dos feitos, a partir da estipulação de prazo máximo para exame e impulso processual.

Cumprir esclarecer que foi constatada uma diminuição expressiva no tempo de análise dos processos e uma redução considerável no número de processos em tramitação diante das metas implementadas na vara, bem como em virtude da expedição da Portaria nº 396, de 20/4/2016, da PGFN, que determinou, em seu art. 20, a suspensão das execuções fiscais, nos termos do art. 40, *caput*, da Lei nº 6.830/1980, cujo valor consolidado fosse igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), desde que não constasse nos autos garantia útil à satisfação, integral ou parcial, do crédito executado.

Ainda assim, eventuais atrasos no andamento dos feitos se deve ao elevado número de processos em contrapartida ao reduzido quadro funcional. Todavia, com o empenho e comprometimento por parte dos servidores e magistrado, tem-se procurado estabelecer e cumprir metas, com a finalidade de reduzir o tempo de análise dos processos, priorizando-se uma prestação jurisdicional mais célere.

#### **6.22.11. Considerações finais**

A unidade jurisdicional correicionada tem competência exclusiva para execuções fiscais e processos conexos. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades, gerando uma dinâmica de tramitação de feitos própria, distinta daquelas encontradas em outras varas não especializadas.

É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais etc.

Ademais, nas execuções fiscais, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Dessa forma, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos à execução, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais. O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um considerável acúmulo de processos suspensos na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, o qual estabelece que "o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Nessa linha, observa-se que boa parte das execuções fiscais permanece durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira que a unidade jurisdicional apresente um melhor desempenho.

Todavia, tecidas tais considerações, durante a correição, algumas ocorrências foram constatadas, as quais podem ser corrigidas pela vara, tais como:

1. Demora na conclusão;
2. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
3. Demora na prolação de despacho/decisão;
4. Feitos sem movimentação processual;
5. Demora para certificar decurso de prazo; e
6. Demora na devolução de mandado.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 22ª vara federal funciona adequadamente.

## **6.23. 23ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GARANHUNS/PE**

### **6.23.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 23ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 31/2005 - TRF5 c/c o Ato nº 970/2005 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 23ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988 e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001, além de processar e julgar as execuções penais.

A unidade funciona no prédio-sede da subseção judiciária, localizado na Rua Vital Brasil, nº 44, Heliópolis, Garanhuns/PE. A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h, de forma ininterrupta.

Importante destacar que, por ocasião da correição, estava em curso obra para ampliação da referida subseção, conforme demonstram as fotografias abaixo:







### **6.23.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores**

A 23ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados; b) 17 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 09 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

Há um cargo vago (técnico judiciário - área administrativa) desde 17/07/2017.

#### **6.23.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da 23ª vara federal, Mateus de Freitas Cavalcanti Costa, encontra-se afastado das funções, pois está prestando auxílio ao STF, em Brasília/DF. Logo, atualmente, quem responde pela unidade é o juiz federal substituto Joaldo Karolmenig de Lima Cavalcanti.

#### **6.23.2.2. Juiz federal designado para substituição**

O magistrado substituto da 32ª vara/PE, ora em atuação exclusiva na 23ª vara/PE, Joaldo Karolmenig de Lima Cavalcanti, exerce a magistratura desde 23/05/2014 (TRF3), respondendo pela 23ª vara federal desde 11/09/2017.

Exerceu a direção do foro de janeiro de 2017 a 03 de outubro de 2017, com exceção dos períodos de 13/03/2017 a 02/04/2017, 12/07/2017 a 20/07/2017 e 10/08/2017 a 08/09/2017, ocasiões em que o magistrado se encontrava de férias.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal designado esteve afastado, em razão de férias, nos períodos de 13/03/2017 a 02/04/2017, 12/07/2017 a 20/07/2017 e 10/08/2017 a 08/09/2017.

O magistrado reside no município onde se situa a vara.

#### **6.23.2.3. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 23ª Vara Federal, pode

ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
André Carvalho Salsa	Analista Judiciário – Área Judiciária	CJ-3 (Diretor de Secretaria)	Curso Superior Completo	Bacharelado em Direito
Jedil Braga Barbosa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-05 (Supervisor da Seção de Apoio Administrativo)	Curso Superior Completo	Bacharelado em Arquitetura
Júlio Jorge Leite Alves da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-05 (Supervisor da Seção de Apoio Judiciário)	Pós-Graduação em Gestão Pública	Administração de Empresas
Laura Beatrice Lins Guilhermat	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-05 (Oficial de Gabinete do Juiz Titular)	Curso Superior Completo	Bacharelado em Direito
Annielly Andrade de França	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-04 (Supervisor Assistente do Setor de Processamento de Execuções Fiscais)	Curso Superior Completo	Bacharelado em Direito
Lucas Marcello Mendonça Nascimento	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-05 (Oficial de Gabinete do Juiz Substituto)	Mestre em Direito Penal pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	Bacharelado em Direito
Diogo da Paz Melo	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-04 (Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto)	Curso Superior Completo	Bacharelado em Direito
André Luiz Martins de Barros	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-04 (Setor de Processamento de feitos relativos ao Mandado de Segurança e às Ações Cautelares)	Curso Superior Completo	Bacharelado em Direito
Márcia Cristina Borba Barbosa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-05 (Supervisor da Seção de Processamento de feitos criminais e execuções penais)	Curso Superior Completo	Bacharelado em Direito
Thiago Gama Gomes Ferreira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC - 05 (Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Cíveis)	Curso Superior Completo	Administração de Empresas
Ludmila Coutinho da Silveira de Oliveira	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-04 (Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Titular)	Curso Superior Completo	Bacharelado em Direito
Klinger Rodrigues Lins	Técnico Judiciário – Área de Segurança e Transporte	-	Superior Incompleto ( cursando Ciências)	

			Contábeis)	
Edilson Gomes das Chagas	Técnico Judiciário – Área de Segurança e Transporte	-	Curso Superior Completo	Bacharelado em Direito
Antônio Jorge Gomes da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-02. Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria	Curso Superior Completo	Bacharelado em Ciências Sociais e Pós-Graduação em Políticas Públicas de Segurança e Sociologia Rural
João Orlando Calado Velozo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-04 (Supervisor Assistente do Setor de Publicação)	Curso Superior Completo	Graduação Gestão Pública
Gabriel Miranda Bezerra	Analista Judiciário - Execução de Mandados	-	Curso Superior Completo	Bacharelado em Direito
Edmilson Alves do Nascimento	Analista Judiciário - Execução de Mandados	-	Curso Superior Completo	Bacharelado em Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 23ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 08 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Inexistem servidores da vara cedidos a outros órgãos ou afastados por motivo outro que não férias. Também não há função comissionada vaga.

Não atuam na unidade servidores requisitados, pessoas sem vínculo com o serviço público nem serventuários em auxílio.

#### **6.23.2.4. Estagiários**

A Subseção de Garanhuns dispõe de 07 vagas de estágio para as duas varas. A 23ª vara/PE conta com 04 estagiários em atuação (03 na secretaria e 01 no gabinete).

#### **6.23.3. Organização da 23ª vara federal**

Dentre os servidores da 23ª vara federal de Pernambuco, 07 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

##### **6.23.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara possui 07 servidores efetivos trabalhando, todos do quadro funcional da Justiça Federal. Há 02 servidores trabalhando no setor fiscal e os demais (05) trabalhando nos setores criminal e cível, com divisão de dígito entre eles. Então, por exemplo, o servidor que trabalha no setor (denominado cível e criminal) maneja os processos desses 2 ramos do direito, nos feitos relativos aos seus respectivos dígitos. No setor fiscal também há uma divisão de dígitos, de forma que o trabalho é distribuído da forma mais equitativa possível.

Nos processos com prioridade, coloca-se uma etiqueta ou lembrete com essa informação.

#### **6.23.3.2. Gabinetes dos juízes federais**

No gabinete, trabalham 05 servidores. Da mesma forma que na secretaria, existe uma divisão de dígitos entre eles, ou seja, todos os servidores da assessoria laboram com os processos cíveis, criminais e fiscais.

Salvo com relação aos processos urgentes, a vara procura apreciar os feitos segundo a ordem de conclusão.

#### **6.23.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 23ª vara federal**

O magistrado participa de reuniões com o servidores sempre que encontrada alguma dificuldade na rotina de trabalho. Nessas reuniões, são tratadas questões relativas à produtividade da vara, além de ser oportunizada, aos serventuários, a opção de realizarem indagações, bem como relatarem eventuais dificuldades que estão enfrentando para cumprir suas tarefas.

#### **6.23.5. Planejamento das atividades da 23ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

A vara trabalha com metas individuais e gerais. A meta individual da assessoria consiste em proferir despachos e decisões em 05 dias úteis e sentenças em 10 dias úteis, com exceção dos casos mais complexos que envolvem as operações criminais e as ações de improbidade administrativa com um maior grau de dificuldade, nos quais os prazos são fixados em 45 dias corridos. Já a meta da secretaria é de cumprir os expedientes no prazo máximo de 48h, excluindo-se o dia em que os autos chegam na tarefa para realização do respectivo expediente. A meta geral é a de baixar uma quantidade maior de processos do que o número de feitos distribuídos.

O acompanhamento do acervo da vara é realizado por meio da análise dos relatórios fornecidos pelos sistemas Tebas e PJe.

#### **6.23.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 23ª vara federal e nos gabinetes dos juízes federais**

O atendimento ao público em geral (advogados, partes e procuradores) é realizado no balcão da vara. Em regra, não existe espera para o atendimento, que é feito por ordem de chegada e realizado, sempre que possível, pelo servidor responsável pelo respectivo dígito do processo, não existindo óbice, no entanto, para que o atendimento seja feito por outro servidor ou pelo próprio magistrado, caso solicitado.

Em relação ao gabinete, o atendimento é feito na sala do magistrado, independentemente de prévio agendamento.

Existe um recipiente no balcão da vara, em que as partes, advogados, procuradores e demais pessoas interessadas podem responder a um questionário sobre a satisfação do usuário.

#### **6.23.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a vara contava com 678 processos (físicos e eletrônicos) em andamento. Logo, a relação do número de processos com o número de

servidores em atividade na vara (17) é de 39,88.

Em outubro/2017, o número de processos conclusos para sentença era 47. Não havia feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Na 23ª vara federal, havia, quando do preenchimento do formulário de gestão, 935 processos suspensos/sobrestados, em razão de: a) parcelamento do débito executado; b) suspensão pelo art. 40 da Lei de Execução Fiscal; c) suspensão pelo art. 366 do CPP; d) suspensão - aguardando o julgamento de outra ação prejudicial.

A unidade informou que, nos últimos 24 meses, não se observou o extravio ou a restauração de autos. Ademais, assegurou que não existem processos com pendência junto a setores da administração/órgãos e com advogados, excetuados os feitos remetidos a outros órgãos com a finalidade de se manifestarem por determinação judicial.

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, o magistrado substituto realizou 133 audiências e 02 inspeções judiciais. Foram feitas 53 audiências de conciliação.

A unidade informou que 22 audiências foram canceladas/adiadas, em virtude da não localização do réu ou do não comparecimento das partes e/ou advogados. Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas.

#### **6.23.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A unidade informou que vem alcançando a meta 1 do CNJ.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais Federais).**

A unidade informou que a Meta 2 vem sendo cumprida.

##### **Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade ponderou que a grande maioria dos processos da 23ª vara federal é de execuções fiscais, de modo que as atividades de conciliação, como a realização de mutirões, não se mostrariam úteis, segundo ela, à produtividade da vara. No entanto, os assessores são responsáveis pela realização das audiências de conciliação previstas no art. 334 do CPC/2015. O juiz federal substituto realiza audiências de conciliação sempre que as partes se mostram propensas a tanto.

##### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

A meta está sendo cumprida pela 23ª vara federal.

##### **Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de**

**casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

A unidade informou que, até 31/10/2017, haviam sido distribuídas 86 execuções não fiscais e baixadas 40. Meta não atingida.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A meta está sendo cumprida pela 23ª vara federal.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Meta cumprida.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Meta cumprida.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 23ª vara federal informa que vem cumprindo tais exigências, tendo ressaltado que os processos de réu preso têm prioridade absoluta na tramitação da unidade. Frisa que vem cumprindo a Resolução nº 4/2016 – TRF5 e a Res. nº 213/2015 - CNJ, que tratam da audiência de custódia e cujo registro vem sendo feito no sistema de audiência de custódia (SISTAC).

### **6.23.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 28 processos físicos e 50 processos do Sistema PJe (quando da correição tinham 678 processos em tramitação ajustada).

#### **6.23.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.23.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E DE COBRANÇA DE RESPOSTA A OFÍCIOS EXPEDIDOS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0002534282004405830	Ausência de cobrança/reiteração.
	0	

**AUSÊNCIA DE ETIQUETA DE PRESCRIÇÃO EM PROCESSO CRIMINAL:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0000991962009405830 5	
Criminal	0000027252017405830 5	

**AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0000020058302001514 6	Ausência de termo de juntada/recebimento do STJ.

**DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0000378272005405830 2	Demora superior a 30 dias na expedição da certidão de fl.702.

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0000579102005405830 5	De 04.07.2017 a 11.09.2017.

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0000422562013405830 5	

**FEITO EM ORDEM:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000553752006405830 5	
Execução Fiscal	0000948962008405830 5	
Execução Fiscal	0001354252005405830 5	
Improbidade Administrativa	0000821222012405830 5	
Desapropriação	0001342202005405830 2	
Execução Fiscal	0000304612005405830 5	
Execução Fiscal	0000086332005405830 5	
Desapropriação	0000044812005405830 3	
Execução Fiscal	0001071022005405830 5	
Execução Fiscal	0000020098308000113 3	
Execução Fiscal	0001236492005405830 5	
Civil Pública	0000939372008405830 5	
Execução Fiscal	0000814742005405830 5	
Execução de Sentença	0000592622012405830	

	5
Execução de Sentença	0000958382011405830
	5
Execução Fiscal	0001406212005405830
	5
Execução Fiscal	0001157702005405830
	5

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0000991962009405830 5	Demora na cobrança de ofício expedido, de 08.11.2016 a 07.08.2017.
Execução Fiscal	0001090662009405830 5	Processo sem movimentação, desde 07.07.2017.
Criminal	0002534282004405830 0	Ausência de movimentação (juntada em 17/02/17, ato ordinatório em 04/04/17).

<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000828532008405830 5	

<b>Outras Observações:</b>	
Processo: 00000200583020015146 Classe: Desapropriação - trânsito em julgado em 04/08/17.	
Ausência de termo de juntada (recebimento do julg. STJ).	
Processo: 00000200983080001133 Classe: Execução Fiscal - Processo suspenso.	
Processo: 00000863320054058305 Classe: Execução Fiscal - redistribuído em 21/11/2005.	
Processo: 00003597520064058305 Classe: Execução Fiscal - Carta Precatória expedida para realização de leilão - Subseção de Juazeiro do Norte/CE - em 05/12/13, que se encontra sobrestada aguardando a designação de hasta pública pela Secretaria.	
Processo: 00004225620134058305 Classe: Desapropriação - demora na prolação de despacho (conc. em 29/07/15, despacho em 26/10/15).	
Processo: 00005537520064058305 Classe: Execução Fiscal - Distribuído para a 23a. Vara em 16/02/2006.	
Processo: 00005926220124058305 Classe: Execução de Sentença - Suspenso até 10/08/2017 (aguardando embargos à execução).	
Processo: 00008212220124058305 Classe: Improbidade Administrativa - Recebido da Justiça Estadual, em 08.10.2012.	
Processo: 00008285320084058305 Classe: Execução Fiscal - Demora na devolução do mandado fl.18, de 13/01/2009 a 20/03/2009.	

Processo: 00009583820114058305 Classe: Execução de Sentença - Apensado ao processo 0000592-62.2012.4.05.8305.

Processo : 00009919620094058305 Classe: Criminal - Recebido da Justiça Estadual em 15.07.2009.

Sentença anulada.

Processo: 00010710220054058305 Classe: Execução Fiscal - Acórdão anulando a sentença de extinção pela prescrição (proferida pelo Juízo Estadual) em 17/08/04. Processo distribuído para 23ª Vara/PE em 19/12/05. Processo arquivado sem baixa.

Processo: 00011577020054058305 Classe: Execução Fiscal - Paralisação irregular. Demora na conclusão para Despacho.

Processo: 00012364920054058305 Classe: Execução Fiscal - Processo suspenso em face de parcelamento.

Processo: 00013542520054058305 Classe: Execução Fiscal - Distribuído para a 23a. Vara em 19/12/05.

Sentença proferida em 07/08/17.

Processo: 00014062120054058305 Classe: Execução Fiscal - proc.piloto - com 6 reunidos.

Adesão a parcelamento.

Processo: 00025342820044058300 Classe: Criminal .

Ausência de cobrança do cumprimento da carta precatória expedida em 18/03/11 (apenas consultas em junho/13, dez/13 e 04/14).

Suspensão condicional do processo.

Ausência de movimentação (juntada em 17/02/17, ato ordinatório em 04/04/17).

Revogada a suspensão.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo
Demora na conclusão					
0800205-72.2016.4.05.8305	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	MERIDIONAL MINERACAO LTDA - ME - 70.086.921/0001-02
0800219-22.2017.4.05.8305	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Petição	UNIMED AGRESTE MERIDIONAL COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - 00.300.550/0001-26	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46
0800339-02.2016.4.05.8305	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário	Conclusos para decisão	CAPOEIRAS PREFEITURA - 11.256.088/0001-23	MAURILIO RODOLFO TENORIO DE SOUZA - 521.600.684-20
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria					

0800257-34.2017.4.05.8305	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEVERINO EUDSON CATAO FERREIRA - 303.422.524-53
0800570-92.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SANDOVAL CADENGUE DE SANTANA - 238.472.984-53
- Processo em Ordem.					
0000354-72.2014.4.05.8305	AÇÃO PENAL		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - null	MARIA VERÔNICA DE OLIVEIRA PINHO -
0800003-95.2016.4.05.8305	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Extinção da Execução	Juntada de Certidão de Intimação	BOM LEITE INDUSTRIAL LTDA - 35.401.447/0001-57	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0800033-96.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Restituição de área - FUNAI	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI - 07.328.153/0001-01	JAIR VIANA DOS SANTOS e outros - 856.277.394-87
0800036-51.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Restituição de área - FUNAI	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI - 07.328.153/0001-01	GILVANIA BARBOZA DA SILVA e outros - 094.379.004-26
0800036-56.2014.4.05.8305	PROCEDIMENTO COMUM	Aplicação de coeficiente de cálculo diverso do fixado na Lei n.º 8.213/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE ARNALDO DA SILVA - 024.589.344-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800038-21.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Restituição de área - FUNAI	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO FUNAI - 07.328.153/0001-01	TERCEIROS INTERESSADOS, INCERTOS E NÃO SABIDOS e outros -
0800047-17.2016.4.05.8305	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUCELIO FERREIRA DE LIMA - 095.408.414-45	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0800062-49.2017.4.05.8305	PROCEDIMENTO COMUM	Licenças e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROBSON CORREIA MACENA - 087.181.124-39	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800073-78.2017.4.05.8305	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIO BARBOSA FILHO EIRELI - 10.230.308/0001-87
0800103-16.2017.4.05.8305	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PAULO ROBERTO MIRANDA BRANDAO e outro - 258.723.114-00
0800130-96.2017.4.05.8305	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	UBERLUCIO VANDERLEY DE SA FREIRE e outros - 541.171.434-68
0800132-66.2017.4.05.8305	PROCEDIMENTO COMUM	Demissão ou Exoneração	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SORAYA CALHEIROS DE MIRANDA BEZERRA - 342.590.314-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800178-55.2017.4.05.8305	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ADESILDA VITURINO DA SILVA - null

0800182-63.2015.4.05.8305	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE WAGNER LOPES GOMES - ME - 21.045.669/0001-70	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 12 REGIAO PERNAMBUCO/ALAGOAS - CREF12/PE-AL - 00.000.000/0004-87
0800205-09.2015.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	WESLEY SOARES MENDES e outros - 057.910.404-40
0800210-94.2016.4.05.8305	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outro - 10.571.982/0001-25
0800229-71.2014.4.05.8305	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUCIO D EMERY ALVES e outro - 302.728.584-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0800231-36.2017.4.05.8305	CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	Crimes da Lei de licitações	Juntada de Contrarrazões	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DE PERNAMBUCO - OAB/PE e outros - 09.791.484/0001-09
0800252-46.2016.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AERCIO JOSE DE NORONHA - 543.937.364-00
0800269-48.2017.4.05.8305	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes Hediondos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FABIO LUIZ DA CUNHA BRITO - 029.849.604-67
0800334-43.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RONALDO FERREIRA DE MELO - 238.754.614-87
0800355-19.2017.4.05.8305	MANDADO DE SEGURANÇA	Seguro-desemprego	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800361-60.2016.4.05.8305	EXECUÇÃO FISCAL	Profissional e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	MUNICIPIO DE AGUAS BELAS - 11.286.341/0001-91
0800374-59.2016.4.05.8305	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EDVALDO RIBEIRO DA SILVA - 007.806.914-90
0800389-28.2016.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE BREJAO - 10.131.076/0001-00	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outros - 26.989.350/0001-16

0800497-23.2017.4.05.8305	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes de Responsabilidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SANDOVAL CADENGUE DE SANTANA - 238.472.984-53
0800498-08.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SANDOVAL CADENGUE DE SANTANA - 238.472.984-53
0800558-78.2017.4.05.8305	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Crime contra a administração ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIZ PAZ DA SILVA - 273.448.194-49
0800596-90.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	JORGE DE MELO ELIAS - 618.511.754-15
0800624-58.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEVERINO EUDSON CATAO FERREIRA - 303.422.524-53
0800631-50.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SYLVANA MONTEIRO PAES e outros - 010.282.464-98
0800642-79.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE IATI - 11.286.374/0001-31	LUIZ ALEXANDRE SOUZA FALCAO - 883.936.314-91
0800643-64.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	LUIZ ALEXANDRE SOUZA FALCAO - 883.936.314-91
0800644-49.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE IATI - 11.286.374/0001-31	JORGE DE MELO ELIAS - 618.511.754-15
0800660-03.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE IATI - 11.286.374/0001-31	JORGE DE MELO ELIAS e outro - 618.511.754-15
0800748-41.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEVERINO EUDSON CATAO FERREIRA - 303.422.524-53
0800757-03.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SORAYA CALHEIROS DE MIRANDA BEZERRA - 342.590.314-49
0800760-55.2017.4.05.8305	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Dano Qualificado e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	Carlos André Batista Messias da Silva -
0800790-90.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SEVERINO EUDSON CATAO FERREIRA - 303.422.524-53
0800843-71.2017.4.05.8305	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PEDRO ANTONIO VILELA BARBOSA - 168.657.314-68
0803204-76.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Profissional e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	MUNICIPIO DE CALCADO - 11.034.741/0001-00

0804719- 20.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria- Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	DJALMA CORREIA DE LIMA - 221.032.104-25
0807678- 90.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JONATHAN FLORIANO FRANCISCO LIMA - 030.270.211-33

#### **6.23.10. Correição anterior e autoinspeção**

As recomendações da correição anterior, segundo a unidade, estão sendo cumpridas.

#### **6.23.11. Considerações finais**

A 23ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 23ª vara federal funciona de modo eficiente.

### **6.24. 24ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARUARU/PE**

#### **6.24.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 24ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 31/2005 - TRF5 c/c o Ato nº 969/2005 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 24ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988. A unidade funciona no prédio-sede da subseção judiciária, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 196, Bairro Universitário, Caruaru/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

#### **6.24.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 24ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 14 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 01 técnico judiciário - segurança e transporte e 09 técnicos judiciários - área administrativa.

Os 02 oficiais de justiça estão vinculados à central de mandados da subseção.

Há 01 cargo de analista judiciário - área judiciária vago desde 10/08/2017.

### 6.24.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da vara, Tiago Antunes de Aguiar, exerce a magistratura desde 26/03/2003, atuando na 24ª Vara Federal desde 01/03/2011.

O magistrado é diretor da Subseção Judiciária de Caruaru/PE desde 19/06/2013.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos motivos abaixo declinados:

Férias: 13/10/2015 a 11/11/2015, 21/07/2016 a 19/08/2016, 03/11/2016 a 27/11/2016, 23/01/2017 a 27/01/2017, 02/05/2017 a 31/05/2017 e 28/08/2017 a 26/09/2017;

Participação em curso de especialização: 24/08/2017 a 25/08/2017.

O juiz federal titular reside em Caruaru/PE, cidade onde se situa a vara.

### 6.24.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 24ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Amanda Damarys Silva	Técnica Judiciária – Área Judiciária	Sim (FC4)	Pós-Graduada	Letras/Linguística
Dayse Darlay Bezerra Veloso	Analista Judiciária – Área Judiciária	Sim (FC5)	Pós-Graduada	Direito
Diego Idelgardo Arraes Barbosa	Técnico Judiciário – Área Judiciária	Sim (FC4)	Superior incompleto	Direito
Edilton Ferreira Bulhões Júnior	Técnico Judiciário – Segurança e Transporte	Não	Superior completo	Gerenciamento de Processos
Larissa Alves Cerqueira	Analista Judiciária – Área Judiciária	Sim (FC4)	Pós-Graduada	Direito
Marco Aurélio de Farias Costa Filho	Técnico Judiciário – Área Judiciária	Sim (FC4)	Superior completo	Direito
Maria Alice de Freitas Coutinho Correa de Oliveira	Técnica Judiciária – Área Judiciária	Sim (FC4)	Pós- Graduada	Publicidade
Michael Marçal Sampaio	Analista Judiciário – Área Judiciária	Sim (FC5)	Pós- Graduado	Direito
Natália Dornelas Câmara Sobral	Analista Judiciária – Área Judiciária	Sim (FC5)	Pós- Graduada	Direito
Nielza Ávila Prado Garrett	Técnica Judiciária – Área Judiciária	Sim (FC5)	Superior incompleto	Administração/Direito
Patrícia Lubambo Cantarelli Guerra	Técnica Judiciária – Área Judiciária	Sim (FC5)	Pós- Graduada Superior incompleto	Odontologia Direito
Rafael Sobral Borges	Técnico Judiciário – Área Judiciária	Não	Superior completo	Administração

Raul Landim Crisóstomo	Técnico Judiciário – Área Judiciária	Não	Superior incompleto	Direito
Samuel Obed Silvestre de Souza	Técnico Judiciário – Área Judiciária	Não	Pós-Graduado	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 24ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 07 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Há 02 servidores requisitados em atuação na vara: Fernando Augusto Calixto Teixeira (SJPE - lotação Recife) e José Joelson da Silva (Prefeitura do Município de Cupira/PE).

Inexistem servidores da vara cedidos a outros órgãos. Também não há função comissionada vaga.

Não atuam na unidade pessoas sem vínculo com o serviço público nem serventuários em auxílio.

Havia uma servidora afastada por motivo de licença-maternidade, desde 23/06/2017.

#### **6.24.2.3. Estagiários**

Há 03 vagas de estágio previstas para a unidade, estando todas ocupadas.

Um estagiário dedica-se precipuamente às atividades do gabinete e os outros dois atuam na secretaria da vara, prestando assistência ao magistrado nas audiências e elaborando minutas de expedientes e decisões judiciais.

#### **6.24.3. Organização da 24ª vara federal**

Dentre os servidores da 24ª vara federal de Pernambuco, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

##### **6.24.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara está organizada da forma abaixo:

SETOR CÍVEL – 04 servidores (Amanda, Nielza, Raul e Samuel);

SETOR CRIMINAL – 01 servidor (Diego) e uma estagiária (Helloysa);

SETOR DE EXECUÇÃO FISCAL - 06 servidores (Daisy, Edilton, Joelson, Maria Alice, Patrícia e Rafael) e um estagiário (Eduardo). A servidora Patrícia encontra-se em licença-maternidade.

Nos setores, procura-se que todos os servidores tenham conhecimento do *iter* procedimental e funcionem em todas as fases do processo, sendo estimulados a minutarem despachos/decisões e sentenças, bem como são responsáveis pelos atos de cumprimento das respectivas ordens judiciais. Para fins de coordenação dos trabalhos, todos têm tarefas denominadas primárias e secundárias, recíprocas e complementares, que garantem o reforço do espírito de equipe, a continuidade dos trabalhos e estimulam o conhecimento amplo das atividades, sendo constantemente convidados a agirem com senso crítico e criatividade.

É estimulada a atuação sinérgica da equipe e de cooperação mútua, servindo a divisão administrativa, sobremaneira, para balizamento e visualização dos processos face ao rito processual específico.

Em meados de 2017, foi remodelado o setor criminal para apenas um servidor e um estagiário, para melhor adequação da força de trabalho, recebendo suporte do setor cível e da assessoria nas ausências do responsável habitual.

Os processos são localizados em estantes (físicos)/caixas (eletrônicos) específicas de cada setor, de acordo com sua natureza e fase processual. Os feitos prioritários são identificados por intermédio de etiquetas (físicos) ou indicadores do sistema (eletrônicos), com gestão própria nas estantes, caixas, planilhas e agrupadores, conforme o caso.

O controle e a verificação da situação do acervo processual são realizados por meio da extração de relatórios de processos distribuídos, de remessa externa, processos sem movimentação e de processos com prazos vencidos dos Sistemas Tebas/PJe. Há monitoramento diário dos agrupadores e periódico do número de processos ativos, em tramitação e com carga. Mensalmente são verificados os feitos paralisados.

#### **6.24.3.2. Gabinete do juiz federal**

São 04 assessores e 01 estagiário. Não há divisão por atividade, tipo de decisão, dígito ou matéria, havendo distribuição igualitária (por quantidade e natureza) dos processos entre os assessores, que se vinculam aos mesmos, preferencialmente, durante todo o curso do feito.

Todos os assessores são aptos e estimulados a trabalhar em qualquer matéria ou fase processual.

Em virtude do reduzido número de processos conclusos para julgamento, o controle destes é visual, estando os feitos ordenados em estantes (físicos)/caixas (eletrônicos) por assessor responsável, sendo verificadas diariamente, com sinalização das urgências que deverão ser julgadas com prioridade. Ato contínuo, prossegue-se com a elaboração de minutas, observada a cronologia das datas de conclusão.

#### **6.24.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 24ª vara federal**

Há participação do magistrado em reuniões ordinárias (estabelecimento e controle de metas, alteração de procedimentos e inspeções), bem como extraordinárias, de acordo com a demanda. O magistrado reúne-se, informal e frequentemente, com os servidores do gabinete e da secretaria, momento em que procura instruir os mesmos e analisar as minutas de decisões/expedientes nos respectivos ambientes onde foram geradas, tendo contato diário com toda a equipe, estimulando a comunicação matricial e o desenvolvimento pessoal.

#### **6.24.5. Planejamento das atividades da 24ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Anualmente, é feito um planejamento das atividades da vara, partindo dos resultados do ano anterior e de um esboço de metas idealizado pelo magistrado e pela direção de secretaria, convidados os servidores a participarem do processo.

O planejamento de curto prazo e operacional é feito pela direção de secretaria com o auxílio dos supervisores setoriais.

Desde janeiro de 2012, vêm sendo trabalhadas metas de redução do acervo processual, de processos ativos e da taxa de congestionamento, renováveis anualmente.

Existem metas temporais para prática de atos judiciais decisórios e de cumprimento derivados daqueles (monitorados uma ou mais vezes todos os meses). Recentemente, foram estabelecidos novos prazos para tais atos, vinculados a uma meta maior, denominada meta 0 (zero), para todos os setores (tais prazos são: na assessoria – 30 dias para minutar sentenças e 10 dias para minutar decisões; na secretaria, prazo comum de 03 dias para a prática de qualquer ato).

Mensalmente, os resultados da vara, setoriais e dos servidores, são verificados pela direção de secretaria e comunicados ao magistrado.

Por ocasião das inspeções anuais e ao término de cada ano, são realizadas reuniões com toda a equipe para discussão sobre os resultados e planejamento das próximas ações.

#### **6.24.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 24ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

Em geral, o atendimento ocorre, pessoal e prontamente, no balcão da secretaria da vara. Alguns atendimentos ocorrem por telefone ou por *e-mail*. Há amplo acesso aos assessores e ao magistrado, mediante solicitação verbal.

A vara realiza informalmente consultas de satisfação do atendimento prestado. De modo regular, o atendimento sempre foi elogiado por partes, advogados e procuradores.

A melhoria no atendimento é uma preocupação constante.

#### **6.24.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia em tramitação na unidade 382 processos (61 físicos e 321 eletrônicos). Assim, considerando o número de processos em tramitação e a quantidade de servidores efetivos em atividade (16), a média de processos por servidor é de 23,87.

Em outubro/2017, o número de processos conclusos para sentença era de 03. Não havia feito concluso com pedido urgente pendente de análise.

No momento do preenchimento do formulário de gestão, havia 347 processos suspensos/sobrestados pelos motivos seguintes:

Art. 40, Lei nº 6.830/1980 - 246;

Aguardando julgamento de embargos - 15;

Aguardando julgamento de outros feitos - 16;

A pedido das partes - 01;

Parcelamento tributário - art. 68, Lei nº 11.941/2009 - 01;

Art. 366, CPP - 01

Suspensão condicional do processo (Lei nº 9099/1995) - 09;

Art. 921, § 1º, CPC/2015 - 50;

Aguardado pagamento de RPV/precatório - 08.

A unidade informou que, nos últimos 24 meses, não se observou o extravio ou a restauração de autos. Ademais, assegurou que não existem processos com pendência junto a setores da administração/órgãos e com advogados.

Foram realizadas 67 audiências e 02 inspeções judiciais nos últimos 24 meses.

Nos 24 meses anteriores à correição, foram realizadas as seguintes atividades de conciliação: 1) instalação do CEJUSC/Caruaru; 2) mutirão pré-processual CAIXA (481 convocados); 3) ciclos de audiências de conciliação em processos indicados pela CAIXA.

Foram adiadas ou canceladas 09 audiências nos últimos 24 meses, as quais foram remarçadas quando não prejudicadas.

#### **6.24.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Meta cumprida. 230 processos distribuídos/redistribuídos e 253 julgados.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juzizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade informou que se encontra pendente de julgamento apenas 01 processo (ação penal nº 0018738-84.2003.4.05.8300, suspensa desde 2005, ainda no início da fase instrutória, por parcelamento do débito fiscal, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.684/2003).

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A vara informou que não há como mensurar a quantidade de casos solucionados por conciliação, por falta de tabulação estatística específica nos sistemas de movimentação processual.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

A unidade informou o cumprimento desta meta.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Meta cumprida.

Distribuídos: 100 processos; e

Baixados: 106 processos.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas**

distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).

A unidade informou ter cumprido a Meta 6.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Meta cumprida. 15 novos processos criminais. 24 baixados. 21 julgados.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Meta cumprida.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 24ª vara federal vem cumprindo tais exigências.

### **6.24.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 15 processos físicos e 40 processos do PJe (quando da correição tinham 61 feitos físicos e 321 eletrônicos em tramitação ajustada.)

#### **6.24.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.24.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0005842662004405830	2

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Improbidade Administrativa	0001541322011405830	Da sentença, de 11.04.2017 a 16.08.2017.
	2	

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0025656072003405830	0
Criminal	0000482332016405830	

	2
Execução Fiscal	0000329392012405830
	2
Criminal	0018738842003405830
	0
Civil Pública	0000140852017405830
	2
Execução Fiscal	0000143742016405830
	2
Execução Fiscal	0000614132004405830
	2
Improbidade Administrativa	0001406492013405830
	2
Execução Fiscal	0003866242004405830
	2

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0007077792001405830	Juntada de docs. após encerramento do volume 01 - verifica-se equívoco na juntada, dado que os docs. são contemporâneos ao final do volume dois.
	0	

<b>Outras Observações:</b>		
Processo: 00001408520174058302 Classe: Civil Pública - Redistribuído para a Justiça Federal em 08/11/2017.		
Processo: 00001437420164058302 Classe: Execução Fiscal - Objeto da Carta: Penhora, avaliação e depósito.		
Processo: 00006141320044058302 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído para JF em 10/06/2004.		
Processo: 00009633520124058302 Classe: Execução Fiscal - Apenso ao proc. n. 0000329-39.2012.4.05.8302.		
Processo: 00013184520124058302 Classe: Execução Fiscal - Apenso ao proc. n. 0000329-39.2012.4.05.8302.		
Processo: 00016155220124058302 Classe: Execução Fiscal - Apenso ao proc. n. 0000329-39.2012.4.05.8302.		
Processo: 00038662420044058302 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído da Justiça Estadual.		
Processo: 00058426620044058302 Classe: Execução Fiscal - redistribuição em 17/11/2005. Reunido ao proc. 00038662420044058302.		
Demora na conclusão (juntada em 28/07/11, conclusão em 30/09/11).		
Trânsito em julgado em 28/05/12.		
Processo: 00070777920014058300 Classe: Execução Fiscal - atos praticados após termo de encerramento de volume (fls.256 e seg. do volume 01).		

Verifica-se equívoco na juntada, dado que os docs. são contemporâneos ao final do volume dois, e não ao volume 01.

Emb. exec. improcedentes.

Processo: 00187388420034058300 Classe: Criminal - Ação permaneceu suspensa em razão do parcelamento do débito tributário.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800449-10.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSE A. B. NETO GAS - ME - 08.295.316/0001-60	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0800998-20.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	WEDSON PEREIRA TORRES - ME - 08.881.411/0001-45	SIM
- Processo em Ordem.						
0800020-77.2015.4.05.8302	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	IVADELSON MIGUEL DA SILVA - 024.905.774-33	SIM
0800083-34.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANSELMO E PINHEIRO EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA - ME - 08.154.237/0001-39	SIM
0800109-32.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CESAR CARLOS DOS SANTOS EIRELI - EPP - 01.247.081/0001-91	SIM
0800111-02.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DJALMA C GALVAO MOVEIS - ME - 08.208.868/0001-93	SIM
0800146-98.2013.4.05.8302	PROCEDIMENTO COMUM	Seguro	Conclusos para decisão	MARCILIANO SEVERINO DA SILVA - 051.136.584-56	VIANA & MOURA CONSTRUÇOES S.A. e outro - 02.737.577/0001-06	SIM
0800216-82.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	G.J.S. INCORPORACOES EIRELI - ME - 04.390.821/0001-32	SIM
0800261-51.2015.4.05.8302	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0800273-94.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RA - COMERCIO E FABRICACAO DE PLASTICOS LTDA - 07.549.039/0001-01	SIM
0800285-11.2017.4.05.8302 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LYRA & LYRA COMBUSTIVEIS LTDA - EPP e outros - 07.396.621/0001-85	SIM
0800310-58.2016.4.05.8302 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	PAULO MUNIZ LOPES e outros - 236.216.644-91	SIM
0800430-04.2016.4.05.8302	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0800609-80.2017.4.05.8308	MANDADO DE SEGURANÇA	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JETA COMERCIO & INDUSTRIA LTDA - 24.448.359/0001-94	Delegado da Receita Federal do Brasil em Caruaru-PE e outro -	SIM

0800713-61.2015.4.05.8302	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Criação e/ou Autorização para funcionamento de Curso Superior	Expediente de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA e outros - 08.905.382/0001-04	SIM
0800777-03.2017.4.05.8302	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NADJA LANG CAUAS - 138.078.464-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800942-50.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Substabelecimento	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	MARCONI NUNES DE OLIVEIRA e outros - 404.296.604-72	SIM
0800960-08.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JOSE RONALDO DA SILVA - 176.449.764-34	SIM
0801052-83.2016.4.05.8302	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Erro de Procedimento	Juntada de Certidão	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	ELIANE MARIA MATOS ARAGAO DE SOUZA e outro - 123.682.534-91	SIM
0801108-82.2017.4.05.8302	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Extinção da Execução	Conclusos para despacho	GILBERTO A. SOARES - ME - 06.002.484/0001-94	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DE PERNAMBUCO CRMV-PE - 09.791.450/0001-14	SIM
0801121-18.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	AMANDA ROBERTA PEREIRA E CIA LTDA - ME - 03.407.404/0001-92	SIM
0801452-63.2017.4.05.8302	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Corrupção Praticada por Prefeitos e Vereadores	Juntada de Aviso de Recebimento - AR	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE LINO DA SILVA IRMAO - 386.304.274-34	SIM
0801561-77.2017.4.05.8302 - (Segredo)	PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	Crimes da Lei de licitações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	Não Consta	SIM
0801656-10.2017.4.05.8302	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AMILTON CEZAR DE SOUZA - 615.948.309-91	SIM
0801687-30.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SEVERINO OTAVIO RAPOSO MONTEIRO e outro - 024.197.694-49	SIM
0801764-39.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARCIA TAVARES BARBOSA INDUSTRIA CERAMICA EIRELI - ME - 10.573.980/0001-75	SIM
0801905-58.2017.4.05.8302	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsificação de documento público	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARLOS LUIZ DA SILVA - 628.466.124-04	SIM
0801921-12.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	ANTONIO FIGUEIROA DE SIQUEIRA - 363.437.224-91	SIM
0801929-86.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	ALBERTO GEORGE PEREIRA DE ALBUQUERQUE - 355.850.054-72	SIM
0801974-90.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCOS ANTONIO MARTINS DE ALBUQUERQUE e outros - 038.180.904-83	SIM
0801998-21.2017.4.05.8302	PROCEDIMENTO COMUM	Cadastro de Inadimplentes - CADIN	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE BELO JARDIM - 10.260.222/0001-05	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM

0802004-28.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEVERINO MANOEL DE FRANCA e outros - 551.342.204-25	SIM
0802033-78.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	NELSON A. DE SOUZA - PROMOCOES - ME e outros - 03.669.771/0001-64	SIM
0802047-62.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	UILSON DE MOURA FRANCA - 688.528.194-87	SIM
0802074-45.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	MARTA BARBOSA DA SILVA e outros - 520.259.184-53	SIM
0802076-15.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MONICA PATRICIA LIMA DOS PASSOS e outros - 857.539.474-68	SIM
0802108-20.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO FIGUEIROA DE SIQUEIRA - 363.437.224-91	SIM
0802143-77.2017.4.05.8302	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Furto Qualificado e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LAELSON PEREIRA DA SILVA e outro - 699.436.994-34	SIM
0802153-24.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	MARIO DA MOTA LIMEIRA FILHO e outros - 397.091.324-15	SIM
0805873-05.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Sonegação de contribuição previdenciária	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE MARIA QUIRINO DE ANDRADE - 040.621.404-20	SIM

#### 6.24.10. Correição anterior e autoinspeção

Em relação à correição anterior, a unidade informou que foram atendidas integralmente as recomendações, preenchendo-se as etiquetas de prescrição nos processos criminais e os sumários nas ações criminais e de improbidade administrativa.

Após a última autoinspeção, houve a manutenção das orientações da sistemática de trabalho em curso.

#### 6.24.11. Considerações finais

A 24ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 24ª vara federal funciona de modo eficiente.

### 6.25. 25ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA/PE

#### 6.25.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 25ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela

Resolução nº 17/2010 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 25ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988, inclusive para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001.

A unidade funciona no prédio-sede da subseção judiciária, localizado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 25, Centro, Goiana/PE.

Convém registrar, entretanto, que a vara está instalada em uma edificação antiga (prédio tombado, cedido pela Prefeitura), com problemas de infiltração e mofo, necessitando de reforma premente (segundo informado a esta corregedoria, por ocasião da visita à unidade, há licitação em andamento, para realização de reforma).

A situação das instalações pode ser verificada nas fotografias abaixo colacionadas:













Como se pode perceber, a unidade não apresenta instalações adequadas para os juízes

federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### 6.25.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores

A 25ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada; b) 18 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 03 analistas judiciários - área de execução de mandados, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

Não há cargos efetivos vagos.

#### 6.25.2.1. Juíza federal titular

A juíza federal titular da vara, Flávia Tavares Dantas, exerce a magistratura desde 19/05/2010, atuando na 25ª Vara Federal desde 31/03/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada pelos motivos e períodos abaixo discriminados:

Férias: 30/11 a 04/12/2015, 02/06 a 01/07/2016, 02 a 31/07/2016, 09 a 22/01/2017, 17 a 30/07/2017 e 25/09 a 10/10/2017;

Licenças: 05/12/2015 a 01/06/2016 (licença de repouso à gestante);

Outras: 09 a 13/11/15 (compensação no termos da Resolução CJF nº 341/15), 16 a 20/11/15 (compensação no termos da Resolução CJF nº 341/15), 23 a 27/11/15 (compensação no termos da Resolução CJF n.º 341/15), 05/09/2017 (compensação por plantão presencial - Resolução CJF 70/2009), 06 e 08/09/2017 (participação em Encontro Regional) e 11 e 13/10/2017 (compensação por plantão presencial - Resolução CJF 70/2009).

A magistrada federal titular não reside na região metropolitana onde se situa a vara. A juíza federal foi autorizada a residir na cidade de Recife/PE, consoante decisão do Pleno do TRF5 (28ª Sessão, realizada em 3/9/2014), nos autos do PA nº 02196/2014.

#### 6.25.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 25ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Adônis Tássio Batista de Araújo, mat. 3351	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 04	Superior completo + Especialização	Direito
Andréa Rangel de Siqueira Britto Lundgren, mat. 3079	Analista Judiciário – Área Administrativa	FC - 05	Superior completo + Especialização	Direito /Administração
Anne Mariá Costa Ribeiro, mat. 3381	Técnico Judiciário –	FC - 05	Superior completo + Especialização	Fisioterapia

	Área Administrativa			
Bettina Lacerda Caldas Barroso, mat. 3575	Analista Judiciário – Área Judiciária (Execução de Mandados)	-	Superior completo + Especialização	Direito
Bruno Manta Nascimento de Souza, mat. 3468	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	Ensino Superior incompleto	Direito
Flávio José da Silva de Oliveira, mat. 3137	Técnico Judiciário – Segurança e Transporte	-	Superior completo + Especialização	Direito/Engenharia Mecânica
Flávio Roberto Maciel de Queiroz, mat. 3169	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 05	Superior completo + Especialização	Direito
Gisele Fernanda Fernandes Carlos, mat. 3437	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC - 04	Superior completo	Direito
Iracema Buonavina Alves de Lima, mat. 3285	Analista Judiciário – Área Judiciária (Execução de Mandados)	-	Superior completo + Especialização	Direito
João Francisco de Araújo Neto, mat. 2999	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC - 05	Superior completo	Informática
José Mário de Oliveira da Silva, mat. 3456	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	Ensino Superior incompleto	Direito
José Newton Carneiro da Costa, mat. 2210	Técnico Judiciário – Segurança e Transporte	FC - 05	Superior completo + Especialização	Direito/Engenharia Mecânica
Leonardo Carneiro de Andrade, mat. 2997	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC - 04	Superior completo + Especialização	Administração
Luciete Santos da Silva, mat. 2983	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	Ensino Médio completo	***
Manuela Matos de Castro Cerqueira, mat. 3167	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 04	Superior completo + Especialização	Direito

Raquel da Costa Monteiro, mat. 2863	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	Superior completo	Informática
Rosalina Luíza Barros Moreira, mat. 3286	Analista Judiciário – Área Judiciária (Execução de Mandados)	-	Superior completo + Especialização	Direito
Sandra Maria Pimentel Barbosa, mat. 3272	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 04	Superior completo + Especialização	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 25ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 8 analistas judiciários contam com pós-graduação e 07 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Há 01 servidora, ocupante de cargo efetivo, cedida ao STJ.

São 03 os servidores requisitados (com vínculo com o serviço público) em exercício na 25ª Vara/PE: Camila Farias Fox Cantarelli (Seção Judiciária de São Paulo), Isael Rebouças da Cruz (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) e Ricardo Silva Coutinho (Prefeitura Municipal de Goiana/PE).

Inexistem na vara servidores sem vínculo com o serviço público e funções comissionadas vagas.

Há uma servidora prestando auxílio à 25ª vara/PE.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, estavam afastadas de suas atividades 03 servidoras, por motivo de licença à gestante ou licença médica.

### 6.25.2.3. Estagiários

Há 03 vagas de estágio previstas para unidade, estando todas ocupadas.

Uma estagiária atua no gabinete e as outras duas na secretaria da vara.

### 6.25.3. Organização da 25ª vara federal

Dentre os servidores da 25ª vara federal de Pernambuco, 12 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

#### 6.25.3.1. Secretaria

A secretaria da vara está organizada da forma abaixo indicada:

- Setor cível:

1. Adônis Tássio Batista de Araújo – responsável pelos processos cíveis com terminação de 5 a 9, que tramitam nos sistemas Tebas e PJe (elaboração de minutas de despacho e decisão; confecção de expedientes, requisitórios e certidões;

remessa/carga de feitos; recebimento de autos; publicação; audiência; inclusão de dados relativos à condenação por ato de improbidade administrativa no Sistema Tebas); e

2. José Newton Carneiro da Costa - responsável pelos processos cíveis com terminação de 0 a 4, que tramitam nos sistemas Tebas e PJe (elaboração de minutas de despacho e decisão; confecção de expedientes, requisitórios e certidões; remessa/carga de feitos; recebimento de autos; publicação; audiência; inclusão de dados relativos à condenação por ato de improbidade administrativa nos sistemas Tebas e Infodip Web - TRE; sistemas eletrônicos (Bacenjud, Renajud, Infojud);

- Setor criminal:

1. Sandra Maria Pimentel Barbosa – responsável por todos os feitos em trâmite no setor (ação penal, carta precatória, execução penal, inquérito, procedimento especial do JEF criminal), elaboração de minutas de despacho e decisões mais simples, confecção de expedientes, publicação, acompanhamento do cumprimento das penas restritivas de direito (sistema SAPS), inclusão de dados relativos à condenação nos sistemas Tebas, Sinic - DPF/INI e Infodip Web - TRE, controle de prisões;

- Execução fiscal:

1. Andréa Rangel de Siqueira Britto Lundgren – Elaboração de minutas de despacho mais complexas, Sistemas Eletrônicos (Bacenjud, Renajud e Infojud), controle de arquivamento e suspensão de autos, cadastro de cartas precatórias no sistema PJe;

2. Bruno Manta Nascimento de Souza – Elaboração de minutas de despachos mais simples, publicação, remessa de feitos, recebimento de autos, controle de prazos e envio de malote digital;

3. Camila Farias Fox Cantarelli - Elaboração de minutas de despacho e Sistema Eletrônico Renajud;

4. Luciete Santos da Silva - Juntadas e elaboração de cartas de citação e de intimação no sistema TEBAS.

- JEF cível:

1. Flávio José da Silva de Oliveira - secretaria/triagem;

2. João Francisco de Araújo Neto – conhecimento;

3. José Mário de Oliveira da Silva – audiências;

4. Leonardo Carneiro de Andrade - execução/triagem;

5. Raquel da Costa Monteiro – expedição de requisitórios/triagem; e

6. Ricardo Silva Coutinho – perícia.

Os demais servidores atuam no setor de apoio administrativo/contadoria (Anne

Mariá Costa Ribeiro) e distribuição (Luciete Santos da Silva).

Na organização dos processos na secretaria da vara, adotam-se os seguintes procedimentos:

- Colocação de etiqueta na capa dos processos; e
- Separação em prateleiras específicas da estante.

Por sua vez, os métodos adotados de controle e de verificação da situação do acervo de processos são os seguintes:

- Consulta aos diversos relatórios emitidos nos sistemas Creta, PJe e Tebas; e
- Elaboração de planilha de acompanhamento dos processos incluídos em metas do CNJ.

Há fixação de prazos para prática de atos processuais, em todos os setores.

#### **6.25.3.2. Gabinete da juíza federal**

Não há magistrado substituto em exercício na unidade. Dessa forma, todos os assessores exercem suas atividades junto ao gabinete da magistrada titular, da seguinte forma:

1. Flávio Roberto Maciel de Queiroz - execução fiscal (Tebas) e JEF;
2. Gisele Fernanda Fernandes Carlos - ações cíveis, execuções fiscais (PJe) e JEF;
3. Isael Rebouças da Cruz - ações cíveis, execuções fiscais (PJe) e JEF; e
4. Manuela Matos de Castro Cerqueira - ações criminais e JEF.

Os critérios para ordenar os processos conclusos para julgamento estão indicados abaixo:

5. - Réus presos;
6. - Medidas urgentes;
7. - Metas do CNJ; e
8. - Data de conclusão.

#### **6.25.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 25ª vara federal**

Periodicamente, são realizadas reuniões para otimização do trabalho e atualização dos procedimentos adotados na unidade, visando atender ao jurisdicionado com maior celeridade e eficiência. Durante as reuniões, os servidores expõem eventuais dificuldades, ideias e sugestões.

#### **6.25.5. Planejamento das atividades da 25ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento das atividades da vara é realizado de acordo com dados estatísticos obtidos nos sistemas Creta, PJe e Tebas, como também é fruto do resultado das reuniões periódicas.

A avaliação de resultados é realizada por meio da análise dos relatórios obtidos nos sistemas Creta, PJe e Tebas.

#### **6.25.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 25ª vara federal e no gabinete da juíza federal**

Os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes são atendidos por ordem de chegada, em qualquer dia e horário do expediente.

Os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes são atendidos, inicialmente, por um servidor da secretaria que, após tomar conhecimento da demanda, localiza o processo e direciona o atendimento ao gabinete. Havendo necessidade de atendimento pela magistrada, o encaminhamento é realizado pela assessoria.

A vara não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.25.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia em tramitação na unidade 1.554 processos (total ajustado). Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade (18), a média de processos por servidor é de 86,33.

Em outubro/2017, havia 247 processos conclusos para sentença na vara. Nessa ocasião, não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Na 25ª vara federal, havia, quando do preenchimento do formulário de gestão, 437 processos suspensos/sobrestados, pelos motivos seguintes:

- Aguardando julgamento de outra ação: 06;
- Art. 40 da Lei 6.830/80: 223;
- Parcelamento do débito: 141;
- Aguardando pagamento de requisitório: 05;
- § 1º do art. 921, III, do CPC: 48;
- Aguardando julgamento de recurso: 06;
- Art. 366 do CPP: 01;
- Lei 9.099/95: 06;
- MP 651/2014: 01.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, os números de processos da vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) ou com advogados eram os abaixo indicados:

- Fazenda Nacional: 23 processos;
- Procuradoria Regional da União: 01 processo;

- Procuradoria Regional Federal: 05.

Não se observou o extravio ou a restauração de autos nos 24 meses anteriores à correição.

Em igual intervalo, foram realizadas 1.153 audiências e 02 inspeções judiciais.

Foram realizadas 79 audiências de conciliação nos últimos 24 meses e adiadas ou canceladas 156.

Foram remarcadas as audiências adiadas.

#### **6.25.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Até a data do preenchimento do formulário de gestão, foram distribuídos 2.273 processos e julgados 2.389 feitos.

Meta alcançada.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Meta cumprida.

##### **Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Distribuídos (janeiro/17 a outubro/17): 2.885;

Acordos realizados (janeiro/17 a outubro/17): 16;

As audiências em demandas previdenciárias no JEF adjunto da 25ª vara têm sido acompanhadas, no mais das vezes, por prepostos do INSS, os quais vêm se recusando, nos últimos anos, a propor acordo.

##### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Em relação aos processos distribuídos até 31/12/2014, há 02 pendentes de julgamento.

##### **Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Processos distribuídos: 331;

Processos baixados: 826.

Meta alcançada.

##### **Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A unidade informou ter cumprido a meta 6.

## Metas específicas para a Justiça Federal

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Distribuídos: 54. Baixados: 62. Julgados: 10.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Há apenas 01 processo distribuído até 31/12/2014 que se encontra pendente de julgamento.

### Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 25ª vara federal vem cumprindo tais exigências.

### 6.25.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 29 processos físicos, 100 processos do Creta e 30 processos do PJe (quando da correição tinham 1.554 processos em tramitação ajustada).

#### 6.25.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.25.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

DEMORA NA CONCLUSÃO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	0000579602012405830	De fl. 319 (v. fl. 310).
	6	

DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	0000174532014405830	Da sentença, de 08.05.2017 a 21.09.2017.
	6	
Improbidade Administrativa	0000557022012405830	Da sentença, de 25.04.2017 a 30.10.2017.
	6	

DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000164432013405830	De fl. 248 (mais de 60 dias).
	6	

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0002456342004405830 0	
Execução Fiscal	0012473662003405830 0	
Ordinária	0000128982013405830 6	
Execução Fiscal	0000130392011405830 6	
Execução Fiscal	0000394222012405830 6	
Execução Fiscal	0000381572011405830 6	
Usucapião	0000240332014405830 6	
Criminal	0004678862015405830 0	
Execução Fiscal	0000059712010405830 6	
Criminal	0001820972006405830 0	
Criminal	0010509812016405830 0	
Desapropriação	0007087502006405830 0	
Execução Fiscal	0000400292012405830 6	
Execução Fiscal	0000240382011405830 6	
Execução Fiscal	0000232952010405830 6	
Execução Fiscal	0018590632009405830 0	
Execução Fiscal	0000006902010405830 6	
Improbidade Administrativa	0000003172014405830 0	
Civil Pública	0012472082008405830 0	
Execução Fiscal	0000996472001405830 6	
Execução Fiscal	0000163632010405830 6	

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Título Extrajudicial	0006206052008405830 0	Demora no cumprimento de despacho, desde 19.06.2017.
Execução Fiscal	0000027662010405830 6	Demora no cumprimento do despacho de fl. 483 (mais de 30 dias).
Improbidade Administrativa	0000042302013405830 6	Demora na abertura de vista de fl. 477 (v. fl. 476 - mais de 30 dias).
Execução de Sentença	0016375852007405830	Demora na publicação

	0	da decisão de fl. 634/635.
Ordinária	0000579602012405830	Permanência excessiva dos autos em poder da parte (fls. 337v/338 - maio a nov/17).
	6	
Execução Fiscal	0000027662010405830	Atos processuais fora de ordem cronológica (fls. 490 e 492).
	6	

#### Outras Observações:

Processo: 00000031720144058300 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 06.04.2016.

Processo: 00000276620104058306 Classe: Execução Fiscal - Distribuído para a 25a. Vara/Pe em 03/12/10.

Processo: 00000423020134058306 Classe: Improbidade Administrativa - Sentença proferida em 18/03/14 e anulada pelo Tribunal.

Processo: 00000597120104058306 Classe: Execução Fiscal - Processo suspenso em face de parcelamento.

Processo: 00001303920114058306 Classe: Execução Fiscal - Distribuído para a 25a. Vara Federal/PE em 24/01/11.

Processo: 00002329520104058306 Classe: Execução Fiscal - Redistribuição em 09.10.2010.

Processo: 00002403320144058306 Classe: Usucapião - Distribuído para a 25a. Vara/PE em 24/11/14.

Sentença proferida em 07/07/15 anulada pelo Tribunal.

Processo: 00003815720114058306 Classe: Execução Fiscal - Distribuído para a 25a. Vara Federal/PE em 07/02/11.

Processo: 00003942220124058306 Classe: Execução Fiscal - Distribuído para a 25a. Vara/PE em 24/05/12.

Processo: 00018209720064058300 Classe: Criminal - Redistribuído em 17.05.2011.

Processo: 00024563420044058300 Classe: Execução Fiscal - Processo redistribuído para 25ª Vara em 14/05/14. Processo aguardando o julgamento do AGTR 141413/PE.

Processo: 00046788620154058300 Classe: Criminal - Decisão em 09/09/15 de suspensão condicional do processo por 2 anos.

Processo: 00062060520084058300 Classe: Execução de Título Extrajudicial - Redistribuído em 06.06.2017.

Processo: 00070875020064058300 Classe: Desapropriação - trânsito em julgado em 19/05/15. Processo redistribuído para a 7ª Vara em 26/05/17.

Processo: 00124720820084058300 Classe: Civil Pública - Redistribuição em 22.07.2013.

Processo: 00124736620034058300 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor. Processo redistribuído para 25ª Vara em 30/05/17. Processo suspenso.

Processo: 00163758520074058300 Classe: Execução de Sentença - Distribuído para a 25a. Vara/PE em 20/06/11.

Processo: 00185906320094058300 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 27.07.2012.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0800105-17.2016.4.05.8306	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	KATIANE DE ALBUQUERQUE MOURA - 034.375.334-01	SIM
0800178-07.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSE FREDERICO CESAR CARRAZZONI e outro - 005.385.664-34	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800105-17.2016.4.05.8306	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	KATIANE DE ALBUQUERQUE MOURA - 034.375.334-01	SIM
0800171-31.2015.4.05.8306	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JORGE HENRIQUE BATISTA DANTAS - ME e outros - 11.566.825/0001-94	SIM
0800197-58.2017.4.05.8306	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MUNICIPIO DE CONDADO - 10.150.068/0001-00	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800049-86.2013.4.05.8306	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Juntada de Certidão de Intimação	JOAO FERREIRA ALVES - 193.253.204-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800159-80.2016.4.05.8306	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	USINA CRUANGI S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 11.809.134/0001-74	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0800049-86.2013.4.05.8306	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Juntada de Certidão de Intimação	JOAO FERREIRA ALVES - 193.253.204-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800225-26.2017.4.05.8306	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MARAVILHAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - 10.836.195/0001-68	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0801755-83.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Petição	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	AZOKA JOSE MACIEL GOUVEIA - 380.742.814-34	SIM

0802408-22.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Proferido despacho de mero expediente	FERREIROS PREFEITURA e outros - 11.361.870/0001-02	CARLOS EDUARDO BRITO DE ALBUQUERQUE e outros - 857.335.804-10	SIM
0804303-18.2016.4.05.8300 - (Segredo)	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Prestação de Alimentos	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	KURT HEINER GROSSMANN - 011.842.089-56	SIM
- Processo em Ordem.						
0800005-28.2017.4.05.8306	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	UNIFIT - UNIDADE DE FIOS INDUSTRIAIS DE TIMBAUBA S.A - 11.264.463/0001-87	SIM
0800006-13.2017.4.05.8306	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ITAPESSOCA AGRO INDUSTRIAL SA e outro - 10.318.806/0002-67	SIM
0800021-79.2017.4.05.8306	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - 27.184.936/0001-76	SIM
0800022-64.2017.4.05.8306	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	P R DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA. - 03.284.919/0001-42	SIM
0800031-60.2016.4.05.8306	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Metrológica	Expedição de expediente	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAMBE - 10.417.698/0001-07	SIM
0800036-48.2017.4.05.8306	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MONICA SOUZA FAUSTINO DA SILVA e outro - 034.565.374-25	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800102-62.2016.4.05.8306	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Conclusos para decisão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	COLUMBIA MOVEIS LTDA - ME - 41.079.021/0001-21	SIM
0800104-32.2016.4.05.8306	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Reativado	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	FLORIANO ALEXANDRE DE QUEIROZ - 089.939.714-04	SIM
0800128-31.2014.4.05.8306	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Conclusos para julgamento	MARIA LUCIA DA SILVA - 624.853.007-63	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800178-86.2016.4.05.8306	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	CLEITON RAMOS ALVES PEREIRA - null	SIM
0800192-36.2017.4.05.8306	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Diligências	Baixa Definitiva	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO EM RECUPERACAO JUDICIAL - 10.842.672/0001-06	SIM
0800206-54.2016.4.05.8306	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE GOIANA e outro -	HENRIQUE FENELON DE BARROS FILHO - 124.894.924-20	SIM
0800207-05.2017.4.05.8306	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTHONY BARBOSA MOURA e outros - 058.934.834-56	SIM
0800228-78.2017.4.05.8306	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FABIO JUNIOR DA SILVA - 034.965.744-02	SIM
0800229-63.2017.4.05.8306	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VALMIR CABRAL DE LIRA - 540.762.347-15	SIM

0800350-91.2017.4.05.8306	EXECUÇÃO DA PENA	Penas de Multa e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CELIO ALVES DOS SANTOS - 055.559.324-05	SIM
0800393-28.2017.4.05.8306	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão	ANA GRACIETE DE MORAIS e outro - 434.386.284-49	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800470-37.2017.4.05.8306	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CAVALCANTI & ARAUJO COMERCIO LTDA - ME e outros - 06.288.587/0001-62	SIM
0805489-76.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para despacho	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outros - 26.989.350/0001-16	ESPÓLIO DE UBYRATAN JOSÉ CAMARA DA SILVA e outros -	SIM
0806654-61.2016.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	JOSE ALBERTO FERREIRA PORTO e outros - 350.185.774-87	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0501134-54.2011.4.05.8306</a>	Desarquivado em 04/09/2017, permanecendo sem conclusão da secretaria.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora na prolação da sentença	<a href="#">0500286-57.2017.4.05.8306</a>	Desde 14.09.2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora na prolação de despacho inicial	<a href="#">0500634-75.2017.4.05.8306</a>	Demora no ato ordinatório (emenda à inicial) - inicial em 30/03/17, ato ordinatório em 09/05/17.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora para a realização da perícia	<a href="#">0500791-48.2017.4.05.8306</a>	Enviado à perícia em 06/07/17, laudo em 28/10/17.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0532385-79.2009.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500684-14.2011.4.05.8306</a>	
	<a href="#">0500217-30.2014.4.05.8306</a>	
	<a href="#">0502045-61.2014.4.05.8306</a>	
	<a href="#">0502154-41.2015.4.05.8306</a>	
	<a href="#">0502377-91.2015.4.05.8306</a>	
	<a href="#">0515896-20.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500239-20.2016.4.05.8306</a>	
	<a href="#">0500273-92.2016.4.05.8306</a>	
	<a href="#">0500338-87.2016.4.05.8306</a>	
	<a href="#">0500343-12.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500473-</a>		

<a href="#">02.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500681- 83.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500706- 96.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500914- 80.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500991- 89.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501301- 95.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501344- 32.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501458- 68.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501462- 08.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501537- 47.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501552- 16.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501617- 11.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501695- 05.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501832- 84.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501939- 31.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501943- 68.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501979- 13.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501983- 50.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502014- 70.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502059- 74.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502066- 66.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502105- 63.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502155- 89.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502170- 58.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502207- 85.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502360- 21.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502388- 86.2016.4.05.8306</a>	

<a href="#">0502425- 16.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502428- 68.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502663- 35.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502675- 49.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502677- 19.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502679- 86.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0506173- 40.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0508006- 93.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500006- 86.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500011- 11.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500040- 61.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500086- 50.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500091- 72.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500097- 79.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500142- 83.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500147- 08.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500206- 93.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500221- 62.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500224- 17.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500233- 76.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500282- 20.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500290- 94.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500336- 83.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500372- 28.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500406- 03.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500415- 62.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500444-</a>	

<a href="#">15.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500482-27.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500488-34.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500515-17.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500594-93.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500615-69.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500662-43.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500694-48.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500705-77.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500723-98.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500754-21.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500756-88.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500759-43.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500870-27.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500889-33.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500891-03.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500972-49.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500977-71.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500996-77.2017.4.05.8306</a>	Concluso para sentença em 10.10.2017.
<a href="#">0501002-84.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501024-45.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501043-51.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501046-06.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501047-88.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501109-31.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501204-61.2017.4.05.8306</a>	
<a href="#">0501315-45.2017.4.05.8306</a>	

	<a href="#">0501374-33.2017.4.05.8306</a>	
	<a href="#">0501394-24.2017.4.05.8306</a>	
<b>Total de Ocorrências: 93</b>		
Processos irregularmente paralisados	<a href="#">0501541-84.2016.4.05.8306</a>	Petição pendente de exame desde 06/04/17 - anexo 35.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0514927-83.2008.4.05.8300</a>	Sem movimentação desde 27/09/2017.
	<a href="#">0500957-56.2012.4.05.8306</a>	Desde setembro/2017.
	<a href="#">0500634-75.2017.4.05.8306</a>	Mov. 17/05/17, ato ordinatório em 05/07/17.
<b>Total de Ocorrências: 3</b>		

#### 6.25.10. Correição anterior e autoinspeção

Decorrências das determinações constantes do último relatório de correição:

- Os servidores foram instruídos a efetuar o preenchimento imediato do termo de recebimento dos processos no momento da devolução à vara;

- O protocolo foi separado da secretaria da vara, evitando-se a juntada de petições sem protocolo;

- Reforçou-se a necessidade de observação da ordem cronológica dos atos processuais;

- Foram adotadas medidas para evitar a demora no trâmite processual como: orientação para conclusão dos processos imediatamente após a juntada das petições e estabelecimento de cronograma e prazos para a realização das atividades.

Quanto ao prazo para remeter os autos à Fazenda Nacional, a vara esclareceu que a carga dos autos é feita em sextas-feiras alternadas, o que pode demandar um prazo maior para as intimações de decisões proferidas em data próxima ao dia da última carga/remessa.

Em face da última autoinspeção, observou-se o seguinte: - foram fixados prazos para execução de tarefas; indicados procedimentos a serem adotados na juntada de expedientes, realização de carga/recebimento de processos, utilização do PJE, efetivação do BACENJUD, atendimento no balcão, designação de audiências e localização de processos; - apontados modelos de despachos e expedientes a serem utilizados em casos específicos; - indicado procedimento a ser seguido no caso de férias de servidores para evitar a paralisação de atividades.

As metas estabelecidas foram cumpridas parcialmente.

#### 6.25.11. Considerações finais

A 25ª vara federal está instalada em uma edificação antiga (prédio tombado, cedido pela Prefeitura), com problemas de infiltração e mofo, necessitando de urgente reforma, do contrário haverá risco de deterioração severa da estrutura física do imóvel, bem como de comprometimento da saúde da magistrada e servidores.

Por ocasião da visita a essa unidade, foi informado a esta corregedoria que existe licitação em andamento para fins de realização de reforma nas instalações da vara.

A despeito da situação acima narrada, durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 25ª vara federal funciona de modo adequado.

## **6.26. 26ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PALMARES/PE**

### **6.26.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 26ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/09 e instalada pela Resolução nº 18/2010 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 26ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988 e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001. A unidade funciona no prédio-sede da subseção, localizado na Rua Quilombo dos Palmares, 555, Centro, Palmares/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h, de forma ininterrupta.

### **6.26.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 26ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 17 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciárias - área judiciária, 01 analista judiciária - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

#### **6.26.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Tarcísio Corrêa Monte, exerce a magistratura desde 5/09/2012, atuando na 26ª vara federal/PE desde 07/01/2015.

Nos últimos 24 meses, houve, em relação ao magistrado, os seguintes afastamentos:

- Férias: 08/08/16 a 06/09/2016 e 20/11/2017 a 19/12/2017;

- Licenças: 19/10/15 a 30/04/2016 (mestrado na Espanha).

O magistrado reside na cidade onde se localiza da vara.

### 6.26.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 26ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Adriana de Oliveira Ponte	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC4	Superior Completo + Pós-Graduação	Administração
Anderson Fernando Mendes da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC4	Superior completo	Administração
Rodrigo Duarte Barbosa	Tecnico Judiciário - Area de Segurança e Transporte	Recebe Gratificação - GAS	Superior Incompleto	Gestão Pública
Clarice Neves Florêncio Soares	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC5	Superior completo + pós-graduação	Administração
Iolanda Cristina Pontes Santos	Analista Judiciário - Area Administrativa	FC5	Superior completo + pós- graduação	Administração
Fabiana Maria Macedo de Farias	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	Superior completo + pós- Graduação	Direito
Lucas Henriques de Araújo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC5	Superior completo	Direito
Taciana Brasileiro Zandavalli	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC5	Superior completo + pós- graduação	Publicidade e Direito
Vivian Karlla S. Farias de Souza	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	Superior completo + pós- Graduação	Direito
Flavio Augusto Rodrigues de Lima	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	Superior completo + pós- Graduação	Direito
Newton Banks da Rocha Neto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC4	Superior completo	Biologia
Elma Maria de Oliveira	Técnico Judiciário –	-	Superior completo + pós- Graduação	Turismo

	Área Administrativa			
Ana Claudia Gondim Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	Superior completo	Jornalismo
Diego de Lima Ludgero	Analista Judiciário – Execução de Mandados	-	Superior completo + pós-graduação	Direito
Otávio Calixto do Nascimento Neto	Analista Judiciário – Execução de Mandados	-	Superior completo	Direito
Edilson Alexandre da Silva	Técnico Judiciário - Área de Segurança e Transporte	FC5	Mestrado completo	Sociologia
Soraya dos Santos Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC5	Superior completo	Nutrição

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 26ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 07 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Não há servidor efetivo da vara cedido a outro órgão.

São 02 os servidores requisitados (com vínculo com o serviço público) em exercício na 26ª vara/PE: Lucas Andrade Barreto (Prefeitura Municipal de Teixeira de Freitas) e Bruno José Acioly Galvão Costa (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco).

Inexistem na vara servidores sem vínculo com o serviço público.

Não há servidor prestando auxílio à 26ª vara/PE.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, estava afastada de suas atividades 01 servidora, por motivo de licença-maternidade.

São 02 as funções comissionadas vagas: supervisor assistente do gabinete do juiz titular (FC04) e supervisor assistente do gabinete do juiz substituto (FC04).

### **6.26.2.3. Estagiários**

Há 03 vagas de estágio previstas para unidade, estando apenas uma ocupada.

Os estagiários atuam em diversos setores, auxiliando na elaboração de minutas e expedientes, na organização processual e na prática de outros atos inerentes ao andamento processual.

### **6.26.3. Organização da 26ª vara federal**

Dentre os servidores da 26ª vara federal de Pernambuco, 05 exercem suas

atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

#### **6.26.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara conta com 05 (cinco) servidores: 01 servidor (Newton Rocha) trabalhando no setor de execuções fiscais, 03 servidores (Elma Maria, Ana Claudia e Soraya Silva) no setor cível e 01 servidor (Bruno José) no setor criminal.

A secretaria do juizado dispõe de 04 (quatro) servidores, quais sejam, Iolanda Cristina, Clarice Neves, Rodrigo Duarte e Adriana Pontes, sendo a divisão do trabalho, em tal secretaria, feita através das caixas do sistema CRETA.

A divisão na secretaria da vara é feita por setores, sendo cada supervisor do setor responsável pela organização e distribuição das tarefas.

Os processos físicos em secretaria são organizados por assunto e classe nas prateleiras, havendo indicação através de etiquetas de processos prioritários e de metas a serem cumpridas. Já com relação aos processos eletrônicos, os mesmos são organizados de acordo com as caixas existentes no sistema PJE, sendo que o próprio sistema já faz o destaque daqueles que merecem prioridade, através de avisos e também por anotações colocadas em cada processo.

O controle do acervo físico é feito de forma sistêmica através da emissão periódica de relatórios, bem como pelo acompanhamento da evolução de cada setor em particular. No que se refere aos processos digitais, os mesmos são aferidos através das telas dos sistemas em que tramitam, bem como pela observação e emissão de relatórios.

#### **6.26.3.2. Gabinete do juiz federal**

No gabinete, trabalham 05 servidores. Neste setor especificamente existe uma divisão de dígito entre eles, ou seja, todos os servidores da assessoria laboram com os processos cíveis, criminais e fiscais, sendo a antiguidade o fator determinante de quais processos serão apreciados.

Processos prioritários possuem fila própria em relação aos demais, recebendo assim cumprimento em tempo menor.

#### **6.26.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 26ª vara federal**

O juiz participa de reuniões periódicas com os servidores (do gabinete e da secretaria de forma conjunta). Nessas reuniões, são discutidas as metas a serem estabelecidas, bem como a forma como estas serão executadas. Expõem-se ainda quais as metas já atingidas e se há a necessidade de revisar ou modificar alguma rotina para o cumprimento do quanto estabelecido.

Além disso, sempre é disponibilizado aos servidores espaço para questionamentos e debates das propostas apresentadas, bem como para relatar eventuais dificuldades que porventura possam ser identificadas, oferecendo, também, na ocasião, a oportunidade para apresentação de sugestões para corrigir as interferências detectadas.

#### **6.26.5. Planejamento das atividades da 26ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

A vara trabalha com metas individuais e gerais. A meta individual da assessoria consiste em proferir despachos e decisões em 5 dias úteis e sentenças em 10 dias úteis, com

exceção dos casos mais complexos que envolvem as operações criminais e as ações de improbidade administrativa com um maior grau de dificuldade, nos quais os prazos são fixados em 30 dias corridos.

A secretaria tem como metas: cumprir em, no máximo, 05 dias todos os expedientes e não deixar processo sem movimentação por mais de 30 dias. A meta geral é a de reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos em tramitação na vara.

A avaliação das metas é feita de forma mensal, por meio da emissão de relatórios e conferência de acervo pelos respectivos servidores, bem como pela aferição de relatório setorial.

#### **6.26.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 26ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

O atendimento ao público, a advogados, às partes e aos procuradores é realizado tanto no balcão da vara quanto no balcão do JEF. Em regra, não existe fila de espera para o atendimento, o qual é realizado por ordem de chegada, sendo as partes atendidas pelos servidores responsáveis pelo setor do qual se busca a informação.

O atendimento também é feito no gabinete do magistrado, por ordem de chegada.

A vara não realiza pesquisa formal de satisfação do atendimento prestado, todavia, havendo alguma reclamação, crítica e/ou elogio, estes são prontamente levados em consideração para a otimização do trabalho de atendimento ao público.

#### **6.26.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

No momento do preenchimento do formulário de gestão, a vara contava com 3.999 processos (físicos e eletrônicos) em andamento. Logo, a relação do número de processos com o número de servidores em atividade (18) na unidade é de 222,16.

Em novembro/2017, havia 12 processos conclusos para sentença. Inexistiam feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, existiam 94 processos sobrestados (Tebas: 07, Creta: 37, PJe: 50). As razões estão indicadas abaixo:

PJE - 32 processos - remessa ao TRF, 01 processo - arquivamento provisório, 17 processos suspensos;

Creta - 37 processos, todos suspensos aguardando julgamento do STJ;

TEBAS - 07 processos, sendo 06 (seis) suspensos por força do artigo 40 da Lei 6.830/80 e 01 suspenso em virtude do parcelamento do débito fiscal.

Não se observou a existência, nos 24 meses anteriores à correição, o extravio ou a restauração de autos.

Não existem processos com pendências, com exceção daqueles processos que são remetidos para outros órgãos com a finalidade de se manifestarem no feito por determinação judicial.

Os números de audiências realizadas foram os seguintes:

- Juiz titular: 466; e
- Juízes substitutos que atuaram na vara: 265.

Foram realizadas 85 audiências de conciliação nos 24 meses anteriores ao início da correição.

Em igual período, foram adiadas ou canceladas 673 audiências, as quais foram remarçadas.

Foram realizadas 02 inspeções judiciais pelo magistrado titular nos últimos 24 meses, a contar do início da correição.

#### **6.26.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

No momento da coleta destes dados (16/11/2017), 4.960 processos de conhecimento haviam sido distribuídos, ao passo que o número de feitos julgados chegou à ordem de 4.853.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade informou estar cumprindo a referida meta.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade informou estar cumprindo a referida meta.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

A unidade informou estar cumprindo a referida meta.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

A unidade informou estar cumprindo a referida meta.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A unidade informou estar cumprindo a referida meta.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos**

**criminais no ano corrente.**

A unidade informou estar cumprindo a referida meta.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

A unidade informou estar cumprindo a referida meta.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 26ª vara federal vem cumprindo tais exigências. A única dificuldade enfrentada ocorre quando a prisão é definitiva e a soltura é realizada na fase de execução penal, pelo juízo estadual, uma vez que o sistema não permite o cadastro da ocorrência (data da soltura) sem o código do juiz da soltura.

### **6.26.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 49 processos físicos, 100 processos do Creta e 85 processos do PJe (quando da correição tinham 3.999 processos em tramitação ajustada).

#### **6.26.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.26.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE ETIQUETA DE PRESCRIÇÃO EM PROCESSO CRIMINAL:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0000441852015405830	7
Criminal	0000441512016405830	7

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0000021172014405830	Da petição de fls. 718/720.
Criminal	0000225902016405830	Da petição de fls. 71/76.

<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Improbidade Administrativa	0000013402014405830	7

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Desapropriação	0006062262011405830	Ausência de conclusão

	0	para o laudo juntado em 14/09/2017.
Civil Pública	0000111252014405830 7	
Criminal	0000227602016405830 7	Demora superior a 30 dias para conclusão datada de 14/11/2017.
Civil Pública	0000020088300012463 0	De fl. 801.
Desapropriação	0014501022006405830 0	Ausência de conclusão para apreciar o ofício juntado em 02/10/2017.
Execução Fiscal	0019022772012405830 0	
Desapropriação	0005589162006405830 0	De fl. 897 (nov/15 a fev/16).
Criminal	0000021172014405830 7	Para prolação de sentença (v. fl. 718).
Improbidade Administrativa	0000624272013405830 7	
Desapropriação	0014634782005405830 0	Juntada em 25/05/14, conclusão em 03/12/14 e junt. em 28/04/17, e 12/06/17, conc. em 10/07/17).

#### DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	0000618202013405830 7	Do ofício de fl. 534.
Desapropriação	0014634782005405830 0	Petição de 23/01/17, juntada em 17/05/17).
Civil Pública	0000111252014405830 7	

#### DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0000600962013405830 7	Concluso em 27/09/2016; sentença em 17/03/2017.
Desapropriação	0005589162006405830 0	Do despacho de fl. 902 (mais de 60 dias).
Civil Pública	0012456542008405830 0	De 15.03.2016 a 17.06.2016.
Improbidade Administrativa	0017410072012405830 0	De 20.07.2016 a 31.01.2017.
Improbidade Administrativa	0011789292012405830 0	Da sentença (desde jul/17).
Improbidade Administrativa	0009212782012405830 0	De 17.08.2017 a 13.11.2017.
Improbidade Administrativa	0000012552014405830 7	De 25.07.2017 a 16.11.2017.

#### DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0000746812010405830 0	De 09.11.2016 a 27.03.2017.
Civil Pública	0000583312011405830 7	De 04.07.2016 a 16.02.2017.
Civil Pública	0004892872009405830	Concluso desde

	0	25/07/2017.
Criminal	0015671722007405830	Processo concluso desde
	0	06/06/2017.

<b>DEMORA NA PUBLICAÇÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0000428632013405830 3	Da decisão de fl. 173 (maio a ago/17 - fl. 174).
Improbidade Administrativa	0000624272013405830 7	Demora no cumprimento de despacho mandando intimar.

<b>DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Oposição	0000339972014405830 7	Sentença publicada desde março/17.
Execução Fiscal	0001113712002405830 0	
Desapropriação	0014495922006405830 0	Prazo findo em 05/12/16, certificado em 27/03/17.
Civil Pública	0000020088300012463 0	Fl. 876 (quase três meses).

<b>DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0000111252014405830 7	Despacho de março/17 ainda não cumprido.

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0011232472009405830 0	
Civil Pública	0012469532008405830 0	
Desapropriação	0014141282010405830 0	
Desapropriação	0014497622006405830 0	
Civil Pública	0000517462013405830 7	
Cautelar	0000126912014405830 7	
Execução Fiscal	0000189542016405830 5	
Civil Pública	0012466982008405830 0	
Improbidade Administrativa	0000579232013405830 7	
Improbidade Administrativa	0005507382013405830 0	

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0015671722007405830 0	Ausência de comprovação do cumprimento do

Desapropriação	0013306212002405830 0	despacho datado de 17/09/2015. Ausência de movimentação (recebimento dos autos em 10/janeiro/17, juntada em 17/março/17).
Desapropriação	0015007271996405830 0	Duas conclusões: em 26/07/17 e 08/08/17, despacho no mesmo dia, em 08/08/17, recebimento pela secretaria em 14/08/17 - último movimento (ausência de movimentação desde então).
Execução Fiscal	0019022772012405830 0	Atos fora de ordem cronológica (fls.74/75 e 76).
Execução Fiscal	0016193022007405830 0	Demora na expedição de c. precatória.
Desapropriação	0013306212002405830 0	Paralisação irregular (despacho datado de 21/03/17, determinando oficial cartório p/emitir certidão atualizada, sob pena de multa) ainda não cumprido.
Criminal	0000227602016405830 7	Ausência de etiqueta indicativa da prescrição.
Desapropriação	0006062262011405830 0	Laudo pericial juntado em set/2017 e processo permanece sem movimentação.
Desapropriação	0003814972005405830 0	Ausência de cumprimento da decisão datada de 01/08/2017.
Civil Pública	0000076652014405830 7	Ausência de cumprimento do despacho datado de 20/03/2017.
Civil Pública	0000600962013405830 7	Folhas não numeradas a contar da fl.148.
Ordinária	9800190287	Demora no cumprimento da decisão de fls. 682/684.
Criminal	0000265772013405830 7	Demora no cumprimento do despacho de fl. 433.
Civil Pública	0000020088300012463 0	Processo sem movimentação desde 14/09/17 (fl. 881).
Civil Pública	0000020088300012463 0	Ausência de certificação quanto ao decurso do prazo mencionado na certidão de fl. 880.
Improbidade Administrativa	0000509062013405830 7	Demora no cumprimento do

		despacho de fl. 270 (março a set/17 - fl. 273).
Desapropriação	0000618202013405830 7	Demora no cumprimento do despacho de fl. 535 (jan a set/17 - fl. 538).
Desapropriação	0000618202013405830 7	Termo de abertura de volume fora de ordem (fl. 519-B).
Civil Pública	0000428632013405830 3	Sem movimentação processual no período de maio/16 a jan/17 (fls. 166 e 167).
Improbidade Administrativa	0000031612014405830 7	Sem movimentação processual no período de nov/16 a mar/17 (fl. 144/146).
Desapropriação	0005589162006405830 0	Demora no cumprimento do despacho de fl. 863.
Desapropriação	0005589162006405830 0	Demora na abertura de vista (fls. 871 e 874).
Desapropriação	0005589162006405830 0	Ausência de movimentação processual desde ago/17 (fl. 943).
Civil Pública	0012456542008405830 0	Processo sem movimentação, desde 17.08.2017.
Improbidade Administrativa	0017410072012405830 0	Demora no cumprimento de despacho, de 31.01.2017 a 25.07.2017.
Improbidade Administrativa	0007524472013405830 0	Ausência de cumprimento do despacho de fl. 424.
Improbidade Administrativa	0000086122014405830 7	Demora excessiva no cumprimento de despacho, de 26.01.2017 a 09.11.2017.
Improbidade Administrativa	0000470092013405830 7	Aguardando cumprimento de despacho, desde 20.03.2017.
Improbidade Administrativa	0000013402014405830 7	Demora no cumprimento de despacho, desde 05.07.2017.
Improbidade Administrativa	0000604362013405830 7	Processo sem movimentação, desde 08.08.2017.
Desapropriação	0014495922006405830 0	Ausência de mov. de 26/01/15 a 20/05/15.
Desapropriação	0014495922006405830 0	Demora no cumprimento de despacho (desp. de 27/03/17, expedição de exp. em 16/08/17 - último movimento).

Desapropriação	0014634782005405830 0	Demora no cumprimento de despacho (desp. 03/12/14, intimação perito em 14/07/15).
Execução Fiscal	0002571452010405830 0	Ausência de movimentação desde agosto/17.
Improbidade Administrativa	0000624272013405830 7	Ausência de movimentação (juntada de petição em set/15 e nova juntada em fev/16).
Desapropriação	0014634782005405830 0	Ausência de movimentação (petição de 20/02/15, próx. mov. - encerramento vol. - em 14/07/15).

#### PARALISAÇÃO IRREGULAR:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa Civil Pública	0000031612014405830 7	Desde mar/17.
Execução Fiscal	0000583312011405830 7	Desde 20.03.2017.
Execução Fiscal	0016193022007405830 0	Decisão em 21/09/15 (vista à exequente), reiterada em inspeção (em 09/05/16 e em 20/03/17); vista à exequente em 31/03/17.
Civil Pública	0000076652014405830 7	Processo sem movimentação desde 20/03/2017.
Criminal	0015671722007405830 0	Processo sem movimentação entre 21/09/2015 e 06/06/2017.

#### Outras Observações:

Processo: 9800190287 Classe: Ordinária - Acórdão de 26/06/12. Acórdão dos embargos de declaração de 16/08/2012.

Processo: 00000200883000124630 Classe: Civil Pública - Sentença proferida em 17/10/11 anulada pelo Tribunal.

Processo: 00000783520144058307 Classe: Oposição - Apenso ao proc. n. 0000428-63.2013.4.05.8305.

Processo: 00001112520144058307 Classe: Civil Pública - distribuída originalmente na JEstadual. NA JF, em 06/05/14.

Meta 02.

Demora na juntada (petição de 29/01/15, juntada em 20/04/15).

Demora na conclusão (petição de 18/08/15, conclusão em 23/10/15).

Demora no cumprimento de despacho em inspeção (despacho de

20/03/17 ainda não cumprido).

Autos de oposição em anexo, proc. 0000339-9720144058307.

Processo: 00001269120144058307 Classe: Cautelar - Apensada ao processo 0000571-46.

Processo: 00003399720144058307 Classe: Oposição - ausência de movimentação desde a publicação da sentença (15/03/17), certificada em 22/03/17.

Processo : 00004286320134058303 Classe: Civil Pública - Redistribuída para a Justiça Federal em 03/07/13.

Processo: 00004418520154058307 Classe: Criminal - Juntar etiqueta indicativa da prescrição.

Processo: 00005090620134058307 Classe: Improbidade Administrativa - Sentença proferida em maio/14 anulada pelo Tribunal.

Processo: 00006242720134058307 Classe: Improbidade Administrativa - ausência de movimentação (juntada de petição em set/15 e nova juntada em fev/16).

Demora na conclusão (petição juntada em 25/08/17 - último movimento).

Demora no cumprimento de despacho (desp. de 25/07/17 ainda não cumprido).

Processo: 00011137120024058300 Classe: Execução Fiscal - redistribuído em 05/06/15.

Piloto. Suspensão por um ano finda em 31/07/17 - demora na certificação, ocorrida apenas em 14/11/17.

Processo : 00025714520104058300 Classe: Execução Fiscal - inicialmente na JEstadual. Grande devedor.

Conflito de competência. Redistribuição em 18/11/2015.

Ausência de termo/registro de recebimento de documento (malote digital enviado em 21/07/17).

Ausência de movimentação desde o recebimento do julgamento do conflito de competência (malote de julho, intimação em 14/11/17).

Processo: 00055073820134058300 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 25.06.2014.

Processo: 00055891620064058300 Classe: Desapropriação - Sentença proferida em 29/05/06 reformada, determinando-se o prosseguimento da ação.

Redistribuída para a 26a. Vara Federal/PE em 10/03/11.

Processo: 00124669820084058300 Classe: Civil Pública - Redistribuído em 19.09.2014.

Processo: 00124695320084058300 Classe: Civil Pública - Nova

sentença, após anulação pelo TRF, em 21/10/2014.

Processo : 00133062120024058300 Classe: Desapropriação - reativação em 14/10/2014

ausência de movimentação (recebimento dos autos em 10/janeiro/17, juntada em 17/ março/17).

Paralisação irregular (despacho datado de 21/03/17, determinando oficial cartório p/ emitir certidão atualizada sob pena de multa) ainda não cumprido.

Processo : 00141412820104058300 Classe: Desapropriação - Recomenda-se verificar o andamento do AGTR no TRF5.

Processo: 00144959220064058300 Classe: Desapropriação - trâns. em julgado em 17/05/12.

Processo: 00146347820054058300 Classe: Desapropriação - redistribuído em 20/05/2011.

Processo: 00150072719964058300 Classe: Desapropriação - redistribuição em 13/02/2017.

Duas conclusões em 26/07/17 e 08/08/17, despacho no mesmo dia, em 08/08/17, recebimento pela secretaria em 14/08/17 - último movimento (ausência de movimentação desde então).

Processo: 00161930220074058300 Classe: Execução Fiscal - redistribuição em 05/08/15.

Notícia de adesão a parcelamento.

Decisão em 21/09/15 (vista à exequente), reiterada em inspeção (em 09/05/16 e em 20/03/17), vista à exequente em 31/03/17.

Demora na expedição de c. precatória (despacho de 12/07/17, expedição em 14/11/17).

Processo: 00174100720124058300 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 10.02.2014.

Processo : 00190227720124058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Redistribuição em 18/05/15.

Atos fora de ordem cronológica (fls.74/75 e 76).

Demora na conclusão (petição em 18/07/16, conclusão em 02/02/17).

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo
Demora na conclusão					
0000618-20.2013.4.05.8307	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	MARCONI MEDEIROS DE MOURA -
0001424-28.2003.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - null	MASSA FALIDA USINA CENTRAL BARREIROS S/A -
0005171-73.2009.4.05.8300	AÇÃO PENAL	Falsidade ideológica	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCOS GOMES DOS PRAZERES - 235.624.714-91
0014634-78.2005.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - null	USINA ESTRELIANA LTDA. -
0019028-75.1998.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - null	MASSA FALIDA DA USINA CENTRAL BARREIROS e outro -
0800014-21.2016.4.05.8307	PROCEDIMENTO COMUM	Cancelamento / Duplicidade de CPF	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DAS GRACAS DE HOLANDA CARVALHO e outros - 193.126.364-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800025-16.2017.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	N J DA CRUZ ELETRODOMESTICOS - ME - 70.068.689/0001-71
0800043-76.2013.4.05.8307	IMISSÃO NA POSSE	Imissão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A e outro -	INALDO BEZERRA DA SILVA e outro - 326.797.344-91
0800046-60.2015.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	JOSE HILDO HACKER JUNIOR - 400.595.294-15
0800051-14.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA e outros - 00.375.972/0001-60	BARREIROS PREFEITURA - 10.110.989/0001-40
0800057-55.2016.4.05.8307	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NELSON RAPOSO BRAGA NETO - 640.823.004-06	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0800084-38.2016.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	MARCOS ANTONIO FERREIRA SOARES - 556.745.504-68
0800102-93.2015.4.05.8307	MANDADO DE SEGURANÇA	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AUGUSTO PAULO RODRIGUES NETO - 801.429.824-15	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE - 10.767.239/0001-45

0800104-63.2015.4.05.8307	CAUTELAR INOMINADA	Liminar	Juntada de Certidão de Intimação	ESPÓLIO DE JOSÉ FRANCELINO DE MOURA FILHO -	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00
0800137-19.2016.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0800148-82.2015.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	CLOVIS JOSE PRAGANA PAIVA e outros - 449.018.954-00
0800190-34.2015.4.05.8307	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	LENILDA CLAUDINO DE ANDRADE e outros - 022.649.194-34
0800190-97.2016.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA DE JESUS DO NASCIMENTO - ME - 07.057.077/0001-47
0800225-23.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE BELEM DE MARIA - 10.184.703/0001-70	JUCILENE GONCALVES FERREIRA DE MENEZES e outro - 426.406.444-91
0800290-52.2016.4.05.8307	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Profissional	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	MUNICIPIO DE RIBEIRAO - 11.343.910/0001-93
Lapso entre conclusão e prolação da sentença					
0800008-82.2014.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	WILSON DE LIMA E SILVA - 033.066.434-40
0800010-47.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE RIBEIRAO - 11.343.910/0001-93
0800031-62.2013.4.05.8307	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DAVIDE FERRI e outro - 026.716.284-71
0800065-32.2016.4.05.8307	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	BANCO DO BRASIL SA - 00.000.000/4442-35

0800104-63.2015.4.05.8307	CAUTELAR INOMINADA	Liminar	Juntada de Certidão de Intimação	ESPÓLIO DE JOSÉ FRANCELINO DE MOURA FILHO -	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00
0800168-73.2015.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Data de Início de Benefício (DIB)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800172-13.2015.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSE BARTOLOMEU DE ALMEIDA MELO - 091.248.534-53
Lapso entre distribuição e desp. inicial/liminar					
0800014-21.2016.4.05.8307	PROCEDIMENTO COMUM	Cancelamento / Duplicidade de CPF	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DAS GRACAS DE HOLANDA CARVALHO e outros - 193.126.364-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800398-47.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE BELEM DE MARIA - 10.184.703/0001-70	VALDECI JOSE DA SILVA - 579.412.894-15
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria					
0000076-65.2014.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Cartel	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	CENTURY CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e outro -
0000583-31.2011.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Atividade Política	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	AUGUSTO RODRIGUES COUTINHO DE MELO - 331.556.234-20
0014497-62.2006.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	MASSA FALIDA CONPNHANIA INDUSTRIAL DO NORDESTE BRASILEIRO e outro -
0015007-27.1996.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Erro de Procedimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - null	USINA ESTRELIANA LTDA -
0800003-55.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Concedida a Antecipação de tutela	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE AGUA PRETA - 10.183.929/0001-57
0800013-02.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Proferido despacho de mero expediente	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	TAMANDARE PREFEITURA - 01.596.018/0001-60

0800024-31.2017.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	B CALCADOS EIRELI - 10.689.248/0001-65
0800025-16.2017.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	N J DA CRUZ ELETRODOMESTICOS - ME - 70.068.689/0001-71
0800043-76.2013.4.05.8307	IMISSÃO NA POSSE	Imissão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A e outro -	INALDO BEZERRA DA SILVA e outro - 326.797.344-91
0800142-41.2016.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	USINA VITORIA LTDA - 03.995.531/0001-50
0800164-70.2014.4.05.8307	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Sustação/Alteração de Leilão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	USINA SANTA THERESINHA SA - 09.661.265/0001-05
0800168-73.2015.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Data de Início de Benefício (DIB)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800190-97.2016.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA DE JESUS DO NASCIMENTO - ME - 07.057.077/0001-47
0800191-53.2014.4.05.8307	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Petição	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outros - 17.234.244/0001-31	MARIA VIEIRA DA SILVA e outros -
0800195-22.2016.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	ANTENOR WANDERLEY SANTOS - EPP - 11.577.145/0001-76
0800219-21.2014.4.05.8307	PROCEDIMENTO COMUM	Acessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALEXANDRE MANOEL ALVES FILHO - 098.930.724-76	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04
0800348-89.2015.4.05.8307	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEBASTIAO JOSE DA SILVA e outros - 818.232.314-20	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00
0810918-87.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Econômica	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE CARLOS SOARES FERREIRA - 362.140.784-72

0811907-93.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Econômica e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GUILHERME CAVALCANTI DE PETRIBU DE ALBUQUERQUE MARANHÃO - 658.818.774-20
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão					
0014634-78.2005.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - null	USINA ESTRELIANA LTDA. -
0800003-55.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Concedida a Antecipação de tutela	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE AGUA PRETA - 10.183.929/0001-57
0800006-10.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE BELEM DE MARIA - 10.184.703/0001-70
0800008-77.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA - 11.343.902/0001-47
0800008-82.2014.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	WILSON DE LIMA E SILVA - 033.066.434-40
0800009-62.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE PALMARES - 10.212.447/0001-88
0800012-17.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DA COROA GRANDE - 10.111.631/0001-31
0800013-02.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Proferido despacho de mero expediente	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	TAMANDARÉ PREFEITURA - 01.596.018/0001-60
0800014-21.2016.4.05.8307	PROCEDIMENTO COMUM	Cancelamento / Duplicidade de CPF	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DAS GRACAS DE HOLANDA CARVALHO e outros - 193.126.364-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800014-84.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DE XEXEU - 12.888.517/0001-48
0800025-16.2017.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	N J DA CRUZ ELETRODOMESTICOS - ME - 70.068.689/0001-71

0800051-14.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA e outros - 00.375.972/0001-60	BARREIROS PREFEITURA - 10.110.989/0001-40
0800065-32.2016.4.05.8307	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	BANCO DO BRASIL SA - 00.000.000/4442-35
0800114-10.2015.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSE SEVERINO RAMOS DE SOUZA - 197.078.434-20
0800148-82.2015.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outro - 26.989.350/0001-16	CLOVIS JOSE PRAGANA PAIVA e outros - 449.018.954-00
0800172-13.2015.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSE BARTOLOMEU DE ALMEIDA MELO - 091.248.534-53
0800190-97.2016.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA DE JESUS DO NASCIMENTO - ME - 07.057.077/0001-47
0800191-53.2014.4.05.8307	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Petição	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outros - 17.234.244/0001-31	MARIA VIEIRA DA SILVA e outros -
0800195-22.2016.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	ANTENOR WANDERLEY SANTOS - EPP - 11.577.145/0001-76
0800205-66.2016.4.05.8307	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LIMA LTDA - ME - 03.572.011/0001-34
0800290-52.2016.4.05.8307	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Profissional	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	MUNICIPIO DE RIBEIRAO - 11.343.910/0001-93
0800527-49.2012.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Terreno de Marinha	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA QUITERIA ROCHA PIRES e outros - 055.327.104-06	Município de Tamandaré e outros -

Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão					
0000583-31.2011.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Atividade Política	Inspeção da Corregedoria-Geral	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro -	AUGUSTO RODRIGUES COUTINHO DE MELO
0001424-28.2003.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - null	MASSA FALIDA USINA CENTRAL BARREIROS S/A -
0005171-73.2009.4.05.8300	AÇÃO PENAL	Falsidade ideológica	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCOS GOMES DOS PRAZERES - 235.624.714-91
0006062-26.2011.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - null	MARIA DULCE DUARTE DA SILVEIRA BARROS e outro - 426.231.624-68
0800004-40.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	BARREIROS PREFEITURA - 10.110.989/0001-40
0800007-92.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CATENDE PREFEITURA - 10.186.138/0001-80
0800008-77.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA - 11.343.902/0001-47
0800009-62.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE PALMARES - 10.212.447/0001-88
0800011-32.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Concedida a Antecipação de tutela	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE SAO BENEDITO DO SUL - 10.145.803/0001-98
0800012-17.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE SAO JOSE DA COROA GRANDE - 10.111.631/0001-31
0800014-21.2016.4.05.8307	PROCEDIMENTO COMUM	Cancelamento / Duplicidade de CPF	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DAS GRACAS DE HOLANDA CARVALHO e outros - 193.126.364-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800014-84.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DE XEXEU - 12.888.517/0001-48
0800071-10.2014.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO VICENTE DE SOUZA ALBUQUERQUE - 124.588.724-68
0800084-38.2016.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	MARCOS ANTONIO FERREIRA SOARES - 556.745.504-68

0800084-72.2015.4.05.8307	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUCIVANIA MARIA DA SILVA e outros - 029.716.574-77	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0800102-93.2015.4.05.8307	MANDADO DE SEGURANÇA	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AUGUSTO PAULO RODRIGUES NETO - 801.429.824-15	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE - 10.767.239/0001-45
0800113-25.2015.4.05.8307	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALUISIO DA CUNHA MORAES FILHO - 037.545.374-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0800114-10.2015.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSE SEVERINO RAMOS DE SOUZA - 197.078.434-20
0800137-19.2016.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Competência do Órgão Fiscalizador	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0800191-53.2014.4.05.8307	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Petição	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outros - 17.234.244/0001-31	MARIA VIEIRA DA SILVA e outros -
0800219-21.2014.4.05.8307	PROCEDIMENTO COMUM	Acessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALEXANDRE MANOEL ALVES FILHO - 098.930.724-76	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04
- Processo em Ordem.					
0000097-07.2015.4.05.8307	EXECUÇÃO DA PENA	Estelionato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCONDES BUARQUE DE LIMA -
0000111-25.2014.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE GAMELEIRA - 11.343.902/0001-47	MARIA JOSÉ DOS SANTOS -
0000118-80.2015.4.05.8307	EXECUÇÃO DA PENA	Crimes de Responsabilidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO HUMBERTO BARRETO - 452.589.884-49
0000204-51.2015.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE AGUA PRETA - 10.183.929/0001-57	PAULO HUMBERTO BARRETO - 452.589.884-49
0000348-25.2015.4.05.8307	AÇÃO PENAL	Moeda Falsa / Assimilados	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PATRIK BRUNO SILVA DE ARAUJO - 109.610.614-05

0000509-06.2013.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GERCINO GONÇALVES DE LIMA NETO -
0000579-23.2013.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Apropriação indébita Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	OTACILIO ALVES CORDEIRO - 003.871.934-72
0003814-97.2005.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	USINA 13 DE MAIO SA - 10.613.727/0001-06
0005589-16.2006.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	MARIA DE LOURDES LESSA FERREIRA - 803.304.014-91
0011232-47.2009.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ANTONIO CLAUDIO CYSNEIRO CAVALCANTI JUNIOR -
0012456-54.2008.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Legitimidade para propositura de Ação Civil Pública	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	AGENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH e outro - 06.052.204/0001-52
0012463-46.2008.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental	Juntada de Petição	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	VITORIA AGRO COMERCIAL LTDA. - 04.445.061/0001-13
0012466-98.2008.4.05.8300	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA -	INTERIORANA SERVICOS E CONSTRUcoes LTDA - 01.490.787/0001-80
0012905-22.2002.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	MASSA FALIDA DA USINA CENTRAL BARREIROS S/A e outro -
0013170-38.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Recurso	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOAO BATISTA MARQUES DOS SANTOS -

0013306-21.2002.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - null	MASSA FALIDA DA USINA CENTRAL BARREIROS S/A -
0014495-92.2006.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	MASSA FALIDA CONPANHIA INDUSTRIAL DO NORDESTE BRASILEIRO -
0014501-02.2006.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - null	MASSA FALIDA CONPANHIA INDUSTRIAL DO NORDESTE BRASILEIRO -
0017410-07.2012.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CONSTRUTORA IPANEMA LTDA - ME e outros - 04.202.582/0001-40
0800133-79.2016.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Material e outros	Conclusos para despacho	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	Defesa Cível de Pernambuco - CODECIPE e outros -
0800224-38.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE BELEM DE MARIA - 10.184.703/0001-70	JUCILENE GONCALVES FERREIRA DE MENEZES e outro - 426.406.444-91
0800224-72.2016.4.05.8307	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANSELMO LUIZ FARIAS BARRETO - 306.656.804-06	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO e outro - 10.767.239/0005-79
0800384-63.2017.4.05.8307	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARAIAL PREFEITURA - 10.193.332/0001-93	MARCOS ANTONIO FERREIRA SOARES - 556.745.504-68
0800395-92.2017.4.05.8307	AÇÃO POPULAR	Indenização por Dano Material e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SALATIEL PEDRO BATISTA - 891.815.574-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04
0800493-77.2017.4.05.8307	AÇÃO POPULAR	Bloqueio de Valores de Contas Públicas	Juntada de Certidão de Intimação	ITALO RICARDO OLIVEIRA DE LIMA - 072.301.244-09	JOSIBIAS DARCY DE CASTRO CAVALCANTI e outro - 007.107.924-68
0807953-39.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato	Juntada de Memoriais	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	EULER SALAZAR DE FREITAS e outro -
0811125-86.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Econômica	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ELTON JOSE LIMA DA CRUZ - 053.534.474-09

Tempo de permanência do processo no Min. Público					
0001424-28.2003.4.05.8300	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - null	MASSA FALIDA USINA CENTRAL BARREIROS S/A -
Tempo permanência do processo na Contadoria Juízo					
0800084-72.2015.4.05.8307	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUCIVANIA MARIA DA SILVA e outros - 029.716.574-77	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0500202-87.2016.4.05.8307</a>	Petição de 29/08/17, conclusão em 23/11/17.
	<a href="#">0500235-77.2016.4.05.8307</a>	Informação em 23/08/17, conclusão em 10/11/17.
	<a href="#">0503842-98.2016.4.05.8307</a>	Na assessoria em 27/04/17, conclusos em 21/06/17; na assessoria em 18/07/17, conclusos em 01/09/17 e na assessoria em 23/09/17, conclusos em 01/12/2017.
	<a href="#">0500507-37.2017.4.05.8307</a>	De 22/06/16, conc. em 18/08/17 e de 24/08/17, conc. em 24/11/17.
<b>Total de Ocorrências: 4</b>		
Demora/ausência na conclusão para sentença	<a href="#">0501147-74.2016.4.05.8307</a>	De 27/07/2016 até 15/12/2016.
	<a href="#">0500025-89.2017.4.05.8307</a>	Na assessoria em 20/09/17, conclusos em 01/12/2017.
	<a href="#">0500590-53.2017.4.05.8307</a>	De 06.09.2017 a 28.11.2017.
	<a href="#">0500902-29.2017.4.05.8307</a>	Na assessoria em 01/09/17, conclusos em 17/11/17.
	<a href="#">0501128-34.2017.4.05.8307</a>	Na assessoria em 12/09/17, conclusão em 24/11/17.
	<a href="#">0501481-74.2017.4.05.8307</a>	De 21.08.2017 a 18.11.2017.
	<a href="#">0501514-64.2017.4.05.8307</a>	Set-nov/2017.
	<a href="#">0501774-44.2017.4.05.8307</a>	Prazo expirado em 26/08/17, conc. em 24/11/17.
<b>Total de Ocorrências: 8</b>		
Demora na expedição de mandados/ofícios/editais/cartas precatórias	<a href="#">0503148-66.2015.4.05.8307</a>	Despacho de 09/02/17, expedição em 26/04/17.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora na prolação da sentença	<a href="#">0500289-09.2017.4.05.8307</a>	Conclusos desde 08/09/17, nova conclusão em 23/11/17.
	<a href="#">0501421-04.2017.4.05.8307</a>	Conclusão em 01/09/17 e sem sentença até o momento.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Demora na prolação de	<a href="#">0500298-</a>	Conclusão em 06/03/17, desp. em 17/07/17.

decisão/despacho	<a href="#">05.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0501192-78.2016.4.05.8307</a>	De 10.09.2017 a 01.12.2017.
	<a href="#">0503810-93.2016.4.05.8307</a>	De 10.03.2017 a 17.07.2017.
<b>Total de Ocorrências: 3</b>		
Demora para a realização da perícia	<a href="#">0500143-65.2017.4.05.8307</a>	O perito foi designado em março/2017, apenas apresentando a prova técnica em julho/2017.
	<a href="#">0500232-88.2017.4.05.8307</a>	Designação em 07/02/17, intimação do médico em 04/07/17 (demora da secretaria) - laudo entregue em 05/10/17.
	<a href="#">0501128-34.2017.4.05.8307</a>	Designação em 13/05/17, laudo em 24/08/17.
<b>Total de Ocorrências: 3</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0535417-29.2008.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0536900-94.2008.4.05.8300</a>	Desarquivado em 23/11/2017.
	<a href="#">0501136-84.2012.4.05.8307</a>	Desarquivado em 23/11/2017.
	<a href="#">0500910-45.2013.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500580-14.2014.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500820-66.2015.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500865-70.2015.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0501469-31.2015.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500968-58.2016.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500064-23.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500110-12.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500148-24.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500151-76.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500203-72.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500271-22.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500285-06.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500351-83.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500358-75.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500383-88.2016.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500396-</a>	

<a href="#">87.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500399- 42.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500416- 78.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500465- 22.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500468- 74.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500497- 27.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500501- 64.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500515- 48.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500561- 37.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500745- 90.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500754- 52.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500879- 20.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500920- 84.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501034- 23.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501076- 72.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501090- 56.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501160- 73.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501268- 05.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0502164- 48.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0502910- 13.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0503674- 96.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0503675- 81.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0503802- 19.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0503808- 26.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500582- 95.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504511- 39.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500462- 54.2017.4.05.8300</a>	

<a href="#">0500009- 38.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500031- 96.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500058- 79.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500064- 86.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500067- 41.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500068- 26.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500069- 11.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500070- 93.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500071- 78.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500081- 25.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500102- 98.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500152- 27.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500165- 26.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500192- 09.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500209- 45.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500357- 56.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500508- 22.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500753- 33.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500889- 30.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500937- 86.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501199- 36.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501267- 83.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501350- 02.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501355- 24.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501542- 32.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501575- 22.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0501676-</a>	

	<a href="#">59.2017.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0501825-55.2017.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0501958-97.2017.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0502000-49.2017.4.05.8307</a>	
<b>Total de Ocorrências: 76</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0500745-27.2015.4.05.8307</a>	De 29/08/17 a 23/11/17.
	<a href="#">0500332-77.2016.4.05.8307</a>	Último movimento em 22/09/17.
	<a href="#">0503810-93.2016.4.05.8307</a>	Desde 28.09.2017.
	<a href="#">0500232-88.2017.4.05.8307</a>	Na secretaria em 06/10/17, ato ordinatório em 01/12/17.
	<a href="#">0500563-70.2017.4.05.8307</a>	Desde set/2017.
	<a href="#">0500541-94.2017.4.05.8312</a>	Desde 29/08/17 (nova conclusão em 23/11/17).
<b>Total de Ocorrências: 6</b>		

#### **6.26.10. Correição anterior e autoinspeção**

A unidade informou que as recomendações da correição anterior estão sendo cumpridas. Foi destacado que os prazos fixados para os servidores cumprirem suas atividades são menores do que os previstos no CPC/2015. A juntada de expedientes tem sido feita semanalmente. Em processos de grande complexidade, é feita a juntada de índice para facilitar o manuseio dos autos.

Não foram pontuadas metas específicas após a última autoinspeção, todavia as metas estabelecidas estão sendo cumpridas.

#### **6.26.11. Considerações finais**

A 26ª vara federal conta, em geral, com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no proferimento de despacho;
4. Demora para cumprimento de despacho; e
5. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente),

registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRESTA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 26ª vara federal funciona adequadamente.

## **6.27. 27ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE OURICURI/PE**

### **6.27.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 27ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 19/2010 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 27ª vara federal detém competência plena comum com o JEF adjunto. A unidade funciona na Rua José Tomaz Aquino, s/n, Centro, Ouricuri/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.27.2. Corpo funcional -juiz federal e servidores**

A 27ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 15 servidores efetivos, sendo 03 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados e 10 técnicos judiciários - área administrativa.

Registre-se que há 01 cargo vago de analista judiciário – decorrente de posse em cargo inacumulável.

#### **6.27.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Carlos Vinícius Calheiros Nobre, exerce a magistratura desde 15/01/2014, atuando na 27ª vara federal desde 23/05/2016.

A contar de 23/05/2016, o magistrado esteve afastado pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias: 18/07/2016 a 16/08/2016, 20/11/2016 a 04/12/2016, 24/04/2017 a 08/05/2017, 17/07/2017 a 15/08/2017 e 16/10/2017 a 14/11/2017;

Compensação de plantão forense: 30/06/2017;

Participação em curso: 03 a 05/10/2017.

O juiz federal titular reside na região metropolitana onde se situa a vara.

#### **6.27.2.2. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 27ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
ANA KELLY A. SIQUEIRA COELHO	ANAL. JUD	CJ-03	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
ANTONIO VICTOR DA SILVA	TÉC. JUD.	FC-04	SUPERIOR COMPLETO	ENFERMAGEM, atualmente cursando Direito
CASSIO ANTONIO F. LIMA	OFICIAL JUSTIÇA		SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
DANILO DOS SANTOS GUIMARÃES	TÉC. JUD.	FC-04	SUPERIOR COMPLETO	GESTÃO AMBIENTAL, atualmente cursando Direito
ÉRICO RAMOM ALVES OLIVEIRA	TÉC. JUD.	FC-04	SUPERIOR COMPLETO	EDUCAÇÃO FÍSICA, atualmente cursando Direito
JOSÉ AFRO PEREIRA DA CUNHA NETO	TÉC. JUD.	FC-02	SUPERIOR INCOMPLETO	TECNOLOGIA EM SERVIÇOS JURÍDICOS E NOTARIAIS
LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS	TÉC. JUD.	FC-04	SUPERIOR INCOMPLETO	TECNOLOGIA EM SERVIÇOS JURÍDICOS E NOTARIAIS
MARCIA RENATA DIAS. COELHO LOPES MACHOQUEIRA	OFICIAL JUSTIÇA		SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
MARCONIO JOSE N. PEREIRA	TÉC. JUD.	FC-05	SUPERIOR INCOMPLETO	LETRAS
PEDRO AURÉLYO LYRA BARRETO	TÉC. JUD.	FC-04	SUPERIOR COMPLETO	
RAFAEL SOUZA DE OLIVEIRA	TÉC. JUD.		SUPERIOR COMPLETO	GESTÃO EM PROCESSOS GERENCIAIS, atualmente cursando Direito
RENILDO ARGOLO NERY	ANAL. JUD	FC-05	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
RICARDO CAVALCANTI DIAS	TÉC. JUD.	FC-05	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
RODRIGO ROSAS PINTO	TÉC. JUD.	FC-05	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
RÔMULO FRAGOSO DE ALMEIDA	ANAL. JUD.	FC-04	SUPERIOR COMPLETO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
VIRGINIA CANDIDA DE SOUZA G.Q.T. DE BARROS	ANAL. JUD.	FC-04	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 27ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que

07 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura, neste cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Não há servidores requisitados em atuação na vara.

Inexistem servidores da vara cedidos a outros órgãos.

Há 01 função comissionada vaga (FC04).

Não atuam na unidade pessoas sem vínculo com o serviço público nem serventuários em auxílio.

Há uma servidora afastada para acompanhamento de cônjuge, lotada na Subseção de Petrolina/PE, desde agosto 2013.

### **6.27.2.3. Estagiários**

Há 04 vagas de estagiários previstas para unidade, estando apenas 03 ocupadas.

Os estagiários exercem suas atividades na secretaria e no gabinete. Há um rodízio de atividades e a cada três meses os estagiários do gabinete vão para secretaria e os da secretaria vão para o gabinete, de modo que tenham eles uma visão global do trabalho realizado em uma vara federal.

### **6.27.3. Organização da 27ª vara federal**

Dentre os servidores da 27ª vara federal de Pernambuco, 09 exercem suas atribuições na secretaria e 03 no gabinete.

#### **6.27.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara é organizada em 03 setores, quais sejam: a) juizado (sistema Creta), contando com 03 servidores e 01 estagiário, (b) setor cível e fiscal (sistema Tebas e Pje), contando com 05 servidores e (c) setor criminal, com 01 servidor. Ressalte-se que um desses servidores acumula algumas atribuições da secretaria com a elaboração dos cálculos.

Os processos da vara são organizados nas estantes, dentro de prazos determinados, o que facilita bastante o controle dos mesmos, uma vez que, findo aquele determinado prazo onde o processo encontra-se localizado, é dado o andamento ao referido processo, de forma que o feito seja sempre impulsionado, não ficando esquecido pela secretaria. Com relação aos processos prioritários, há também etiquetas informando a prioridade. Essa mesma sistemática é adotada no PJE através de caixas.

O controle e a verificação da situação do acervo são feitos por meio dos relatórios extraídos dos sistemas Tebas, Creta e PJe.

#### **6.27.3.2. Gabinete do juiz federal**

O gabinete possui 3 assessores. Os processos são divididos da seguinte forma: ações de improbidade administrativa ficam a cargo de um dos assessores, os processos criminais ficam a cargo de outro assessor e as execuções fiscais ficam sob a responsabilidade do terceiro assessor. Os demais processos cíveis e do JEF (Tebas, Creta e PJe) são divididos por dígito entre todos os assessores, salientando-se que o trabalho é realizado em parceria, de forma que os servidores sempre colaboram uns com os outros no cumprimento e divisão das tarefas.

Os processos localizados no gabinete são sempre sinalizados com etiquetas que mencionam a data de conclusão e o ato a ser realizado (despacho, decisão e sentença), de forma a facilitar o cumprimento dos prazos estabelecidos por esta corregedoria. No sistema PJE, os feitos são divididos em caixas específicas, por assessor, onde podem ser verificados a data de conclusão e o tipo de ato a ser realizado.

#### **6.27.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 27ª vara federal**

O juiz em exercício na unidade iniciou suas atividades em 23/05/2016 e durante este período realizou reunião para verificação e adequação das rotinas da secretaria com as determinações e prazos estabelecidos pela corregedoria-regional, bem como com o cumprimento das metas do CNJ. Saliente-se ainda que o contato do magistrado com os servidores é sempre muito aberto, de forma que em simples conversas o juiz já tece orientações acerca dos procedimentos a serem adotados pela equipe de trabalho.

#### **6.27.5. Planejamento das atividades da 27ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Planejamento mensal de julgamento do acervo de entrada igual ao do remanescente.

Avaliação mensal por meio dos relatórios extraídos dos sistemas Creta, Tebas e PJe.

#### **6.27.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 27ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

Em relação ao atendimento, na secretaria e no gabinete, adota-se o procedimento padrão de acordo com a LOMAN e o Código de Ética da Magistratura.

Do ponto de vista formal, a vara não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado. Contudo, considerando o bom relacionamento com jurisdicionados e demais usuários que vêm ao Juízo, eventuais sugestões ou críticas são sempre levadas em consideração como forma de melhorar a prestação jurisdicional.

#### **6.27.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia na vara 2.078 processos em tramitação (total ajustado). Nessa linha, considerando o número de servidores em atividade na unidade (16), a relação é de 129,85 processos por servidor.

Em outubro/2017, havia 313 processos conclusos para sentença (34 - Tebas, 248 - Creta, PJe - 31). Na ocasião, não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 471 processos sobrestados, nos seguintes termos:

- Art. 40 da Lei nº 6.830/80 - 353 processos;
- Art. 921, III, § 1º, do CPC - 20 processos;
- Aguardando julgamento de recurso/embargos - 25 processos;

- Parcelamento - 73 processos.

Não se observou o extravio ou a restauração de autos nos últimos 24 meses.

Não há processos com pendências para outros órgãos/setores, uma vez que a vara sempre diligencia as remessas e recebimentos dos feitos em tramitação.

Os números de audiências realizadas no período de dezembro/2015 a novembro/2017 estão abaixo indicados:

MESES	AUDIÊNCIAS TEBAS	AUDIÊNCIAS CRETA	AUDIÊNCIAS PJE	TOTAL
DEZEMBRO DE 2015	0	61	1	62
JANEIRO DE 2016	0	73	0	73
FEVEREIRO DE 2016	0	0	0	0
MARÇO DE 2016	0	0	0	0
ABRIL DE 2016	0	0	0	0
MAIO DE 2016	0	59	0	59
JUNHO DE 2016	0	196	0	196
JULHO DE 2016	0	245	14	259
AGOSTO DE 2016	0	79	1	80
SETEMBRO DE 2016	1	73	20	94
OUTUBRO DE 2016	2	145	0	147
NOVEMBRO DE 2016	4	30	0	34
DEZEMBRO DE 2016	0	98	0	98
JANEIRO DE 2017	4	44	0	48
FEVEREIRO DE 2017	2	179	1	182
MARÇO DE 2017	4	156	8	168
ABRIL DE 2017	3	0	0	3
MAIO DE 2017	3	128	6	137
JUNHO DE 2017	1	123	1	125
JULHO DE 2017	3	48	9	60
AGOSTO DE 2017	0	144	0	144
SETEMBRO DE 2017	0	139	0	139
OUTUBRO DE 2017	2	0	0	2
NOVEMBRO DE 2017	0	28	3	31

O juiz titular realizou 02 inspeções ordinárias (uma em 2016 e outra em 2017).

Foram realizadas 446 audiências de conciliação nos 24 meses anteriores à correição.

No mesmo período, verificou-se o adiamento ou cancelamento de 178 audiências.

As audiências canceladas ou adiadas foram remarçadas posteriormente.

#### **6.27.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A meta vem sendo cumprida pela unidade com algumas ressalvas, visto que em alguns meses houve uma distribuição excessiva de processos.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A meta 2 vem sendo cumprida pelo JEF adjunto à 27ª vara federal, já que o acervo de

processos em tramitação foi ajuizado nos anos de 2015, 2016 e 2017. Todos os processos de 2012, 2013 e 2014 já foram julgados.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Informa a vara que a meta 3 foi cumprida, tendo em vista que muitos processos do JEF são conciliados. Em 2017, aproximadamente 2.800 processos foram distribuídos e em 437 feitos houve conciliação entre as partes. Em relação aos feitos do PJE, são designadas audiências de conciliação e, na maioria dos casos, não há acordo entre as partes.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Informou a vara que a meta não foi cumprida, mas que há uma boa quantidade de ações de improbidade administrativa em fase de alegações finais e com audiências já marcadas, que possivelmente seriam julgadas até o começo de 2018. Atualmente, o acervo tem 04 processos incluídos na meta 04.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

A unidade informou que a meta 5 não foi cumprida.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Meta cumprida, uma vez que não há ações coletivas em tramitação na vara com distribuição anterior ao ano de 2013.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Informa a 27ª vara federal que a meta foi cumprida, uma vez que foram baixados 45 processos criminais e distribuídos 42 em 2017.

**Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Essa meta não foi cumprida pela 27ª vara federal, uma vez que foram julgados 24 processos criminais em 2017 e distribuídos 42. Cumpre registrar que há uma quantidade considerável de processos criminais que envolvem crime de menor potencial ofensivo, o que acaba por ensejar a suspensão condicional do processo e por acarretar uma certa discrepância entre os processos distribuídos e julgados.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Meta cumprida. A unidade jurisdicional informou que não tramitam ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo. Em relação às ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, só há 01 processo em tramitação na 27ª vara que foi distribuído em 2016.

## Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional mantém atualizado o cadastro nacional de condenados por ato de improbidade administrativa.

## Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões

A 27ª vara federal vem cumprindo tais exigências.

### 6.27.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 55 processos físicos, 65 processos do PJe e 95 processos do Creta (quando da correição tinham 2.078 processos em tramitação ajustada).

#### 6.27.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.27.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

#### **AUSÊNCIA DE SUMÁRIO NA CONTRACAPA COM INDICAÇÃO DAS FOLHAS DOS ATOS PROCESSUAIS MAIS IMPORTANTES (AÇÕES CRIMINAIS E DE IMPROBIDADE):**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0000361232012405830	9

#### **AUSÊNCIA DE TERMO DE RECEBIMENTO DO PROCESSO NA VARA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0001415082004405830	8
Improbidade Administrativa	0000026332014405830	9
Civil Pública	0000271152012405830	Fls. 939/940.
	9	
Desapropriação	0000020088304000427	Fls. 798/799.
	1	
Criminal	0000361232012405830	9
Improbidade Administrativa	0000308502009405830	8

#### **DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0000065982012405830	De maio a outubro/2017.
	9	
Improbidade Administrativa	0000309902013405830	9

#### **DEMORA NA CONCLUSÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0000350572013405830	Demora entre a certidão de 16/05/2017 e a conclusão datada de 09/08/2017.
	9	

Criminal	0001170552008405830	
	8	
Improbidade Administrativa	0000025822013405830	
	9	
Execução de Título Extrajudicial	0006978652008405830	Certidão de 09/10/15, exp. de ofício em 30/03/16 e 23/05/16).
	0	

**DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	0000133822011405830	De decurso de prazo, de 05.09.2016 a 14.03.2017.
	9	

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000043352015405830	De fls. 57/60 (mais de 60 dias).
	9	
Improbidade Administrativa	0000334062013405830	
	9	
Embargos à Execução	0000215402016405830	Da sentença de fls. 243/245 (mais de 06 meses).
	9	
Improbidade Administrativa	0000025822013405830	
	9	
Improbidade Administrativa	0001895102009405830	
	8	
Ordinária	0000133822011405830	Da sentença, de 13.08.2015 a 13.07.2016.
	9	

**DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	0000008542010405830	De 22.04.2016 a 11.11.2016.
	8	
Ordinária	0000072562013405830	De 24.03.2015 a 22.10.2015.
	9	
Execução Penal	0000327822011405830	De fl. 924,
	9	
Ordinária	0000072562013405830	De 30.11.2015 a 23.05.2016.
	9	

**DEMORA NA PUBLICAÇÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	0000215402016405830	Da sentença de fls. 243/245 (mais de 30 dias).
	9	

**FEITO EM ORDEM:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0000351422013405830	
	9	
Oposição	0000019702016405830	
	9	
Criminal	0000092472013405830	
	9	
Criminal	0000309272012405830	
	8	
Civil Pública	0000082662014405830	
	9	

Execução Fiscal	0001651232005405830 8
Execução Fiscal	0000020088308001484 6
Execução Fiscal	0000020078308001753 3
Criminal	0000339282013405830 9
Desapropriação	0001550492006405830 8
Execução Fiscal	0000368332003405830 8
Improbidade Administrativa	0000297472011405830 9
Improbidade Administrativa	0000319372013405830 0
Improbidade Administrativa	0000331512013405830 9
Execução Fiscal	0800123331996405830 8
Execução Fiscal	0000184332010405830 8
Execução Fiscal	0001304582003405830 8
Execução Fiscal	0001605922009405830 8
Execução Fiscal	0000822132003405830 8
Execução Fiscal	0000514642009405830 8
Execução Fiscal	0001891412007405830 8
Execução Fiscal	0800800921998405830 8
Execução Fiscal	0001666212007405830 8
Execução Fiscal	0000060132011405830 9

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0001723392007405830 8	Cumprimento dos despachos datados de 21/01/2015 e 25/06/2015 realizado em 06/06/2016.
Improbidade Administrativa	0000008542010405830 8	Demora no cumprimento de decisão, desde 23.08.2017.
Execução de Título Extrajudicial Criminal	0006978652008405830 0 0001170552008405830 8	Ausência de movimentação. Demora na expedição documento (desp. 16/08/17, expedição de ofícios em 09/11/17).
Execução Fiscal	0000295432012405830 9	Demora no cumprimento do despacho de 11/10/16.
Desapropriação	0002016142004405830	Ausência de alteração

	8	da classe para cumprimento de sentença.
Desapropriação	0002016142004405830 8	Demora na juntada da petição de fl. 874 (mais de 30 dias).
Civil Pública	0000271152012405830 9	Demora no cumprimento da decisão de fl. 964 (mais de 30 dias).
Execução Penal	0000327822011405830 9	Atos processuais fora de ordem cronológica (fls. 923/924 e fls. 933/934).
Execução Fiscal	0000332592001405830 8	Demora no cumprimento da decisão de fl. 253.
Execução Fiscal	0000522512003405830 8	Despacho em 17/12/14, reiterado em 16/04/15 não cumprido, nova conclusão em 08/05/15.
Execução Fiscal	0000522512003405830 8	Ausência de movimentação (de 08/09/15 a 02/03/16).
Improbidade Administrativa	0000308502009405830 8	Processo sem movimentação, de 19.11.2015 a 22.06.2016.
Ordinária	0000072562013405830 9	Demora no cumprimento de despacho, de 27.09.2016 a 24.04.2017.
Ordinária	0000072562013405830 9	Processo sem movimentação, desde 28.07.2017.
Execução Fiscal	0000261342013405830 9	Demora no cumprimento do mandando.
Improbidade Administrativa	0001895102009405830 8	Ausência de movimentação (demora no cumprimento de despacho).
Improbidade Administrativa	0001140252005405830 8	Demora no cumprimento de despacho.

**PARALISAÇÃO IRREGULAR:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	0001140252005405830 8	Recebimento dos autos em 22/05/15, conclusão em 03/03/16.
Criminal	0000026672013505830 9	Maio a nov/17.
Criminal	0000026672013505830 9	Jul/15 a jan/16.

**Outras Observações:**

Processo : 00000085420104058308 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuição em 10.02.2011.

Processo : 00000200783080017533 Classe: Execução Fiscal - Apensado ao processo 0001651-23.2005.4.05.8308.

Processo: 00000200883040004271 Classe: Desapropriação - Redistribuída para a 27a. Vara em 17/02/11.

Processo: 00000200883080014846 Classe: Execução Fiscal - Apensado ao processo 0001651-23.2005.4.05.8308.

Processo: 00000258220134058309 Classe: Improbidade Administrativa - demora na prolação de decisão (conclusos em 24/04/15, decisão em 08/10/15).

Demora no cumprimento de despacho/na conclusão (dec. de 08/10/15, reiterado em 01/07/16, conclusão em 26/09/16).

Processo: 00000601320114058309 Classe: Execução Fiscal - Apensando ao Proc. de nº 0001666-21.2007.4.05.8308. Foram transladadas as cópias desta Decisão e das CDA's para o processo acima citado. Diante disso, foram arquivados estes autos e foi dada continuidade conforme o processo principal.

Processo : 00000659820124058309 Classe: Criminal - Processo suspenso em 17/06/13 (art. 366, CP).

Processo: 00001656620064058308 Classe: Execução Fiscal - Processo arquivado sem baixa na distribuição desde 18/02/2016.

Processo : 00001843320104058308 Classe: Execução Fiscal - Proc. Suspenso até 2018, prazo será contado a partir da data da intimação do Exequente, devendo este diligenciar na busca de outros bens penhoráveis do Executado durante este período.

Processo : 00002154020164058309 Classe: Embargos à Execução - Apenso à Execução Fiscal n. 0000043-35.2015.4.058309.

Processo: 00002613420134058309 Classe: Execução Fiscal - Processo enviado para baixa em 30/10/2014, sendo reativado em 28/04/2017.

Processo : 00002711520124058309 Classe: Civil Pública - Distribuído para a 27a. Vara em 02/08/12.

Processo: 00002954320124058309 Classe: Execução Fiscal - Conflito de competência julgado em 18/11/2015. Recomenda-se regularizar a capa do feito, uma vez que se trata da Execução Fiscal 295-43.2012.4.05.8309, e não do CC 3171-PE, este já transitado em julgado.

Processo: 00003092720124058308 Classe: Criminal - Processo esteve suspenso aguardando o cumprimento do Sursis.

Processo : 00003325920014058308 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído para a 27a. vara em 13/12/10.

Processo: 00003340620134058309 Classe: Improbidade Administrativa - demora excessiva na prolação de decisão (conclusão em 25/03/15, decisão em 07/10/15).

Processo: 00003392820134058309 Classe: Criminal - Processo suspenso aguardando perícia médica nos autos do Incidente de Insanidade Mental 181-65.2016, a ser realizada em 24/11/17.

Processo : 00003683320034058308 Classe: Execução Fiscal - Redistribuída para a 27a. Vara em 13/12/10.

Processo : 00005225120034058308 Classe: Execução Fiscal - redistribuído 13/12/2010.

Trânsito em julgado em 25/04/16.

Suspensão.

Processo: 00011402520054058308 Classe: Improbidade Administrativa - desp. inic. 02/02/04.

Trâns.julg. em 04/02/15.

Paralisação irregular (recebimento dos autos em 22/05/15, conclusão em 03/03/16).

Demora no cumprimento de despacho (desp. de 05/04/16, reiterado em 01/07/16, ato ordinatório em 17/11/16).

Processo : 00011705520084058308 Classe: Criminal - trânsito em julgado em 11/04/17.

Demora na conclusão (recebido do MP em 16/05/17, concluso em 31/07/17).

Demora na expedição de documento (desp. 16/08/17, expedição em 09/11/17).

Processo : 00014150820044058308 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 10.02.2011.

Processo : 00015504920064058308 Classe: Desapropriação - Distribuído para a 27a. vara em 23/03/17.

Processo: 00016059220094058308 Classe: Execução Fiscal - Baixado, reunido ao principal.

Processo: 00018951020094058308 Classe: Improbidade Administrativa - demora na prolação de decisão (conclusos em 28/04/15, decisão em 03/11/15).

Ausência de movimentação (juntada em 07/12/2015, certidão em 06/04/16- demora no cumprimento de despacho).

Processo : 00020161420044058308 Classe: Desapropriação - Redistribuição para a 27a. Vara/PE em 13/01/15.

Processo : 00069786520084058300 Classe: Execução de Título Extrajudicial - demora na conclusão (juntada de certidão int. em 12/01/15, conclusão em 24/03/15).

Ausência de movimentação (certidão de 09/10/15, exp. de ofício em 30/03/16 e 23/05/16).

Hasta pública -bem arrematado.

Processo: 08001233319964058308 Classe: Execução Fiscal - Foi

determinada a suspensão do curso da execução, por um período de 1 ano, devendo o Exequente diligenciar na busca do Executado e/ou seus bens penhoráveis durante este período, que terminará em 29/03/2018.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo
Demora na cobrança devolução de carta precatória					
0800262-78.2016.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	WAGNEER NASCIMENTO QUEIROZ DE BRITO e outros - 712.938.504-97
Demora na conclusão					
0800004-39.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEBASTIAO RODRIGUES e outro - 016.186.404-02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800006-43.2013.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSENILDO CONCEICAO CRUZ - 069.269.744-62
0800027-19.2013.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Demonstrativo das importâncias pagas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	NATALICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA - 248.623.804-25
0800035-93.2013.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA ROSINALVA DA SILVA e outros - 075.416.774-77	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800050-28.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	M. E. V. R. e outros - 112.747.294-16	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
0800055-50.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Contribuição sobre a folha de salários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IPUBI PREFEITURA - 11.040.896/0001-59	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0800072-86.2014.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SILVANA DANTAS RODRIGUES - 635.786.203-78
0800083-18.2014.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Demonstrativo das importâncias pagas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ANTONIA DA CONCEICAO FERREIRA - 598.464.374-04
0800103-09.2014.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANTONIO LUCINDO LEAL FILHO - 022.128.484-20
0800104-91.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Mútuos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	WILSON PAULO DE SOUZA - 020.995.794-82
0800270-55.2016.4.05.8309	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	COLEGIO DESTAK - S/C. - 11.474.863/0001-17

Demora na devolução de mandado					
0800085-85.2014.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Demonstrativo das importâncias pagas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA ARAUJO FERNANDES - 865.765.184-04
0800161-41.2016.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Profissional e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	MUNICIPIO DE BODOCO - 11.040.862/0001-64
0800181-32.2016.4.05.8309	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	JOSCEILTON DA SILVA SOUSA - 102.066.404-55
0800186-88.2015.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOÃO BOSCO COELHO PIMENTEL - null
0800370-02.2014.4.05.8302	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSE MORORO DE SOUZA - 028.842.054-38
Lapso entre designação de perícia e a realização					
0800004-39.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEBASTIAO RODRIGUES e outro - 016.186.404-02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria					
0000397-26.2016.4.05.8309	AÇÃO PENAL	Alienação ou Oneração Fraudulenta de Coisa Própria	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - null	IRACEMA MARIA SILVA DE OLIVEIRA LIMA - 093.334.194-62
0800004-39.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEBASTIAO RODRIGUES e outro - 016.186.404-02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800009-35.2012.4.05.8308	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DANIEL DUTRA GOMES ENEAS - 051.499.954-36
0800027-19.2013.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Demonstrativo das importâncias pagas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	NATALICIA RODRIGUES DE OLIVEIRA - 248.623.804-25
0800085-85.2014.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Demonstrativo das importâncias pagas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA ARAUJO FERNANDES - 865.765.184-04

0800093-62.2014.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DANIELLE DE ALMEIDA PEREIRA - 011.666.694-32
0800104-91.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	WILSON PAULO DE SOUZA - 020.995.794-82
0800180-81.2015.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Demonstrativo das importâncias pagas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	FRANCISCO RIVALDO SILVA SOUSA - 021.314.463-81
0800186-88.2015.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOÃO BOSCO COELHO PIMENTEL - null
0800191-76.2016.4.05.8309	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	F ALVES DA SILVA - EPP - 08.046.614/0001-16
0800228-06.2016.4.05.8309	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JORGE PAULO DE MACEDO - ME - 10.920.464/0001-70
0800249-79.2016.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	EMMANUEL FERNANDES DE FREITAS GOIS - ME e outros - 07.228.928/0001-77
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão					
0800004-39.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEBASTIAO RODRIGUES e outro - 016.186.404-02	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800006-43.2013.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSENILDO CONCEICAO CRUZ - 069.269.744-62
0800009-35.2012.4.05.8308	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DANIEL DUTRA GOMES ENEAS - 051.499.954-36
0800030-71.2013.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Direito de Imagem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO ALVES FERREIRA - 149.985.804-34	COMERCIAL RIO VERMELHO DE BEBIDAS LTDA - ME e outro - 32.998.254/0001-37
0800072-86.2014.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SILVANA DANTAS RODRIGUES - 635.786.203-78

0800083-18.2014.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Demonstrativo das importâncias pagas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ANTONIA DA CONCEICAO FERREIRA - 598.464.374-04
0800103-09.2014.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANTONIO LUCINDO LEAL FILHO - 022.128.484-20
0800161-41.2016.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Profissional e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	MUNICIPIO DE BODOCO - 11.040.862/0001-64
0800181-32.2016.4.05.8309	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	JOSCEILTON DA SILVA SOUSA - 102.066.404-55
0800228-06.2016.4.05.8309	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JORGE PAULO DE MACEDO - ME - 10.920.464/0001-70
0800270-55.2016.4.05.8309	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	COLEGIO DESTAK - S/C. - 11.474.863/0001-17
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão					
0800024-30.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARINALVA ALVES DE SOUZA e outro - 028.119.234-03	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800083-18.2014.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Demonstrativo das importâncias pagas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ANTONIA DA CONCEICAO FERREIRA - 598.464.374-04
- Processo em Ordem.					
0000031-50.2017.4.05.8309	INQUÉRITO POLICIAL	Crimes de Responsabilidade	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	APURAR RESPONSABILIDADE - null
0000031-84.2016.4.05.8309	EXECUÇÃO DA PENA	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDMILSON SARAIVA DE OLIVEIRA - 769.479.804-10
0000090-72.2016.4.05.8309	AÇÃO PENAL	Falsidade ideológica	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ERMIETE ALVES DE SIQUEIRA MESSIAS - 063.671.724-08

0000351-42.2013.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Pagamento Atrasado / Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOAO BOSCO LACERDA DE ALENCAR - 303.437.984-68
0800010-46.2014.4.05.8309	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Reajuste da Tabela do SUS e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outros - 10.571.982/0001-25
0800019-42.2013.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ANTONIO LUCIANO LEITE DA SILVA - 075.342.604-85
0800040-18.2013.4.05.8309	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ERIKSON TORRES - 844.569.224-00
0800041-66.2014.4.05.8309	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Convênio e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	MUNICIPIO DE ARARIPINA - 11.040.854/0001-18
0800053-46.2015.4.05.8309	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	FRANCISCA SALES DE SOUZA - 403.055.114-91
0800064-12.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CICERA DA CONCEICAO SOUZA e outros - 056.490.854-12	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00
0800097-02.2014.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Demonstrativo das importâncias pagas	Conclusos para despacho	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ANTONIA MACEDO VIEIRA MACHADO - 039.089.454-02
0800123-29.2016.4.05.8309 - (Segredo)	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POSTO YGOR COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA - 13.161.319/0001-40	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0800140-31.2017.4.05.8309 - (Segredo)	PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	Peculato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ROSA MARIA NUNES DA SILVA e outros - 026.840.585-98
0800147-57.2016.4.05.8309	MANDADO DE SEGURANÇA	Rescisão	Juntada de Certidão de Intimação	LUIZ CHAVES PERAZZO NETO - 421.054.554-68	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
0800175-59.2015.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO JOSE DE CARVALHO - 214.201.904-82	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0800184-21.2015.4.05.8309	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Restabelecimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS SILVA e outro - 273.929.024-15	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40

0800194-31.2016.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23
0800212-52.2016.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE ARARIPINA - 11.040.854/0001-18
0800238-50.2016.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Enquadramento	Juntada de Certidão de Intimação	SA E DRUMOND & SANTOS DE BARROS ADVOCACIA e outro - 16.804.314/0001-87	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO- IFET PETROLINA/PE - 35.447.994/0001-73
0800264-48.2016.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Seguro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARLUCE GOMES OLIVEIRA e outros - 528.427.464-49	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0800271-40.2016.4.05.8309	PROCEDIMENTO COMUM	Reintegração	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE GUILHERME DE SOUZA - 115.376.294-33	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23
0800325-58.2015.4.05.8303	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO FRANCISCO DA SILVA - 194.673.034-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40
0800336-98.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TRINDADE PREFEITURA MUNICIPAL e outros - 11.040.912/0001-03	GERONCIO ANTONIO FIGUEIREDO SILVA - 327.174.584-68
0800387-12.2017.4.05.8309	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Ebulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO SABINO ROSA - 850.669.403-59	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60
0800397-56.2017.4.05.8309	REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	Crimes contra a Fauna	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO DE OLIVEIRA TORRE - 020.888.664-85
0800412-25.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	FRANCISCO RUBENSMARIO CHAVES SIQUEIRA - 599.748.004-63
0800413-10.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23
0800424-39.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE ARARIPINA e outro - 11.040.854/0001-18	LUIZ WILSON ULISSES SAMPAIO - 084.223.384-91

0800466-88.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	BRIVALDO PEREIRA ALVES e outro - 125.129.664-53
0800469-43.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIZ WILSON ULISSES SAMPAIO e outros - 084.223.384-91
0800472-95.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	DANILO DELMONDES RODRIGUES - 029.758.554-19
0800473-80.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	DANILO DELMONDES RODRIGUES - 029.758.554-19
0800474-65.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICÍPIO DE BODOCO - 11.040.862/0001-64	DANILO DELMONDES RODRIGUES - 029.758.554-19
0800475-50.2017.4.05.8309	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falso testemunho ou falsa perícia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ELIENE LACERDA ALENCAR PEREIRA - 033.412.744-05
0800477-20.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FERNANDO TASSO DE SOUZA JUNIOR e outros - 047.463.414-00
0800478-05.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GILDEVANIA COELHO DE MELO GOMES e outros - 034.757.954-00
0800479-87.2017.4.05.8309	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIZA FRANCELINO DE LIMA SATIRO e outro - 218.456.703-53
0800603-05.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Acessão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA DE DESENVOLV ECO DE PERNAMBUCO S A-AD/DIPER - 10.848.646/0001-87	Gesso Forte Ltda -
0800732-15.2016.4.05.8308	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MUNICÍPIO DE EXU e outro - 11.040.870/0001-00	JOSE JAILSON BENTO SARAIVA - 144.723.333-68

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na certificação de decurso de prazo	<a href="#">0501992-37.2015.4.05.8309</a>	Demora na certidão expedida em 08/11/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora/ausência na cobrança do cumprimento de mandados	<a href="#">0500598-58.2016.4.05.8309</a>	Expedido em 10/02/17 e devolvido em 09/06/17. Expedido em 23/06/17 e devolvido em 18/09/17.

<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora/ausência na conclusão para sentença	<a href="#">0500440-66.2017.4.05.8309</a>	Processo paralisado de 06/06/2017 a 17/08/2017- quando foi concluso para Juiz.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora no cumprimento de diligências	<a href="#">0501060-49.2015.4.05.8309</a>	Demora na contadoria (desde agosto/2017 sem cálculos).
	<a href="#">0502573-18.2016.4.05.8309</a>	Demora na contadoria (ago-dez/2017).
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Demora no cumprimento dos mandados	<a href="#">0500650-20.2017.4.05.8309</a>	Mandado expedido em 19/09/17 - aguardando cumprimento (último movimento).
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculo	<a href="#">0500424-25.2011.4.05.8309</a>	Desde 17/05/17.
	<a href="#">0502609-60.2016.4.05.8309</a>	Desde 28.08.2017.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0500070-97.2011.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500409-56.2011.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500639-98.2011.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0501751-68.2012.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0501778-17.2013.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0501780-84.2013.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0501781-69.2013.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0501843-12.2013.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0501844-94.2013.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0501850-04.2013.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500125-43.2014.4.05.8309</a>	Recebido da TR em 18/08/2017.
	<a href="#">0500440-71.2014.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502563-42.2014.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502569-49.2014.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502982-62.2014.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500690-70.2015.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500838-81.2015.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501925-</a>		

<a href="#">72.2015.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501991-52.2015.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500182-90.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501571-13.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501689-86.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501718-39.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501918-46.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501925-38.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501953-06.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502064-87.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502255-35.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502291-77.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502340-21.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502376-63.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502503-98.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502526-44.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502540-28.2016.4.05.8309</a>	Sentenciado.
<a href="#">0502557-64.2016.4.05.8309</a>	Sentenciado.
<a href="#">0502568-93.2016.4.05.8309</a>	Sentenciado.
<a href="#">0502569-78.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502576-70.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502785-39.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502920-51.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500034-45.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500277-86.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500286-48.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500308-09.2017.4.05.8309</a>	

<a href="#">0500351-43.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500537-66.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500546-28.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500594-84.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500646-80.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500649-35.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500712-60.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500715-15.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500716-97.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500722-07.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500728-14.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500734-21.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500794-91.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500857-19.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500861-56.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500915-22.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500917-89.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500934-28.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500989-76.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501032-13.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501039-05.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501047-79.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501065-03.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501070-25.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501848-92.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502091-36.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502113-</a>	

	<a href="#">94.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502125-11.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502257-68.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502309-64.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502319-11.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502344-24.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502365-97.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502398-87.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502444-76.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502483-73.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502546-98.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502553-90.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0502602-34.2017.4.05.8309</a>	
<b>Total de Ocorrências: 83</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0500598-58.2016.4.05.8309</a>	De 30/11/16 a 10/02/17.
	<a href="#">0501070-59.2016.4.05.8309</a>	Desde 19.09.2017.
	<a href="#">0502081-26.2016.4.05.8309</a>	De 22/06/17 a 31/10/17.
	<a href="#">0502551-57.2016.4.05.8309</a>	De 30/05/2017 a 08/11/2017 (concluso para sentença).
	<a href="#">0502603-53.2016.4.05.8309</a>	Feito sem movimentação no período compreendido entre 10/08/2017 e 04/12/2017.
<b>Total de Ocorrências: 5</b>		

#### 6.27.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações da correição anterior vêm sendo cumpridas dentro das limitações da unidade jurisdicional. Ressalte-se a rotatividade de servidores na subseção desde a última correição e a redução da equipe em 02 servidores (posse em cargo inacumulável e afastamento para acompanhar cônjuge).

Após a última autoinspeção, as metas fixadas a serem perseguidas pela vara são as metas do CNJ, bem como os prazos para realização dos atos processuais determinados pela corregedoria.

#### 6.27.11. Considerações finais

A 27ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu

funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Ausência de termo de recebimento do processo na vara;
2. Demora na conclusão;
3. Demora na prolação de despacho/decisão/sentença;
4. Demora no cumprimento de decisão e de despacho;
5. Demora na devolução de mandados; e
6. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 27ª vara federal funciona adequadamente.

## **6.28. 28ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARCOVERDE/PE**

### **6.28.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 28ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 7/2011 - TRF5 c/c o Ato nº 160/2011 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 28ª vara federal detém competência plena (causas previstas no art. 109 da CF/1988, inclusive para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001). A unidade funciona no prédio-sede da subseção, localizado na BR-232, s/n, Km 258, Arcoverde/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.28.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 28ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 17 servidores efetivos, sendo 01 analista judiciário - área administrativa, 04 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

O cargo de juiz federal substituto encontra-se vago desde a implantação da vara, em 16/03/2011.

### 6.28.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da vara, Allan Endry Veras Ferreira, exerce a magistratura desde 14/12/2005, atuando na 28ª vara federal desde 23/10/2013. É diretor da Subseção de Arcoverde/PE desde 24/10/2013.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias: 28/11/2015 a 18/12/2015; 19/01/2016 a 31/01/2016; 16/16/2016 a 15/07/2016; 03/11/2016 a 19/11/2016; 24/04/2017 a 07/05/2017; 26/06/2017 a 12/07/2017; 31/08/2017 a 15/09/2017;

Licenças: 26/11/2015 a 27/11/2015 (paternidade);

O juiz federal titular reside na cidade onde se situa a vara.

### 6.28.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 28ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Andreza de Souza Pereira	Analista Judiciário Área Judiciária	-----	Pós-Graduada	Direito
Crisógenes Pacheco	Técnico Judiciário Área Administrativa	-----	Superior incompleto	Tecnólogo (serviços jurídicos e notariais)
Diogo de Albuquerque Neves	Técnico Judiciário Área Administrativa	FC-05 – Oficial de Gabinete do Juiz Titular da 28ª Vara	Pós-Graduado	Direito
Gustavo Galvão Petry	Analista Judiciário Área Administrativa	FC-02 – Auxiliar Especializado do Gabinete do Diretor de Secretaria da 28ª Vara/PE	Mestrado	Sistemas de Informação
Inaê Márcia Feitosa Calado	Técnico Judiciário Área Administrativa	FC-04 – Supervisor Assistente do Setor de Processamento de E. Fiscais da 28ª Vara	Superior Completo	Letras
Jairo Henrique Parente de Andrade	Analista Judiciário AJ – Execução	-----	Pós-Graduado	Direito

	de Mandados			
José Herculino de Macedo Júnior	Técnico Judiciário Área Segurança e Transporte	FC-05 – Supervisor da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados da 28ª Vara	Pós-Graduado	Engenharia Mecânica
José Roberto da Silva	Técnico Judiciário Área Administrativa	FC-05 – Supervisor da Seção de Apoio Administrativo da 28ª Vara	Pós-Graduado	Ciências Contábeis
Jullyano Baquil de Sousa	Analista Judiciário Área Judiciária	FC-05 – Supervisor da Seção de Apoio Judiciário da 28ª Vara	Pós-Graduado	Direito
Julieth Cristina Guanabara Cavalcanti	Analista Judiciário Área Judiciária	FC-04 – Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Titular da 28ª Vara	Pós-Graduada	Direito
Lailah Pires Rodrigues	Analista Judiciário Área Judiciária	FC-04 – Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto da 28ª Vara	Cursando Pós-Graduação	Direito
Manoel Gilmar de Lima	Técnico Judiciário Área Administrativa	FC-04 – Supervisor Assistente do Setor de Publicação da 28ª Vara	Pós-Graduado	Direito
Odilon da Silva Torres	Técnico Judiciário Área Segurança e Transporte	----	Superior Incompleto	Ciências Contábeis
Paloma Kaline Lins de Araújo	Técnico Judiciário Área Administrativa	FC-05 – Oficial de Gabinete do Juiz Substituto da 28ª Vara	Pós-Graduada	Direito
Raphael Martins Araújo	Técnico Judiciário Área Administrativa	FC-04 – Supervisor Assistente da Seção de Apoio Administrativo de Arcoverde	Superior Completo	Administração
Reginaldo Barros de Almeida Júnior	Analista Judiciário AJ – Execução	----	Pós-Graduado	Direito

	de Mandados			
Ticiano Ferreira de Azevedo Vilaça	Técnico Judiciário Área Administrativa	FC-04 – Supervisor Assistente do Setor de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal da 28ª Vara	----	Publicidade e Propaganda

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 28ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 07 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Há 01 servidor ocupante de cargo efetivo na vara que está cedido à 28ª vara/PE, onde atua como diretor de secretaria.

A vara conta em seus quadros com 01 servidor requisitado da Seção Judiciária de Pernambuco e 01 bacharel em direito, sem vínculo com o serviço público, que ocupa o cargo de diretor de secretaria.

Inexistem funções comissionadas vagas e servidores prestando auxílio à 28ª vara/PE.

### 6.28.2.3. Estagiários

Há 04 vagas de estágio previstas para unidade, estando apenas 03 ocupadas.

Os estagiários atuam apenas na secretaria da vara.

### 6.28.3. Organização da 28ª vara federal

Dentre os servidores da 28ª vara federal de Pernambuco, 12 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

#### 6.28.3.1. Secretaria

A unidade apresenta-se organizada nos seguintes setores:

Juizado: 04 servidores atuam no JEF (01 analista judiciário – área judiciária – 01 técnico judiciário – área administrativa – 01 analista judiciário - área administrativa e 01 técnico judiciário – área de segurança e transporte). Com exceção deste último, que exerce principalmente a função de contador, os demais participam de todas as etapas dos processos, tanto na fase de conhecimento, incluindo atermação, quanto na fase de cumprimento de sentença. Não há divisão de tarefas, apenas organização das atribuições de acordo com a demanda. Atuam de forma completa, de uma simples certidão a uma minuta de sentença. No JEF também atuam 02 estagiários do curso de bacharelado em direito. Os estagiários também auxiliam o magistrado na realização das audiências;

Setor cível (processos físicos e PJe): 03 servidores atuam no Setor cível (01 analista judiciário – área judiciária – e 02 técnicos judiciários – área administrativa). Participam de todas as etapas dos processos, tanto na fase de conhecimento, quanto na fase de cumprimento de sentença. Não há divisão de tarefas, apenas organização das

atribuições de acordo com a demanda. Atuam de forma completa, de uma simples certidão a uma minuta de sentença;

Setor de execução fiscal: 02 servidores atuam no setor de execução fiscal (técnicos judiciários – área administrativa). Participam de todas as etapas dos processos. Não há divisão de tarefas, apenas organização das atribuições de acordo com a demanda. Atuam de forma completa, de uma simples certidão a uma minuta de sentença;

Setor criminal: 01 servidor atua no setor criminal (técnico judiciário – área administrativa), havendo a interação diária com o diretor de secretaria e o juiz titular. Todos os despachos “padrão” para a classe de ação penal e execução penal encontram-se no Sistema Tebas, facilitando o trabalho do servidor. Há orientação, inclusive, em formato de fluxograma, para as hipóteses possíveis da execução penal, com indicação do código do despacho para cada situação. O que foge do padrão é consultado diretamente com o magistrado. Em relação à execução penal – cumprimento de penas – 100% das ações estão lançadas no sistema SAPS, estando em fase de conclusão os casos envolvendo suspensão condicional do processo e transação penal. Também atua no setor 01 estagiário do curso de direito;

Setor de distribuição: 01 servidor atua no setor de distribuição (técnico judiciário – área de segurança e transporte), auxiliado pelos terceirizados. Responsável pelo protocolo e pela autuação. Auxilia a identificação das partes nos dias de audiência e nos dias designados para realização de perícias judiciais. O mesmo servidor, por se tratar de técnico judiciário – área de segurança e transporte – conduz o carro oficial quando há alguma diligência para ser cumprida;

Setor de apoio administrativo: 01 servidor atua no setor de apoio administrativo (técnico judiciário – área administrativa). Realiza todo o controle dos serviços prestados pelos colaboradores terceirizados, auxilia no controle da verba de suprimento de fundos e compras em caráter de urgência, distribui mandados para os oficiais de justiça, monitora a publicação dos atos processuais e atos administrativos, auxilia na distribuição de cartas precatórias no sistema PJe e nas suas respectivas devoluções. Referido servidor cuida, ainda, da organização do arquivo definitivo e provisório da vara;

Gabinete do diretor de secretaria: funciona dentro da própria secretaria da vara, com visualização dos processos físicos. O diretor de secretaria atende partes e advogados; centraliza a distribuição dos mandados aos oficiais de justiça; monitora a publicação dos atos processuais, inclusive administrativos; cuida da utilização do suprimento de fundos; auxilia os servidores nas dúvidas que surgem no decorrer dos trabalhos; eventualmente analisa processos mais complexos; monitora as remessas de processos, com controle dos prazos; monitora o andamento dos feitos, visando evitar a paralisação de algum processo por mais de 30 dias; colhe dados estatísticos para o magistrado, visando o planejamento estratégico da vara; acessa sistemas conveniados como Bacenjud, Serasajud, Renajud, Infoseg, Fluxus, Malote Hermes, Plenus, CNIS, SAPS, Sistemas SDS e AJG. Lança modelos de despachos, decisões e minutas de sentenças repetitivas no sistema Tebas; expede e confere as RPVs e precatórios do Tebas e PJe; confere as RPVs e precatórios no Creta; comunica-se, na maioria das vezes, via e-mail institucional, com setores da SECAD da SJPE, buscando a resolução de pendências ou de problemas administrativos da vara; e

Setor dos oficiais de justiça: os 02 oficiais de justiça trabalham de forma coordenada.

Há divisão por áreas e de forma equitativa dos expedientes. No cumprimento de mandados, em que há a necessidade de colaboração das entidades (DNOCS, por exemplo), há o agendamento prévio para cumprimento simultâneo. Na hipótese de algum cumprimento deixar de ser realizado, há a redistribuição para o oficial que cumprirá a próxima diligência agendada. Nesse ponto, inclusive, tratando-se de ações de desapropriação e de servidão administrativa, no ato de citação os oficiais já apresentam termo de anuência com o valor ofertado, o que tem colaborado com a resolução das demandas e com o aumento dos acordos realizados. No cumprimento de mandados relacionados ao JEF (Creta), os próprios oficiais juntam o documento ao processo, instruindo-o com a respectiva certidão e muitas vezes com fotografias para auxiliar o trabalho da assessoria. De regra, também operam dessa forma nos processos do PJe.

São raros os processos de metas pendentes de julgamento, em sua maioria voltando de suspensão ou outra causa de interrupção. Via de regra, a secretaria usa etiquetas ou locais específicos para guarda dos processos com prioridades. No PJe, usa-se, ainda, a ferramenta de lembrete.

Os processos conclusos para julgamento são ordenados segundo a data de conclusão, ressalvadas as prioridades. Via de regra, os processos são julgados em até dois dias, salvo casos mais complexos. A meta do gabinete da 28ª vara/PE é encerrar cada dia sem processos pendentes de julgamento.

O principal método de controle e verificação da situação do acervo de processos são os relatórios estatísticos, que não funcionam com precisão nos sistemas TEBAS e PJe. Para minimizar essas divergências a secretaria separa os processos suspensos (mantendo etiquetas com prazo final da suspensão, organizando em ordem cronológica), arquivados sem baixa (controlando o prazo de prescrição também por etiquetas) e os demais em tramitação. No PJe, essa sistemática é feita através das tarefas de processos.

#### **6.28.3.2. Gabinete do juiz federal**

No gabinete, não há divisão das atividades por processo, matéria ou sistema. Todos os assessores são orientados pelo magistrado a analisar qualquer matéria e processo, independentemente do sistema vinculado (Creta, Tebas e PJe), o que corrobora para ausência de quebra de continuidade no serviço nas hipóteses de férias ou outros afastamentos legais. De regra, os processos são apreciados no mesmo dia da conclusão, ressalvados os casos mais complexos.

#### **6.28.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 28ª vara federal**

Como o magistrado despacha diariamente em secretaria, em dois turnos (manhã e tarde), sempre que há a necessidade de instruir algum setor, as informações são passadas imediatamente, diretamente à equipe (cível, fiscal, penal, conforme seja). Essa rotina ocorre quase que diariamente. Quando o assunto é de caráter geral, procede-se à reunião da mesma forma, com toda a secretaria, sem estabelecimento de dia ou horário específico.

#### **6.28.5. Planejamento das atividades da 28ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O principal parâmetro para o planejamento da vara é a relação entre o número de processos distribuídos, arquivados e sentenciados. A partir daí, observando-se uma distribuição fora do padrão para um período específico, há concentração dos servidores em

um foco determinado, um tipo de ação por exemplo (desapropriação), buscando retomar o equilíbrio. Os servidores, havendo necessidade, atuam em mais de um setor para suprir aquela demanda que, em regra, é repetitiva. Há concentração das audiências criminais e cíveis nas terças-feiras, também em decorrência de pedido do MPF e das procuradorias. O mesmo ocorre com os processos do PJe e Creta (JEF), cujas audiências ocorrem, em regra, nas quintas-feiras. Elevando-se a pauta de audiência, estas são realizadas também nas quartas-feiras. Alguns peritos que atuam no JEF realizam as perícias na própria vara (em média são realizadas 04 perícias por mês nesses casos), ficando a cargo da secretaria a marcação e intimação dos periciandos.

O ciclo de movimentação dos processos e os dados obtidos em relatórios são os principais meios para avaliação periódica de resultados pelo magistrado, relativamente às atividades da vara, havendo sempre a comparação com dados das outras subseções.

Não há a fixação estática de metas, sendo sempre dinâmica, de acordo com o tempo de tramitação do processo, buscando-se obter um tempo médio razoável diante das peculiaridades de cada caso.

#### **6.28.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 28ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

A Subseção de Arcoverde/PE não é sede de unidade do Ministério Público Federal ou de qualquer Procuradoria Federal. Não há atuação da Defensoria Pública da União. Existe uma unidade da Procuradoria do Estado de Pernambuco. Os advogados têm amplo acesso à subseção, que dispõe de uma sala da OAB. As partes são atendidas já no setor de distribuição, com uma triagem inicial e encaminhamento para o setor e servidor correspondente. Algumas procuradorias encaminham correspondentes para retirada dos processos em dias previamente agendados (sempre nas sextas-feiras ou segundas-feiras: 01 dia por semana). A AGU (Recife) é a única exceção a essa regra, encaminhando correspondentes a cada 15 dias (quando há urgência os processos são encaminhados por Sedex). O MPF (Procuradoria em Garanhuns/PE) retira seus processos sempre uma vez por semana. A subseção dispõe de apenas dois advogados voluntários cadastrados. Alguns advogados com escritórios estabelecidos na cidade colaboram como dativos quando são solicitados.

Todos têm amplo acesso ao gabinete, sempre sendo recebidos pelo magistrado. A vara não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.28.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia, em tramitação na unidade, 2.146 processos (total ajustado), dos quais: 1.033 físicos, 739 do CRETA e 374 do PJe. Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade (17), a média de processos por servidor é de 126,23.

Em outubro/2017, havia apenas 01 processo conclusivo para sentença.

Nos 24 meses anteriores à correição, não se verificou o extravio nem a restauração de autos. Foi realizada 01 inspeção judicial.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, não havia nenhum processo

concluso com pedido de urgência pendente de análise. Também não havia feitos com pendência junto a outros setores da administração/órgãos ou com advogados.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 229 processos sobrestados/suspensos (160 - Tebas, 03 - Creta, 66 - PJe), pelos motivos abaixo informados:

Sistema Tebas

<b>Motivo</b>	<b>Total</b>
Sobrestado	41
Aguardando decisão de tribunal superior	10
Parcelamento débito	06
Art. 40 da Lei nº 6.830/1980	84
Art. 921, III, do CPC/2015	06
Sem motivo cadastrado no sistema	09
Art. 366 do CPP	04

Sistema Creta

<b>Motivo</b>	<b>Total</b>
Aguardando julgamento de recurso	03

Quanto ao PJE, não é disponibilizada listagem dos motivos da suspensão ou sobrestamento.

Nos últimos 24 meses, a contar do início da correição, foram realizadas 1.208 audiências (44 - Tebas/1.144 - Creta/20 - PJe).

#### 6.28.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Seguem tabelas separando a quantidade de processos de conhecimento distribuídos e julgados por sistemas em 2017:

Sistema Tebas

<b>PROCESSOS DE CONHECIMENTO DISTRIBUÍDOS</b>	<b>PROCESSOS DE CONHECIMENTO JULGADOS</b>
12	22

Sistema PJe

<b>PROCESSOS DE CONHECIMENTO DISTRIBUÍDOS</b>	<b>PROCESSOS DE CONHECIMENTO JULGADOS</b>
99	122

Sistema Creta

PROCESSOS DE CONHECIMENTO DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS DE CONHECIMENTO JULGADOS
1.756	1.995

Total dos Sistemas

PROCESSOS DE CONHECIMENTO DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS DE CONHECIMENTO JULGADOS
1.867	2.139

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Meta devidamente cumprida, segundo dados estatísticos apresentados pelo Nucleocor (processos físicos) e análise dos processos virtuais.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade informou o seguinte:

O sistema Tebas, pela natureza das demandas propostas, tem apresentado cada vez menos situações em que há composição, tendo ocorrido, em 2017, uma diminuição comparando com o ano de 2016.

Já o PJe não dispõe de ferramentas para acompanhar essa relação percentual. Todavia, o Juízo estimula cada vez mais o encerramento dos casos por conciliação. Exemplo é a conduta adotada nos casos de execução extrajudicial, em que, antes mesmo da citação, o exequente é intimado para apresentar, havendo interesse, proposta de acordo, que é de pronto levada ao executado.

Considerando os dados dos exercícios 2016 e 2017 (até 27/10/2017), colhidos no sistema creta, verifica-se, até o momento, uma diminuição dos acordos realizados. Em 2016, somaram 90, num total de R\$ 492.469,96 (quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos). Em 2017, foram realizados, até 27 de outubro, 64 acordos, num total de R\$ 479.756,66 (quatrocentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos). A grande maioria desses acordos é formalizada junto ao INSS, não havendo, por parte do juízo, a possibilidade de elevação desses dados sem a adesão do INSS.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Todas as ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014 foram julgadas.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Seguem tabelas separando a quantidade de processos de conhecimento distribuídos e julgados por sistemas em 2017:

Sistema Tebas

EXECUÇÕES (NÃO FISCAIS) DISTRIBUÍDAS	EXECUÇÕES (NÃO FISCAIS) BAIXADAS
00	00

Sistema PJe

EXECUÇÕES (NÃO FISCAIS) DISTRIBUÍDAS	EXECUÇÕES (NÃO FISCAIS) BAIXADAS
25	40

Total dos Sistemas

EXECUÇÕES (NÃO FISCAIS) DISTRIBUÍDAS	EXECUÇÕES (NÃO FISCAIS) BAIXADAS
25	40

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Meta atingida, tendo em vista que não há ações coletivas distribuídas pendentes de julgamento.

**Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Foram distribuídas 04 ações penais físicas no corrente ano e baixadas 10.

**Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Foram distribuídas 04 ações penais físicas no corrente ano e julgadas 06.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Meta cumprida.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

### **Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 28ª vara federal informou que vem cumprindo tais exigências.

#### **6.28.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 19 processos físicos (quando da correição tinham 1.033 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 40 processos (quando da correição tinham 374 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

A correição analisou, ainda, 80 processos virtuais do JEF Adjunto (quando da correição tinham 739 processos do Sistema Creta).

#### **6.28.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.28.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0001180792006405830	De fl. 261 (mais de 90 dias - v. fl. 260).
	5	

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0000483672011405831	
	0	
Criminal	0000449872014405831	
	0	
Execução Fiscal	0000636032011405831	
	0	
Criminal	0000499942015405830	
	5	
Criminal	0000168972015405831	
	0	
Execução Fiscal	0001055232011405831	
	0	
Execução Penal	0000674642010405830	
	5	
Execução Fiscal	0000310042015405831	
	0	
Execução Fiscal	0000139472015405831	

	0
Execução Fiscal	0000754762011405831
	0
Improbidade Administrativa	0011950442009405830
Desapropriação	0017162902002405830
	0
Desapropriação	0000174032007405830
	5
Execução Fiscal	0000337502016405831
	0
Execução Fiscal	0000366192010405830
	8

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0008275202002405830 0	Atos fora da ordem cronológica (fls.386 a 392).
Execução Fiscal	0008275202002405830 0	Ausência de movimentação (de 19/12/16 a 13/02/17).
Execução Fiscal	0002226062015405830 0	Demora no cumprimento de despacho.
Execução Fiscal	0002226062015405830 0	Ausência de movimentação por mais de 30 dias (juntada em 02/09/16, ato ordinatório em 03/11/16).
Execução Fiscal	0000631782011405831 0	Demora no cumprimento do despacho de fl. 395 (mais de 30 dias).

<b>Outras Observações:</b>
<p>Processo: 00001689720154058310 Classe: Criminal - Recomenda-se verificar a incorreção do tipo penal indicado na etiqueta do processo.</p>
<p>Processo: 00001740320074058305 Classe: Desapropriação - Redistribuído em 06.07.2011.</p>
<p>Processo: 00003100420154058310 Classe: Execução Fiscal - De ordem do Juiz, foi solicitada, no prazo de 10 dias, a transformação em pagamento definitivo em favor do Execuente dos valores bloqueados.</p>
<p>Processo: 00003375020164058310 Classe: Execução Fiscal - Prazo da suspensão começou a contar a partir do dia 20/10/2017.</p>
<p>Processo: 00003661920104058308 Classe: Execução Fiscal - Redistribuída nesta Vara em 02/07/2015.</p>
<p>Processo: 00004498720144058310 Classe: Criminal - Recomenda-se verificar a incorreção do tipo penal previsto na etiqueta do processo.</p>
<p>Processo: 00004836720114058310 Classe: Execução Fiscal - sigilo fiscal.</p>

Grande devedor.

Desarquivado em 07/11/14.

Processo: 00006317820114058310 Classe: Execução Fiscal - Distribuído para a 28a. Vara em 13/04/11.

Sentença proferida em 20/09/11 anulada pelo TRF5.

Processo: 00006746420104058305 Classe: Execução Penal - falsificação de moeda.

Sentença extinguindo a punibilidade (indulto) proferida em 30/10/17.

Processo: 00006793720114058310 Classe: Execução Fiscal - dist. na Jus. Estadual.

Processo reunido ao 00004836720114058310 em 09/04/14.

Processo: 00007547620114058310 Classe: Execução Fiscal - Distribuído para a 28a. Vara em 03/05/11.

Processo: 00010552320114058310 Classe: Execução Fiscal - grandes devedores.

Sentença em 02/06/17 - prescrição parcial.

Parcelamento efetivado/suspensão.

Processo: 00011807920064058305 Classe: Execução Fiscal - Distribuído para a 28a. vara em 10/05/11.

Processo tramitou na Justiça Estadual no período de jul/14 a jul/17, sendo reativado na JF em 02/08/17.

Processo: 00022260620154058300 Classe: Execução Fiscal - redistribuído em 09/05/2016.

Ausência de movimentação por mais de 30 dias (juntada em 02/09/16, ato ordinatório em 03/11/16).

Demora nocumprimento de despacho (desp. de 24/11/16, cumprido em 03/04/17 após inspeção).

Processo: 00082752020024058300 Classe: Execução Fiscal - sigilo fiscal.

Atos fora de ordem (fls.386 a 392).

Ausência de movimentação (de 19/12/16 a 13/02/17).

Processo: 00119504420094058300 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 05.07.2011.

Sentença anulada.

Processo: 00171629020024058300 Classe: Desapropriação - Redistribuído em 05.10.2012.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0800288-44.2014.4.05.8310	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Certidão	CICERA MARIA DA SILVA e outros - 627.620.014-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0000088-41.2012.4.05.8310	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIAO FEDERAL - null	ANTONIO JUNIOR FILHO e outros - 465.114.404-78	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800136-25.2016.4.05.8310	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ZULEIKA SEVERINA DA SILVA e outro - 499.858.094-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0800203-87.2016.4.05.8310	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	GEANE CALADO SILVA DE FREITAS TAVARES e outros - 862.366.364-00	SIM
0800217-71.2016.4.05.8310	PROCEDIMENTO COMUM	Perdas e Danos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	JOSE MARINHO DE ESPINDOLA - 680.256.378-91	SIM
Processo em Ordem.						
0800006-69.2015.4.05.8310	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AVANIRA REIS DE MORAES e outro -	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800016-50.2014.4.05.8310	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARIA LAUDENICE SIQUEIRA CABRAL - 189.534.334-87	SIM
0800054-28.2015.4.05.8310	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Exame de Saúde e/ou Aptidão Física	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FREDD WILLIAM JONES PAIXAO GONCALVES - 059.320.314-33	ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34.028.316/0001-03	SIM
0800064-72.2015.4.05.8310	CAUTELAR INOMINADA	Caução / Contracautela e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RAMOS & MONTEIRO LTDA - EPP - 05.342.262/0001-58	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800065-91.2014.4.05.8310	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	OTAVIANO FERREIRA MARTINS - 226.805.944-87	SIM
0800092-06.2016.4.05.8310	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Juntada de Execução / Cumprimento de Sentença	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 15 REGIÃO. - 00.000.000/0006-82	MUNICIPIO DE INAJA - 10.106.219/0001-23	SIM
0800100-17.2015.4.05.8310	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	CLAUDIANO FERREIRA MARTINS - 448.033.384-34	SIM
0800100-80.2016.4.05.8310	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Substabelecimento	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	CLEIDE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA e outros - 496.423.164-04	SIM
0800153-95.2015.4.05.8310	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA SILVANA PEREIRA DA SILVA e outro - 064.211.984-81	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800173-23.2014.4.05.8310	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSE ALBERTO INOJOSA GALINDO - 688.042.294-20	SIM

EXTRAJUDICIAL      Contratual      da Justiça Federal      00.360.305/0001-04      688.042.294-20

0800173-52.2016.4.05.8310	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	OTAVIO BEZERRA DO REGO BARROS - 527.673.614-68	SIM
0800186-22.2014.4.05.8310	PROCEDIMENTO COMUM	Quitação e outros	Conclusos para despacho	ISIS GOMES LIMA SANTIAGO - 418.995.474-87	CAIXA SEGURADORA S/A e outro - 34.020.354/0001-10	SIM
0800192-58.2016.4.05.8310	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Certidão de Intimação	B. E. N. e outros - 109.539.994-24	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800200-35.2016.4.05.8310	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	JOSE MENDES DA SILVA e outros - 212.025.914-34	SIM
0800209-94.2016.4.05.8310	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Gratificações da Lei 8.112/1990 e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	KALINA CURIE TENORIO FERNANDES DO REGO BARROS - 834.052.674-04	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - IFPE - 10.767.239/0001-45	SIM
0800217-37.2017.4.05.8310	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crime contra a administração ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LINDOJONSON PEREIRA ALVES - 081.344.374-19	SIM
0800220-26.2016.4.05.8310	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	TUPANATINGA PREFEITURA - 10.106.250/0001-64	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	SIM
0800226-33.2016.4.05.8310	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	MARIA JOSE GOMES RODRIGUES e outro - 102.869.314-19	SIM
0800233-25.2016.4.05.8310	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Conclusos para despacho	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES e outros - 04.892.707/0001-00	Josué de Souza "Pastor" e outros -	SIM
0800233-93.2014.4.05.8310	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. e outros - 07.237.373/0001-20	SIM
0800256-34.2017.4.05.8310	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Juros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OTAVIANO FERREIRA MARTINS - 226.805.944-87	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800308-98.2015.4.05.8310	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	JEAN GLEYBSON FREIRE e outros -	SIM
0800318-74.2017.4.05.8310	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ACEONE ALVES DA SILVA e outros - 305.483.144-20	SIM
0800339-50.2017.4.05.8310	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VISION CONSULTORIA TREINAMENTOS E TERCEIRIZACAO LTDA - ME e outros - 07.597.129/0001-78	SIM
0800346-42.2017.4.05.8310	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO MARCOS ALEXANDRE e outros - 509.186.724-49	SIM
0800349-94.2017.4.05.8310	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	CLEIDE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA - 496.423.164-04	SIM
0800374-68.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	CLEDINALDO TELES DOS SANTOS - 220.120.014-91	SIM
0800390-61.2017.4.05.8310	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Imissão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	JOSÉ RAWLINSON FERRAZ - 731.236.254-00	SIM
0800397-53.2017.4.05.8310	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	HELDER LOPES VALENCA e outros - 175.034.854-34	SIM

0800427-40.2016.4.05.8305	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARCOS ANTONIO DE MORAIS ANDRADE - 680.807.604-97	SIM
0800434-80.2017.4.05.8310	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CLEIDE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA - 496.423.164-04	SIM
0800435-65.2017.4.05.8310	MANDADO DE SEGURANÇA	Jornada de Trabalho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUP 1 REG - 11.425.519/0001-38	Ângelo Rafael Ferreira dos Santos e outro -	SIM
0800474-62.2017.4.05.8310	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO CARLOS BRAZ MACEDO - 370.826.804-06	SIM
0800478-02.2017.4.05.8310	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIVALDO BISPO DA SILVA - 434.921.854-87	SIM
0800496-23.2017.4.05.8310	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para despacho	MUNICIPIO DE ARCOVERDE e outros - 10.105.955/0001-67	CARLOS ALBERTO PEREIRA DA NOBREGA FILHO e outros - 039.338.254-07	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Processo em Ordem	<a href="#">0502359-89.2009.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500192-65.2010.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501651-68.2011.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500986-31.2011.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0501098-97.2011.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0500554-75.2012.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0500599-79.2012.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0500128-29.2013.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0500168-11.2013.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0500627-13.2013.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0500629-80.2013.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0500814-21.2013.4.05.8310</a>	Desarquivado em 17/10/2017.
	<a href="#">0500816-88.2013.4.05.8310</a>	Desarquivado em 17/10/2017.
	<a href="#">0500817-73.2013.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0500970-09.2013.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0501645-69.2013.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0500223-25.2014.4.05.8310</a>	

<a href="#">0500336-76.2014.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501273-86.2014.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501830-73.2014.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501892-16.2014.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500118-14.2015.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500126-88.2015.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500200-45.2015.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500206-52.2015.4.05.8310</a>	
<a href="#">0502054-74.2015.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500082-35.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500436-60.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500956-20.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501231-66.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501290-54.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501379-77.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501400-53.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501457-71.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501520-96.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501608-37.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501614-44.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501642-12.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501665-55.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501685-46.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501687-16.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501699-30.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501893-30.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501943-</a>	

<a href="#">56.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501947-93.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500028-35.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500054-33.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500076-91.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500077-76.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500082-98.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500176-46.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500206-81.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500221-50.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500243-11.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500247-48.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500256-10.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500271-76.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500272-61.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500289-97.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500318-50.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500365-24.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500380-90.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500394-74.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500395-59.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500435-41.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500439-78.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500517-72.2017.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500528-04.2017.4.05.8310</a>	Arquivado em 28/11/2017.
<a href="#">0500623-34.2017.4.05.8310</a>	Arquivado em 28/11/2017.
<a href="#">0500631-11.2017.4.05.8310</a>	

	<a href="#">0500686-59.2017.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0501407-11.2017.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0501528-39.2017.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0501570-88.2017.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0501582-05.2017.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0501592-49.2017.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0501622-84.2017.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0501666-06.2017.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0501930-23.2017.4.05.8310</a>	
<b>Total de Ocorrências: 79</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0501339-95.2011.4.05.8302</a>	Feito sem movimentação apropriada desde 20/10/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		

#### **6.28.10. Correição anterior e autoinspeção**

Não houve determinações na correição anterior. No que tange às ocorrências relatadas, a secretaria da vara vem lhes dando a atenção devida.

Em relação à última autoinspeção, foram feitas observações, que, de regra, vêm sendo devidamente cumpridas, como atenção com o estado de conservação dos processos físicos, necessidade de cobrança de devolução de mandados/ofícios, controle dos prazos vencidos com advogados e entidades, bem como cuidado para os processos eletrônicos não ficarem sem movimentação.

#### **6.28.11. Considerações finais**

A 28ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 28ª vara federal funciona de modo eficiente.

## **6.29. 29ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE**

### **6.29.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 29ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 6/2011 - TRF5 c/c o Ato nº 161/2011 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 29ª vara federal detém competência para processar e julgar execuções fiscais, cabendo-lhe ainda o processamento, julgamento e a execução das causas concernentes aos JEFs, nos termos da Lei nº 10.259/2001. A unidade funciona no prédio-sede da subseção, localizado na Av. Ayrton Senna da Silva, 3835, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.29.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 29ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 17 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciária - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados; 07 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

Não há na vara cargo vago de servidor.

#### **6.29.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Georgius Luís Argenti Príncipe Credidio, exerce a magistratura desde 09/06/1989, atuando na 29ª vara federal desde 18/03/2011. É o diretor da subseção desde 18/3/2011 (data da instalação da 29ª vara federal).

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias: 07/01 a 05/02/2016, 08/08 a 06/09/2016, 09/01 a 07/02/2017 e 01 a 30/08/2017.

Licenças: 08 a 22/06/2017 e 06/10/2017.

O juiz federal titular reside no município onde se situa a vara.

#### **6.29.2.2. Servidores**

Com relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 29ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Kerley Rogério de Siqueira Coêlho	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-05 (Oficial de Gabinete do Juiz Titular)	Superior completo em Direito, com pós-graduação concluída em Direito Público	Direito
Marcella Nascimento Pedrosa	Analista Judiciária – Área Judiciária	FC-05 (Oficial de Gabinete do Juiz Substituto)	Superior completo em Direito, com duas pós-graduações concluídas, uma em Português e outra em Direito Civil	Direito
Marisa Cibele Ojaimi Cavalcante de Albuquerque	Analista Judiciária – Área Judiciária	FC-05 (Supervisor da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados da 29ª Vara)	Superior completo em Direito, com pós-graduação concluída em Direito Público	Direito
Hermes de Meneses Pires Neto	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-04 (Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto)	Superior completo em Direito, com pós-graduação concluída em Direito Processual Civil	Direito
Rossana Maria Cavalcanti Cardoso de Lima Soares	Analista Judiciária – Área Judiciária	FC-04 (Supervisor Assistente da Seção de Feitos dos Juizados da 29ª Vara)	Superior completo em Direito, com pós-graduação em Português	Direito
Maria Lígia de Carvalho Souza Dantas	Analista Judiciária – Área Administrativa	FC-05 (Supervisor da Seção de Execuções Fiscais da 29ª Vara)	Superior completo, graduada em Ciências Contábeis	Ciências Contábeis
Paulo Roberto Manjorani Cardoso	Analista Judiciária – Executante de Mandados	---	Superior completo em Direito, com pós-graduação concluída em Direito Público	Direito
Líllian Maria Baima Brum	Analista Judiciária – Executante de Mandados	---	Superior completo em Direito, com pós-graduação concluída em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho	Direito
Maria Luiza Salviano de Souza Morais	Técnica Judiciária – Área Administrativa	FC-04 (Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Titular)	Superior completo, graduada em Fisioterapia e em Direito	Fisioterapia e Direito
Karla de Oliveira Wanderley Andrade	Técnica Judiciária – Área Administrativa	FC-04 (Supervisor Assistente da Seção de Apoio Judiciário do Gabinete do Juiz Diretor da Subseção de Jaboatão)	Superior completo, graduada em Medicina Veterinária	Medicina Veterinária

Cristiane Maria dos Reis Silva	Técnica Judiciária – Área Administrativa	FC-03 (Assistente Técnico III da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados da 29ª Vara)	Superior completo em Administração e Direito, com pós-graduação em Gestão Pública	Administração e Direito
Sérgio Ricardo de Queiroz Trajano	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-04 (Supervisor Assistente do Setor de Cálculos da 29ª Vara)	Superior completo em Ciências Contábeis	Ciências Contábeis
Luciene Nunes da Silveira Ferraz	Técnica Judiciária – Área Administrativa	FC-03 (Assistente Técnico III da Seção de Processamento de Execuções Fiscais da 29ª Vara)	Superior completo, graduada em Odontologia	Odontologia
Luís Felipe de Aguiar Crasto	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-04 (Supervisor Assistente da Seção de Processamento de Execuções Fiscais da 29ª Vara)	Superior completo em Direito com pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela ESMAPE	Direito
Allen Dias de Brito Alves	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-02 (Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria ---)	Nível médio completo	
Lucicarla Vasconcelos Falcão	Técnico Judiciário – Área Segurança e Transporte	---	Superior completo em Educação Física	Educação Física
Ailton Celestino da Siva	Técnico Judiciário – Área Segurança e Transporte	---	Superior completo, Bacharelado em Turismo	Bacharelado em Turismo

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 29ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 08 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Uma das servidoras da vara, ocupante do cargo de técnico judiciário, encontra-se em exercício provisório na secretaria administrativa da Seção Judiciária de Pernambuco, em Recife/PE.

A analista Judiciária - área judiciária Elisângela Regina de Melo Lima foi removida para a sede da SJPE, tendo sido requisitada pela 29ª vara/PE para o exercício do cargo de diretora de secretaria.

Não há na unidade jurisdicional em referência funções comissionadas vagas nem servidores sem vínculo com o serviço público. Também não atuam na 29ª vara/PE serventuários em auxílio.

### 6.29.2.3. Estagiários

Há 3 vagas de estágio previstas para unidade, estando todas ocupadas.

Os estagiários atuam na secretaria da vara.

### **6.29.3. Organização da 29ª vara federal**

Dentre os servidores da 29ª vara federal de Pernambuco, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

#### **6.29.3.1. Secretaria**

A secretaria da 29ª vara federal dispõe de três setores: a seção de processamento de feitos dos JEFs, a seção de processamento de execuções fiscais e o setor de cálculos. A diretora de secretaria também realiza atividades da secretaria atinentes ao andamento dos processos e funcionamento da vara.

A seção de processamento de feitos dos JEFs é composta atualmente por 03 servidores, incluindo sua supervisora (Marisa Cibele Ojaimi), cuja atividade principal é a elaboração de minutas de despachos e de decisões e o controle da movimentação dos processos no sistema Creta, das intimações e dos prazos processuais em curso. Também elabora a pauta de audiências e fiscaliza as atividades dos demais servidores vinculados ao JEF. O segundo servidor (Felipe Crasto) realiza a triagem das ações ajuizadas, bem como agenda as perícias, controla a entrega dos laudos e expede a correspondente requisição de pagamento dos honorários periciais. Também faz atendimento ao público. O terceiro servidor (Allen Dias) expede as requisições de pagamento dos processos do JEF, elabora os demais expedientes e atende ao público.

A seção de processamento de execuções fiscais é composta por 05 servidores. A supervisora (Maria Lígia Carvalho) tem como atividade principal a supervisão da seção e a fiscalização das rotinas da execução fiscal. Também elabora as minutas de despachos/decisões/sentenças e faz o controle dos prazos processuais e das cargas realizadas. Mensalmente, extrai relatórios para verificar a existência de processos que, eventualmente, estejam com prazos vencidos, para que seja solicitada a devolução dos autos à secretaria. Expede as requisições de pequeno valor e os precatórios. Também realiza a triagem das execuções fiscais ajuizadas e redistribuídas para a vara e elabora minutas de despachos e decisões nestes processos. Quando necessário, faz consulta ao Infojud. A terceira servidora (Karla Andrade) realiza o controle das cartas precatórias expedidas pelo juízo, elaborando os ofícios atinentes ao seu cumprimento dirigidos aos outros juízos. Também controla o prazo de cumprimento das cartas precatórias cumpridas pelo juízo e fiscaliza a juntada dos mandados e das petições protocoladas para esta vara.

A servidora (Cristiane Reis) faz a triagem e as minutas de decisões dos embargos vinculados às execuções fiscais, como também de despachos e decisões das outras classes de processos. Também faz consulta ao sistema Renajud. As servidoras Lucicarla Falcão e Luciene Ferraz elaboram os expedientes relativos ao cumprimento dos despachos e das decisões nos processos em tramitação (cartas, mandados, ofícios, cartas precatórias e alvarás) e também preparam as cargas e remessas dos processos. Luciene também faz a triagem dos processos eletrônicos do PJe e instrui os mandados que os oficiais de justiça recebem para cumprimento. Maria Lígia, Luciene, Cristiane e Karla fazem a movimentação dos processos no sistema PJe. As servidoras Karla e Luciene também controlam os prazos processuais e os processos suspensos e arquivados sem baixa, com base no art. 40, §2º, da Lei nº 6.830/80. Todos os servidores da seção de execuções fiscais realizam o atendimento das partes e

procuradores. O setor tem 03 estagiários, os quais expedem as cartas de citação e de intimação nos processos de execução fiscal, fazem prévia consulta ao banco de dados de endereços a serem inseridos nas mencionadas cartas, e, rotineiramente, realizam a consulta dos processos que aguardam julgamento por outros órgãos.

O servidor da contadoria (Sergio Ricardo Trajano) realiza os cálculos e elabora planilhas, anexando-as aos processos.

A diretora de secretaria consulta, diariamente, o correio eletrônico da vara e utiliza o malote digital para ler e encaminhar todos os documentos expedidos nos processos. Também controla os documentos lidos e enviados por meio das cinco unidades vinculadas ao sistema “Malote Digital” da subseção judiciária (apoio administrativo, protocolo e distribuição, Subseção de Jabotão dos Guararapes, 29ª vara federal e gabinetes dos juízes titular e substituto). Semanalmente, a diretora de secretaria também faz a distribuição dos mandados para os oficiais de justiça (Lillian Baima Brum e Paulo Manjorani), e, sempre que necessário, faz reuniões com cada um deles ou ambos, para monitorar suas atividades e adequar novas rotinas. A distribuição dos mandados é realizada levando em consideração o número de mandados semanal (demanda) e os locais de cumprimento das diligências. Busca-se sempre uma divisão equitativa, embora se trate de forma diferenciada aqueles mandados urgentes (com prioridade) e também aqueles em que o cumprimento seja em locais mais distantes e de difícil acesso. Também, por meio dos sistemas, a diretora controla os prazos de cumprimento das diligências e devoluções dos mandados.

Há 01 (um) servidor vinculado ao setor de protocolo e distribuição (Valdir Lins), 01 (um) servidor no apoio administrativo (Sóstenis Brito), e mais 01 (um) servidor ocupante do cargo técnico judiciário, especialidade segurança e transporte (Ailton Silva).

Os processos são separados por atos e, na secretaria, ficam localizados os feitos em andamento. Aqueles que estão em fase de suspensão e arquivamento ficam em sala separada. Há prioridade no andamento das cartas precatórias e de processos que contenham pedidos liminares, urgentes. Em todos os processos novos, com distribuição ou redistribuição recente para a vara, inicialmente é feita uma pesquisa de endereço dos executados (há um banco de dados cuja consulta é feita em secretaria) para evitar diligências inúteis e, somente após esta providência, faz-se a conclusão para análise da petição inicial. Em todos os casos, busca-se dar prioridade às conclusões mais antigas e também atuar com rapidez.

### **6.29.3.2. Gabinete do juiz federal**

O gabinete está organizado da seguinte forma: 1) assessoria da execução fiscal; e 2) assessoria do JEF.

Na assessoria da execução fiscal atua o servidor Kerley Coêlho, que realiza as seguintes atividades: a) minutas de despacho, decisão e sentença, de acordo com a cronologia da conclusão (processo com a conclusão mais antiga para o processo com a conclusão mais recente), mas priorizando sempre os pedidos urgentes, tais como: pedidos de liminares, antecipação de tutela e pedidos de desbloqueios e, ainda, as demandas cuja prioridade de tramitação decorre de lei; b) atende partes e advogados; c) movimentação de processos nos sistemas Tebas e PJe; e d) pesquisa de doutrina e jurisprudência.

A assessoria do JEF é composta atualmente por 04 servidores (Marcella, Hermes, Rossana e Maria Luíza), que realizam as seguintes atividades: a) preparação de minutas de despachos, decisões e sentenças. São priorizados os pedidos urgentes, como pleitos de liminares, antecipações de tutela e as demandas cuja prioridade de tramitação decorre de lei;

b) atendimento das partes e advogados; c) movimentação de processos no sistema Creta; e d) pesquisa de doutrina e jurisprudência.

Nos processos do JEF, o próprio sistema destaca aqueles com prioridade em razão da parte já contar com mais de 60 anos, razão pela qual os próprios servidores os colocam como prioritários para dar andamento. Aqueles processos com pedidos liminares e tutelas antecipadas também são prioritários. Há, também, um critério temporal, sempre para dar andamento àqueles processos conclusos há mais tempo. Nos processos físicos, são respeitados os prazos de conclusão mais antigos para julgamento. A servidora Rossana também auxilia o juiz durante as audiências.

#### **6.29.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 29ª vara federal**

Quando necessário, ocorrem reuniões na vara com a participação do magistrado, principalmente para tratar de mudanças de rotinas e de procedimentos.

#### **6.29.5. Planejamento das atividades da 29ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

As atividades dos servidores da vara são bem definidas e sincronizadas, justamente para evitar ocorrências que impliquem paralisações indevidas dos processos. Durante os períodos de férias dos servidores, são colocados substitutos que realizam atividades secundárias, além das suas primordiais, para suprirem as ausências dos vacantes, medida que se faz para prestigiar o andamento dos processos de forma célere.

Há um empenho para se evitar que os processos fiquem sem andamento por períodos superiores a 30 dias, como também para evitar que o cumprimento das decisões exceda 15 (quinze) dias.

Mensalmente, são analisados os extratos e relatórios extraídos dos sistemas para acompanhar a tramitação dos processos, principalmente aqueles que estão com carga para as Procuradorias, Defensoria Pública Federal, Ministério Público Federal e advogados.

#### **6.29.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 29ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

Não há na vara um procedimento específico para atendimento dos membros do Ministério Público, Defensoria Pública e advogados. Em geral, as partes, os advogados e procuradores são atendidos no balcão da secretaria.

Havendo necessidade, o próprio magistrado recebe os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e partes em seu gabinete.

A vara não realiza consultas de satisfação acerca do atendimento prestado.

#### **6.29.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 1.593 (572 físicos + 283 do PJe + 738 do JEF) processos em tramitação. Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade (17), a média de processos por servidor é de 93,70.

Em outubro/2017, havia 135 processos conclusos para sentença. Inexistiam feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 622 processos sobrestados/suspensos pelos seguintes motivos: art. 40 da Lei nº 6.830/80 (474); parcelamento (96); aguardando julgamento dos embargos (17); aguardando julgamento de agravo (02); sobrestado (28); parcelamento (02); débito inferior ao limite legal (02) e art. 921 (01).

Nos 24 meses anteriores à correição, não se observou o extravio ou a restauração de autos. Em igual período, foram realizadas 02 inspeções (14 a 18/03/2016 e 03 a 07/04/2017).

Em 06/11/2017, havia na 29ª vara/PE 23 processos com prazos vencidos, segundo relatório estatístico extraído do sistema Tebas. Faz parte da rotina da unidade solicitar mensalmente a devolução dos feitos com prazos vencidos.

Nos últimos 24 meses, a contar do início da correição, foram realizadas 282 audiências, todas relativas a processos do JEF. Observou-se o adiamento de 17 audiências e o cancelamento de 07.

As audiências adiadas já foram realizadas, à exceção de duas delas, que estavam marcadas para os dias 21 e 23/11/2017. Os cancelamentos derivaram de pedido do autor, ausência do demandante ou pleito de desistência do processo.

#### **6.29.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

No período de janeiro a outubro/2017, foram distribuídos 06 processos de conhecimento e prolatadas 21 sentenças. Estes dados foram extraídos do relatório estatístico de processos distribuídos e do relatório estatístico de sentenças CJF, ambos do sistema Tebas. Em relação aos feitos eletrônicos (PJe), foram distribuídos 98 processos de conhecimento, no período de janeiro a outubro/2017, e 33 sentenças foram prolatadas no mesmo intervalo. Vale ressaltar que, por meio do PJe, 62 processos foram redistribuídos para outros juízos no mesmo período.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade informou estar cumprindo a meta de percentuais de processos julgados.

##### **Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Há conciliações propostas nos próprios processos, as quais, quando aceitas, são homologadas posteriormente e durante as audiências, que são presididas pelo próprio magistrado, quando possível, há acordos realizados.

##### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade**

**administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica, pois não há ações de improbidade na unidade.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

No ano de 2016, não houve distribuição de execuções não fiscais e, em 2017 (de janeiro a outubro), foram baixados 14 processos (04 execuções contra a Fazenda Pública e 10 cumprimentos de sentença).

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica, pois não há ações coletivas na 29ª vara federal.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não há processos criminais na 29ª vara/PE.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não há processos criminais na 29ª vara/PE.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica, pois não há ações de improbidade administrativa na unidade.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões.**

Não se aplica, pois não há processos criminais na 29ª vara federal e nem houve decretação de prisões.

#### **6.29.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 75 processos físicos (quando da correição tinham 572 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 70 processos (quando da correição tinham 283 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

A correição analisou, ainda, 70 processos virtuais do JEF Adjunto (quando da correição tinham 738 processos do Sistema Creta).

## 6.29.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

### 6.29.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0001565332011405831	Fl. 613.
	1	

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0018808771998405830	Para decisão de fl. 105.
	0	

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0004675102010405830	De 27.06.2017 a 15.09.2017.
	0	

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0001240822016405831	De 15.12.2016 a 31.03.2017
	1	

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0001685762011405831	
	1	
Execução Fiscal	0000874142014405831	
	1	
Execução Fiscal	0011870702015405830	
	0	
Execução Fiscal	0001519392014405831	
	1	
Execução Fiscal	0001591552016405831	
	1	
Execução Fiscal	0000565222016405831	
	1	
Execução Fiscal	0001205302013405831	
	1	
Execução Fiscal	0001104902013405831	
	1	
Execução Fiscal	0000791272016405831	
	1	
Execução Fiscal	0000769662016405831	
	1	
Execução Fiscal	0001215742013405831	
	1	
Execução Fiscal	0006224852011405831	
	1	
Execução de Sentença	0000240232011405831	
	1	
Execução Fiscal	0002158322010405830	
	0	
Execução Fiscal	0000853432011405831	
	1	

Execução Fiscal	0009216192011405831	
	1	
Execução Fiscal	0000758132011405831	
	1	
Execução Fiscal	0002228792011405831	
	1	
Execução Fiscal	0000586712011405831	
	1	
Execução Fiscal	0000357142011405831	
	1	
Execução Fiscal	0007415682011405830	
	1	
Execução Fiscal	0006147762011405830	
	1	
Execução Fiscal	0003343132007405830	
	0	
Execução Fiscal	0010957942011405831	
	1	
Execução Fiscal	0000066142011405831	
	1	
Execução Fiscal	0004063052011405831	
	1	
Execução Fiscal	0010230382011405831	
	1	
Execução Fiscal	0000138252016405831	Juízo deprecado se manifestou acerca do cumprimento de carta precatória.
	1	
Execução Fiscal	0004077862011405831	Solicitações de informações ao juízo deprecado.
	1	
Execução Fiscal	0002011602016405831	Concluso ao juízo para análise.
	1	
Execução Fiscal	0000574232012405831	
	1	
Execução Fiscal	0000536452011405831	Aguardando intimação do executado.
	1	
Execução Fiscal	0001181702011405831	Juntada de documentos referentes à carta precatória em 14/11/2017.
	1	
Execução Fiscal	0000076582011405831	
	1	
Execução Fiscal	0004605232011405831	Intimação das partes.
	1	
Execução Fiscal	0002225272011405831	
	1	
Execução Fiscal	0010895542011405831	
	1	
Execução Fiscal	0011200382011405831	
	1	
Execução Fiscal	0009308942011405831	
	1	
Execução Fiscal	0002288522011405831	
	1	
Execução Fiscal	0007133302011405831	
	1	
Execução Fiscal	0001274332011405831	
	1	
Execução Fiscal	0001440942013405831	

	1	
Execução Fiscal	0000977502016405831	
	1	
Execução Fiscal	0004898902011405831	
	1	
Execução Fiscal	0002854982011405831	
	1	
Execução Fiscal	0007659942011405831	
	1	
Execução Fiscal	0002016822016405831	
	1	
Execução Fiscal	0004243212011405831	
	1	
Execução Fiscal	0002471232011405831	
	1	
Execução Fiscal	0010784702011405831	
	1	
Execução Fiscal	0009883052011405831	
	1	
Execução Fiscal	0004180932011405831	
	1	
Execução Fiscal	0002012452016405831	
	1	
Execução Fiscal	0000395842015405831	
	1	
Execução Fiscal	0002014152016405831	
	1	
Execução Fiscal	0000270242012405831	
	1	
Execução Fiscal	0007762042011405831	
	1	
Execução Fiscal	0006276812011405831	
	1	
Execução Fiscal	0002152552011405831	
	1	
Execução Fiscal	0010591552011405831	
	1	

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0000374742016405831	Processo sem movimentação, de 12.12.2016 a 20.03.2017.
	1	
Execução Fiscal	0001565332011405831	Permanência excessiva dos autos em poder da PFN, de 03.11.2016 a 20.03.2017.
	1	
Execução Fiscal	0000476962016405831	Demora na cobrança de devolução do mandado.
	1	
Execução Fiscal	0001503172016405831	Juntada de documentos após termo de encerramento.
	1	

<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0000639762016405831	Fev a nov/17.
	1	

### Outras Observações:

Processo: 00000765820114058311 Classe: Execução Fiscal - Processo redistribuído ao juízo federal em abril/2011. Feito suspenso até o trânsito em julgado dos embargos à execução. Trâmite regular do feito a partir de setembro/2017. Determinação de expedição de alvará.

Processo : 00001382520164058311 Classe: Execução Fiscal - Aguardando cumprimento de carta precatória.

Processo: 00003891920114058311 Classe: Execução Fiscal - Processo suspenso em nov/17.

Processo: 00005364520114058311 Classe: Execução Fiscal - Grandes devedores. Feito suspenso por um ano. Intimação do executado para se manifestar sobre a penhora realizada.

Processo: 00005742320124058311 Classe: Execução Fiscal - Processo suspenso por um ano em 14.11.2017 (certidão da secretaria).

Processo : 00011817020114058311 Classe: Execução Fiscal - Execução de grandes devedores. Feito distribuído em 12 (doze) volumes. Reunião do feito 0001178-18.2011.4.05.8311. Execução contra grupo econômico. Juntada de documentos referentes à carta precatória em 14.11.2017.

Processo : 00012743320114058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 20.04.2011.

Processo : 00015653320114058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 26.04.2011.

Processo: 00016857620114058311 Classe: Execução Fiscal - Grandes devedores.

Processo : 00020116020164058311 Classe: Execução Fiscal - Execução de grandes devedores. Executado não localizado. Demora na realização do ato citatório. Pedido de redirecionamento do feito. Feito sigiloso.

Processo: 00022252720114058311 Classe: Execução Fiscal - Feticio redistribuído para a Justiça Federal em maio/2011. Autos arquivados em 2012. Sentença de extinção em setembro/2017. Certidão de trânsito em julgado em 27/10/2017.

Processo : 00024712320114058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 21.06.2011.

Processo : 00028549820114058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 27.05.2011.

Processo : 00040630520114058311 Classe: Execução Fiscal - Sentença em 26/10/17.

Processo : 00040778620114058311 Classe: Execução Fiscal - Processo piloto contendo as CDAs referentes aos feitos 004077-86.2011.4.05.8311, 0004082-11.2011.4.05.8311, 0004080-41.2011.4.05.8311, 0010163-73.2011.4.05.8311 e 0004603-53.2011.4.05.8311. Foram juntadas as sentenças dos processos mencionados. Solicitações de informações pelo magistrado.

Processo : 00041809320114058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 03.08.2011.

Processo : 00042432120114058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 14062011.

Processo: 00046052320114058311 Classe: Execução Fiscal - Em novembro/2013, determinou-se o arquivamento do feito, com baixa, considerando que os autos físicos foram devolvidos ao TRF5 para aguardar o julgamento de recurso em tramitação perante Tribunal Superior. Intimação das partes.

Processo : 00046751020104058300 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 22.06.2011.

Processo : 00048989020114058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 05072011.

Processo : 00059883620114058311 Classe: Execução Fiscal - Sentença em 16/10/17 e trânsito em julgado em 07/11/2017.

Processo: 00061477620114058301 Classe: Execução Fiscal - Processo sentenciado em 27/10/17.

Processo : 00062768120114058311 Classe: Execução Fiscal - O processo foi redistribuído para esta Vara em 28/09/2011.

Processo : 00071333020114058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 06.10.2011.

Processo : 00076599420114058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 10.10.2011.

Processo: 00093089420114058311 Classe: Execução Fiscal - Feito redistribuído para a justiça federal em setembro/2011. Expedição de mandado de citação. Trâmite do feito prejudicado pelas diversas tentativas de citação.

Processo : 00102303820114058311 Classe: Execução Fiscal - Sentença em 26/10/17.

Processo : 00105915520114058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 28/10/2011

Processo : 00108955420114058311 Classe: Execução Fiscal - Sentença em outubro/2017.

Processo : 00109059820114058311 Classe: Execução Fiscal - Processo com despacho de arquivamento em julho/17.

Processo : 00109579420114058311 Classe: Execução Fiscal - Sentença em 09/11/2017.

Processo : 00111813220114058311 Classe: Execução Fiscal - Sentença em 07/08/17 e trânsito em julgado em 27/10/17.

Processo : 00112003820114058311 Classe: Execução Fiscal - Arquivament do feito em 2012. Sentença de extinção em agosto 2017. Certidão de trânsito em julgado da sentença.

Processo: 00188087719984058300 Classe: Execução Fiscal - Processo arquivado em out/14.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correcionado
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800033-78.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	E. C. DE ALMEIDA TRANSPORTES - 41.233.503/0001-94	SIM
0800150-69.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PAULO CESAR DE BARROS MORATO e outro - 488.835.904-06	SIM
0800218-19.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONDOMINIO DO EDIFICIO GALAPAGOS - 35.467.372/0001-07	SIM
0800256-31.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE GOMES DA SILVA e outro - 499.807.004-59	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800009-50.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ORLOG TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA - EPP - 13.517.763/0001-56	SIM
0800047-62.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ELIZANGELA DE SOUSA LOPES COMERCIO ALIMENTICIO - EPP - 17.853.785/0001-48	SIM
0800113-42.2017.4.05.8311 - (Segredo)	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Extinção da Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MICHELETTO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e outro - 07.289.747/0001-50	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800133-67.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0800141-44.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	ARAPAZ MINERACAO LTDA - EPP - 08.270.728/0001-45	SIM
0800150-69.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PAULO CESAR DE BARROS MORATO e outro - 488.835.904-06	SIM
0800192-55.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	MANOEL GORGONHO DE AZEVEDO - 146.967.544-72	SIM
0800243-66.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIAO - 00.000.000/0006-49	ECIANE HELENA GOMES BARBOSA - 346.249.104-00	SIM
0800245-02.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE LAURENTINO DE BRITO FILHO - 632.017.804-30	SIM
0800280-59.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ELIVAN BARBOSA DOS SANTOS - 438.711.434-72	SIM
0800322-11.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 00.000.000/0004-51	ANTONIO SERGIO LIMEIRA DA SILVA - 531.099.294-49	SIM
0801071-28.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AGRO PASTORIL BELA VISTA SA - 11.524.501/0001-93	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						

0800011-20.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANLOG TRANSPORTES EIRELI - ME - 10.510.507/0001-49	SIM
- Processo em Ordem.						
0800001-73.2017.4.05.8311	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		Juntada de Petição	L BERNARD EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP - 07.290.156/0001-01	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0800064-06.2014.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Anuidades OAB	Juntada de Petição	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 7 REGIAO - 00.000.000/0004-59	SIM
0800087-44.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	AUTO POSTO SUCUPIRA LTDA - EPP - 07.958.810/0001-02	SIM
0800108-20.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BMR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. - 09.391.603/0001-36	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0800109-05.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Extinção da Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE SERGIO DE OLIVEIRA MOURA - 352.020.334-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800114-27.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE LYSANDRO PEREIRA DA SILVA - 361.211.344-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800122-72.2015.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO VIANEZ QUEIROZ DE LIMA FILHO e outro - 846.354.953-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800178-37.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CODISTIL DO NORDESTE LTDA - 10.779.478/0001-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800187-96.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Proposta de Honorários	CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A- CEPASA - 10.422.699/0001-31	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800209-91.2016.4.05.8311	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Taxa SELIC	Juntada de Apelação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AFRANIO CAVALCANTE SILVA - 088.476.813-91	SIM
0800211-61.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - 40.869.042/0001-88	SIM
0800217-34.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FEC SPIAGGIA - ME - 69.933.307/0001-41	SIM
0800223-75.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	LIDERMAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 04.275.114/0001-03	SIM
0800225-11.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMPANHIA USINA BULHOES - 10.420.446/0001-29	SIM
0800229-48.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	VITOPPAN VITORIA PRODUTOS PARA PANIFICACAO LTDA - 24.155.210/0001-17	SIM

0800251-43.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	EXPRESS TCM LTDA - 01.834.475/0004-99	SIM
0800265-27.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Profissional e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	MUNICIPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES e outro - 10.377.679/0001-96	SIM
0800291-88.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Cota	PROGRESSO LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA - 10.580.938/0001-81	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800302-20.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	JARBAS JOSE FERREIRA - 127.826.964-91	SIM
0800318-71.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NELSON MAYRINCK CABRAL DA COSTA - 036.353.684-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800325-63.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 00.000.000/0004-51	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0800360-23.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 00.000.000/0004-51	JOSE PAULO DOS SANTOS - 489.287.044-72	SIM
0800378-44.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FA TEIXEIRA E CIA LTDA - 10.884.468/0001-40	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800384-51.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 00.000.000/0004-51	SUELEN ALEN DA SILVA - 013.642.564-01	SIM
0800415-71.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 00.000.000/0004-51	MICHELLE RIBEIRO LIMA - 042.369.454-52	SIM
0800425-18.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EXPRESS TCM LTDA - 01.834.475/0004-99	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0800426-03.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A-CEPASA - 10.422.699/0001-31	SIM
0800449-46.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JGS SERVICOS E INSTALACOES LTDA - EPP - 12.290.139/0001-04	SIM
0800455-53.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	RODOVIARIA LEAO DO NORTE LTDA - 24.149.320/0001-76	SIM
0800501-42.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	ELIETE JULIETA DOS SANTOS SILVA GAS - ME - 02.646.513/0001-08	SIM
0800537-84.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	RENATO JOSE GOUVEIA GUEDES - 215.564.744-15	SIM

0800558-60.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - 00.360.305/0001-04	G.M 5 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 10.963.262/0001-05	SIM
0800574-14.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - 10.377.679/0001-96	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	SIM
0800588-95.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	A .C. GOMES DE SOUZA -PANIFICACAO - ME - 07.310.962/0001-96	SIM
0800619-18.2017.4.05.8311	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800717-03.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	T M DA SILVA TRANSPORTES - EPP - 05.977.575/0001-82	SIM
0800738-76.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIMAO TRANSPORTES, LOCACAO E ESCOLTA LTDA - ME - 07.319.456/0001-68	SIM
0800740-46.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	EMPRESA AUTO VIACAO PROGRESSO SA - 10.788.677/0001-90	SIM
0800765-59.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONDOMINIO DO EDIFICIO CRUANGI - 09.612.352/0001-72	SIM
0800806-26.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	POSTO LUZES LTDA - 13.252.691/0001-62	SIM
0800827-02.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JLMR UNIAO AMBIENTAL LTDA - ME - 16.686.071/0001-20	SIM
0800853-97.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DOMINGUES & FILHO LTDA - ME - 70.073.135/0001-62	SIM
0800855-67.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES - 10.377.679/0001-96	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	SIM
0800878-13.2017.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Lançamento	Juntada de Certidão de Intimação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800880-80.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ACOSNORDESTE INDUSTRIA METALURGICA LTDA - EPP - 07.612.597/0001-74	SIM
0800928-39.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A- CEPASA - 10.422.699/0001-31	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800929-24.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A- CEPASA - 10.422.699/0001-31	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800946-60.2017.4.05.8311 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Antecipação de Tutela / Tutela Específica e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA ELIANE DA SILVA CONRADO - 782.191.754-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800963-96.2017.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Decretação de Ofício	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ITGN INDUSTRIA DE TELHAS GALVANIZADAS DO NORDESTE LTDA - 11.676.277/0001-55	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0800995-04.2017.4.05.8311	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MILDO ALVES ADMINISTRACAO COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - 19.059.849/0001-69	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801034-98.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	R. VALOIS CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. - 04.248.790/0001-80	SIM
0803963-40.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 00.000.000/0004-51	DANIELLE DE CASTRO FERREIRA - 035.775.194-95	SIM
0807502-19.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DAVID JOSE DE CARVALHO NETO - 547.260.504-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0812516-76.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	ALEXANDRE SILVA NASCIMENTO GAS - ME - 08.068.006/0001-02	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Processo em Ordem	<a href="#">0504394-94.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0518225-15.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500078-04.2011.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0505978-31.2012.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500760-86.2012.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500308-42.2013.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0504866-57.2013.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0502012-56.2014.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500136-32.2015.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500737-38.2015.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500945-22.2015.4.05.8311</a>	Arquivado em 01/12/2017.
	<a href="#">0503096-58.2015.4.05.8311</a>	Arquivado em 01/12/2017.
	<a href="#">0503114-79.2015.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0507244-14.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0515315-05.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500383-76.2016.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0501055-84.2016.4.05.8311</a>	

<a href="#">0501209-05.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501379-74.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501405-72.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501598-87.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501790-20.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501893-27.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502223-24.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502422-46.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502472-72.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502687-48.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502996-69.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503078-03.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503294-61.2016.4.05.8311</a>	Recebido da TR em 30/10/2017.
<a href="#">0503323-14.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503370-85.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503565-70.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0504030-78.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0519416-51.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500063-89.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500156-52.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500246-60.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500317-62.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500378-20.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500395-56.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500412-92.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500489-04.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500550-</a>	

<a href="#">59.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500598-18.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500606-92.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500621-61.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500746-29.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500753-21.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500814-76.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500862-35.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500903-02.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501000-02.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501036-44.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501072-86.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502001-22.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502073-09.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502281-90.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502481-97.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502656-91.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502870-82.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503055-23.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503145-31.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503505-63.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503522-02.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503635-53.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503670-13.2017.4.05.8311</a>	Arquivado em 28/11/2017.
<a href="#">0503704-85.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0504059-95.2017.4.05.8311</a>	
<b>Total de Ocorrências: 69</b>	
Processos sem movimentação	<a href="#">0503685-</a> De 14/03/2017 a 17/05/2017

processual em período determinado	<a href="#">15.2017.4.05.8300</a>	
		<b>Total de Ocorrências: 1</b>

#### **6.29.10. Correição anterior e autoinspeção**

A unidade informou, em relação à correição anterior, que não foram feitas determinações, mas, apenas, anotações.

Após a última autoinspeção, ficou estabelecido, como meta, manter os níveis de organização, qualidade e presteza que foram atingidos pela secretaria.

#### **6.29.11. Considerações finais**

A 29ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 29ª vara federal funciona de modo eficiente.

### **6.30. 30ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE**

#### **6.30.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 30ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 6/2011 - TRF5 c/c o Ato nº 161/2011 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 30ª vara federal detém competência privativa para processar e julgar as execuções fiscais, cabendo-lhe, ainda, a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs criminais, instituídos pela Lei nº 10.259/2001. A unidade funciona no prédio-sede da subseção, localizado na Av. Ayrton Senna da Silva, 3835, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### 6.30.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores

A 30ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada; b) 15 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados e 08 técnicos judiciários.

Não há na vara cargo de servidor vago.

#### 6.30.2.1. Juíza federal titular

A juíza federal titular da vara, Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz, exerce a magistratura desde 17/02/2003, atuando na 30ª vara federal desde 01/06/2013.

Nos últimos 24 meses, a juíza federal esteve afastada pelos períodos e motivos a seguir descritos:

Férias: 07 a 13/1/2016; 11/7/2016 a 09/8/2016; 16 a 31/1/2017; e 21/6/2017 a 20/7/2017;

Participação em encontro de entidades de classe: 30/10/2015 a 02/11/2015.

A magistrada federal titular reside na região metropolitana onde se situa a vara.

#### 6.30.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 30ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Adelle Maria Vital Constantino Monteiro Soares	TJ 2923	Oficial de Gabinete do Juiz Titular (FC-05)	Superior	Direito
Raquel Machado de Medeiros	AJ 3064	Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz (FC04)	Superior	Direito
Manoel Francisco do Nascimento Júnior	AJ 3067	Oficial de Gabinete do Juiz Substituto (FC-05)	Superior	Direito
Karina Maria Costa de Albuquerque	TJ 4003	Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto (FC04)	Superior	Direito
Bhrunna Paes Barreto de Castro Lima	TJ 3054	Supervisor da Seção de Processamento de Execuções Fiscais (FC-05)	Superior	Direito
Hilana Figueiredo de Souza	removida JF Mato Grosso do Sul, mat. 3217	Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria (FC-02)	Superior	Administração

Rostand Pimentel Brasileiro da costa	AJ 2827	Supervisor Assistente do Setor de Cálculos (FC-04)	Superior	Engenharia Mecânica
Neli da Silva Santa Rosa	TJ 3170	Supervisor-Assistente da Seção de Processamento de Execuções Fiscais (FC-04)	Superior	Administração e Direito
Melquíades de Souza Filho	TJ 3070	Assistente Técnico III da Seção de Processamento de Superior Execuções Fiscais (FC-03)	Superior	Direito
Bruno Rafael Alves Correia	TJ 3080	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados (FC-05)	Superior	Direito
Djanira de Mesquita Teixeira Fernandes Pires	AJ 2580	Supervisor Assistente da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados (FC-04)	Superior	Direito
Patty Queiroz	AJ2884	Não	Superior	Direito
Evandro Agostinho Chaves de Melo	Oficial de Justiça 4002	Não	Superior	Direito
Cláudio Ricardo Silva Lima Junior	Oficial de Justiça 3550	Não	Superior	Direito
Fabiana Rodrigues dos Santos	TJ 3084	Supervisor Assistente da Seção de Apoio Administrativo	Superior e Superior incompleto	Pedagogia e (*)cursando Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 30ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura, neste cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

A unidade conta com 02 servidores requisitados: Mauro Nery Moura (Tribunal de Justiça de Pernambuco) e Claudenice Maria Oliveira (Prefeitura de Serra Talhada).

Não há servidores da vara cedidos a outro órgão.

Não atuam na unidade serventuários sem vínculo com o serviço público nem servidores em auxílio.

Inexistem funções comissionadas vagas.

Não se verificou a existência de servidor afastado de suas atividade por motivo outro que não férias.

### 6.30.2.3. Estagiários

Há 03 vagas de estágio previstas para unidade, estando todas ocupadas.

Todos os estagiários atuam na secretaria da vara (um trabalha com os feitos físicos no setor de expedição e os outros estagiam no JEF, sendo responsáveis pela triagem inicial dos processos e pelos procedimentos nas fases de conhecimento e execução).

### **6.30.3. Organização da 30ª vara federal**

Dentre os servidores da 30ª vara federal de Pernambuco, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

#### **6.30.3.1. Secretaria**

A secretaria é formada pelos setores JEF, execuções fiscais e contadoria do juízo. Com os feitos físicos de execução fiscal e seus processos conexos trabalham 07 servidores na secretaria, divididos da seguinte forma: 1) Neli Santa Rosa e Hilana Figueiredo de Souza trabalham no setor de cumprimento, sendo responsáveis pela publicação, verificação de prazos, efetivação das constrições eletrônicas, baixa e suspensão dos autos e outros procedimentos; 2) Bhrunna Paes Barreto (supervisora do setor e diretora eventual), Patty Queiroz e Djanira Teixeira, no setor de atos processuais e judiciais, analisam petições e requerimentos, minutam despachos/decisões e praticam demais atos processuais em cartas precatórias e outros processos físicos; 3) Melquíades de Souza, no setor de expedição, é responsável pela emissão e recebimento de expedientes e requisitórios.

No JEF, atuam: 1) Bruno Rafael, responsável pelo andamento dos processos de execução e pela expedição de requisitórios e demais expedientes; 2) Fabiana Rodrigues, responsável pela marcação, agendamento, acompanhamento e conclusão das perícias médicas e sociais, além das audiências; e 3) Claudenice Maria de Oliveira, responsável pelos processos de conhecimento e seus expedientes correlatos.

Na Contadoria, Rostand Brasileiro atua nos cálculos dos processos da subseção.

Nos processos físicos, as cartas precatórias e processos envolvendo os conselhos e a CAIXA tramitam em local específico com servidora especializada. Os processos de grandes devedores são gravados como tal na capa e no Tebas e têm tramitação diferenciada. Nos demais processos a secretaria tem despachado, com brevidade, as petições e cotas, seguindo os autos para conferência e assinatura da magistrada e, logo após, seguindo para os setores de cumprimento/publicação e/ou expedição e/ou cálculo, mantendo o célere andamento do feito.

Nos autos novos, recebidos da distribuição, é feita uma conferência no Tebas para verificar a existência de processo(s) contra o mesmo executado e, se positivo, o(s) outro(s) feito(s) é(são) analisado(s) para, se for o caso, aproveitar os atos e informações judiciais já diligenciados, tais como: resultado da citação, localização de novo endereço, resultado das constrições, notícia de morte da parte, pedido e manifestação sobre redirecionamento etc. Esse procedimento acarreta maior eficiência e celeridade aos feitos porque se possibilita o uso de informações e atos já diligenciados em outros executivos fiscais, envolvendo o mesmo executado, tornando mais efetivos os procedimentos e evitando adotar atos que, de certo, resultarão infrutíferos ou repetitivos se já tentados sem sucesso, como por exemplo: diligência em endereço errado, inexistente ou incompleto; inexistência de declaração de bens e rendimentos ou de bens declarados no IR; ausência de dados novos em pesquisas cadastrais feitas nos sistemas INFOSEG, BACENJUD, RENAJUD, SIEL e INFOJUD. Acaso viável futura reunião, estes autos serão processados em apenso, viabilizando reuni-los.

O despacho inicial-DI adotado, com previsão e determinação de vários atos e procedimentos judiciais, permite à secretaria dar andamento ao executivo fiscal sem abrir sucessivas conclusões. Após a adoção do DI, em julho de 2013, o número de processos ativos caiu de 1.591, naquele mês, para 738 processos, no mês de outubro de 2017.

Foi iniciado um projeto piloto de gestão mediante controle dos processos de grandes

devedores recorrentes em diversos feitos executivos. Como a Usina Bulhões e a construtora GC Tenório representavam grupos econômicos e estavam semanalmente nos gabinetes devido ao grande número de execuções, resolveu-se separar todos os processos de cada grupo e atribuí-los a um servidor da secretaria como forma de maior controle, inclusive quanto às diligências efetivadas para evitar ações inócuas na tentativa de citar/intimar. Cada servidor passou a ter acervo documental traduzindo o histórico dos processos, de modo a que qualquer outra pessoa pudesse também atuar. A iniciativa produziu frutos que resultou na conciliação em todos os feitos da usina, até mesmo da 29ª vara. Quanto à construtora, igualmente foi produtiva, sobretudo para alcançar a citação/intimação de todos os 48 executados, viabilizando a chegada mais premente à fase expropriatória, a qual almeja a PFN, que já sinalizou pela possibilidade de adjudicação de um bem penhorado (terreno da Vila Maria/SP).

A vara está iniciando estudos para aplicação de novo modelo de gestão com objetivos, metas e indicadores de acompanhamento a serem definidos com o grupo.

#### **6.30.3.2. Gabinete da juíza federal**

Os servidores do gabinete são responsáveis pelas minutas de decisões e sentenças mais complexas, pelo atendimento ao jurisdicionado, pela análise dos pedidos de urgência e, ainda, pela elucidação de dúvidas procedimentais da secretaria.

Estão divididos em 02 grupos de 02 servidores, de modo que um deles, formado pelas servidoras Adelle Maria e Karina Maria, fica responsável pelos processos de execução fiscal físicos e virtuais do PJE. O outro grupo, formado por Manoel Francisco e Raquel Medeiros, processa os feitos virtuais do Creta. As urgências são dispostas em pastas específicas e entregues em mãos pela secretaria ao servidor da assessoria.

Temporariamente, todos os servidores estão minutando sentenças em processos do JEF, a fim de reduzir o número de feitos conclusos.

Adota-se o critério cronológico de entrada das conclusões, salvo os processos de urgência ou com prioridade, que são analisados de imediato.

A vara não dispõe de planilhas específicas do acervo, valendo-se das ferramentas eletrônicas disponíveis no Tebas, Creta e PJe.

#### **6.30.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 30ª vara federal**

No processo de adoção do novo DI, experiência exitosa haurida da 28ª vara federal, e na orientação dos servidores a respeito da nova gestão, iniciada em junho/2013, foram feitas várias reuniões envolvendo toda a equipe para expor as estratégias e objetivos da atual administração e discutir ideias e sugestões dos servidores, tais como: uso do Infoseg, Bacenjud e Renajud sem prévia remessa a alguns exequentes, atendimento no balcão com a máxima presteza e celeridade, horário das escalas e ponto, dia fixo para publicação e verificação de prazos, alteração física dos setores da vara, incentivo ao relacionamento interpessoal da equipe etc.

Dentre as mudanças no desenho da vara, destacam-se:

- a) a criação de gabinete para direção de secretaria - foi feita uma sala fechada, com vidros nas paredes e em local estratégico, para que o diretor mantivesse o controle e fiscalização das atividades da secretaria, trazendo, ao mesmo tempo, privacidade necessária no trato reservado com servidores e jurisdicionado;

b) a criação de copa – o espaço de que todos os servidores da vara dispunham para alimentação estava limitado à pequena cozinha com uma mesa para três lugares. A nova copa criou um ambiente agradável para fazer as refeições e a necessária parada para um “cafezinho”, favorecendo o estreitamento das relações interpessoais no ambiente de trabalho e o maior comprometimento e produtividade. Para fazer o local, foi diminuído espaço físico do gabinete e do Arquivo;

c) a mudança da sala de arquivo – essa alteração do arquivo para um local maior possibilitou a disposição de mais estantes para alocação de processos em fases diversas e a retirada de estantes e processos dos corredores e da frente do balcão de atendimento. No caso específico do balcão, as partes e seus procuradores passaram a ter maior visibilidade do que é feito em secretaria e dos servidores que compõem a vara;

d) a mudança do local da assessoria – esse setor estava localizado em área que dava acesso ao arquivo, ao depósito e ao gabinete, sendo constantemente utilizado como passagem por servidores de outros setores. Assim, para dar maior privacidade, para manter a perfeita concentração dos assessores e para evitar o trânsito de outros servidores pelo setor, o local da assessoria e a disposição das mesas e computadores foram modificados; e

e) a alteração de todos os setores na secretaria – essa mudança foi necessária para o melhor trânsito dos servidores, a perfeita alocação de estantes em cada setor, a ampla visualização de todos os servidores e o maior bem estar laboral.

A juíza federal conduziu e participou das reuniões que tratavam, principalmente, de temas relacionados à implantação dos novos atos e formas de atuação judicial e administrativa e à alteração física dos setores.

#### **6.30.5. Planejamento das atividades da 30ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

A vara tem como objetivo a prestação de serviço judicial de forma célere e adequada, tanto no trâmite processual como no atendimento ao jurisdicionado no balcão, dando ênfase a um ambiente laboral sadio, profissional e de bom relacionamento interpessoal para melhor explorar a capacidade de cada servidor.

De regra, o planejamento das atividades para se atingir o objetivo é feito com a participação dos servidores. Com essa estratégia busca-se a melhor adaptação do pessoal aos fins traçados.

A partir dessas discussões, foram expedidas ordens de serviço e portarias para dar maior celeridade aos feitos – autorização de busca de dados cadastrais no sistema Infoseg, substituição por portaria do despacho inicial em carta precatória, prévia autorização de expedição de carta precatória, determinação por portaria para gravação de segredo de justiça nos autos, substituição da decisão de redistribuição para a Subseção Judiciária do Cabo/PE por portaria, além de prévia autorização de expedição de nova carta de citação se ausente a parte.

Para se estabelecer o novo DI, foram realizadas, também, reuniões com os exequentes de maior quantidade de demandas – PGFN, PRF, PRU e conselhos -, objetivando a adequação e criação de procedimentos para melhor trâmite processual, inclusive com a autorização do uso regular de intimações por meio eletrônico e citação por carga dos autos.

Como resultado das conversações, esses órgãos depositaram em cartório ofício requerendo que fossem realizadas, em sua devidas fases, a citação e a intimação por edital, a efetivação de constrições eletrônicas judiciais pelos Sistemas Bacenjud e Renajud e a quebra de sigilo por meio do Sistema Infojud. Além desses pedidos prévios com autorização/determinação já previstas no DI, a PGFN depositou outro ofício informando seu desinteresse nas restrições pelo Renajud de veículos alienados ou com mais de 15 (quinze) anos de uso, dispensando a respectiva constrição e, ainda, sua intimação do ato.

Nas instalações físicas, por não existir previsão de lugar específico, o local do arquivo foi alterado para aumentar a capacidade e ajustar os processos suspensos e arquivados. A modificação foi necessária porque a maioria dos executivos fiscais permanecem por seis anos parados - por suspensão seguida de arquivamento sem baixa - para posterior julgamento e arquivamento definitivo, sendo que a vara tem somente três anos de funcionamento, ficando, assim, obrigada a acumular no arquivo as demandas arquivadas por mais três anos, no mínimo.

Outra forma de atividade judicial para melhor prestação de serviço é a realização de audiências nos processos físicos e eletrônicos. No JEF, a audiência é corolário da oralidade e celeridade exigidas.

Em vara de competência fiscal, a possibilidade de conciliação é diminuta porque o alcance da proposta conciliatória das partes é limitado por eventual lei permissiva. Ainda assim, está sendo realizada a conciliação entre a PGFN e a usina Bulhões - parte classificada como grande devedora - para pagamento e parcelamento das dívidas, propondo-se, inclusive, pagar o débito de forma parcelada com parte vinculada da receita de futuras vendas de lotes de terrenos no condomínio Alphaville, negociando-se, para tanto, a liberação das gravações judiciais nessa propriedade.

#### **6.30.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 30ª vara federal e nos gabinetes dos juízes federais**

O jurisdicionado - partes, procuradores, defensores, advogados ou terceiros interessados - é atendido no balcão por servidor da secretaria, conforme escala ordenada de atendimento. Se o processo estiver no gabinete e a parte suscitar dúvidas de competência daquele setor, uma das assessoras é chamada para prestar o atendimento. É um dos objetivos da vara o rápido e pleno atendimento às partes, principalmente aos que pouco conhecem os procedimentos e trâmites processuais. Quando há solicitação para “despachar” com a magistrada, os servidores acionam a direção de secretaria ou a assessoria responsável para tentar dirimir eventuais dúvidas da parte. Se persistir o pleito por atendimento pessoal pela juíza da vara, leva-se o pedido à magistrada que, de regra, atende ao chamado do requerente.

A vara não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.30.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia em tramitação na unidade 2.528 processos (total ajustado). Considerando o número de servidores efetivos (17), a relação é de 148,70 processos por servidor.

Em outubro/2017, havia 244 feitos conclusos para sentença. Não havia processo concluso com pedido urgente pendente de análise.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 4.868 processos sobrestados/suspensos (4.015 - arquivados sem baixa; 853 - suspensos).

Não se observou o extravio ou a restauração de autos nos últimos 24 meses, a contar do início da correição.

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, foram realizadas 212 audiências e 02 inspeções judiciais. Foram 15 as audiências de conciliação em execução fiscal. No Creta, as audiências são rotineiras. Houve o cancelamento/adiamento de 01 audiência em processo do Tebas, a qual foi remarcada e realizada conciliação com sucesso.

#### **6.30.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A vara registrou que a subseção tem competência para processar e julgar execuções fiscais e feitos do juizado especial federal. A tramitação do executivos fiscais demanda a realização de várias diligências para garantia ou quitação do débito, culminando com a suspensão e arquivamento do feito, por um período de seis anos, e, após esse prazo, e se for o caso, dá-se a extinção do feito por sentença. Como as atividades da vara foram iniciadas em março de 2011 e o número de execuções fiscais é maior que o número de processos do JEF, a quantidade de sentenças ainda é menor do que a quantidade de processos distribuídos.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juzizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade informou o cumprimento da meta 2.

##### **Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade informou o cumprimento da meta 3.

##### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

##### **Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

A unidade informou o cumprimento da meta 5.

##### **Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos**

**criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### **6.30.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 67 processos físicos, 100 processos do Creta e 80 processos do PJe (quando da correição tinham 2.528 processos em tramitação ajustada).

#### **6.30.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.30.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0004348952011405831 1	
Execução Fiscal	0007558572011405831 1	Demora para a realização da conclusão de fl. 38.
Execução Fiscal	0004195372007405830 0	Paralisação irregular, petição de 16/03/12, conclusão em 17/02/14.
Execução Fiscal	0004647722011405831 1	
Execução Fiscal	0004274412011405831 1	Demora na conclusão, uma vez que antes havia sido determinada a suspensão do feito com arquivamento sem baixa por período inferior a um ano e que apenas em 03/02/2016 se fez conclusão para reexame do caso (fl. 107).
Execução Fiscal	0001021692016405831 1	Demora para a conclusão efetivada em 20/03/2017 (fl. 40), e que o último ato precedente (juntada) se

deu em 18/01/2017 (fl. 38).

**DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000185722011405831	Abril-julho de 2017.
	1	

**DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0001965472011405831	Out/2014 - fev/2015.
	1	

**DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0004647722011405831	
	1	

**FEITO EM ORDEM:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0002972742011405831	
	1	
Execução Fiscal	0000476722011405831	
	1	
Execução Fiscal	0000001192011405831	
	1	
Execução Fiscal	0003373732011405831	
	1	
Execução Fiscal	0001783272012405831	
	1	
Execução Fiscal	0001370482011405831	
	1	
Execução Fiscal	0012290272005405830	
	0	
Execução Fiscal	0008970322006405830	
	0	
Execução Fiscal	0002151702011405831	
	1	
Execução Fiscal	0008641112011405831	
	1	
Execução Fiscal	0001381772011405831	
	1	
Execução Fiscal	0001262192011405831	
	1	
Execução Fiscal	0000195192011405831	
	1	
Execução Fiscal	0000040792012405831	
	1	
Execução Fiscal	0001190322011405831	
	1	

**OUTROS:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000941472012405831	Ausência de conclusão após o ato de fl. 274.
	1	
Execução Fiscal	0001965472011405831	Demora na prolação de ato ordinatório ( junho/2015- agosto/2015).
	1	
Execução Fiscal	0008332872011405831	Ausência de conclusão

	1	após a expedição da certidão firmada em 29/10/2015 (fl. 261).
Execução Fiscal	0009204052011405831	Demora no cumprimento de decisão.
Execução Fiscal	0006735832011405831	Demora para o integral cumprimento da decisão de fls. 56/ 58.
Execução Fiscal	0000185722011405831	Demora cumprimento (nov/2015 - abril/2016).
Execução Fiscal	0004309982011405831	Demora para a prática do ato ordinatório de fl. 648.
Execução Fiscal	0004309982011405831	Demora para o cumprimento do despacho de fl. 664.
Execução Fiscal	0004309982011405831	Ausência de conclusão após a fl. 685.
Execução Fiscal	0024041452004405830	Demora para o cumprimento do despacho de fl. 541.
Execução Fiscal	0024041452004405830	Demora para o cumprimento do despacho de fl. 246, uma vez que proferido em 17/10/2007 e que apenas em 10/03/2008 se fez a remessa ao setor competente.
Execução Fiscal	0002027872011405831	Ausência de movimentação (pronunciamento da Fazenda em 21/08/17, vista à executada em 03/10/17).
Execução Fiscal	0000941472012405831	Demora para o integral cumprimento do despacho de fl. 271.
Execução Fiscal	0000941472012405831	Demora para o integral cumprimento da decisão de fls. 153/ 154.
Execução Fiscal	0000701582012405831	Demora na prolação de ato ordinatório ( jun-nov/2015).
Execução Fiscal	0000917532011405831	Ausência de conclusão após a fl. 6193.
Execução Fiscal	0000618422012405831	Permanência excessiva da Fazenda Nacional (março-agosto de 2017).
Execução Fiscal	0001032402012405831	Demora no cumprimento do despacho de fl. 245 (v. fl. 250).
Execução Fiscal	0004348952011405831	Ausência de movimentação (recebimento em 08/06/15, vista novamente em 08/10/15 e rec. em 26/10/15, vista

Execução Fiscal	0010707612011405831 1	em17/12/15). Ausência de movimentação processual no período de 05/06 a 31/07/17 (fls. 992 e 998).
-----------------	--------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0001309562012405831 1	Set/2014.
Execução Fiscal	0004710972011405831 1	Desde março/2013.
Execução Fiscal	0000886332011405831 1	Desde jan/2015.

<b>Outras Observações:</b>	
Processo : 00000953020124058311	Classe: Execução Fiscal - anexado ao 00092040520114058311.
Processo: 00001857220114058311	Classe: Execução Fiscal - - processo ajuizado na justiça estadual em 21/10/2003.
Processo : 00001951920114058311	Classe: Execução Fiscal - Redistribuição para a Justiça Federal em 05/04/11.
Processo: 00004544320134058311	Classe: Execução Fiscal - Apenso ao proc. n. 0001032-40.2012.4.05.8311 (piloto).
Processo: 00006184220124058311	Classe: Execução Fiscal - processo apenso 0000684-22.2012.4.05.8311.
Processo: 00009175320114058311	Classe: Execução Fiscal - Grande devedor.
Processo: 00010216920164058311	Classe: Execução Fiscal - Grande devedor.
Processo: 00011903220114058311	Classe: Execução Fiscal - - processo ajuizado na justiça estadual em 2004.
	- processo apenso 0004910-07.2011.4.05.8311.
Process : 00013817720114058311	Classe: Execução Fiscal - Grande devedor. Originário da Justiça Estadual; redistribuído para a Justiça Federal em 08/04/2011.
Processo: 00018208820114058311	Classe: Criminal - anexado ao 00030489820114058311.
Processo: 00019654720114058311	Classe: Execução Fiscal - processo ajuizado na justiça estadual em 2006.
Processo: 00020278720114058311	Classe: Execução Fiscal - ausência de movimentação (pronunciamento da Fazenda em 21/08/17, vista à executada em 03/10/17).
Processo: 00022434820114058311	Classe: Execução Fiscal - anexado ao 00041953720074058300.

Processo: 00029727420114058311 Classe: Execução Fiscal - processo ajuizado na Justiça Estadual em 2001.

- processos apensos: 0002971-89.2011.4.05.8311, 0002970-07.2011.4.05.8311.

Processo: 00030489820114058311 Classe: Execução Fiscal - anexado ao 00092040520114058311.

Processo: 00033737320114058311 Classe: Execução Fiscal - processo ajuizado justiça Estadual em 2009.

Processo: 00041953720074058300 Classe: Execução Fiscal - anexado processo 00022434820014058311.

Demora na conclusão, petição de 16/03/12, conclusão em 17/02/14 e juntada em 16/01/17, conclusão em 20/03/17.

Processo: 00042744120114058311 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor. Originário da Justiça Estadual, com redistribuição para a Justiça Federal em 05/05/2011.

Processo : 00043099820114058311 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor. Originário da Justiça Estadual, redistribuído para a Justiça Federal em 05/08/2011.

Processo: 00043489520114058311 Classe: Execução Fiscal - ausência de movimentação (recebimento em 08/06/15, vista novamente em 08/10/15 e rec. em 26/10/15, vista em 17/12/15).

Demora na conclusão (juntada em 11/05/16, conclusão em 22/09/16).

Processo: 00046182220114058311 Classe: Execução Fiscal - anexado ao 00092040520114058311.

Processo: 00046477220114058311 Classe: Execução Fiscal - demora na certificação do decurso do prazo (expirado em 12/06/15, certificado em 01/09/15).

Demora na conclusão (recebimento com cota em 26/01/17, conclusão em 20/03/17).

Houve parcelamento.

Processo: 00047109720114058311 Classe: Execução Fiscal - processo ajuizado na justiça estadual em 2009.

Processo: 00067358320114058311 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor. Originário da Justiça Estadual, redistribuído para a Justiça Federal em 03/10/2011.

Processo : 00075585720114058311 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor. Originário da Justiça Estadual, redistribuído para a Justiça Federal em 17/08/2011.

Processo: 00083328720114058311 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor. Originário da Justiça Estadual, que teve remessa à Justiça Federal em 17/10/2011.

Processo : 0008641120114058311 Classe: Execução Fiscal - parcelamento efetivado. Dívida liquidada.

Processo : 00089703220064058300 Classe: Execução Fiscal - suspensão art. 40 da Lei 6.830/80. Arquivado em junho/15.

Processo: 00092040520114058311 Classe: Execução Fiscal - desarquivamento em 16/09/16.

Demora no cumprimento de despacho (decisão de 20/03/17, expedição da precatória em 15/05/17 e 17/08/17). Anexados: 00000953020124058311, 00046182220114058311, 00101949320114058311, 00030489820114058311.

Processo: 00101949320114058311 Classe: Criminal - anexado ao 00092040520114058311.

Processo: 00109847720114058311 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor.

Processo: 00122902720054058300 Classe: Execução Fiscal - demora p/cumprir mandado de reavaliação (distribuído em 08/09/14, devolvido em 13/02/15).

Demora na certificação (certidão em 16/02/16).

Demora na conclusão (notificação em 11/04/16, conclusão em 17/08/16).

Chegada na 30ª vara em 26/01/17.

Processo: 00240414520044058300 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0800276-22.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALUIZIO JUVINO BARBOSA - 061.967.564-00	SIM
0801002-93.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Aviso de Recebimento - AR	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - 40.869.042/0001-88	SIM
Demora na devolução de mandado						
0800053-69.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SOINOX COMERCIAL LTDA - ME - 41.237.165/0001-69	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0801260-06.2017.4.05.8311	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	JOSE SILVA PEREIRA LIMA - 073.482.904-34	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800002-58.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	VIA MIX DISTRIBUIDORA LTDA - 05.003.013/0001-38	SIM

0800066-68.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	M. DA F. RIBEIRO - ME - 11.481.873/0001-80	SIM
0800087-78.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	NIVALDO VIRGILIO DE LIMA - DEPOSITO DE GAS - 06.212.378/0001-35	SIM
0800201-17.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	CICERO LAURENTINO DA SILVA - 697.867.204-15	SIM
0800220-23.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	SEVERINO ALVES BERNARDO - 711.479.934-91	SIM
0800743-98.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JUNIA ADMINISTRACAO DE BENS E CONDOMINIOS LTDA - ME - 08.943.588/0001-29	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0804431-09.2016.4.05.0000	EMBARGOS DE TERCEIRO		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LILIANE SICHIERI BERNARDI e outro - 042.462.358-73	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0804969-82.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Apelação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
- Processo em Ordem.						
0800010-35.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUCESO 103 FM SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA - ME - 09.381.523/0001-08	SIM
0800012-39.2016.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação Acessória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PERNAMBUCO QUIMICA S A - 10.421.584/0001-22	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800020-79.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	R. G. CATEL ALIMENTOS EIRELI - 16.595.594/0001-60	SIM
0800068-38.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE GILDENOR DE ALBUQUERQUE JUNIOR e outro - 771.029.324-72	SIM
0800070-08.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MAQUINAS PIRATININGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A - 04.813.535/0001-32	SIM
0800082-56.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	EDNALDO AMARO DOS SANTOS - ME - 08.008.278/0001-17	SIM
0800088-29.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	JOSE CARLOS GOMES - 464.340.894-49	SIM
0800099-92.2016.4.05.8311	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		Juntada de Petição	SUELY LINS SANTOS - 065.097.464-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800111-72.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ASSOCIACAO PERNAMBUCANA DOS ATLETAS DE JET-SKI - 04.387.001/0001-91	SIM

0800131-63.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	M&C.COMERCIO E REQUALIFICACOES LTDA - ME - 09.597.034/0001-80	SIM
0800148-02.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EXCELENCIA LOGISTICA LTDA - EPP - 11.487.181/0001-49	SIM
0800149-84.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	TC SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELI - EPP - 03.205.175/0001-23	SIM
0800151-88.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	SANDRA MARIA DE LIMA SILVA GAS - ME - 10.802.573/0001-92	SIM
0800183-93.2016.4.05.8311 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Compensação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDISIO CARLOS PEREIRA FILHO - 244.675.614-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800206-39.2016.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ESPÓLIO DE RUDIVAL COHIM RIBEIRO DE FREITAS -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800235-89.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA - 03.112.386/0001-11	ANGELA MARIA GOMES SOUZA - ME - 01.013.388/0001-28	SIM
0800240-77.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MAQUINAS PIRATININGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A - 04.813.535/0001-32	SIM
0800242-81.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIAO - 00.000.000/0006-49	CLAUDIA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA - 398.481.084-91	SIM
0800244-51.2016.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - 40.869.042/0001-88	SIM
0800254-95.2016.4.05.8311	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INES DE ALENCAR BENEVIDES e outro - 843.586.028-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800257-16.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SANDRA GOMES DE MELO - 670.025.364-00	SIM
0800260-05.2016.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de Intimação	GENIVAL JOAO DE OLIVEIRA e outro - 344.892.314-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800261-87.2016.4.05.8311	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EVANIR LOPES DE MESQUITA - 004.185.604-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800297-95.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Profissional	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DE PERNAMBUCO - 09.822.982/0001-71	CRISTIANE MAIA LUSTOSA e outro - 039.621.584-05	SIM
0800319-56.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 00.000.000/0004-51	MANOEL MARTINS DE ALMEIDA FILHO - 075.228.354-53	SIM
0800327-33.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 00.000.000/0004-51	JACQUES JUNIOR DOS SANTOS SILVA - 831.021.594-00	SIM

0800357-68.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA CLELIA LISBOA MARTINS TORRES - 787.072.424-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800362-90.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - 00.381.056/0001-33	TEREZINHA PEREIRA DE BRITO - 490.653.434-15	SIM
0800379-29.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 00.000.000/0004-51	REJANE PEREIRA DA SILVA - 216.206.364-68	SIM
0800429-55.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Aviso de Recebimento - AR	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SAO JORGE COMERCIO DE PECAS LTDA - EPP - 07.802.623/0001-27	SIM
0800464-15.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	KRONOS LOGISTICA INTEGRADA LTDA - 11.863.103/0001-00	SIM
0800466-82.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de Intimação	NILSON ALBINO PIMENTEL - 000.707.774-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800526-55.2017.4.05.8311	PROCEDIMENTO COMUM	Incidência sobre Aposentadoria	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA EDILEUSA DOS SANTOS BEZERRA - 019.120.894-91	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800536-02.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	RODOVIARIA LEAO DO NORTE LTDA - 24.149.320/0001-76	SIM
0800623-55.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - 29.507.878/0001-08	MURILO GONCALVES DE OLIVEIRA - 046.153.014-72	SIM
0800639-09.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	KILMA BARBOSA PINTO - 127.571.104-97	SIM
0800671-14.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONDOMINIO DO EDIFICIO AGUA CLARA - 01.237.051/0001-02	SIM
0800702-34.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MAQUINAS PIRATININGA INDUSTRIA E COMERCIO S/A - 04.813.535/0001-32	SIM
0800720-55.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ESPACO EDUCAR LTDA - ME - 07.098.059/0001-03	SIM
0800721-40.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HETEVALDO TAVARES DE LIRA - ME - 07.379.649/0001-04	SIM
0800723-10.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IVONETE SANTANA DE OLIVEIRA SILVA ESCOLA - ME - 07.177.411/0001-04	SIM
0800726-62.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BEIRA MAR BAR E RESTAURANTE EIRELI - ME - 07.405.530/0001-69	SIM
0800746-53.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SAVEDD ADMINISTRADORA DE RISCOS LTDA - ME - 08.871.894/0001-05	SIM

0800747-38.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BUMERANGUE RECICLAGEM & SERVICOS DE COLETA LTDA - ME - 08.864.684/0001-81	SIM
0800749-08.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ACI - AGENCIA DE CARGAS INTERMODAL S/A. - 05.122.821/0001-14	SIM
0800751-75.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONDOMINIO DO EDIFICIO VILA VERDE - 09.039.108/0001-62	SIM
0800773-36.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANDERSON EUDES CAMPOS DE SANTANA - ME - 10.405.906/0001-40	SIM
0800779-43.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EDIFICIO SOBRADO JOAQUIM NABUCO - 09.370.426/0001-01	SIM
0800784-65.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	M & M DISTRIBUIDORA DE BIJUTERIAS LTDA - EPP - 10.669.482/0001-20	SIM
0800785-50.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUPERMERCADO CONTINENTAL LTDA - 10.676.233/0001-62	SIM
0800848-75.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PANIFICADORA RENASCER LTDA - ME - 41.235.870/0001-27	SIM
0800864-29.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONDOMINIO RESIDENCIAL CORAIS - 74.099.524/0001-18	SIM
0800879-95.2017.4.05.8311	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ADILSON CARDOSO DE OLIVEIRA - 362.725.824-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800898-04.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EVOLUTION CONSTRUCOES EIRELI - ME - 19.387.385/0001-10	SIM
0800899-86.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - 40.869.042/0001-88	SIM
0800999-41.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	MICHELLINE ANDERSON LEITE FERREIRA - 960.513.964-20	SIM
0801024-54.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AS TRANSPORTES LOGISTICA LTDA - 02.396.637/0001-74	SIM
0801060-96.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	L.M CAMPOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 16.604.127/0001-50	SIM
0801068-73.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Processo Suspenso/Sobrestado	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARILDA GALVAO DE ANDRADE LIMA - 037.404.204-72	SIM
0801113-77.2017.4.05.8311	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	FATORIAL LTDA - EPP - 35.690.734/0001-24	SIM
0801135-38.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PADARIA LIBERDADE LTDA - 07.093.630/0001-05	SIM

0801137-08.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SERGIO MURILO GUIMARAES - 321.808.884-49	SIM
0801155-29.2017.4.05.8311	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Apreciada questão interlocutória	MARIA CRISTINA HAZIN e outros - 608.653.774-72	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801194-26.2017.4.05.8311	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - 40.869.042/0001-88	SIM
0801350-14.2017.4.05.8311	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	FREVO BRASIL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 03.954.356/0003-14	SIM
0802572-50.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COLEGIO ATTITUDE LTDA - ME - 07.270.633/0001-69	SIM
0809947-39.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	ANNE ELIZABETH RAMOS NOBREGA - 039.056.444-36	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0809966-45.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ACADEMIA SALUTTE LTDA - null	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0500513-66.2016.4.05.8311</a>	Ausência de conclusão desde 11/09/2017.
	<a href="#">0501784-13.2016.4.05.8311</a>	Petição juntada em 03/05/17 e decisão proferida em 31/07/17 sem conclusão.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Demora/ausência na conclusão para sentença	<a href="#">0501596-20.2016.4.05.8311</a>	Janeiro-setembro/2017.
	<a href="#">0501628-25.2016.4.05.8311</a>	Na assessoria desde 03/08/16, conclusão em 30/11/16 (fase atual: aguardando expedição de RPV desde 30/11/17).
	<a href="#">0501777-21.2016.4.05.8311</a>	Processo na assessoria desde out/2017.
	<a href="#">0501906-26.2016.4.05.8311</a>	Demora na conclusão datada de 17/02/2017.
	<a href="#">0502935-14.2016.4.05.8311</a>	Na assessoria em 19/01/17, concluso em 25/05/17.
	<a href="#">0500831-48.2017.4.05.8300</a>	Na assessoria desde 26/06/17 (último movimento).
	<a href="#">0500007-56.2017.4.05.8311</a>	Na assessoria desde 26/04/17 (último movimento).
	<a href="#">0500114-03.2017.4.05.8311</a>	
<b>Total de Ocorrências: 8</b>		
Demora na expedição de precatório/RPV	<a href="#">0500125-66.2016.4.05.8311</a>	De 10.05.2017 a 20.09.2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora na prolação da	<a href="#">0500876-</a>	Demora para a prolação da sentença lançada em

sentença	<a href="#">53.2016.4.05.8311</a>	23/10/2017, já que o feito estava com a Assessoria desde 20/06/2017.
	<a href="#">0501722-70.2016.4.05.8311</a>	Concluso em 04/04/2017, sentenciado em 30/11/2017.
	<a href="#">0500337-53.2017.4.05.8311</a>	De 24/05/17 a 13/09/17 - anexos 28 e 29.
	<a href="#">0501154-20.2017.4.05.8311</a>	De 06.07.2017 a 28.11.2017.
	<a href="#">0501174-11.2017.4.05.8311</a>	Concluso desde 04/08/2017.
<b>Total de Ocorrências: 5</b>		
Demora na prolação de decisão/despacho	<a href="#">0502301-51.2016.4.05.8300</a>	De 10.04.2017 a 07.08.2017.
	<a href="#">0500137-80.2016.4.05.8311</a>	Entre 14/03/2016 a 29/10/2016.
	<a href="#">0500707-66.2016.4.05.8311</a>	Processo paralisado de 20/06/16 até 25/11/16.
	<a href="#">0500876-53.2016.4.05.8311</a>	Demora para a prolação do despacho lançado em 29/11/2016, uma vez que o feito se encontrava com a Assessoria desde 07/06/2016 e o último documento antes da prolação foi juntado aos autos em 18/07/2016.
	<a href="#">0501260-16.2016.4.05.8311</a>	Réplica juntada em 23/08/16 e despacho prolatado em 19/12/16. Inspeção realizada em 21/03/17 e despacho prolatado em 30/11/17.
	<a href="#">0501263-68.2016.4.05.8311</a>	Demora para a prolação da decisão lançada em 01/12/2017, já que o feito se encontrava com a Assessoria desde 31/08/2017.
	<a href="#">0501946-08.2016.4.05.8311</a>	Entre 28/02/2017 e 01/08/2017.
	<a href="#">0502022-32.2016.4.05.8311</a>	De 09.11.2016 a 02.02.2017.
<a href="#">0500011-93.2017.4.05.8311</a>	Demora para a prolação do despacho firmado em 04/08/2017, uma vez que, desde 03/05/2017, o feito estava com a Assessoria.	
<b>Total de Ocorrências: 9</b>		
Demora no cumprimento de despacho	<a href="#">0501536-47.2016.4.05.8311</a>	Fev-maio/2017.
	<a href="#">0500047-38.2017.4.05.8311</a>	Prazo superior a 30 dias na intimação datada de 21/11/2017.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0525926-95.2008.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0505462-16.2009.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0503347-76.2015.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0521732-71.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500151-64.2016.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500412-29.2016.4.05.8311</a>	

<a href="#">0500497- 15.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500583- 83.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500648- 78.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500740- 56.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500819- 35.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500915- 50.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501001- 21.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501136- 33.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501350- 24.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501363- 23.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501368- 45.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501527- 85.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501544- 24.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501604- 94.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501700- 12.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501704- 49.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0501939- 16.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502035- 31.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0502093- 34.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503581- 24.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503590- 83.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0504035- 03.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0513186- 90.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0513497- 81.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0515325- 15.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500064- 74.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500066-</a>	

	<a href="#">44.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500108-93.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500157-37.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500330-61.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500334-98.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500346-15.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500442-30.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500447-52.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500548-89.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0501439-13.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0501530-06.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0502309-58.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0502347-70.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0502854-31.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0502972-07.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0503038-84.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0503163-52.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0503190-35.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0503193-87.2017.4.05.8311</a>	
<b>Total de Ocorrências: 51</b>		
Processos irregularmente paralisados	<a href="#">0501851-75.2016.4.05.8311</a>	Sem movimentação desde 19/04/2017.
	<a href="#">0501982-50.2016.4.05.8311</a>	Desde 21.03.2017.
	<a href="#">0502096-86.2016.4.05.8311</a>	desde 09/05/17 - anexo 49.
	<a href="#">0503423-66.2016.4.05.8311</a>	Desde 27/10/2017 - anexo 28.
	<a href="#">0500113-18.2017.4.05.8311</a>	Processo paralisado desde 26/04/2017.
	<a href="#">0500282-05.2017.4.05.8311</a>	Sem movimentação desde 08/06/2017.
	<a href="#">0500349-67.2017.4.05.8311</a>	Sem movimentação desde 27/07/2017.
<b>Total de Ocorrências: 7</b>		

Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0508050-49.2016.4.05.8300</a>	Ação sem movimentação efetiva no período ulterior à data de inspeção judicial: 21/03/2017.
	<a href="#">0521504-96.2016.4.05.8300</a>	Desde 07/06/2017.
	<a href="#">0500649-63.2016.4.05.8311</a>	Desde maio/2017.
	<a href="#">0500707-66.2016.4.05.8311</a>	Processo paralisado de 21/03/2017 20/06/2017.
	<a href="#">0501136-33.2016.4.05.8311</a>	Contestação apresentada em 13/09/16, ato ordinatório em 13/12/16.
	<a href="#">0501263-68.2016.4.05.8311</a>	Feito sem movimentação no período compreendido entre 11/11/2016 e 13/02/2017.
	<a href="#">0501326-93.2016.4.05.8311</a>	De 11/01/17 a 22/03/17 - anexos 56 e 57; de 20/07/17 a 18/10/17 - anexos 58 e 59.
	<a href="#">0501456-83.2016.4.05.8311</a>	Processo sem movimentação desde 27/07/2017.
	<a href="#">0501536-47.2016.4.05.8311</a>	Desde junho/2017.
	<a href="#">0501784-13.2016.4.05.8311</a>	Processo sem movimentação desde 05/09/17.
	<a href="#">0501818-85.2016.4.05.8311</a>	Desde agosto/2017.
	<a href="#">0503423-66.2016.4.05.8311</a>	De 21/03/17 a 05/06/17 - anexos 13 e 14.
	<a href="#">0500831-48.2017.4.05.8300</a>	Juntada de contestação em 27/04/17, ato ordinatório (intimação p/réplica) em 22/06/17.
	<a href="#">0500011-93.2017.4.05.8311</a>	Feito sem movimentação desde 26/09/2017.
	<a href="#">0500077-73.2017.4.05.8311</a>	Desde agosto/2017.
	<a href="#">0500096-79.2017.4.05.8311</a>	Desde 16.08.2017.
	<a href="#">0500107-11.2017.4.05.8311</a>	Feito sem movimentação processual desde 05/10/2017.
	<a href="#">0500115-85.2017.4.05.8311</a>	Feito sem movimentação efetiva desde 29/08/2017.
	<a href="#">0500117-55.2017.4.05.8311</a>	Processo paralisado desde 25/08/17.
	<a href="#">0500165-14.2017.4.05.8311</a>	Processo sem movimentação desde 04/07/17.
	<a href="#">0500258-74.2017.4.05.8311</a>	Feito sem movimentação processual efetiva desde 13/09/2017.
	<a href="#">0500312-40.2017.4.05.8311</a>	Processo paralisado desde 10/07/17.
	<a href="#">0500414-62.2017.4.05.8311</a>	Demora superior a 30 dias para ato ordinatório datado de 03/05/2017.
	<a href="#">0500485-64.2017.4.05.8311</a>	Processo paralisado desde 31/08/17.
<b>Total de Ocorrências: 24</b>		

#### **6.30.10. Correição anterior e autoinspeção**

A unidade informou que as determinações constantes da correição anterior foram cumpridas.

Após a última autoinspeção, não foram fixadas metas específicas. A vara registrou que está em fase de planejamento de objetivos estratégicos, metas e indicadores de qualidade e desempenho para tornar a prestação jurisdicional mais célere e eficiente.

#### **6.30.11. Considerações finais**

A 30ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de despacho/decisão;
3. Demora no cumprimento de despacho; e
4. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 30ª vara federal funciona de modo eficiente.

### **6.31. 31ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARUARU/PE**

#### **6.31.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 31ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 5/2011 - TRF5 c/c o Ato nº 343/2011 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 31ª vara federal detém competência privativa para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001. A unidade funciona no prédio-sede da subseção, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, 196, Bairro Universitário, Caruaru/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### 6.31.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 31ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados; b) 18 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

Há 01 cargo vago.

#### 6.31.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da vara, Marcos Antonio Maciel Saraiva, exerce a magistratura há mais de 6 anos e 10 meses, atuando na 31ª vara federal há mais de 01 ano e 10 meses.

Nos últimos 24 meses, o magistrado atuou como membro do comitê gestor regional para gestão e implementação da política nacional de atenção prioritária ao 1º grau de jurisdição, da comissão de teletrabalho junto ao TRF-5ª Região e do comitê de segurança institucional junto ao TRF-5ª Região.

Os afastamentos do juiz federal titular, nos últimos 24 meses, foram:

Férias: 07 a 15/01/16, 22/01 a 20/02/16, 04 a 20/07/16, 13 a 25/10/16, 16 a 30/01/17, 19/06/17, 03 a 18/07/17, 11 a 25/09/17 e 03 a 15/11/17;

Participação no FONAGE/AJUFE :14/11/2017 e 13 a 15/03/17;

Compensação de plantão forense: 11 a 12/05/17.

O juiz federal titular reside na região metropolitana onde se situa a vara.

#### 6.31.2.2. Juiz federal substituta

A juíza federal substituta da vara, Katherine Bezerra Carvalho de Melo, exerce a magistratura há mais de 11 meses, atuando na 31ª vara federal há mais de 06 meses.

Os afastamentos da juíza federal substituta, nos últimos 24 meses, foram:

Licença para tratamento de saúde: 04 a 10/08/2017 e 14 a 20/08/2017;

Curso prático de iniciação à magistratura: 12/12/16 a 04/05/17;

Trânsito: 05 a 14/05/17.

A magistrada reside na região metropolitana em que se localiza a vara.

#### 6.31.2.3. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 31ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Flávio Barbosa Garret Filho	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-05	SUPERIOR	DIREITO
Paulo Lopes	Técnico Judiciário –	FC-05	SUPERIOR	ENGENHARIA

Julião Júnior	Área Administrativa			
Elaine de Oliveira Soares	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-04	SUPERIOR	ADMINISTRAÇÃO
Arnaldo Correia da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC-02	SUPERIOR	DIREITO
Jorge Luiz Guedes do Nascimento	Técnico Judiciário – Área Administrativa	NÃO	SUPERIOR	DIREITO
Mirella Leal Cabral Maciel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	NÃO	SUPERIOR	DIREITO
Maria Risalva Barbosa de Andrade	Técnico Judiciário – Área Administrativa	NÃO	SUPERIOR	DIREITO
Carlos Henrique Monteiro Bezerra	Analista Judiciário – Área Administrativa	NÃO	SUPERIOR	ADMINISTRAÇÃO
Admir Cordeiro Bizerra	Técnico Judiciário – Área Administrativa (Espec. Segurança e Transp.)	FC-04	SUPERIOR	DIREITO
Sérgio Bezerra Torres	Técnico Judiciário – Área Administrativa (Espec. Segurança e Transp.)	NÃO	SUPERIOR INCOMPLETO	EDUCAÇÃO FÍSICA
Monna Roberta dos Santos Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	NÃO	SUPERIOR	DIREITO
Roberto Cordeiro P. Rego Jr.	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-04	SUPERIOR	DIREITO
Carolina M. Ferreira Paraíba	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-05	SUPERIOR	DIREITO
Marília Gabriela Oliveira Ferrer	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-04	SUPERIOR	DIREITO
Maria Eduarda Rodrigues C. Real	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC-05	SUPERIOR	DIREITO
Ana Cláudia	Analista Judiciário – Área Judiciária (Espec. Execução de Mandados)	NÃO	SUPERIOR	DIREITO
José Hélder	Analista Judiciário – Área Judiciária (Espec. Execução de Mandados)	NÃO	SUPERIOR	DIREITO
Paulo Marcelo Ludovico da Silva	Analista Judiciário – Área Administrativa	FC-04	SUPERIOR	CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 31ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 09 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura, neste cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Um servidor da vara está cedido à contadoria da subseção.

Há 01 servidor sem vínculo com o serviço público em exercício na vara, o qual ocupa o cargo de diretor de secretaria.

Inexistem servidores em auxílio ou requisitados em atuação na 31ª vara/PE.

São 04 as funções comissionadas vagas (CJ03, FC05, FC04 e FC02).

Não há servidores afastados de suas atividades na vara por motivo outro que não férias.

#### **6.31.2.4. Estagiários**

Há 04 vagas de estágio previstas para unidade, estando todas ocupadas.

Um estagiário atua junto aos gabinetes e os outros três na secretaria da unidade.

#### **6.31.3. Organização da 31ª vara federal**

Dentre os servidores da 31ª vara federal de Pernambuco, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

##### **6.31.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara está organizada da seguinte forma:

- Direção - gerenciamento da equipe e dos processos sob orientação do magistrado;
- Triagem - análise inicial dos processos, verificando eventuais pendências e indicando meios para saneamento;
- Conhecimento - controle dos prazos processuais e gestão da regularidade da tramitação dos processos;
- Execução - confecção de requerimentos de pagamento, alvarás e controle de prazos na fase de execução;
- Expedição - confecção de mandados, cartas de citação e intimação e de ofícios;
- Audiência - elaboração de pauta, análise de processos e auxílio nas audiências;
- Perícia - elaboração de pauta de perícias e gestão dos laudos periciais;
- Assessoria - elaboração de minutas de atos judiciais sob a orientação e supervisão dos magistrados.

Ferramenta presente no sistema Creta escalona os processos primeiramente com base nas prioridades legais e, em seguida, com base nas datas de conclusão.

Há caixas para processos em que há risco de preempção de direito e em que há sentenças homologatórias, extintivas e repetitivas.

O controle é feito diariamente pelos assessores e pelos magistrados.

Periodicamente, são extraídos do sistema Creta relatórios que informam a situação do acervo da vara, detalhadamente, por quantidade de processos distribuídos, julgados, suspensos, remetidos à TR e baixados.

#### **6.31.3.2. Gabinete dos juízes federais**

Os servidores lotados nos gabinetes exercem atividade similar e os processos são divididos por dígitos. Os oficiais de gabinete auxiliam em demandas administrativas e na supervisão das rotinas estabelecidas pelos magistrados.

Os gabinetes preenchem planilha de trabalho, informando a quantidade de minutas preparadas e o tempo de conclusão de cada processo.

#### **6.31.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 31ª vara federal**

Há reuniões mensais para análise do trabalho e das metas do mês anterior, bem como para o estabelecimento das metas para o mês corrente.

Em tais reuniões, discutem-se propostas pra melhoria das rotinas.

#### **6.31.5. Planejamento das atividades da 31ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Há o estabelecimento de metas para diminuição do acervo, observando-se a entrada mensal dos processos, por matéria, levando-se sempre em consideração as metas do CNJ.

Discute-se a mudança de rotinas para otimização da tramitação processual.

São estipulados prazos máximos de permanência do processo por setor. Na secretaria, dois dias; no gabinete, para a finalização de minutas de sentença, dez dias, e cinco dias para os demais atos. Para o setor de contadoria, cinco dias para a elaboração dos cálculos.

Há reuniões periódicas para avaliação do alcance ou não das metas estabelecidas para o mês, conforme entrada de processos.

#### **6.31.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 31ª vara federal e nos gabinetes do juiz federal**

Atendimento das partes no balcão para informações acerca do andamento dos processos, bem como para o ajuizamento de novas ações. Defensoria, Ministério Público e advogados têm atendimento no balcão para entrega e recebimento de documentos (alvarás, ofícios etc).

Em todos os casos, o atendimento é realizado no sistema de rodízio entre os servidores e estagiários do setor de triagem, salvo a necessidade de atendimento específico por servidor de outro setor da secretaria ou assessoria.

No gabinete, há atendimento sem necessidade de agendamento.

A vara não realiza consultas de satisfação sobre o atendimento prestado.

#### **6.31.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia, na unidade, 2.039 processos em tramitação (1.019 - titular; 1.020 - substituta). Considerando tal número e a

quantidade de servidores em atividade na unidade (18), havia 113,27 processos por servidor.

Em novembro/2017, havia 512 feitos conclusos para sentença (253 - titular; 259 - substituta). Nesta ocasião, não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos sobrestados/suspensos era 54. Não havia processos da vara com pendência junto a setores da administração/órgãos ou com advogados.

Não se observou o extravio ou restauração de autos nos últimos 24 meses, a contar do início da correição.

Foram realizadas 3.364 (1.877 - titular; 1.487 - substituta) audiências e 02 inspeções judiciais nos últimos 24 meses.

### **6.31.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A unidade informou estar cumprindo a referida meta.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade informou estar cumprindo a meta 2.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade informou estar cumprindo a referida meta.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### **6.31.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 200 processos do sistema Creta (quando da correição tinham 2.039 processos em tramitação ajustada).

#### **6.31.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.31.9.1.1. Processos eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>Observação</b>	<b>Nr. Processo</b>	<b>Complemento</b>
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0504289-04.2016.4.05.8302</a>	Junho-set/2017.
	<a href="#">0507743-89.2016.4.05.8302</a>	Habilitação juntada em 11/05/17 e despacho proferido em 22/08/17 sem conclusão.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Demora na cobrança de devolução das cartas precatórias expedidas e não devolvidas - juízo deprecante	<a href="#">0506346-92.2016.4.05.8302</a>	Maio-out/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora na prolação de decisão/despacho	<a href="#">0506346-92.2016.4.05.8302</a>	Nov/2016-maio/2017 .
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora no cumprimento de despacho	<a href="#">0508658-41.2016.4.05.8302</a>	Desde 17.08.2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora no cumprimento dos mandados	<a href="#">0501224-64.2017.4.05.8302</a>	Mandado distribuído em 24/10/17, ainda aguardando cumprimento.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0500001-91.2008.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500788-86.2009.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0502847-</a>	

<a href="#">13.2010.4.05.8302</a>	
<a href="#">0505594-33.2010.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501250-38.2012.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501684-27.2012.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503464-02.2012.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501913-50.2013.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501506-10.2014.4.05.8302</a>	
<a href="#">0504919-94.2015.4.05.8302</a>	
<a href="#">0504940-70.2015.4.05.8302</a>	
<a href="#">0504951-02.2015.4.05.8302</a>	
<a href="#">0504960-61.2015.4.05.8302</a>	
<a href="#">0504992-66.2015.4.05.8302</a>	SUSPENSÃO/STJ.
<a href="#">0505025-56.2015.4.05.8302</a>	SUSPENSÃO/STJ.
<a href="#">0505077-52.2015.4.05.8302</a>	SUSPENSÃO/STJ.
<a href="#">0500015-94.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500098-13.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500842-08.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500876-80.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501101-03.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501123-61.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501130-53.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501334-97.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501385-11.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501408-54.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501524-60.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501565-27.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501566-12.2016.4.05.8302</a>	

<a href="#">0501646-73.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501691-77.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501730-74.2016.4.05.8302</a>	SUSPENSÃO/STJ.
<a href="#">0501758-42.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501773-11.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501775-78.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501798-24.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501865-86.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501870-11.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501875-33.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0502246-94.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0502320-51.2016.4.05.8302</a>	SUSPENSÃO/STJ.
<a href="#">0502432-20.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0502439-12.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0502472-02.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503265-38.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503269-75.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503271-45.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503300-95.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503308-72.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503334-70.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503819-70.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503828-32.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503847-38.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503897-64.2016.4.05.8302</a>	SUSPENSÃO/STJ.
<a href="#">0503906-26.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503914-</a>	

<a href="#">03.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503926- 17.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503927- 02.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503928- 84.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503947- 90.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503950- 45.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503983- 35.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0504093- 34.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0504298- 63.2016.4.05.8302</a>	Recebido da TR em 19/10/2017.
<a href="#">0505280- 77.2016.4.05.8302</a>	Recebido da TR em 19/10/2017.
<a href="#">0505417- 59.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0505419- 29.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0505490- 31.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0505555- 26.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0505816- 88.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0506269- 83.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0506536- 55.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0507096- 94.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0507423- 39.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0507424- 24.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0507426- 91.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0507498- 78.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0507559- 36.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0507663- 28.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0507703- 10.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0507808- 84.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0507871- 12.2016.4.05.8302</a>	

<a href="#">0508076-41.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0508226-22.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0508240-06.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0508316-30.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0508388-17.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0508648-94.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0508670-55.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0510475-43.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0513762-83.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500073-63.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500082-25.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500092-69.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500104-83.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500124-74.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500144-65.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500224-29.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500261-56.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500265-93.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500267-63.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500348-12.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500406-15.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500410-52.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500418-29.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500421-81.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500449-49.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500454-71.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500500-</a>	

<a href="#">60.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500509- 22.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500531- 80.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500644- 34.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500688- 53.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500697- 15.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500710- 14.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500774- 24.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500778- 61.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500789- 90.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500796- 82.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500803- 74.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500812- 36.2017.4.05.8302</a>	Arquivado.
<a href="#">0500817- 58.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500819- 28.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500890- 30.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500917- 13.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500923- 20.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500928- 42.2017.4.05.8302</a>	Feito conexo a outro processo.
<a href="#">0500929- 27.2017.4.05.8302</a>	Processo apenso a um feito principal.
<a href="#">0500954- 40.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500962- 17.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500982- 08.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500985- 60.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500998- 59.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501048- 85.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501083- 45.2017.4.05.8302</a>	

<a href="#">0501104-21.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501140-63.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501141-48.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501146-70.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501260-09.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501283-52.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501301-73.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501316-42.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501334-63.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501344-10.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501369-23.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501374-45.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501552-91.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501625-63.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0502136-61.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0502224-02.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0502465-73.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0502558-36.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0502740-22.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503136-96.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503396-76.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503408-90.2017.4.05.8302</a>	Sentenciado.
<a href="#">0503413-15.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503554-34.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503628-88.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503847-04.2017.4.05.8302</a>	Sentenciado 26/11/2017.
<a href="#">0503870-</a>	Sentenciado 26/11/2017.

	<a href="#">47.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0503942-34.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504003-89.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504033-27.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504064-47.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504077-46.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504108-66.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504113-88.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504154-55.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504165-84.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504168-39.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504227-27.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504280-08.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504281-90.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504297-44.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504301-81.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504325-12.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504382-30.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504521-79.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504653-39.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504660-31.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504746-02.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504748-69.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504900-20.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504942-69.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504947-91.2017.4.05.8302</a>	
		<b>Total de Ocorrências: 187</b>
Processos irregularmente	<a href="#">0501711-</a>	Desde 07/04/17 - anexo 21.

paralisados	<a href="#">68.2016.4.05.8302</a>	
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0501268-20.2016.4.05.8302</a>	Sem movimentação entre 20/07/2017 e 01/11/2017.
	<a href="#">0501866-71.2016.4.05.8302</a>	Ago/2016-abril/2017.
	<a href="#">0501876-18.2016.4.05.8302</a>	Demora na prolação de ato ordinatório (fev-abril/2017).
	<a href="#">0506599-80.2016.4.05.8302</a>	Demora na prolação de ato ordinatório (ago/2016-abril/2017)
	<a href="#">0508225-37.2016.4.05.8302</a>	Processo sem movimentação entre novembro/2016 (réplica à contestação) e fevereiro/2017 (digitalização e distribuição de processos conexos).
	<a href="#">0500930-12.2017.4.05.8302</a>	Desde 18.07.2017.
	<a href="#">0501106-88.2017.4.05.8302</a>	De 14/03/17 a 14/07/17 - anexos 14/15.
<b>Total de Ocorrências: 7</b>		

#### 6.31.10. Correição anterior e autoinspeção

A vara informou que não houve determinação específica no último relatório de correição, tendo as observações ali constantes levado à melhora da gestão processual.

Após a última autoinspeção, foi estabelecido prazo máximo para permanência de processos nos respectivos setores da vara, o qual vem sendo observado.

A meta de redução do acervo em pelo menos 5% a mais do total de processos distribuídos vem sendo cumprida parcialmente.

#### 6.31.11. Considerações finais

A 31ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 31ª vara federal funciona de modo eficiente.

## **6.32. 32ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GARANHUNS/PE**

### **6.32.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 32ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 3/2012 - TRF5 c/c o Ato nº 209/2012 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 23ª vara federal detém competência para conciliação, julgamento e execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos, previstas no art. 3º da Lei nº 10.259/2001.

A unidade funciona no prédio-sede da subseção judiciária, localizado na Rua Vital Brasil, nº 44, Heliópolis, Garanhuns/PE. A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.32.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores**

A 32ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados; b) 14 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área administrativa, 06 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

Registre-se que 02 técnicos judiciários - área administrativa do quadro da 32ª vara federal foram lotados na 23ª vara federal pela direção do foro da Subseção Judiciária de Garanhuns/PE, quando da instalação da 32ª vara federal; e que 02 analistas judiciários - área de execução de mandados do quadro da 32ª vara federal foram lotados na 23ª vara federal (central de mandados da Subseção Judiciária de Garanhuns/PE, criada pela ordem de serviço nº ODS.0023.000001-0/2013). Por outro lado, 01 analista judiciário - área administrativa do quadro da 23ª vara federal foi lotado na 32ª vara federal.

#### **6.32.2.1. Juíza federal titular**

A juíza federal titular da vara, Madja de Sousa Moura Florencio, exerce a magistratura desde 22/06/2011, atuando na 32ª vara federal desde 13/11/2015. Atua na direção da subseção desde 14/09/2016.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias:

- 11/02/2016 a 18/03/2016, 19/09/2016 a 09/10/2016, 16 a 24/11/2016, 09/01/2017 a 04/02/2017, 04/08/2017 a 02/09/2017 e 04/09/2017 a 27/09/2017;

Licenças:

- 09/05/2016 a 13/05/2016: Licença para tratamento de saúde, conforme o PA 1170/2016.
- 05/02/2017 a 03/08/2017 - Licença para repouso à gestante, conforme o PA 0000773-25.2017.4.05.7000.

Outros:

- 03/11/2015 a 12/11/2015: Afastamento por motivo de trânsito;
- 17/11/2015 a 20/11/2015: Compensação de dias não remunerados pela gratificação por exercício cumulativo de jurisdição;
- 23 e 24/11/2015: Participação na expedição da cidadania;
- 21/10/2015 a 02/11/2015: Afastamento para, com prejuízo de sua jurisdição, prestar auxílio na 38ª vara/PE.

A magistrada reside na região metropolitana onde se situa a vara.

### 6.32.2.2. Juiz federal substituto

O juiz federal substituto da 32ª vara federal/PE, Joaldo Karolmenig de Lima Cavalcanti, responde pela 23ª vara/PE, com prejuízo de jurisdição, desde 04 de setembro de 2017, conforme Ato 622/2017-TRF5.

### 6.32.2.3. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 32ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo Efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de Formação
Abílio Alves de Oliveira	Analista Judiciário, Área Judiciária	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Federal Titular	Graduação	Direito e Tecnologia em Processamento de Dados
Amanda Maria Tomasi	Analista Judiciário, Área Administrativa	Supervisor da Seção de Análises e Andamento Processual (FC-05)	Graduação	Direito e Publicidade e Propaganda
Amílcar de França Bezerra	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Supervisor-Assistente (FC-04) do Setor de Controle de Perícias	Graduação	Direito
Ana Luiza Tavares Soares da Silva	Analista Judiciário, Área Administrativa	Supervisor-Assistente (FC-04) do Gabinete do Juiz Federal Titular	Graduação	Psicologia
Bruno Mariano de Almeida	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Não	Graduação	Filosofia
Carlos Souza Sá Barreto	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Não	Não	
Edwina Valença Cavalcante	Analista Judiciário, Área Judiciária	Auxiliar Especializado do Gabinete do Diretor de Secretaria (FC-02)	Graduação	Direito com Especialização em Direito Previdenciário e Processo do Trabalho.
Gabriela Arruda de Assunção	Analista Judiciário, Área Judiciária	Oficial de Gabinete (FC-05) do Juiz Federal Substituto	Graduação	Direito
José Márcio	Agente de	Supervisor-	Especialização	Graduação em Ciências com

Amâncio de Oliveira	Segurança	Assistente (FC-04) do Setor de Agendamento e Controle de Audiências		Habilitação em Matemática e Especialização em Direito Penal e Processual Penal
Paulo Melício Carneiro L.de Farias Júnior	Agente de Segurança	Não	Superior Incompleto	Cursando Direito
Reginaldo José dos Santos	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Supervisor Assistente da Seção de Apoio Administrativo (FC-04)	Superior Incompleto	Cursando Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais
Robério José Cavalcante Lima	Técnico Judiciário, Área Administrativa	Supervisor-Assistente do Setor de Análise e Triagem Inicial (FC-04)	Graduação	Direito e Ciências da Computação
Thereza Maria Menezes Acioli	Analista Judiciário, Área Judiciária	Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Federal Substituto (FC-04)	Graduação	Direito
Wellington Augusto Inácio de Almeida	Técnico Judiciário, Área Administrativa	CJ-03 (Direção)	Graduação	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 32ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 05 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Há 01 analista judiciária (Maria Laura Sette de Oliveira) cedida para outra unidade. Há ainda 01 servidor requisitado (Cláudio Luciano Oliveira Lins) da Prefeitura Municipal de Garanhuns/PE.

#### **6.32.2.4. Estagiários**

Há 07 vagas de estágio previstas para a subseção de Garanhuns, havendo 03 estagiários em atuação na 32ª vara/PE.

O plano de atividades dos estagiários envolve um rodízio entre todos os setores da secretaria, bem como atuação no gabinete.

Na época da correição, todos os estagiários estavam atuando na secretaria da vara.

#### **6.32.3. Organização da 32ª vara federal**

Dentre os servidores da 32ª vara federal de Pernambuco, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

##### **6.32.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara está organizada da seguinte maneira:

**Direção da Vara:**

**Setor de Triagem e Atermação:** 03 servidores e 01 estagiário.

**Atividades desempenhadas:**

- Atendimento ao público em geral, com prestação de informações acerca do andamento de processos; cadastro dos advogados no sistema Creta; desbloqueio de senhas; atermações; encaminhamento dos jurisdicionados à assistência judiciária gratuita;

- Análise dos processos, após fase de distribuição, em que são verificadas as condições da ação e pressupostos processuais, com a finalidade de saneamento para adequação aos requisitos de admissibilidade; citações; intimações e encaminhamento aos demais setores competentes;

- Elaboração de minutas de sentenças, decisões, despachos e atos ordinatórios, bem como adequação dos respectivos modelos ao caso concreto;

- Diligências aos sistemas CNIS, PLENUS e SIEL.

**Setor de Conhecimento:** 02 servidores.

**Atividades desempenhadas:**

- Expedição de mandados de citação, constatação e cartas precatórias;

- Realização de intimações de atos ordinatórios, decisões, despachos e sentenças;

- Recebimento de contestações e seu encaminhamento aos setores responsáveis;

- Acompanhamento e recebimento de cartas e demais expedientes;

- Controle de prazos;

- Recebimento de recursos.

**Setor de Audiências:** 01 servidor e 01 estagiário.

**Atividades desempenhadas:**

- Recebe os processos para marcação das audiências de instrução e conciliação;

- Presta auxílio aos magistrados na realização das audiências, anexando os áudios, termos, minutas e cálculos;

- Elabora resumos dos processos para audiência.

**Setor de Perícias:** 01 servidor e 01 estagiário.

**Atividades desempenhadas:**

- Recebe os processos para marcação de perícia, distribuídos por tipo, de conformidade com os laudos apresentados pelas partes (clínica, ortopédica e psiquiátrica);

- Após a realização da perícia e anexação do laudo, solicita o pagamento dos honorários periciais;

- Elaboração de minutas de sentença, atos ordinatórios e respectivas intimações das partes e peritos para cumprimento de determinações.

**Setor de Cálculos:** 01 servidor.

**Atividades desempenhadas:**

- Elaboração dos cálculos judiciais e intimações respectivas.

**Setor de Execução:** 01 servidor.

**Atividades desempenhadas:**

- Análise dos processos com trânsito em julgado, devolvidos do juiz, recebidos da turma recursal, movimentando-os para as caixas específicas, e expedição de RPVs e precatórios;

- Verificar a existência de perícia realizada nos processos de competência do setor de execução e expedir a correspondente RPV de ressarcimento do valor antecipado pela seção judiciária para pagamento aos peritos;

- Promover as intimações necessárias ao cumprimento das sentenças/acórdãos quanto às obrigações de fazer e de pagar. Acompanhamento, nestes casos, do cumprimento, ou não, dentro do prazo estipulado pelo magistrado ou por lei;

- Análise quanto à aptidão para expedição, se RPV ou precatório. Uma vez expedidos, encaminha-os para conferência/validação; após, promove as intimações necessárias e acompanha os respectivos prazos, encaminhando ao TRF5 para autuação e pagamento.

A tramitação dos processos na 32ª vara federal/PE é dividida em fases, cujas responsabilidades pelo acompanhamento são atribuídas aos servidores lotados nos respectivos setores, dando, assim, andamento ao feito, seja com a elaboração do ato necessário ou realizando o encaminhamento ao setor responsável.

Na vara, os processos devem ter andamento no prazo de até 24h, salvo nos casos em que estejam aguardando decurso de prazo. Todos os servidores são orientados a verificar, diariamente, a aba “Docs. Procuradores no Sistema Creta”.

Por meio do painel do usuário no Creta, a visualização das caixas com os respectivos quantitativos permite acompanhar o andamento de cada setor da vara.

Através de consulta ao painel geral no Creta é possível verificar o quantitativo geral de processos da vara, bem como se existe algum feito sem movimentação há mais de 15 dias, por exemplo.

Através dos boletins estatísticos e relatórios, pode-se acompanhar o número de processos conclusos, quantidade de processos distribuídos e baixados, bem como a pauta de perícias e audiências.

Na vara ainda são feitos gráficos de distribuição de processos, bem como gráfico com o acervo processual.

### **6.32.3.2. Gabinete dos juízes federais**

Os gabinetes contam com 05 assessores, sendo o trabalho dividido da seguinte forma: cada assessor é responsável por processos de acordo com o número imediatamente anterior ao dígito, assim cada servidor tem a responsabilidade por dois números, ex.: 0504336-

12.2015.4.05.8305 (dígito “6”). Na ausência de servidor (férias, licenças), deverá ser observado o número imediatamente anterior até que seja contemplado algum dos servidores em atividade, ex.: 0504336-12.2015.4.05.8305 (dígito “3”).

Após os assessores fazerem uma triagem dos processos conclusos para julgamento, são minutados, inicialmente, os processos classificados como prioritários, que são os marcados de vermelho no sistema Creta, seguidos dos demais, a partir da ordem cronológica de conclusão.

#### **6.32.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 32ª vara federal**

A juíza federal Madja de Sousa Moura Florêncio periodicamente realiza reuniões com todos os servidores da vara ou com determinados setores separadamente, a fim de traçar metas, esclarecer dúvidas, ouvir sugestões e parabenizar os servidores pelos resultados alcançados.

#### **6.32.5. Planejamento das atividades da 32ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

As atividades da 32ª vara federal/PE, em geral, são planejadas em reuniões com os servidores, o diretor e a magistrada.

O diretor deve organizar e acompanhar o funcionamento dos setores da vara, evitando que algum setor sofra prejuízo por férias ou afastamento dos respectivos servidores. Cabe, ainda, ao diretor, juntamente com o setor de audiências, organizar a pauta de audiências, bem como a escala dos conciliadores, alternando entre servidores da secretaria e da assessoria.

O diretor de secretaria acompanha diariamente, por meio de consulta ao painel do usuário e painel geral, o cumprimento das atividades.

A avaliação de resultados também é feita, mensalmente, por meio de relatórios fornecidos pelo sistema Creta, verificando, assim, o número de processos distribuídos, processos arquivados e o acervo total da vara.

Além dos dados fornecidos pelo sistema Creta quanto à produtividade dos servidores, na assessoria cada servidor deve preencher semanalmente uma tabela especificando quantas sentenças, decisões, despachos e atos ordinatórios foram feitos, discriminando o número do processo e o assunto. São, ainda, elaborados mensalmente gráficos que retratam o andamento da vara, contendo o número de entrada de processos, número de saídas, bem como o acervo.

A meta da 32ª vara federal/PE é dar andamento aos processos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo nos casos em que os processos estejam aguardando decurso de prazo.

#### **6.32.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 32ª vara federal e no gabinete da juíza federal**

Advogados, partes e membros do Ministério Público são atendidos diretamente pelos servidores da secretaria e, se for o caso, podem ser encaminhados para atendimento pelo diretor de secretaria ou pela magistrada. Quanto à Defensoria Pública, inexistente representação na Subseção Judiciária de Garanhuns/PE.

Sendo o caso de atendimento aos membros do Ministério Público, advogados e partes

no gabinete, é verificado o assessor responsável, pelo número do processo, e feito o devido encaminhamento. Havendo necessidade, é feito o encaminhamento à magistrada.

Existe uma caixa de consulta de satisfação do atendimento prestado que fica na recepção da subseção judiciária, havendo, também, retorno de partes, advogados, estudantes e público em geral.

#### **6.32.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 01/12/2017, havia em tramitação na unidade 1.425 processos. Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade (14), a média de processos por servidor é de 101,78.

Em 20/11/2017, havia 218 processos conclusos para sentença, sob a responsabilidade da juíza federal titular. Não havia feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia apenas 01 processo sobrestado.

Nos últimos 24 meses, não se observou o extravio ou a restauração de autos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, não havia processo com pendência junto a outros setores da administração/órgãos e com advogados.

Nos 24 meses anteriores ao início da correição, foram realizadas 2.451 audiências e 02 inspeções judiciais. Em igual período, houve 536 audiências de conciliação. 382 audiências foram adiadas ou canceladas e posteriormente remar cadas.

#### **6.32.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Total de processos distribuídos de janeiro a 01/12/2017: 3.064; Total de processos julgados de janeiro a 01/12/2017: 2.902.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Processo pendente de sentença: 0502297-04.2013.4.05.8305 – sentença de extinção de 10/10/2013 anulada pela 1ª turma recursal e processo devolvido à vara em 09/10/2017.

##### **Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

A vara informou o atendimento da meta 3, salientando que adota o procedimento de audiências de conciliação conduzidas por servidores, em matérias previamente selecionadas. Até o dia 01/12/2017, foram realizados 292 (duzentos e noventa e dois) acordos.

##### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### **6.32.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 200 processos do Creta (quando da correição tinham 1.425 processos em tramitação ajustada).

#### **6.32.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.32.9.1.1. Processos eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>Observação</b>	<b>Nr. Processo</b>	<b>Complemento</b>
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0500630-41.2017.4.05.8305</a>	De 05/08/17 a 17/10/17.
		<b>Total de Ocorrências: 1</b>

Demora na realização da audiência	<a href="#">0500684-07.2017.4.05.8305</a>	Lapso temporal considerável para realização da audiência, remarçada duas vezes (de 11/04/17 a 21/11/17).
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0500676-79.2007.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0500307-46.2011.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0503290-18.2011.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0501462-50.2012.4.05.8305</a>	Desarquivado em 13/11/2017.
	<a href="#">0501490-18.2012.4.05.8305</a>	Desarquivado em 13/11/2017.
	<a href="#">0502297-04.2013.4.05.8305</a>	Desarquivado em 13/11/2017.
	<a href="#">0502946-66.2013.4.05.8305</a>	Desarquivado em 13/11/2017.
	<a href="#">0500323-58.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0501567-22.2015.4.05.8305</a>	Arquivamento.
	<a href="#">0501701-49.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0501731-84.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0501966-51.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502092-04.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502559-80.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502613-46.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502644-66.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502793-62.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0500144-90.2016.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0500497-33.2016.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0500640-22.2016.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0500884-48.2016.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0501075-93.2016.4.05.8305</a>	Arquivamento.
<a href="#">0501579-02.2016.4.05.8305</a>		
<a href="#">0501584-24.2016.4.05.8305</a>		
<a href="#">0501854-</a>	Recebido da TR em 13/09/2017.	

<a href="#">48.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501947-11.2016.4.05.8305</a>	Recebido da TR em 13/09/2017.
<a href="#">0502044-11.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502157-62.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502247-70.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502296-14.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502305-73.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502366-31.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502557-76.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502589-81.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502613-12.2016.4.05.8305</a>	Arquivamento.
<a href="#">0502656-46.2016.4.05.8305</a>	Arquivamento.
<a href="#">0502669-45.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502694-58.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502827-03.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502835-77.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502928-40.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502946-61.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502982-06.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503043-61.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503099-94.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503100-79.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503101-64.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503135-39.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503139-76.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503145-83.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503171-81.2016.4.05.8305</a>	

<a href="#">0503194- 27.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503196- 94.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503246- 23.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503248- 90.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503267- 96.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500005- 07.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500019- 88.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500039- 79.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500041- 49.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500078- 76.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500093- 45.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500094- 30.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500104- 74.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500109- 96.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500111- 66.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500113- 36.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500151- 48.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500176- 61.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500181- 83.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500183- 53.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500197- 37.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500207- 81.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500210- 36.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500232- 94.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500234- 64.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500249- 33.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500250-</a>	

<a href="#">18.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500257- 10.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500260- 62.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500266- 69.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500272- 76.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500274- 46.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500275- 31.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500289- 15.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500306- 51.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500335- 04.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500342- 93.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500345- 48.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500348- 03.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500351- 55.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500353- 25.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500356- 77.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500358- 47.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500369- 76.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500376- 68.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500384- 45.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500386- 15.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500387- 97.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500393- 07.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500407- 88.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500417- 35.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500440- 78.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500441- 63.2017.4.05.8305</a>	

<a href="#">0500452- 92.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500464- 09.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500465- 91.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500469- 31.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500499- 66.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500516- 05.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500533- 41.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500537- 78.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500542- 03.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500543- 85.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500567- 16.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500568- 98.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500577- 60.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500580- 15.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500582- 82.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500588- 89.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500598- 36.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500599- 21.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500613- 05.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500617- 42.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500622- 64.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500623- 49.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500624- 34.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500625- 19.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500631- 26.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500632- 11.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500634-</a>	

<a href="#">78.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500639- 03.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500646- 92.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500653- 84.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500658- 09.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500664- 16.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500666- 83.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500669- 38.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500676- 30.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500679- 82.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500697- 06.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500698- 88.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500706- 65.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500707- 50.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500708- 35.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500714- 42.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500718- 79.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500723- 04.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500735- 18.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500736- 03.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500737- 85.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500744- 77.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500756- 91.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500779- 37.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500782- 89.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500783- 74.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500786- 29.2017.4.05.8305</a>	

<a href="#">0500788- 96.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500801- 95.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500880- 74.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501021- 93.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501081- 66.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501193- 35.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501401- 19.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501410- 78.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501562- 29.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501630- 76.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501631- 61.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501784- 94.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501830- 83.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501847- 22.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501875- 87.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0501893- 11.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502042- 07.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502057- 73.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502093- 18.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502172- 94.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502182- 41.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502199- 77.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502239- 59.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502248- 21.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502305- 39.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502404- 09.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502418-</a>	

	<a href="#">90.2017.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502440-51.2017.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502451-80.2017.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502466-49.2017.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502484-70.2017.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502541-88.2017.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502689-02.2017.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502736-73.2017.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502828-51.2017.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502849-27.2017.4.05.8305</a>	
<b>Total de Ocorrências: 193</b>		
Processos irregularmente paralisados	<a href="#">0502720-56.2016.4.05.8305</a>	Entre 14/02/2017 e 05/08/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0502260-69.2016.4.05.8305</a>	Feito paralisado desde agosto/2017, quando houve juntada de petição com manifestação sobre documentos, até outubro/2017, momento em que o feito foi concluso para decisão (prolatada em 24.10.2017).
	<a href="#">0502427-86.2016.4.05.8305</a>	Ação sem movimentação efetiva no período compreendido entre 05/08/2017 e 17/10/2017.
	<a href="#">0502874-74.2016.4.05.8305</a>	De 08.03.2017 a 05.07.2017.
	<a href="#">0500761-16.2017.4.05.8305</a>	Entre 13/07/2017 e 19/10/2017.
<b>Total de Ocorrências: 4</b>		

### 6.32.10. Correição anterior e autoinspeção

Em relação à correição anterior, a determinação de evitar demora na execução das tarefas pela secretaria, constante no respectivo relatório, foi solucionada com a adoção da meta de dar andamento ao processo em até 24h. Porém, com o afastamento da juíza federal titular, por licença para repouso à gestante, não foi possível agilizar a marcação de audiências, determinação constante da última correição, realizada em 2016.

Após a última autoinspeção, tendo em vista o bom trabalho realizado pelos servidores da 32ª vara federal/PE, foi mantida a meta de impulsionar o processo no prazo máximo de 24h, salvo nos casos em que estejam aguardando decurso de prazo. Tal meta foi amplamente debatida com os servidores, por meio de reuniões, e teve a aquiescência e aval destes, de modo que seu cumprimento não enfrentou resistência ou problemas.

### 6.32.11. Considerações finais

A 32ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 32ª vara federal funciona de modo eficiente.

### **6.33. 33ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

#### **6.33.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 33ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 10/2013 - TRF5 c/c o Ato nº 292/2013 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 33ª vara federal detém competência para processamento e julgamento das execuções fiscais e processos conexos, instaurados com base na Lei nº 6.830/1980 e normas afins. A unidade funciona no prédio-sede da SJPE, localizado na Av. Recife, 6250, Jiquiá, Recife/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de atendimento ao público na unidade é das 09 às 18 horas. Os servidores trabalham em dois turnos (07:30 às 14:30h e 12:30 às 19:30h).

#### **6.33.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores**

A 33ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada; b) 20 servidores efetivos, sendo 03 analistas judiciários - área judiciária, 05 analistas judiciários - área de execução de mandados, 11 técnicos judiciários - área administrativa e 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte.

Há 02 cargos efetivos vagos desde a criação da vara.

Conforme Atos nºs 382/CR, de 07/06/2017, e 427/CR, de 19/06/2017, a magistrada Liz Corrêa de Azevedo foi designada para responder pela 33ª vara, nos períodos de 05/07/2017 a 13/08/2017 e 13/09/2017 a 19/12/2017, respectivamente, em decorrência da licença para repouso à gestante da magistrada titular.

##### **6.33.2.1. Juíza federal titular**

A juíza federal titular da vara, Roberta Walmsley Soares Carneiro Porto de Barros, exerce a magistratura desde 15/12/2004, atuando na 33ª vara federal desde 11/06/2013.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias: 07/01/2016 a 01/02/2016, 05/04/2016 a 08/04/2016, 23/05/16 a 29/05/2016, 04/07/2016 a 26/07/2016, 09/01/2017 a 29/01/2017 e 09/03/2017 a 17/03/2017;

Licenças: 03/05/2017 a 12/05/2017 (tratamento de saúde) e 26/06/2017 a 19/12/2017 (repouso à gestante);

Afastamento referente à acumulação de jurisdição não remunerada: 29/10/2015, 03/11/2015, 04/12/2015, 07/12/2015 e 09/12 a 11/12/2015;

Participação em seminário/congresso: 16/03 a 17/03/2016;

Compensação de plantão forense : 17/08/2016 a 19/08/2016.

A juíza federal titular reside na região metropolitana onde se situa a vara.

### 6.33.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 33ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Ana Karina Barros Santiago	Técnico judiciário	FC 04	Superior	História
Ana Paula Santos Barros	Técnico judiciário	FC 05	Superior Superior incompleto	Contábeis Direito
César Cavalcanti Dantas	Técnico judiciário-especialidade segurança e transporte	---	Superior incompleto	Turismo
Danilo Coelho Fernandes	Analista judiciário	FC 04	Superior	Direito
Elizangela de Barros Oliveira Santana	Analista judiciário	FC 05	Superior	Direito
Jorge Adriano Coelho Alves	Técnico Judiciário	FC 04	Doutorado incompleto	Física
Luzinete de Arruda Melo	Técnico judiciário	FC 04	Superior Superior incompleto	Pedagogia Direito
Marcos César Barbosa Maggi	Técnico judiciário	FC 03	Superior	Direito
Mariana Belém	Técnico judiciário	FC 05	Superior	Direito

Maria Cecília Gonçalves Ferreira Pinto	Técnico judiciário	FC 05	Superior	Direito	
Maria de Socorro Amorim de Oliveira Andrade	Técnico Judiciário	FC 05	Superior	Direito	
Rosa Neude Galindo Pacheco	Técnico Judiciário	FC 04	Superior	Direito	
Solange Maria Bastos Marinho	Analista Judiciário	CJ 03	Superior	Direito	
Virgínia Falangola	Técnico Judiciário	FC 04	Superior	Direito	
Wellington Cunha da Silva	Técnico Judiciário	FC 04	Superior	Biologia	
Allan Valença Cavalcante	Analista judiciário - Oficial de Justiça	---	Superior	Direito	
Ana Paula da Cunha Albuquerque de Castro	Analista judiciário - Oficial de Justiça	---	Superior	Direito	
Aurélio Antonio Santos de Lima	Analista judiciário - Oficial de Justiça	----	Superior	Direito	
Daiane Karolliny Alexandria de Souza	Analista judiciário- Oficial de Justiça	----	Superior	Direito	
Nélia Navais Henriques	Analista judiciário- Oficial de Justiça	-----	Superior	Direito	

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 33ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 11 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Há 02 servidores requisitados, quais sejam: Socorro Andrade (TRE/PE) e Márcio Anderson da Silva (Banco do Brasil).

Inexistem na 33ª vara/PE servidores sem vínculo com o serviço público ou prestando auxílio.

Nenhum serventuário da vara está cedido a outro órgão.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, todas as funções comissionadas estavam ocupadas.

Foram registrados os seguintes afastamentos de servidores:

Licença para tratar de interesse particular 01 – período: 07/04/2017 a 05/04/2020;

Licença para curso de formação – Delegado 01 – período: 08/10/2017 a 31/08/2018

### **6.33.2.3. Estagiários**

Há 05 vagas de estágio previstas para unidade, estando todas ocupadas.

### **6.33.3. Organização da 33ª vara federal**

Dentre os servidores da 33ª vara federal de Pernambuco, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 03 no gabinete.

Os estagiários atuam na secretaria e no gabinete.

#### **6.33.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara está organizada nos seguintes setores: direção, Fazenda Nacional/PRF, grandes devedores, expedição e conselhos/FGTS.

Os servidores Ana Paula Santos, Ana Karina, César Dantas, Danilo Coelho, Jorge Adriano, Luzinete de Arruda e Marcos Maggi trabalham no setor Fazenda Nacional/ PRF. Mariana Belém é responsável pelo setor grandes devedores. Márcio trabalha no setor Conselhos/FGTS. Wellington Cunha e Rosa Galindo compõem o setor de expedição. Solange Bastos é a diretora da Secretaria.

As atividades dos setores encontram-se explicitadas abaixo:

Fazenda Nacional/PRF: análise, decisão e cumprimento das decisões dos processos cujos exequentes são a Fazenda Nacional e a PRF e que não estão no setor de grandes devedores, bem como dos embargos à execução e cumprimento de sentença físicos. Todo o impulso processual é realizado por este setor, com exceção da confecção dos expedientes, tais como cartas de citação, mandados, precatórias e ofícios.

O critério adotado pela vara para determinação dos grandes devedores é baseado na relação com os nomes das empresas, fornecida pela Fazenda Nacional. Ou seja, são classificados como “grandes devedores” os mesmos processos com tal classificação no âmbito da Fazenda Nacional.

Expedição: atos relativos às cartas precatórias distribuídas para esta vara, expedição de mandados, cartas precatórias, ofícios, cartas de citação, alvarás, precatórios e RPs.

Conselhos/FGTS: análise, decisão e cumprimento das decisões dos processos movidos pelos conselhos, Fazenda Municipal e pela Caixa Econômica Federal e que não estão no setor de grandes devedores. Todo o impulso processual é realizado por este setor, com exceção da confecção de expedientes.

Os processos são organizados nas prateleiras de acordo com a data da última movimentação.

#### **6.33.3.2. Gabinete da juíza federal**

Como não existe juiz substituto lotado na vara, a organização do gabinete foi definida pela juíza titular. Existem 03 servidores na assessoria (Maria Cecília, Maria do Socorro e Virgínia), que trabalham na elaboração das decisões mais complexas, incluindo os pedidos de tutela antecipada, de desbloqueio de valores, exceções de pré-executividade, entre outras decisões, bem como as sentenças dos embargos à execução e de terceiro. A divisão do trabalho é por dígito e obedece à ordem cronológica.

Os processos conclusos para sentença são organizados de acordo com a ordem cronológica de sua chegada na assessoria para julgamento. Tal ordem é descumprida apenas

em caso de prioridade legal.

#### **6.33.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 33ª vara federal**

São realizadas reuniões pela juíza titular, seja com toda a equipe da vara, seja com setores específicos, para discussão acerca do andamento dos processos e da adoção de novas medidas na tentativa de otimizar os trabalhos. A última reunião com toda a equipe foi realizada em março/2017, para modificar o sistema de atividades entre servidores do setor Fazenda Nacional/PRF, quando foi adotado o procedimento de divisão por dígito entre os servidores. Esse procedimento não foi aplicado ao setor conselhos/FGTS. Depois houve reuniões separadas com os servidores dos setores conselhos e expedição.

#### **6.33.5. Planejamento das atividades da 33ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

Após o cumprimento das metas para redução do acervo, foi definido o prazo até dezembro/2017 para apreciação e análise de todos os processos cuja última manifestação relevante ocorreu até o fim de 2016.

Paralelamente, foi fixado o prazo de 07 dias para recebimento das petições iniciais. Já a inclusão de minutas de BACENJUD deve ocorrer em até 15 dias corridos do recebimento do processo e demais convênios em até 30 dias.

A juntada de petição deve ocorrer em até dois dias e das cartas de citação/intimação e respostas dos expedientes em até 15 dias corridos.

Com a implantação do teletrabalho, a partir de julho/2017 (na assessoria teve início no mês de junho/2017), foram definidas as atividades desenvolvidas pelo servidor, bem como as metas semanais a serem atingidas, considerando a divisão em setores da vara. O cumprimento das metas dos servidores é aferido de forma quantitativa e qualitativa. Há metas de análise de processos mais antigos pendentes de julgamento.

Mensalmente, são conferidas as estatísticas de processos sem movimentação e dos processos trabalhados pelos servidores, para ver se as metas estabelecidas foram cumpridas. Igualmente, são verificados os quantitativos de processos conclusos para sentença e de processos distribuídos. Periodicamente, há a conferência em todos os setores da vara, por meio das placas indicativas nos processos, do tempo de tramitação, tal como determinado nas reuniões realizadas. Além disso, são conferidos os quantitativos de juntada de petição, de AR e de mandados, para que não haja pendências.

#### **6.33.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 33ª vara federal e no gabinete da juíza federal**

O Ministério Público Federal nunca veio na 33ª vara federal/PE, mesmo quando intimado da instalação da inspeção. A Defensoria Pública também não comparece na vara, é intimada dos processos por meio de carga. Os advogados e partes são atendidos no balcão da secretaria pelos servidores, independente de agendamento prévio, inclusive quando buscam atendimento no gabinete.

Quando o advogado e/ou a parte desejam falar com a juíza, esta se desloca até o balcão ou o recebe em seu gabinete. Os servidores e a juíza titular, a despeito da quantidade de trabalho, estão sempre dispostos a atender no balcão as partes, procuradores, membros do MPF e da

Defensoria Pública.

A vara não realiza consulta de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.33.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 30/10/2017, havia em tramitação na unidade 5.475 processos (3.870 físicos e 1.605 eletrônicos). Assim, considerando o número de processos em tramitação e a quantidade de servidores em atividade (22), a média de processos por servidor é de 248,86.

Em outubro/2017, o número de processos conclusos para sentença era de 167. Não havia feito concluso com pedido urgente pendente de análise.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 20.393 processos sobrestados/suspensos. A unidade indicou os números seguintes:

- Art. 40 da Lei nº 6.830/1980: 12.446;
- Débito inferior ao limite legal (art. 20 Lei nº 10.522/2002): 2.068;
- Parcelamento: 1.993;
- Outros: 3.886.

A unidade informou que, nos últimos 24 meses, 09 processos foram extraviados e que 04 feitos foram objeto de restauração de autos.

Os números de processos da vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) ou com advogados estão abaixo indicados:

- AGU (PRF) – 19 processos;
- Fazenda Nacional – 119 processos;
- Advogados - 18 processos;

Nos últimos 24 meses, foi realizada 01 audiência e 02 inspeções judiciais.

#### **6.33.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Processos físicos de conhecimento distribuídos entre janeiro e outubro/2017: 16;

Procedimento comum: 01;

Embargos à execução fiscal: 14;

Embargos de terceiro: 01;

Processos eletrônicos de conhecimento distribuídos entre janeiro e outubro/2017: 227;

Procedimento comum: 62;

Embargos à execução fiscal: 75;

Embargos de terceiro: 90;

Processos de conhecimento (físicos) julgados entre janeiro e outubro/2017: 158;

Procedimento comum: 04;

Embargos à execução fiscal: 126;

Embargos de terceiro: 28;

Processos de conhecimento (eletrônicos) julgados entre janeiro e outubro/2017: 158;

Procedimento comum: 25;

Embargos à execução fiscal: 53;

Embargos de terceiro: 61.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Processos de conhecimento						
	Até 31/12/2012			Em 2013		
Classe	Distribuídos	Julgados (até 31/10/2017)	%	Distribuídos	Julgados (até 31/10/2017)	%
Ação Ordinária	33	31	94	-	-	-
Embargos à Execução fiscal	307	291	95	212	199	94
Embargos à Execução	-	-	-	1	1	100
Emb. de Terceiro	27	25	93	140	138	99

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

As conciliações tiveram início com a instalação da câmara de conciliação e arbitragem da administração federal, órgão da Consultoria Jurídica da União, em 2013, trabalho interrompido em junho/2016 e retomado posteriormente.

Processos conciliados em 2015 : aproximadamente 57;

Processos conciliados em 2016 : aproximadamente 123;

Processos conciliados em 2017: aproximadamente 20.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

Não se aplica.

### **6.33.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 103 processos físicos (quando da correição tinham 3.870 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 150 processos (quando da correição tinham 1.605 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### **6.33.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.33.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>

Embargos à Execução 0010680722015405830  
0

**DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS  
POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0002243381998405830 0	Ausência de cobrança/aguardando cumprimento desde 17/05/17 - últ. mov.

**DEMORA NA CONCLUSÃO:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	0010922652014405830 0	
Execução Fiscal	0002243381998405830 0	
Execução Fiscal	0002493761995405830 0	
Execução Fiscal	0015600561996405830 0	Petição juntada em 26/09/2016; conclusão em 06/10/2017.
Execução Fiscal	0010940821900405830 0	Ausência na conclusão para análise dos documentos juntados em 24/07/2017.
Execução Fiscal	0000233551900405830 0	Ausência de conclusão para a petição datada de 19/05/2017.
Embargos à Execução	0011786742012405830 0	De fl. 815
Execução Fiscal	0010120631997405830 0	De fl. 211 (ago/15 a set/16 - fls. 209 e 211).
Execução Fiscal	9000008930	De fl. 232 (v. fl. 225).
Execução Fiscal	0002281601992405830 0	De fl. 427 (fev a out/15 - v. fl. 357) e de fl. 492 (jan a ago/17 - v. fl. 470).
Embargos à Execução	0002467772015405830 0	Demora para a conclusão realizada em 13/12/2016 (fl. 156), já que o último ato antecedente (juntada de petição) se deu em 07/03/2016 (fl. 140).
Embargos à Execução	0013553112016405830 0	Demora na conclusão realizada em 03/02/2017 (fl. 341), já que o último ato antecedente (juntada) se deu em 05/12/2016 (fl. 322).
Execução Fiscal	0008121461995405830 0	Demora para a conclusão da fl. 77, considerada a data do ato precedente.
Execução Fiscal	0008121461995405830 0	Demora para a conclusão realizada em 27/02/2014 (fl. 87),

		considerada a data da petição fazendária à fl. 86 v.
Execução Fiscal	0015003871996405830 0	Demora para a conclusão realizada em 18/03/2008 (fl. 60), considerada a data do ato precedente.
Execução Fiscal	0015003871996405830 0	Demora para a conclusão operada em 13/06/2013 (fl. 117), considerada a data do ato precedente.
Embargos à Execução	0009772152015405830 0	Juntada em 14/10/16 e conclusão em 08/06/17.
Embargos à Execução	0005860102015405830 0	Processo distribuído em 08/07/15 e concluso em 15/09/15.
Embargos à Execução	0005860102015405830 0	Juntada em 11/01/16 e conclusão em 20/04/17.
Embargos à Execução	0009081642016405830 0	Processo distribuído em 01/07/16 e conclusão em 17/03/17.
Execução Fiscal	0004733091993405830 0	Juntada em 18/09/15 e conclusão em 24/02/16.
Execução Fiscal	0004733091993405830 0	Juntada em 19/05/16 e conclusão em 04/07/17.
Execução Fiscal	0004733091993405830 0	Juntada em 07/07/17 e sem conclusão até o momento.
Embargos à Execução	0006872932014405830 0	
Execução Fiscal	0006114172014405830 0	
Execução Fiscal	0006021841996405830 0	
Execução Fiscal	0010603641995405830 0	Demora para a conclusão efetivada em 11/07/2016 (fl. 257), uma vez que o ato precedente (juntada de petição) se deu em 02/02/2016 (fl. 254).
Embargos à Execução	0009486422012405830 0	Juntada em 24/08/12 e conclusão em 22/03/13.
Embargos à Execução	0009486422012405830 0	Inspeção em 22/03/13 e conclusão em 19/02/14.
Embargos à Execução	0009400322016405830 0	Juntada em 10/04/17 e conclusão em 07/06/17.
Embargos à Execução	0010680722015405830 0	

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Embargos à Execução	0015862052016405830 0	
Embargos à Execução	0010922652014405830 0	
Embargos à Execução	0010852142015405830 0	

Embargos à Execução	0011096062016405830 0	
Embargos à Execução	0000459932016405830 0	
Embargos à Execução	0009400322016405830 0	Última movimentação em 13/07/17.
Embargos à Execução	0009486422012405830 0	Última movimentação em 10/01/17.
Execução Fiscal	0002282451992405830 0	De 08.05.2017 a 04.08.2017.
Execução Fiscal	0002282451992405830 0	De 12.11.2015 a 07.03.2016.
Execução Fiscal	0005992971997405830 0	De 16.06.2016 a 28.10.2016.
Embargos à Execução	0005563032015405830 0	Desde maio/17 (fl. 281).
Embargos à Execução	0009972222015405830 0	Desde jan/17 (fl. 113).
Embargos à Execução	0007766982016405830 0	Desde fev/17 (fl. 155).
Embargos à Execução	0003781282013405830 0	Última movimentação em nov/16 (fl. 608).
Embargos à Execução	0000523062016405830 0	Demora na prolação de sentença, um vez que o feito se encontra em fase de conclusão, ainda que não se tenha feito seu registro nos autos.
Embargos à Execução	0022842852004405830 0	Demora para a prolação de sentença, uma vez que, a despeito da ausência do registro de conclusão, o feito se encontra concluso.
Embargos à Execução	0013553112016405830 0	Demora na prolação de sentença, uma vez que o feito, a despeito de não ter o registro de conclusão, encontra-se concluso.
Embargos à Execução	0015376202016405830 0	Demora para prolação de sentença, uma vez que o feito, apesar de ausência deste registro, encontra-se concluso.
Embargos à Execução	0020867472012405830 0	Demora para a prolação de decisão/sentença.
Embargos à Execução	0014421862016405830 0	Demora para a prolação de sentença.
Embargos à Execução	0009772152015405830 0	Última movimentação em 11/07/17.
Embargos à Execução	0005860102015405830 0	Última movimentação em 09/08/17.
Embargos à Execução	0009081642016405830 0	Última movimentação em 24/08/17.
Embargos à Execução	0005231362015405830 0	De 17.03.2017 a 16.10.2017.
Execução Fiscal	0013630211996405830 0	De 23.11.2016 a 07.07.2017
Execução Fiscal	0013630211996405830	Desde 27.07.2017.

	0	
Execução Fiscal	0009183291992405830	De 27.06.2016 a 14.07.2017.
	0	
Embargos à Execução	0013554932016405830	Desde 24.08.2017.
	0	

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	0009097572012405830	Petição juntada desde julho/2017, sem, entretanto, haver intimação da parte contrária para pronunciamento.
	0	
Execução Fiscal	0004681131993405830	De 26.09.2014 a 02.02.2016.
	0	
Embargos à Execução	0010366292015405830	Feito parado desde novembro/2016.
	0	
Embargo de Terceiro	0003108312016405830	Demora para intimação acerca da contestação.
	0	
Embargos à Execução	0004221542015405830	De 11.01.2016 a 14.04.2016.
	0	

<b>DEMORA NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	0009192192014405830	
	0	

<b>DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0006730951991405830	De 26.08.2016 a 22.03.2017.
	0	

<b>DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0002243381998405830	Demora excessiva no cumprimento de despacho, reiterado em inspeção.
	0	
Embargos à Execução	0015398202012405830	Demora excessiva na conclusão dos autos.
	0	

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0016010851994405830	
	0	
Execução Fiscal	0002261691992405830	
	0	
Execução Fiscal	0002443601989405830	
	0	
Execução Fiscal	0002262541992405830	
	0	
Execução Fiscal	0000232701900405830	
	0	
Execução Fiscal	0007240401993405830	
	0	
Execução Fiscal	0012263251997405830	
	0	

Execução Fiscal	0001382331990405830 0
Execução Fiscal	0004743531993405830 0
Execução Fiscal	0002453071989405830 0
Execução Fiscal	0002241781992405830 0

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Embargos à Execução	0009192192014405830 0	Conclusão e sentença no mesmo dia.
Embargos à Execução	0002716962013405830 0	Demora no cumprimento do despacho de fl. 231.
Embargos à Execução	0002716962013405830 0	Conclusão e sentença no mesmo dia.
Embargos à Execução	0005563032015405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Embargos à Execução	0009972222015405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Embargos à Execução	0008400942016405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Embargos à Execução	0007766982016405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	0010120631997405830 0	Demora no cumprimento do despacho de fl. 191 (dez/13 a out/14) e de fl. 211 (v. fl. 218).
Embargos à Execução	0003781282013405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	9000008930	Demora no cumprimento do despacho de fl. 183.
Execução Fiscal	9000008930	Sem movimentação processual desde maio/17.
Embargos à Execução	0002467772015405830 0	Demora no cumprimento do despacho firmado em 12/06/2015 (fl. 121), já que apenas em 23/11/2015 (fl. 122 v.) se fez a remessa dos autos à Fazenda Nacional.
Embargos à Execução	0000523062016405830 0	Ausência de termo de conclusão após a juntada da peça de fl. 393.
Embargos à Execução	0022842852004405830 0	Ausência de termo de conclusão após a fl. 197 v.
Embargos à Execução	0013553112016405830 0	Ausência de termo de conclusão após a fl. 322.
Embargos à Execução	0015376202016405830 0	Ausência de termo de conclusão após a fl. 49.
Embargos à Execução	0020867472012405830	Ausência de termo de

	0	conclusão após a fl. 227.
Embargos à Execução	0014421862016405830	Ausência de termo de conclusão após a fl. 123.
	0	
Execução Fiscal	0008121461995405830	Demora para o cumprimento do despacho de fl. 56.
	0	
Execução Fiscal	0008121461995405830	Demora para o cumprimento do despacho de fl. 69.
	0	
Execução Fiscal	0008121461995405830	Ausência de termo de conclusão após a fl. 169.
	0	
Execução Fiscal	0015003871996405830	Demora para o cumprimento do despacho de fl. 49, o qual foi firmado em 09/11/1999 e até 26/07/2005 (fl. 53) não havia sido cumprido.
	0	
Execução Fiscal	0015003871996405830	Demora para o integral cumprimento do despacho de fl. 117.
	0	
Execução Fiscal	0015003871996405830	Ausência de termo de conclusão após a fl. 153.
	0	
Execução Fiscal	0010603641995405830	Ausência de termo de conclusão após a fl. 275.
	0	
Execução Fiscal	0010603641995405830	Demora para o cumprimento do despacho de fls. 48/49, já que a ordem de bloqueio via Sistema BACENJUD apenas foi cumprida em 16/06/2010 (fl. 50).
	0	
Embargos à Execução	0009772152015405830	Ausência de termo de conclusão - petição juntada em 11/07/17 e sem conclusão até o momento.
	0	
Embargos à Execução	0005860102015405830	Ausência de termo de conclusão - última movimentação em 09/08/17.
	0	
Embargos à Execução	0009081642016405830	Ausência de conclusão - última movimentação em 24/08/17.
	0	
Execução Fiscal	0004733091993405830	Decisão proferida em 24/02/16 e cumprida em 16/05/16.
	0	
Embargo de Terceiro	0009405542016405830	Ausência do termo de conclusão ao magistrado.
	0	
Embargos à Execução	0010779422015405830	Ausência de termo de conclusão.
	0	
Embargo de Terceiro	0007553922016405830	Ausência de conclusão.
	0	
Embargos à Execução	0004967192015405830	Ausência de termo de conclusão.
	0	
Embargos à Execução	0004967192015405830	Aguardando prolação de sentença (desde 05.06.2017).
	0	

Execução Fiscal	0013630211996405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	0006730951991405830 0	Processo sem movimentação (desde 24.05.2017).
Embargos à Execução	0013554932016405830 0	Ausência de termo de conclusão para sentença.
Execução Fiscal	0002260841992405830 0	Processo sem movimentação (de 13.06.2016 a 16.02.2017).
Execução Fiscal	0000511031990405830 0	Processo sem movimentação, desde 02.05.2017.
Execução Fiscal	0013331101997495830 0	Processo sem movimentação, desde 19.05.2017.
Execução Fiscal	0005992971997405830 0	Demora no cumprimento de despacho, de 28.10.2016 a 11.05.2017.
Execução Fiscal	0004681131993405830 0	Demora no cumprimento de despacho, de 21.03.2017 a 18.09.2017.
Execução Fiscal	0002282451992405830 0	Demora no cumprimento de decisão, de 07.03.2016 a 06.10.2016.
Execução Fiscal	0002491091995405830 0	Ausência de conclusão.
Embargos à Execução	0009486422012405830 0	Ausência de termo de conclusão - última movimentação em 10/01/17.
Embargos à Execução	0009400322016405830 0	Ausência de conclusão - última movimentação em 13/07/17.
Embargos à Execução	0000459932016405830 0	Ausência de movimentação de 12/05/16 a 26/09/16.
Embargos à Execução	0000459932016405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Embargos à Execução	0011096062016405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Embargos à Execução	0010852142015405830 0	Ausência de movimentação de 11/05/16 (juntada de petição) até 29/09/16 (vista à parte); de 29/09/16(recebimento) a 16/01/17(vista à parte).
Embargos à Execução	0010852142015405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Embargos à Execução	0015862052016405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Embargos à Execução	0010680722015405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Embargos à Execução	0010922652014405830 0	Ausência de movimentação de

		10/08/15 (juntada de doc.) até 15/02/17 (vista à parte).
Embargos à Execução	0010922652014405830 0	Ausência de termo de conclusão.
Execução Fiscal	0002243381998405830 0	Demora na expedição de mandado de penhora.
Execução Fiscal	0002493761995405830 0	Ausência de termo de recebimento dos autos pela JF.
Execução Fiscal	0002493761995405830 0	Demora cumprimento de despacho.

**PARALISAÇÃO IRREGULAR:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0010611071996405830 0	Sem movimentação desde 25/08/2017.
Embargos à Execução	0015398202012405830 0	Ausência de movimentação desde 21/09/16 (despacho determinando o prosseguimento do feito -último mov.).
Execução Fiscal	0002441901989405830 0	Processo sem movimentação desde 07/06/2017.
Embargos à Execução	0011342362015405830 0	Set/16 a nov/17.
Embargos à Execução	0009192192014405830 0	Dez/15 a out/16.
Embargos à Execução	0009344962016405830 0	Processo paralisado desde abril/17.
Embargos à Execução	0002716962013405830 0	De set/14 a fev/15.
Embargos à Execução	0000523062016405830 0	Paralisação irregular do feito após a juntada efetivada em 20/04/2017 (fl. 392).
Execução Fiscal	0015003871996405830 0	Paralisação irregular do feito após a fl. 122.
Embargos à Execução	0009772152015405830 0	07/06/16 a 26/09/16.
Embargos à Execução	0001886962014405830 0	Petição anexada desde novembro/2016.
Embargos à Execução	0008039142015405830 0	
Embargos à Execução	0003206842014405830 0	
Embargos à Execução	0002442982014405830 0	
Embargos à Execução	0004221542015405830 0	Desde 11.10.2016.
Embargos à Execução	0009486422012405830 0	08/05/14 a 26/08/16.
Execução Fiscal	0006523231996405830 0	Petição juntada em 05/10/2016 ainda não apreciada.

**Outras Observações:**

Processo: 9000013844 Classe: Execução Fiscal - Apenso ao proc. n. 90.0000893-0.

Processo : 00004599320164058300 Classe: Embargos à Execução - ausência de movimentação de 12/05/16 a 26/09/16.

Demora na conclusão (juntada 29/09/16, conclusão em 22/05/2017).

Ausência de termo de conclusão.

Demora na prolação de sentença (juntada em 12/07/17 - último mov.).

Processo: 00018869620144058300 Classe: Embargos à Execução - Paralisação irregular. Petição anexada pela CAIXA em novembro/2016, inexistindo, desde então, movimentação processual.

Processo : 00022433819984058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Demora na conclusão.

Demora no cumprimento de despacho (d. 11/04/16, vista 20/06/16).

Demora na expedição de mandado (d. 27/09/16, exp. 17/05/17).

Demora no cumprim. mandado (exp. em 17/05/17, ainda não cumprido).

Processo: 00022608419924058300 Classe: Execução Fiscal - Remanejamento de acervo.

Processo: 00024429820144058300 Classe: Embargos à Execução - Autos devolvidos pela CAIXA desde março/2017, sem, entretanto, haver qualquer movimentação processual após tal ato.

Processo : 00024937619954058300 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Remessa dos autos pelo TRF em 23/10/13.

Ausência de termo de recebimento, conclusos em 17/12/15.

Demora no cumprimento de despacho (d. de 17/12/15, registro de bloqueio insuficiente em 05/02/16, e expedição de carta precatória em 28/09/16).

Demora na conclusão (juntada de petição em 22/05/17 e conclusão em 30/10/17).

Processo: 00031083120164058300 Classe: Embargos de Terceiro - Houve determinação de emenda à inicial. Feito paralisado desde novembro/2016, quando a Fazenda apresentou contestação. Demora na prolação de despacho. Ausência de intimação para manifestação de réplica à contestação.

Processo: 00032068420144058300 Classe: Embargos à Execução - Paralisação irregular. Paralisação do feito até a consolidação de parcelamento do débito fiscal.

Petição da Fazenda juntada desde outubro/2016, inexistindo

movimentação processual desde então.

Processo : 00061141720144058300 Classe: Execução Fiscal - Ausência de termo de conclusão.

Processo: 00067309519914058300 Classe: Execução Fiscal - Remanejamento de acervo.

Processo : 00068729320144058300 Classe: Embargos à Execução - Ausência do termo de conclusão. Demora na prolação da sentença. Processo paralisado desde 2016.

Processo : 00075539220164058300 Classe: Embargo de Terceiro - Ausência de conclusão. Houve apresentação de réplica à contestação. Processo paralisado desde julho/2017. Ausência de termo de conclusão.

Processo: 00080391420154058300 Classe: Embargos à Execução - Ação proposta em setembro/2015 e despacho apenas em janeiro/2016. Certidão (abril/2016) informando que os autos não foram localizados na Secretaria. Decisão concedendo 15 dias para indicação de bens à penhora ou ausência de bens penhoráveis (24/10/2017).

Processo: 00081214619954058300 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor.

Processo : 00090975720124058300 Classe: Embargos à Execução - Houve juntada de petição em maio/2017 e, desde então, o feito está paralisado.

Processo: 00091832919924058300 Classe: Execução Fiscal - Remanejamento de acervo.

Processo: 00094055420164058300 Classe: Embargo de Terceiro - Houve determinação de emenda à inicial, devidamente cumprida. Ausência de termo de conclusão desde junho/2017. A juíza determinou a conclusão para sentença em outubro/2017. Demora na movimentação do feito.

Processo : 00103662920154058300 Classe: Embargos à Execução - Embargos à execução fiscal. Houve decisão no feito, objeto de agravo de instrumento, o qual, objeto de diversos recursos, transitou em julgado. Em novembro/2016, os autos foram remetidos ao Juízo de primeira instância, inexistindo qualquer movimentação processual desde então.

Processo: 00106036419954058300 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor.

Processo : 00106807220154058300 Classe: Embargos à Execução - demora na conclusão (juntada de petição em 02/05/16, conclusão em 14/09/16).

Ausência de cobrança dos autos em poder da parte (recebidos pela parte em 11/10/16 e devolvidos em 23/02/17).

Demora na juntada de petição (protocolada petição em 04/11/16 e juntada em 26/04/17).

Ausência de termo de conclusão.

Processo: 00107794220154058300 Classe: Embargos à Execução - Ausência de termo de conclusão. Demora no ato de conclusão desde o último

ato antes da conclusão para sentença.

Processo: 00108521420154058300 Classe: Embargos à Execução - ausência de movimentação de 11/05/16 (juntada de petição) até 29/09/16 (vista à parte) e de 29/09/16 (recebimento) a 16/01/17 (vista à parte).

Ausência de termo de conclusão.

Demora na prolação de decisão/sentença (último mov.- juntada de petição- datado de 24/01/17).

Processo : 00109226520144058300 Classe: Embargos à Execução - ausência de movimentação de 10/08/15 (juntada de doc.) até 15/02/17 (vista à parte).

Demora na conclusão (recebimento em 29/02/16, conclusão em 20/09/16).

Ausência de termo de conclusão.

Demora na prolação de decisão/sentença (juntada de petição em 30/01/17 -últ. movimento).

Processo : 00110960620164058300 Classe: Embargos à Execução - ausência de termo de conclusão (petição juntada em 22/02/17).

Demora na prolação da decisão/sentença.

Processo: 00111239219934058300 Classe: Execução Fiscal - anexado ao processo 00024937619954058300.

Processo: 00136302119964058300 Classe: Execução Fiscal - Remanejamento de acervo: 29.05.2013.

Processo: 00150038719964058300 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor.

Processo: 00153982020124058300 Classe: Embargos à Execução - demora no cumprimento de despacho em inspeção (datado de 28/05/14, conclusão em 17/06/15).

Ausência de movimentação desde 21/09/16 (despacho determinando o prosseguimento do feito -último mov.) - paralisação irregular.

Processo: 00158620520164058300 Classe: Embargos à Execução - ausência de termo de conclusão.

Demora na prolação de decisão/sentença (juntada de petição em 27/07/17 - último movimento).

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo
Demora na conclusão					
0800004-03.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação/Alteração de Leilão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DO ENSINO SUPERIOR DA VITORIA DE STO ANTAO - 01.448.515/0001-11	MICHEL FLORÊNCIO MOTA DA SILVA e outro -

0800107-44.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Lançamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IVONETE SULTANUM BURGOS - 001.047.284-34
0800118-97.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	M.M. RHEMA OPERADORA DE TURISMO LTDA - ME - 00.393.391/0001-51
0800134-51.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	NORLOG LOGISTICA INTEGRADA LTDA - 05.098.879/0001-70
0800138-88.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALUMIACO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - 05.680.868/0001-01
0800277-40.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	J & MARIA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME - 04.434.110/0001-12
0800961-96.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Expedição de expediente	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801164-29.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contribuição sobre a folha de salários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS E DERIVADOS DE PETROLEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO - 11.516.317/0001-00
0801674-13.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Multas e demais Sanções	Conclusos para despacho	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	LOJAS INSINUANTE LTDA - 16.182.834/0218-79
0802431-70.2013.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	G.S.HANDLING SERVICOS AUXILIARES DO TRANSPORTE AEREO LTDA - EPP - 09.448.986/0001-31	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0802649-59.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA THEREZA BIOCA NEVES - 354.732.584-68
0802852-21.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO EM RECUPERACAO JUDICIAL - 10.842.672/0001-06
0803793-05.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	SOMACOR LOCADORA LTDA - ME - 02.909.509/0001-87
0803982-80.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE DANILO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 581.221.174-49	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53

0804622-83.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - 00.381.056/0001-33	PEDREIRA ITAMATAMIRIM LTDA - 06250109000163
0804667-87.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO - CNPQ - 33.654.831/0001-36	GUSTAVO RAMOS SAMPAIO - 012.548.954-42
0804966-64.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Revogação/Anulação de multa ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RENILSON PAULINO DO NASCIMENTO e outro - 988.014.304-34	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02
0805273-18.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	G & G GAS LTDA - ME - 04.885.006/0001-44
0805485-73.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA e outro - 11.395.696/0001-19	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0805517-78.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Juntada de Petição	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0805542-57.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - 04.884.574/0001-20	LATITUDE PRODUTORA LTDA - ME - 11.879.721/0001-30
0805639-57.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para despacho	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	GLORIA COMBUSTIVEL LTDA - ME - 09.456.427/0001-73
0805737-13.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação/Alteração de Leilão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JORN FITZAU - 015.135.204-66	EDUARDO HENRIQUE ROCHA DO O e outro - 767.744.654-04
0805802-03.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ESTADO DE PERNAMBUCO. - 10.571.982/0001-25
0805839-64.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - 00.381.056/0001-33	MAANAIM MINERACAO LTDA - ME - 17.586.316/0001-00
0805975-95.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A e outro - 07.450.604/0010-70

0806085-60.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DESTILARIA PAL LTDA - 10.166.767/0001-49
0806652-91.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	COSMO JOSE DA SILVA - ME - 06.240.529/0001-69
0806657-16.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IEI - INSTITUTO DE ENSINO DE IDIOMAS LTDA - ME - 09.023.120/0001-89
0806685-81.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	MULTI MAPA DISTRIBUIDORA DE GAS E BEBIDAS LTDA - ME - 04.039.705/0001-73
0807122-25.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA - 03.112.386/0001-11	CADPAL - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - 03.293.871/0001-39
0807914-76.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	ESPÓLIO DE LOURIVAL JOSÉ DA SILVA - null
0808029-34.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Arquivamento Administrativo - Crédito de Pequeno Valor e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ABS AUTOMACAO LTDA - ME - 00.795.115/0001-10	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0808205-13.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Taxa de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HOMERO MOURA LACERDA DE MELO - 004.524.324-72	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0808546-05.2016.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Expedição de expediente	ANA CARLA CARNEIRO DA CUNHA PINTO LAPA - 935.201.154-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0808682-65.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SARAIVA TRANSPORTES TECNICOS LTDA - 05.384.385/0001-51
0810234-02.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL - 02.270.669/0001-29	USINA PUMATY S/A - 10.803.815/0011-34
Demora na juntada de expediente					
0809339-41.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FLAVIO TRAVASSOS REGIS DE ALBUQUERQUE - 650.445.174-53

Lapso entre conclusão e prolação da sentença					
0800004-03.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação/Alteração de Leilão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DO ENSINO SUPERIOR DA VITORIA DE STO ANTAO - 01.448.515/0001-11	MICHEL FLORÊNCIO MOTA DA SILVA e outro -
0800087-14.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0800272-52.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIS MELO E SOUZA COMERCIO DE GLP LTDA - ME - 11.385.656/0001-96	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27
0801308-66.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL GOMES DE OLIVEIRA e outro - 010.425.264-27	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE e outro -
0801861-79.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GRACILIANO CARVALHO DE BRITO -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0802189-09.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Petição	ANDRE GUILHERME TAVARES SALDANHA - 887.417.454-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0803103-10.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade / Inexigibilidade do Título e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LABORTECNE INDUSTRIA QUIMICA E DE EMBALAGEM LTDA - 10.579.852/0001-39	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0803438-92.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Multa de 10%	Conclusos para despacho	ESPÓLIO DE RIDETE LEITE DE LIMA -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0803898-50.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE HERALDO DE OLIVEIRA - 243.696.674-53
0804711-09.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PLASFIL PLASTICOS FIRMES LTDA - 11.845.948/0001-64	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0805476-77.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Imunidade de Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92
0805485-73.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA e outro - 11.395.696/0001-19	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53
0805737-13.2014.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Sustação/Alteração de Leilão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JORN FITZAU - 015.135.204-66	EDUARDO HENRIQUE ROCHA DO O e outro - 767.744.654-04

0805802-03.2017.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ESTADO DE PERNAMBUCO. - 10.571.982/0001-25
0805942-71.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Ambiental e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANANIAS VIEIRA LINS - 005.707.022-91	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02
0806237-11.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Prescrição e Decadência e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAVAUTO IMPORTS LTDA - 00.903.402/0001-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0807090-20.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Taxa de Limpeza Pública	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - 24.134.488/0001-08	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92
0807290-61.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Substituição Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VALE DOURADO NEGOCIOS LTDA - 03.898.510/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0807586-83.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A - 10.803.336/0001-46	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0807648-89.2016.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SONIA TORRES RABELO DO AMARAL - 020.643.474-02	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0808189-59.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Taxa Judiciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GPTERRA-GRUPO DE PLANEJAMENTO DA TERRA LTDA. - EPP - 08.762.783/0001-52	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0808290-96.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Lançamento e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AUTOMOBILE COMERCIO DE ALIMENTOS E TURISMO LTDA - ME - 10.920.402/0001-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0808358-46.2015.4.05.8300 - (Segredo)	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A - 07.450.604/0001-89	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0810292-05.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92
Lapso entre designação de perícia e a realização					
0800961-96.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Expedição de expediente	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
Lapso entre distribuição e desp. inicial/liminar					

0805975-95.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A e outro - 07.450.604/0010-70
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria					
0800004-03.2013.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Sustação/Alteração de Leilão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DO ENSINO SUPERIOR DA VITORIA DE STO ANTAO - 01.448.515/0001-11	MICHEL FLORÊNCIO MOTA DA SILVA e outro -
0800094-69.2017.4.05.8300	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SIMONEIDE BEZERRA CAETANO e outro - 039.981.304-70	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0800107-44.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Lançamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IVONETE SULTANUM BURGOS - 001.047.284-34
0800132-81.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AGRO-INDUSTRIAL CACHOEIRA LTDA - 02.074.226/0001-62
0800142-28.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ESTRUTURA DA MODA LTDA - EPP - 10.485.403/0001-21
0800236-73.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	TELLES GESTAO E CONSULTORIA LTDA - EPP - 02.754.169/0001-62
0800854-86.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Decretação de Ofício	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RUBENS BETTINE - 088.044.788-53
0800965-36.2016.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIO FELIX DE CRASTO e outro - 082.339.264-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801674-13.2012.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Multas e demais Sanções	Conclusos para despacho	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	LOJAS INSINUANTE LTDA - 16.182.834/0218-79
0802435-05.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92
0803103-10.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade / Inexigibilidade do Título e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LABORTECNE INDUSTRIA QUIMICA E DE EMBALAGEM LTDA - 10.579.852/0001-39	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0803438-92.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Multa de 10%	Conclusos para despacho	ESPÓLIO DE RIDETE LEITE DE LIMA -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53

0803898-50.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE HERALDO DE OLIVEIRA - 243.696.674-53
0803978-43.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	L. M. DE LIMA - TRANSPORTES E TURISMO - ME - 04.030.440/0001-42
0803982-80.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE DANILO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - 581.221.174-49	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0804622-83.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - 00.381.056/0001-33	PEDREIRA ITAMATAMIRIM LTDA - 06250109000163
0804626-23.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	MARIA DO SOCORRO BELO DE SOUZA - EPP - 00303624000188
0804773-49.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Segurança e/ou Medicina do Trabalho e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	PRINCESA DO AGRESTE VIAGENS E TURISMO LTDA - 08.854.648/0001-37
0805268-93.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Arquivado Provisoriamente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	CLAUDINOR JOAO DE MELO - 053.762.704-91
0805339-95.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	J C PETROLEO LTDA - EPP - 06.969.556/0001-77
0805357-19.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DE PERNAMBUCO CRMV-PE - 09.791.450/0001-14	GEDEAO MAFRA DE SANTANA - 127.341.794-15
0805552-04.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - 04.884.574/0001-20	GRAVE PRODUTORA DE AUDIO LTDA - ME - 05.324.395/0001-00
0805639-57.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para despacho	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	GLORIA COMBUSTIVEL LTDA - ME - 09.456.427/0001-73
0805689-83.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	ADEMILTON CORREIA COSTA - 674.225.864-00

0806198-14.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OLIVEIRA, AUGUSTO, MAAZE ADVOGADOS - 17.304.249/0001-93	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0806652-91.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	COSMO JOSE DA SILVA - ME - 06.240.529/0001-69
0806996-72.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	GARANHUNS EXPRESSO CARGAS, TRANSPORTES E TURISMO LTDA - EPP - 07.715.898/0001-23
0807608-10.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	VIVA PLANOS DE SAUDE LTDA - 04.171.205/0001-90
0807670-50.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA - 63.554.067/0001-98
0807914-76.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	ESPÓLIO DE LOURIVAL JOSÉ DA SILVA - null
0807946-81.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	INDUSTRIA ALIMENTICIA MAURICEA LTDA - 10.166.353/0001-10
0808029-34.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Arquivamento Administrativo - Crédito de Pequeno Valor e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ABS AUTOMACAO LTDA - ME - 00.795.115/0001-10	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0808197-36.2015.4.05.8300	PROCEDIMENT O COMUM	Taxa de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GP TERRA-GRUPO DE PLANEJAMENTO DA TERRA LTDA. - EPP - 08.762.783/0001-52	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0808349-50.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	MMS - PLANO DE SAUDE LTDA e outro - 72.087.455/0001-05
0808683-50.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DIAS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - 06.002.195/0001-95
0808771-25.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIAO - 00.000.000/0006-49	ANA PAULA DE MOURA DANTAS - 736.050.424-49

0809339-41.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	FLAVIO TRAVASSOS REGIS DE ALBUQUERQUE - 650.445.174-53
0810153-53.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIAO - 00.000.000/0006-49	JOSE GOMES DE ANDRADE FILHO - 127.580.604-00
0810158-75.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	M & P COMERCIO DE PETROLEO LTDA - EPP - 03.371.246/0001-68
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão					
0800365-15.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Responsabilidade Tributária do Sócio-Gerente / Diretor / Representante	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSUE ADOLFO DA SILVA FILHO e outro - 419.801.404-30	ROLIMPEX COMERCIO LTDA e outros - 10.626.505/0001-10
0800854-86.2015.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Decretação de Ofício	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RUBENS BETTINE - 088.044.788-53
0801164-29.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contribuição sobre a folha de salários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS E DERIVADOS DE PETROLEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO - 11.516.317/0001-00
0801649-92.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UR5 COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME - 08.188.588/0001-60	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0802376-85.2014.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FERNANDO ANTONIO DIAS DE BARROS - 070.221.074-91
0802435-05.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92
0802788-11.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SOCIEDADE DE TAXI AEREO WESTON LTDA - 10.946.986/0001-40
0802852-21.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO EM RECUPERACAO JUDICIAL - 10.842.672/0001-06

0803978-43.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	L. M. DE LIMA - TRANSPORTES E TURISMO - ME - 04.030.440/0001-42
0806685-81.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	MULTI MAPA DISTRIBUIDORA DE GAS E BEBIDAS LTDA - ME - 04.039.705/0001-73
0809340-26.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	ASSOCIACAO COMUNITARIA RADIO LIDER ABREU E LIMA - 07.648.628/0001-47
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão					
0800171-78.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PADELLE DISTRIBUIDORA DE UTENSILIOS DOMESTICOS LTDA - 70.174.511/0001-05
0800365-15.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Responsabilidade Tributária do Sócio-Gerente / Diretor / Representante	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSUE ADOLFO DA SILVA FILHO e outro - 419.801.404-30	ROLIMPEX COMERCIO LTDA e outros - 10.626.505/0001-10
0800965-36.2016.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIO FELIX DE CRASTO e outro - 082.339.264-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0801649-92.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UR5 COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME - 08.188.588/0001-60	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0802995-44.2016.4.05.8300 - (Segredo)	CAUTELAR FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e outro - 01.077.145/0001-53
0804490-26.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA - 03.112.386/0001-11	G.S.HANDLING SERVICOS AUXILIARES DO TRANSPORTE AEREO LTDA - EPP - 09448986000301
0805517-78.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Ocupação / Laudêmio / Foro e outros	Juntada de Petição	HL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - 11.395.696/0001-19	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0806198-14.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OLIVEIRA, AUGUSTO, MAAZE ADVOGADOS - 17.304.249/0001-93	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0806685-81.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	MULTI MAPA DISTRIBUIDORA DE GAS E BEBIDAS LTDA - ME - 04.039.705/0001-73

0808197-36.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GP TERRA-GRUPO DE PLANEJAMENTO DA TERRA LTDA. - EPP - 08.762.783/0001-52	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0808205-13.2015.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Taxa de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HOMERO MOURA LACERDA DE MELO - 004.524.324-72	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
- Processo em Ordem.					
0800112-90.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ZATARA COMERCIO LTDA - EPP - 01.507.229/0001-80
0800115-45.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SETRE - SERVICOS E TREINAMENTOS LTDA - EPP - 00.926.319/0001-42
0800119-82.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALDERNEY FITNESS LTDA - ME - 00.590.791/0001-57
0800122-37.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MERCADINHO E FRIGORIFICO POTY LTDA - EPP - 00.181.052/0001-01
0800124-07.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ACADEMIA DA MODA LTDA - ME - 00.569.713/0001-70
0800127-59.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANGELA CRISTINA LEANDRO FERREIRA - ME - 01.109.962/0001-46
0800137-06.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	J&M MERCADINHO LTDA - 01.515.070/0001-45
0800143-13.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RODO NORTE TRANSPORTES EIRELI - EPP - 08.008.594/0001-99
0800161-34.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	L.M. SOARES DE MENDONCA MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EPP - 07.104.662/0001-50
0800163-04.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ROKAP TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI - ME - 10.423.409/0001-74
0800186-47.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HD CENTER, COMERCIO DE MATERIAIS DE IMPORTACAO E DESCARTAVEIS LTDA - ME - 12.630.382/0001-16

0800192-54.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MAXX STAMP INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES LTDA - ME - 15.595.404/0001-42
0800193-39.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DSF - ENGENHARIA & IRRIGACAO LTDA - EPP - 08.811.051/0001-05
0800195-09.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COSTA & OLIVEIRA DIESEL - COMERCIO E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME - 12.840.643/0001-22
0800219-37.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BIOGENESE MEDICAL LTDA - EPP - 09.023.983/0001-56
0800221-07.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ARTE & LAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 07.898.035/0001-39
0800254-94.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FLAVIO DANIEL DE ALMEIDA BATISTA e outro - 086.087.444-30
0800266-11.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MAQUEMP LTDA - ME - 02.597.528/0001-15
0800290-39.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	APOIO TRANSPORTES LTDA - EPP - 14.562.280/0001-36
0800310-30.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	THOROVER COMERCIO E DISTRIBUICAO DE FERRAMENTAS LTDA - ME - 10.500.152/0001-07
0800380-47.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALDEIA CONSTRUTORA LTDA - ME - 12.671.969/0001-73
0800410-82.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ATM MONTAGENS INDUSTRIAIS E LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP - 11.794.139/0001-70

0800438-50.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SANTOS E ARAUJO CONSTRUCÃO LTDA - EPP - 13.039.415/0001-10
0800516-44.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMPETE COMERCIO LTDA - ME - 09.424.964/0001-31
0800530-28.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	M X DA SILVA CENTRO AUTOMOTIVO - ME - 12.577.538/0001-42
0801848-80.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0802638-30.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE MARIA GELSI - 001.969.368-02
0802640-97.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ODILON MAROJA DA COSTA PEREIRA - 000.556.114-00
0802643-52.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HELIO MARIANO DA SILVA JUNIOR - 313.855.244-72
0802644-37.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GERALDO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR - 082.856.644-57
0802658-21.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA DE SANTANA CARNEIRO LEITAO - 335.426.434-91
0802664-28.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOAO MANOEL BEZERRA - 763.105.904-72
0802734-45.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ATLANTICO INCORPORADORES LTDA - 01.228.544/0001-78
0802736-15.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FERNANDO LOPES AMAZONAS PAIXAO - 048.318.204-40
0802793-33.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SOLARIO EMPREENDIMENTOS E INCORPORACOES LTDA - ME - 11.212.776/0001-91

0802810-69.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MUNICIPIO DE LAGOA DO CARRO - 40.893.778/0001-91
0802819-31.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ENGRENAGEM DE PRODUCAO LIMITADA - 41.245.606/0001-74
0802840-07.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	VASCONCELOS & CAMARA LTDA - ME - 35.519.404/0001-70
0803428-48.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	LOGISTICA SEVAGCARGO LTDA - 69.970.838/0001-04
0803765-37.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	JOSE FRANCISCO DIAS - 306.722.524-49
0804565-65.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS - 29.507.878/0001-08	AGROPECUÁRIA SAO BOA VENTURA S/A - 08947475000100
0805869-65.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	SERVICO DE ASSISTENCIA MEDICA EMPRESARIAL LTDA - ME - 10.941.664/0001-09
0806134-04.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	VINICIUS TENORIO PINTO DE ARAUJO - 217.189.858-51
0806490-33.2015.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HIPERLIMP SERVICOS DE PINTURAS INDUSTRIAIS LTDA - 35.594.894/0001-70	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0806719-56.2016.4.05.8300	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARILIA SIQUEIRA CAMPOS ALMEIDA - 217.469.904-49
0806736-92.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	POSTO NOVO JARDIM LTDA - ME - 11.276.157/0001-60
0806864-15.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DO RECIFE. - 10.565.000/0001-92
0807923-38.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	CONSTANTINOPOLIS TRANSPORTES DE CARGAS LTDA - ME - 05.848.095/0001-11

0808211-83.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC - 07.947.821/0001-89	RIMA SEGURANCA LTDA - 09.081.459/0001-31
0808769-55.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE - 33.787.094/0001-40	DALSON HOLANDA CAVALCANTI DE ANDRADE - 060.522.334-35
0809203-44.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL - 02.270.669/0001-29	ZIHUATANEJO DO BRASIL ACUCAR E ALCOOL S.A - 03.794.600/0002-48
0809625-19.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Certificado de Regularidade - FGTS e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ZONA SUL DIAGNOSTICOS LIMITADA - 00.523.368/0001-34
0809826-11.2016.4.05.8300	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARCO ANTONIO DE SOUZA LEAO SANTOS - 218.035.284-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53
0810143-09.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 15 REGIÃO. - 00.000.000/0006-82	ANA PAULA CABRAL DA SILVA - 624.531.574-34
0813669-47.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	PAULA GABRIELA MACEDO DE SOUZA FERREIRA - 050.332.044-75
0813699-82.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	GUSTAVO FONSECA DE CARVALHO - null

### 6.33.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou não haver tomado conhecimento de nenhuma determinação no último relatório de correição.

Após a última autoinspeção, foram fixadas as seguintes metas: redução de número de processos em tramitação e definição de prazo até dezembro/2017 para apreciação e análise de todos os processos em que a última manifestação relevante ocorreu até o fim de 2016. Afirma a unidade que as metas estão sendo cumpridas.

### 6.33.11. Considerações finais

A unidade jurisdicional correicionada tem competência exclusiva para execuções fiscais e processos conexos. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades, gerando uma dinâmica de tramitação de feitos própria, distinta daquelas encontradas em outras varas não especializadas.

É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito

tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais etc.

Ademais, nas execuções fiscais, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Dessa forma, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos à execução, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um considerável acúmulo de processos suspensos na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, o qual estabelece que "o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Nessa linha, observa-se que boa parte das execuções fiscais permanece durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira que a unidade jurisdicional apresente um melhor desempenho.

Todavia, tecidas tais considerações, durante a correição, algumas ocorrências foram constatadas com mais frequência, as quais podem ser corrigidas pela vara, tais como:

1. Ausência ou demora na conclusão;
2. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
3. Demora na prolação de despacho/decisão;
4. Demora na prolação de sentença; e
5. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 33ª vara federal funciona adequadamente.

## **6.34. 34ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE**

### **6.34.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 34ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 20/2013 - TRF5 c/c o Ato nº 576/2013 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 34ª vara

federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988, inclusive para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs Criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001. A unidade funciona no prédio-sede da subseção judiciária, localizado na Rua Projetada C, nº 103, Loteamento Pinzón da Cidade Garapu/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

#### **6.34.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores**

A 34ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada; b) 17 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados; 07 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

Há 01 cargo vago de técnico judiciário - área administrativa.

##### **6.34.2.1. Juíza federal titular**

A juíza federal titular da vara, Ethel Francisco Ribeiro, exerce a magistratura desde 19/05/2010, atuando na 34ª vara federal desde 20/12/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias: 25/04/2016 a 24/05/2016, 06/06/2016 a 18/06/2016, 09/01/2017 a 07/02/2017, 13/03/2017 a 30/03/2017 e 18/09/2017 a 05/10/2017;

Licenças: 24/06/2016 a 20/12/2016 (licença-maternidade);

Outros: 10/11/2015 a 13/11/2015 (afastamento referente à acumulação); 16/11/2015, 23/05/2017 a 26/05/2017, 05/09/2017 e 20/10/2017 (afastamento p/ compensação de plantão forense); 23/09/2015 a 25/09/2015 (FONACRIM); 06/09/2017 e 08/09/2017 (afastamento p/ participar de encontro de entidade de classe).

A magistrada federal titular reside na região metropolitana onde se situa a vara.

##### **6.34.2.2. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 34ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Lucila de Fátima Lopes Ferraz	Técnico Judiciário	Diretor de Secretaria (CJ-3).	Pós- Graduação em Direito Civil pela UFPE	Direito
Bruno Moreira Rodrigues da	Técnico Judiciário	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Cíveis (FC-5)	Superior	Fisioterapia e Direito

Silva				
Camila Feitosa Soares	Técnico Judiciário	não ocupa função	Superior	Publicidade
Emanuelle Fonseca de Melo e Silva Monte	Analista Judiciário	Função Comissionada de Supervisor Assistente do Setor de Publicação (FC 04)	Pós- Graduação	Direito
Ewerthon Macial Alves e Silva	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança e Transporte	Supervisor-Assistente da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados (FC 04)	Superior	Contabilidade
Francisco Renato Melo de Oliveira Moreira	Analista Judiciário	Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto da 34 (FC 4)	Superior	Direito
Gisele Siqueira da Silva	Técnico Judiciário	Função Comissionada de Supervisor Assistente do Setor de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal (FC 04).	Superior	Direito
José Carlos Farias Leal	Analista Administrativo	Supervisor-Assistente do Setor de Processamento de Execuções Fiscais (FC-04)	Pós- Graduação	- Ciências Sociais - Superior incompleto em Direito
José Mendonça Ferreira de Melo	Oficial de Justiça	Não	Superior	Direito
Luiz Adolfo de Souza Correia Lima Sobrinho	Oficial de Justiça	Não	Superior	Direito
Marconi Joaquim da Silva	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança e Transporte	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados (FC-05).	Superior incompleto	Direito
Milenna Amorim Servulo Diniz	Analista Judiciário	Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Titular (FC04).	Pós-Graduação	Direito
Pedro Paulo Dias de Oliveira Cruz	Técnico Judiciário-Área Administrativa	não exerce função.	Pós-Graduação	Administração
Renata Guerra Cisneiros de Queiroz Monteiro	Analista Judiciário/ Área Judiciária	Oficial de Gabinete do Juiz Titular (FC 05)	Superior Completo	Direito
Vanessa Hirakawa Martins	Técnico Judiciário-Área Administrativa	Supervisor-Assistente da Seção de Apoio Judiciário da Subseção Judiciária do Cabo de	Superior Completo	Ciência da Computação

		Santo Agostinho/PE (FC 04)		
Victor Hugo Andrade Araújo	Analista Judiciário/ Área Judiciária	Oficial de Gabinete do Juiz Federal Substituto (FC 05)	Superior Completo	Direito
Yuri de Oliveira Carolino Neves	Técnico Judiciário- Área Administrativa	Auxiliar Especializado da Seção de Processamento de Feitos Cíveis (FC 02)	Superior Completo	-Turismo -Superior incompleto em Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 34ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 08 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Há 01 servidora requisitada em atuação na vara: Lucila de Fátima Lopes Ferraz, técnica judiciária da Seção Judiciária de Pernambuco.

Inexistem na 33ª vara/PE servidores sem vínculo com o serviço público ou prestando auxílio.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, todas as funções comissionadas estavam ocupadas.

Um servidor da vara encontra-se cedido à direção do foro da subseção.

#### **6.34.2.3. Estagiários**

Há 03 vagas de estágio previstas para unidade, estando todas ocupadas. As três estagiárias atuam na secretaria da vara.

#### **6.34.3. Organização da 34ª vara federal**

Dentre os servidores da 34ª vara federal de Pernambuco, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

##### **6.34.3.1. Secretaria**

No que diz respeito à distribuição de atividades dos servidores da 34ª vara federal, cabe destacar, de início, o seguinte:

- a) tratando-se de vara com competência mista (vara comum e JEF), trabalha-se com 03 sistemas distintos: Creta, Tebas e PJe;
- b) a secretaria da competência comum é dividida em 03 setores: criminal, cível e execução fiscal. Cada setor possui um supervisor que, dentre outras atividades, é responsável pela orientação, acompanhamento e padronização dos atos realizados pelos servidores e estagiários, verificação da produtividade do setor como um todo e controle do acervo de processos, a fim de priorizar os mais antigos e urgentes;
- c) para assegurar a continuidade dos serviços cartorários em eventuais ausências dos servidores, procura-se manter, em cada setor, pelo menos 02 servidores, atuando um deles como substituto imediato, exceto no setor criminal, por conter um acervo bem reduzido, no qual a substituição imediata é feita por uma servidora do setor cível;
- d) 02 servidores se revezam no acompanhamento das audiências do juízo para os

processos do JEF e, nas audiências dos processos físicos e PJe, o chefe do setor respectivo é quem auxilia a magistrada;

e) como inexistente contabilidade na subseção, 01 servidor lotado no JEF faz os cálculos nas ações previdenciárias, bem como aquele menos complexos nos processos físicos e PJe.

A organização foi feita do seguinte modo:

**Secretaria - Setor de processamento de feitos do JEF:**

Supervisão do setor: Marconi Joaquim da Silva – também responsável pelo controle dos prazos processuais, triagem inicial, atermação, análise e conclusão dos processos do juizado, cumprimentos dos atos judiciais, designação das audiências e intimações das partes;

Setor de perícias: Camila Feitosa - atermação, agendamento, acompanhamento de entrega de laudos, intimações das partes e solicitação de pagamento de honorários periciais;

Setor de audiências: Yuri Neves – atermação, elaboração dos termos das audiências, acompanhamento das audiências e cumprimento das determinações feitas nas audiências;

Setor de cálculos – Ewerthon Macial – elaboração de planilhas e cálculos.

**Secretaria – Setor de processamento de feitos criminais:**

Supervisão do setor - Gisele Siqueira - responsável pelas juntadas, confecção de minutas de despacho, decisão e sentença menos complexas, confecção de expedientes e acompanhamento de prazos processuais.

**Secretaria – Setor de processamento das execuções fiscais:** todos os servidores realizam juntadas, confecção de minutas de despacho e sentença, confecção de expedientes e acompanhamento de prazos processuais.

Supervisão do setor – José Carlos Leal;

Servidores: Vanessa Hirakawa e Pedro Oliveira.

**Secretaria – Setor de processamento de feitos cíveis:** – os dois servidores realizam juntadas, confecção de minutas de despacho e sentença, confecção de expedientes e acompanhamento de prazos processuais.

Supervisão do setor – Bruno Moreira;

Servidora: Emanuelle Melo.

Sobre o sistema de organização dos processos, a direção tem orientado os servidores a darem ênfase às determinações do Juízo que necessitem ser cumpridas com urgência ou prioridade, sem descuidar da organização dos processos nos armários da secretaria e a sua regular movimentação no sistema, inclusive, com o acompanhamento de seus trabalhos mediante relatórios emitidos nos sistemas.

No setor penal, os processos são colocados em prateleiras que indicam a situação atual dos processos, como também, dependendo do caso, de etiquetas afixadas na capa dos autos que contenham informações relevantes, tais como prazos, réu preso etc.

No setor cível, os processos cíveis ativos são organizados em 02 armários principais, indicando as atuais fases processuais de cada processo, que deve ser localizado também no sistema Tebas. Os prazos são controlados diariamente por meio da verificação das prateleiras de prazo, bem como mediante o sistema PJe, sendo também registrado e controlado por meio de lembretes no próprio processo, sendo constantemente atualizadas.

No setor fiscal, os processos são colocados em prateleiras que indicam a situação atual

dos processos, como também, dependendo do caso, de etiquetas afixadas na capa dos autos que contenham informações relevantes, tais como prazos, medidas que demandam urgência etc.

No controle e verificação da situação do acervo de processos, adotam-se os seguintes procedimentos:

- Checagem dos processos de acordo com as datas de distribuição das demandas e dos últimos atos processuais praticados; e

- Redução constante do acervo da Vara, com checagem mensal do quantitativo indicado nos relatórios dos sistemas Tebas, PJE e Creta.

#### **6.34.3.2. Gabinete da juíza federal**

No gabinete, que atualmente se encontra unificado (por não estar lotado nenhum juiz federal substituto na 34ª vara federal), existem 04 analistas judiciários, cujas atividades se dividem da seguinte forma:

O servidor Francisco Moreira é responsável pelas minutas de despachos, decisões e sentenças do juizado especial federal.

Os servidores Victor Hugo, Renata Cisneiros e Milenna Diniz dividem os processos físicos e eletrônicos PJE (minutas de liminares, sentenças e outras decisões interlocutórias), “por dígito”.

Os processos com prioridades são imediatamente "providenciados ao serem conclusos no gabinete". Os demais são ordenados pela data da última conclusão.

#### **6.34.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 34ª vara federal**

A juíza federal titular participa diretamente e diariamente da condução das rotinas da vara, reunindo-se com os servidores dos diversos setores da unidade sempre que necessário, para acompanhar o desempenho da equipe e realizar os ajustes imprescindíveis no procedimento da vara.

#### **6.34.5. Planejamento das atividades da 34ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento das atividades da vara pode variar de acordo com o tipo de demanda predominante para um determinado período, mas a diretriz permanente é sempre solucionar com celeridade as demandas existentes, de modo a proporcionar uma prestação jurisdicional eficiente e que resolva verdadeiramente o problema dos jurisdicionados.

O resultado das atividades da vara é mensalmente avaliado pela direção de secretaria e pela magistrada, por meio dos relatórios gerados nos Sistemas Tebas, PJe e Creta, de modo a manter os níveis de produtividade a serem alcançados no mês.

Na 34ª vara federal/PE busca-se julgar e decidir os processos conclusos ao gabinete dentro do próprio mês, de modo a manter o acervo do gabinete em quantidade mínima. Na secretaria, busca-se o cumprimento constante dos prazos processuais, juntada de documentos, elaboração de expedientes e envio dos autos ao gabinete.

#### **6.34.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 34ª vara federal e no**

## **gabinete da juíza federal**

Os interessados que comparecem às dependências da 34ª vara federal são prontamente atendidos pelos servidores em balcão na secretaria da unidade, sendo este o atendimento inicial.

Havendo solicitação, os interessados também são atendidos pelos assessores e pela magistrada, no gabinete.

A vara não realiza consultas formais de satisfação do atendimento prestado, mas, em geral, o público é muito bem atendido e aparentemente sai das dependências da unidade satisfeito.

### **6.34.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia em tramitação na unidade 1.726 processos (166 físicos, 318 PJE e 1242 Creta). Assim, considerando o número de processos em tramitação e a quantidade de servidores em atividade (17), a média de processos por servidor é de 101,52.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 342 processos (03 físicos, 48 PJE e 291 CRETA) conclusos para sentença. Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Não há juiz federal substituto lotado na 34ª vara federal.

Salientou a unidade que a juíza federal titular esteve no gozo de licença-maternidade de 24/06/2016 a 20/12/2016 e que o acúmulo de processos conclusos nesse período se deve ao fato de que os juízes que a substituíram estavam em regime de acumulação, respondendo, portanto, também por suas varas de origem, o que, somado ao aumento significativo da distribuição, acarretou igualmente o aumento da quantidade de processos conclusos. No entanto, a magistrada vem envidando esforços para uma célere e efetiva prestação jurisdicional, objetivando a diminuição do número de processos conclusos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia na unidade 423 processos sobrestados/suspensos, nos termos abaixo:

Motivo	Quantidade de processos
Suspensão Lei 9099 (Penal)	11 processos físicos
Sobrestado por Parcelamento (Lei 10.684/2003 e outros)	01 processo físico
Sobrestado Aguardando Pagamento Precatório	02 processos físicos
Sobrestado Aguardando Pagamento de RPV	01 processo físico
Sobrestado Aguardando Julgamento dos Embargos	23 processos (18 físicos + 05 eletrônicos PJE)
Sobrestado Aguardando Decisão do Agravo TRF	03 processos físicos
Sobrestado	26 processos físicos
Parcelamento do débito	04 processos (02 físicos + 02 eletrônicos PJE)
Art. 40 - Lei 6.830/80	318 processos (230 físicos + 88 eletrônicos PJE)
Conexão (art. 313, V, a, do CPC/2015)	04 processos (03 eletrônicos Creta + 01 eletrônico PJE)
Aguardando diligência dos réus	02 processos (01 eletrônico Creta + 01 eletrônico PJE)
Suspensão art. 921, III, CPC/2015	28 processos eletrônicos PJE

Não se observou o extravio ou a restauração de autos nos últimos 24 meses, a contar do início da correição.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 34 processos com pendência de devolução (AGU/PRF: 06; Advogados: 01; Fazenda Nacional: 18; MPF: 06; CEF: 02; Advogado: 01).

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 523 audiências (39 físicos + 14 PJE + 470 Creta) e 02 inspeções. Em igual período, foram 04 as audiências de conciliação, tendo se observado o adiamento ou cancelamento de 38, as quais foram remarçadas.

#### **6.34.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

- No período de 01/janeiro a 08/novembro/2017 - 2.680 processos de conhecimento distribuídos.

- No período de 01/janeiro a 08/novembro/2017 – 2.323 processos julgados.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juzizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade informou ter cumprido a Meta 2.

##### **Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Com a entrada em vigor do novo CPC, houve um pequeno aumento do quantitativo de audiências de conciliação marcadas nos processos da 34ª vara, sobretudo em razão de as procuradorias alegarem a impossibilidade de promover a autocomposição dos conflitos, pugnando pela dispensa antecipada da designação de audiências.

##### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Quanto às ações de improbidade distribuídas até 31/12/2014, existem 05 (cinco) processos pendentes de julgamento.

##### **Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

A meta 5 foi cumprida pela 34ª vara/PE.

No ano de 2017, ingressaram na 34ª vara 749 novas demandas de execuções não fiscais (cumprimento de sentença, cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública e execução de título extrajudicial), tendo sido baixados, neste período, 764 processos.

##### **Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Quanto às ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, existem 04 processos com pendência de julgamento.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

A vara informou ter cumprido a meta em referência.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Na 34ª vara, não existem ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo pendentes de julgamento.

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 34ª vara federal vem cumprindo tais exigências.

#### **6.34.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 30 processos físicos (quando da correição tinham 166 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 35 processos (quando da correição tinham 318 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

A correição analisou, ainda, 100 processos virtuais do JEF Adjunto (quando da correição tinham 1.242 processos do Sistema Creta).

##### **6.34.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

###### **6.34.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Embargos à Execução	0002994272014405831	
	2	
Criminal	0000175832015405831	Da sentença de
	2	26/10/17.

  

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Sentença	0013838051996405830	
	0	
Criminal	0005494782009405830	
	0	
Execução Fiscal	0002236482014405831	

	2	
Procedimento Criminal	0000269652014405831	
	2	
Desapropriação	0011360332010405830	
	0	
Execução Fiscal	0000259292011405830	
	1	
Embargos à Execução	0003195192014405831	
	2	
Embargos à Execução	0000818072016405831	
	2	
Embargos à Execução	0000064652016405831	Sentença proferida
	2	
Embargos à Execução	0000609382016405831	Sentença publicada.
	2	
Embargos à Execução	0000610232016405831	Sentença proferida nos autos do processo 0000609382016405831
	2	2.
Ordinária	0019987602009405830	Autos arquivados com baixa na distribuição.
	0	
Execução Fiscal	0001808402012405831	
	1	
Execução Fiscal	0002142032014405831	
	2	
Execução Fiscal	0002426091998405830	
	0	
Execução Fiscal	0007600762010405830	
	0	
Civil Pública	0019550142012405830	
	0	
Improbidade Administrativa	0019226632008405830	
	0	
Improbidade Administrativa	0000130162014405831	
	2	
Improbidade Administrativa	0018379272009405830	
	0	
Criminal	0000388552016405831	
	2	
Carta Precatória Criminal	0020137362012405830	
	0	
Reintegração de Posse	0005078132009405830	
	0	
Reintegração de Posse	0007263192012405830	
	0	
Execução Fiscal	0002449542014405831	
	2	

**OUTROS:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0002727552014405831	Demora na publicação da sentença proferida em 21/07/2015.
	2	

**PARALISAÇÃO IRREGULAR:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	0004476512011405830	De 14.10.2016 a 08.05.2017.
	0	

**Outras Observações:**

Processo: 00000646520164058312 Classe: Embargos à Execução - Sentença proferida.

Processo: 00001301620144058312 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 4 CNJ 2016.

Processo: 00002592920114058301 Classe: Execução Fiscal - Processo distribuído para 34ª Vara/PE em 07/02/14. Processo com despacho de arquivamento.

Processo : 00002696520144058312 Classe: Procedimento Criminal - Trata-se de portaria determinando a abertura de conta judicial para recolhimento das prestações pecuniárias.

Processo: 00006093820164058312 Classe: Embargos à Execução - A primeira sentença indeferiu a exordial, e após julgamento de recursos. Em sede de julgamento de embargos, em juízo de retratação, foi anulada a sentença, intimando-se o ente público para apresentar impugnação. Nova sentença proferida julgando o pedido procedente em parte em novembro/2017.

Processo: 00006102320164058312 Classe: Embargos à Execução - Feito julgado conjuntamente com o processo 00006093820164058312.

Processo: 00008180720164058312 Classe: Embargos à Execução - Feito convertido em diligência (novembro/2017).

Processo: 00018084020124058311 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 07/02/2014.

Processo: 00024495420144058312 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 06/05/2014.

Processo: 00027275520144058312 Classe: Execução Fiscal - redsitribuído em 19/05/2014.

Processo: 00029942720144058312 Classe: Embargos à Execução - Feitos remetidos à Justiça Federal em março/2014. Demora entre a conclusão para sentença e a prolação desta (lapso superior a 3 meses). Aguardando manifestação da Fazenda (indicar assistente técnico).

Processo: 00031951920144058312 Classe: Embargos à Execução - Julgamento e convertido em diligência em abril/2015 e novembro/2015. Aguardando julgamento de embargos de declaração.

Processo: 00044765120114058300 Classe: Civil Pública - Redistribuído em 12.02.2015.

Processo: 00050781320094058300 Classe: Reintegração de Posse - Redistribuído em 20.05.2015.

Processo: 00072631920124058300 Classe: Reintegração de Posse - Redistribuição em 22.01.2016.

Processo : 00076007620104058300 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 07/02/2014.

Processo: 00183792720094058300 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuição em 12.12.2013.

Processo: 00192266320084058300 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 01/07/2014.

Processo: 00195501420124058300 Classe: Civil Pública - Redistribuição em 13.12.2016.

Processo: 00199876020094058300 Classe: Ordinária - Autos arquivados (27/10/2017). Baixa na distribuição.

Processo: 00201373620124058300 Classe: Carta Precatória Criminal - Redistribuição em 06.05.2014.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0800135-34.2016.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Rural (Art. 48/51)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUZINETE FERREIRA DO NASCIMENTO - 035.247.224-31	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800194-56.2015.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Perdas e Danos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FULO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME - 08.809.006/0001-16	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800205-85.2015.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Cartão de Crédito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CLAUDIA REJANE ACIOLY - 865.382.924-53	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800343-81.2017.4.05.8312	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Nulidade / Inexigibilidade do Título	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BIANCA MARIA MARTINS CAVALCANTI DE MORAIS e outro - 022.129.644-12	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800363-09.2016.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DA CONCEICAO GOMES - 017.839.494-73	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800540-70.2016.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Juntada de Apelação	ELISSANDRE GUSMAO BARROS XAVIER DA SILVA e outro - 941.214.194-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0806891-61.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARLOS ROBERTO PIMENTEL - 025.180.334-16	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800135-34.2016.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Rural (Art. 48/51)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUZINETE FERREIRA DO NASCIMENTO - 035.247.224-31	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0802360-68.2013.4.05.8300	PROCEDIMENTO COMUM	Terreno de Marinha e outros	Expedição de expediente	SALGADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - 10.383.750/0001-43	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0800076-12.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	ZIHUATANEJO DO BRASIL ACUCAR E ALCOOL S.A - 03.794.600/0002-48	SIM
0800120-31.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para despacho	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA EDILENE BEZERRA DA SILVA GOMES e outros - 451.821.836-15	SIM

0800186-11.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PETROIL DO BRASIL S A - 07.231.402/0001-46	SIM
0805911-22.2014.4.05.8300	USUCAPIÃO	Usucapião Extraordinária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PAULO ALBERTO LINS JUNIOR e outro - 354.878.794-00	PEDRO JORGE CLEMENTE DE MELO e outros - 141.668.014-49	SIM
0809952-61.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	GERSON CARNEIRO LEÃO -	SIM
0810091-76.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA JOSE DA CONCEICAO e outro - 066.251.054-22	SIM
0810520-43.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIZ CORDEIRO DE SIQUEIRA - 697.707.945-20	SIM
- Processo em Ordem.						
0800012-70.2015.4.05.8312	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Ressarcimento ao SUS	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	MUNICIPIO DE ESCADA - 11.294.303/0001-80	SIM
0800016-39.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CENTRAL DE SERVICOS LTDA - ME - 10.579.663/0001-66	SIM
0800035-45.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PONTE PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME - 11.013.228/0001-32	SIM
0800066-70.2014.4.05.8312	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	EMILIA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE e outros - 186.778.434-34	SIM
0800118-61.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	TEMPERO GOURMET EMPRESA DE ALIMENTACAO LTDA - 11.177.242/0001-71	SIM
0800171-42.2017.4.05.8312	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Extinção da Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SOCIEDADE HOSPITALAR SAMARITANO LTDA - EPP - 09.934.399/0001-52	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800186-45.2016.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Segurança e/ou Medicina do Trabalho e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA - 01.615.814/0068-00	SIM
0800194-85.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HIPER MARES ASSESSORIA EMPRESRIAL LTDA - EPP - 07.190.813/0001-30	SIM
0800236-71.2016.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	SALGADO EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A - 10.383.750/0001-43	SIM
0800272-79.2017.4.05.8312	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Comunicação falsa de crime ou de contravenção e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO FARIAS DO MONTE - 616.080.174-00	SIM
0800344-66.2017.4.05.8312	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ESTADO DE PERNAMBUCO. e outro - 10.571.982/0001-25	SIM
0800352-77.2016.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	UNILEVER BRASIL LTDA. - 61.068.276/0007-91	SIM

0800375-57.2015.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA LINDALVA DOS SANTOS - 079.342.744-40	SIM
0800462-76.2016.4.05.8312	MANDADO DE SEGURANÇA	COFINS - Importação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	F C TRADING IMPORTADORA & EXPORTADORA EIRELI - 11.842.472/0001-08	Inspetor Chefe da Alfândega do Porto de Suape/PE e outro -	SIM
0800481-82.2016.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203,V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LINDALVA LINALSIA DOS SANTOS CORDEIRO e outro - 987.850.524-34	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800574-11.2017.4.05.8312	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	JANIO GOUVEIA DA SILVA - 244.038.734-72	SIM
0800856-49.2017.4.05.8312	MANDADO DE SEGURANÇA	Desembaraço Aduaneiro	Conclusos para julgamento	NEXT INDUSTRIA, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE ELETRONICOS LTDA - EPP - 09.125.789/0001-81	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0800902-38.2017.4.05.8312 - (Segredo)	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE - null	SIM
0805369-96.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO		Juntada de Certidão de Intimação	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	EMANUEL DA MOTA SILVEIRA e outro - 086.270.774-95	SIM
0812368-65.2017.4.05.8300	INQUÉRITO POLICIAL		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	Não Consta	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para despacho/decisão	<a href="#">0503317-04.2016.4.05.8312</a>	
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora/ausência na conclusão para sentença	<a href="#">0504081-87.2016.4.05.8312</a>	Processo concluso desde julho/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora na expedição de precatório/RPV	<a href="#">0502403-37.2016.4.05.8312</a>	De 25.08.2017 a 17.11.2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora na prolação da sentença	<a href="#">0503379-44.2016.4.05.8312</a>	Concluso desde 04/08/17 e sem sentença até o momento.
	<a href="#">0503382-96.2016.4.05.8312</a>	Demora para a prolação da sentença lançada em 04/12/2017, vez que o feito estava concluso desde 10/08/2017.
	<a href="#">0503791-72.2016.4.05.8312</a>	Concluso desde 21/08/2017.
	<a href="#">0503834-09.2016.4.05.8312</a>	De 21/08 a 27/11/17.
	<a href="#">0503941-53.2016.4.05.8312</a>	O processo foi concluso para sentença em junho/2017, com a prolação do ato decisório em outubro/2017.
	<a href="#">0504247-22.2016.4.05.8312</a>	De 14/06/2017 a 10/11/2017.
	<a href="#">0504388-41.2016.4.05.8312</a>	Maió-set/2017.
	<a href="#">0504507-</a>	Processo concluso desde setembro/2017.

	<a href="#">02.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0504525-23.2016.4.05.8312</a>	Conclusão em 05/07/17 e sentença prolatada em 10/11/17.
	<a href="#">0500021-37.2017.4.05.8312</a>	Concluso desde 14/09/17 (último movimento c/ juiz - 29/09/17).
	<a href="#">0500339-20.2017.4.05.8312</a>	Demora para a prolação da sentença lançada em 03/12/2017, uma vez que o feito estava concluso desde 09/08/2017.
	<a href="#">0500500-30.2017.4.05.8312</a>	Concluso em 07/07/2017 e sentenciado em 03/12/2017.
	<a href="#">0500502-97.2017.4.05.8312</a>	Conclusão em 25/08/17 e sem sentença até o momento.
	<a href="#">0500504-67.2017.4.05.8312</a>	Concluso desde 25/07/17 e sem sentença até o momento.
	<a href="#">0500535-87.2017.4.05.8312</a>	Processo concluso desde agosto/2017.
	<a href="#">0500662-25.2017.4.05.8312</a>	Feito concluso para sentença desde agosto/2017, com a prolação do ato decisório em dezembro/2017.
	<a href="#">0500702-07.2017.4.05.8312</a>	Conclusão em 29/05/17 e sentença prolatada em 06/11/17.
	<a href="#">0500755-85.2017.4.05.8312</a>	Feito concluso para sentença desde junho/2017, com a prolação do ato decisório em outubro/2017.
	<a href="#">0500967-09.2017.4.05.8312</a>	Demora para a prolação da sentença lançada em 03/12/2017, uma vez que o feito estava concluso desde 10/08/2017.
	<a href="#">0500984-45.2017.4.05.8312</a>	Processo concluso desde agosto/2017.
	<a href="#">0500990-52.2017.4.05.8312</a>	Concluso em 06/07/2017 e sentenciado em 03/12/2017.
	<a href="#">0501007-88.2017.4.05.8312</a>	Concluso desde 22/08/2017.
	<a href="#">0501040-78.2017.4.05.8312</a>	Concluso desde 15/08/2017.
	<a href="#">0501054-62.2017.4.05.8312</a>	Demora para a prolação de sentença lançada em 29/11/2017, uma vez que o feito estava concluso desde 24/07/2017.
	<a href="#">0501075-38.2017.4.05.8312</a>	Concluso desde 03/08/17 e sem sentença até o momento.
	<a href="#">0501181-97.2017.4.05.8312</a>	Concluso desde 16/06/17 (último movimento - c/ juiz 27/09/17).
	<b>Total de Ocorrências: 26</b>	
Demora na prolação de decisão/despacho	<a href="#">0500157-68.2016.4.05.8312</a>	De 29.07.2016 a 03.10.2016, de 05.04.2017 a 12.06.2017 e de 26.06.2017 a 23.10.2017.
	<a href="#">0503317-04.2016.4.05.8312</a>	Desde 02/10/2017.
	<a href="#">0504082-72.2016.4.05.8312</a>	Despacho de 06/12/2017 concluso desde 16/06/2017; despacho de 06/06/2017 concluso desde 07/03/2017.
	<a href="#">0500418-96.2017.4.05.8312</a>	Conclusão em 19/06/17 e despacho proferido em 06/11/17.
	<a href="#">0500434-50.2017.4.05.8312</a>	De 20/07/17 a 06/11/17 - anexos 30/31.
	<b>Total de Ocorrências: 5</b>	
Demora para designação de	<a href="#">0501182-</a>	Demora entre 14/11/2016-14/03/2017 e 18/07/2017-

audiência	<a href="#">19.2016.4.05.8312</a>	30/10/2017.
	<a href="#">0503941-53.2016.4.05.8312</a>	No período compreendido entre janeiro/2017 e maio/2017.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculo	<a href="#">0503541-39.2016.4.05.8312</a>	Jun-nov/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0503428-34.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0504211-85.2013.4.05.8311</a>	Desarquivado em 05/09/2017.
	<a href="#">0502743-49.2014.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0503269-16.2014.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0502554-37.2015.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500917-17.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0501140-67.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0501378-86.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0501479-26.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0501603-09.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0501608-31.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0501641-21.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0501853-42.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0502093-31.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0502195-53.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0502244-94.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0502251-86.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0502371-32.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0502420-73.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0502592-15.2016.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0502611-21.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502754-10.2016.4.05.8312</a>		
<a href="#">0502793-</a>		

<a href="#">07.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502821- 72.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503055- 54.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503206- 20.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503291- 06.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503316- 19.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503397- 65.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503503- 27.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503653- 08.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504005- 63.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504114- 77.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504130- 31.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504236- 90.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504402- 25.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504453- 36.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504473- 27.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504509- 69.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500302- 29.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0501673- 28.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0502622- 52.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500094- 09.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500147- 87.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500170- 33.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500191- 09.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500228- 36.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500271- 70.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500293- 31.2017.4.05.8312</a>	

	<a href="#">0500315-89.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500367-85.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500463-03.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500572-17.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500670-02.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500708-14.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500712-51.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500715-06.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500796-52.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500923-87.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500946-33.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0501164-61.2017.4.05.8312</a>	
<b>Total de Ocorrências: 61</b>		
Processos irregularmente paralisados	<a href="#">0500505-52.2017.4.05.8312</a>	Desde agosto/2017 sem movimentação.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0504388-41.2016.4.05.8312</a>	Demora na prolação de ato ordinatório (março-maio/2017).
	<a href="#">0500120-07.2017.4.05.8312</a>	Feito sem movimentação processual entre setembro e novembro/2017.
	<a href="#">0500227-51.2017.4.05.8312</a>	Desde 28.08.2017.
	<a href="#">0500505-52.2017.4.05.8312</a>	Demora na prolação ato ordinatório (março-jul/2017).
	<a href="#">0500954-10.2017.4.05.8312</a>	De 30/06/17 a 19/10/17 - anexos 25/26.
<b>Total de Ocorrências: 5</b>		

#### 6.34.10. Correição anterior e autoinspeção

Após a divulgação do último relatório de correição, as observações solucionáveis foram sanadas.

Após a última autoinspeção, passou-se a exercer maior controle dos prazos processuais na secretaria e no gabinete.

#### 6.34.11. Considerações finais

A 34ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior

atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na prolação de sentença;
2. Demora na prolação de despacho/decisão; e
3. Alguns feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 34ª vara federal funciona adequadamente.

## **6.35. 35ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE**

### **6.35.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 35ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 20/2013 - TRF5 c/c o Ato nº 576/2013 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 35ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988, inclusive para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs Criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001. A unidade funciona no prédio-sede da subseção, localizado na Rua Projetada C, nº 103, Loteamento Pinzón da Cidade Garapu/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.35.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 35ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 19 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciárias - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados; 09 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnico judiciário - área de segurança e transporte.

#### **6.35.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Rodrigo Vasconcelos Coêlho de Araújo, exerce a magistratura desde 25/06/2007, atuando na 35ª vara federal desde 07/01/2015. É o diretor da subseção.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos períodos e motivos abaixo

discriminados:

Férias: 07/01 a 31/01/2016, 30/05 a 03/06/2016, 30/06 a 24/07/2016, 23/01 a 21/02/2017, 17/08 a 03/09/2017.

Licenças:

27/06 a 16/07/2017 (licença paternidade).

Convocações:

21/11 a 20/12/2016 e 17/07 a 15/08/2016.

Outras:

12 e 13/11/2016 - participação em curso;

16 a 18/11/2016 - participação em curso.

O juiz federal titular reside na região metropolitana onde se situa a vara.

### 6.35.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 35ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

NOME	CARGO EFETIVO	OCUPA FC OU CJ? QUAL?	GRAU DE INSTRUÇÃO	DE	ÁREA DE FORMAÇÃO	DE
Leandro Henrique de Cajaseiras Gusmão	Téc adm	judiciário/área	Diretor de Secretaria (CJ03)	Superior completo	Direito/Administração	
Jaqueline Rodrigues Souza de Andrade	Téc adm	judiciário/área	Sup Assistente da Seção de Ap Adm (FC04)	Pós-graduação completa	Administração	
Ana Lybia Pessoa Melo Maia	Analista judiciária	jud/área	Of de Gabinete do Juiz Titular (FC05)	Pós-graduação completa	Direito	
Paula Diniz de Coimbra Pinto	Analista judiciária	jud/área	Sup Assistente do Gab do Juiz Titular (FC04)	Pós-graduação completa	Direito	
Rafaela Cabral da Mata	Analista judiciária	jud/área	Of de Gabinete do Juiz Substituto (FC05)	Pós-graduação completa	Direito	
Caroline Michaello Macedo Fialho Cantarelli	Analista judiciária	jud/área	Sup Assistente do Gab do Juiz Subst (FC04)	Pós-graduação completa	Direito	
Antônio Bonifácio Ferreira Junior	Téc adm	judiciário/área	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Cíveis (FC05)	Pós-graduação completa	Administração	
Lara Asfora Antunes	Téc adm	judiciário/área	Sup da Seção de Proc de Feitos dos JEFs	Superior completo	Publicidade	

(FC05)

Marconi da Silva	Adriano	Téc adm	judiciário/área	Sup Assist do Setor de Proc de Ex Fisc (FC04)	Superior completo	Administração
Esmael Mello	Feijó de Neto	Téc adm	judiciário/área	Sup do Setor de Proc de Feitos Criminais e de Exec Penal (FC04)	Superior completo	Música
Ycaro Maciel	Remigio Gomes	Téc seg e transp	Judiciário/ espec	Sup Assistente do Setor de Public (FC04)	Pós-graduação incompleta	Administração
Aldja Emmanuely Melo		Téc adm	judiciário/área	Sup Assist da Seção de Proc de Feitos dos JEFs (FC04)	Superior completo	Matemática
Viviane Terror	Queiroz	Téc adm	judiciário/área	Aux Especial do Diretor de Sec (FC02)	Superior completo	Psicologia
Jeremias da Silva	Germano	Analista adm	Jud/área	-	Pós-graduação completa	Direito/Adm
Francisca Rego	Lopes	Téc adm	judiciário/área	-	Superior incompleto	Direito
Laércio Coelho	Lima Teixeira	Analista esp	Judiciário/ exec de mandados	-	Pós-graduação completa	Direito
Ana Paula Sodré	Pessoa da Motta	Analista esp	Judiciário/ exec de mandados	-	Pós-graduação completa	Direito
José Vilarim Filho	Emidio	Téc seg e transp	Judiciário/ espec	Sup da Seção de Ap Adm (FC05) - cedido à Subseção do Cabo	Pós-graduação completa	Administração
Alexandre Cardoso		Analista Judiciário/área judiciária		Cedido ao TRF5	Superior completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 35ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 10 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Há 02 servidores da 35ª vara federal cedidos, sendo 01 para o TRF5 (Alexandre Cardoso) e 01 para o setor de apoio administrativo da própria Subseção do Cabo de Santo Agostinho/PE (José Emidio Vilarim Filho).

Há 17 servidores ocupando efetivamente cargos da 35ª vara federal, incluído neste número o diretor de secretaria. Este número não corresponde ao previsto para a 35ª vara federal, estando a unidade com 01 servidor a menos do que a previsão legal.

Há atualmente 01 servidor requisitado compondo o quadro da 35ª vara federal. Trata-se do diretor de secretaria, que pertence ao quadro da própria SJPE, estando seu cargo efetivo,

todavia, vinculado à sede da Seção Judiciária de Pernambuco.

Não há no quadro da 35ª vara federal nenhum servidor sem vínculo com o serviço público. Inexistem funções gratificadas vagas na 35ª vara federal. Não há no quadro da unidade jurisdicional nenhum servidor em auxílio.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia uma servidora afastada do trabalho, por motivo de doença, até 09/12/2017.

### **6.35.2.3. Estagiários**

São 04 as vagas de estágio previstas para a vara, estando todas ocupadas. Um dos estagiários exerce suas atividades no gabinete e os outros três desempenham suas funções na secretaria da unidade.

### **6.35.3. Organização da 35ª vara federal**

Dentre os servidores da 35ª vara federal de Pernambuco, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

#### **6.35.3.1. Secretaria**

Os servidores da secretaria da 35ª vara federal estão divididos em 03 grupos. O primeiro grupo é composto por 03 supervisores (01 supervisor do JEF, 01 supervisor do fiscal e 01 supervisor do cível e criminal). Estes supervisores são responsáveis pelo acompanhamento e padronização das atividades realizadas pelos demais servidores da secretaria, quando relacionadas à sua área. Também aos supervisores são reservadas algumas atividades mais complexas dos setores, bem como a orientação aos demais servidores e aos estagiários, quando estiverem realizando atividades do setor.

O segundo grupo é composto por 05 servidores, que realizam as atividades e o acompanhamento processual referentes aos 03 setores acima mencionados, com exceção das atividades referentes a perícia, contadoria e audiência dos JEFs. A divisão de tarefas entre estes servidores se dá pela numeração processual, sendo cada um responsável pelos processos com terminações correspondentes a dois dígitos. Dentro dos seus dígitos de responsabilidade cada servidor realiza as seguintes atividades: juntadas, confecção de minutas de despacho e decisão, confecção de expedientes, acompanhamento de prazos processuais, independentemente da plataforma/sistema em que esteja cadastrado o processo (PJe, Creta ou Tebas).

O terceiro grupo é composto por 02 servidores, que realizam as atividades relacionadas a perícia (marcação, cobrança e juntada de laudos, intimações das partes), contadoria e audiência (marcação, intimações, realização). Essas atividades foram separadas das demais em razão de sua complexidade (contadoria) e volume de trabalho (perícia e audiência do JEF), bem como pela dificuldade de operacionalizar uma divisão de processos por 07 servidores.

A secretaria da 35ª vara federal possui dois espaços físicos distintos, sendo um reservado exclusivamente para o JEF. Nesta área atuam o supervisor do setor, os servidores do terceiro grupo e um dos servidores do segundo grupo, este último em um rodízio diário entre os seus cinco componentes. Na outra área da secretaria atuam os demais supervisores e servidores.

Os processos são organizados em 05 grupos de estantes. No primeiro grupo, formado

por 04 estantes, ficam os processos que possuem algum prazo em aberto, com espaços correspondentes a 02 meses de prazo, divididos de 03 em 03 dias.

No segundo grupo, ficam os processos com cumprimentos pendentes. A divisão destes processos nas estantes se dá por dígito, ficando cada uma das 05 prateleiras das 02 estantes reservadas para processos de 02 dígitos, ambos de responsabilidade do mesmo servidor.

No terceiro grupo de estantes, que na realidade é formado por apenas uma, ficam os processos a serem remetidos a órgãos externos.

O quarto grupo, formado por 02 estantes, é reservado a processos prioritários, como os de grandes devedores e os que estiverem reservados para leilão, ficando a cargo do supervisor do setor de execução fiscal o seu acompanhamento.

Por fim, o quinto grupo corresponde às estantes que ficam com os processos suspensos e arquivados sem baixa. Este grupo de estantes está sempre em crescimento.

Mensalmente, é elaborado pela direção um relatório que contém os dados referentes a distribuição, arquivamento e julgamentos realizados nos últimos 03 meses, dividido pelas três plataformas (Tebas, Creta e PJe), bem como a comparação com a situação da 34ª vara federal, unidade vizinha com mesma competência. Este relatório, na realidade, consiste basicamente em uma planilha de dados.

Além do referido relatório, quinzenalmente, a direção atualiza um relatório com a situação das ações prioritárias da unidade, como ações civis públicas, ações penais e mandados de segurança, além dos processos referentes a metas do CNJ.

#### **6.35.3.2. Gabinete do juiz federal**

O gabinete do magistrado é composto por 04 assessores, que atuam sem qualquer divisão de matéria. A distribuição de processos entre os assessores é realizada pelo diretor de secretaria, sempre tentando manter um equilíbrio entre a dificuldade e complexidade das análises a serem realizadas. Cada processo distribuído é lançado em um livro de registro de conclusões, passando a ser vinculado ao assessor que o receber na sua primeira distribuição à assessoria. Cada distribuição de processo a um assessor é contabilizada, buscando-se que todos os assessores estejam sempre com a mesma quantidade de processos recebidos.

Além da lista regular de distribuição de processos à assessoria, há uma lista de distribuição de liminares e outra de processos criminais, que, nesta ordem, podem modificar a sequência da distribuição. Sempre que um assessor finaliza a sua atividade, repassando o processo ao magistrado, ele dá baixa no registro do respectivo processo.

A distribuição de processos ao assessor é interrompida uma semana antes de suas férias, salvo o retorno dos feitos que já vinham sendo analisados por ele.

A distribuição de processos entre os assessores é realizada por meio de lançamento do processo em um livro de registro de conclusões, constando expressamente a data da distribuição/conclusão. Deste modo, salvo quando há distribuição de liminares ou de processos prioritários, os processos vão sendo analisados na ordem de entrada na assessoria.

#### **6.35.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 35ª vara federal**

O magistrado realiza reuniões periódicas com a assessoria e realiza conversas de capacitação. Em relação aos servidores da secretaria, realiza conversas individuais buscando

obter informações sobre os resultados e a satisfação para manter ou alterar as diretrizes.

#### **6.35.5. Planejamento das atividades da 35ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

A atual gestão da 35ª vara federal teve início em janeiro/2015. Desde então, alguns problemas vinham sendo observados: organização de estantes que não facilitava o acompanhamento das atividades com maior controle; distribuição desigual de atividades, com sobrecarga de trabalho em alguns setores em detrimento dos demais; setores personificados, ocasionando substituições traumáticas e acúmulo de trabalho durante afastamentos, além de dependência excessiva do conhecimento do servidor.

Visando sanar esses problemas e criar uma cultura de conhecimento pleno entre os servidores, foi planejada uma nova organização para a 35ª vara federal de Pernambuco. Inicialmente, logo no início da gestão, a organização das estantes da secretaria foi modificada, passando a apresentar expressamente os prazos para o cumprimento de diligências, de 05 em 05 dias. Posteriormente, foi realizada uma fusão dos setores cível e criminal, promovendo uma integração entre os seus servidores e buscando a despersonificação destes setores.

Em face da atipicidade do ano de 2015, marcado pela greve de 03 meses dos servidores, os resultados das mudanças e eventuais avanços foram sobrestados. Assim, apenas ao final do ano de 2015 foi iniciada a sistematização das atividades, sendo confeccionados manuais de procedimentos e fluxogramas dos setores, visando difundir o conhecimento e facilitar a transição das atividades em eventuais substituições de servidores.

No início do ano de 2016, foi pensada a atual estrutura organizacional da 35ª vara federal, que passou a ser implementada no final do mês de maio/2016. Atualmente, a 35ª vara federal possui um núcleo de 05 servidores que atuam em todos os tipos de demandas e realizam qualquer tipo de atividade de secretaria, sendo guiados por 03 supervisores, que ficam mais afastados das atividades corriqueiras e volumosas da unidade e passam a ter maior atuação na melhoria dos setores. Completam a secretaria os servidores responsáveis pelas atividades de perícia, contadoria e audiência do juizado, que também foram integrados, mais uma vez afastando a personificação de setores. Também a assessoria deixou de ser dividida por matérias, passando os assessores a trabalhar com todos os tipos de demanda.

Com esse novo cenário a unidade vem evoluindo bastante. Já se percebe uma atuação mais gerencial por parte dos supervisores de setor, bem como uma maior capacitação dos servidores de secretaria e dos assessores. As movimentações processuais já se mostram muito mais rápidas, o que favorece a prestação jurisdicional com excelência.

Ao final de cada mês, o diretor de secretaria se reúne com o magistrado para verificação dos resultados alcançados, bem como para analisar o comparativo de resultado com outras varas. Neste momento, é verificada a situação do acervo da vara no mês, traçando-se objetivos para o mês ou para os meses seguintes. Também é verificado se as metas estabelecidas pela gestão foram alcançadas, discutindo-se as razões de eventuais descumprimentos.

Ainda nestas reuniões, são expostas pela direção as situações dos processos prioritários da unidade, como os criminais, as improbidades, os mandados de segurança e os processos de metas do CNJ. Com a nova estrutura organizacional da 35ª Vara Federal, foram estabelecidas novas metas de desempenho, buscando-se a cada dia fornecer uma prestação

jurisdicional mais célere.

A unidade em referência informou que a gestão atual sempre trabalhou com a fixação de metas de prazos para realização das atividades, buscando sempre uma maior motivação dos servidores com bonificações pelo eventual alcance das metas.

Desde o início da gestão, as metas vinham se mantendo as mesmas, mas, com a formação da atual estrutura organizacional da 35ª vara federal de Pernambuco, elas puderam ser revistas e consideravelmente reduzidas, demonstrando uma evolução no ritmo de trabalho na unidade.

#### **6.35.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 35ª vara federal e no gabinete do juiz federal**

O atendimento aos membros do Ministério Público, advogados e partes na secretaria ocorre diariamente das 9h às 18h, obedecendo a ordem de chegada à vara. A consulta de processos que não estejam em segredo de justiça é facultada a qualquer pessoa. Já os processos sigilosos apenas são disponibilizados às partes e aos advogados com procuração nos autos. Aos advogados sem procuração em autos não sigilosos é permitida a retirada temporária do feito por uma hora para realização de cópias. Caso os autos sejam muito volumosos o tempo desta retirada pode ser prolongado.

Não há atendimento à Defensoria Pública da União, pois esta não vem atuando na Subseção Judiciária do Cabo de Santo Agostinho/PE.

O primeiro atendimento é feito pelos estagiários da unidade, que disponibilizam ao público os processos solicitados. Caso a parte ou advogado possua alguma dúvida processual, o estagiário solicita a presença do servidor responsável (pelo dígito final do processo), que fornecerá as informações necessárias.

Em virtude de maior volume, o atendimento referente a demandas do JEF é realizado após triagem feita pela recepção da subseção. Havendo a necessidade de atendimento pela vara, a recepcionista distribui uma senha, que pode ser acompanhada em um painel eletrônico. Vai sendo autorizada a entrada das partes ou advogados à medida em que for finalizando o atendimento anterior.

O magistrado realiza prontamente o atendimento aos membros do Ministério Público e advogados sempre que solicitado, sem necessidade de agendamento prévio.

Não há atendimento à Defensoria Pública da União, pois esta não vem atuando na Subseção Judiciária do Cabo de Santo Agostinho/PE.

O magistrado realiza atendimento às partes quando estas estão acompanhadas de seus advogados.

Sempre que vai atender algum advogado, o magistrado solicita que o diretor de secretaria ou algum assessor acompanhe o atendimento.

Foi colocada no final do ano de 2015 uma caixa de sugestões na entrada da vara. Todavia, até o presente momento, não houve qualquer manifestação das partes e advogados. Há um projeto da direção de elaboração de questionário de satisfação do público atendido.

#### **6.35.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de**

## **instrução e inspeções judiciais**

Ao final do mês de outubro/2017, a quantidade de processos em tramitação na 35ª vara federal era de 1.395 processos, seguindo a seguinte distribuição:

- Creta: 875 processos (eletrônicos);
- PJe: 304 processos (eletrônicos);
- Tebas: 216 processos (físicos);

Portanto, a relação entre o número de processos e a quantidade de servidores em atividade (17) na 35ª vara federal era de 82,05.

Em outubro/2017, a quantidade de processos conclusos para sentença na 35ª vara federal era de 22 processos. No final de tal mês, inexistia na unidade processo concluso com pedido urgente pendente de análise.

Ao final do mês de outubro/2017, a quantidade de processos sobrestados/suspensos na unidade jurisdicional era de 1.600, seguindo a seguinte distribuição:

Creta:

- 01 processo suspenso aguardando julgamento de outras ações;
- 02 processos suspensos aguardando julgamento de recurso repetitivo pela TNU;
- 03 processos aguardando a regulamentação do procedimento para reemissão dos requisitórios cancelados em face da Lei 13.463/2017;
- 01 processo suspenso por problema de saúde da parte autora, impossibilitada de comparecer à audiência.

PJE:

- 03 processos suspensos aguardando julgamento de outro feito;
- 02 processos suspensos por pedido das partes;
- 01 processo suspenso por inércia do exequente;
- 21 processos suspensos pelo art. 921, § 1º, do CPC;
- 89 processos suspensos pelo art. 40 da Lei 6.830/80;
- 06 processos arquivados sem baixa - art. 921, § 1º, do CPC;
- 11 processos arquivados sem baixa por parcelamento.

TEBAS

- 04 suspensões condicionais;

- 194 suspensos pelo art. 40 da Lei 6.830/80;
- 01 suspenso por débito inferior ao limite legal;
- 05 sobrestados, aguardando julgamento de recurso;
- 33 sobrestados, aguardando julgamento de outras ações;
- 01 processo suspenso pelo art. 921, § 1º, do CPC;
- 272 processos arquivados sem baixa por parcelamento;
- 950 processos arquivados sem baixa pelo art. 40 da Lei 6.830/80.

Nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, não se observou o extravio ou a restauração de autos na 35ª vara federal.

Não havia, ao final de outubro de 2017, processos da 35ª vara federal com pendências externas.

Foram realizadas 470 audiências na 35ª vara federal entre 01/11/2015 e 31/10/2017, com uma média aproximada de 19,58 audiências por mês.

Nos últimos 24 meses, a contar do início da correição, foram realizadas 02 inspeções judiciais na 35ª vara/PE. A primeira entre 07 e 11 de março de 2016 e a segunda entre 22 e 26 de maio de 2017.

A vara informou que, no ano de 2015, foram realizadas 27 conciliações. Em 2016, 45 e em 2017, até o preenchimento do formulário de gestão, haviam sido realizadas 117 conciliações.

Do início de novembro/2015 ao final de outubro/2017, foram 03 as audiências adiadas, 02 por problemas de saúde das partes e 01 por ausência do defensor do réu. Foram, ainda, canceladas 02 audiências por videoconferência, ambas por solicitação do juízo deprecante.

Todas as audiências adiadas foram remarçadas para a primeira data disponível.

#### **6.35.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

A unidade informou que a meta 1 do CNJ foi regularmente cumprida no ano de 2015, com o julgamento de 2.160 processos de conhecimento, enquanto a distribuição foi de 2.138 processos.

Já nos anos de 2016 e 2017, a meta 1 não vem sendo cumprida, pois enquanto foram distribuídos 2.631 e 2.757 processos de conhecimento, respectivamente, apenas foram julgados 2.364 e 2.479. Nota-se que a quantidade de processos distribuídos vem crescendo consideravelmente, tendo aumentado 22,83% em 2016 e 4,9% em 2017, mesmo quando o ano ainda estava em andamento.

A quantidade de processos de conhecimento julgados também tem aumentado

bastante, tendo crescido 9,4% em 2016 e 4,9% em 2017, mesmo quando o ano ainda estava em andamento. Esse crescimento não tem sido suficiente para conter o aumento da demanda, mesmo com todo o esforço da gestão e da equipe.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade informou que a meta 2 deveria ser atingida. Havia na 35ª vara federal, segundo relação repassada pela corregedoria em setembro/2017, apenas 01 processo pendente de julgamento referente a esta meta.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade informou, quando do preenchimento do formulário de gestão, que a meta 3 vem sendo cumprida.

Até outubro/2017, de um total de 3.125 processos distribuídos, foram realizadas 117 conciliações, o que representa 3,74%.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Até 31/12/2014, foram distribuídas à 35ª vara/PE 10 ações de improbidade administrativa, das quais 07 já foram sentenciadas, o que representa 70% da quantidade total.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

A Meta 5 do CNJ não vem sendo cumprida, mesmo com todo o esforço da gestão para otimizar o fluxo de trabalho e todo o empenho da equipe.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A unidade informou que a referida meta está sendo cumprida regularmente.

### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Até o fim de outubro/2017, foram baixados/redistribuídos 04 processos criminais, enquanto foram distribuídos 11. Foram ainda remetidos 03 feitos ao TRF.

Em igual período, foram julgados 06 processos criminais.

A unidade jurisdicional informou que, até o final de 2017, deveria sentenciar ainda 05 processos criminais.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Meta cumprida.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 35ª vara federal vem cumprindo tais exigências.

### **6.35.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 26 processos físicos (quando da correição tinham 216 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 30 processos (quando da correição tinham 304 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

A correição analisou, ainda, 95 processos virtuais do JEF Adjunto (quando da correição tinham 875 processos do Sistema Creta).

#### **6.35.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.35.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0001892742012405830 0	Demora para a conclusão realizada em 24/05/2017 (fl. 132), considerada a data do último ato precedente.
Execução Fiscal	0007351582011405831 1	Demora para a conclusão efetivada à fl. 191.
Execução Fiscal	0000748582014405831 2	
Execução Fiscal	0001815322012405831 1	Demora para a conclusão efetivada em 20/05/2014 (fl. 94), considerado o último ato antecedente.
Execução Fiscal	0007351582011405831 1	Demora para a conclusão efetivada em 25/03/2015 (fl. 292), considerada a data do último ato antecedente (ceridão de 10/07/2014 - fl. 291).

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	0014854571997405830 0	
Execução Fiscal	0007373192011405831 1	
Execução Fiscal	0009364302011405831 1	
Execução Fiscal	0000996322011405831 1	
Carta Precatória Criminal	0000501432015405831 2	
Execução Fiscal	0001679982013405831 1	
Execução Fiscal	0009360902011405831 1	
Criminal	0014846162016405830 0	
Execução Fiscal	0001681682013405831 1	

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0000255152017405830 0	Data da sentença fora de ordem cronológica.
Execução Fiscal	0001678162013405831 1	Ausência de termo de recebimento dos autos da JE (despacho na JE em 27/11/14, despacho na JF em 09/03/17).
Execução Fiscal	0001815322012405831 1	Demora para o integral cumprimento do despacho de fl. 125.
Execução Fiscal	0002122122014405831 2	Decisão fl. 351 com data fora da ordem cronológica.
Execução Penal	0000023352015405831 2	Demora no cumprimento do despacho de fl. 123 (v. fl. 155)
Criminal	0011857372016405830 0	Folha 110 com aparente equívoco na identificação do feito a que se refere, uma vez que citada "execução fiscal" em oposição ao que deveria constar: ação criminal/ penal.

<b>Outras Observações:</b>
Processo: 00002551520174058300 Classe: Criminal - fato: durante o ano de 2014.
Processo: 00007485820144058312 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.
Reunida a ex. 0000291320144058312 (suspensão enquanto ocorria a citação).

Demora na conclusão (juntada de doc. em 08/07/15, conclusos em 01/09/2015).

Processo: 00009963220114058311 Classe: Execução Fiscal - suspensão.

Processo : 00016781620134058311 Classe: Execução Fiscal - declinação de competência da JE em 01/04/14.

Continuidade na JF em 09/03/17.

Ausência de termo de recebimento dos autos da JE (despacho na JE em 27/11/14, despacho na JF em 09/03/17).

Processo: 00016799820134058311 Classe: Execução Fiscal - redistribuído em 07/02/14.

Processo: 00018927420124058300 Classe: Execução Fiscal - Efetivada parcial conversão em pagamento definitivo e translata cópia da sentença de parcial procedência dos embargos à execução manejados pelo devedor.

Processo: 00021221220144058312 Classe: Execução Fiscal - processo ajuizado na justiça estadual no ano de 2012.

- grandes devedores.

Processo: 00068264620104058300 Classe: Execução Fiscal - grandes devedores.

Processo: 00093609020114058311 Classe: Execução Fiscal - grande devedor.

Conflito negativo, baixa em 22/07/16.

Processo: 00093643020114058311 Classe: Execução Fiscal - processo redistribuído da 29ª para a 35ª em 20/01/2014.

Processo : 00118573720164058300 Classe: Criminal - Réu preso.

Processo: 00148461620164058300 Classe: Criminal - fato período de maio/98 a março/03.

Crime contra a ordem tributária /omissão de dados/receita.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0800134-49.2016.4.05.8312	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ALESSANDRO SOSTHENES ALVES TIMOTEO e outro - 824.530.474-34	SIM
Lapso temporal para certificação decurso de prazo						

0800135-68.2015.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Limitação do salário-de-benefício e da renda mensal inicial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WILSON SERENO NORONHA - 047.705.524-91	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
- Processo em Ordem.						
0800010-32.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUPERMERCADO FAMILIAR LTDA - EPP - 06.039.276/0001-60	SIM
0800010-37.2014.4.05.8312	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALUMINIC INDUSTRIAL S/A - 02.293.655/0001-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800011-17.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUPERMERCADO LUMAR LTDA - ME - 12.368.653/0001-07	SIM
0800019-28.2016.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CACHOOL COMERCIO E INDUSTRIA S/A - 08.470.543/0001-84	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800051-04.2014.4.05.8312	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	CONSTRUTORA OAS S.A. e outros - 14.310.577/0001-04	SIM
0800059-78.2014.4.05.8312	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ROBERTO CAVALCANTI TAVARES e outros - 712.214.414-34	SIM
0800065-85.2014.4.05.8312	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	VICTOR CLEMENTE SETTE DE OLIVEIRA CARVALHO JUNIOR e outros - 069.576.144-76	SIM
0800105-62.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SCJOHNSON DISTRIBUICAO LTDA. - 06.096.180/0005-67	SIM
0800119-46.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SUPERMERCADO FAMILIAR LTDA - EPP - 06.039.276/0001-60	SIM
0800187-93.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUCIANA MARIA DE SANTANA LIMA e outro - 038.354.814-44	SIM
0800189-63.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DM2 - METALURGICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 05.071.372/0001-22	SIM
0800195-07.2016.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	EDUARDO DOUGLAS PONTES DE SOUZA - 022.420.164-66	SIM
0800225-08.2017.4.05.8312	MANDADO DE SEGURANÇA	Apreensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA - 02.378.779/0001-09	INSPECTOR CHEFE DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE SUAPE/PE e outro -	SIM
0800238-41.2016.4.05.8312	USUCAPIÃO	Usucapião Ordinária	Juntada de Petição	GEANE ARRUDA DA SILVA e outro - 819.779.054-04	MANUEL ALVES DE BARROS e outros -	SIM
0800304-55.2015.4.05.8312	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Cadastro de Inadimplentes - CADIN	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. - 11.294.402/0001-62	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM

0800365-76.2016.4.05.8312	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução e outros	Juntada de Certidão de Intimação	PAMESA DO BRASIL S/A - 03.428.529/0001-07	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800375-23.2016.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - 00.381.056/0001-33	CENTRAL CAMPO ALEGRE AGROPECUARIA S/A - 08.632.064/0001-17	SIM
0800427-19.2016.4.05.8312	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA SEVERINA DE ANDRADE e outro - 224.612.304-63	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800542-40.2016.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS - 42.354.068/0001-19	S. S. ACRE COMERCIO LTDA - ME - 08.992.670/0001-43	SIM
0800589-77.2017.4.05.8312	PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL	Falsificação de documento particular e outros	Juntada de Certidão de Intimação	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outros - 00.000.000/0002-91	ROGERIO JOSE DE SANTANA e outro - 195.380.654-68	SIM
0800688-47.2017.4.05.8312	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	T N E CALDEIRARIA - PE LTDA - 19.275.399/0001-41	SIM
0800736-06.2017.4.05.8312	MANDADO DE SEGURANÇA	Liberção de mercadorias	Juntada de Certidão de Intimação	TRUST - IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - 07.426.908/0004-53	INSPECTOR CHEFE DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE SUAPE e outro -	SIM
0800755-12.2017.4.05.8312	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GISELE MAIA CARRARO MENDES - 256.100.231-49	SIM
0800765-56.2017.4.05.8312	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NATERCIO DE ASSIS SILVA - 127.382.598-55	SIM
0800775-03.2017.4.05.8312	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SAMUEL NOBERTO DE ANDRADE - 012.459.914-18	SIM
0800861-71.2017.4.05.8312	MANDADO DE SEGURANÇA	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CHEF MEDITERRANEO IMPORTACAO EXPORTACAO EIRELI - EPP - 26.332.897/0001-44	INSPETORA-CHEFE DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE SUAPE - null	SIM
0800926-66.2017.4.05.8312	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	JANDELSON GOUVEIA DA SILVA - 401.268.204-06	SIM
0806992-98.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Sonegação de contribuição previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO JOSE VANDERLEI CAMPOS - 080.934.824-15	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para sentença	<a href="#">0500104-53.2017.4.05.8312</a>	Na assessoria desde out/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0519689-74.2010.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0519140-30.2011.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0501995-</a>	

<a href="#">25.2011.4.05.8311</a>	
<a href="#">0504785-11.2013.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500211-05.2014.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500417-19.2014.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500419-86.2014.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500685-73.2014.4.05.8312</a>	
<a href="#">0501488-56.2014.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503458-91.2014.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503454-56.2015.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500762-48.2015.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500183-66.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500720-62.2016.4.05.8312</a>	Desarquivado em 31/08/2017.
<a href="#">0500739-68.2016.4.05.8312</a>	Desarquivado em 31/08/2017.
<a href="#">0500948-37.2016.4.05.8312</a>	Desarquivado em 31/08/2017.
<a href="#">0500966-58.2016.4.05.8312</a>	Desarquivado em 31/08/2017.
<a href="#">0501081-79.2016.4.05.8312</a>	Desarquivado em 31/08/2017.
<a href="#">0501085-19.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0501137-15.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0501160-58.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0501165-80.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0501689-77.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0501702-76.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502152-19.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502514-21.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502558-40.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502779-23.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502810-43.2016.4.05.8312</a>	

<a href="#">0502877-08.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502878-90.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502949-92.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503063-31.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503143-92.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503204-50.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503368-15.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503456-53.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503469-52.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503478-14.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503507-64.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503583-88.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503599-42.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504184-94.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504285-34.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504460-28.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504520-98.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500017-97.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500018-82.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500055-12.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500069-93.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500086-32.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500115-82.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500139-13.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500225-81.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500270-85.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500298-</a>	

<a href="#">53.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500334- 95.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500369- 55.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500423- 21.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500437- 05.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500537- 57.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500542- 79.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500573- 02.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500595- 60.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500654- 48.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500735- 94.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0501689- 43.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0501778- 66.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502763- 35.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502849- 06.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502906- 24.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0502954- 80.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503106- 31.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503111- 53.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503146- 13.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503164- 34.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503411- 15.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503532- 43.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503559- 26.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503562- 78.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503756- 78.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503822- 58.2017.4.05.8312</a>	

<a href="#">0503901-37.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0503952-48.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504021-80.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504131-79.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504182-90.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504208-88.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504271-16.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504343-03.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504372-53.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504408-95.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504515-42.2017.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504653-09.2017.4.05.8312</a>	
<b>Total de Ocorrências: 94</b>	

#### **6.35.10. Correição anterior e autoinspeção**

Todos os pontos objeto de recomendação no último relatório de correição foram sendo naturalmente sanados com o passar do tempo, à medida em que todos passavam a se sentir confortáveis e confiantes em suas novas atividades (em 2016 houve grande mudança na organização da 35ª vara/PE), gerando uma melhora considerável no ritmo de trabalho da unidade.

Como já relatado, a atual gestão sempre trabalhou com a fixação de metas de prazos para a realização das atividades, buscando sempre uma maior motivação dos servidores com bonificações pelo eventual alcance das metas. Após a última inspeção, foram constatados a consolidação e o amadurecimento da atual estrutura organizacional da 35ª vara/PE, mantendo-se as metas fixadas na inspeção anterior, mesmo com o aumento do acervo de feitos da vara, demonstrando uma evolução no ritmo de trabalho na unidade.

Atualmente, a secretaria vem trabalhando com uma meta de movimentação processual no prazo de 48 horas e a assessoria com uma meta de confecção de minutas no prazo de 08 dias. Ambas as metas vêm sendo cumpridas regularmente.

#### **6.35.11. Considerações finais**

A 35ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que

inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 35ª vara federal funciona de modo adequado.

## **6.36. 36ª VARA FEDERAL - RECIFE/PE**

### **6.36.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 36ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 3/2014 - TRF5 c/c o Ato nº 228/2014 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 36ª vara federal detém competência para processar e julgar as causas penais, concorrentemente com a 4ª e 13ª varas federais da SJPE. Compete exclusivamente à 36ª vara federal, além do previsto acima, processar e julgar as execuções penais e seus respectivos incidentes; os feitos referentes a crimes dolosos contra a vida; as cartas precatórias criminais referentes às execuções penais e seus incidentes, bem como referentes a crimes dolosos contra a vida. A unidade funciona no prédio-sede da SJPE, localizado na Av. Recife, 6250, Jiquiá, Recife/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.36.2. Corpo funcional - juíza federal e servidores**

A 36ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrada; b) 16 servidores efetivos, sendo 01 analista judiciário - área administrativa, 04 analistas judiciários - área de execução de mandados e 11 técnicos judiciários - área administrativa.

Registre-se que há 02 cargos efetivos vagos desde 06/05/2014.

#### **6.36.2.1. Juíza federal titular**

A juíza federal titular da vara, Carolina Souza Malta, exerce a magistratura desde 15/12/2004, atuando na 36ª vara federal desde 06/05/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada pelos períodos e motivo abaixo discriminados:

Férias: 03/11/2015 a 02/12/2015, 11/02/2016 a 23/02/2016, 22/06/2016 a 09/07/2016, 16/01/2017 a 29/01/2017 e 01/06/2017 a 30/06/2017 .

A juíza federal titular reside na região metropolitana onde se situa a vara.

### 6.36.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 36ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
ANA CAROLINA BAHIA CALDAS	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC 04	Superior Completo	Direito
ANDERSON LUIZ DE OLIVEIRA PEREIRA	Analista Judiciário - Área Judiciária (Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)	Não	Superior Completo	Direito
ANDREA KAREN GUEDES CABRAL	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC 04	Superior Completo	Contabilidade
ANDRESSA DE PAIVA BRITO	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC 04	Superior Incompleto	Direito
DAVID SALOMÃO AROS	Analista Judiciário - Área Judiciária (Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)	Não	Superior Completo	Direito
CLAUDIA CALCIOLARI DE LIMA	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC 04	Superior Completo	Arquitetura
CLAUDIA DE SIQUEIRA SANTANA DOS SANTOS	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC 05	Superior Completo	Direito
DANIELLE ALHEIROS DINIZ	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC 05	Superior Completo	Direito
DEBORAH NADIA SILVA HULAK	Analista Judiciário - Área Judiciária (Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)	Não	Superior Completo	Direito
FRANCISCO CUNHA DE SOUTO MAIOR	Analista Judiciário - Área Administrativa	FC 05	Superior Completo	Direito
DIANA PEREIRA OSORIO	Técnico Judiciário – Área Administrativa		Superior Completo	Publicidade
HAVANA FERNANDES DE BRITO	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC 04	Superior Completo	Direito
ISAAC DE SOUSA OLIVEIRA	Analista Judiciário - Área Judiciária (Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)	Não	Superior Completo	Direito
ISIS MOURA MAYMONE DE MELO	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC 05	Superior Completo	Direito
TATIANE EBRAHIM LIESEN	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC 04	Superior Completo	Jornalismo
TIAGO DUARTE DE OLIVEIRA	Técnico Judiciário – Área Administrativa	FC 04	Superior Completo	Direito

Como se pode deprender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 36ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 10 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para

investidura, neste cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Há 02 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), sendo 01 do TRF5 e o outro do Banco do Brasil.

Há 01 servidor sem vínculo anterior com o serviço público (diretor de secretaria).

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 01 função comissionada vaga (secretário do gabinete do diretor de secretaria - FC03). Havia também 02 servidoras afastadas por motivo de licença-maternidade.

Inexistem servidores em auxílio na vara.

### **6.36.2.3. Estagiários**

Há 04 vagas de estágio previstas para unidade, não estando nenhuma delas ocupada.

### **6.36.3. Organização da 36ª vara federal**

Dentre os servidores da 36ª vara federal de Pernambuco, 13 exercem suas atribuições na secretaria e 02 no gabinete.

#### **6.36.3.1. Secretaria**

A secretaria encontra-se assim dividida:

1) Diretoria – unidade responsável pela gestão administrativa da secretaria, compreendendo o depósito judicial e arquivo, e pela prática de atos em processos/procedimentos com tramitação sob sigilo de justiça; de natureza urgente ou prioritária; ou que demandem conferência de expedientes e minutas;

2) Setor de controle de prazo e confecção de minutas – unidade que realiza o controle dos prazos processuais fluentes ou findos, movimentando os processos e confeccionando minutas de despachos, decisões e sentenças que não demandem análise pela assessoria;

3) Setor de expedientes e diligências – desenvolve atividades típicas de cumprimento das determinações judiciais, tais como: produção, encaminhamento e registro de expedientes em geral, desentranhamento de peças e formação de autos e instrumentos, entre outros;

4) Setor de audiências – este setor procede ao processamento dos feitos a partir da designação de audiência até sua realização, verificando o cumprimento de todas as determinações necessárias à execução do ato, como por exemplo: expedição de mandados, agendamento de videoconferências, requisição de testemunhas e presos, entre outros; abrangendo ainda a elaboração de minutas de despachos e atos ordinatórios;

5) Assessoria (gabinete) – setor responsável pela confecção e registro no sistema Tebas de minutas de despachos, decisões e sentenças; e

6) Setor de processamento de documentos – unidade responsável pelo recebimento de autos, juntada de petições e demais documentos protocolizados/encaminhados pelo setor de protocolo e distribuição do foro; bem como pelo tombamento de documentos recebidos diretamente na secretaria, por sua classificação e

manipulação. São desenvolvidas atividades próprias do “operador de documentos” (funcionária terceirizada).

Os processos em tramitação são ordenados cronologicamente, por data de chegada nos setores ou por data prevista para movimentação (prevista a partir do prazo processual assinado), com exceção dos casos que demandem medidas urgentes ou que possuam alguma prioridade processual (réu preso, idoso, idoso com mais de 80 anos, entre outros) que são movimentados imediatamente ou têm seus prazos acompanhados de forma antecipada a fim de evitar paralisações indevidas.

#### **6.36.3.2. Gabinete da juíza federal**

O gabinete se compõe de 02 servidoras que dividem igualmente o número de processos e o tipo de matéria. São remetidas ao gabinete as decisões mais complexas (recebimento de denúncia, decisão de absolvição sumária, pronúncia) e as sentenças de mérito e extinção da punibilidade.

Os processos conclusos são ordenados cronologicamente, pela data de entrada no gabinete, com exceção dos casos que demandem medidas urgentes ou que possuam alguma prioridade processual (réu preso, idoso, idoso com mais de 80 anos, entre outros).

#### **6.36.4. Participação da juíza federal em reuniões com a equipe da 36ª vara federal**

A juíza federal participa ativamente da gestão da 36ª vara federal, atuando em contato direto com todos os servidores. Geralmente, as reuniões são feitas por setor, sendo mais frequente a necessidade com o Setor de Audiências, em razão da demanda de readequação da pauta de audiências, ajuste de horários para casos com réus presos e videoconferências. Diariamente, a magistrada despacha na secretaria e no gabinete, onde são realizados encontros individualizados ou com pequenos grupos de servidores para dirimir dúvidas ou comunicar/atualizar entendimentos jurídicos sobre matérias ou procedimentos cartorários.

#### **6.36.5. Planejamento das atividades da 36ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento das atividades da atividade da 36ª vara federal é elaborado de forma dinâmica, de modo que semanalmente são realizadas reuniões com o diretor de secretaria para aferição do cumprimento dos objetivos estabelecidos e reavaliação dos procedimentos adotados e das metas postas.

A avaliação periódica de resultados das atividades da 36ª vara federal é realizada semanalmente em reuniões com o diretor de secretaria para aferição do cumprimento dos objetivos estabelecidos, e formulação dos novos, como também para reavaliação dos procedimentos adotados e das metas postas, por meio de relatórios extraídos dos sistemas informatizados ou elaborados em planilhas eletrônicas produzidas especialmente para este fim.

As metas são frequentemente fixadas e dinâmicas, adaptando-as à sazonalidade e ao volume de demandas, estabelecendo conforme a situação do acervo indicadores objetivos associados à quantidade de processos e à data limite para movimentação ou prática de atos. As metas estabelecidas estão, comumente, relacionadas ao aprimoramento dos níveis de qualidade exigidos dos servidores, bem como à redução do índice de erro nos atos praticados, haja vista que não há registro de atraso injustificado na execução das tarefas.

### **6.36.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 36ª vara federal e no gabinete da juíza federal**

O atendimento é realizado pelos servidores de forma seletiva e especializada, a partir da natureza das demandas apresentadas, primando-se pelas celeridade, eficiência e urbanidade, e sempre se observando as eventuais prerrogativas pessoais e a dignidade da profissão do atendido. No pertinente ao recebimento pela juíza federal de membros do Ministério Público, Defensoria Pública e advogados, tem-se que os requerimentos apresentados na secretaria são imediatamente transmitidos ao diretor de secretaria para que viabilize seu atendimento e faça o encaminhamento diretamente à magistrada.

Encontra-se disponível para preenchimento um formulário eletrônico da “Pesquisa de Satisfação” acerca das atividades desempenhadas na 36ª vara federal. O usuário da Justiça Federal pode acessar o sobredito formulário por meio da simples inserção de um *link* em qualquer navegador de *internet*, sem que haja a necessidade de qualquer cadastramento prévio ou identificação. Caso o usuário prefira responder o questionário da forma tradicional (em papel) poderá solicitá-lo ao diretor de secretaria. A opção pelo formulário eletrônico privilegia o uso da ferramenta que produz relatórios automatizados e a preservação do meio ambiente. No tocante ao retorno dos participantes, o número absoluto de questionários respondidos é baixo, mas demonstram a satisfação com os serviços prestados. Há reclamações, porém, no que se refere às instalações e alternativas para locomoção de portadores de necessidades especiais.

### **6.36.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia em tramitação na unidade 680 processos (08 físicos e 672 eletrônicos). Assim, considerando o número de processos em tramitação e a quantidade de servidores em atividade (17), a média de processos por servidor é de 40.

Em outubro/2017, havia 01 processo concluso para sentença. Inexistia feito concluso com pedido urgente pendente de análise.

Havia 16 processos sobrestados/suspensos, pelos seguintes motivos:

Suspensão condicional do processo: 07 (sete) processos;

Suspensão pelo parcelamento do crédito tributário: 04 (quatro) processos;

Suspensão pelo art. 366 CPP: 03 (três) processos;

Suspensão pela incapacidade - art. 152 CPP: 01 (um) processo;

Suspensão por pendência de decisão de instância superior: 01 (um) processo.

Não se observou, nos 24 meses anteriores à correição, o extravio ou a restauração de autos na 36ª vara/PE.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, não havia processo com pendência junto a outros setores da administração/órgãos e com advogados.

Foram realizadas, nos 24 meses anteriores à correição, 487 audiências e 02 inspeções judiciais. Em igual período, foram adiadas 35 audiências e canceladas 109. Quando houve a necessidade, as audiências adiadas/canceladas foram remarçadas.

### **6.36.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A unidade informou que não há registro de descumprimento das metas fixadas pelo CNJ, aplicáveis às varas criminais. Ressaltou, ainda, que todos os dados solicitados pelo núcleo de apoio à Corregedoria-Regional do TRF5 foram fornecidos tempestivamente.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A unidade destacou que as ações penais são distribuídas mantendo-se número único de processo atribuído ao inquérito policial originário, de forma que denúncias propostas em 2016 podem ser apresentadas em feitos distribuídos em 2011, não havendo qualquer atraso. Ademais, existem ações penais com a fase suspensão, em que o réu foi citado por edital, não sendo possível o julgamento até o mesmo ser localizado.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não se aplica.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à 36ª vara/PE, de competência exclusiva penal.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica à 36ª vara/PE, de competência exclusiva penal.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à 36ª vara/PE, de competência exclusiva penal.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Meta cumprida.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Meta cumprida.

## Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI), no mesmo momento do lançamento da condenação no sistema informatizado.

## Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões

A 36ª vara federal vem cumprindo tais exigências.

### 6.36.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 07 processos físicos (quando da correição tinham 08 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 65 processos (quando da correição tinham 672 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### 6.36.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.36.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

FEITO EM ORDEM:		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0011923372004405830	0
Criminal	0007825862016405830	0
Execução Penal	0003682941992405830	0
Criminal	0000041082014405830	7
Execução Penal	0007964722015405830	0
Criminal	0013382352008405830	0
Execução Penal	0012593552016405830	0

Outras Observações:	
Processo: 00000410820144058307	Classe: Criminal - processo suspenso de set/14 a set/16.
Processo: 00036829419924058300	Classe: Execução Penal - perda de bens e valores/cumprimento de pena restritiva.
Sequestro de bens apreendidos.	
Processo: 00078258620164058300	Classe: Criminal - trânsito em julgado em 22/09/17.
Processo: 00079647220154058300	Classe: Execução Penal - substituição da pena privativa de liberdade. Penalidades cumpridas. Extinta a punibilidade.

Processo: 00125935520164058300 Classe: Execução Penal - pena convertida em prestação pecuniária. Portadora de câncer.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na cobrança devolução de carta precatória						
0008683-20.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Desacato	Processo Suspenso/Sobrestado	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALAN MICHEL FREIRE - 071.740.794-23	SIM
Demora na conclusão						
0000430-14.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	Crime contra a administração ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0002415-18.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0005764-92.2015.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Outras fraudes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PASCOAL GRASSIOTO - 597.424.618-72	SIM
0005797-19.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALEXANDRO PEDRO DOS REIS - 034.877.826-00	SIM
0011751-12.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Tratamento Ambulatorial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92 UNIÃO e outro -	DEFENSORIA PÚBLICA DA	SIM
0016314-93.2008.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANDRE LUIZ HAZIN ASFORA - null	SIM
Demora na juntada de expediente						
0009060-25.2015.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Recusa, retardamento ou omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura de Ação Civil Pública	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ROSILDA BATISTA DE LUNA - 696.595.244-04	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0001934-55.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	Caça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARLOS ALBERTO AGOSTINHO DA SILVA e outro - 030.346.054-71	SIM
0002183-69.2015.4.05.8300	AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI	Homicídio Qualificado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO CAVALCANTE FILHO - 038.390.095-61	SIM
0004280-18.2010.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE MARCOS PEREIRA DA SILVA e outro - 793.861.134-49	SIM
0005001-91.2015.4.05.8300	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Moeda Falsa / Assimilados	Juntada de Certidão de Intimação	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0008649-79.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEVERINO JOSE DO O - 172.821.874-87	SIM

0010130-77.2015.4.05.8300	LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	Liberdade Provisória	Juntada de Certidão de Intimação	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	BRUNO SILVA DE OLIVEIRA - 706.231.954-61	SIM
0011863-88.2009.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0016615-21.2000.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0806200-47.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	EDILSON LINS DOS SANTOS - 235.024.284-68	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0002183-69.2015.4.05.8300	AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI	Homicídio Qualificado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO CAVALCANTE FILHO - 038.390.095-61	SIM
0806869-03.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Regressão de Regime	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Lapso temp. prolação ato ord./despacho/decisão						
0000430-14.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	Crime contra a administração ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0007791-14.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Pesca	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
- Processo em Ordem.						
0000381-65.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0000471-73.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0000818-09.2017.4.05.8300	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	Tráfico de Drogas e Condutas Afins	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	BRUNO SARAIVA BARROSO DE CASTRO - 067.053.613-01	SIM
0002099-34.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crime contra a administração ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GUSTAVO ULISSES PEREIRA - 491.009.554-34	SIM
0004306-74.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE EDVALDO DE SENA - 266.594.174-00	SIM
0004504-63.2004.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VALDOMIRO DE SOUZA LIMA - 529.013.354-20	SIM
0006021-20.2015.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Outras fraudes	Juntada de Contrarrazões	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RILDO CHAVES DE FIGUEIREDO FILHO e outro - 122.928.264-53	SIM
0006360-42.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JUDSON CARNEIRO MARTINS - 595.368.884-91	SIM

0006502-46.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0006739-85.2013.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0007129-84.2015.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARLOS ANDRE HERCULANO - 882.338.804-00	SIM
0007147-71.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FLAVIO FERNANDES DE LIMA - 180.466.734-04	SIM
0007333-65.2014.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIZA DE MARILLAC GUERRA DANEMBERG RABELO - 360.254.534-20	SIM
0007620-33.2011.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Apropriação indébita Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0007954-28.2015.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE PEDRO ANASTACIO SOBRINHO - 407.722.094-72	SIM
0008819-17.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra as Telecomunicações	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0009262-36.2014.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0009731-14.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0010184-09.2016.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCELO DE SOUZA TANÚS - 021.050.954-61	SIM
0010527-05.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE MELQUIADES PEREIRA DO VALE e outro - 042.703.634-87	SIM
0010955-89.2013.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Seqüestro e cárcere privado e outros	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0013029-14.2016.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUZEDES MARIA DE LIMA - 093.187.054-25	SIM
0014115-06.2005.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Apropriação indébita Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOAO SANDOVAL DA SILVEIRA - 000.984.694-87	SIM
0015372-61.2008.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Fauna	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0018140-86.2010.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Sonegação de contribuição previdenciária	Processo Suspenso/Sobrestado	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0019921-12.2011.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMÁRIO	Pesca	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM

0804511-65.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MARCELLY DE LIMA QUINZINHO - 026.807.194-25	SIM
0805317-03.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Peculato	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MURILLO DE MIRANDA BASTO NETO e outros - 606.109.801-49	SIM
0806074-94.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIS ANTONIO DE ARAUJO - 231.919.104-68	SIM
0806749-57.2017.4.05.8300	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Execução Penal Provisória - Cabimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MARCONI MEDEIROS - null	SIM
0807683-15.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CLAUDIO NOGUEIRA DA ROCHA - 563.274.637-20	SIM
0809781-70.2017.4.05.8300	INQUÉRITO POLICIAL	Corrupção passiva	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	RICARDO HENRIQUE REIS DOS SANTOS e outros - 849.748.424-04	SIM
0809798-09.2017.4.05.8300	PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	Corrupção passiva	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	RAFAELA CARRAZZONE DA CRUZ GOUVEIA PADILHA e outro - 034.401.324-39	SIM
0810657-25.2017.4.05.8300	PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	Corrupção ativa	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	RICARDO JOSE PADILHA CARICIO - 642.663.384-49	SIM
0811330-18.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0811402-05.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falso testemunho ou falsa perícia	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0811720-85.2017.4.05.8300 - (Segredo)	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSIEL PEDRO DA SILVA FERREIRA - 112.656.444-38	SIM
0811850-75.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	IGOR FRUHVALLD - 226.337.438-89	SIM
0814238-48.2017.4.05.8300	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Desobediência e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SEBASTIAN ROBERT SOBACZYNSKI - null	SIM
0815102-86.2017.4.05.8300	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE LEAO DE OLIVEIRA - 464.194.894-15	SIM
0815138-31.2017.4.05.8300	INQUÉRITO POLICIAL	Estelionato Majorado	Juntada de Cota	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	ANTONIA MARIA LAURSEN - 165.212.934-00	SIM
0815586-04.2017.4.05.8300	INQUÉRITO POLICIAL	Falsificação de documento particular	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	BRENNO RODRIGO PESSOA DA SILVA - 050.500.974-95	SIM

0815596-48.2017.4.05.8300	INQUÉRITO POLICIAL	Uso de documento falso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	LAERCIO BEZERRA DE ARAUJO - 003.760.488-08	SIM
0816887-83.2017.4.05.8300	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Crimes do Sistema Nacional de Armas	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	EMMANOEL FELICIANO RIBEIRO - 046.370.284-00	SIM
0817415-20.2017.4.05.8300	LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	Liberdade Provisória	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIM
Tempo permanência com advogado/defensor público						
0002090-72.2016.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra as Telecomunicações	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM

### 6.36.10. Correição anterior e autoinspeção

Não foram proferidas determinações específicas na correição realizada no ano de 2016. No entanto, o juízo da 36ª vara federal tem envidado esforços para observar todos os pontos destacados como merecedores de maior atenção no relatório da correição ordinária na SJPE, disponibilizado no sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Após a última autoinspeção, não foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela vara.

### 6.36.11. Considerações finais

A 36ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Digno de registro que as pequenas inconsistências processuais verificadas, de forma alguma, comprometem o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 36ª vara federal funciona de modo eficiente.

## 6.37. 37ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARUARU/PE

### 6.37.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 37ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 4/2014 - TRF5 c/c o Ato nº 229/2014 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 37ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988, execuções fiscais, ações penais e execuções penais. A unidade funciona no prédio-sede da subseção, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 196, Bairro Universitário, Caruaru/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.37.2. Corpo funcional - juiz federais e servidores**

A 37ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 16 servidores efetivos, sendo 05 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciária - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 07 técnicos judiciários - área administrativa e 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte.

#### **6.37.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Temistocles Araújo Azevedo, exerce a magistratura desde 19/05/2010, atuando na 37ª vara federal desde 15/02/2015.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias: 01/10/2015 a 07/10/2015, 19/11/2015 a 25/11/2015, 07/01/2016 a 29/01/2016, 01/07/2016 a 24/07/2016, 01/10/2016 a 30/10/2016, 14/12/2016 a 19/12/2016, 05/04/2017 a 25/04/2017 e 31/07/2017 a 29/08/2017;

Licenças: 01/08/2016 e 02/08/2016 (licença para tratamento de saúde);

Outros: 18/04/2016 a 20/04/2016 (afastamento para participar de seminário/congresso).

O juiz federal titular reside na região metropolitana onde se situa a vara.

#### **6.37.2.2. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 37ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
AMANDA DE OLIVEIRA LIRA	TJAA	Supervisor Assistente do Setor de Processamento de Execuções Fiscais (FC-04)	Superior	Ciências Contábeis
ANA CELIA DE SOUSA RIBEIRO	AJAJ	Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto (FC-04)	Mestrado	Direito
DANIELA LINS BROWNE REGO	AJAJ	Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Titular (FC-04)	Pós-graduação	Direito

FELIPE DE ALMEIDA CARDOSO	TJAA	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal (FC-05)	Pós-graduação	Direito
KATARINA TORRES LEAL PEREIRA	AJAA		Mestrado	Psicologia
LARA SOUZA OLIVEIRA	AJAJ		Pós-graduação	Direito
MARCOS VELLOSO DA SILVEIRA JUNIOR	TJAA – ST		Superior	Jornalismo
JULIANA GODOI SANTOS	TJAA	Supervisor Assistente do Setor de Processamento de Feitos Relativos ao Mandado de Segurança e às Ações Cautelares (FC-04)	Superior	Direito
MIZAEL FELIPE DA SILVA NETO	TJAA	Supervisor Assistente do Setor de Publicação (FC-04)	Pós-graduação	História Direito em curso.
NATALIA AVILA ACIOLY	AJAJ	Oficial de Gabinete do Juiz Titular (FC-05)	Pós-graduação	Direito
NIEDSON SANTOS DE JESUS	TJAA	Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria (FC-02)	Superior	Matemática Direito em curso.
PATRICIA FERREIRA WANDERLEY DE SIQUEIRA	AJAJ	Oficial de Gabinete do Juiz Substituto (FC-05)	Pós-graduação	Direito
RODRIGO PAULO RODRIGUES DA SILVA	TJAA	Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Cíveis (FC-05)	Superior	Administração
TEMISTOCLES TERCIO DA SILVA MEDEIROS	TJAA		Superior incompleto	Direito
ANA RAFAELLA VIEIRA FERNANDES SILVA	AJAJ – Execução de Mandados		Superior	Direito
FELIPE DE SOUZA COSTA COLA	AJAJ – Execução de		Superior	Direito

	Mandados			
--	----------	--	--	--

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 37ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 07 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Registre-se que 01 servidor está com lotação provisória em Recife/PE, em virtude de concessão de mudança de lotação de Caruaru/PE para Recife/PE para tratamento de saúde de pessoa da família, concedida pelo TRF5 desde dezembro/2015, por prazo extenso.

A Subseção Judiciária de Caruaru possui uma central de mandados. Sendo assim, embora os oficiais de justiça acima estejam lotados na 37ª vara/PE, estes atuam na central de mandados em atividade para toda Subseção.

Há 01 servidora requisitada do TJPE (Isabel Cristina de Carvalho Calixto, técnica judiciária, diretora de secretaria - CJ03).

Inexistem servidores sem vínculo com o serviço público em atuação na 37ª vara/PE. Também não há serventuários prestando auxílio na unidade.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, não havia funções comissionadas vagas.

De 01/09/2016 a 12/11/2017, houve os seguintes afastamentos de servidores pelas razões abaixo expostas:

\* Amanda de Oliveira Lira: 05/03/2017 a 07/03/2017 (licença médica) e 03/10/2017 e 04/10/2017 (curso de gestão cartorária no PJe);

\* Ana Célia de Souza Ribeiro: 09 e 10/03/2017 (licença médica) e 23/03/2017 a 30/03/2017 (licença por falecimento de pessoa da família);

\* Daniela Lins Browne Rego: 21/09/2016 (licença médica); 14/02/2017 (curso externo – Pje); 03/10/2017 e 04/10/2017 (curso de gestão cartorária no PJe);

\* Felipe de Almeida Cardoso: 19 e 20/06/2017 (licença médica); 13, 26, 27 e 30/10/2017 (licença eleitoral);

\* Isabel Cristina de Carvalho Calixto: 16/01/2017; 10 e 11/04/2017, 07/08/2017 (licença eleitoral);

\* Katarina Torres Leal Pereira: 30/09/2016; 03/10/2016 e 28/10/2016 (convocação Justiça Eleitoral); 21/11/2016 a 02/12/2016 (licença médica); 09/12/2016 (licença médica); 20/01/2017 (licença eleitoral); 23/01/2017 a 31/03/2017 (licença médica); 15/05/2017 (licença médica); 07/06/2017 a 09/06/2017 (licença médica); 16/06/2017 e 19/06/2017 (licença para acompanhamento de pessoa da família); 21/08/2017 a 24/08/2017 (licença médica); 25/08/2017 a 12/11/2017 (licença-maternidade);

\* Lara Souza Oliveira: 12/09/2016 (convocação Justiça Eleitoral); 29/09/2016 (convocação Justiça Eleitoral); 17/10/2016 (licença médica); 28/10/2016 a 08/11/2016 (licença médica); 17/01/2017 a 01/02/2017 (licença médica); 14/03/2017 (afastamento preventivo – perícia); 18/04/2017 (licença médica); 24/04/2017 (licença médica); 05/05/2017 (licença médica); 19/05/2017 (licença médica); 25/05/2017 a 12/11/2017 (licença médica);

- \* Marcos Veloso da Silveira Junior: 28 e 29/09/2017 (licença eleitoral);
- \* Mizael Felipe da Silva Neto: 18/07/2017 (licença médica);
- \* Natália Ávila Acioly: 07 a 20/01/2017 (licença médica);
- \* Patrícia Ferreira Wanderley de Siqueira: 23 a 27/10/2017 (licença eleitoral);
- \* Rodrigo Paulo Rodrigues da Silva: 05/09/2016 (convocação Justiça Eleitoral); 06/10/2016 (licença médica); 17/05/2017 (licença médica); 26 e 27/06/2017 (curso do sistema SEI); 08/09/2017 e 11 a 14/09/2017 (licença eleitoral); 02/10/2017 a 04/10/2017 (licença eleitoral);
- \* Temístocles Tercio da Silva Medeiros: 22/05/2017 (licença médica); 24/05/2017 (licença eleitoral); 21/07/2017 e 07/08/2017 (licença eleitoral).

### **6.37.2.3. Estagiários**

Há 04 vagas de estágio previstas para a unidade, estando apenas 03 ocupadas.

No desempenho de suas atividades, 02 estagiárias atuam na secretaria da vara (uma no setor fiscal e outra no setor criminal) e 01 estagiária está em exercício na assessoria do magistrado.

### **6.37.3. Organização da 37ª vara federal**

Dentre os servidores da 37ª vara federal de Pernambuco, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

#### **6.37.3.1. Secretaria**

A secretaria da vara está organizada da seguinte forma:

- Setor cível – 03 servidores (Lara, Amanda e Juliana);
- Setor criminal – 02 servidores (Mizael e Daniela);
- Setor de execução fiscal - 05 servidores (Rodrigo, Marcos, Niedson, Tércio e Katarina); e
- Direção: Isabel Cristina de Carvalho Calixto.

Os processos são localizados em estantes específicas de cada setor, de acordo com sua natureza e fase processual. São colocadas etiquetas nos processos, especificando as prioridades, como as metas do CNJ, bem como as situações especiais relativas aos feitos (ex.: leilão, grandes devedores, segredo de justiça, réu preso, audiências, entre outros).

No sistema eletrônico, os processos são organizados em caixas e subcaixas e subdivididos por setor. Colocam-se lembretes nos processos para destaque de algo importante e/ou urgente. Recentemente, após o curso de gestão cartorária no PJe, foi criado um filtro onde qualquer processo com pedido liminar/tutela entra numa caixa de mesmo nome quando do momento de conclusão para despacho/decisão/sentença, facilitando a

visualização desses processos e, quando necessário, a priorização de tais demandas.

Ademais, quando se trata de processo com prioridade, os servidores da secretaria, ao concluir os autos do processo para análise da assessoria, informam imediatamente sobre a chegada do processo no gabinete, que é analisado de forma prioritária.

A secretaria é subdividida em razão da natureza das ações, em três setores: cível, criminal e de execução fiscal.

Nos setores, há o incentivo para que todos os servidores tenham conhecimento do procedimento e funcionem em todas as fases do processo, sendo estimulados a minutar despachos/decisões e sentenças, bem como são responsáveis pelos atos de cumprimento das respectivas ordens judiciais. Para fins de coordenação dos trabalhos, todos têm tarefas denominadas primárias e secundárias, recíprocas e complementares, que garantem o reforço do espírito de equipe, a continuidade dos trabalhos e estimulam o conhecimento amplo das atividades, sendo constantemente convidados a agirem com senso crítico e criatividade.

É estimulada a atuação sinérgica da equipe e de cooperação mútua, servindo a divisão administrativa, sobremaneira, para balizamento e visualização dos processos face ao rito processual específico.

#### Setor cível:

No Setor cível, todas as tarefas são realizadas por todas as servidoras concomitantemente, de forma que não haja interrupção do serviço em virtude de eventuais afastamentos. As atividades realizadas diariamente pelo setor cível são: juntada e análise de petições iniciais, habilitação de advogados no Sistema PJe, elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças extintivas, expedição de alvarás, cumprimento de determinações, incluindo liminares e antecipações de tutela, elaboração de expedientes (ofícios, cartas, mandados etc), publicações em diário oficial. À supervisão incumbe, além das atividades concomitantes às outras servidoras, a organização do setor, a divisão de tarefas, a extração de relatórios semanais em busca de processos sem movimentação há mais de 30 dias ou com prazos vencidos, a expedição de precatórios e RPVs, consulta semanal aos sistemas conveniados (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SERPRO) e o acompanhamento do andamento processual de acordo com as metas preestabelecidas.

A organização das prateleiras é realizada da seguinte maneira:

- a) Prazos: Os processos que aguardam alguma manifestação das partes são colocados em prateleiras/caixas específicas. As prateleiras/caixas são divididas em prazos de 05 em 05 dias (Exemplo: 01 a 05 de setembro /06 a 10 de setembro /11 a 15 de setembro). Para facilitar o controle, no caso dos processos físicos, são afixadas etiquetas nas capas com a indicação do dia de vencimento do prazo e do ato a ser realizado. Contudo, a partir de novembro/2017, os processos eletrônicos, que antes aguardavam manifestação das partes em caixas organizadas da forma acima descrita, encontram-se, atualmente, em sua maioria, inseridos na caixa “Controle de prazo”, sem separação por data. Isso porque, conforme orientação em curso de gestão do sistema PJe, as subcaixas ali inseridas estão sendo gradualmente excluídas, de modo a facilitar o funcionamento do próprio sistema.
- b) Despachar: Os processos físicos que precisam ser despachados são colocados em prateleira específica para análise e elaboração da minuta do despacho. São afixadas etiquetas informando a data de chegada dos processos às prateleiras. Os processos

eletrônicos, por sua vez, aguardam elaboração das minutas em subcaixa específica deste setor, dentro da caixa “Minutar”. Existe ainda uma subcaixa específica para localizar os processos urgentes/prioritários a serem minutados. Contudo, antes de novembro/2017, os processos a serem minutados localizavam-se na caixa “conhecimento de secretaria”, em subcaixa nomeada com a data final para elaboração da respectiva minuta.

- c) Expedientes: Os processos físicos em que precisam ser confeccionados ofícios, mandados, cartas, cartas precatórias, alvarás etc. ficam localizados em prateleiras, contendo etiquetas afixadas na capa informando a data de chegada dos processos às prateleiras. Com relação às demandas que tramitam de forma eletrônica, estas aguardam a confecção dos expedientes em subcaixa específica deste setor, inserida na caixa “dar ciência às partes”. Contudo, antes de novembro/2017, os processos aguardando a confecção de expedientes localizavam-se na caixa “conhecimento de secretaria”, em subcaixa nomeada com a data final para realizar a referida confecção.
- d) Suspensão: Os processos eletrônicos que se encontram suspensos são colocados em caixas específicas, divididas por períodos de meses e anos (Exemplo: Outubro de 2017, Dezembro de 2018 etc.). Já os processos físicos, ficam localizados na prateleira de controle de prazo, organizada na forma indicada no item "a", contendo etiquetas afixadas na capa com a data final da suspensão.
- e) Arquivados: Os processos que se encontram arquivados são localizados em prateleiras/caixas específicas.
- f) Remessas: Os processos que serão remetidos aos diversos órgãos públicos (Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria Seccional Federal, Procuradoria Regional da União, Caixa Econômica Federal e Defensoria Pública da União) são localizados em prateleira específica, etiquetada com o nome do respectivo órgão destinatário e o prazo.
- g) Diversos: Os processos em que serão realizadas pesquisas nos sistemas BACENJUD, RENAJUD ou INFOJUD são localizados em prateleira/caixa específica. Processos que aguardam publicação/intimação, realização de audiência/leilão ou que se encontram suspensos aguardando julgamento em instâncias superiores são identificados e localizados em prateleiras/caixas específicas.
- h) Na tarefa “controlar devolução de expedientes” enviados, são monitorados os prazos para devolução dos expedientes remetidos (ofícios, cartas e mandados) através dos mecanismos do próprio sistema PJE.
- i) Na tarefa controlar prazos os expedientes são controlados automaticamente pelos mecanismos do próprio sistema PJE.

#### Setor Fiscal:

No setor fiscal, à exceção das atividades da supervisão, todas as tarefas são realizadas por todos os servidores concomitantemente, de forma que não haja interrupção do serviço em virtude de eventuais afastamentos. Ocorre, no entanto, uma maior dedicação de alguns servidores a determinadas tarefas (especialização por tarefa), como, por exemplo, os servidores que são responsáveis por elaborar as minutas dos processos e os que confeccionam expedientes e cumprem as determinações processuais.

As atividades de juntada de petições e remessas/recebimentos de processos são realizadas, em sua maioria, por estagiários. À supervisão incumbe, além das atividades

concomitantes aos outros servidores, a organização dos leilões, a extração de relatórios semanais para acompanhamento dos processos sem movimentação (há mais de 30 dias) e com prazos vencidos, a realização de medidas constritivas por sistemas informatizados (BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD), publicações em diário de justiça eletrônico, envio de documentos pelo malote digital e acompanhamento do andamento processual conforme as metas preestabelecidas.

A organização das prateleiras é realizada da seguinte maneira:

- a) Prazos: São localizados os processos que aguardam alguma manifestação, cumprimento de diligências etc. As prateleiras são divididas em prazos de 05 em 05 dias (Exemplo: 01 a 05 de setembro /06 a 10 de setembro /11 a 15 de setembro). São afixadas etiquetas nas capas dos processos com a indicação do dia de vencimento do prazo para facilitar o controle.
- b) Despachar: São localizados os processos que precisam ser apreciados pelo magistrado após a realização da triagem. São afixadas etiquetas informando a data em que as petições foram juntadas no processo para acompanhamento do prazo máximo para a elaboração das minutas.
- c) Expedientes: São localizados os processos em que precisam ser confeccionados ofícios, mandados, cartas, cartas precatórias etc. São afixadas etiquetas nas capas dos processos com a indicação do prazo máximo para a confecção.
- d) Suspensão - Art. 40 da LEF: São localizados os processos que se encontram suspensos pelo prazo de 01 (um) ano nos termos do referido dispositivo.
- e) Arquivados – Art. 40 da LEF: São localizados os processos que se encontram arquivados nos termos do referido dispositivo.
- f) Suspensão – Parcelamento: São localizados os processos em que foram realizados parcelamentos administrativos, cujos débitos encontram-se com exigibilidade suspensa.
- g) Remessas: São localizados os processos que serão remetidos aos diversos órgãos (Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria Seccional Federal, conselhos, Caixa Econômica Federal e Defensoria Pública da União).
- h) Diversos: São localizados os processos para a realização de BACENJUD, RENAJUD ou INFOJUD, processos que aguardam realização de leilão e processos que se encontram suspensos aguardando julgamento em instâncias superiores.
- i) No PJE os processos estão organizados em caixas dentro das tarefas: conhecimento de secretaria, onde são mantidos os processos que estão aguardando realização de constrições mediante sistemas eletrônicos (ex. BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD).
- j) Na tarefa "dar ciência às partes" constam as pastas para elaboração de expedientes (mandados, precatórias, ofícios, etc), bem como pastas criadas para conferência dos expedientes pela direção e pelo Juiz, que, após a conferência, localizam na pasta de expedientes assinados.
- k) Dentro da tarefa minutar foi criada pasta para elaboração de minutas de despachos e decisões pela secretaria;
- l) Na tarefa "controlar devolução de expediente" são monitorados os prazos para devolução dos expedientes que são remetidos (ofício, cartas e mandados), através dos mecanismos do próprio sistema PJE.
- m) Na tarefa "controlar prazos" os expedientes são controlados automaticamente pelos mecanismos do próprio sistema PJE.
- n) Na tarefa "controle de Sobrestamento" os processos que estão suspensos ficam divididos por tipo: parcelamento, art. 40 da Lei 6.830/1980 e aguardando

juízo. Dentro de cada caixa, há subcaixas para cada ano e mês de vencimento do prazo de suspensão, para fins de melhor controle da Secretaria.

#### Setor Criminal:

No setor criminal, todas as tarefas são realizadas pelos dois servidores que compõem o setor, tais como atendimento ao público, confecção de expedientes, despachos e decisões e acompanhamento específico das execuções penais, já que a 37ª vara possui atribuição específica para tanto.

No que concerne à supervisão, existe atribuição específica no tocante à elaboração de decisões mais complexas, sendo encaminhadas ao gabinete basicamente as sentenças definitivas para fins de condenação ou absolvição. Ademais, cabe à supervisão a fiscalização e organização do setor para que as atividades sejam cumpridas dentro dos prazos das metas estipuladas para o funcionamento eficiente da vara. A organização das prateleiras é da seguinte maneira:

- a) Prateleira de processos para minutar despachos/decisões/sentenças: pela Secretaria, com prazos assinalados nas etiquetas correspondentes, todos contados da data da juntada da petição e conclusão;
- b) Da mesma forma que as prateleiras para minutar, existem prateleiras específicas para cumprimento de despachos/decisões/sentenças, seja através de expedição de precatórias, mandados, ofícios, com datas contadas a partir do recebimento dos processos com a assinatura do juiz;
- c) Compõem a organização do setor, ainda, prateleiras reservadas para audiências, bem como prateleiras reservadas para processos suspensos com base no art. 366 do CPP e parcelamento do crédito tributário, além de processos com mandados de prisão expedidos pendentes de cumprimento;
- d) Prateleira com processos suspensos com base no art. 89 da Lei 9.099/95;
- e) Existem também prateleiras para remessas: vistas ao Ministério Público Federal e DPU;
- f) Armário destinado aos processos que tramitam em segredo de justiça;
- g) Quanto aos prazos gerais para resposta aos expedientes, cumprimentos de mandados e ofícios, os processos são organizados em prateleiras com data específica e mês específico para acompanhamento pela supervisão do setor, com contagem de 5 em 5 dias: prazo de 01/05 do mês, prazo de 06/10 do mês, prazo de 11/15 do mês; (assim sucessivamente até completar os 30 dias)
- h) As execuções penais referentes ao cumprimento de penas restritivas de direitos também possuem prateleiras específicas e o acompanhamento do cumprimento das penas pelos condenados é feito mediante certidões periódicas atualizadas em torno de 02 em 02 meses, com quantitativo de horas de serviços prestados e quantitativo das parcelas de prestação pecuniária adimplidas, bem como das multas.
- i) Existem na rede tabelas de acompanhamento dos mandados de prisão expedidos pelo juízo e quantidade de réus presos, bem como tabelas das audiências de custódia realizadas com seu respectivo resultado, sendo alimentados os dados da audiência de custódia no SISTAC;
- j) Tabela para acompanhamento do cumprimento das obrigações nas execuções penais por parte dos apenados;
- k) No PJE os processos estão organizados em caixas dentro da raiz "conhecimento de secretaria", onde foi criada uma pasta para os processos com comparecimento

mensal em juízo, em virtude da aplicação de medidas cautelares. Há uma pasta para os processos que tratam da destinação de recursos oriundos das prestações pecuniárias das execuções penais, bem como uma pasta com as precatórias que se encontram no aguardo da realização de audiências por videoconferência.

- l) Na raiz "dar ciência às partes" constam as pastas para elaboração de expedientes pelo setor (mandados, precatórias, ofícios etc.), bem como pastas criadas para conferência dos expedientes pela direção e pelo juiz, que, após a conferência, localizam na pasta de expedientes assinados.
- m) Dentro da raiz minutar foi criada pasta para elaboração de despachos e decisões pela secretaria;
- n) Na pasta "controlar prazos" existe subpasta do setor criminal com processos aguardando execução de pena, execução penal através de carta precatória, mandados de prisão, registrar comprovação de cumprimento e suspensão condicional.

Quanto aos processos com prioridade, são colocadas etiquetas para destaque, especificando as prioridades, como as metas do CNJ, bem como as situações especiais relativas aos feitos (ex.: leilão, grandes devedores, segredo de justiça, réu preso, audiência, entre outros), os quais são analisados e despachados prioritariamente de acordo com a urgência.

O controle do acervo é realizado mensalmente pela direção quando da extração de relatórios por meio dos sistemas Tebas e PJE. Com o auxílio desses relatórios, é alimentada mensalmente uma planilha no excel que mostra a evolução dos dados estatísticos da vara desde abril de 2015. Esses relatórios são repassados para todos os servidores, a fim de que tenham conhecimento da evolução do trâmite dos processos da vara.

#### **6.37.3.2. Gabinete do juiz federal**

São 04 assessores (Natália, Ana Célia, Patrícia e Felipe).

Na assessoria, a distribuição é feita por dígito. No entanto, foi verificado que não há um equilíbrio na distribuição dos processos entre os assessores, razão pela qual, em breve, o magistrado realizará reunião para modificar e reorganizar a distribuição dos processos conclusos no gabinete. Entretanto, de uma forma geral, os processos são organizados e analisados de acordo com a ordem cronológica de conclusão.

Ademais, quando se trata de processo com prioridade, os servidores da secretaria, ao concluir os autos, informam à assessoria, que analisa a demanda de forma prioritária.

Processos com pedido liminar, com réu preso ou de meta do CNJ, são, via de regra, analisados prioritariamente.

#### **6.37.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 37ª vara federal**

O juiz federal Temistocles Araújo Azevedo costuma fazer reuniões com os servidores para fortalecer as rotinas e os prazos estabelecidos para a secretaria e assessoria, visando à tramitação ordenada dos feitos.

#### **6.37.5. Planejamento das atividades da 37ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento da vara é focado em evitar as paralisações irregulares ou demoras injustificadas na tramitação dos processos. Foram estabelecidas metas para impulso/decisão/julgamento dos processos conclusos, com a fixação de prazos para as movimentações processuais, da seguinte forma:

**Execução fiscal:**

Juntada: 03 dias (urgência imediatamente);

Cumprimento (ofício/mandados/cartas/editais): 05 dias úteis;

Expedição de RPV e precatório: 05 dias úteis;

Minuta de despacho: 05 dias;

Minuta de decisão: 10 dias;

Minuta de sentença: 10 dias;

Controle de prazos de carta precatória: 30 (ou 60 ou 90) dias/30 dias/30 dias (federal) e 60 dias/30 dias (estadual);

Controle de retorno de ARs: 30 dias (não retornando no prazo, fazer mandado);

Publicação: diariamente;

Juntada certidão de publicação: 02 dias;

Envio de documentos pelo malote digital: 01 dia após a assinatura;

Realização de diligências (Bacenjud/Renajud/Infojud/Infoseg/Serpro): 05 dias (urgência 01 dia); e

Conclusão para assessoria: máximo de 02 dias após a juntada. Sempre que possível, no momento da realização da juntada.

**Setor cível:**

Juntada: 02 dias (urgência imediatamente);

Cumprimento (ofício/mandados/cartas/editais): 05 dias úteis;

Expedição de RPV e precatório: 05 dias úteis;

Minuta de despacho: 05 dias;

Minuta de decisão: 10 dias;

Minuta de sentença (extintiva ou homologatória): 10 dias;

Análise de petição inicial: 02 dias;

Controle de prazos de carta precatória: 30 dias/ 30 dias/ 30 dias (federal) e 60 dias/30 dias (estadual);

Publicação: diariamente;

Juntada certidão de publicação: 02 dias;

Envio de documentos pelo malote digital: 01 dia após a assinatura;

Realização de diligências (Bacenjud/Renajud/Infojud/Infoseg/Serpro): 05 dias (urgência: 01 dia);

Conclusão para assessoria: máximo de 02 dias após a juntada. Sempre que possível, no momento da realização da juntada.

**Setor criminal:**

Juntada: 02 dias (urgência imediatamente);

Cumprimento (ofício/mandados/cartas/editais): 05 dias úteis;

Expedição de RPV e precatório: 05 dias úteis;

Minuta de despacho: 05 dias;

Minuta de decisão: 10 dias;

Minuta de sentenças extintivas ou homologatórias: 05 dias;

Controle de prazos de carta precatória: 30 dias (federal) e 60 dias/30 dias (estadual);

Publicação: diariamente;

Juntada de certidão de publicação: 02 dias;

Envio de documentos pelo malote digital: 01 dia após a assinatura;

Controle de retorno de ARs e mandados: 30 dias (não retornando no prazo, fazer a cobrança devida); e

Envio de documentos pelo malote digital: 01 dia após a assinatura.

O relatório de controle de prisões também é alimentado no sistema informatizado, conforme Resolução do CNJ nº 66/2009, com redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009.

Assessoria:

Despacho e decisão: 05 dias úteis; e

Sentença: 10 dias úteis.

A avaliação do resultado das atividades da vara é realizada mensalmente, por meio da extração de relatórios dos sistemas Tebas e PJe. Ademais, é constantemente verificado se todos os setores estão cumprindo os prazos e metas estabelecidos pelo juiz.

Na inspeção ordinária, também é feita uma avaliação minuciosa pelo magistrado quanto aos resultados e prazos para movimentação dos processos.

**6.37.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 37ª vara federal e no**

### **gabinete do juiz federal**

Os advogados e as partes, em geral, são atendidos no balcão da secretaria pelos servidores responsáveis pelo respectivo setor, em sistema de rodízios. Caso o processo seja relacionado a algum outro setor, que não o seu, o servidor do respectivo setor será chamado para prestar um atendimento mais específico.

Quanto aos órgãos públicos, estes fazem carga dos processos em dias preestabelecidos da seguinte maneira:

- a) Ministério Público Federal: terças-feiras e quintas-feiras, semanalmente;
- b) Procuradoria Regional da União: segundas-feiras, quinzenalmente;
- c) Procuradoria da Fazenda Nacional: segundas-feiras, semanalmente;
- d) Procuradoria Seccional da Fazenda: sextas-feiras, semanalmente;
- e) Conselho Regional de Farmácia: quintas-feiras, quinzenalmente; e
- f) Defensoria Pública da União: sextas-feiras, semanalmente.

A devolução de processos é realizada indiscriminadamente a qualquer dia da semana, competindo ao servidor do setor responsável realizar o recebimento e a conferência com as guias correspondentes.

A cobrança dos processos que estão com prazo vencido e sem devolução é realizada pela direção da vara.

O atendimento pelo gabinete é realizado, inicialmente, pela assessoria. Todavia, se a parte/advogado desejar despachar com o juiz, não há qualquer óbice.

No balcão da secretaria foi colocada uma caixinha de sugestões, como ferramenta utilizada para colher ideias, sugestões e críticas do jurisdicionado, advogados, Ministério Público e Defensorias, cujo principal intuito é a melhoria dos serviços prestados.

### **6.37.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em 14/11/2017, o número de processos em tramitação na vara era 847 (317 físicos e 530 eletrônicos).

Considerando o número total de processos em tramitação e a quantidade de servidores em atividade na unidade (14), a relação entre tal número de processos e de servidores é de 60,5.

Em outubro/2017, havia 46 feitos conclusos para sentença (28 físicos e 18 eletrônicos). Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Em 21/11/2017, eram 831 os processos sobrestados/suspensos:

- Parcelamento: 321;
- Art. 40 da 6.830/1980: 195;
- Art. 366 do CPP: 03;
- Aguarda decisão de tribunal superior: 00;

Sobrestado: 31;  
Sobrestado aguardando decisão do agravo TRF: 02;  
Sobrestado aguardando julgamento dos embargos: 30;  
Suspensão Lei 9099 (penal): 04.  
Total (físico): 587

Art. 40 da 6.830/1980: 98;  
Parcelamento: 77;  
Sobrestado aguardando julgamento: 07;  
Suspensão art. 921, §§ 1º e 2º, CPC: 60;  
Suspensão FGTS: 02.  
Total (PJE): 244

Não houve o registro de extravio ou restauração de autos nos 24 meses anteriores ao início da correição. Também não se verificou a existência de processos com pendência junto a outros setores da administração/órgãos e com advogados.

Não foi realizada inspeção judicial nos últimos 24 meses.

De 14/11/2015 a 14/11/2017, foram realizadas 155 audiências.

A partir de 15 de fevereiro de 2015, foi registrada a realização de 38 audiências de conciliação.

Nos últimos 24 meses, foram adiadas 05 audiências e canceladas outras 05.

As audiências foram canceladas/adiadas por determinação do juízo deprecante, por impossibilidade de comparecimento de testemunha e de impossibilidade de comparecimento do apenado. Quando necessário, foram remar cadas as referidas audiências.

#### **6.37.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Distribuídos de janeiro/2017 a novembro/2017: 249 processos.

Julgados de janeiro/2017 a novembro/2017: 232 processos.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A vara informou haver cumprido a meta em epígrafe.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Até 14/11/2017, foram colhidos os seguintes dados:

249 processos distribuídos na fase de conhecimento;

03 processos encerrados após audiência de conciliação (fase processual);

01 processo com conciliação parcial.

Total: 04

Percentual alcançado: 1,60%.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

A vara informou haver atingido o cumprimento da meta 4.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

	DISTRIBUÍDOS	BAIXADOS
Tebas	01	11
PJe	111	68
<b>TOTAL (Tebas + PJe)</b>	<b>112</b>	<b>79</b>

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

A vara informou haver atingido o cumprimento da meta 6.

**Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Novos processos criminais: 41;  
Processos criminais baixados: 51.

Ações penais distribuídas: 09;  
Ações penais julgadas: 13.

Meta cumprida.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Meta cumprida.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 37ª vara federal vem cumprindo tais exigências.

### 6.37.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 48 processos físicos (quando da correição tinham 317 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 60 processos (quando da correição tinham 530 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

#### 6.37.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.37.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E DE COBRANÇA DE RESPOSTA A OFÍCIOS EXPEDIDOS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Penal	0000682162011405830	Demora- mais de 60 dias.
	2	

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE RECEBIMENTO DO PROCESSO NA VARA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	0001290192008405830	
	2	

<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000060782004405830	
	2	
Execução Penal	0002018212012405830	
	2	
Execução Fiscal	0001121322008405830	
	2	
Execução Fiscal	0003552782004405830	
	2	
Execução Fiscal	0000071052007405830	
	2	
Criminal	0001244202014405830	
	2	
Embargos à Execução	0000846732014405830	
	2	
Execução Fiscal	0000070732014405830	
	2	
Execução Fiscal	0000793442004405830	
	2	
Execução Penal	0000139082014405830	
	2	
Execução Fiscal	0000021812004405830	
	2	
Execução Fiscal	0001142472004405830	
	2	
Execução Fiscal	0001761642010405830	
	2	
Execução Fiscal	0001740882010405830	
	2	
Execução Fiscal	0001541032009405830	
	2	
Execução Fiscal	0002010052016405830	

	2	
Execução Penal	0000043322010405830	
	2	
Criminal	0001220212016405830	
	2	
Especial Criminal	0001375582015405830	
	2	
Criminal	0000835732016405830	
	2	
Desapropriação	0017113492002405830	
	0	
Desapropriação	0001303522007405830	
	2	
Improbidade	0018689332009405830	
Administrativa	0	
Execução Fiscal	0005122461997405830	
	2	
Execução Penal	0001666242016405830	
	2	
Criminal	0001953842016405830	
	2	
Execução Fiscal	0001478022014405830	
	2	
Execução Fiscal	0000470972008405830	
	2	
Execução Fiscal	0000152562004405830	
	2	
Execução Fiscal	0000991032012405830	
	2	
Execução Fiscal	0001864662013405830	
	2	
Carta Precatória	0000027682016405830	
Criminal	2	
Criminal	0001678382016405830	
	2	
Execução Penal	0000730962016405830	
	2	
Embargos à Execução	0001072442015405830	
	2	
Execução Fiscal	0003760622004405830	
	2	
Criminal	0001826492016405830	
	2	
Criminal	0000477112016405830	
	2	
Execução Fiscal	0001231702004405830	
	2	
Execução Fiscal	0001200302016405830	
	2	

<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	0001376142013405830	Ausência de movimentação no período de 17/03 a 16/05 (fls. 642 e 646).
	2	

<b>Outras Observações:</b>

Processo: 00000200483020000229 Classe: Execução Fiscal - Remetido à 37a. vara em 25/04/14.

Apenso ao proc. n. 0000021-82.2004.4.05.8302.

Processo: 00000218120044058302 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído para a 37a. Vara em 25/04/14.

Processo: 00000276820164058302 Classe: Carta Precatória Criminal - intimação.

Processo: 00000707320144058302 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído para a 37a. Vara em 24/04/14.

Apenso ao proc. n. 00008476-73.2014.4.05.8302.

Processo: 00000710520074058302 Classe: Execução Fiscal - Processo permaneceu arquivado em razão do parcelamento até 10/11/2017.

Processo: 00001390820144058302 Classe: Execução Penal - Redistribuído para a 37a. Vara em 24/04/14.

Sentença proferida em 15/08/17 (concessão de indulto - extinção da punibilidade) reformada em juízo de retratação, ocorrido em 21/11/17, após interposição de agravo em execução penal.

Processo: 00001525620044058302 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 01/06/2004 para 16ª Vara. Redistribuído para 37ª Vara em 26/04/2014.

Processo: 00004771120164058302 Classe: Criminal - Sentença de rejeição liminar da denúncia (08/06/2015) anulada em RSE.

Processo: 00006821620114058302 Classe: Execução Penal - pagamento de prestação pecuniária e prestação de serviços.

Demora na cobrança de cumprimento de ofício (receb. em 28/11/16, cobrança em 15/03/17). Suspensão por um ano.

Processo: 00007309620164058302 Classe: Execução Penal - interdição de direitos e prestação de serviços. Indulto natalino negado.

Processo: 00007934420044058302 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído para a 37a. Vara em 25/04/14.

Processo: 00008467320144058302 Classe: Embargos à Execução - Sentença proferida em 03/09/14 anulada pelo TRF5.

Processo: 00009910320124058302 Classe: Execução Fiscal - Redistribuída em 26/04/2014.

Processo: 00011424720044058302 Classe: Execução Fiscal - Distribuído na Justiça Federal em 29/06/04.

Processo: 00012003020164058302 Classe: Execução Fiscal - suspensão até 24/11/17. Acompanhando o 00012317020044058302.

Processo: 00012317020044058302 Classe: Execução Fiscal - redistribuição por remanejamento em 25/04/14.

Processo: 00012433520144058302 Classe: Inquérito - Processo baixado.

Processo: 00012442020144058302 Classe: Criminal - Acórdão transitado em julgado. Execução Penal que tramita nos autos do Processo 0001244-20.2014.4.05.8302, com vistas à unificação de penas.

Processo: 00012901920084058302 Classe: Improbidade Administrativa - redistribuição por remanejamento em 12/12/14

Trânsito em julgado em 23/02/17 do STJ -

Ausência de termo de recebimento fls 595/596 (envio 01/março/17, conclusão em 02/05/17).

Processo: 00013035220074058302 Classe: Desapropriação - Redistribuído em 20.11.2015.

Processo: 00013755820154058302 Classe: Especial Criminal - Comunicação de Prisão em Flagrante.

Processo: 00013761420134058302 Classe: Criminal - Redistribuído para a 37a. Vara em 25/04/14. Réu preso.

Processo: 00014780220144058302 Classe: Execução Fiscal - Processo extinto com resolução do mérito.

Processo: 00016783820164058302 Classe: Criminal - a partir de julho de 2007.

Processo: 00018264920164058302 Classe: Criminal - Redistribuído para a Justiça Federal em 20/09/2016.

Processo : 00019538420164058302 Classe: Criminal - Art.171, §3º c/c 14, II, bem como art. 304, caput, CP.

Processo: 00035527820044058302 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído para a Justiça Federal em 21/07/2004.

Processo : 00037606220044058302 Classe: Execução Fiscal - redistribuição p/remanejamento em 22/07/2014.

Sentença em 25/09/12. Parcelamento/suspensão.

Processo: 00051224619974058302 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em 25.04.2014.

Processo: 00171134920024058300 Classe: Desapropriação - Redistribuído em 25.04.2014.

Processo: 00186893320094058300 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 26.09.2016.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
--------------------	-----------------	---------	---------------	------------	--------------	---------------

Demora na conclusão						
0800703-80.2016.4.05.8302	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Demora na devolução de mandado						
0801970-53.2017.4.05.8302	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Citação	Baixa Definitiva	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	NUTRIR PRODUTOS LACTEOS LTDA. - 05.624.289/0002-14	SIM
Lapso sem movimentação do processo na Secretaria						
0801051-98.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 04.898.488/0001-77	SEVERINO ANTONIO DE SOUZA - 091.286.034-00	SIM
- Processo em Ordem.						
0800013-17.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ANTONIO SILVESTRE FAUSTINO - 447.219.274-87	SIM
0800027-35.2016.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE e outro -	JOSE VALDEMAR MONTEIRO e outros -	SIM
0800050-44.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MENDONCA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME - 12.309.403/0001-04	SIM
0800080-79.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	L M DA SILVA E CIA RESTAURANTE LTDA - ME - 16.821.483/0001-25	SIM
0800080-84.2014.4.05.8302	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Mútuo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	ELAINE MARIA DA SILVA CAVALCANTI - 036.843.814-70	SIM
0800108-81.2016.4.05.8302	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0800138-19.2016.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	JADIEL CORDEIRO BRAGA e outros - 018.806.674-87	SIM
0800213-24.2017.4.05.8302	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	S. V. D. S. e outros - 095.364.654-85	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800351-88.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MOACYR RIBEIRO DE LIRA NETO - DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS - EPP e outros - 07.093.036/0001-06	SIM
0800395-10.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IVANILDO PAULO DA SILVA - 065.166.104-87	SIM
0800400-32.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ASSOCIACAO DE P E ASSISTENCIA A M E A I DE VERTENTES - 11.926.300/0001-12	SIM
0800426-64.2016.4.05.8302	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE CUMARU e outros - 11.097.391/0001-20	SIM
0800431-52.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	JANAINA MARTINS PEREIRA - ME - 15.289.604/0001-77	SIM
0800455-85.2014.4.05.8302	PROCEDIMENTO COMUM	Seguro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JAQUELINE MARIA DA SILVA e outro - 057.685.964-88	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM

0800483-82.2016.4.05.8302	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Prestação de Contas	Expedição de documento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE BEZERRAS/PE - 10.091.510/0001-75	SIM
0800556-54.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MARINALDO J DA SILVA - ME - 04.695.079/0001-73	SIM
0800566-35.2015.4.05.8302	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Patrimônio Histórico / Tombamento	Juntada de Certidão de Intimação	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES e outros - 04.892.707/0001-00	MUNICIPIO DE GRAVATA e outro - 11.049.830/0001-20	SIM
0800580-53.2014.4.05.8302	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	VALESKA BARBOSA DE LUCENA LEAL - 030.280.474-97	SIM
0800586-55.2017.4.05.8302	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE CARLOS SILVA JUNIOR - 053.190.754-64	SIM
0800606-46.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE FEITOZA DA SILVA - 037.138.144-49	SIM
0800649-80.2017.4.05.8302	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANOEL NETO CINTRA DE MELO e outro - 100.477.194-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM
0800691-66.2016.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	KLYNGER PEREIRA DANTAS e outros - 425.693.544-49	SIM
0800695-69.2017.4.05.8302	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA JOSE DE OMENA - 020.545.184-50	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0800702-61.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	ASSOC DE COOPERACAO AGRICOLA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - 00.713.247/0001-55	SIM
0800732-67.2015.4.05.8302	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Inquérito / Recurso Administrativo	Processo / T Juntada de Petição	TENORIO DE BRITO - ME - 04.070.804/0002-07	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800763-19.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIVANIA DO NASCIMENTO DA SILVA e outros - 105.635.714-20	SIM
0800769-60.2016.4.05.8302	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Expedição de expediente	MARIA DAS GRACAS MENDES DA SILVA - 239.215.364-72	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800894-91.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GERMANDO MANOEL DE SOUZA - 317.786.404-78	SIM
0800957-19.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	JOSE GEOVANE BEZERRA - 085.015.304-25	SIM
0801038-02.2016.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 02.313.673/0001-27	CHAMA AZUL LTDA - ME - 04.023.023/0001-72	SIM
0801040-69.2016.4.05.8302	TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE	Fornecimento de Medicamentos	Conclusos para despacho	SEVERINO ANTONIO RODRIGUES e outro - 334.024.934-20	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
	EMBARGOS À	Efeito Suspensivo /	Inspeção da	ANTONIO MIGUEL DE	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA	

0801060-26.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Impugnação / Embargos à Execução	Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANDRADE JUNIOR - 279.454.994-49	VETERINARIA DE PERNAMBUCO CRMV-PE - 09.791.450/0001-14	SIM
0801381-61.2017.4.05.8302	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Moeda Falsa / Assimilados	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSE LEOBINO DA SILVA e outro - 097.768.084-33	SIM
0801422-28.2017.4.05.8302	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Uso de documento falso	Juntada de Certidão	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	JOSEMARIA LOURENCO DA SILVA - 093.432.934-61	SIM
0801479-46.2017.4.05.8302 - (Segredo)	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	AUDALIO LEANDRO LIRA - 900.907.808-68	SIM
0801550-48.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO DA PENA	Interdição Temporária de Direitos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801623-20.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	STA CRUZ DO CAPIBARIBE PREFEITURA - 10.091.569/0001-63	ANTONIO FIGUEIROA DE SIQUEIRA - 363.437.224-91	SIM
0801676-98.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SAO FELIX - PREFEITURA - 10.766.129/0001-69	PLANALTO PAJEU EMPREENDIMENTOS LTDA e outros - 10.565.011/0001-72	SIM
0801703-81.2017.4.05.8302	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Expropriação de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MUNICÍPIO DE CUMARU - 11.097.391/0001-20	SIM
0801771-31.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOAQUIM NETO DE ANDRADE SILVA - 389.272.094-00	SIM
0801868-31.2017.4.05.8302	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Estelionato	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	Sem autoria - null	SIM
0801893-44.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCOS ANTONIO DA SILVA - 062.873.954-00	SIM
0801934-11.2017.4.05.8302 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE BEZERROS/PE e outro - 10.091.510/0001-75	ELIZABETE MARIA SILVA DE LIMA - 386.406.004-49	SIM
0801964-46.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SILVANDRO ALVES MACHADO - 007.463.784-32	SIM
0801982-67.2017.4.05.8302	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Moeda Falsa / Assimilados e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	DIOGO FERREIRA DA SILVA - 090.373.324-20	SIM
0802018-12.2017.4.05.8302	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Uso de documento falso	Juntada de Certidão	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	MARIA ELBA FERREIRA SATURNO e outro - 066.115.854-35	SIM
0802028-56.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE BEZERROS e outros -	ELIZABETE MARIA SILVA DE LIMA - 386.406.004-49	SIM
0802052-84.2017.4.05.8302	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Não Cumulatividade	Conclusos para despacho	SIND DO COM VAREJ DE DERIVADOS DE PETROLEO NO EST DE PE - 11.008.703/0001-82	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU e outro -	SIM
0802103-95.2017.4.05.8302	PROCEDIMENTO COMUM	Fornecimento de Medicamentos	Conclusos para decisão	IOLANDA JARDIM SANTOS - 034.242.474-21	MUNICÍPIO DE BELO JARDIM e outros - 10.260.222/0001-05	SIM
0802144-62.2017.4.05.8302	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALEXCINA DA SILVA BARBOSA e outros - 024.928.134-10	SIM
0802179-22.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VALMI LUCENA - 521.273.974-87	SIM
0802183-59.2017.4.05.8302	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RENE RAMOS DA SILVA e outro - 111.271.684-01	SIM

0802201-80.2017.4.05.8302	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	S N DE FRANCA MERCADO EPP - EPP - 10.535.065/0001-95	SIM
0805977-94.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0807968-08.2017.4.05.8300	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsificação de documento público e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DANILO GONCALVES ROSA e outro - 371.855.308-22	SIM
0815795-70.2017.4.05.8300	AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	Moeda Falsa / Assimilados e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outro - 00.000.000/0002-91	ADRIANA MARIA LIMA DO NASCIMENTO e outros - 287.084.138-86	SIM
0816609-82.2017.4.05.8300	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OROBO PREFEITURA - 10.294.254/0001-13	ESPÓLIO DE MANOEL JOÃO DOS SANTOS FILHO - null	SIM

### 6.37.10. Correição anterior e autoinspeção

No último relatório de correição, não houve nenhuma determinação para ser atendida pela 37ª vara federal/PE.

Após a última autoinspeção, foram estabelecidas e aperfeiçoadas algumas rotinas de trabalho para maior controle, organização e celeridade dos processos. Tais metas estão sendo cumpridas, dentro do possível, pelos servidores.

### 6.37.11. Considerações finais

A 37ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Durante os trabalhos da correição, verificou-se que os feitos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza grave que inviabilize a prestação jurisdicional.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar, com segurança, que a 36ª vara federal funciona de modo eficiente.

## 6.38. 38ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERRA TALHADA/PE

### 6.38.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente

A 38ª vara federal de Pernambuco foi criada pela Lei nº 12.011/2009 e instalada pela Resolução nº 19/2014 - TRF5 c/c o Ato nº 726/2014 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 38ª vara federal detém competência plena para processar e julgar as causas previstas no art. 109 da CF/1988, inclusive para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis até o valor de 60 salários mínimos e os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo concernentes aos JEFs Criminais instituídos pela Lei nº 10.259/2001, como também processar e julgar execuções penais. A unidade funciona no prédio-sede da subseção, localizado na Rua Vereador Silvino Cordeiro, s/n, AABB, Serra Talhada/PE.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores,

estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### 6.38.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores

A 38ª vara federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 17 servidores efetivos, sendo 04 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte.

#### 6.38.2.1. Juiz federal titular

O juiz federal titular da vara, Felipe Mota Pimentel de Oliveira, exerce a magistratura desde 15/04/2014, estando em atuação na 38ª vara federal há mais de dois anos.

Atuou na 2ª turma recursal dos juizados especiais federais da SJPE de 26/09 a 31/10/2017, exercendo a direção do foro da Subseção desde outubro/2017.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos períodos e motivos abaixo discriminados:

Férias: 01/10/2015 a 07/10/2015, 27/05/2016 a 25/06/2016, 02/12/2016 a 16/12/2016 e 15/09/2017 a 25/09/2017;

Licenças: para tratamento de saúde de 25/11/2015 a 27/11/2015;

Outros: trânsito de 21/10/2015 a 04/11/2015;

O juiz federal titular reside na região metropolitana onde se situa a vara.

#### 6.38.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 38ª vara federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
CARLOS HENRIQUE RAMOS GADELHA	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 05	3º Grau completo	Bacharel em Direito
RICARDO MOREIRA AGUIAR	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 05	3º Grau completo	Bacharel em Direito
ADOLHO BRUNO LIMA DE OLIVEIRA RAMOS	Analista Judiciário – Área Judiciária	FC - 04	3º Grau completo	Bacharel em Direito
WILKERSYA ANDRADE DE SOUZA	Analista Judiciário – Área Judiciária	Não se aplica	3º Grau completo	Bacharel em Direito
ANDRÉ BATISTA DE ALMEIDA	Analista Judiciário – Área	FC - 04	3º Grau completo	Administração de Empresas

	Administrativa			
ANA NERI SANTOS TORRES	Técnico Judiciário	FC - 04	3º Grau completo	Bacharel em Direito
ELLAYNE CRISTINA BRANDÃO MARQUES	Técnico Judiciário	FC - 05	3º Grau completo	Bacharel em Direito
ANTONIO WESLEY DE SOUSA BATISTA	Técnico Judiciário	FC - 05	3º Grau completo	Letras
THIAGO DE LAVOR PAES BARRETO	Técnico Judiciário	FC - 04	Mestre	Farmácia
LUIS ARAÚJO TORRES	Técnico Judiciário	Não se aplica	3º Grau completo	Bacharel em Direito
CRISTÓVÃO CADIZ DE LIMA	Técnico Judiciário	FC - 02	3º Grau completo	Licenciatura em História
FLAVIA CLARISSA MOURA SILVA FONSECA	Técnico Judiciário	Não se aplica	3º Grau completo	Psicologia
ANDREZZA EMERECIANO CAMARA	Técnico Judiciário	FC - 04	3º Grau completo	Relações Públicas
KÉROLLY FERREIRA DA SILVA NOGUEIRA	Técnico em Segurança e Transporte.	FC - 04	3º Grau completo	Bacharel em Direito
CARLOS EDUARDO ALVES ROSA	Técnico em Segurança e Transporte.	Não se aplica	2º Grau completo	
LUCAS LIMA COSTA MIRANDA	Analista Judiciário –Área Judiciária – especialidade execução de mandados	Não se aplica	Superior	Bacharel em Direito
DANIEL FELIPE CAVALCANTI GALINDO DE SOUZA	Analista Judiciário –Área Judiciária – especialidade execução de mandados	Não se aplica	Superior	Bacharel em Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 38ª vara federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 09 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior e/ou pós-graduação, embora um dos requisitos para investidura, neste cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

Não há servidores efetivos da vara cedidos a outro órgão. Também inexistem funções comissionadas vagas.

São 02 os servidores requisitados em atuação na 38ª vara/PE:

1– Felipe César de Almeida Lyra Valença: diretor de secretaria – vínculo com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, 3º grau completo - bacharel em direito.

2 – Clécia Cleany Ferraz de Brito: supervisora da seção de apoio administrativo – vínculo com a Prefeitura Municipal de Serra Talhada/PE, 3º grau completo – licenciatura em

História.

Inexistem servidores sem vínculo com o serviço público em exercício na unidade jurisdicional em referência, assim como também não há serventuários prestando auxílio à vara.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia duas servidoras afastadas de suas atividades laborais:

Andrezza Emereciano Camara: licença-maternidade, período 05/10/2017 a 02/04/2018;

Flavia Clarissa Moura Silva Fonseca: licença médica, período 07/11/2017 a 21/11/2017.

### **6.38.2.3. Estagiários**

Há 04 vagas de estágio previstas para unidade, estando 03 delas ocupadas.

A vara adota um sistema de rodízio entre os estagiários, onde os mesmos atuam na secretaria e no gabinete do magistrado

### **6.38.3. Organização da 38ª vara federal**

Dentre os servidores da 38ª vara federal de Pernambuco, 14 exercem suas atribuições na secretaria e 03 no gabinete.

#### **6.38.3.1. Secretaria**

**DIREÇÃO DA SECRETARIA: FELIPE CÉSAR DE ALMEIDA LYRA VALENÇA.**

Funciona dentro da secretaria da vara, com visualização dos processos físicos e da equipe (exceto do juizado). O diretor de secretaria atende partes e advogados; monitora a publicação dos atos processuais, inclusive administrativos; auxilia os servidores nas dúvidas que surgem no decorrer dos trabalhos; eventualmente analisa processos mais complexos; monitora as remessas de processos, com controle dos prazos; monitora o andamento dos feitos, visando a aferir o cumprimento das metas estabelecidas pelo magistrado; colhe dados estatísticos para o magistrado, visando ao planejamento estratégico da vara; lança modelos de despachos, decisões e minutas de sentenças repetitivas nos sistemas TEBAS e PJE; confere as RPV's e precatórios do TEBAS e PJE; confere as RPV's e precatórios no CRETA; comunica-se, na maioria das vezes, por e-mail institucional, com setores da secretaria administrativa da Seção de Pernambuco, buscando a resolução de pendências ou problemas administrativos da vara.

**JUIZADO ESPECIAL FEDERAL: ANTONIO WESLEY DE SOUSA BATISTA, ANDREZZA EMERECIANO CÂMARA, CLÉCIA CLEANY FERRAZ DE BRITO e CRISTÓVÃO CADIZ DE LIMA.**

Composto por 04 quatro servidores (03 técnicos judiciários e 01 servidora municipal requisitada) e 01 estagiária do curso de bacharelado em direito. A servidora requisitada exerce, prioritariamente, a função de contadora e todos exercem as funções de atender o público, analisar processos, minutar despachos, decisões de menor complexidade e sentenças repetitivas, confeccionar expedientes e auxiliar o juiz nas audiências. Não há uma divisão estanque de tarefas, apenas organização das atribuições de acordo com a demanda.

**SETOR CRIMINAL: KÉROLLY FERREIRA DA SILVA NOGUEIRA e ANA NERI**

SANTOS TORRES.

Composto por duas servidoras (01 técnica judiciária e 01 técnica em segurança e transporte) e 01 estagiária do curso de bacharelado em direito. Exercem as funções de atender ao público, analisar processos, minutar despachos, decisões e sentenças repetitivas, confeccionar expedientes, auxiliar o juiz em audiências, realizar cargas etc. Não há uma divisão estanque de tarefas, apenas organização das atribuições de acordo com a demanda.

SETOR CÍVEL: ELLAYNE CRISTINA BRANDÃO MARQUES, ADOLPHO BRUNO LIMA DE OLIVEIRA RAMOS, LUIS ARAÚJO TORRES e WILKERSYA ANDRADE DE SOUZA.

Composto por 04 servidores (02 técnicos judiciários e 02 analistas judiciários). Exercem as funções de atender o público, analisar processos, minutar despachos, decisões de menor complexidade e sentenças repetitivas, confeccionar expedientes, realizar cargas nos processos cíveis, auxiliar o juiz nas audiências etc. Não há uma divisão estanque de tarefas, apenas organização das atribuições de acordo com a demanda.

SETOR FISCAL: THIAGO DE LAVOR PAES BARRETO, FLAVIA CLARISSA MOURA SILVA FONSECA e CARLOS EDUARDO ALVES ROSA.

Composto por 03 servidores (sendo 02 técnicos judiciários e 01 técnico em segurança e transporte). Exercem as funções de atender o público, analisar processos, minutar despachos, decisões de menor complexidade e sentenças repetitivas, confeccionar expedientes, realizar cargas etc. Não há uma divisão estanque de tarefas, apenas organização das atribuições de acordo com a demanda.

CENTRAL DE MANDADOS: LUCAS LIMA COSTA MIRANDA e DANIEL FELIPE CAVALCANTI GALINDO DE SOUZA.

Em relação aos processos com prioridades, todos os setores são orientados diariamente a verificar a tramitação de todos os processos, não devendo ser movimentado qualquer feito antes de checados os prioritários, ficando a cargo do supervisor de cada setor o acompanhamento. A organização se dá por dígito ou por classe, a depender do setor, onde cada servidor fica responsável por um determinado dígito/classe. Houve a orientação para que fossem criadas, pelos servidores, no sistema de controle de processos eletrônicos, pastas específicas de cada setor.

#### **6.38.3.2. Gabinete do juiz federal**

No gabinete, há divisão dos processos pelo dígito final. Dentro de seus dígitos, todos os assessores são orientados pelo magistrado a analisar qualquer matéria e processo, independentemente do sistema vinculado (CRETA, TEBAS e PJe), o que corrobora para ausência de quebra de continuidade no serviço nas hipóteses de férias ou outros afastamentos legais. De regra, os processos são apreciados e decididos no prazo máximo de cinco dias após a conclusão, ressalvados os casos mais complexos. Há exclusividade apenas para os processos criminais, onde existe um servidor exclusivo designado para confeccionar as minutas.

Os processos são ordenados segundo a data da conclusão, como reza o CPC/2015, mas é priorizado o juizado especial, onde é dado um prazo de 05 (cinco) dias para a elaboração das minutas. Além disso, há observância das prioridades dos processos que tenham como parte idosos, bem como daqueles em que requeridas medidas urgentes.

O controle do acervo se dá mediante a geração de planilhas pelos sistemas Tebas, Creta e PJe. Os relatórios são gerados mensalmente.

#### **6.38.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 38ª vara federal**

O juiz federal costuma reunir a equipe a cada duas semanas. As reuniões tratam do acervo, quantidade de processos baixados e sugestões de melhoria.

#### **6.38.5. Planejamento das atividades da 38ª vara federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento fica a cargo de cada setor, sendo observadas algumas restrições pela direção. Cada servidor tem, no máximo, 48 horas para movimentar um processo, bem como não pode iniciar o expediente sem verificar os processos prioritários e a visualização dos agrupadores do sistema PJe, onde constam os processos com medidas urgentes.

A meta mensal é baixar um número maior de processos do que os distribuídos no mês, observando-se e priorizando-se, conforme o caso, as metas do CNJ.

A avaliação dos resultados se dá a partir do acompanhamento pelo diretor de secretaria das metas mensais, sendo analisada semanalmente a produtividade dos servidores.

#### **6.38.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da 38ª vara federal e nos gabinete dos juiz federal**

Com os membros do Ministério Público têm-se canais de comunicação eficientes via e-mail e telefone. Não há atuação da DPU na cidade. Os advogados e partes são atendidos com a maior presteza possível, sempre encaminhados para o servidor do setor responsável pelo processo.

O atendimento aos jurisdicionados no gabinete é direcionado ao assessor com o dígito correspondente, sendo, em caso de interesse da parte ou maior complexidade, encaminhado o caso ao magistrado. Entretanto, possivelmente em função do pouco tempo de espera entre conclusão e decisão/sentença, a procura dos jurisdicionados por atendimento é fato raro.

A unidade realiza consultas de satisfação do atendimento prestado. Existe um formulário de reclamações e sugestões à disposição de quem comparece à 38ª vara.

#### **6.38.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia em tramitação na unidade 1.331 processos (169 físicos, 279 do PJe e 883 do Creta). Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores em atividade (17), a média de processos por servidor é de 78,29.

Em outubro/2017, havia 73 processos conclusos para sentença. Inexistiam feitos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, as quantidades de processos sobrestados/suspensos eram as indicadas nas tabelas abaixo:

#### **FÍSICOS:**

<b>Sistema: Tebas</b>	
<b>Motivos</b>	<b>Processos</b>
Suspensão / Sobrestamento por Art. 921, III, NCPC	2
Suspensão / Sobrestamento por SOBRESTADO Pagamento	1
Suspensão / Sobrestamento por Aguardo de Julgamento de Recursos	1
Suspensão / Sobrestamento por Parcelamento do débito	33

Suspensão / Sobrestamento por Art. 40 - Lei 6.830/80	62
Suspensão / Sobrestamento por Suspensão condicional do processo	1
Suspensão / Sobrestamento por Aguardo de Julgamento de Embargos à Execução Fiscal	3
<b>Total Geral</b>	<b>103</b>

**PJE:**

<b>Sistema: PJE</b>	
<b>Motivo</b>	<b>Total</b>
Aguard. Julg. Da Ação Rescisória 333-64.2012.4.01.000/DF	2
Aguard. Providência do exequente	1
Aguard. Reclamação nº. 17870 no STF	3
Aguard. Trâns. Julgado do AI nº. 0806846-28.2017	1
Aguardando o julgamento do Agravo de Instrumento	1
Aguardando o trânsito em julgado dos Embargos à Execução	3
Aguardando pronunciamento acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade	1
Art. 313, V, a	1
Art. 40 da Lei nº. 6.830/80	26
Art. 921, III, do CPC	5
Continência - Ação Civil Pública	2
Determinação judicial - aguardando trâmite da ação de interdição	1
Determinação judicial - aguardando trânsito em julgado da ação penal	1
Não localização de bens penhoráveis (Art. 921, CPC)	1
Parcelamento do débito (arts. 151, VI, e 174, parágrafo único, IV, CTN, c/c art. 921, CPC)	17
Pedido da exequente (Art. 921, III)	2
Pedido do autor (Art. 921, III)	2
Aguardando julgamento da Ação Principal	1
<b>Total Geral</b>	<b>71</b>

**JEF:**

<b>Sistema: CRETA</b>	
Processo aguardando processo investigativo da Polícia Federal	01
Processo aguardando comprovação de outro requerimento administrativo posterior a 2009	01
Processos aguardando julgamento de recurso repetitivo/repercussão geral, tema 731, tipo T, aplicação da TR como índice de correção monetária dos saldo do FGTS.	303
<b>Total Geral</b>	<b>305</b>

Não se verificou extravio ou restauração de autos nos 24 meses anteriores ao início da correição.

Os processos com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (contadoria, MPF, AGU, FN) ou com advogados estão indicados abaixo:

Na contadoria do Juízo: 0800014-04.2014.4.05.8303; 0800297-90.2015.4.05.8303; 0800002-87.2014.4.05.8303; 0800235-50.2015.4.05.8303; 0000930-86.2005.4.05.8303.

Nos últimos 24 meses, a contar da data do início da correição, foram realizadas 1.424 audiências e 02 inspeções judiciais.

Foram realizadas, em igual período, 21 audiências de conciliação.

Foram adiadas ou canceladas 267 audiências nos últimos 24 meses. A grande maioria foi remarcada.

#### **6.38.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A unidade informou haver cumprido a meta 1.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Meta não cumprida.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

A unidade informou que a meta foi cumprida. Sempre que uma das partes opta pela tentativa de conciliação, a audiência é marcada, atingindo-se um percentual considerável de êxito nas conciliações.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

A unidade informou haver cumprido integralmente a meta 4.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Meta não cumprida.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não há registros de ações coletivas pendentes de julgamento distribuídas até 31/12/2013.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Total de processos distribuídos: 58.

Total de processos baixados: 25.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Processo n. 0000081-07.2011.4.05.8303 - AÇÃO PENAL. Remetidos os autos para TRF 5ª REGIÃO com PROCESSAR E JULGAR RECURSO.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o cadastro CNCIAI.

### **Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do relatório de controle de prisões**

A 38ª vara federal vem cumprindo tais exigências.

#### **6.38.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 47 processos físicos (quando da correição tinham 169 processos físicos em tramitação ajustada).

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram correicionados 30 processos (quando da correição tinham 279 processos eletrônicos em tramitação ajustada).

A correição analisou, ainda, 90 processos virtuais do JEF Adjunto (quando da correição tinham 883 processos do Sistema Creta).

#### **6.38.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.38.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE ETIQUETA DE PRESCRIÇÃO EM PROCESSO CRIMINAL:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	0000192492015405830	3
Criminal	0000127202016405830	3

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE RECEBIMENTO NA INSTÂNCIA SUPERIOR:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Ordinária	0000003862006405830	Fls. 997/998. 3
Criminal	0000037462015405830	Fls. 253/254. 3

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução de Sentença	0014642502008405830	Demora no cumprimento de despacho (desp. em inspeção em 02/06/17, conclusos em 03/08/17).
Embargos à Execução	0000315812014405830	De fl. 727 (mais de 4 meses - fl. 724). 3
Execução Fiscal	0000371802015405830	De fl. 67 (mais de 30 dias). 3

#### **DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa Ordinária	0000011822014405830 3	De 14.07.2017 a 31.10.2017.
Improbidade Administrativa Ordinária	0000003862006405830 3	Da sentença de fls. 867/881 (nov/14 a mar/15).
Improbidade Administrativa	0000368962013405830 3	Demora na prolação de decisão (conclusos em 22/02/17, reiterada a determinação de conclusão em inspeção , em 02/06/17 - último mov. ).

#### DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	0000672942010405830 5	De 06.03.2017 a 13.09.2017.
Improbidade Administrativa	0000011822014405830 3	De 13.02.2017 a 02.06.2017.

#### FEITO EM ORDEM:

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	0000922702009405830 3	
Execução Fiscal	0000312922015405830 3	
Execução Fiscal	0000100132011405830 3	
Embargos à Execução	0000017892014405830 3	
Execução Fiscal	0000707262011405830 3	
Execução Fiscal	0000461882015405830 3	
Execução Fiscal	0000465282015405830 3	
Execução Fiscal	0000440202012405830 3	
Execução Fiscal	0000093792015405830 3	
Execução Fiscal	0000455812015405830 3	
Criminal	0000032922013405830 3	
Criminal	0000129872016405830 3	
Criminal	0013182431999405830 0	
Desapropriação	0000930862005405830 3	
Execução de Sentença	0002772331993405830 0	
Execução Fiscal	0000077252015405830 4	
Execução Fiscal	0000302582009405830 3	
Execução de Sentença	0000090662011405830 3	
Execução Fiscal	0000003712015405830	

	3	
Criminal	0000213252015405830	
	3	
Execução de Sentença	0000801812005405830	
	3	
Execução de Sentença	0000263322007405830	
	3	
Embargos à Execução	0000351942012405830	
	3	

<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	0000302822014405830 3	Inexistência indevida de movimentação processual por mais de 90 dias.
Execução Fiscal	0000422282014405830 3	Ausência de cobrança na devolução da Carta Precatória.
Cautelar	0000468802015405830 3	Processo sem movimentação, desde 13.01.2017.
Ordinária	0000003862006405830 3	Demora no cumprimento do despacho de fl. 998 (mais de 3 meses - v. fl. 999).
Execução Fiscal	0000350752013405830 3	Ausência de termo de recebimento dos autos na Vara após vista à exequente (fls. 281v/282).
Execução Fiscal	0000311102015405830 3	Ausência de certidão de decurso do prazo a que se refere a decisão de fl. 23.
Execução Fiscal	0000371802015405830 3	Demora no cumprimento do ato ordinatório de fl. 82 (v. fl. 84).
Execução Fiscal	0000683952011405830 3	Fim do prazo de suspensão em 13/11/2014, tendo havido movimentação apenas em 07/06/2017.
Execução Fiscal	0000684802011405830 3	Fim do prazo de suspensão em 18/09/2017, estando os autos sem movimentação.
Execução Penal	0000369472014405830 3	Processo sem movimentação da secretaria entre 03/07/2017 e 17/11/2017.
Criminal	0000892762011405820 2	Feito sem movimentação entre 16/05/2017 e 17/11/2017.
Execução Fiscal	0000433572014405830	Ausência de

	3	movimentação (ato ordinatório de 12/06/15 fls. 41 e certidão em 06/10/15).
Execução Fiscal	0000433572014405830	Ausência de certificação /registro da intimação do exequente.
	3	

**PARALISAÇÃO IRREGULAR:**

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	0000711632011405830	Demora no ato ordinatório datado de 31/05/2017, uma vez que o prazo final da suspensão ocorreu em 03/10/2015.
	3	
Embargos à Execução	0000315812014405830	No período de 27/01/16 a jun/17 (fls. 735v/736) e desde ago/17(fl. 743).
	3	
Execução Fiscal	0000190792015405830	
	3	

**Outras Observações:**

Processo: 00000037120154058303 Classe: Execução Fiscal - Processo que se encontrava suspenso em face de parcelamento em 13/10/15 até 08/05/17.

Processo: 00000038620064058303 Classe: Ordinária - Redistribuído para a 38a. Vara em 19/11/14.

Sentença proferida em 16/05/07 anulada pelo TRF5.

Processo: 00000329220134058303 Classe: Criminal - Redistribuído em 25.11.2014.

Processo : 00000772520154058304 Classe: Execução Fiscal - Redistribuída a esta Vara em: 22/07/2015.

Processo : 00000906620114058303 Classe: Execução de Sentença - Processo que se encontrava suspenso até abril/15.

Processo : 00001907920154058303 Classe: Execução Fiscal - Inexistência indevida de movimentação processual por mais de 90 dias.

Processo: 00002132520154058303 Classe: Criminal - Processo suspenso em 26/08/15 até 02/06/16, nos termos do art. 366, CP. Prisão preventiva decretada em 21/09/16. Segunda sentença, esta de extinção da punibilidade pela prescrição em 07/11/17.

Processo: 00002633220074058303 Classe: Execução de Sentença - Recomenda-se alterar a classe da ação, e sua respectiva etiqueta, para "cumprimento de sentença".

Processo: 00003025820094058303 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído em: 19/11/2014.

Processo : 00003129220154058303 Classe: Execução Fiscal - Processo suspenso em 11/12/15 a 21/07/17.

Processo: 00003158120144058303 Classe: Embargos à Execução - Redistribuído para a 38a. Vara em 19/11/14.

Processo : 00003507520134058303 Classe: Execução Fiscal - Redistribuído para a 38a Vara em 19/11/14.

Processo: 00003689620134058303 Classe: Improbidade Administrativa - redist. p 38ª em 02/02/17.

Demora na prolação de decisão (conclusos em 22/02/17, reiterada a determinação de conclusão em inspeção em 02/06/17 - último mov. ).

Processo : 00003694720144058303 Classe: Execução Penal - Cumprimento de pena alternativa.

Processo : 00003816120144058303 Classe: Embargos à Execução - Processo transitado em julgado.

Processo : 00004222820144058303 Classe: Execução Fiscal - Ausência de cobrança do cumprimento da Carta Precatória.

Processo: 00004335720144058303 Classe: Execução Fiscal - redis/remanejamento em 19/11/14.

Ausência de registro da intimação do exequente.

Ausência de movimentação (ato ordinatório de 12/06/15, fls. 41 e certidão em 06/10/15).

Demora na certificação do decurso do prazo *in albis* e suspensão (art. 40 da LEF).

Processo : 00004402020124058303 Classe: Execução Fiscal - redistribuído/ remanejamento em 25/11/14. Parcelamento/suspensão.

Desarquivamento em 06/02/17.

Processo: 00004618820154058303 Classe: Execução Fiscal - suspensão por um ano até agosto/17.

Processo: 00006729420104058305 Classe: Ordinária - Redistribuído em 08.04.2015.

Processo : 00007072620114058303 Classe: Execução Fiscal - Apensado ao processo 0000711-63.2011.4.05.8303.

Processo : 00008927620114058202 Classe: Criminal - Réu não encontrado para a citação.

Processo: 00009227020094058303 Classe: Ordinária - Acórdão de 01/06/2010. Processo transitado em julgado.

Processo: 00027723319934058300 Classe: Execução de Sentença - redistribuído em 02.12.2014.

Processo : 00131824319994058300 Classe: Criminal - redistribuição/remanejamento em 25/11/14. Tráfico ilícito e uso de entorpecentes.

Processo: 00146425020084058300 Classe: Execução de Sentença -

remanejamento de acervo em 19/11/2014.

Demora no cumprimento de despacho (desp. em inspeção em 02/06/17, conclusos em 03/08/17).

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora na conclusão						
0800058-52.2016.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EVANDRO PERAZZO VALADARES e outro - 040.979.804-59	SIM
0800395-07.2017.4.05.8303	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	INES MARIA DA CONCEICAO ALMEIDA e outros - 712.940.664-04	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800002-53.2015.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	RAUL GOIANA NOVAES MENEZES e outros - 047.796.134-77	SIM
0800139-35.2015.4.05.8303	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outro - 26.994.558/0001-23	ESPÓLIO DE JOÃO ALFREDO RODRIGUES e outros -	SIM
0800275-45.2014.4.05.8310	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES e outros - 138.098.304-53	SIM
- Processo em Ordem.						
0000303-48.2006.4.05.8303	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA - 00.375.972/0001-60	ZISINA ANDRADA ARAUJO e outros - 728.869.354-68	SIM
0000312-58.2016.4.05.8303	EXECUÇÃO DA PENA		Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	TONIS RAFAEL SANTANA DO NASCIMENTO - 109.346.294-98	SIM
0800002-87.2014.4.05.8303	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Certidão de Intimação	BARBARA ROLIM DE FIGUEIREDO GODOY MENEZES - 102.395.174-66	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. - 26.994.558/0001-23	SIM
0800013-82.2015.4.05.8303	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Abono da Lei 8.178/91	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BARTOLOMEU MARQUES DE SOUZA - 170.610.834-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800018-70.2016.4.05.8303	PROCEDIMENTO COMUM	Acessão e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JANILSON PACIENTE RODRIGUES e outro - 750.270.034-04	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0800039-09.2017.4.05.8304	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALGACIR DIAS PEREIRA e outro - 748.207.964-53	SIM
0800059-03.2017.4.05.8303	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONSTRUTORA QUEIROZ RIBEIRO LTDA - EPP - 10.704.889/0001-41	SIM
0800069-47.2017.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	VALERIA RODRIGUES DE MEDEIROS e outro - 214.510.768-19	SIM
0800109-29.2017.4.05.8303	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO - 00.000.000/0004-51	CRISTIANO LUIZ FEITOSA FERRAZ - 609.953.514-49	SIM
0800114-51.2017.4.05.8303	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Expedição de expediente	UNIÃO FEDERAL - UNIÃO. e outros - 26.994.558/0001-23	SEBASTIAO RODRIGUES DE LIMA NETO - 062.131.624-53	SIM
					PUREZA-COMERCIO DE	

0800212-36.2017.4.05.8303	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	AGUA DESSALINIZADA LTDA - ME - 09.459.740/0001-65	SIM
0800221-66.2015.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES - 138.098.304-53	SIM
0800260-92.2017.4.05.8303	EXECUÇÃO DA PENA	Pena de Multa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	Bruna Barros dos Santos - null	SIM
0800261-77.2017.4.05.8303	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS. - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOSE ALVES DE CARVALHO - 063.824.524-91	SIM
0800268-06.2016.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CENTRO DE SERVICOS E CAPACITACAO DE PERNAMBUCO e outros - 10.312.535/0001-51	SIM
0800270-73.2016.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDILENE BEZERRA DOS SANTOS - ME e outros - 09.721.214/0001-21	SIM
0800276-30.2014.4.05.8310	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EMMANUEL FERNANDES DE FREITAS GOIS - ME e outros - 07.228.928/0001-77	SIM
0800343-79.2015.4.05.8303	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DOMINGOS SAVIO DA COSTA TORRES e outros - 138.098.304-53	SIM
0800375-16.2017.4.05.8303	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEBASTIAO FERREIRA DOS SANTOS - 188.189.005-87	SIM
0800379-53.2017.4.05.8303	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GENILDO BARROS DA SILVA PANKARARU e outros - 446.897.484-20	SIM
0800381-23.2017.4.05.8303	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ELIAS EUGENIO DA SILVA e outros - 088.246.064-15	SIM
0800385-60.2017.4.05.8303	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FABIANA BERNARDO DE OLIVEIRA RODRIGUES - 029.913.924-79	SIM
0800466-09.2017.4.05.8303	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ENGEFF. CONSTRUCAO E LOCACAO EIRELI - EPP - 11.431.099/0001-00	SIM
0800547-55.2017.4.05.8303	MANDADO DE SEGURANÇA	Colaço de Grau	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HERMESON HENRIQUE FERREIRA DA SILVA - 088.892.534-44	CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS LTDA - 19.768.173/0001-82	SIM
<b>Tempo permanência do processo na Contadoria Juízo</b>						
0800297-90.2015.4.05.8303	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO ERNANDO BEZERRA DO NASCIMENTO - 022.290.644-87	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF. - 00.360.305/0001-04	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora no cumprimento de despacho	<a href="#">0501204-07.2016.4.05.8303</a>	Parte final, desde 18.10.2017.

<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora para a realização da perícia	<a href="#">0500213-94.2017.4.05.8303</a>	Maio-novembro/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Permanência excessiva dos autos na Contadoria do Foro/ Setor de Cálculo	<a href="#">0501946-32.2016.4.05.8303</a>	Processo na contadoria desde 05/09/2017.
	<a href="#">0500799-34.2017.4.05.8303</a>	Desde 24/07/17 (últ. mov.).
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0503335-33.2008.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501242-92.2011.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0503093-64.2014.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500357-39.2015.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500896-05.2015.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501878-19.2015.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0502568-48.2015.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0502624-81.2015.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500596-09.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500726-96.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500986-76.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501115-81.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501187-68.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501558-32.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501574-83.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501729-86.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501809-50.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501824-19.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501923-86.2016.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0501948-02.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0501992-21.2016.4.05.8303</a>		
<a href="#">0501995-73.2016.4.05.8303</a>		

<a href="#">0502042- 47.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502067- 60.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502179- 29.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502235- 62.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502325- 70.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502328- 25.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502348- 16.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502373- 29.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502400- 12.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502411- 41.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502418- 33.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502503- 19.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502544- 83.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502609- 78.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502679- 95.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502740- 53.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502799- 41.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502823- 69.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502876- 50.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502975- 20.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0502980- 42.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503043- 67.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503084- 34.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503106- 92.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503144- 07.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503197- 85.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503268-</a>	

<a href="#">87.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503313- 91.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503453- 28.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503472- 34.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500062- 31.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500072- 75.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500080- 52.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500084- 89.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500105- 65.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500107- 35.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500126- 41.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500188- 81.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500189- 66.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500201- 80.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500223- 41.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500303- 05.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500353- 31.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500409- 64.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500500- 57.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500527- 40.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500599- 27.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500606- 19.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500620- 03.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500649- 53.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500650- 38.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500713- 63.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500753- 45.2017.4.05.8303</a>	

	<a href="#">0500801-04.2017.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500846-08.2017.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500861-74.2017.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500972-58.2017.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0500982-05.2017.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0502689-08.2017.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0502907-36.2017.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0503011-28.2017.4.05.8303</a>	
<b>Total de Ocorrências: 83</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0502506-71.2016.4.05.8303</a>	Petição de 29/05/17, remessa à Contadoria em 01/06/17, nova remessa em 11/12/17 sem registro de apresentação de laudo/parecer.
	<a href="#">0500285-81.2017.4.05.8303</a>	Demora superior a 30 dias na expedição do ato ordinatório datado de 04/12/2017.
	<a href="#">0500483-21.2017.4.05.8303</a>	De 17.05.2017 a 16.11.2017.
<b>Total de Ocorrências: 3</b>		

### 6.38.10. Correição anterior e autoinspeção

No último relatório da correição ordinária na SJPE foram observados apenas alguns pontos que mereceriam maior atenção por parte da unidade, no tocante aos seguintes feitos:

0000019-88.2016.4.05.8303 – Corrigido e enviado para TRF5 para recurso.

0000412-47.2015.4.05.8303 – Corrigido e migrado para o PJe.

0000211-55.2015.4.05.8303 – Corrigido.

0000287-79.2015.4.05.8303 – Não houve a correção tendo em vista a baixa definitiva.

0000117-10.2015.4.05.8303 – Não houve a correção tendo em vista a baixa definitiva.

0000232-02.2013.4.05.8303 – Corrigido.

Processos em que não houve a correção do erro indicado pela corregedoria em razão do arquivamento com baixa: 0000802-85.2013.4.05.8303; 0000314-72.2009.4.05.8303; 0000012-67.2014.4.05.8303; 0000980-15.2005.4.05.8303; 0000585-42.2013.4.05.8303; 0000012-67.2014.4.05.8303.

Inclusão da folha de sumário com a indicação da página dos principais atos: 0000531-46.2008.4.05.8305.

Preenchimento do termo de recebimento do processo na vara: 0000532-31.2008.4.05.8305 (data da migração para o Pje: 30/10/2017); 0000891-50.2009.4.05.8303; 0000743-97.2013.4.05.8303, 0014291-77.2008.4.05.8300; 0000090-66.2011.4.05.8303; 0000381-61.2014.4.05.8303, 0800734-64.1900.4.05.8303.

Justificativa da ausência de assinatura em RPV e precatório: Os requisitórios de pagamento, impressos e juntados nos processos físicos, não são assinados, uma vez que a assinatura do magistrado é feita eletronicamente.

Referentes aos processos: 0000891-50.2009.4.05.8303; 0000090-66.2011.4.05.8303.

Em regra, foram cumpridas as determinações emanadas da última autoinspeção. Estabeleceu-se maior observância de prazos e atos processuais, de maneira a reduzir a quantidade de erros procedimentais, visando aumentar a qualidade da produção e manutenção ou melhoria da celeridade. Foram estabelecidos prazos específicos para a produção dos atos processuais, divididos, respectivamente, conforme cada setor.

#### **6.38.11. Considerações finais**

A 38ª vara federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Alguns feitos com demora na conclusão;
2. Alguns feitos com demora na prolação de decisão/sentença; e
3. Feitos sem movimentação processual.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 38ª vara federal funciona de modo eficiente.

### **6.39. TURMAS RECURSAIS - SJPE**

#### **6.39.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horários de expediente**

As turmas recursais dos JEFs desta seção judiciária foram instaladas em decorrência da promulgação da Lei nº 10.259/2001, com a designação de juízes federais que desempenhavam suas atribuições cumulativamente com o exercício da jurisdição na respectiva vara federal. Registre-se que a estrutura permanente das turmas recursais dos JEFs foi criada com o advento da Lei nº 12.665/2012, sendo aquelas formadas, cada uma, por 03 juízes federais titulares dos cargos de juiz federal de turmas recursais e por 01 juiz federal suplente, nos termos do art. 2º da citada espécie legislativa. A instalação das turmas recursais dos JEFs da 5ª Região foi regulada pela Resolução nº 22/2012 - TRF5.

Há, na SJPE, 03 turmas recursais, com as seguintes composições, quando do preenchimento do formulário de gestão:

1ª TURMA RECURSAL
-------------------

MEMBROS EFETIVOS	MEMBRO(S) SUPLENTE(S)
1º Relator - juiz federal José Baptista de Almeida Filho Neto	Juíza federal substituta Liz Corrêa de Azevedo
2º Relator - juiz federal Flávio Roberto Ferreira de Lima	
3º Relator - juiz federal Paulo Roberto Parca de Pinho	

2ª TURMA RECURSAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBRO(S) SUPLENTE(S)
1º Relator - juiz federal Jorge André de Carvalho Mendonça	Juíza federal Danielli Farias Rabêlo Leitão Rodrigues
2º Relator - juiz federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler	Felipe Mota Pimentel de Oliveira - Substituto da Suplente
3º Relatora - juíza federal Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça	

3ª TURMA RECURSAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBRO(S) SUPLENTE(S)
1ª Relatora - juíza federal Polyana Falcão Brito	Juiz federal substituto Isaac Batista de Carvalho Neto
2º Relator - juiz federal Joaquim Lustosa Filho	
3º Relator - juiz federal Cláudio Kitner	

Às turmas recursais compete julgar os processos advindos de JEFs com recurso interposto contra a sentença. Nos termos do art. 41 da Lei nº 9.099/1995, o recurso será julgado por uma turma composta por 03 juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do JEF, devendo as partes estar obrigatoriamente representadas por advogado.

As turmas recursais da SJPE funcionam no prédio-sede da seção judiciária, localizado na Av. Recife, 6250, Jiquiá, Recife/PE. A estrutura das turmas recursais da SJPE conta com espaço físico, mobília e equipamentos de informática suficientes para o seu adequado funcionamento.

Os horários de expediente, nas turmas recursais, estão abaixo indicados:

1ª Turma Recursal	7h às 18h (interno); 9h às 18h (externo).
2ª Turma Recursal	7h às 19h (interno); 9h às 18h (externo).
3ª Turma Recursal	7h às 19h (interno); 9h às 18h (externo).

#### 6.39.1.1. PRIMEIRA TURMA RECUSAL - SJPE

#### **6.39.1.1.1. Corpo Funcional - juízes federais e servidores**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 1ª turma recursal de Pernambuco era composta pelo juiz federal presidente e juiz federal titular da 3ª relatoria, Paulo Roberto Parca de Pinho, e pelos juízes federais José Baptista de Almeida Filho Neto (1ª relatoria) e Flávio Roberto Ferreira de Lima (2ª relatoria), atuando, na condição de suplente, a juíza federal Liz Corrêa de Azevedo.

A turma recursal conta com 14 cargos efetivos, estando 02 deles vagos desde a criação.

Há a previsão de 06 vagas de estágio para a turma recursal, estando todas preenchidas. Os estagiários atuam junto às relatorias.

##### **6.39.1.1.1.1. Juiz federal presidente – titular da 3ª relatoria**

O juiz federal titular da 3ª relatoria, Paulo Roberto Parca de Pinho, exerce a magistratura federal desde 16/04/2008. O referido juiz federal é membro efetivo da turma recursal desde 10/04/2014.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado em razão de: a) férias (07 a 24/01/2016, 20/06 a 19/07/2016, 05 a 15/01/2017, 26/06 a 07/07/2017, 11 a 17/09/2017 e 19 a 26/09/2017); b) afastamento referente à acumulação de jurisdição não remunerada (19 a 23/10/2015).

O juiz federal reside na região metropolitana onde funcionam as turmas recursais da Seção Judiciária de Pernambuco.

##### **6.39.1.1.1.2. Juiz federal titular da 1ª relatoria**

Em relação ao juiz titular da 1ª relatoria, José Baptista de Almeida Filho Neto, este exerce a magistratura federal desde 17/02/2003. Na turma recursal, está, como membro efetivo, desde 07/01/2013.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de:

Férias: 07/01 a 05/02/2016, 27/06 a 24/07/2016, 08 a 28/08/2016, 27 e 28/10/2016, 03 a 11/11/2016, 16/01 a 12/02/2017, 27 e 28/04/2017, 17/07 a 13/08/2017 e 16 a 17/10/2017;

Licença para tratamento de saúde: 15 a 29/10/2015;

Afastamento para compensação de plantão forense: 03 a 06/11/2015 e 09/11/2015.

O juiz federal reside na região metropolitana onde funcionam as turmas recursais da Seção Judiciária de Pernambuco.

##### **6.39.1.1.1.3. Juiz federal titular da 2ª relatoria**

Em relação ao juiz federal titular da 2ª relatoria, Flávio Roberto Ferreira de Lima, este

exerce a magistratura desde 14/12/2004. Na turma recursal, o referido magistrado atua desde 07/01/2013.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado nos períodos abaixo discriminados e em razão dos seguintes motivos:

Férias: 03 a 18/08/2016, 17/11 a 04/12/2016, 09/01 a 07/02/2017 e 03 a 25/07/2017.

Afastamentos para compor o TRF-5ª Região: 04/11 a 18/12/2015 e 27/06 a 02/08/2016.

O juiz federal reside na região metropolitana onde se localiza a turma recursal.

#### **6.39.1.1.1.4. Servidores - funções de confiança, cargos em comissão e formação acadêmica**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na turma recursal da SJPE, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Débora Fernandes Marinho, <u>em licença-maternidade no período de 07/06 a 03/12/2017.</u>	Analista Judiciário – área judiciária	Seção de Apoio Judiciário da 3ª Relatoria da 1ª Turma Recursal – Supervisor – FC 05	Superior completo	Direito
Flávia Patrício de Lacerda Araujo Pereira	Técnico Judiciário – área administrativa	Diretor de Núcleo da 1ª Turma Recursal – FC 06	Superior completo	Direito
Gilberlando Souza da Rocha	Técnico Judiciário – área administrativa	Seção de Apoio Judiciário da 2ª Relatoria da 1ª Turma Recursal – Supervisor Assistente – FC 04	Superior completo	Letras
Giuliana Santos Ribeiro	Analista Judiciário – área judiciária	Setor de Monitoramento dos Feitos Sobrestados na Turma Recursal – Presidência da 1ª Turma Recursal – Supervisor Assistente - FC 04	Superior completo	Direito
Liany Karla Felix da Silva, <u>em licença-maternidade no período de 21/11/2017 a 19/05/2018.</u>	Analista Judiciário – área judiciária	Seção de Apoio Judiciário da 1ª Relatoria da 1ª Turma Recursal – Supervisor – FC 05	Superior completo	Direito
Lívia Correia Costa e Silva	Analista Judiciário – área judiciária	Seção de Apoio Judiciário da 2ª Relatoria da 1ª Turma Recursal – Supervisor da Seção – FC 05	Superior completo	Direito
Marcos Francisco da Silva	Técnico Judiciário – área administrativa	Seção de Apoio Judiciário da 3ª Relatoria da 1ª	Superior completo	Direito

		Turma Recursal – Supervisor Assistente – FC 04		
Maria Eugênia Grego Santos, <u>em licença para acompanhar pessoa doente na família no período de 28/11/2017 a 11/01/2018.</u>	Técnico Judiciário – área administrativa	Assistente Técnico III do Gabinete do Diretor de Núcleo da 1ª Turma Recursal – FC 03	Superior completo	Direito
Maria Helena Ataíde da Silva	Técnico Judiciário – área administrativa	SEM FUNÇÃO	Superior completo	Direito
Wanderley José da Silva	Técnico Judiciário – área administrativa	Assistente Técnico III do Gabinete do Diretor de Núcleo da 1ª Turma Recursal – FC 03	Superior incompleto (servidor trancou o curso)	Direito
Williams Monte de Paula	Técnico Judiciário – segurança e transporte	Setor de Pesquisa de Jurisprudência – Presidência da 1ª Turma Recursal - Supervisor Assistente – FC 04	Superior completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da turma recursal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que apenas um dos técnicos judiciários não detém graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja o nível médio de ensino.

Não há servidores da turma recursal cedidos a outros setores. Na 1ª TR/PE inexistem servidores prestando auxílio. Também não há funções comissionadas vagas nem requisitados sem vínculo com o serviço público.

Atua na 1ª turma recursal da SJPE 01 servidor requisitado (Francisco Onésimo B. da Frota Júnior), originário do TRF-5ª Região.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, estavam afastados de suas atividades laborais os seguintes servidores:

Débora Fernandes Marinho - em licença-maternidade no período de 07/06 a 03/12/2017;

Liany Karla Felix da Silva - em licença-maternidade no período de 21/11/2017 a 19/05/2018;

Maria Eugênia Grego Santos - em licença para acompanhar pessoa doente na família no período de 28/11/2017 a 11/01/2018.

#### **6.39.1.1.2. Organização da turma recursal**

Os servidores estão distribuídos da seguinte forma: 02 na presidência da turma, 03 na sua secretaria, 03 na 1ª relatoria, 02 na 2ª relatoria e 02 na 3ª relatoria.

#### **6.39.1.1.2.1. Organização da secretaria da turma recursal**

Na secretaria da 1ª turma recursal de Pernambuco estão lotados 03 servidores, um deles exercendo a função de diretor de núcleo.

O atendimento, presencial ou por telefone, das partes, dos estagiários, dos advogados, dos procuradores, dos defensores públicos, dentre outros, é feito pela funcionária terceirizada, pelos 02 (dois) servidores e pela diretora de núcleo. O atendimento por e-mail é feito exclusivamente pela diretora de núcleo.

As intimações, certidões, envios e baixas de processos para o STF, envios e baixas de processos para a TNU, envios e baixas de processos para a TRU, publicações, despachos de mero expediente, atos ordinatórios e confecções de expedientes (carta, mandados, ofícios, etc.) são atividades feitas pelos servidores da secretaria.

A organização, realização e intimação das sessões; atas, relatórios, estatísticas, ofícios e e-mails administrativos; requisição de material; são atividades da diretora de núcleo.

#### **6.39.1.1.3. Participação direta do juiz federal presidente em reuniões com a equipe da turma recursal**

O juiz presidente participa de reuniões com a equipe de secretaria, mas, na maioria dos casos, o magistrado passa as diretrizes para a diretora de núcleo, que as repassa para os servidores da secretaria.

#### **6.39.1.1.4. Planejamento das atividades da turma recursal, avaliação periódica de resultados e fixação de metas**

São feitas reuniões mensalmente para definir as atividades e metas de produtividade dos servidores da secretaria da turma recursal. A distribuição dos feitos é conforme a terminação numérica, ou seja, um servidor assume os processos pares e o outro, os ímpares. São feitas intimações, certidões, despachos de mero expediente, envio e baixa de processos para o STF, dentre outros. A meta é manter as caixas virtuais com processos atualizados, isto é, os feitos não permanecem parados nas caixas por mais de 30 dias, salvo nas hipóteses de prazo em andamento.

A avaliação é feita semanalmente, quando as caixas são revisadas pelo magistrado e pela diretora de núcleo. Também é feita mensalmente, quando dados estatísticos são extraídos do sistema Creta.

#### **6.39.1.1.5. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da turma recursal**

O atendimento no “balcão” é pequeno. A funcionária terceirizada, os servidores da secretaria e a diretora de núcleo realizam atendimento. Quando há necessidade, chama-se algum assessor das relatorias. Os telefonemas são atendidos por todos da secretaria. Os e-mails são de responsabilidade da diretora de núcleo.

A 1ª turma recursal não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.39.1.1.6. Número de processos e relação servidor/processo - 1ª relatoria**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 1ª relatoria da turma recursal contava com um acervo distribuído da seguinte forma:

- 1) Pendentes de julgamento – 141 processos;
- 2) Em tramitação – 743 processos;
- 3) Suspensos/sobrestados - 1.953 processos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 743 processos em tramitação na 1ª relatoria. Assim, considerando tal número e a quantidade de servidores em atividade (03) na referida unidade, a média de processos por servidor é 247,66.

Observe-se que 07 é o número de processos de competência originária na 1ª relatoria.

#### **6.39.1.1.7. Número de processos e relação servidor/processo - 2ª relatoria**

Em 30/11/2017, a 2ª relatoria da turma recursal contava com um acervo distribuído da seguinte forma:

- 1) Pendentes de julgamento – 300 processos;
- 2) Em tramitação – 953 processos;
- 3) Suspensos/sobrestados - 2.090 processos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 953 processos em tramitação na 2ª relatoria. Assim, considerando tal número e a quantidade de servidores em atividade (02) na referida unidade, a média de processos por servidor é 476,5.

Observe-se que 05 é o número de processos de competência originária na 2ª relatoria.

#### **6.39.1.1.8. Número de processos e relação servidor/processo - 3ª relatoria**

Em 30/11/2017, a 3ª relatoria da turma recursal contava com um acervo distribuído da seguinte forma:

- 1) Pendentes de julgamento – 109 processos;
- 2) Em andamento – 761 processos;
- 3) Suspensos/sobrestados - 2.368 processos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 761 processos em tramitação na 3ª relatoria. Assim, considerando tal número e a quantidade de servidores em atividade (02) na referida unidade, a média de processos por servidor é 380,5.

Observe-se que não havia processo de competência originária na 3ª relatoria.

#### **6.39.1.1.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 1ª relatoria**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A meta 1 vem sendo cumprida regularmente. Na data de 30/11/2017, foi atingido o percentual de 97,16% (dados colhidos no sistema Creta).

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A meta vem sendo cumprida regularmente. Na data de 30/11/2017 foi atingido o percentual de 99,55% (dados colhidos no sistema Creta).

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

A meta vem sendo cumprida com eficiência. Na data de 30/11/2017, foi atingido o percentual de 176,83% (dados colhidos no sistema Creta).

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à turma recursal.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica à turma recursal.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica à turma recursal.

#### **6.39.1.1.10. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 2ª relatoria**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A meta vem sendo cumprida regularmente. Na data de 30/11/2017, foi atingido o percentual de 96,67% (dados colhidos no sistema Creta).

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A meta vem sendo cumprida regularmente. Na data de 30/11/2017, foi atingido o percentual de 98,68% (dados colhidos no sistema Creta).

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

A meta vem sendo cumprida. Na data de 30/11/2017, foi atingido o percentual de 196,50% (dados colhidos no sistema Creta).

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à turma recursal.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica à turma recursal.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica à turma recursal.

#### **6.39.1.1.11. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 3ª relatoria**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

A meta vem sendo cumprida. Na data de 30/11/2017, foi atingido o percentual de 100,28% (dados colhidos no sistema Creta).

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

A meta vem sendo cumprida. Na data de 30/11/2017, foi atingido o percentual de 100% (dados colhidos no sistema Creta).

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

A meta vem sendo cumprida com eficiência. Na data de 30/11/2017, foi atingido o percentual de 207,57% (dados colhidos no sistema Creta).

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à turma recursal.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica à turma recursal.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração**

sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.

Não se aplica à turma recursal.

### 6.39.1.1.12. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 150 processos (encontrando-se em tramitação ajustada: 743 processos na 1ª relatoria; 953 na 2ª relatoria; e 761 na 3ª relatoria).

#### 6.39.1.1.12.1. Principais constatações da análise individual de processos:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para sentença	<a href="#">0500264-17.2017.4.05.8300</a>	Junho-setembro/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora na prolação da sentença	<a href="#">0501204-04.2016.4.05.8304</a>	Demora na prolação do acórdão lançado em 14/09/2017, uma vez que o feito se encontrava na Turma Recursal desde 26/06/2017.
	<a href="#">0500066-68.2017.4.05.8303</a>	Concluso desde 03/05/2017.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Demora para julgamento pela Turma Recursal	<a href="#">0510536-98.2016.4.05.8302</a>	De 06.07.2017 a 22.11.2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0504486-90.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504505-96.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504508-51.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504512-88.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504524-05.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0505105-20.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0505106-05.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0505142-47.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0502559-86.2015.4.05.8303</a>	
	<a href="#">0503212-76.2015.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0502439-28.2015.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502448-87.2015.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502452-</a>		

<a href="#">27.2015.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502346- 62.2015.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502089- 34.2015.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500275- 83.2015.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500179- 65.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500521- 76.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500576- 27.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500577- 12.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521396- 67.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521397- 52.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521398- 37.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521406- 14.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521442- 56.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521445- 11.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521452- 03.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521488- 45.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521490- 15.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521514- 43.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521521- 35.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521524- 87.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521528- 27.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521561- 17.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521668- 61.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521682- 45.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521713- 65.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521777- 75.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500044- 47.2016.4.05.8302</a>	

<a href="#">0500054- 91.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500072- 15.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500114- 64.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500117- 19.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500382- 21.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500387- 43.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500388- 28.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500389- 13.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500391- 80.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500400- 42.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500429- 92.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500434- 17.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500440- 24.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500476- 66.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500491- 35.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500496- 57.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500500- 94.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500514- 78.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500528- 62.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500535- 54.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500551- 08.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500555- 45.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500558- 97.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0510510- 03.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0503461- 05.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503244- 53.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503263-</a>	

<a href="#">59.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502629- 60.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502688- 48.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500020- 98.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500032- 15.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500037- 37.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500043- 44.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500044- 29.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500055- 58.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500056- 43.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500057- 28.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500058- 13.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500060- 80.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500061- 65.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500066- 87.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500070- 27.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500074- 64.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500075- 49.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500077- 19.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500082- 41.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500083- 26.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500105- 84.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500107- 54.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500111- 91.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500114- 46.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500115- 31.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500124- 90.2016.4.05.8308</a>	

<a href="#">0500125-75.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500131-82.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500142-14.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500152-58.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500154-28.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500157-80.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500159-50.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500173-34.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0504592-97.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500020-95.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500079-83.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500001-86.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501907-14.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500024-29.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500077-07.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500093-58.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500115-19.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500159-38.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500007-92.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500009-62.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500012-17.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500014-84.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500492-92.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500006-07.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500030-35.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500042-49.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500157-</a>	

	<a href="#">70.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500169-84.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500230-42.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500287-60.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500303-14.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500356-92.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500368-09.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500371-61.2017.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500089-17.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500105-68.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500143-80.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500007-77.2017.4.05.8304</a>	
	<a href="#">0500002-49.2017.4.05.8306</a>	
	<a href="#">0500033-66.2017.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500039-73.2017.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500008-47.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500013-69.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500014-54.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500017-09.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500001-52.2017.4.05.8310</a>	
	<a href="#">0500001-49.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500058-67.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500060-37.2017.4.05.8311</a>	
<b>Total de Ocorrências: 141</b>		
Processos irregularmente paralisados	<a href="#">0500624-83.2016.4.05.8300</a>	Desde 07/06/16 - anexo 16.
	<a href="#">0500014-60.2017.4.05.8307</a>	Sem movimentação desde 27/07/2017.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Processos sem movimentação processual em período	<a href="#">0521495-37.2016.4.05.8300</a>	Feito sem movimentação processual desde 10/10/2017.

determinado	<a href="#">0521525-72.2016.4.05.8300</a>	Desde 25.05.2017.
	<a href="#">0503826-47.2016.4.05.8307</a>	Processo paralisado desde 10/07/17.
		<b>Total de Ocorrências: 3</b>

#### **6.39.1.1.13. Correição anterior e autoinspeção**

Secretaria: A meta é manter as caixas de processos “zeradas” ou bem perto disso. Os processos devem estar diligenciados (arquivados, intimados, certificados, etc.). A aba de documentos dos procuradores não pode ter processos parados há mais 30 dias.

Relatoria: A meta é julgar, por mês, mais processos que a quantidade distribuída, observando, sempre, a relação de processos antigos e os feitos urgentes.

#### **6.39.1.1.14. Considerações finais**

A Primeira Turma Recursal de Pernambuco conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Ao longo da correição, verificou-se que o trâmite dos feitos é muito regular, não sendo constatada qualquer ocorrência de natureza significativa que comprometa o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Por fim, com base nos dados deste relatório, pode-se afirmar, com segurança, que a 1ª turma recursal funciona de modo eficiente.

### **6.39.1.2. SEGUNDA TURMA RECUSAL - SJPE**

#### **6.39.1.2.1. Corpo Funcional - juízes federais e servidores**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 2ª turma recursal de Pernambuco era composta pela juíza federal presidente e titular da 3ª relatoria, Kylce Anne Collier de Mendonça, e pelos juízes federais Jorge André de Carvalho Mendonça (1ª relatoria) e Frederico Augusto Leopoldino Koehler (2ª relatoria), atuando, na condição de suplente, a juíza federal Danielli Farias Rabêlo Leitão Rodrigues e, como substituto da suplente, o juiz federal Felipe Mota Pimentel de Oliveira.

A 2ª turma recursal conta com 14 cargos efetivos, estando 02 deles vagos desde a criação.

Há a previsão de 06 vagas de estágio para a turma recursal, estando todas preenchidas. Os estagiários atuam na secretaria da TR, na presidência e nas relatorias.

#### 6.39.1.2.1.1. Juíza federal presidente – titular da 3ª relatoria

A juíza federal titular da 3ª relatoria, Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça, exerce a magistratura federal desde 16/04/2008. A referida magistrada é membro efetivo da turma recursal desde 12/04/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada em razão de:

#### FÉRIAS

<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>	<b>NR DE DIAS</b>
15/02/2016	15/03/2016	30
01/06/2016	07/06/2016	07
27/06/2016	24/07/2016	28
12/12/2016	13/12/2016	02
14/03/2017	30/03/2017	16
15/06/2017	14/07/2017	30
29/09/2017	04/10/2017	06
07/10/2017	11/10/2017	05
<b>TOTAL</b>		<b>124</b>

#### LICENÇA: PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>	<b>NR DE DIAS</b>
13/04/2016	19/04/2016	07
21/05/2017	23/05/2017	03
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>

#### COMPENSAÇÃO – PLANTÃO JUDICIÁRIO

<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>	<b>NR DE DIAS</b>
07/12/2017	07/12/2017	01
<b>TOTAL</b>		<b>01</b>

A juíza federal reside na região metropolitana onde funcionam as turmas recursais da Seção Judiciária de Pernambuco.

#### 6.39.1.1.2. Juiz federal titular da 1ª relatoria

Em relação ao juiz federal titular da 1ª relatoria, Jorge André de Carvalho Mendonça, este exerce a magistratura desde 17/12/2003. Na turma recursal, o referido magistrado atua desde 07/01/2013.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado nos períodos abaixo discriminados, em razão de férias:

<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>	<b>NR DE DIAS</b>
07/01/2016	05/02/2016	30
15/08/2016	13/09/2016	30

15/06/2017	14/07/2017	30
17/07/2017	15/08/2017	30

O juiz federal reside na região metropolitana onde se localiza a turma recursal.

#### 6.39.1.1.3. Juiz federal titular da 2ª relatoria

Em relação ao juiz titular da 2ª relatoria, Frederico Augusto Leopoldinho Koehler, este exerce a magistratura federal desde 15/12/2004. Na turma recursal, está, como membro efetivo, desde janeiro/2013.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de férias, nos períodos abaixo indicados:

INÍCIO	TÉRMINO	NR DE DIAS
18/01/2016	06/02/2016	20
16/03/2016	18/03/2016	03
08/08/2016	27/08/2016	20
22/11/2016	01/12/2016	10
13/03/2017	01/04/2017	20
17/07/2017	05/08/2017	20
18/09/2017	07/10/2017	20

O juiz federal reside na região metropolitana onde funcionam as turmas recursais da Seção Judiciária de Pernambuco.

#### 6.39.1.1.4.. Servidores - funções de confiança, cargos em comissão e formação acadêmica

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na turma recursal da SJPE, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Giselle Melo Rocha	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Completo	Direito
Lorena Cabral Veras	Analista Judiciário	FC-04	Superior Completo	Direito
Fernanda Mello Rego de Amorim	Técnico Judiciário	FC-05	Superior Completo	Direito
Manuela de Andrade Costa	Técnico Judiciário	FC-02	Superior Completo	Administração
Guilherme Cavalcanti Farrapeira	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Completo	Direito
Adlany Gouveia Casusa	Analista Administrativo	FC-04	Superior Completo	Direito
Tâmara Milena Albuquerque Vieira	Requisitada	FC-05	Superior Completo	Direito

Luciano Paiva Coimbra	Técnico Judiciário	FC-06	Superior Completo	Direito
Manoel Severino de Santana Filho	Técnico Judiciário	FC-03	Superior Completo	Economia
Joana Ferreira Chaves da Silva	Analista Judiciário	SEM FUNÇÃO	Superior Completo	Direito
Hugo Aurélio Correia da Silva	Técnico Judiciário	FC-03	Superior Completo	Matemática
José Guilherme Mendonça de Oliveira	Analista Judiciário	FC-4	Superior Completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da turma recursal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja o nível médio de ensino.

Não há servidores da turma recursal cedidos a outros setores. Na 2ª TR/PE, inexistem servidores prestando auxílio. Também não há funções comissionadas vagas nem requisitados sem vínculo com o serviço público.

Atua na 2ª turma recursal da SJPE 01 servidora requisitada (Tamara Milena Albuquerque Vieira), originário do Banco do Brasil.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, não havia servidores afastados de suas atividades laborais.

#### **6.39.1.2.2.. Organização da turma recursal**

Os servidores estão distribuídos da seguinte forma: 02 na presidência da Turma, 03 na sua secretaria, 03 na 1ª relatoria, 02 na 2ª relatoria e 02 na 3ª relatoria.

##### **6.39.1.2.2.1. Organização da secretaria da turma recursal**

Na secretaria da 2ª turma recursal de Pernambuco estão lotados 03 servidores, um deles exercendo a função de diretor de núcleo.

O atendimento, presencial ou por telefone, das partes, dos estagiários, dos advogados, dos procuradores, dos defensores públicos, dentre outros, é feito pela funcionária terceirizada, pelos 02 (dois) servidores e pela diretora de núcleo. O atendimento por e-mail é feito exclusivamente pela diretora de núcleo.

As intimações, certidões, envios e baixas de processos para o STF, envios e baixas de processos para a TNU, envios e baixas de processos para a TRU, publicações, despachos de mero expediente, atos ordinatórios e confecções de expedientes (carta, mandados, ofícios, etc.) são atividades feitas pelos servidores da secretaria.

A organização, realização e intimação das sessões; atas, relatórios, estatísticas, ofícios e e-mails administrativos; requisição de material; são atividades da diretora de núcleo.

#### **6.39.1.2.3. Participação direta da juíza federal presidente em reuniões com a equipe da turma recursal**

A juíza presidente participa de reuniões com a equipe de secretaria, mas, na maioria dos casos, o magistrado passa as diretrizes para o diretor de núcleo, que as repassa para os servidores da secretaria.

#### **6.39.1.2.4. Planejamento das atividades da turma recursal, avaliação periódica de resultados e fixação de metas**

São realizadas reuniões mensalmente para definir as atividades e metas de produtividade dos servidores da secretaria da turma recursal. São feitas intimações, certidões, despachos de mero expediente, envio e baixa de processos para o STF, dentre outros. A meta é manter as caixas virtuais com processos atualizados, isto é, os feitos não permanecem parados nas caixas por mais de 30 dias, salvo nas hipóteses de prazo em andamento ou no caso de erro no sistema Creta.

A avaliação de resultados das atividades da secretaria da 2ª turma recursal é feita mensalmente por meio do sistema Creta.

Foi reportado pela juíza federal presidente da 2ª turma recursal que tem acontecido erro no sistema CRETA com relação às intimações agendadas, que não são efetivadas, o que ocasiona a parada indevida do processo para aguardar um decurso de prazo de uma suposta intimação que não foi gerada. A INFOX já tomou conhecimento sobre o erro gerado nas intimações agendadas e o devido chamado já foi aberto para que o problema seja solucionado.

#### **6.39.1.2.5. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da turma recursal**

Todos são atendidos com presteza e urbanidade. O atendimento é feito pessoalmente ou, na maioria dos casos, por telefone ou e-mail.

A 2ª turma recursal não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.39.1.2.6. Número de processos e relação servidor/processo - 1ª relatoria**

Em 04/12/2017, a 1ª relatoria da turma recursal contava com um acervo distribuído da seguinte forma:

- 1) Pendentes de julgamento – 64 processos;
- 2) Em tramitação – 265 processos;
- 3) Suspensos/sobrestados - 2.173 processos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 265 processos em tramitação na 1ª relatoria. Assim, considerando tal número e a quantidade de servidores em atividade (03) na referida unidade, a média de processos por servidor é 88,33.

Observe-se que 02 é o número de processos de competência originária na 1ª relatoria.

#### **6.39.1.2.7. Número de processos e relação servidor/processo - 2ª relatoria**

Em 04/12/2017, a 2ª relatoria da turma recursal contava com um acervo distribuído da seguinte forma:

- 1) Pendentes de julgamento – 135 processos;
- 2) Em tramitação – 266 processos;
- 3) Suspensos/sobrestados - 2.081 processos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 266 processos em tramitação na 2ª relatoria. Assim, considerando tal número e a quantidade de servidores em atividade (02) na referida unidade, a média de processos por servidor é 133.

Observe-se que 09 é o número de processos de competência originária na 2ª relatoria.

#### **6.39.1.2.8. Número de processos e relação servidor/processo - 3ª relatoria**

Em 04/12/2017, a 3ª relatoria da turma recursal contava com um acervo distribuído da seguinte forma:

- 1) Pendentes de julgamento – 194 processos;
- 2) Em andamento – 196 processos;
- 3) Suspensos/sobrestados - 2.190 processos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 196 processos em tramitação na 3ª relatoria. Assim, considerando tal número e a quantidade de servidores em atividade (02) na referida unidade, a média de processos por servidor é 98.

Observe-se que havia 05 processos de competência originária na 3ª relatoria.

#### **6.39.1.2.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 1ª relatoria**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 101,76% (dado colhido no sistema Creta).

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 101,65% (dado colhido no sistema Creta).

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos**

**distribuídos).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à turma recursal.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica à turma recursal.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica à turma recursal.

#### **6.39.1.2.10. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 2ª relatoria**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 106,39% (dado colhido no sistema Creta).

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 100% (dado colhido no sistema Creta).

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à turma recursal.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica à turma recursal.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica à turma recursal.

#### **6.39.1.2.11. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 3ª relatoria**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 100,89% (dado colhido no sistema Creta).

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 100,24% (dado colhido no sistema Creta).

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à turma recursal.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica à turma recursal.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica à turma recursal

#### **6.39.1.2.12. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 150 processos (encontrando-se em tramitação ajustada: 265 processos na 1ª relatoria; 266 na 2ª relatoria; e 196 na 3ª relatoria).

##### **6.39.1.2.12.1. Principais constatações da análise individual de processos:**

<b>Observação</b>	<b>Nr. Processo</b>	<b>Complemento</b>
Demora na prolação da sentença	<a href="#">0521511-88.2016.4.05.8300</a>	Julho-nov/2017.
	<a href="#">0503575-17.2016.4.05.8311</a>	Demora na prolação do acórdão lançado em 20/10/2017, já que o feito se encontrava na turma recursal desde 05/06/2017.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Demora para julgamento pela Turma Recursal	<a href="#">0521449-48.2016.4.05.8300</a>	De 21.06.2017 a 15.09.2017.

	<a href="#">0500139-62.2016.4.05.8307</a>	De 20.11.2016 a 27.07.2017.
	<a href="#">0500029-44.2017.4.05.8302</a>	De 22.08.2017 a 17.11.2017.
	<a href="#">0500027-53.2017.4.05.8309</a>	De 27.03.2017 a 06.07.2017.
<b>Total de Ocorrências: 4</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0519313-15.2015.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0519883-98.2015.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0504498-07.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504520-65.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504525-87.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0504570-91.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0505022-04.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0505032-48.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0505036-85.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0505037-70.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0505047-17.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0505140-77.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0502924-37.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502348-32.2015.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0503633-54.2015.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500274-98.2015.4.05.9830</a>	
	<a href="#">0500054-97.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500109-48.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500298-26.2016.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0500355-44.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500359-81.2016.4.05.8300</a>		
<a href="#">0500545-07.2016.4.05.8300</a>		
<a href="#">0500556-36.2016.4.05.8300</a>		

<a href="#">0500595-33.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521400-07.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521451-18.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521470-24.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521472-91.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521480-68.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521483-23.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521485-90.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521487-60.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521499-74.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521519-65.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521527-42.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521535-19.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521567-24.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521649-55.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521651-25.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521656-47.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521666-91.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521753-47.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521792-44.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500035-85.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500055-76.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500074-82.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500122-41.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500379-66.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500381-36.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500384-</a>	

<a href="#">88.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500397- 87.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500399- 57.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500405- 64.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500431- 62.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500445- 46.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500458- 45.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500474- 96.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500480- 06.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500495- 72.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500498- 27.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500504- 34.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500507- 86.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500508- 71.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500515- 63.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500534- 69.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500549- 38.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500559- 82.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0510501- 41.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0501232- 69.2016.4.05.8304</a>	
<a href="#">0500116- 25.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502616- 61.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502643- 44.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0500065- 08.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500130- 03.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500024- 38.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500040- 89.2016.4.05.8308</a>	

<a href="#">0500046- 96.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500048- 66.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500051- 21.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500063- 35.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500067- 72.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500069- 42.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500078- 04.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500086- 78.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500087- 63.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500090- 18.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500094- 55.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500095- 40.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500109- 24.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500113- 61.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500117- 98.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500119- 68.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500123- 08.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500126- 60.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500129- 15.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500130- 97.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500143- 96.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500145- 66.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500147- 36.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500150- 88.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500151- 73.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500163- 87.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500165-</a>	

<a href="#">57.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500171- 64.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500181- 11.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500021- 80.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500032- 12.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502974- 17.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502980- 24.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502986- 31.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500002- 71.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500034- 76.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501939- 19.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0501973- 91.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0503547- 49.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503554- 41.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503570- 92.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503577- 84.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503580- 39.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503591- 68.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500101- 35.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0504518- 31.2016.4.05.8312</a>	
<a href="#">0500491- 10.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500007- 89.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500088- 38.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500128- 20.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500207- 96.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500229- 57.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500018- 15.2017.4.05.8302</a>	

	<a href="#">0500068-41.2017.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0500006-83.2017.4.05.8307</a>	
	<a href="#">0500003-28.2017.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0500001-55.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500009-32.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500010-17.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500011-02.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500018-91.2017.4.05.8309</a>	
	<a href="#">0500033-54.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500036-09.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500049-08.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500059-52.2017.4.05.8311</a>	
	<a href="#">0500014-45.2017.4.05.8312</a>	
	<a href="#">0500050-87.2017.4.05.8312</a>	
		<b>Total de Ocorrências: 143</b>
Processos irregularmente paralisados	<a href="#">0500192-64.2016.4.05.8300</a>	Desde 10/07/17 - anexo 64.
		<b>Total de Ocorrências: 1</b>

#### **6.39.1.2.13. Correição anterior e autoinspeção**

As constatações e observações tecidas no último relatório de correição foram cumpridas em sua integralidade.

Após a última autoinspeção, foram fixadas várias metas para a secretaria e relatoria. Na secretaria foi fixada a meta de não ter nenhum processo parado por mais de 30 dias, bem como não possuir nenhum feito pendente de envio para os tribunais superiores. Na relatoria, além da meta usual, foi fixada a meta de dar andamento aos embargos de declaração antigos, pendentes de apreciação.

#### **6.39.1.2.14. Considerações finais**

A Segunda Turma Recursal de Pernambuco conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Ao longo da correição, verificou-se que o trâmite dos feitos é muito regular, não sendo

constatada qualquer ocorrência de natureza significativa que comprometa o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Por fim, com base nos dados deste relatório, pode-se afirmar, com segurança, que a 2ª turma recursal funciona de modo eficiente.

### **6.39.1.3. TERCEIRA TURMA RECUSAL - SJPE**

#### **6.39.1.3.1. Corpo Funcional - juízes federais e servidores**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 3ª turma recursal de Pernambuco era composta pelo juiz federal presidente e titular da 2ª relatoria, Joaquim Lustosa Filho, e pelos juízes federais Polyana Falcão Brito (1ª relatoria) e Cláudio Kitner (3ª relatoria), atuando, na condição de suplente, o juiz federal Substituto Isaac Batista de Carvalho Neto.

A 3ª turma recursal conta com 14 cargos efetivos, estando 02 deles vagos desde a criação.

Há a previsão de 06 vagas de estágio para a turma recursal, estando todas preenchidas. Os estagiários atuam na secretaria da TR e nas relatorias.

##### **6.39.1.3.1.1. Juiz federal presidente – titular da 2ª relatoria**

O juiz federal titular da 2ª relatoria, Joaquim Lustosa Filho, exerce a magistratura federal desde 03/04/2006. O referido magistrado é membro efetivo da turma recursal desde 15/12/2014.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado ao longo dos períodos abaixo indicados, pelos seguintes motivos:

#### **Férias:**

16/02/2016 a 06/03/2016;

26/07/2016 a 14/08/2016;

17/07/2017 a 05/08/2017;

#### **Licenças:**

07/01/2016 a 08/01/2016 (afastamento referente à acumulação de jurisdição não remunerada);

11/01/2016 a 15/01/2016 (afastamento referente à acumulação de jurisdição não remunerada);

04/07/2016 a 08/07/2016 (afastamento para participar de seminário/congresso).

O juiz federal reside no município em que funcionam as turmas recursais da Seção

Judiciária de Pernambuco.

#### **6.39.1.3.1.2. Juíza federal titular da 1ª relatoria**

Em relação à juíza federal titular da 1ª relatoria, Polyana Falcão Brito, esta exerce a magistratura desde 14/12/2005. Na turma recursal, a referida magistrada atua desde 15/12/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada nos períodos abaixo discriminados, em razão dos seguintes motivos:

Férias:

25/04/2016 a 18/05/2016;

26/11/2016 a 07/12/2016;

30/01/2017 a 16/02/2017;

16/08/2017 a 14/09/2017;

16/10/2017 a 14/11/2017.

Tratamento de saúde: 16/11/2016 a 25/11/2016.

Repouso à gestante 17/02/2017 a 15/08/2017.

A juíza federal reside no município onde se localizam as turmas recursais de Pernambuco.

#### **6.39.1.3.1.3. Juiz federal titular da 3ª relatoria**

Em relação ao juiz titular da 3ª relatoria, Cláudio Kitner, este exerce a magistratura federal desde 05/01/2007. Na turma recursal, está, como membro efetivo, desde 15/12/2014.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de férias, nos períodos abaixo indicados:

<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>	<b>Nº DE DIAS</b>
18/01/2016	06/02/2016	20
16/03/2016	18/03/2016	03
08/08/2016	27/08/2016	20
22/11/2016	01/12/2016	10
13/03/2017	01/04/2017	20
17/07/2017	05/08/2017	20
18/09/2017	07/10/2017	20

O juiz federal reside no município onde funcionam as turmas recursais da Seção Judiciária de Pernambuco.

#### **6.39.1.3.1.4. Servidores - funções de confiança, cargos em comissão e formação acadêmica**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação

acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 3ª turma recursal da SJPE, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Ana Elisa de Lima Alves	Técnico Judiciário/Administrativa	Sem Função	Superior	Contabilidade
Augusto Henrique Barbosa Oliveira	Analista Judiciário - Judiciária	Seção de Apoio judiciário da 1ª Relatoria da 3ª Turma Recursal – Supervisor assistente FC 04	Pós-Graduação	Direito
Bruna Duarte Silveira	Analista Judiciário - Judiciária	Seção de Apoio judiciário da 1ª Relatoria da 3ª Turma Recursal – Supervisor – FC-05	Pós-Graduação	Direito
Cristina Fázio Torreão de Sá	Analista Judiciário - Judiciária	Seção de Apoio judiciário da 2ª Relatoria da 3ª Turma Recursal – Supervisor – FC 05	Pós-Graduação	Direito
Eduardo Albuquerque de Oliveira Azevedo	Técnico Judiciário - Administrativa	Setor de Monitoramento dos feitos sobrestados na Turma Recursal – Presidência da 3ª Turma Recursal – Supervisor Assistente – FC 04	Pós-Graduação Cursando	Engenharia Mecatrônica e Direito
Edson Maia Carneiro Leão	Técnico Judiciário - Administrativa	Assistente técnico III do gabinete do Diretor de núcleo da 3ª Turma Recursal – FC 03	Pós-Graduação completa	Psicologia
Isabel Dias de Andrade Almeida	Técnico Judiciário – área administrativa	Assistente técnico III do Gabinete do Diretor de Núcleo de 3ª Turma Recursal – FC 03	Pós-Graduação completa	Licenciatura em matemática
Mariangela Negri Brito Gonçalves	Analista Judiciário – área judiciária	Diretor de Núcleo da 1ª Turma Recursal – FC 06	Superior Completo	Direito
Silvana da Silva Pena	Técnico Judiciário – área administrativa	Seção de Apoio Judiciário da 2ª Relatoria da 3ª Turma Recursal – Supervisor – assistente – FC 04	Pós-Graduação completa	Direito

Sylvia Emília Pessoa de Melo Barros	Técnico Judiciário – área administrativa	Sem Função	Superior Completa	Fonoaudiologia
-------------------------------------	------------------------------------------	------------	-------------------	----------------

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 3ª turma recursal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que todos os técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja o nível médio de ensino.

Não há servidores da turma recursal cedidos a outros setores. Na 3ª TR/PE, inexistem servidores prestando auxílio. Também não há funções comissionadas vagas nem requisitados sem vínculo com o serviço público.

Atua na 3ª turma recursal da SJPE 01 servidora requisitada (Tereza Frye Peixoto), originária da Prefeitura da Cidade do Recife.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 02 servidoras afastadas de suas atividades laborais por motivo de licença à gestante.

#### **6.39.1.3.2. Organização da turma recursal**

Os servidores estão distribuídos da seguinte forma: 02 na presidência da turma, 03 na sua secretaria, 03 na 1ª relatoria, 03 na 2ª relatoria e 01 na 3ª relatoria.

##### **6.39.1.3.2.1. Organização da secretaria da turma recursal**

Na secretaria da 3ª turma recursal de Pernambuco estão lotados 03 servidores, um deles exercendo a função de diretor de núcleo.

Os servidores da secretaria realizam em suas respectivas relatorias todos os atos necessários ao bom andamento processual, realizando o controle de prazos e verificação dos documentos anexados.

Os processos são organizados em caixas virtuais, cujas nomenclaturas já definem as atividades a serem executadas.

##### **6.39.1.3.3. Participação direta do juiz federal presidente em reuniões com a equipe da turma recursal**

O juiz presidente realiza reuniões periódicas para esclarecimento de dúvidas e definição de metas e objetivos a serem alcançados.

##### **6.39.1.3.4. Planejamento das atividades da turma recursal, avaliação periódica de resultados e fixação de metas**

A secretaria trabalha de forma organizada e estruturada. Os dois servidores trabalham

com todas as caixas virtuais. Há dois estagiários que ajudam com atividades rotineiras. A divisão dos processos se dá por relatoria. As metas estão sempre presentes a balizar tais atividades, tais como não deixar o processo parado por mais de 30 dias, checar o término dos prazos processuais, certificar trânsito em julgado e baixar os processos ao juízo de origem.

Há mensalmente uma consulta ao gestor do sistema para verificação das metas impostas à secretaria.

#### **6.39.1.3.5. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da turma recursal**

Em virtude da celeridade e informalidade do juizado, não há um plano especial para atendimento às partes ou órgãos envolvidos.

A 3ª turma recursal não realiza consultas de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.39.1.3.6. Número de processos e relação servidor/processo - 1ª relatoria**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 1ª relatoria da 3ª turma recursal contava com um acervo distribuído da seguinte forma:

- 1) Pendentes de julgamento – 175 processos;
- 2) Em tramitação – 962 processos;
- 3) Suspensos/sobrestados - 2.809 processos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 962 processos em tramitação na 1ª relatoria. Assim, considerando tal número e a quantidade de servidores em atividade (03) na referida unidade, a média de processos por servidor é 320,6.

Observe-se que 03 é o número de processos de competência originária na 1ª relatoria.

#### **6.39.1.3.7. Número de processos e relação servidor/processo - 2ª relatoria**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 2ª relatoria da 3ª turma recursal contava com um acervo distribuído da seguinte forma:

- 1) Pendentes de julgamento – 290 processos;
- 2) Em tramitação – 753 processos;
- 3) Suspensos/sobrestados - 8.184 processos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 753 processos em tramitação na 2ª relatoria. Assim, considerando tal número e a quantidade de servidores em atividade (03) na referida unidade, a média de processos por servidor é 251.

Observe-se que 30 é o número de processos de competência originária na 2ª relatoria.

#### **6.39.1.3.8. Número de processos e relação servidor/processo - 3ª relatoria**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 3ª relatoria da 3ª turma recursal

contava com um acervo distribuído da seguinte forma:

- 1) Pendentes de julgamento – 39 processos;
- 2) Em tramitação – 838 processos;
- 3) Suspensos/sobrestados - 2.635 processos.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 838 processos em tramitação na 3ª relatoria. Assim, considerando tal número e a quantidade de servidores em atividade (01) na referida unidade, a média de processos por servidor é 838.

Não havia processos de competência originária na 3ª relatoria.

#### **6.39.1.3.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 1ª relatoria**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 98,67.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Percentual de cumprimento da meta: 99,76%

Apenas um processo ainda não foi julgado. Ele se encontra pendente de julgamento perante o STF.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à turma recursal.

## **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica à turma recursal.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica à turma recursal.

### **6.39.1.3.10. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 2ª relatoria**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 102,73%.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 100%.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à turma recursal.

## **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano**

**corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica à turma recursal.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica à turma recursal.

#### **6.39.1.3.11. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ - 3ª relatoria**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 103,62%.

**Meta 2 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, 85% dos processos distribuídos em 2013 nos 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos juizados especiais e turmas recursais federais).**

Foi atingido o percentual de cumprimento de 100,00%.

**Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação, fomentando o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2017 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).**

Não se aplica à turma recursal.

**Meta 6 (Identificar e julgar, até 31/12/2017, entre 70% e 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º e 2º graus).**

Não se aplica à turma recursal.

#### **Metas específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente; Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica à turma recursal.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014.**

Não se aplica à turma recursal.

### 6.39.1.3.12. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 150 processos (encontrando-se em tramitação ajustada: 962 processos na 1ª relatoria; 753 na 2ª relatoria; e 838 na 3ª relatoria).

#### 6.39.1.3.12.1. Principais constatações da análise individual de processos:

Observação	Nr. Processo	Complemento
Demora/ausência na conclusão para sentença	<a href="#">0500029-57.2016.4.05.8309</a>	Jul-nov/2017.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Demora na prolação da sentença	<a href="#">0521462-47.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 29/09/17 e sem acórdão até o momento.
	<a href="#">0521761-24.2016.4.05.8300</a>	Concluso desde 13/09/17 e sem acórdão até o momento.
	<a href="#">0500071-03.2016.4.05.8311</a>	Conclusão em 14/06/17 e acórdão prolatado em 14/11/17.
<b>Total de Ocorrências: 3</b>		
Demora na prolação de decisão/despacho	<a href="#">0500586-71.2016.4.05.8300</a>	De 02.08.2017 a 27.11.2017.
	<a href="#">0500070-42.2016.4.05.8303</a>	Concluso em 27/09/16, decisão em 16/12/16.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0519262-04.2015.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0519288-02.2015.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0519884-83.2015.4.05.8300</a>	
	<a href="#">0505035-03.2015.4.05.8302</a>	
	<a href="#">0502928-74.2015.4.05.8305</a>	
	<a href="#">0502289-47.2015.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502305-98.2015.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502307-68.2015.4.05.8308</a>	
	<a href="#">0502451-</a>	

<a href="#">42.2015.4.05.8308</a>	
<a href="#">0502342- 25.2015.4.05.8309</a>	
<a href="#">0503641- 31.2015.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500231- 61.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500364- 06.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500373- 65.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500377- 05.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500575- 42.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500604- 92.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521391- 45.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521393- 15.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521394- 97.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521395- 82.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521399- 22.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521454- 70.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521456- 40.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521460- 77.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521489- 30.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521498- 89.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521526- 57.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521548- 18.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521655- 62.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521687- 67.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521704- 06.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0521717- 05.2016.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500094- 73.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500124- 11.2016.4.05.8302</a>	

<a href="#">0500127- 63.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500205- 57.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500383- 06.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500393- 50.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500501- 79.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500513- 93.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0510502- 26.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0510512- 70.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0510573- 28.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0510578- 50.2016.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500071- 27.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503400- 47.2016.4.05.8303</a>	
<a href="#">0503234- 09.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503242- 83.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0503243- 68.2016.4.05.8305</a>	
<a href="#">0502632- 15.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502659- 95.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502678- 04.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0502685- 93.2016.4.05.8306</a>	
<a href="#">0503794- 42.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0503804- 86.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0503838- 61.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0503843- 83.2016.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500025- 23.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500035- 67.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500038- 22.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500047-</a>	

<a href="#">81.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500049- 51.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500050- 36.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500064- 20.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500068- 57.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500079- 86.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500080- 71.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500092- 85.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500096- 25.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500112- 76.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500116- 16.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500118- 83.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500120- 53.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500121- 38.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500122- 23.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500127- 45.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500128- 30.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500132- 67.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500135- 22.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500137- 89.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500144- 81.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500146- 51.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500149- 06.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500153- 43.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500155- 13.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500158- 65.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500162- 05.2016.4.05.8308</a>	

<a href="#">0500167- 27.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500170- 79.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500177- 71.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500182- 93.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500189- 85.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500190- 70.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500194- 10.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500196- 77.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500201- 02.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500215- 83.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500218- 38.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500219- 23.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500227- 97.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500234- 89.2016.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500060- 77.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500061- 62.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0502975- 02.2016.4.05.8309</a>	
<a href="#">0501923- 65.2016.4.05.8310</a>	
<a href="#">0500097- 98.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503561- 33.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0503592- 53.2016.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500008- 77.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500010- 47.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500011- 32.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500013- 02.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500019- 09.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500026-</a>	

<a href="#">98.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500027- 83.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500029- 53.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500031- 23.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500034- 75.2016.4.05.9830</a>	
<a href="#">0500014- 81.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500051- 11.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500083- 16.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500110- 96.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500149- 93.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500158- 55.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500167- 17.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500201- 89.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500253- 85.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500370- 76.2017.4.05.8300</a>	
<a href="#">0500099- 61.2017.4.05.8302</a>	
<a href="#">0500016- 42.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500036- 33.2017.4.05.8303</a>	
<a href="#">0500023- 28.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500038- 94.2017.4.05.8305</a>	
<a href="#">0500008- 53.2017.4.05.8307</a>	
<a href="#">0500034- 48.2017.4.05.8308</a>	
<a href="#">0500012- 84.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500015- 39.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500016- 24.2017.4.05.8309</a>	
<a href="#">0500016- 18.2017.4.05.8311</a>	
<a href="#">0500025- 77.2017.4.05.8311</a>	

<b>Total de Ocorrências: 141</b>		
Processos irregularmente paralisados	<a href="#">0500149-09.2016.4.05.8307</a>	Desde 21/08/17 - anexo 60.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processos sem movimentação processual em período determinado	<a href="#">0503540-91.2015.4.05.8311</a>	Desde 15/08/2017.
	<a href="#">0500106-53.2017.4.05.8302</a>	Desde agosto/2017
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		

### **6.39.1.3.13. Correição anterior e autoinspeção**

Não houve determinações no último relatório de correição.

Após a última autoinspeção, foram fixadas várias metas para a secretaria e relatoria. Na secretaria foi fixada a meta de não ter nenhum processo parado por mais de 30 dias, bem como não possuir nenhum feito pendente de envio para os tribunais superiores.

### **6.39.1.2.14. Considerações finais**

A Terceira Turma Recursal de Pernambuco conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

Ao longo da correição, verificou-se que o trâmite dos feitos é muito regular, não sendo constatada qualquer ocorrência de natureza significativa que comprometa o bom funcionamento da referida unidade jurisdicional.

Por fim, com base nos dados deste relatório, pode-se afirmar, com segurança, que a 3ª turma recursal funciona de modo eficiente.

## **7. INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL NO TRF-5ª REGIÃO**

Em atendimento às recomendações a esta Corregedoria-Regional pelo Conselho da Justiça Federal na ocasião da Inspeção ordinária no período de 15 a 18/08/2016, realizada neste TRF5, no sentido de sistematizar e organizar as informações obtidas nas correições para planejamento e análise da complexidade das situações das Varas Federais da Região, possibilitando o fornecimento das informações necessárias para dimensionamento da compatibilidade dos recursos humanos com o serviço e as necessidades de cada uma, apresenta-se, em anexo (Apêndice A), planilha contendo as constatações verificadas durante a Correição Ordinária realizada na Seção Judiciária de Pernambuco.

## **8. CONCLUSÃO**

Após a realização dos trabalhos correicionais, foi constatado um elevado grau de comprometimento do corpo de juízes federais e servidores da SJPE com os valores

institucionais e com a busca de celeridade, presteza e segurança dos serviços jurisdicionais.

Nesse ponto, convém salientar que a distribuição racional de tarefas, a fixação de metas periódicas de produtividade e o controle efetivo dos prazos processuais constituem fatores essenciais para a efetividade dos serviços judiciários, motivo pelo qual devem ser considerados por todas as varas federais e pelas turmas recursais.

Por outro lado, convém salientar que, em relação à 25ª vara federal, esta unidade está instalada em uma edificação antiga, com problemas de infiltração e mofo, necessitando de urgente reforma, a qual, segundo informado a esta Corregedoria, por ocasião da visita àquela unidade jurisdicional, já é objeto de licitação.

Por fim, recomenda-se que todas as falhas apontadas no presente relatório sejam corrigidas pelas respectivas unidades/órgãos jurisdicionais, de maneira a evitar que haja o comprometimento da boa imagem que a SJPE desfruta no cenário local e regional.

**Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro**  
**Corregedor-Regional**